JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal De Castanheira ..... 4
Camara Municipal de Alto Garças ..... 5
Camara Municipal de Apiacás ..... 5
Camara Municipal de Araputanga ..... 5
Camara Municipal de Cáceres ..... 5
Camara Municipal de Canarana ..... 6
Camara Municipal de Diamantino ..... 7
Camara Municipal de Peixoto de Azevedo ..... 31
Camara Municipal de Poconé ..... 31
Camara Municipal de Porto Estrela ..... 32
Camara Municipal de Várzea Grande ..... 32
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP ..... 32
Prefeitura Municipal de Água Boa ..... 32
Prefeitura Municipal de Alto Garças ..... 39
Prefeitura Municipal de Alto Taquari ..... 41
Prefeitura Municipal de Apiacás ..... 42
Prefeitura Municipal de Araguaiana ..... 43
Prefeitura Municipal de Araguainha ..... 44
Prefeitura Municipal de Araputanga ..... 51
Prefeitura Municipal de Arenápolis ..... 52
Prefeitura Municipal de Aripuanã ..... 63
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço ..... 69
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres ..... 70
Prefeitura Municipal de Barra do Garças ..... 72
Prefeitura Municipal de Cáceres ..... 79
Prefeitura Municipal de Campinápolis ..... 87
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis ..... 91
Prefeitura Municipal de Campo Verde ..... 98
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio ..... 110
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte ..... 111
Prefeitura Municipal de Carlinda ..... 112
Prefeitura Municipal de Castanheira ..... 114
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães ..... 115
Prefeitura Municipal de Cláudia ..... 115
Prefeitura Municipal de Cocalinho ..... 116
Prefeitura Municipal de Colíder ..... 116
Prefeitura Municipal de Colniza ..... 116
Prefeitura Municipal de Comodoro ..... 118
Prefeitura Municipal de Confresa ..... 119
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste ..... 119
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu ..... 119
Prefeitura Municipal de Cuiabá ..... 128
Prefeitura Municipal de Curvelândia ..... 129
Prefeitura Municipal de Denise ..... 129
Prefeitura Municipal de Diamantino ..... 133
Prefeitura Municipal de Dom Aquino ..... 136
Prefeitura Municipal de Feliz Natal ..... 136
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte ..... 140
Prefeitura Municipal de General Carneiro ..... 143
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte ..... 143
Prefeitura Municipal de Itanhangá ..... 144
Prefeitura Municipal de Itiquira ..... 152

Prefeitura Municipal de Jauru ..... 156
Prefeitura Municipal de Juara ..... 157
Prefeitura Municipal de Juscimeira ..... 157
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste ..... 158
Prefeitura Municipal de Luciara ..... 159
Prefeitura Municipal de Marcelândia ..... 159
Prefeitura Municipal de Matupá ..... 159
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste ..... 160
Prefeitura Municipal de Nobres ..... 160
Prefeitura Municipal de Nortelândia ..... 163
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento ..... 163
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes ..... 172
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia ..... 173
Prefeitura Municipal de Nova Guarita ..... 175
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda ..... 176
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia ..... 182
Prefeitura Municipal de Nova Maringá ..... 182
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde ..... 211
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia ..... 211
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena ..... 213
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina ..... 214
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte ..... 228
Prefeitura Municipal de Novo Mundo ..... 229
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio ..... 229
Prefeitura Municipal de Paranatinga ..... 230
Prefeitura Municipal de Pedra Preta ..... 234
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo ..... 236
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra ..... 243
Prefeitura Municipal de Poconé ..... 246
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia ..... 246
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte ..... 246
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião ..... 248
Prefeitura Municipal de Porto Estrela ..... 249
Prefeitura Municipal de Poxoréu ..... 254
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal ..... 254
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira ..... 254
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho ..... 257
Prefeitura Municipal de Rio Branco ..... 257
Prefeitura Municipal de Rondolândia ..... 258
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste ..... 265
Prefeitura Municipal de Salto do Céu ..... 268
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu ..... 268
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato ..... 270
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha ..... 277
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger ..... 277
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste ..... 278
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia ..... 296
Prefeitura Municipal de São José do Povo ..... 298
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro ..... 299
Prefeitura Municipal de São José do Xingu ..... 299
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos ..... 299
Prefeitura Municipal de Tabaporã ..... 299
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra ..... 299
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte ..... 303
Prefeitura Municipal de Tesouro ..... 304
Prefeitura Municipal de União do Sul ..... 311
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos ..... 316
Prefeitura Municipal de Várzea Grande ..... 316
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade ..... 329
Prefeitura Municipal de Vila Rica ..... 330

## APRESENTAÇÃO

### DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

**Presidente de Honra:** Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

**Presidente:** Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

**Primeiro Vice-Presidente:** Mauro Rosa da Silva - Água Boa

**Segundo Vice-Presidente:** Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

**Terceiro Vice-Presidente:** Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

**Quarto Vice-Presidente:** Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

**Quinto Vice-Presidente:** Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

**Secretário Geral:** Adalto José Zago - Apiacás

**Primeiro Secretário:** Altir Antônio Peruzzo - Juína

**Segundo Secretário:** Atail Marques do Amaral - Poconé

**Tesoureiro Geral:** Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

**Primeiro Tesoureiro:** Silvio José de Morais Filho - Araguainha

**Segundo Tesoureiro:** Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

### CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

### SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

## CAMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

### LEGISLATIVO
### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 02/2018

Número do Processo: **001294/2018**

Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Fundamento: **Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SEGURO AUTO P/ O VEÍCULO CAMINHONETE CHEVROLET S10 LT 4X4 2.8 DIESEL AUTOMÁTICA, ANO/FAB. 2013/2013, PLACA OBS-1508, DE PROPRIEDADE DA CÂMARA**.

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Castanheira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, através do presente resolve:

**HOMOLOGAR** o Processo acima qualificado em favor da empresa **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n.º 92.682.038/0001-00, pelo valor de **R$ 5.748,74** (cinco mil setecentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos). E, para que surta os efeitos jurídicos e legais, **DETERMINO** que seja providenciada a publicação do presente Termo de Homologação na imprensa oficial e na Página da Internet ou Portal da Transparência deste Órgão, em cumprimento ao Art. 26º, da Lei nº 8.666/93.

Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 26 de junho de 2018.

***REGISTRE-SE;***

***PUBLIQUE-SE;***

***CUMPRA-SE.***

**JUARES MÁXIMO DA SILVA**

*Presidente da Câmara*

### LEGISLATIVO
### TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 02/2018

Número do Processo: **001294/2018**

Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Fundamento: **Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SEGURO AUTO P/ O VEÍCULO CAMINHONETE CHEVROLET S10 LT 4X4 2.8 DIESEL AUTOMÁTICA, ANO/FAB. 2013/2013, PLACA OBS-1508, DE PROPRIEDADE DA CÂMARA**.

Nos termos dos elementos constantes da respectiva exposição de motivos que instrui o processo e, observado os Pareceres Técnicos (Jurídico/Contábil) referentes ao processo, modalidade e objeto acima qualificados**.**

**ADJUDICO** o seu objeto, pelo menor preço, em favor de **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n. º 92.682.038/0001-00, para o fornecimento do bem, pelo valor total de **R$ 5.748,74** (cinco mil setecentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

**DETERMINO**, ainda, que seja providenciada a publicação do presente Termo de Adjudicação na imprensa oficial e na Página da Internet ou Portal da Transparência deste Órgão, em cumprimento ao Art. 26º, da Lei nº 8.666/93, bem como, posteriormente, formalize registro deste procedimento, nos termos da Lei.

Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 26 de junho de 2018.

***REGISTRE-SE;***

***PUBLIQUE-SE;***

***CUMPRA-SE.***

**MERCIANE DIAS DA COSTA**

*Presidente da Comissão Permanente de Licitações/2018*

### LEGISLATIVO
### DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018

Número do Processo: **001294/2018**

Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Fundamento: **Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SEGURO AUTO P/ O VEÍCULO CAMINHONETE CHEVROLET S10 LT 4X4 2.8 DIESEL AUTOMÁTICA, ANO/FAB. 2013/2013, PLACA OBS-1508, DE PROPRIEDADE DA CÂMARA**.

Declaro **DISPENSADO** de licitação o Processo acima qualificado, com base no fundamento ora destacado, nos Pareceres Técnicos (Jurídico/Contábil) constantes dos autos, após a análise das três propostas/cotações de preços apresentadas e, por se achar as mais vantajosas para a Administração, aprecio em favor da empresa:

**BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n.º 92.682.038/0001-00, a prestação dos serviços de seguro, pelo valor total de **R$ 5.748,74** (cinco mil setecentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos); uma vez que a execução da despesa não alcançará o limite ajustado na Lei nº 8.666/93.

**JUSTIFICATIVA:**A aquisição do serviço de seguro veicular é em virtude de a administração prevenir-se de sinistro que possa ocorrer com o veículo acima citado. o serviço inclui cobertura para despesas médico hospitalares decorrentes de acidentes envolvendo o veículo segurado, e demais condições gerais como socorro mecânico básico (guincho, assistência de falha mecânica, elétrica, falta de combustível), serviço de chaveiro e troca de pneus, cobertura para danos aos vidros do veículo sendo reposições de vidros durante a vigência da apólice. O período de vigência do contrato da apólice é de 12 meses. desta forma, se faz necessário que a administração pública contrate com alguma empresa que atenda esta especificidade do produto solicitado visando dar segurança no seu patrimônio.

Face ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93, submeto o presente ato à Autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 25 de junho de 2018.

**MARCELO DOS ANJOS RIBEIRO**

*Secretário de Administração*

### LEGISLATIVO
### TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 02/2018

Número do Processo: **001294/2018**

Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Fundamento: **Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SEGURO AUTO P/ O VEÍCULO CAMINHONETE CHEVROLET S10 LT 4X4 2.8 DIESEL AUTOMÁTICA, ANO/FAB. 2013/2013, PLACA OBS-1508, DE PROPRIEDADE DA CÂMARA**.

**RATIFICO** o ato do senhor Secretário de Administração da Câmara Municipal de Castanheira - MT, **MARCELO DOS ANJOS RIBEIRO**, que declarou **DISPENSADO DE LICITAÇÃO** o Processo acima referenciado, com base, inclusive, nos Pareceres Técnicos (Jurídico/Contábil), em favor da empresa **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n.º 92.682.038/0001-00, pelo valor global de **R$ 5.748,74** (cinco mil setecentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos), uma vez que o processo se encontra devidamente instruído.

**DETERMINO**, ainda, que seja providenciada a publicação do presente Termo de Ratificação na imprensa oficial e na Página da Internet ou Portal da Transparência deste Órgão, em cumprimento ao Art. 26.º, da Lei nº 8. 666/93, bem como, posteriormente, formalize registro deste procedimento, nos termos da Lei.

Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 26 de junho de 2018.

***REGISTRE-SE;***

***PUBLIQUE-SE;***

***CUMPRA-SE.***

**JUARES MÁXIMO DA SILVA**

*Presidente da Câmara*

## CAMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2018**

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2018**

A Câmara Municipal de Alto Garças – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada sob Portaria nº 008/2018, torna pública Dispensa de Licitação nº 002/2018 – Processo nº 002/2018.

CONTRATADO: SUPERMECADO JDMG LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de Material de Consumo ( Gêneros Alimentícios / Higiene e Limpeza / Copa e Cozinha) .

VALOR GLOBAL: R$ 3.947,70 (Três mil, novecentos e quarenta e sete reais e setenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

**FERNANDA WALESCA COSTA COUTO**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

## CAMARA MUNICIPAL DE APIACÁS

**CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE**
**PORTARIA Nº 033/2018**

**PORTARIA Nº 033/2018**

**SUMULA:"Dispõe sobre o horário especial de expediente da Câmara Municipal de Apiacás em virtude do jogo do brasil na copa do mundo de futebol da fifa, e dá outras providências".**

A Senhora **Regina Pizoli da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Apiacás Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

**RESOLVE,**

**Art. 1º** - Em virtude do jogo do Brasil na Copa do Mundo de Futebol da FIFA, o expediente na Câmara Municipal de Apiacás no dia 27/06/2018, será das 07h00min. às 11h00min.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Apiacás, MT, 26 de junho de 2018.

**Regina Pizoli da Silva**

**Presidente**

**CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE**
**PORTARIA Nº 034/2018**

**PORTARIA Nº 034/2018**

**SUMULA:"Dispõe sobre o recesso legislativo da câmara municipal de apiacás no mês de julho de 2018, e dá outras providências".**

A Senhora **Regina Pizoli da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Apiacás Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

**RESOLVE,**

Art. 1º - Instituir o recesso administrativo na Câmara Municipal de Apiacás/MT, no período de 02/07/2018 a 31/07/2018, desconsiderando-se sábados, domingos e feriados, dias de descanso já garantidos por lei.

Art. 2º - Não haverá expediente e atendimento ao público no período mencionado no artigo 1º.

Art. 3º - Ficam mantidos somente os trabalhos internos administrativos, além dos serviços de vigilância.

Art. 4º - Dia 01/08/2018 as atividades administrativas e o atendimento ao público serão retomados normalmente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Apiacás/MT, 26 de Junho de 2018.

**REGINA PIZOLLI DA SILVA**

Vereadora – Presidente

## CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA**
**PORTARIA Nº 22/2018**

**PORTARIA Nº 22/2018**

*Determina ponto facultativo na Câmara Municipal de Araputanga e dá outras providências.*

**José Vicente de Carvalho**, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Considerar ponto facultativo o dia 27 de junho de 2018, na Câmara Municipal de Araputanga – MT.

**Parágrafo único** – Por ser ponto facultativo, a Câmara Municipal de Araputanga não terá expediente externo (atendimento ao público).

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidência, 25 de junho de 2018.

**José Vicente de Carvalho**

*Presidente*

## CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

**CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**PORTARIA Nº 81/2018**

***O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,*** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Fiscal/Suplente do Contrato abaixo, nos termos do Artigo 67 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93 e estrito atendimento à Súmula nº 005 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, atribuindo-lhe os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do referido instrumento:

| CONTRATO | EMPRESA/ CNPJ | OBJETO | FISCAL | SUPLENTE |
|---|---|---|---|---|
| 015/2018 | DIEGO SILVA DE MEDEIROS/ CNPJ 16. 466.822/ 0001-00. | Contratação de serviços de confecção e troca de letreiro de carimbos para a Câmara Municipal de Cáceres, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, constante do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação n° 048/2018. | Darlan Brunel de Carvalho | Ingrid Mayara Ortega dos Santos Abreu |

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, com seus respectivos efeitos a data do início de vigência.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 25 de junho de 2018.

**Domingos Oliveira dos Santos**

*Presidente*

**Alvasir Ferreira de Alencar**

*1º Secretário*

**CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**PORTARIA Nº 82/2018**

***O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,*** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Fiscal/ Suplente do Contrato abaixo, nos termos do Artigo 67 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93 e estrito atendimento à Súmula nº 005 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, atribuindo-lhe os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do referido instrumento:

| CONTRATO | EMPRESA/ CNPJ | OBJETO | FISCAL | SUPLENTE |
|---|---|---|---|---|
| 016/2018 | VERIDIANE TREVISAN DALBEM /CPF nº 037.728. 641-52. | Contratação de serviços de engenheiro para prestação de serviço de supervisão, fiscalização, medição e acompanhamento de obra no prédio sede da Câmara Municipal de Cáceres-MT. | Ingrid Mayara Ortega dos Santos Abreu | Joel da Silva Benevides |

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, com seus respectivos efeitos a data do início de vigência.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 25 de junho de 2018.

**Domingos Oliveira dos Santos**

*Presidente*

**Alvasir Ferreira de Alencar**

*1º Secretário*

**CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**PORTARIA Nº 80/2018**

***O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,*** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Fiscal/ Suplente do Contrato abaixo, nos termos do Artigo 67 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93 e estrito atendimento à Súmula nº 005 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, atribuindo-lhe os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do referido instrumento:

| CONTRATO | EMPRESA/ CNPJ | OBJETO | FISCAL | SUPLENTE |
|---|---|---|---|---|
| 017/2018 | **M. DUARTE EZIDORO CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS ME** /CNPJ 22. 693.841/ 0001-64. | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, COMPREENDENDO, MATERIAL, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS, EXECUÇÃO DE REFORMA NO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, QUE SERÁ PRESTADO NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PROJETO BÁSICO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS QUE SE ENCONTRAM ANEXOS AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DO CERTAME QUE DEU ORIGEM A ESTE INSTRUMENTO CONTRATUAL. | Jefferson Blun | Gleison da Silva Souza |

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, com seus respectivos efeitos retroativos a data do início do contrato nº 17/2018 sendo de 21 de junho de 2018.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 25 de junho de 2018.

**Domingos Oliveira dos Santos**

*Presidente*

**Alvasir Ferreira de Alencar**

*1º Secretário*

## CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

**CÂMARA**
**ATO DO PRESIDENTE Nº. 005/2018**

**ATO DO PRESIDENTE Nº. 005/2018**

**De 26 de junho de 2018.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base no que dispõe o Art. 19 do Regimento Interno.

Determina que:

Fica declarado ponto facultativo na Câmara Municipal de Canarana no dia 27 de junho quarta-feira, em virtude do jogo da Seleção Brasileira.

Gabinete da Presidência; 26 de junho de 2018

**CÂMARA**
**RESOLUÇÃO Nº. 218/2018**

**RESOLUÇÃO Nº. 218/2018**

**DE 26 DE JUNHO DE 2018**

**Nomeia Comissão de Representação Legislativa do período de recesso Parlamentar.**

A Mesa da Câmara Municipal de Vereadores de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conforme Regimento Interno no Art. 197 faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte,

**Resolução:**

Art. 1º. - Ficam definidos os nomes dos Vereadores, Ederson Porsch, Paulo José Gonçalves e Rafael Govari para compor a Comissão de Representação Legislativa durante o recesso Parlamentar no período de 01 a 31 de julho de 2018

Art. 2º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, 26 de junho de 2018.

Ederson Porsch

Presidente

## CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**
**LEI COMPLEMENTAR Nº 046/2018**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 046/2018**

Dispõe sobre as Taxas decorrentes do exercício de Poder de Policia e **de Serviços Públicos** dá outras providências

**A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que ela aprovou e o seu Presidente Ver. Jozenil Costa Lube, nos termos do § 7° do artigo 40 da Lei Orgânica Municipal, Promulga a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I**

**Das Taxas Decorrentes do Exercício de Poder de Polícia**

**Seção I**

**Da Hipótese de Incidência**

**Art. 1º**. As taxas de licença têm como fato gerador o efetivo exercício regular do poder de polícia implementado pela Administração Municipal, que limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, mediante a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias e outros atos administrativos.

**Parágrafo Único**. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

**Art. 2º**. O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do Município, dependentes, nos termos deste Código, da prévia licença da Prefeitura.

**Art. 3º**. Serão exigidas taxas de poder de polícia nas seguintes hipóteses:

**I** – funcionamento e localização de estabelecimentos comerciais, industriais, agroindustrial e prestadores de serviço;

**II** - exercício de atividades de comércio ambulante e eventos;

**III** - execução de obras particulares;

**IV** - publicidade;

**V** - verificação fiscal.

**Art. 4º**. É contribuinte das taxas de poder de polícia a pessoa física ou jurídica que der causa ao exercício da atividade da Administração Municipal ou quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, com ou sem fins lucrativos.

**Art. 5º.** A base de cálculo das taxas de poder de polícia corresponde ao elemento da efetiva área do imóvel edificado, utilizado na produção ou a circulação de bens ou de serviço.

**Art. 6º.** O cálculo do valor das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia será efetuado com base nas tabelas anexas a esta Lei, que seguem cada espécie tributária, levando em conta o CNAE – fiscal como atividade principal, destacado no cartão CNJP.

**§1°** No cálculo do valor de taxa, é facultada a utilização de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

**§2°** Sendo o contribuinte pessoa física, utiliza-se o CNAE - fiscal, assemelhado da atividade empresarial com a sua atividade como profissional autônomo ou liberal.

**Seção II**

**Da Inscrição**

**Art. 7º.** Mediante requerimento formulado em documento apropriado ou por sistema on-line, fixado em ato do Poder Executivo, o contribuinte fornecerá ao Setor de Tributação da Prefeitura os elementos e informações necessários à sua inscrição no Cadastro Fiscal.

**Seção III**

**Do Lançamento**

**Art. 8º**. As taxas de licença decorrentes do exercício do poder de polícia podem ser lançadas de ofício, de forma isolada ou em conjunto com outros tributos, integral ou proporcional aos números de meses.

**Parágrafo único**. Na hipótese de lançamento conjunto com outros tributos, a notificação de lançamento trará os elementos distintivos de cada tributo a que se refere e os correspondentes valores.

**Seção IV**

**Da Arrecadação**

**Art. 9º.** As taxas de licença serão arrecadadas antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao efetivo exercício do poder de polícia da Administração Municipal, mediante documento de arrecadação a ser estabelecido em ato do Poder Executivo, nos prazos estabelecidos por decreto.

**Seção V**

**Das Penalidades**

**Art. 10.** O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos sujeitos ao poder de polícia do Município e que dependam de prévia licença, sem a correspondente autorização da Administração Municipal, e sem o pagamento da respectiva taxa de licença, se submeterá à incidência de atualização monetária com base no índice do INPC mensal, fornecida pelo IBGE, sem prejuízo das seguintes penalidades:

**I -** multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor da taxa devida;

**II** - multa moratória de 0,33% (zero trinta e três por cento), por dia de atraso, limitada a 20%, sobre o valor do tributo devido, incidindo, inclusive sobre a atualização monetária que for aplicada.

**III** - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, que incidirão sobre o valor originário do tributo devido.

**Seção VI**

**Da Taxa de Licença de Funcionamento e Localização de Estabelecimentos Industriais, Comerciais, Agroindustriais, e Prestadores de Serviços e Autônomos.**

**Art. 11**. Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à atividade industrial, comercial, agroindustrial ou à prestação de serviços, inclusive os profissionais autônomos, ou a qualquer outro ramo de natureza econômica, em caráter permanente ou temporário, em zona urbana e ou rural, com ou sem fins lucrativos, somente poderá instalar-se mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da correspondente taxa para fiscalização e funcionamento.

**§1º** Estão isentas do pagamento da taxa prevista no caput:

a) as pessoas físicas ou jurídicas de pequenos rendimentos exercidos individualmente, por conta própria, desde que o resultado econômico bruto mensal seja igual ou inferior a 100 (cem) UFDs, mediante requerimento e devidamente comprovado pela fiscalização do Município;

b) o microempreendedor individual na abertura da empresa, pelo período de 6 (seis) meses. Após esse período, será cobrada a taxa descrita da Tabela I.

c) templos de qualquer culto religiosos, com registro no sistema do CNPJ da Receita Federal do Brasil.

**§2º** Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante eventos, em instalações precárias ou removíveis, com balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

**§3º** A taxa de licença é também devida pelos depósitos fechados destinados ao armazenamento de mercadorias ou grãos em área rural ou urbana.

**§4º** É também devida à taxa de licença das entidades sem fins lucrativos, isentas ou imunes de impostos.

**Art. 12.** A licença será concedida desde que as condições de zoneamento, higiene, segurança do estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida, observados os requisitos da legislação sanitária, edilícia e urbanística do Município.

**§1º** Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento.

**§2º** A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que viabilizaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da fiscalização para regularizar a situação do estabelecimento.

**§3º** As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização, com valor integral, e proporcionalmente aos meses de funcionamento em caso de início de atividade durante o ano fiscal, obedecendo a metodologia da Tabela I.

**Art. 13**. A taxa de licença de funcionamento e localização é devida de acordo com a Tabela I da presente Lei Complementar.

**§1º** Nos empreendimentos agroindustriais que se dediquem a produção de lavouras temporárias ou permanentes, a taxa de localização e funcionamento será cobrada com base na metragem do escritório e armazém de grãos.

**§2º** Nos empreendimentos agroindustriais que se dediquem a produção de lavouras temporárias ou permanentes e que não possuírem escritório ou armazém de grãos, a taxa de localização e funcionamento será cobrada com base na metragem de parte do imóvel residencial que sirva para execução das atividades administrativas.

**Seção VII**

**Da Taxa de Licença para o Exercício de Atividade Eventual ou Comércio Ambulante.**

**Art. 14**. A Taxa de Licença para o exercício de atividade eventual ou comércio ambulante será arrecadada, antecipadamente, sempre a título precário.

**§1º** – Na atividade de comércio ambulante, caso o empresário possua mais de um vendedor, a taxa será cobrada de forma individual por vendedor.

**§2º** Considera-se atividade eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente em ocasiões de festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura.

**§3º** É considerado, também como atividade eventual, o que é exercido em instalações removíveis, colocadas nas vias ou logradouros públicos como balcões, barracas, veículos, mesas, tabuleiros e semelhantes.

**§4º** Comércio ambulante é exercido individualmente sem estabelecimento, instalações ou localização fixa.

**Art. 15**. Somente será permitido o comércio ambulante, desde que o empresário ambulante atenda acumuladamente os requisitos abaixo:

I – empresário devidamente constituído, apresentando à fiscalização, ato constitutivo devidamente registrado em órgão competente, cartão do CNPJ e inscrição estadual;

II – declaração do administrador com indicação do contabilista e número do CRC, que a empresa está devidamente regular com sua escrituração fiscal e contábil;

III – a mercadoria seja procedente de empresas do ramo, devidamente constituídas, devendo o ambulante, estar de posse da nota fiscal da mercadoria em trânsito, acompanhado de equipamentos de emissão de notas fiscais ou cupom fiscal eletrônicos, devendo ser emitida por ocasião de cada venda;

IV – comprovante de pagamento do ICMS, na entrada do produto no Estado;

V- comprovante de endereço onde for instalado o comércio ambulante, mediante contrato de locação ou outros documentos, caso haja necessidade;

VI - cadastro do setor municipal competente, e licença de comércio ambulante, com taxa devidamente recolhida;

VII – se for o caso de utilização de espaço público, apresentação de ato administrativo municipal precário.

VIII – requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Finanças, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

**§1º -** Não se aplica o disposto neste artigo, quando se tratar de mercadoria eminentemente artesanal.

**§2º** O Departamento de Cultura do município determinará o local onde poderão ser comercializados os produtos que comprovadamente são artesanais.

**§3º** A taxa de que trata esta seção será cobrada em razão da Tabela II, por dia, dependendo das mercadorias a serem comercializadas, sendo que o seu recolhimento não dispensa o contribuinte do pagamento da taxa de ocupação área pública, quando for o caso.

**Art. 16**. A inscrição da atividade eventual e comerciantes ambulantes no cadastro mobiliário da Prefeitura é obrigatória, antes do início da atividade, mediante o preenchimento de formulário próprio.

**§1º** Preenchidas as formalidades legais, será fornecido ao contribuinte alvará provisório, documento este pessoal e intransferível.

**§2º** O alvará provisório, bem como a guia de pagamento da licença, deverão sempre estar em poder do contribuinte, para exibição aos encarregados da fiscalização quando solicitados.

**§3º** Os comerciantes com estabelecimentos fixos no Município que porventura quiserem explorar seus negócios em caráter eventual ou ambulante, deverão atualizar seu alvará de funcionamento.

**Art. 17**. Os comerciantes ambulantes que forem encontrados sem licença e a prova de quitação da taxa terão apreendidos os objetos e gêneros de seu comércio, que serão levados ao depósito público, até que seja paga a licença devida, acrescida das penalidades previstas nesta Lei, mais multa no valor de 100 (cem) UPFDs, e as despesas com a remoção.

**§1** Os objetos e gêneros apreendidos terão destinação especifica, após decorridos 30 (trinta) dias da data da apreensão, se não satisfeitos os pagamentos a que se refere o caput deste artigo.

**§2** A multa referida neste artigo, se paga dentro de 10 (dez) dias, contados da data de lavratura do auto de infração, terá desconto de 40% (quarenta por cento).

**§3** As mercadorias apreendidas, em se tratando de alimentos perecíveis e de fácil deterioração, tais como: carnes, frutas, legumes, ovos, leite, doces, outros, serão doados a critério do Prefeito Municipal e mediante recibo, às instituições de caridade ou de assistência social, se não forem reclamados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**§4** Os objetos e gêneros apreendidos, que não possuírem Nota Fiscal no ato da apreensão, não serão devolvidos e serão encaminhados imediatamente para instituição de caridade.

**§5º** Quando se tratar de mercadorias objeto de pirataria serão encaminhadas diretamente à Policia Civil, para que tome as providencias cabíveis.

**Art. 18**. Estão isentas de pagamento de taxas de licenças de atividades eventuais e comércio ambulante:

I – feiras livres de pequenos produtores rurais;

II- feiras culturais, científicas, educacionais e assistenciais, promovidas por entidades sem fins lucrativos;

III - eventos promocionais, culturais, religiosos, assistenciais, educacionais, esportivos, como bingos, almoço, jantares, bailes, shows, entre outros promovidos por entidades sem fins lucrativos, e, desde que, os produtos da arrecadação sejam destinados para fins de filantropia, ou à premiação aos participantes.

**Art. 19**. No caso de inadimplência do pagamento da taxa, aplica-se o disposto no art. 10, desta Lei.

**Seção VIII**

**Da Taxa de Licença para Execução de Obras Civil**

**Art. 20**. Qualquer pessoa física ou jurídica que queira construir, ampliar, reformar, reparar, acrescer ou demolir edifícios, casas, edículas, barracões, armazéns em geral, assim como proceder ao parcelamento do solo urbano, e quaisquer outras obras em imóveis urbanos ou rurais, está sujeita à prévia licença da Administração Municipal e ao pagamento antecipado da taxa de licença para a execução das obras.

**§1º** A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação aplicável.

**§2º** A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

**§3º A licençaincidirá inclusive em armazéns de grãos e barracões em imóveis rurais.**

**§4º** Será cobrada multa de meia UPFD (1/2) por metro quadrado da obra em construção, caso constado pela fiscalização a ausência da licença de construção.

**Art. 21**. Estão isentas da taxa prevista no artigo anterior:

I - a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obra já licenciada pela Prefeitura;

II- a construção de muros, calçadas, tapumes, grades, garagem de veículos e máquinas agrícolas, sem paredes, desde que não tenham projetos.

III- construção de uso exclusivo residencial em alvenaria até 60m² (sessenta metros quadrados), desde que proprietário prove não possuir outro imóvel urbano ou rural, e não podendo haver duas ou mais construção no mesmo lote.

IV – reformas de piso, abertura ou troca de portas, janelas, e cobertura, este desde que não altere a fachada e estrutura do imóvel.

**Parágrafo único.** O benefício do inciso III será concedido uma única vez ao mesmo contribuinte.

**Art. 22**. A taxa de licença para execução de obra é devida de acordo com a Tabela III, constante da presente Lei Complementar.

**Art. 23**. No caso de inadimplência no pagamento da taxa, aplica-se o disposto no art. 10 desta lei.

**Seção IX**

**Da Taxa De Licença Para Publicidade**

**Art. 24**. A publicidade realizada por quaisquer instrumentos de divulgação ou comunicação de todo tipo ou espécie, processo ou forma, inclusive as que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades, mesmo aqueles fixados em veículos, fica sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para publicidade.

**Parágrafo único.** A publicidade e propaganda efetuada sem a licença e pagamento de taxa, ensejará aplicação de multa nos termos do Capitulo IX da Lei 624/2006.

**Art. 25.** Respondem pela observância das disposições desta incidência tributária todas as pessoas, físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar.

**Art. 26**. O pedido de licença deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, dos cortes, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

**§1°** Quando o local em que se pretender colocar anúncios não for de propriedade do requerente, deverá esse juntar ao requerimento a autorização do proprietário, e sendo espaço público, o comprovante de pagamento da taxa de utilização e a devida licença precária.

**§2°** A liberação da licença é mera faculdade da administração pública, compete à Secretaria Municipal de Finanças a análise e deferimento, observando a conveniência e razoabilidade.

**Art. 27**. Nos instrumentos de divulgação ou comunicação deverão constar, obrigatoriamente, o número de identificação fornecido pela repartição competente.

**Art. 28**. A publicidade escrita fica sujeita à futura inspeção da repartição competente.

**Art. 29.** A taxa de licença para publicidade é devida de acordo com a Tabela IV, e com os períodos nela previstos.

**Art. 30**. Estão isentos da cobrança de taxa de licença para publicidade, desde que o seu conteúdo não tenha caráter de propaganda:

**I** - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais, em qualquer caso;

**II** - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;

**III** - tabuletas indicativas de hospitais, casas de saúde, ambulatórios e prontos-socorros;

**IV** - placa colocada nas fachadas de estabelecimentos, nas portas de consultórios, de escritórios e de residências, identificando atividades empresariais, e profissionais liberais, sob a condição de que contenham apenas a identificação, telefone e atividade, e não tenham dimensões superiores 1,00m x 0,70cm;

**V -** placas indicativas, nos locais de construção, dos nomes de firmas, engenheiros e arquitetos responsáveis pelos projetos ou execução de obras particulares ou públicas, e não tenham dimensões superiores 0,70cm x 0,50cm;

**VI** – a publicidade e propagandas veiculadas por meio de rádios, TV e internet;

**VII –** a publicidade e propaganda composta de placas, desde que sejam conjuntas com nome de logradouros e seu custo seja de responsabilidade do anunciante.

**Art. 31**. A publicidade deve ser mantida em bom estado de conservação e em perfeitas condições de segurança, sob pena de multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da taxa de licença para publicidade e cassação da licença.

**Art. 32**. Na emissão da taxa de que trata esta Seção, deverá se considerar o que dispõe a Lei 624/2006 em especial os artigos 184 a 189.

**Seção X**

**Da Taxa de Verificação Fiscal**

**Art. 33**. A taxa de verificação fiscal é devida em decorrência do exercício da atividade de verificação *"in loco"* da manutenção das condições de segurança, higiene, saúde e do cumprimento da legislação municipal quanto ao meio ambiente, à disciplina da produção e do mercado, à tranquilidade pública e ao respeito à propriedade aos direitos individuais e coletivos, por parte de estabelecimentos já licenciados.

**§1º** A verificação fiscal ocorrerá anualmente a partir do mês de Janeiro, para os estabelecimentos já em funcionamento na data da vigência desta lei.

**§2º** Para os estabelecimentos que vierem a se instalar posteriormente à data da vigência desta lei, a verificação fiscal ocorrerá a cada 12 (doze) meses após a expedição do respectivo alvará de localização e funcionamento.

**§3º** Quando da verificação fiscal, se for constatado a mudança das instalações para locais ou zonas não compatíveis com a atividade, ou que o seu funcionamento esteja proporcionando incômodos, poluição sonora ou ambiental incompatíveis com o uso predominante residencial, ou cuja atividade ponha em risco a vida dos transeuntes, será elaborada notificação concedendo um prazo de até 30 (trinta) dias para correção das irregularidades.

**§4º** Findo o prazo e não cumprida a notificação em sua totalidade, o agente responsável proporá ao Secretário de Finanças a cassação temporária ou definitiva da licença de localização e funcionamento.

**§5º** Não constatada nenhuma irregularidade, o agente responsável opinará favoravelmente à continuidade das atividades do estabelecimento, quando será expedido o laudo de verificação fiscal do respectivo ano.

**Art. 34.** O lançamento da taxa de verificação fiscal ocorrerá com a visita "*in loco*" realizada pelo agente responsável em cada estabelecimento, quando o respectivo laudo for favorável à continuidade das atividades do estabelecimento.

**Parágrafo único.** A referida taxa não será lançada contra o estabelecimento cujo laudo opinar pela interdição ou a cassação definitiva do alvará de localização e funcionamento.

**Art. 35.** A taxa de verificação fiscal terá como base de cálculo a efetiva área do imóvel edificado, utilizado na produção ou a circulação de bens ou de serviço.

**Art. 36.** O cálculo do valor da taxas, decorrentes do exercício do poder de polícia, será efetuado com base nas Tabelas I anexas a esta Lei.

**CAPÍTULO II**

**Das Taxas de Serviços Públicos**

**Seção I**

**Da Hipótese de Incidência**

**Art. 37**. As taxas de serviços públicos têm como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

**Parágrafo único**. Considera-se o serviço público:

**I** - utilizado pelo contribuinte:

a)efetivamente, quando por ele usufruído a qualquer título;

b)potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, seja posto à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

**II** - específico, quando possa ser destacado em unidade autônoma de intervenção, de utilidade, ou de necessidade públicas;

**III** - divisível, quando suscetível de utilização separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

**Art. 38.** Contribuinte da taxa é toda pessoa física ou jurídica beneficiária do serviço público, abrangido pelo serviço prestado.

**Art. 39**. As taxas de serviços públicos serão:

**I** - cobradas exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo domiciliar;

**II** – cobradas pela utilização de espaço público;

**III –** cobradas exclusivamente em razão dos serviços públicos de limpeza, coleta, remoção e destinação de resíduos provenientes de imóveis urbanos;

**IV -** cobradas em razão de fornecimento de cópia de processos administrativos, licitatórios, e outros;

**V** - de expediente.

**Art. 40**. A base de cálculo das taxas de serviços públicos é o custo da atividade implementada pela Administração Pública Municipal.

**Art. 41.** O custo da prestação dos serviços públicos será rateado pelos contribuintes de acordo com critérios específicos.

**Seção II**

**Do Lançamento**

**Art. 42**. As taxas de serviços públicos podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas nas notificações de lançamento constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

**Seção III**

**Da Arrecadação**

**Art. 43**. O pagamento das taxas de serviços públicos será feito nos vencimentos e locais indicados nas respectivas notificações de lançamento.

**Seção IV**

**Das Penalidades**

**Art. 44**. O contribuinte que deixar de recolher as taxas de serviços previstas se submeterá às seguintes penalidades:

**I** - sobre o valor do tributo devido, incidindo a atualização monetária com no INPC mensal, fornecido pelo IBGE;

**II – multa de mora de 0,33% (zero trinta e três por cento) ao dia, limitado a 20%;**

**III -** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, que incidirão sobre o valor originário devidamente atualizado.

**Seção V**

**Da Taxa de Coleta de Lixo**

**Art. 45**. A taxa de coleta de lixo e remoção de lixo domiciliar de imóveis urbanos edificados tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial, pelo contribuinte, dos serviços municipais de coleta e remoção.

**Art. 46.** O custo despendido com a atividade de coleta e remoção de lixo domiciliar será rateado proporcionalmente entre os imóveis situados em locais em que se dê a atuação da Prefeitura Municipal, cobrado por metro quadrado do imóvel por ano.

**Parágrafo único.** Para fins de cálculo, deverá se considerar a metodologia da Tabela V.

**Art. 47.** A taxa de coleta de lixo será lançada e cobrada mensalmente ou anualmente a critério da Administração Municipal, regulada por decreto, juntamente com outros tributos.

**Seção V**

**Taxa de Ocupação de Espaço Público**

**Art. 48.** A taxa de ocupação de espaço público será cobrada do particular que desejar usar temporariamente espaço público para fins de eventos.

**Art. 49.** Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica, que utilizar o espaço público.

**Art. 50.** O valor taxa de ocupação será o equivalente a 03 (três) UPFDs por dia de evento, o comprovante de pagamento tem status de ato administrativo precário, bastando para tanto assinatura do servidor competente.

**Art. 51.** Estão dispensadas do pagamento da taxa de ocupação de espaço público, entidades sem fins lucrativos, e autarquias ou órgãos da União, Estados e dos Municípios.

**Art. 52.** Não será permitida a ocupação de espaço público, por período superior a 05 (cinco) dias.

**Seção VI**

**Taxa de Serviços Públicos de Limpeza, Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Provenientes de Imóveis Urbanos**

**Art. 53.** As taxas de serviços públicos de limpeza, coleta, remoção e destinação de resíduos provenientes de imóveis urbanos com utilização de máquinas e veículos públicos serão custeadas mediante o pagamento de preço público, conforme Tabela VI.

**Seção VII**

**Da Taxa em Razão de Fornecimento de Cópia de Processos Administrativos, Licitatórios, e Outros**

**Art. 54. A taxa de fornecimento de cópia será cobrada do contribuinte interessado em obter cópia de processo administrativo, de processo licitatório e outros documentos do arquivo.**

**Art. 55. O valor da taxa corresponderá ao custo total das fotocópias dos documentos, devendo ser recolhido antecipadamente ao fornecimento dos documentos.**

**Parágrafo único.** Estão dispensados do pagamento da taxa entidades sem fins lucrativos, e autarquias ou órgãos da União, Estados e dos Municípios, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas.

**Seção VIII**

**Da Taxa de Expediente**

**Art. 56.** A taxa de expediente tem como fato gerador a prestação de serviços burocráticos, em razão de requerimentos, declarações, atestados ou outras solicitações, a lavratura de termos, contratos e assemelhados.

**Art. 57**. O contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que tiver interesse no ato da administração, provocando a prestação do serviço ou a prática do ato administrativo.

**Art. 58.** A taxa será recolhida por meio de guia específica ou por processo mecânico, por ocasião da solicitação do serviço ou no ato da expedição do ato administrativo.

**Art. 59**. São isentos da taxa, as certidões na forma da Constituição Federal, a emissão de alvarás de localização e funcionamento e os serviços de expediente prestados no interesse de entidades públicas e assistenciais, bem como no interesse de servidor público municipal, desde que relacionado com o exercício do cargo ou função.

**Art. 60.** A taxa de expediente é devida a cada prestação de serviço, no valor de 01 (uma) UFPD.

**CAPÍTULO III**

**Das Disposições Finais**

**Art. 61.**Esta lei entrará em vigor na data de 1º de Janeiro do ano seguinte ao da sua Publicação.

**Art. 62. Ficam revogadas as disposições em contrário, previstas na Lei Complementar 20/2013.**

Diamantino-MT, 22 de junho de 2018

**Jozenil Costa Lube**

**Presidente**

**TABELA I - Aplicação**

**1. Da Taxa de Licença de Funcionamento e Localização de Estabelecimentos Industriais, Comerciais, Agroindustriais, Prestadores de Serviços e Autônomos;**

**2. Taxa de Verificação Fiscal.**

**Metodologia: UFPD x valor da UFPD x área utilizada M² = Valor da Taxa**

| Grupo | Classe | Discriminação | Unidade de referência | Valor em UFPDs |
|---|---|---|---|---|
| 01 | | AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS | | |
| | 01.1 | Produção de lavouras temporárias | M2 | 0,125 |
| | 01.2 | Horticultura e floricultura | M2 | 0,125 |
| | 01.3 | Produção de lavouras permanentes | M2 | 0,125 |
| | 01.4 | Produção de sementes e mudas certificadas | M2 | 0,125 |
| | 01.5 | Criação de bovinos, ovinos, suínos e aves. | M2 | 0,125 |
| | 01.6 | Atividades de apoio à agricultura | M2 | 0,125 |
| 02 | | PRODUÇÃO FLORESTAL | | |
| | 02.1 | Produção florestal - florestas plantadas | M2 | 0,125 |
| | 02.2 | Produção florestal - florestas nativas | M2 | 0,125 |
| | 02.3 | Atividades de apoio à produção florestal | M2 | 0,125 |
| 03 | | PESCA E AQUICULTURA | | |
| | 03.1 | Pesca em água doce | M2 | 0,125 |
| | 03.2 | Aquicultura | M2 | 0,125 |
| 05 | | EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL | | |
| | 05.0 | Extração de carvão mineral | M2 | 0,125 |
| 06 | | EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL | | |
| | 06.0 | Extração de petróleo e gás natural | M2 | 0,125 |
| 07 | | EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS | | |
| | 07.1 | Extração de minerais metálicos | M2 | 0,125 |
| | 07.2 | Extração de minerais metálicos não-ferrosos | M2 | |
| 08 | | EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS | | |
| | 08.1 | Extração de pedra, areia e argila | M2 | 0,125 |
| 09 | | ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS | | |
| | 09.1 | Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural | M2 | 0,125 |
| 10 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS | | |
| | 10.1 | Abate e fabricação de produtos de origem animal | M2 | 0,090 |
| | 10.2 | Preservação do pescado e fabricação de produto do pescado | M2 | 0,090 |
| | 10.3 | Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais | M2 | 0,090 |
| | 10.4 | Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais | M2 | 0,090 |
| | 10.5 | Laticínios | M2 | 0,090 |
| | 10.6 | Moagem, fabricação de produtos amiláceos e alimentos para animais | M2 | 0,090 |
| | 10.7 | Fabricação e refino de açúcar | M2 | 0,090 |
| | 10.8 | Torrefação e moagem de café | M2 | 0,090 |
| | 10.9 | Fabricação de outros produtos alimentícios | M2 | 0,090 |
| 11 | | FABRICAÇÃO DE BEBIDAS | | |
| | 11.1 | Fabricação de bebidas alcoólicas | M2 | 0,090 |
| | 11.2 | Fabricação de bebidas não-alcoólicas | M2 | 0,090 |
| 12 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO | | |
| | 12.1 | Processamento industrial do fumo | M2 | 0,090 |
| 13 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS | | |
| | 13.1 | Preparação e fiação de fibras têxteis | M2 | 0,090 |
| | 13.2 | Tecelagem, exceto malha | M2 | 0,090 |
| | 13.3 | Fabricação de tecidos de malha | M2 | 0,090 |
| | 13.4 | Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis | M2 | 0,090 |
| | 13.5 | Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário | M2 | 0,090 |
| 14 | | CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS | | |
| | 14.1 | Confecção de artigos do vestuário e acessórios | M2 | 0,090 |
| | 14.2 | Fabricação de artigos de malharia e tricotagem | M2 | 0,090 |
| 15 | | PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS | | |
| | 15.1 | Curtimento e outras preparações de couro | M2 | 0,090 |
| | 15.2 | Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro | M2 | 0,090 |
| | 15.3 | Fabricação de calçados | M2 | 0,090 |
| | 15.4 | Fabricação de partes para calçados, de qualquer material | M2 | 0,090 |
| 16 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA | | |
| | 16.1 | Desdobramento de madeira | M2 | 0,090 |
| | 16.2 | Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis | M2 | 0,090 |
| 17 | | FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL | | |
| | 17.1 | Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel | M2 | 0,090 |
| | 17.2 | Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão | M2 | 0,090 |
| | 17.3 | Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado | M2 | 0,090 |
| | 17.4 | Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado | M2 | 0,090 |
| 18 | | IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES | | |
| | 18.1 | Atividade de impressão | M2 | 0,090 |
| | 18.2 | Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos | M2 | 0,090 |
| | 18.3 | Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte | M2 | 0,090 |
| 19 | | FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS | | |
| | 19.1 | Coquerias | M2 | 0,090 |
| | 19.2 | Fabricação de produtos derivados do petróleo | M2 | 0,090 |
| | 19.3 | Fabricação de biocombustíveis | M2 | 0,090 |
| 20 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS | | |
| | 20.1 | Fabricação de produtos químicos inorgânicos | M2 | 0,090 |
| | 20.2 | Fabricação de produtos químicos orgânicos | M2 | 0,090 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 20.3 | Fabricação de resinas e elastômeros | M2 | 0,090 |
| | 20.4 | Fabricação de fibras artificiais e sintéticas | M2 | 0,090 |
| | 20.5 | Fabricação de defensivos agrícolas e desinfetantes domissanitários | M2 | 0,090 |
| | 20.6 | Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoa | M2 | 0,090 |
| | 20.7 | Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins | M2 | 0,090 |
| | 20.9 | Fabricação de produtos e preparados químicos diversos | M2 | 0,090 |
| 21 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS | | |
| | 21.1 | Fabricação de produtos farmoquímicos | M2 | 0,090 |
| | 21.2 | Fabricação de produtos farmacêuticos | M2 | 0,090 |
| 22 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO | | |
| | 22.1 | Fabricação de produtos de borracha | M2 | 0,090 |
| | 22.2 | Fabricação de produtos de material plástico | M2 | 0,090 |
| 23 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS | | |
| | 23.1 | Fabricação de vidro e de produtos do vidro | M2 | 0,090 |
| | 23.2 | Fabricação de cimento | M2 | 0,090 |
| | 23.4 | Fabricação de produtos cerâmicos | M2 | 0,090 |
| | 23.9 | Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos | M2 | 0,090 |
| 24 | | METALURGIA | | |
| | 24.1 | Produção de ferro-gusa e de ferroligas | M2 | 0,090 |
| | 24.2 | Siderurgia | M2 | 0,090 |
| | 24.3 | Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura | M2 | 0,090 |
| | 24.4 | Metalurgia dos metais não-ferrosos | M2 | 0,090 |
| | 24.5 | Fundição | M2 | 0,090 |
| 25 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | | |
| | 25.1 | Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada | M2 | 0,090 |
| | 25.2 | Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras | M2 | 0,090 |
| | 25.3 | Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais | M2 | 0,090 |
| | 25.4 | Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas | M2 | 0,090 |
| | 25.5 | Fabricação de equipamento bélico pesado, armas e munições | M2 | 0,090 |
| | 25.9 | Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente | M2 | 0,090 |
| 26 | | FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS | | |
| | 26.1 | Fabricação de componentes eletrônicos | M2 | 0,090 |
| 27 | | FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS | | |
| | 27.1 | Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos | M2 | 0,090 |
| | 27.2 | Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos | M2 | 0,090 |
| | 27.3 | Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica | M2 | 0,090 |
| | 27.4 | Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação | M2 | 0,090 |
| | 27.5 | Fabricação de eletrodomésticos | M2 | 0,090 |
| | 27.9 | Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente | M2 | 0,090 |
| 28 | | FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | | |
| | 28.1 | Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão | M2 | 0,090 |
| | 28.2 | Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral | M2 | 0,090 |
| | 28.3 | Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária | M2 | 0,090 |
| | 28.4 | Fabricação de máquinas-ferramenta | M2 | 0,090 |
| | 28.5 | Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção | M2 | 0,090 |
| | 28.6 | Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico. | M2 | 0,090 |
| 29 | | FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS | | |
| | 29.1 | Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários | M2 | 0,090 |
| 30 | | FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES | | |
| | 30.1 | Construção de embarcações | M2 | 0,090 |
| 31 | | FABRICAÇÃO DE MÓVEIS | | |
| | 31.1 | Fabricação de móveis | | 0,090 |
| 32 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS | | |
| | 32.1 | Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes | M2 | 0,090 |
| 33 | | MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | | |
| | 33.1 | Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos | M2 | 0,090 |
| | 33.2 | Instalação de máquinas e equipamentos | M2 | 0,090 |
| 35 | | ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES | | |
| | 35.1 | Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica | M2 | 0,090 |
| | 35.2 | Produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas | M2 | 0,090 |
| 36 | | CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA | | |
| | 36.0 | Captação, tratamento e distribuição de água | M2 | 0,090 |
| 37 | | ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS | | |
| | 37.0 | Esgoto e atividades relacionadas | M2 | 0,090 |
| 38 | | COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS, RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS | | |
| | 38.1 | Coleta de resíduos | M2 | 0,090 |
| | 38.2 | Tratamento e disposição de resíduos | M2 | 0,090 |
| | 38.3 | Recuperação de materiais | M2 | 0,090 |
| 39 | | ESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESIDUOS | | |
| | 39.0 | Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos | M2 | 0,090 |
| 41 | | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS | | |
| | 41.1 | Incorporação de empreendimentos imobiliários | M2 | 0,090 |
| | 41.2 | Construção de edifícios | M2 | 0,090 |
| 42 | | OBRAS DE INFRAESTRUTURA | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 42.1 | Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais | M2 | 0,090 |
| | 42.2 | Obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos | M2 | 0,090 |
| | 42.9 | Construção de outras obras de infraestrutura | M2 | 0,090 |
| 43 | | SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO | | |
| | 43.1 | Demolição e preparação do terreno | M2 | 0,090 |
| | 43.2 | Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções | M2 | 0,090 |
| | 43.3 | Obras de acabamento | M2 | 0,090 |
| | 43.9 | Outros serviços especializados para construção | M2 | 0,090 |
| 45 | | COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS | | |
| | 45.1 | Comércio de veículos automotores | M2 | 0,090 |
| | 45.2 | Manutenção e reparação de veículos automotores | M2 | 0,065 |
| | 45.3 | Comércio de peças e acessórios para veículos automotores | M2 | 0,090 |
| | 45.4 | Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios | M2 | 0,090 |
| 46 | | COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS | | |
| | 46.1 | Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas | M2 | 0,300 |
| | 46.2 | Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos | M2 | 0,090 |
| | 46.3 | Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo | M2 | 0,090 |
| | 46.4 | Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar | M2 | 0,090 |
| | 46.5 | Comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação | M2 | 0,090 |
| | 46.6 | Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação | M2 | 0,090 |
| | 46.7 | Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção | M2 | 0,090 |
| | 46.8 | Comércio atacadista especializado em outros produtos | M2 | 0,090 |
| | 46.9 | Comércio atacadista não-especializado | M2 | 0,090 |
| 47 | | COMÉRCIO VAREJISTA | | |
| | 47.1 | Comércio varejista não-especializado | M2 | 0,090 |
| | 47.2 | Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo | M2 | 0,090 |
| | 47.3 | Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores | M2 | 0,090 |
| | 47.4 | Comércio varejista de material de construção | M2 | 0,090 |
| | 47.5 | Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico | M2 | 0,090 |
| | 47.6 | Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos | M2 | 0,090 |
| | 47.7 | Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos | M2 | 0,090 |
| | 47.8 | Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados | M2 | 0,090 |
| | 47.9 | Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista | M2 | 0,090 |
| 49 | | TRANSPORTE TERRESTRE | | |
| | 49.1 | Transporte ferroviário e metroferroviário | M2 | 0,090 |
| | 49.2 | Transporte rodoviário de passageiros | M2 | 0,090 |
| | 49.3 | Transporte rodoviário de carga | M2 | 0,090 |
| | 49.4 | Transporte dutoviário | M2 | 0,090 |
| | 49.5 | Trens turísticos, teleféricos e similares | M2 | 0,090 |
| 50 | | TRANSPORTE AQUAVIÁRIO | | |
| | 50.1 | Transporte marítimo de cabotagem e longo curso | M2 | 0,090 |
| 51 | | TRANSPORTE AÉREO | | |
| | 51.1 | Transporte aéreo de passageiros | M2 | 0,090 |
| 52 | | ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES | M2 | |
| | 52.1 | Armazenamento, carga e descarga | M2 | 0,055 |
| | 52.2 | Atividades auxiliares dos transportes terrestres | M2 | 0,055 |
| | 52.3 | Atividades auxiliares dos transportes aquaviários | M2 | 0,055 |
| | 52.4 | Atividades auxiliares dos transportes aéreos | M2 | 0,055 |
| | 52.5 | Atividades relacionadas à organização do transporte de carga | M2 | 0,055 |
| 53 | | CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA | | |
| | 53.1 | Atividades de Correio | M2 | 0,055 |
| 55 | | ALOJAMENTO | | |
| | 55.1 | Hotéis e similares | M2 | 0,050 |
| | 55.9 | Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente | M2 | 0,050 |
| 56 | | ALIMENTAÇÃO | | |
| | 56.1 | Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas | M2 | 0,050 |
| | 56.2 | Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada | M2 | 0,050 |
| 58 | | EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO | | |
| | 58.1 | Edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição | M2 | 0,090 |
| | 58.2 | Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras Publicações | M2 | 0,090 |
| 59 | | ATIVIDADES CINEMATOGRÁFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA | | |
| | 59.1 | Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão | M2 | 0,300 |
| | 59.2 | Atividades de gravação de som e de edição de música | M2 | 0,300 |
| 60 | | ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO | | |
| | 60.1 | Atividades de rádio | M2 | 0,300 |
| | 60.2 | Atividades de televisão | M2 | 0,300 |
| 61 | | TELECOMUNICAÇÕES | | |
| | 61.1 | Telecomunicações por fio | M2 | 0,300 |
| 62 | | ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | | |
| | 62.0 | Atividades dos serviços de tecnologia da informação | M2 | 0,300 |
| 63 | | ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO | | |
| | 63.1 | Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas | M2 | 0,300 |
| | 63.9 | Outras atividades de prestação de serviços de informação | M2 | 0,300 |
| 64 | | ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 64.1 | Banco Central | M2 | 0,300 |
| | 64.2 | Intermediação monetária - depósitos à vista | M2 | 0,300 |
| | 64.3 | Intermediação não-monetária - outros instrumentos de captação | M2 | 0,300 |
| | 64.4 | Arrendamento mercantil | M2 | 0,300 |
| | 64.5 | Sociedades de capitalização | M2 | 0,300 |
| | 64.6 | Atividades de sociedades de participação | M2 | 0,300 |
| | 64.7 | Fundos de investimento | M2 | 0,300 |
| | 64.9 | Atividades de serviços financeiros não especificadas Anteriormente | M2 | 0,300 |
| 65 | | SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE | | |
| | 65.1 | Seguros de vida e não-vida | M2 | 0,300 |
| | 65.2 | Seguros-saúde | M2 | 0,300 |
| | 65.3 | Resseguros | M2 | 0,300 |
| | 65.4 | Previdência complementar | M2 | 0,300 |
| | 65.5 | Planos de saúde | M2 | 0,300 |
| 66 | | ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE | | |
| | 66.1 | Atividades auxiliares dos serviços financeiros | M2 | 0,150 |
| | 66.2 | Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde | M2 | 0,150 |
| | 66.3 | Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão | M2 | 0,150 |
| 68 | | ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS | | |
| | 68.1 | Atividades imobiliárias de imóveis próprios | M2 | 0,100 |
| | 68.2 | Atividades imobiliárias por contrato ou comissão | M2 | 0,100 |
| 69 | | ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA | | |
| | 69.1 | Atividades jurídicas | M2 | 0,070 |
| | 69.2 | Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária | M2 | 0,070 |
| 70 | | ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL | | |
| | 70.1 | Sedes de empresas e unidades administrativas locais | M2 | 0,070 |
| | 70.2 | Atividades de consultoria em gestão empresarial | M2 | 0,070 |
| 71 | | SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS | | |
| | 71.1 | Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas Relacionadas | M2 | 0,070 |
| | 71.2 | Testes e análises técnicas | M2 | 0,070 |
| 72 | | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO | | |
| | 72.1 | Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e Naturais | M2 | 0,050 |
| | 72.2 | Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e Humanas | M2 | 0,050 |
| 73 | | PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO | | |
| | 73.1 | Publicidade | M2 | 0,150 |
| | 73.2 | Pesquisas de mercado e de opinião pública | M2 | 0,150 |
| 74 | | OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS | M2 | |
| | 74.1 | Design e decoração de interiores | M2 | 0,070 |
| | 74.2 | Atividades fotográficas e similares | M2 | 0,070 |
| | 74.9 | Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente | M2 | 0,070 |
| 75 | | ATIVIDADES VETERINÁRIAS | | |
| | 75.0 | Atividades veterinárias | M2 | 0,070 |
| 77 | | ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS | | |
| | 77.1 | Locação de meios de transporte sem condutor | M2 | 0,100 |
| | 77.2 | Aluguel de objetos pessoais e domésticos | M2 | 0,100 |
| | 77.3 | Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador | M2 | 0,100 |
| | 77.4 | Gestão de ativos intangíveis não-financeiros | M2 | 0,100 |
| 78 | | SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | M2 | |
| | 78.1 | Seleção e agenciamento de mão-de-obra | M2 | 0,070 |
| | 78.2 | Locação de mão-de-obra temporária | M2 | 0,070 |
| | 78.3 | Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros | M2 | 0,070 |
| 79 | | AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS | | |
| | 79.1 | Agências de viagens e operadores turísticos | M2 | 0,300 |
| | 79.9 | Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente | M2 | 0,300 |
| 80 | | ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO | | |
| | 80.1 | Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de Valores | M2 | 0,100 |
| | 80.2 | Atividades de monitoramento de sistemas de segurança | M2 | 0,100 |
| 81 | | SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS | | |
| | 81.1 | Serviços combinados para apoio a edifícios | M2 | 0,070 |
| | 81.2 | Atividades de limpeza | M2 | 0,070 |
| | 81.3 | Atividades paisagísticas | M2 | 0,070 |
| 82 | | SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PRINCI-PALMENTE ÀS EMPRESAS | | |
| | 82.1 | Serviços de escritório e apoio administrativo | M2 | 0,070 |
| | 82.2 | Atividades de teleatendimento | M2 | 0,070 |
| | 82.3 | Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos | M2 | 0,070 |
| | 82.9 | Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas | M2 | 0,070 |
| 84 | | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL | | |
| | 84.1 | Administração do estado e da política econômica e social | M2 | 0,030 |
| | 84.2 | Serviços coletivos prestados pela administração pública | M2 | 0,030 |
| | 84.3 | Seguridade social obrigatória | M2 | 0,030 |
| 85 | | EDUCAÇÃO | | |
| | 85.1 | Educação infantil e ensino fundamental | M2 | 0,020 |
| | 85.2 | Ensino médio | M2 | 0,025 |
| | 85.3 | Educação superior | M2 | 0,035 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 85.4 | Educação profissional de nível técnico e tecnológico | M2 | 0,050 |
| | 85.5 | Atividades de apoio à educação | M2 | 0,020 |
| | 85.9 | Outras atividades de ensino | M2 | 0,020 |
| 86 | | ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA | | |
| | 86.1 | Atividades de atendimento hospitalar | M2 | 0,100 |
| | 86.2 | Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de Pacientes | M2 | 0,100 |
| | 86.3 | Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e Odontólogos | M2 | 0,100 |
| | 86.4 | Atividades de serviços de complementação diagnóstica e Terapêutica | M2 | 0,100 |
| | 86.5 | Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e Odontólogos | M2 | 0,100 |
| | 86.6 | Atividades de apoio à gestão de saúde | M2 | 0,100 |
| | 86.9 | Atividades de atenção à saúde humana não especificadas Anteriormente | M2 | 0,100 |
| 87 | | ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES | | |
| | 87.1 | Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infra-estrutura e apoio a pacientes prestadas em residências coletivas e particulares | M2 | 0,010 |
| | 87.2 | Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e de-pendência química | M2 | 0,010 |
| | 87.3 | Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares | M2 | 0,010 |
| 88 | | SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO | M2 | |
| | 88.0 | Serviços de assistência social sem alojamento | M2 | 0,010 |
| 90 | | ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS | | |
| | 90.0 | Atividades artísticas, criativas e de espetáculos | M2 | 0,010 |
| 91 | | ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL | | |
| | 91.1 | Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental | M2 | 0,010 |
| 92 | | ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS | M2 | |
| | 92.0 | Atividades de exploração de jogos de azar e apostas | M2 | 0,100 |
| 93 | | ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER | M2 | |
| | 93.1 | Atividades esportivas | M2 | 0,010 |
| | 93.2 | Atividades de recreação e lazer | M2 | 0,010 |
| 94 | | ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS | | |
| | 94.1 | Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais | M2 | 0,025 |
| | 94.2 | Atividades de organizações sindicais | M2 | 0,025 |
| | 94.3 | Atividades de associações de defesa de direitos sociais | M2 | 0,025 |
| | 94.9 | Atividades de organizações associativas não especificadas Anteriormente | M2 | 0,025 |
| 95 | | REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS | | |
| | 95.1 | Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação | M2 | 0,030 |
| | 95.2 | Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos | M2 | 0,030 |
| 96 | | OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS | | |
| | 96.0 | Outras atividades de serviços pessoais | M2 | 0,010 |
| 97 | | SERVIÇOS DOMÉSTICOS | | |
| | 97.0 | Serviços domésticos | M2 | 0,010 |
| 100 | | MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL | CNPJ | 6,000 |
| 101 | | Condutor veículo autônomo- carro (taxi) | Veículo | 8,000 |
| 102 | | Condutor veículo autônomo- moto-taxi | Veículo | 5,000 |
| 103 | | Condutor veículo autônomo- ônibus ou van escolar | Veículo | 14,000 |

**TABELA II – Aplicação da Taxa de Licença para a atividade eventual ou comércio ambulante**

| Atividade Eventual | | Quantidade de UFPD POR dia 03 |
|---|---|---|
| Comércio Ambulante | | |
| Item | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE/ EM UPFD P/ DIA |
| 01 | Brinquedos e bijuterias. | 15,00 |
| 02 | Tecidos, confecções, roupas feitas. | 15,00 |
| 03 | Tapetes e redes. | 15,00 |
| 04 | Alimentos em geral. | 15,00 |
| 05 | Relógios, jóias, pedras preciosas. | 15,00 |
| 06 | Ferramentas, artefatos plásticos e borracha. | 15,00 |
| 07 | Doces e salgados. | 5,00 |
| 08 | Bebidas. | 5,00 |
| 09 | Utensílios domésticos. | 15,00 |
| 10 | Calçados e outros artigos de couro. | 15,00 |
| 11 | Obras de arte, artefatos, bordados etc. | 5,00 |
| 12 | Livros, revistas, discos, fitas etc. | 15,00 |
| 13 | Acessórios para carros e assemelhados. | 15,00 |
| 14 | Artigos de papelaria. | 15,00 |
| 15 | Bilhetes de loterias, rifas e outros. | 15,00 |
| 16 | Animais e aves domésticas. | 15,00 |
| 17 | Frutas e Verduras: | 15,00 |
| | 17.1 – Com caminhões, camionetes e carroças | 15,00 |
| | 17.2 – De outras formas. | 15,00 |
| 18 | Flores, mudas de árvores e outros. | 15,00 |
| 19 | Estofados, móveis em geral e eletrodomésticos | 15,00 |
| 20 | Outros tipos não especificados | 15,00 |

**TABELA III Aplicação da Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares para aprovação de projeto, execução de obras, instalação e urbanização de área particular.**

| Item | Descrição | Quantidade UPFD | |
|---|---|---|---|
| 01. | APROVAÇÃO DE PROJETOS E RESPECTIVO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO | | |
| 01.1 | RESIDENCIAL UNIFAMILIAR (por m²) de área coberta | | |
| | 01.1.1 | Residencial Unifamiliar com até 60 m² | ISENTO |
| | 01.2.1 | 61,00 até 150,00 m² | 0,048 |
| | 01.3.1 | 151,00 até 350,00 m² | 0,057 |
| | 01.4.1 | Acima de 350,0 m² | 0,068 |
| 01.2 | RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR (por m²) de área coberta | | |
| | 01.2.1 | Com unidade autônomo de até 60 m². | 0,040 |
| | 01.2.2 | Com unidade autônomo de até 61,00 até 150,00 m² | 0,048 |
| | 01.2.3 | Com unidade autônomo de até 151,00 até 350,00 m² | 0,057 |
| | 01.2.4 | Acima de 350,0 m² | 0,068 |
| 01..3 | COMERCIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (por m²) de área coberta | | |
| | 01.3.1 | Até 150,00 m². | 0,040 |
| | 01.3.2 | De 151,00 até 500,00 m². | 0,048 |
| | 01.3.3 | Acima 500,00 m². | 0,057 |
| 01.4 | INDUSTRIAL (por m²) de área coberta | | |
| | 0143.1 | Até 500,00 m². | 0,040 |
| | 01.4.2 | De 501,00 até 1.500,00 m². | 0,048 |
| | 01.4.3 | Acima 1.500,00 m². | 0,057 |
| 01.5 | OUTROS SETORES (por m²) de área coberta | | |
| | 01.5.1 | Até 150,00 m². | 0,048 |
| | 01.5.2 | De 151,00 até 500,00 m². | 0,057 |
| | 01.5.3 | Acima 500,00 m². | 0,068 |
| 02. | PARCELAMENTO DO SOLO | | |
| 02.1 | CONSULTA PRÉVIA DE LOTEAMENTO (p/ loteamento) | | 9,000 |
| 02.2 | DESMEMBRAMENTO, REMEMBRAMENTO E DESDOBRAMENTO (P/ Lote envolvido). | | 5,000 |
| 02.3 | APROVAÇÃO DE PROJETO PARA LOTEAMENTO | | |
| | 02.3.1 | Até 100.000 m2 | 35,000 |
| | 02.3.2 | De 10.001 a 25.0000 m2 | 45,000 |
| | 02.3.3 | De 25.001 a 50.000 m2. | 55,000 |
| | 02.3.4 | Acima de 50.001 m2. | 65,000 |
| 03. | ALVARÁ PARA: | | |
| 03.1 | REFORMA | | 5,000 |
| 03.2 | DEMOLIÇÃO | | 4,000 |
| 03.3 | TERRAPLANAGEM E MOVIMENTO DE TERRA | | 10,000 |
| 0.4 | HABITE-SE: por m². | | |
| 04.1 | Até 100,0 m². | | 0,030 |
| 04.2 | De 101,0 a 250,0 m². | | 0,040 |
| 04.3 | Mais de 251,0 m². | | 0,050 |
| 05. | CERTIDÕES DIVERSAS | | 1,000 |
| 06. | COLOCAÇÃO DE TAPUME (POR METRO LINEAR | | 0,010 |
| 07. | NIVELAMENTO E ALINHAMENTO DE TESTADA por metro linear | | 0,010 |
| 08. | CONSTRUÇÃO DE PISCINAS – por metro cúbicos. | | 1,000 |

**TABEL IV – aplicação para cobrança da Taxa de Licença relativa à veiculação de publicidade em geral**

| Descrição | Valor em UPFD |
|---|---|
| Publicidade sonora por rodagem veículos | 03 UPFD/por dia |
| Publicidade por pit stop com fins lucrativos | 02 UPFD/ por dia |
| Publicidade por utilização de faixas, cartazes e outros | 0,5 UPFD/ por dia |
| Publicidade por outdoor | 03 UPFD/ por mês |
| Publicidade de fachada - fora da isenção | 10 UPFD/por ano |
| Publicidade por distribuição de panfletos e revistas | 02 UPFD/por evento |
| Publicidade fixada em veículo | 03 UPFD/por veiculo |

**TABELA V – Aplicação da Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar**

Metodologia de cálculo, onde:

**50% da CASCL – C**usto **A**nual dos **S**erviços de **C**olete de **L**ixo.

**TAPD** - **T**otal da **Á**rea **P**redial de **D**iamantino.

**VCL - V**alor de **C**oleta de **L**ixo por M2**.**

**ACM2 – Á**rea **C**onstruída em **M2**

Equação:

**50% CASCL**

**VCL = _____ x ACM2**

**TAPD**

**TABELA VI – Aplicação da Taxa de Serviços Públicos**

| Item | Descrição | Quantidade em UPFD |
|---|---|---|
| 01 | Roçagem ou limpeza de terreno | 10,0/ até 450m² se + a cada 100m2 mais 01 UPFD |
| 02 | Cessão de contêiner | 7,0/ dia |
| 03 | Transporte de aterro – em caminhão c/ 4m³ | 5,0/viagem |
| 04 | Transporte de aterro – em caminhão c/ 8m³ | 8,0/viagem |
| 05 | Pá carregadeira | 10,0/hora |
| 06 | Trator esteira | 10,0/hora |
| 07 | Patrol | 10,0/hora |
| 08 | Transporte de máquinas pesadas com deslocamento de até 50 quilômetros | 15 UPFD's |
| 09 | Transporte de máquinas pesadas com deslocamento acima de 50 quilômetros | 0,31/Km rodado |
| 10 | Retirada de entulhos/detritos e serviços assemelhados | 8/carga |
| 11 | Transporte de entulhos/detritos | 5/viagem |
| 12 | Retro escavadeira | 10,0/hora |
| 13 | Transporte de Água c/ 8m³ | 5,0/viagem |
| 14 | Escavadeira Hidráulica | 15,0/hora |

**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**
**LEI COMPLEMENTAR Nº 046/2018**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 046/2018**

Dispõe sobre as Taxas decorrentes do exercício de Poder de Policia e **de Serviços Públicos** dá outras providências

**A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que ela aprovou e o seu Presidente Ver. Jozenil Costa Lube, nos termos do § 7° do artigo 40 da Lei Orgânica Municipal, Promulga a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I**

**Das Taxas Decorrentes do Exercício de Poder de Polícia**

**Seção I**

**Da Hipótese de Incidência**

**Art. 1º**. As taxas de licença têm como fato gerador o efetivo exercício regular do poder de polícia implementado pela Administração Municipal, que limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, mediante a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias e outros atos administrativos.

**Parágrafo Único**. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

**Art. 2º**. O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do Município, dependentes, nos termos deste Código, da prévia licença da Prefeitura.

**Art. 3º**. Serão exigidas taxas de poder de polícia nas seguintes hipóteses:

**I** – funcionamento e localização de estabelecimentos comerciais, industriais, agroindustrial e prestadores de serviço;

**II** - exercício de atividades de comércio ambulante e eventos;

**III** - execução de obras particulares;

**IV** - publicidade;

**V** - verificação fiscal.

**Art. 4º**. É contribuinte das taxas de poder de polícia a pessoa física ou jurídica que der causa ao exercício da atividade da Administração Municipal ou quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, com ou sem fins lucrativos.

**Art. 5º.** A base de cálculo das taxas de poder de polícia corresponde ao elemento da efetiva área do imóvel edificado, utilizado na produção ou a circulação de bens ou de serviço.

**Art. 6º.** O cálculo do valor das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia será efetuado com base nas tabelas anexas a esta Lei, que seguem cada espécie tributária, levando em conta o CNAE – fiscal como atividade principal, destacado no cartão CNJP.

**§1°** No cálculo do valor de taxa, é facultada a utilização de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

**§2°** Sendo o contribuinte pessoa física, utiliza-se o CNAE - fiscal, assemelhado da atividade empresarial com a sua atividade como profissional autônomo ou liberal.

**Seção II**

**Da Inscrição**

**Art. 7º.** Mediante requerimento formulado em documento apropriado ou por sistema on-line, fixado em ato do Poder Executivo, o contribuinte fornecerá ao Setor de Tributação da Prefeitura os elementos e informações necessários à sua inscrição no Cadastro Fiscal.

**Seção III**

**Do Lançamento**

**Art. 8º**. As taxas de licença decorrentes do exercício do poder de polícia podem ser lançadas de ofício, de forma isolada ou em conjunto com outros tributos, integral ou proporcional aos números de meses.

**Parágrafo único**. Na hipótese de lançamento conjunto com outros tributos, a notificação de lançamento trará os elementos distintivos de cada tributo a que se refere e os correspondentes valores.

**Seção IV**

**Da Arrecadação**

**Art. 9º.** As taxas de licença serão arrecadadas antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao efetivo exercício do poder de polícia da Administração Municipal, mediante documento de arrecadação a ser estabelecido em ato do Poder Executivo, nos prazos estabelecidos por decreto.

**Seção V**

**Das Penalidades**

**Art. 10.** O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos sujeitos ao poder de polícia do Município e que dependam de prévia licença, sem a correspondente autorização da Administração Municipal, e sem o pagamento da respectiva taxa de licença, se submeterá à incidência de atualização monetária com base no índice do INPC mensal, fornecida pelo IBGE, sem prejuízo das seguintes penalidades:

**I -** multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor da taxa devida;

**II** - multa moratória de 0,33% (zero trinta e três por cento), por dia de atraso, limitada a 20%, sobre o valor do tributo devido, incidindo, inclusive sobre a atualização monetária que for aplicada.

**III** - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, que incidirão sobre o valor originário do tributo devido.

**Seção VI**

**Da Taxa de Licença de Funcionamento e Localização de Estabelecimentos Industriais, Comerciais, Agroindustriais, e Prestadores de Serviços e Autônomos.**

**Art. 11**. Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à atividade industrial, comercial, agroindustrial ou à prestação de serviços, inclusive os profissionais autônomos, ou a qualquer outro ramo de natureza econômica, em caráter permanente ou temporário, em zona urbana e ou rural, com ou sem fins lucrativos, somente poderá instalar-se mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da correspondente taxa para fiscalização e funcionamento.

**§1º** Estão isentas do pagamento da taxa prevista no caput:

a) as pessoas físicas ou jurídicas de pequenos rendimentos exercidos individualmente, por conta própria, desde que o resultado econômico bruto mensal seja igual ou inferior a 100 (cem) UFDs, mediante requerimento e devidamente comprovado pela fiscalização do Município;

b) o microempreendedor individual na abertura da empresa, pelo período de 6 (seis) meses. Após esse período, será cobrada a taxa descrita da Tabela I.

c) templos de qualquer culto religiosos, com registro no sistema do CNPJ da Receita Federal do Brasil.

**§2º** Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante eventos, em instalações precárias ou removíveis, com balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

**§3º** A taxa de licença é também devida pelos depósitos fechados destinados ao armazenamento de mercadorias ou grãos em área rural ou urbana.

**§4º** É também devida à taxa de licença das entidades sem fins lucrativos, isentas ou imunes de impostos.

**Art. 12.** A licença será concedida desde que as condições de zoneamento, higiene, segurança do estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida, observados os requisitos da legislação sanitária, edilícia e urbanística do Município.

**§1º** Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento.

**§2º** A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que viabilizaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da fiscalização para regularizar a situação do estabelecimento.

**§3º** As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização, com valor integral, e proporcionalmente aos meses de funcionamento em caso de início de atividade durante o ano fiscal, obedecendo a metodologia da Tabela I.

**Art. 13**. A taxa de licença de funcionamento e localização é devida de acordo com a Tabela I da presente Lei Complementar.

**§1º** Nos empreendimentos agroindustriais que se dediquem a produção de lavouras temporárias ou permanentes, a taxa de localização e funcionamento será cobrada com base na metragem do escritório e armazém de grãos.

**§2º** Nos empreendimentos agroindustriais que se dediquem a produção de lavouras temporárias ou permanentes e que não possuírem escritório ou armazém de grãos, a taxa de localização e funcionamento será cobrada com base na metragem de parte do imóvel residencial que sirva para execução das atividades administrativas.

**Seção VII**

**Da Taxa de Licença para o Exercício de Atividade Eventual ou Comércio Ambulante.**

**Art. 14**. A Taxa de Licença para o exercício de atividade eventual ou comércio ambulante será arrecadada, antecipadamente, sempre a título precário.

**§1º** – Na atividade de comércio ambulante, caso o empresário possua mais de um vendedor, a taxa será cobrada de forma individual por vendedor.

**§2º** Considera-se atividade eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente em ocasiões de festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura.

**§3º** É considerado, também como atividade eventual, o que é exercido em instalações removíveis, colocadas nas vias ou logradouros públicos como balcões, barracas, veículos, mesas, tabuleiros e semelhantes.

**§4º** Comércio ambulante é exercido individualmente sem estabelecimento, instalações ou localização fixa.

**Art. 15**. Somente será permitido o comércio ambulante, desde que o empresário ambulante atenda acumuladamente os requisitos abaixo:

I – empresário devidamente constituído, apresentando à fiscalização, ato constitutivo devidamente registrado em órgão competente, cartão do CNPJ e inscrição estadual;

II – declaração do administrador com indicação do contabilista e número do CRC, que a empresa está devidamente regular com sua escrituração fiscal e contábil;

III – a mercadoria seja procedente de empresas do ramo, devidamente constituídas, devendo o ambulante, estar de posse da nota fiscal da mercadoria em trânsito, acompanhado de equipamentos de emissão de notas fiscais ou cupom fiscal eletrônicos, devendo ser emitida por ocasião de cada venda;

IV – comprovante de pagamento do ICMS, na entrada do produto no Estado;

V- comprovante de endereço onde for instalado o comércio ambulante, mediante contrato de locação ou outros documentos, caso haja necessidade;

VI - cadastro do setor municipal competente, e licença de comércio ambulante, com taxa devidamente recolhida;

VII – se for o caso de utilização de espaço público, apresentação de ato administrativo municipal precário.

VIII – requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Finanças, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

**§1º -** Não se aplica o disposto neste artigo, quando se tratar de mercadoria eminentemente artesanal.

**§2º** O Departamento de Cultura do município determinará o local onde poderão ser comercializados os produtos que comprovadamente são artesanais.

**§3º** A taxa de que trata esta seção será cobrada em razão da Tabela II, por dia, dependendo das mercadorias a serem comercializadas, sendo que o seu recolhimento não dispensa o contribuinte do pagamento da taxa de ocupação área pública, quando for o caso.

**Art. 16**. A inscrição da atividade eventual e comerciantes ambulantes no cadastro mobiliário da Prefeitura é obrigatória, antes do início da atividade, mediante o preenchimento de formulário próprio.

**§1º** Preenchidas as formalidades legais, será fornecido ao contribuinte alvará provisório, documento este pessoal e intransferível.

**§2º** O alvará provisório, bem como a guia de pagamento da licença, deverão sempre estar em poder do contribuinte, para exibição aos encarregados da fiscalização quando solicitados.

**§3º** Os comerciantes com estabelecimentos fixos no Município que porventura quiserem explorar seus negócios em caráter eventual ou ambulante, deverão atualizar seu alvará de funcionamento.

**Art. 17**. Os comerciantes ambulantes que forem encontrados sem licença e a prova de quitação da taxa terão apreendidos os objetos e gêneros de seu comércio, que serão levados ao depósito público, até que seja paga a licença devida, acrescida das penalidades previstas nesta Lei, mais multa no valor de 100 (cem) UPFDs, e as despesas com a remoção.

**§1** Os objetos e gêneros apreendidos terão destinação especifica, após decorridos 30 (trinta) dias da data da apreensão, se não satisfeitos os pagamentos a que se refere o caput deste artigo.

**§2** A multa referida neste artigo, se paga dentro de 10 (dez) dias, contados da data de lavratura do auto de infração, terá desconto de 40% (quarenta por cento).

**§3** As mercadorias apreendidas, em se tratando de alimentos perecíveis e de fácil deterioração, tais como: carnes, frutas, legumes, ovos, leite, doces, outros, serão doados a critério do Prefeito Municipal e mediante recibo, às instituições de caridade ou de assistência social, se não forem reclamados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**§4** Os objetos e gêneros apreendidos, que não possuírem Nota Fiscal no ato da apreensão, não serão devolvidos e serão encaminhados imediatamente para instituição de caridade.

**§5º** Quando se tratar de mercadorias objeto de pirataria serão encaminhadas diretamente à Policia Civil, para que tome as providencias cabíveis.

**Art. 18**. Estão isentas de pagamento de taxas de licenças de atividades eventuais e comércio ambulante:

I – feiras livres de pequenos produtores rurais;

II- feiras culturais, científicas, educacionais e assistenciais, promovidas por entidades sem fins lucrativos;

III - eventos promocionais, culturais, religiosos, assistenciais, educacionais, esportivos, como bingos, almoço, jantares, bailes, shows, entre outros promovidos por entidades sem fins lucrativos, e, desde que, os produtos da arrecadação sejam destinados para fins de filantropia, ou à premiação aos participantes.

**Art. 19**. No caso de inadimplência do pagamento da taxa, aplica-se o disposto no art. 10, desta Lei.

**Seção VIII**

**Da Taxa de Licença para Execução de Obras Civil**

**Art. 20**. Qualquer pessoa física ou jurídica que queira construir, ampliar, reformar, reparar, acrescer ou demolir edifícios, casas, edículas, barracões, armazéns em geral, assim como proceder ao parcelamento do solo urbano, e quaisquer outras obras em imóveis urbanos ou rurais, está sujeita à prévia licença da Administração Municipal e ao pagamento antecipado da taxa de licença para a execução das obras.

**§1º** A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação aplicável.

**§2º** A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

**§3º A licençaincidirá inclusive em armazéns de grãos e barracões em imóveis rurais.**

**§4º** Será cobrada multa de meia UPFD (1/2) por metro quadrado da obra em construção, caso constado pela fiscalização a ausência da licença de construção.

**Art. 21**. Estão isentas da taxa prevista no artigo anterior:

I - a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obra já licenciada pela Prefeitura;

II- a construção de muros, calçadas, tapumes, grades, garagem de veículos e máquinas agrícolas, sem paredes, desde que não tenham projetos.

III- construção de uso exclusivo residencial em alvenaria até 60m² (sessenta metros quadrados), desde que proprietário prove não possuir outro imóvel urbano ou rural, e não podendo haver duas ou mais construção no mesmo lote.

IV – reformas de piso, abertura ou troca de portas, janelas, e cobertura, este desde que não altere a fachada e estrutura do imóvel.

**Parágrafo único.** O benefício do inciso III será concedido uma única vez ao mesmo contribuinte.

**Art. 22**. A taxa de licença para execução de obra é devida de acordo com a Tabela III, constante da presente Lei Complementar.

**Art. 23**. No caso de inadimplência no pagamento da taxa, aplica-se o disposto no art. 10 desta lei.

**Seção IX**

**Da Taxa De Licença Para Publicidade**

**Art. 24**. A publicidade realizada por quaisquer instrumentos de divulgação ou comunicação de todo tipo ou espécie, processo ou forma, inclusive as que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades, mesmo aqueles fixados em veículos, fica sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para publicidade.

**Parágrafo único.** A publicidade e propaganda efetuada sem a licença e pagamento de taxa, ensejará aplicação de multa nos termos do Capitulo IX da Lei 624/2006.

**Art. 25.** Respondem pela observância das disposições desta incidência tributária todas as pessoas, físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar.

**Art. 26**. O pedido de licença deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, dos cortes, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

**§1°** Quando o local em que se pretender colocar anúncios não for de propriedade do requerente, deverá esse juntar ao requerimento a autorização do proprietário, e sendo espaço público, o comprovante de pagamento da taxa de utilização e a devida licença precária.

**§2°** A liberação da licença é mera faculdade da administração pública, compete à Secretaria Municipal de Finanças a análise e deferimento, observando a conveniência e razoabilidade.

**Art. 27**. Nos instrumentos de divulgação ou comunicação deverão constar, obrigatoriamente, o número de identificação fornecido pela repartição competente.

**Art. 28**. A publicidade escrita fica sujeita à futura inspeção da repartição competente.

**Art. 29.** A taxa de licença para publicidade é devida de acordo com a Tabela IV, e com os períodos nela previstos.

**Art. 30**. Estão isentos da cobrança de taxa de licença para publicidade, desde que o seu conteúdo não tenha caráter de propaganda:

**I** - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais, em qualquer caso;

**II** - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;

**III** - tabuletas indicativas de hospitais, casas de saúde, ambulatórios e prontos-socorros;

**IV** - placa colocada nas fachadas de estabelecimentos, nas portas de consultórios, de escritórios e de residências, identificando atividades empresariais, e profissionais liberais, sob a condição de que contenham apenas a identificação, telefone e atividade, e não tenham dimensões superiores 1,00m x 0,70cm;

**V -** placas indicativas, nos locais de construção, dos nomes de firmas, engenheiros e arquitetos responsáveis pelos projetos ou execução de obras particulares ou públicas, e não tenham dimensões superiores 0,70cm x 0,50cm;

**VI** – a publicidade e propagandas veiculadas por meio de rádios, TV e internet;

**VII –** a publicidade e propaganda composta de placas, desde que sejam conjuntas com nome de logradouros e seu custo seja de responsabilidade do anunciante.

**Art. 31**. A publicidade deve ser mantida em bom estado de conservação e em perfeitas condições de segurança, sob pena de multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da taxa de licença para publicidade e cassação da licença.

**Art. 32**. Na emissão da taxa de que trata esta Seção, deverá se considerar o que dispõe a Lei 624/2006 em especial os artigos 184 a 189.

**Seção X**

**Da Taxa de Verificação Fiscal**

**Art. 33**. A taxa de verificação fiscal é devida em decorrência do exercício da atividade de verificação *"in loco"* da manutenção das condições de segurança, higiene, saúde e do cumprimento da legislação municipal quanto ao meio ambiente, à disciplina da produção e do mercado, à tranquilidade pública e ao respeito à propriedade aos direitos individuais e coletivos, por parte de estabelecimentos já licenciados.

**§1º** A verificação fiscal ocorrerá anualmente a partir do mês de Janeiro, para os estabelecimentos já em funcionamento na data da vigência desta lei.

**§2º** Para os estabelecimentos que vierem a se instalar posteriormente à data da vigência desta lei, a verificação fiscal ocorrerá a cada 12 (doze) meses após a expedição do respectivo alvará de localização e funcionamento.

**§3º** Quando da verificação fiscal, se for constatado a mudança das instalações para locais ou zonas não compatíveis com a atividade, ou que o seu funcionamento esteja proporcionando incômodos, poluição sonora ou ambiental incompatíveis com o uso predominante residencial, ou cuja atividade ponha em risco a vida dos transeuntes, será elaborada notificação concedendo um prazo de até 30 (trinta) dias para correção das irregularidades.

**§4º** Findo o prazo e não cumprida a notificação em sua totalidade, o agente responsável proporá ao Secretário de Finanças a cassação temporária ou definitiva da licença de localização e funcionamento.

**§5º** Não constatada nenhuma irregularidade, o agente responsável opinará favoravelmente à continuidade das atividades do estabelecimento, quando será expedido o laudo de verificação fiscal do respectivo ano.

**Art. 34.** O lançamento da taxa de verificação fiscal ocorrerá com a visita "*in loco*" realizada pelo agente responsável em cada estabelecimento, quando o respectivo laudo for favorável à continuidade das atividades do estabelecimento.

**Parágrafo único.** A referida taxa não será lançada contra o estabelecimento cujo laudo opinar pela interdição ou a cassação definitiva do alvará de localização e funcionamento.

**Art. 35.** A taxa de verificação fiscal terá como base de cálculo a efetiva área do imóvel edificado, utilizado na produção ou a circulação de bens ou de serviço.

**Art. 36.** O cálculo do valor da taxas, decorrentes do exercício do poder de polícia, será efetuado com base nas Tabelas I anexas a esta Lei.

**CAPÍTULO II**

**Das Taxas de Serviços Públicos**

**Seção I**

**Da Hipótese de Incidência**

**Art. 37**. As taxas de serviços públicos têm como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

**Parágrafo único**. Considera-se o serviço público:

**I** - utilizado pelo contribuinte:

a)efetivamente, quando por ele usufruído a qualquer título;

b)potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, seja posto à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

**II** - específico, quando possa ser destacado em unidade autônoma de intervenção, de utilidade, ou de necessidade públicas;

**III** - divisível, quando suscetível de utilização separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

**Art. 38.** Contribuinte da taxa é toda pessoa física ou jurídica beneficiária do serviço público, abrangido pelo serviço prestado.

**Art. 39**. As taxas de serviços públicos serão:

**I** - cobradas exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo domiciliar;

**II** – cobradas pela utilização de espaço público;

**III –** cobradas exclusivamente em razão dos serviços públicos de limpeza, coleta, remoção e destinação de resíduos provenientes de imóveis urbanos;

**IV -** cobradas em razão de fornecimento de cópia de processos administrativos, licitatórios, e outros;

**V** - de expediente.

**Art. 40**. A base de cálculo das taxas de serviços públicos é o custo da atividade implementada pela Administração Pública Municipal.

**Art. 41.** O custo da prestação dos serviços públicos será rateado pelos contribuintes de acordo com critérios específicos.

**Seção II**

**Do Lançamento**

**Art. 42**. As taxas de serviços públicos podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas nas notificações de lançamento constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

**Seção III**

**Da Arrecadação**

**Art. 43**. O pagamento das taxas de serviços públicos será feito nos vencimentos e locais indicados nas respectivas notificações de lançamento.

**Seção IV**

**Das Penalidades**

**Art. 44**. O contribuinte que deixar de recolher as taxas de serviços previstas se submeterá às seguintes penalidades:

**I** - sobre o valor do tributo devido, incidindo a atualização monetária com no INPC mensal, fornecido pelo IBGE;

**II – multa de mora de 0,33% (zero trinta e três por cento) ao dia, limitado a 20%;**

**III -** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, que incidirão sobre o valor originário devidamente atualizado.

**Seção V**

**Da Taxa de Coleta de Lixo**

**Art. 45**. A taxa de coleta de lixo e remoção de lixo domiciliar de imóveis urbanos edificados tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial, pelo contribuinte, dos serviços municipais de coleta e remoção.

**Art. 46.** O custo despendido com a atividade de coleta e remoção de lixo domiciliar será rateado proporcionalmente entre os imóveis situados em locais em que se dê a atuação da Prefeitura Municipal, cobrado por metro quadrado do imóvel por ano.

**Parágrafo único.** Para fins de cálculo, deverá se considerar a metodologia da Tabela V.

**Art. 47.** A taxa de coleta de lixo será lançada e cobrada mensalmente ou anualmente a critério da Administração Municipal, regulada por decreto, juntamente com outros tributos.

**Seção V**

**Taxa de Ocupação de Espaço Público**

**Art. 48.** A taxa de ocupação de espaço público será cobrada do particular que desejar usar temporariamente espaço público para fins de eventos.

**Art. 49.** Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica, que utilizar o espaço público.

**Art. 50.** O valor taxa de ocupação será o equivalente a 03 (três) UPFDs por dia de evento, o comprovante de pagamento tem status de ato administrativo precário, bastando para tanto assinatura do servidor competente.

**Art. 51.** Estão dispensadas do pagamento da taxa de ocupação de espaço público, entidades sem fins lucrativos, e autarquias ou órgãos da União, Estados e dos Municípios.

**Art. 52.** Não será permitida a ocupação de espaço público, por período superior a 05 (cinco) dias.

**Seção VI**

**Taxa de Serviços Públicos de Limpeza, Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Provenientes de Imóveis Urbanos**

**Art. 53.** As taxas de serviços públicos de limpeza, coleta, remoção e destinação de resíduos provenientes de imóveis urbanos com utilização de máquinas e veículos públicos serão custeadas mediante o pagamento de preço público, conforme Tabela VI.

**Seção VII**

**Da Taxa em Razão de Fornecimento de Cópia de Processos Administrativos, Licitatórios, e Outros**

**Art. 54. A taxa de fornecimento de cópia será cobrada do contribuinte interessado em obter cópia de processo administrativo, de processo licitatório e outros documentos do arquivo.**

**Art. 55. O valor da taxa corresponderá ao custo total das fotocópias dos documentos, devendo ser recolhido antecipadamente ao fornecimento dos documentos.**

**Parágrafo único.** Estão dispensados do pagamento da taxa entidades sem fins lucrativos, e autarquias ou órgãos da União, Estados e dos Municípios, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas.

**Seção VIII**

**Da Taxa de Expediente**

**Art. 56.** A taxa de expediente tem como fato gerador a prestação de serviços burocráticos, em razão de requerimentos, declarações, atestados ou outras solicitações, a lavratura de termos, contratos e assemelhados.

**Art. 57**. O contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que tiver interesse no ato da administração, provocando a prestação do serviço ou a prática do ato administrativo.

**Art. 58.** A taxa será recolhida por meio de guia específica ou por processo mecânico, por ocasião da solicitação do serviço ou no ato da expedição do ato administrativo.

**Art. 59**. São isentos da taxa, as certidões na forma da Constituição Federal, a emissão de alvarás de localização e funcionamento e os serviços de expediente prestados no interesse de entidades públicas e assistenciais, bem como no interesse de servidor público municipal, desde que relacionado com o exercício do cargo ou função.

**Art. 60.** A taxa de expediente é devida a cada prestação de serviço, no valor de 01 (uma) UFPD.

**CAPÍTULO III**

**Das Disposições Finais**

**Art. 61.**Esta lei entrará em vigor na data de 1º de Janeiro do ano seguinte ao da sua Publicação.

**Art. 62. Ficam revogadas as disposições em contrário, previstas na Lei Complementar 20/2013.**

Diamantino-MT, 29 de Maio de 2018.

**Jozenil Costa Lube**

**Presidente**

**TABELA I - Aplicação**

**1. Da Taxa de Licença de Funcionamento e Localização de Estabelecimentos Industriais, Comerciais, Agroindustriais, Prestadores de Serviços e Autônomos;**

**2. Taxa de Verificação Fiscal.**

**Metodologia: UFPD x valor da UFPD x área utilizada M² = Valor da Taxa**

| Grupo | Classe | Discriminação | Unidade de referência | Valor em UFPDs |
|---|---|---|---|---|
| 01 | | AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS | | |
| | 01.1 | Produção de lavouras temporárias | M2 | 0,125 |
| | 01.2 | Horticultura e floricultura | M2 | 0,125 |
| | 01.3 | Produção de lavouras permanentes | M2 | 0,125 |
| | 01.4 | Produção de sementes e mudas certificadas | M2 | 0,125 |
| | 01.5 | Criação de bovinos, ovinos, suínos e aves. | M2 | 0,125 |
| | 01.6 | Atividades de apoio à agricultura | M2 | 0,125 |
| 02 | | PRODUÇÃO FLORESTAL | | |
| | 02.1 | Produção florestal - florestas plantadas | M2 | 0,125 |
| | 02.2 | Produção florestal - florestas nativas | M2 | 0,125 |
| | 02.3 | Atividades de apoio à produção florestal | M2 | 0,125 |
| 03 | | PESCA E AQUICULTURA | | |
| | 03.1 | Pesca em água doce | M2 | 0,125 |
| | 03.2 | Aquicultura | M2 | 0,125 |
| 05 | | EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL | | |
| | 05.0 | Extração de carvão mineral | M2 | 0,125 |
| 06 | | EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL | | |
| | 06.0 | Extração de petróleo e gás natural | M2 | 0,125 |
| 07 | | EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS | | |
| | 07.1 | Extração de minerais metálicos | M2 | 0,125 |
| | 07.2 | Extração de minerais metálicos não-ferrosos | M2 | |
| 08 | | EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS | | |
| | 08.1 | Extração de pedra, areia e argila | M2 | 0,125 |
| 09 | | ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS | | |
| | 09.1 | Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural | M2 | 0,125 |
| 10 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS | | |
| | 10.1 | Abate e fabricação de produtos de origem animal | M2 | 0,090 |
| | 10.2 | Preservação do pescado e fabricação de produto do pescado | M2 | 0,090 |
| | 10.3 | Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais | M2 | 0,090 |
| | 10.4 | Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais | M2 | 0,090 |
| | 10.5 | Laticínios | M2 | 0,090 |
| | 10.6 | Moagem, fabricação de produtos amiláceos e alimentos para animais | M2 | 0,090 |
| | 10.7 | Fabricação e refino de açúcar | M2 | 0,090 |
| | 10.8 | Torrefação e moagem de café | M2 | 0,090 |
| | 10.9 | Fabricação de outros produtos alimentícios | M2 | 0,090 |
| 11 | | FABRICAÇÃO DE BEBIDAS | | |
| | 11.1 | Fabricação de bebidas alcoólicas | M2 | 0,090 |
| | 11.2 | Fabricação de bebidas não-alcoólicas | M2 | 0,090 |
| 12 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO | | |
| | 12.1 | Processamento industrial do fumo | M2 | 0,090 |
| 13 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS | | |
| | 13.1 | Preparação e fiação de fibras têxteis | M2 | 0,090 |
| | 13.2 | Tecelagem, exceto malha | M2 | 0,090 |
| | 13.3 | Fabricação de tecidos de malha | M2 | 0,090 |
| | 13.4 | Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis | M2 | 0,090 |
| | 13.5 | Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário | M2 | 0,090 |
| 14 | | CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS | | |
| | 14.1 | Confecção de artigos do vestuário e acessórios | M2 | 0,090 |
| | 14.2 | Fabricação de artigos de malharia e tricotagem | M2 | 0,090 |
| 15 | | PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS | | |
| | 15.1 | Curtimento e outras preparações de couro | M2 | 0,090 |
| | 15.2 | Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro | M2 | 0,090 |
| | 15.3 | Fabricação de calçados | M2 | 0,090 |
| | 15.4 | Fabricação de partes para calçados, de qualquer material | M2 | 0,090 |
| 16 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA | | |
| | 16.1 | Desdobramento de madeira | M2 | 0,090 |
| | 16.2 | Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis | M2 | 0,090 |
| 17 | | FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL | | |
| | 17.1 | Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel | M2 | 0,090 |
| | 17.2 | Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão | M2 | 0,090 |
| | 17.3 | Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado | M2 | 0,090 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 17.4 | Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado | M2 | 0,090 |
| 18 | | IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES | | |
| | 18.1 | Atividade de impressão | M2 | 0,090 |
| | 18.2 | Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos | M2 | 0,090 |
| | 18.3 | Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte | M2 | 0,090 |
| 19 | | FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS | | |
| | 19.1 | Coquerias | M2 | 0,090 |
| | 19.2 | Fabricação de produtos derivados do petróleo | M2 | 0,090 |
| | 19.3 | Fabricação de biocombustíveis | M2 | 0,090 |
| 20 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS | | |
| | 20.1 | Fabricação de produtos químicos inorgânicos | M2 | 0,090 |
| | 20.2 | Fabricação de produtos químicos orgânicos | M2 | 0,090 |
| | 20.3 | Fabricação de resinas e elastômeros | M2 | 0,090 |
| | 20.4 | Fabricação de fibras artificiais e sintéticas | M2 | 0,090 |
| | 20.5 | Fabricação de defensivos agrícolas e desinfetantes domissanitários | M2 | 0,090 |
| | 20.6 | Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoa | M2 | 0,090 |
| | 20.7 | Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins | M2 | 0,090 |
| | 20.9 | Fabricação de produtos e preparados químicos diversos | M2 | 0,090 |
| 21 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS | | |
| | 21.1 | Fabricação de produtos farmoquímicos | M2 | 0,090 |
| | 21.2 | Fabricação de produtos farmacêuticos | M2 | 0,090 |
| 22 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO | | |
| | 22.1 | Fabricação de produtos de borracha | M2 | 0,090 |
| | 22.2 | Fabricação de produtos de material plástico | M2 | 0,090 |
| 23 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS | | |
| | 23.1 | Fabricação de vidro e de produtos do vidro | M2 | 0,090 |
| | 23.2 | Fabricação de cimento | M2 | 0,090 |
| | 23.4 | Fabricação de produtos cerâmicos | M2 | 0,090 |
| | 23.9 | Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos | M2 | 0,090 |
| 24 | | METALURGIA | | |
| | 24.1 | Produção de ferro-gusa e de ferroligas | M2 | 0,090 |
| | 24.2 | Siderurgia | M2 | 0,090 |
| | 24.3 | Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura | M2 | 0,090 |
| | 24.4 | Metalurgia dos metais não-ferrosos | M2 | 0,090 |
| | 24.5 | Fundição | M2 | 0,090 |
| 25 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | | |
| | 25.1 | Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada | M2 | 0,090 |
| | 25.2 | Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras | M2 | 0,090 |
| | 25.3 | Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais | M2 | 0,090 |
| | 25.4 | Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas | M2 | 0,090 |
| | 25.5 | Fabricação de equipamento bélico pesado, armas e munições | M2 | 0,090 |
| | 25.9 | Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente | M2 | 0,090 |
| 26 | | FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS | | |
| | 26.1 | Fabricação de componentes eletrônicos | M2 | 0,090 |
| 27 | | FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS | | |
| | 27.1 | Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos | M2 | 0,090 |
| | 27.2 | Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos | M2 | 0,090 |
| | 27.3 | Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica | M2 | 0,090 |
| | 27.4 | Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação | M2 | 0,090 |
| | 27.5 | Fabricação de eletrodomésticos | M2 | 0,090 |
| | 27.9 | Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente | M2 | 0,090 |
| 28 | | FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | | |
| | 28.1 | Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão | M2 | 0,090 |
| | 28.2 | Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral | M2 | 0,090 |
| | 28.3 | Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária | M2 | 0,090 |
| | 28.4 | Fabricação de máquinas-ferramenta | M2 | 0,090 |
| | 28.5 | Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção | M2 | 0,090 |
| | 28.6 | Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico. | M2 | 0,090 |
| 29 | | FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS | | |
| | 29.1 | Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários | M2 | 0,090 |
| 30 | | FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES | | |
| | 30.1 | Construção de embarcações | M2 | 0,090 |
| 31 | | FABRICAÇÃO DE MÓVEIS | | |
| | 31.1 | Fabricação de móveis | | 0,090 |
| 32 | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS | | |
| | 32.1 | Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes | M2 | 0,090 |
| 33 | | MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | | |
| | 33.1 | Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos | M2 | 0,090 |
| | 33.2 | Instalação de máquinas e equipamentos | M2 | 0,090 |
| 35 | | ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES | | |
| | 35.1 | Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica | M2 | 0,090 |
| | 35.2 | Produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas | M2 | 0,090 |
| 36 | | CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA | | |
| | 36.0 | Captação, tratamento e distribuição de água | M2 | 0,090 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 37 | | ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS | | |
| | 37.0 | Esgoto e atividades relacionadas | M2 | 0,090 |
| 38 | | COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS, RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS | | |
| | 38.1 | Coleta de resíduos | M2 | 0,090 |
| | 38.2 | Tratamento e disposição de resíduos | M2 | 0,090 |
| | 38.3 | Recuperação de materiais | M2 | 0,090 |
| 39 | | ESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESIDUOS | | |
| | 39.0 | Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos | M2 | 0,090 |
| 41 | | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS | | |
| | 41.1 | Incorporação de empreendimentos imobiliários | M2 | 0,090 |
| | 41.2 | Construção de edifícios | M2 | 0,090 |
| 42 | | OBRAS DE INFRAESTRUTURA | | |
| | 42.1 | Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais | M2 | 0,090 |
| | 42.2 | Obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos | M2 | 0,090 |
| | 42.9 | Construção de outras obras de infraestrutura | M2 | 0,090 |
| 43 | | SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO | | |
| | 43.1 | Demolição e preparação do terreno | M2 | 0,090 |
| | 43.2 | Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções | M2 | 0,090 |
| | 43.3 | Obras de acabamento | M2 | 0,090 |
| | 43.9 | Outros serviços especializados para construção | M2 | 0,090 |
| 45 | | COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS | | |
| | 45.1 | Comércio de veículos automotores | M2 | 0,090 |
| | 45.2 | Manutenção e reparação de veículos automotores | M2 | 0,065 |
| | 45.3 | Comércio de peças e acessórios para veículos automotores | M2 | 0,090 |
| | 45.4 | Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios | M2 | 0,090 |
| 46 | | COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS | | |
| | 46.1 | Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas | M2 | 0,300 |
| | 46.2 | Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos | M2 | 0,090 |
| | 46.3 | Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo | M2 | 0,090 |
| | 46.4 | Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar | M2 | 0,090 |
| | 46.5 | Comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação | M2 | 0,090 |
| | 46.6 | Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação | M2 | 0,090 |
| | 46.7 | Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção | M2 | 0,090 |
| | 46.8 | Comércio atacadista especializado em outros produtos | M2 | 0,090 |
| | 46.9 | Comércio atacadista não-especializado | M2 | 0,090 |
| 47 | | COMÉRCIO VAREJISTA | | |
| | 47.1 | Comércio varejista não-especializado | M2 | 0,090 |
| | 47.2 | Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo | M2 | 0,090 |
| | 47.3 | Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores | M2 | 0,090 |
| | 47.4 | Comércio varejista de material de construção | M2 | 0,090 |
| | 47.5 | Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico | M2 | 0,090 |
| | 47.6 | Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos | M2 | 0,090 |
| | 47.7 | Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos | M2 | 0,090 |
| | 47.8 | Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados | M2 | 0,090 |
| | 47.9 | Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista | M2 | 0,090 |
| 49 | | TRANSPORTE TERRESTRE | | |
| | 49.1 | Transporte ferroviário e metroferroviário | M2 | 0,090 |
| | 49.2 | Transporte rodoviário de passageiros | M2 | 0,090 |
| | 49.3 | Transporte rodoviário de carga | M2 | 0,090 |
| | 49.4 | Transporte dutoviário | M2 | 0,090 |
| | 49.5 | Trens turísticos, teleféricos e similares | M2 | 0,090 |
| 50 | | TRANSPORTE AQUAVIÁRIO | | |
| | 50.1 | Transporte marítimo de cabotagem e longo curso | M2 | 0,090 |
| 51 | | TRANSPORTE AÉREO | | |
| | 51.1 | Transporte aéreo de passageiros | M2 | 0,090 |
| 52 | | ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES | M2 | |
| | 52.1 | Armazenamento, carga e descarga | M2 | 0,055 |
| | 52.2 | Atividades auxiliares dos transportes terrestres | M2 | 0,055 |
| | 52.3 | Atividades auxiliares dos transportes aquaviários | M2 | 0,055 |
| | 52.4 | Atividades auxiliares dos transportes aéreos | M2 | 0,055 |
| | 52.5 | Atividades relacionadas à organização do transporte de carga | M2 | 0,055 |
| 53 | | CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA | | |
| | 53.1 | Atividades de Correio | M2 | 0,055 |
| 55 | | ALOJAMENTO | | |
| | 55.1 | Hotéis e similares | M2 | 0,050 |
| | 55.9 | Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente | M2 | 0,050 |
| 56 | | ALIMENTAÇÃO | | |
| | 56.1 | Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas | M2 | 0,050 |
| | 56.2 | Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada | M2 | 0,050 |
| 58 | | EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO | | |
| | 58.1 | Edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição | M2 | 0,090 |
| | 58.2 | Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras Publicações | M2 | 0,090 |
| 59 | | ATIVIDADES CINEMATOGRÁFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA | | |
| | 59.1 | Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão | M2 | 0,300 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 59.2 | Atividades de gravação de som e de edição de música | M2 | 0,300 |
| 60 | | ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO | | |
| | 60.1 | Atividades de rádio | M2 | 0,300 |
| | 60.2 | Atividades de televisão | M2 | 0,300 |
| 61 | | TELECOMUNICAÇÕES | | |
| | 61.1 | Telecomunicações por fio | M2 | 0,300 |
| 62 | | ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | | |
| | 62.0 | Atividades dos serviços de tecnologia da informação | M2 | 0,300 |
| 63 | | ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO | | |
| | 63.1 | Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas | M2 | 0,300 |
| | 63.9 | Outras atividades de prestação de serviços de informação | M2 | 0,300 |
| 64 | | ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS | | |
| | 64.1 | Banco Central | M2 | 0,300 |
| | 64.2 | Intermediação monetária - depósitos à vista | M2 | 0,300 |
| | 64.3 | Intermediação não-monetária - outros instrumentos de captação | M2 | 0,300 |
| | 64.4 | Arrendamento mercantil | M2 | 0,300 |
| | 64.5 | Sociedades de capitalização | M2 | 0,300 |
| | 64.6 | Atividades de sociedades de participação | M2 | 0,300 |
| | 64.7 | Fundos de investimento | M2 | 0,300 |
| | 64.9 | Atividades de serviços financeiros não especificadas Anteriormente | M2 | 0,300 |
| 65 | | SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE | | |
| | 65.1 | Seguros de vida e não-vida | M2 | 0,300 |
| | 65.2 | Seguros-saúde | M2 | 0,300 |
| | 65.3 | Resseguros | M2 | 0,300 |
| | 65.4 | Previdência complementar | M2 | 0,300 |
| | 65.5 | Planos de saúde | M2 | 0,300 |
| 66 | | ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE | | |
| | 66.1 | Atividades auxiliares dos serviços financeiros | M2 | 0,150 |
| | 66.2 | Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde | M2 | 0,150 |
| | 66.3 | Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão | M2 | 0,150 |
| 68 | | ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS | | |
| | 68.1 | Atividades imobiliárias de imóveis próprios | M2 | 0,100 |
| | 68.2 | Atividades imobiliárias por contrato ou comissão | M2 | 0,100 |
| 69 | | ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA | | |
| | 69.1 | Atividades jurídicas | M2 | 0,070 |
| | 69.2 | Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária | M2 | 0,070 |
| 70 | | ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL | | |
| | 70.1 | Sedes de empresas e unidades administrativas locais | M2 | 0,070 |
| | 70.2 | Atividades de consultoria em gestão empresarial | M2 | 0,070 |
| 71 | | SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS | | |
| | 71.1 | Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas Relacionadas | M2 | 0,070 |
| | 71.2 | Testes e análises técnicas | M2 | 0,070 |
| 72 | | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO | | |
| | 72.1 | Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e Naturais | M2 | 0,050 |
| | 72.2 | Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e Humanas | M2 | 0,050 |
| 73 | | PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO | | |
| | 73.1 | Publicidade | M2 | 0,150 |
| | 73.2 | Pesquisas de mercado e de opinião pública | M2 | 0,150 |
| 74 | | OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS | M2 | |
| | 74.1 | Design e decoração de interiores | M2 | 0,070 |
| | 74.2 | Atividades fotográficas e similares | M2 | 0,070 |
| | 74.9 | Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente | M2 | 0,070 |
| 75 | | ATIVIDADES VETERINÁRIAS | | |
| | 75.0 | Atividades veterinárias | M2 | 0,070 |
| 77 | | ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS | | |
| | 77.1 | Locação de meios de transporte sem condutor | M2 | 0,100 |
| | 77.2 | Aluguel de objetos pessoais e domésticos | M2 | 0,100 |
| | 77.3 | Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador | M2 | 0,100 |
| | 77.4 | Gestão de ativos intangíveis não-financeiros | M2 | 0,100 |
| 78 | | SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | M2 | |
| | 78.1 | Seleção e agenciamento de mão-de-obra | M2 | 0,070 |
| | 78.2 | Locação de mão-de-obra temporária | M2 | 0,070 |
| | 78.3 | Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros | M2 | 0,070 |
| 79 | | AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS | | |
| | 79.1 | Agências de viagens e operadores turísticos | M2 | 0,300 |
| | 79.9 | Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente | M2 | 0,300 |
| 80 | | ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO | | |
| | 80.1 | Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de Valores | M2 | 0,100 |
| | 80.2 | Atividades de monitoramento de sistemas de segurança | M2 | 0,100 |
| 81 | | SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS | | |
| | 81.1 | Serviços combinados para apoio a edifícios | M2 | 0,070 |
| | 81.2 | Atividades de limpeza | M2 | 0,070 |
| | 81.3 | Atividades paisagísticas | M2 | 0,070 |
| 82 | | SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 82.1 | Serviços de escritório e apoio administrativo | M2 | 0,070 |
| | 82.2 | Atividades de teleatendimento | M2 | 0,070 |
| | 82.3 | Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos | M2 | 0,070 |
| | 82.9 | Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas | M2 | 0,070 |
| 84 | | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL | | |
| | 84.1 | Administração do estado e da política econômica e social | M2 | 0,030 |
| | 84.2 | Serviços coletivos prestados pela administração pública | M2 | 0,030 |
| | 84.3 | Seguridade social obrigatória | M2 | 0,030 |
| 85 | | EDUCAÇÃO | | |
| | 85.1 | Educação infantil e ensino fundamental | M2 | 0,020 |
| | 85.2 | Ensino médio | M2 | 0,025 |
| | 85.3 | Educação superior | M2 | 0,035 |
| | 85.4 | Educação profissional de nível técnico e tecnológico | M2 | 0,050 |
| | 85.5 | Atividades de apoio à educação | M2 | 0,020 |
| | 85.9 | Outras atividades de ensino | M2 | 0,020 |
| 86 | | ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA | | |
| | 86.1 | Atividades de atendimento hospitalar | M2 | 0,100 |
| | 86.2 | Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de Pacientes | M2 | 0,100 |
| | 86.3 | Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e Odontólogos | M2 | 0,100 |
| | 86.4 | Atividades de serviços de complementação diagnóstica e Terapêutica | M2 | 0,100 |
| | 86.5 | Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e Odontólogos | M2 | 0,100 |
| | 86.6 | Atividades de apoio à gestão de saúde | M2 | 0,100 |
| | 86.9 | Atividades de atenção à saúde humana não especificadas Anteriormente | M2 | 0,100 |
| 87 | | ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES | | |
| | 87.1 | Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infra-estrutura e apoio a pacientes prestadas em residências coletivas e particulares | M2 | 0,010 |
| | 87.2 | Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e de-pendência química | M2 | 0,010 |
| | 87.3 | Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares | M2 | 0,010 |
| 88 | | SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO | M2 | |
| | 88.0 | Serviços de assistência social sem alojamento | M2 | 0,010 |
| 90 | | ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS | | |
| | 90.0 | Atividades artísticas, criativas e de espetáculos | M2 | 0,010 |
| 91 | | ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL | | |
| | 91.1 | Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental | M2 | 0,010 |
| 92 | | ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS | M2 | |
| | 92.0 | Atividades de exploração de jogos de azar e apostas | M2 | 0,100 |
| 93 | | ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER | M2 | |
| | 93.1 | Atividades esportivas | M2 | 0,010 |
| | 93.2 | Atividades de recreação e lazer | M2 | 0,010 |
| 94 | | ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS | | |
| | 94.1 | Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais | M2 | 0,025 |
| | 94.2 | Atividades de organizações sindicais | M2 | 0,025 |
| | 94.3 | Atividades de associações de defesa de direitos sociais | M2 | 0,025 |
| | 94.9 | Atividades de organizações associativas não especificadas Anteriormente | M2 | 0,025 |
| 95 | | REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS | | |
| | 95.1 | Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação | M2 | 0,030 |
| | 95.2 | Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos | M2 | 0,030 |
| 96 | | OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS | | |
| | 96.0 | Outras atividades de serviços pessoais | M2 | 0,010 |
| 97 | | SERVIÇOS DOMÉSTICOS | | |
| | 97.0 | Serviços domésticos | M2 | 0,010 |
| 100 | | MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL | CNPJ | 6,000 |
| 101 | | Condutor veículo autônomo- carro (taxi) | Veículo | 8,000 |
| 102 | | Condutor veículo autônomo- moto-taxi | Veículo | 5,000 |
| 103 | | Condutor veículo autônomo- ônibus ou van escolar | Veículo | 14,000 |

**TABELA II – Aplicação da Taxa de Licença para a atividade eventual ou comércio ambulante**

| Atividade Eventual | | Quantidade de UFPD POR dia 03 |
|---|---|---|
| Comércio Ambulante | | |
| Item | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE/ EM UPFD P/ DIA |
| 01 | Brinquedos e bijuterias. | 15,00 |
| 02 | Tecidos, confecções, roupas feitas. | 15,00 |
| 03 | Tapetes e redes. | 15,00 |
| 04 | Alimentos em geral. | 15,00 |
| 05 | Relógios, jóias, pedras preciosas. | 15,00 |
| 06 | Ferramentas, artefatos plásticos e borracha. | 15,00 |
| 07 | Doces e salgados. | 5,00 |
| 08 | Bebidas. | 5,00 |
| 09 | Utensílios domésticos. | 15,00 |
| 10 | Calçados e outros artigos de couro. | 15,00 |
| 11 | Obras de arte, artefatos, bordados etc. | 5,00 |
| 12 | Livros, revistas, discos, fitas etc. | 15,00 |

| | | |
|---|---|---|
| 13 | Acessórios para carros e assemelhados. | 15,00 |
| 14 | Artigos de papelaria. | 15,00 |
| 15 | Bilhetes de loterias, rifas e outros. | 15,00 |
| 16 | Animais e aves domésticas. | 15,00 |
| 17 | Frutas e Verduras: | 15,00 |
| | 17.1 – Com caminhões, camionetes e carroças | 15,00 |
| | 17.2 – De outras formas. | 15,00 |
| 18 | Flores, mudas de árvores e outros. | 15,00 |
| 19 | Estofados, móveis em geral e eletrodomésticos | 15,00 |
| 20 | Outros tipos não especificados | 15,00 |

**TABELA III Aplicação da Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares para aprovação de projeto, execução de obras, instalação e urbanização de área particular.**

| Item | Descrição | Quantidade UPFD | |
|---|---|---|---|
| 01. | APROVAÇÃO DE PROJETOS E RESPECTIVO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO | | |
| 01.1 | RESIDENCIAL UNIFAMILIAR (por m²) de área coberta | | |
| | 01.1.1 | Residencial Unifamiliar com até 60 m² | ISENTO |
| | 01.2.1 | 61,00 até 150,00 m² | 0,048 |
| | 01.3.1 | 151,00 até 350,00 m² | 0,057 |
| | 01.4.1 | Acima de 350,0 m² | 0,068 |
| 01.2 | RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR (por m²) de área coberta | | |
| | 01.2.1 | Com unidade autônomo de até 60 m². | 0,040 |
| | 01.2.2 | Com unidade autônomo de até 61,00 até 150,00 m² | 0,048 |
| | 01.2.3 | Com unidade autônomo de até 151,00 até 350,00 m² | 0,057 |
| | 01.2.4 | Acima de 350,0 m² | 0,068 |
| 01..3 | COMERCIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (por m²) de área coberta | | |
| | 01.3.1 | Até 150,00 m². | 0,040 |
| | 01.3.2 | De 151,00 até 500,00 m². | 0,048 |
| | 01.3.3 | Acima 500,00 m². | 0,057 |
| 01.4 | INDUSTRIAL (por m²) de área coberta | | |
| | 0143.1 | Até 500,00 m². | 0,040 |
| | 01.4.2 | De 501,00 até 1.500,00 m². | 0,048 |
| | 01.4.3 | Acima 1.500,00 m². | 0,057 |
| 01.5 | OUTROS SETORES (por m²) de área coberta | | |
| | 01.5.1 | Até 150,00 m². | 0,048 |
| | 01.5.2 | De 151,00 até 500,00 m². | 0,057 |
| | 01.5.3 | Acima 500,00 m². | 0,068 |
| 02. | PARCELAMENTO DO SOLO | | |
| 02.1 | CONSULTA PRÉVIA DE LOTEAMENTO (p/ loteamento) | | 9,000 |
| 02.2 | DESMEMBRAMENTO, REMEMBRAMENTO E DESDOBRAMENTO (P/ Lote envolvido). | | 5,000 |
| 02.3 | APROVAÇÃO DE PROJETO PARA LOTEAMENTO | | |
| | 02.3.1 | Até 100.000 m2 | 35,000 |
| | 02.3.2 | De 10.001 a 25.0000 m2 | 45,000 |
| | 02.3.3 | De 25.001 a 50.000 m2. | 55,000 |
| | 02.3.4 | Acima de 50.001 m2. | 65,000 |
| 03. | ALVARÁ PARA: | | |
| 03.1 | REFORMA | | 5,000 |
| 03.2 | DEMOLIÇÃO | | 4,000 |
| 03.3 | TERRAPLANAGEM E MOVIMENTO DE TERRA | | 10,000 |
| 0.4 | HABITE-SE: por m². | | |
| 04.1 | Até 100,0 m². | | 0,030 |
| 04.2 | De 101,0 a 250,0 m². | | 0,040 |
| 04.3 | Mais de 251,0 m². | | 0,050 |
| 05. | CERTIDÕES DIVERSAS | | 1,000 |
| 06. | COLOCAÇÃO DE TAPUME (POR METRO LINEAR | | 0,010 |
| 07. | NIVELAMENTO E ALINHAMENTO DE TESTADA por metro linear | | 0,010 |
| 08. | CONSTRUÇÃO DE PISCINAS – por metro cúbicos. | | 1,000 |

**TABEL IV – aplicação para cobrança da Taxa de Licença relativa à veiculação de publicidade em geral**

| Descrição | Valor em UPFD |
|---|---|
| Publicidade sonora por rodagem veículos | 03 UPFD/por dia |
| Publicidade por pit stop com fins lucrativos | 02 UPFD/ por dia |
| Publicidade por utilização de faixas, cartazes e outros | 0,5 UPFD/ por dia |
| Publicidade por outdoor | 03 UPFD/ por mês |
| Publicidade de fachada - fora da isenção | 10 UPFD/por ano |
| Publicidade por distribuição de panfletos e revistas | 02 UPFD/por evento |
| Publicidade fixada em veículo | 03 UPFD/por veiculo |

**TABELA V – Aplicação da Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar**

Metodologia de cálculo, onde:

**50% da CASCL – C**usto **A**nual dos **S**erviços de **C**olete de **L**ixo.

**TAPD** - **T**otal da **Á**rea **P**redial de **D**iamantino.

**VCL - V**alor de **C**oleta de **L**ixo por M2**.**

**ACM2 – Á**rea **C**onstruída em **M2**

Equação:

**50% CASCL**

**VCL = _____ x ACM2**

**TAPD**

**TABELA VI – Aplicação da Taxa de Serviços Públicos**

| Item | Descrição | Quantidade em UPFD |
|---|---|---|
| 01 | Roçagem ou limpeza de terreno | 10,0/ até 450m² se + a cada 100m2 mais 01 UPFD |
| 02 | Cessão de contêiner | 7,0/ dia |
| 03 | Transporte de aterro – em caminhão c/ 4m³ | 5,0/viagem |
| 04 | Transporte de aterro – em caminhão c/ 8m³ | 8,0/viagem |
| 05 | Pá carregadeira | 10,0/hora |
| 06 | Trator esteira | 10,0/hora |
| 07 | Patrol | 10,0/hora |
| 08 | Transporte de máquinas pesadas com deslocamento de até 50 quilômetros | 15 UPFD's |
| 09 | Transporte de máquinas pesadas com deslocamento acima de 50 quilômetros | 0,31/Km rodado |
| 10 | Retirada de entulhos/detritos e serviços assemelhados | 8/carga |
| 11 | Transporte de entulhos/detritos | 5/viagem |
| 12 | Retro escavadeira | 10,0/hora |
| 13 | Transporte de Água c/ 8m³ | 5,0/viagem |
| 14 | Escavadeira Hidráulica | 15,0/hora |

**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**
**PORTARIA Nº. 051/2018**

PORTARIA Nº. 051/2018

DECLARAR PONTO FACULTATIVO NO DIA 27 DE JUNHO DE 2018.

Ver. Jozenil Costa Lube, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018

RESOLVE:

Art. 1° - Declarar ponto facultativo desta Egrégia Casa de Leis, no dia 27 de junho de 2018 (quarta-feira) jogo do Brasil x Sérvia.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino 25 de junho de 2018.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

## CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

**CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE**
**AVISO DA 2ª SESSÃO PÚBLICA – CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE**

AVISO DA 2ª SESSÃO PÚBLICA – CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 002/2018, TOMADA DE PREÇOS 001/2018, CUJO OBJETO É A "CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, VEICULAÇÃO, PLANEJAMENTO, PESQUISAS E PRODUÇÃO DE MATERIAL PARA TELEVISÃO, RÁDIO, JORNAL IMPRESSO E INTERNET, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT" VEM MUI RESPEITOSAMENTE CONVOCAR AS LICITANTES DO REFERIDO PROCESSO LICITATÓRIO PARA PARTICIPAR DA SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA A FIM DE COMPARAR E IDENTIFICAR AS AUTORIAS DOS PLANOS DE COMUNICAÇÃO VIA NÃO IDENTIFICADA AVALIADOS PELA SUBCOMISSÃO TÉCNICA COM OS ENVELOPES DO PLANO DE COMUNICAÇÃO VIA IDENTIFICADA A QUAL SERÁ REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE 2018, ÀS 14:30H, NA SALA DE LICITAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, LOCALIZADA A AVENIDA LIONS INTERNACIONAL OESTE, NÚMERO 2021, NA CIDADE DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT.

PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, 22 DE JUNHO DE 2018.

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS ALVES

PRESIDENTE DA CPL

## CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

**CÂMARA MUNICIPAL**
**PORTARIA N° 028/2018**

**P O R T A R I A No 028/2018.**

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ADEMIR APARECIDO ZULLI**, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder a **RODRIGO JACKS SILVA NUNES,** funcionário da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2017/2018, a partir de 01 de julho de 2018.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE**

Câmara Municipal de Poconé/MT., 21 de junho de 2018.

Vereador Ademir Aparecido Zulli

Presidente

Vereador Raonny Arruda Falcão

1º Secretário

## CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

**CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT**
**PORTARIA 013/2018**

**PORTARIA Nº 013/ 2018**

**Dispõe sobre a Concessão de Férias Regulamentares ao Servidor da Câmara Municipal de Porto Estrela- MT.**

**O Sr. DENISSON PEDROSO BRILHADORI, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei**.

**CONSIDERANDO** o requerimento e o deferimento do pedido de férias do Servidor abaixo supramencionado,

**RESOLVE:**

**Art. 1°.**

Conceder 1/3 de Férias regulamentares de 20 dias, o servidor efetivo desta Casa de Leis, cargo de Vigia **Sr. Ronaldo de Jesus Matos**, referente ao período aquisitivo de **11/07/2018 a 30/07/2018**, referente o exercício 2017.

**Art. 2°.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 26 de Junho de 2018

DENISSON PEDROSO BRILHADORI.

**Presidente**

## CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**EXTRATO TERMO ADITIVO**

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 06/2018

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CONTRATADA: TARCILA ADRIANA FARIAS DE OLIVERIA-ME

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a adequação da forma de execução do contrato n.º 06/2018, incluindo na sua clausula sexta – Dos direitos e responsabilidades das partes, item 6.1 – Das obrigações da Contratante, mais um item, ou seja, item 6.1.14, com a seguinte redação:

6.1.14 Responsabilizar-se pelos ônus decorrentes de quebra, roubo, furto e ou extravio de equipamentos no geral, pertencentes à Contratada.

DATA ASSINATURA: 07 de junho de 2018

ASSINAM: Benedito Francisco Curvo, Presidente da Câmara Municipal – Tárcila Adriana farias de Oliveira, proprietário da empresa**.**

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

**EXTRATO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº 073/2018**

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA – EPP**

OBJETO: Prestação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de resíduo de serviços de saúde, pertencentes aos grupos A, B, e E, conforme resolução CONAMA 358/2005 e ANVISA 306/2004.

VIGÊNCIA: 18 de junho de 2019

VALOR: R$ 94.752,00 no exercício de 2018 – 69.033,60 no exercício de 2019

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0001.2001. 33.90.39.00 “010”

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

**PLANEJAMENTO E FINANCAS**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 048/2018**

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

**MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2018.**

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designada pelo Decreto 3161/2018; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 25/06/2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço, Menor Preço, teve como vencedora a empresa: GENTE SEGURADORA SA, CNPJ: 90.180.605/0001-02.

Água Boa/MT, 25 de junho de 2018.

***Marcos da Silva***

Pregoeiro

**PLANEJAMENTO E FINANCAS**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2018**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2018

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 3.161/2018, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pelo Decreto nº. 2455/2013 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 054/2018.

OBJETO: Futura e Eventual aquisição de tintas e materiais para pintura.

REALIZAÇÃO**:** 12/07/2018.

INICIO DO CREDENCIAMENTO: 14h00min (horário local).

INICIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h30min (horário local).

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 26 de junho de 2018.

**Marcos da Silva Pregoeiro oficial**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

| | |
|---|---|
| Objeto | Contratação de Empresa Especializada em serviços de publicações de matérias legal em jornal de grande circulação estadual, regional e ou municipal, para a Prefeitura Municipal de Água Boa-MT. |
| Favorecido | Jornal A gazeta Ltda, CNPJ: 06.167.347/0001-00 |
| Prazo de Entrega | Até 31/12/2018. |
| Valor Global | R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). |
| Fundamento Legal | Art. 24, inciso II da Lei n°. 8.666/93. |
| Justificativa | Anexa nos autos do processo de Dispensa nº. 023/2018. |

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 023/2018, nos termos do Art. 26 da Lei n°. 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa, em 26 de junho de 2018.

**Mauro Rosa da Silva**

Prefeito Municipa

**LEI Nº 1411, DE 25 DE JUNHO DE 2018.**

Projeto de Lei nº. 1426 de 17 de abril de 2018 - do Executivo

***"Institui o Plano de Atendimento do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE, nas modalidades de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, destinado a Adolescentes em conflito com a Lei no Município de Água Boa (MT) e dá outras providências".***

**MAURO ROSA DA SILVA,** Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e, faz saber que a Câmara Municipal em sessão de 18 de junho de 2018, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal.

**Art. 1º -** Esta Lei institui o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SIMASE) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

**Art. 2º -** O SIMASE compreende o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas no Município de Água Boa (MT), de acordo com a Lei n° 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo — SINASE, integrado a todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

**Art. 3º -** O SIMASE será organizado sob a responsabilidade da comissão de avaliação e monitoramento do PSE de Água Boa (MT) nomeado por decreto municipal, a quem caberá estabelecer normas, acompanhamento e fiscalização;

**§ 1º -** O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS será a porta de entrada das medidas sócio educativas de P.S.C.- Prestação de Serviços à Comunidade e L.A.- Liberdade Assistida, devendo elaborar o PIA-Plano Individual de Atendimento segundo o E.C.A- Estatuto da Criança e do Adolescente, promovendo referenciamento do encaminhado aos setores responsáveis pelo monitoramento do mesmo, no decorrer do cumprimento da medida;

**§ 2º -** Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente competem as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como outras definidas na legislação municipal.

**Art. 4º -** Compete à Secretaria de Assistência Social:

I - Formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo Estado;

II - Manter o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o Plano Estadual, a ser aprovado pelos Conselhos Municipais de Assistência Social e da Criança e do Adolescente do Município de Água Boa (MT);

III – Apoiar os programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;

IV - Cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema;

V - Atuar conjuntamente com os demais entes federados e com as demais Secretarias Municipais na execução de programas e ações destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto;

**Art. 5º -** O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de que trata o inciso II, do artigo anterior deverá incluir um diagnóstico da situação do SIMASE, relativo as diretrizes, objetivos, metas, prioridades, formas de financiamento e gestão das ações de atendimento para os 10 (dez) anos seguintes, em sintonia com os princípios elencados no ECA.

§ 1º O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo foi elaborado pela Comissão Municipal para Elaboração do Plano Socioeducativo nomeada pelo decreto nº 3000/2016, prevendo ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados no E.C.A.

§ 2º O Poder Legislativo Municipal, por meio de suas comissões temáticas pertinentes, acompanhará a execução do Plano de Atendimento Socioeducativo.

**Art. 6º -** O SIMASE tem por objetivos:

I - Atender ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, nos moldes estabelecidos no Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Lei nº 12.594/2012-SINASE), no Plano Estadual de Medidas Socioeducativas, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);

II - A integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento do seu Plano Individual de Atendimento — PIA.

III - Criar condições para inserção, reinserção e permanência do adolescente no sistema de ensino;

IV - Contribuir para o acesso a direitos e prover atenção socioassistencial.

**Art.7º -** O SIMASE consistirá em:

I - Atender aos adolescentes deste Município que tenham cometido delitos de pequeno potencial ofensivo, encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude da Comarca Água Boa (MT);

II - Promover atividades que envolvam aprendizado relativo à cidadania, esportes, recreação, artes e cultura;

III - Qualificar os adolescentes participantes do programa para o ingresso no mercado de trabalho;

IV - Implementar parcerias com entes públicos e com a iniciativa privada para a concessão de estágios e trabalho para os adolescentes atendidos pelo programa.

**Art.8º -** O SIMASE será cofinanciado com recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal e de outras ações que viabilizem a cooptação de recursos financeiros.

**Art.9º-** O Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo deve ser contemplado no PPA, LDO e Orçamento Municipal, provendo recursos necessários para o desenvolvimento do SIMASE em consonância com o artigo 8º desta lei.

**Art.10 -** A execução das Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade reger-se-ão pelos seguintes princípios, nos termos do art. 35 da Lei nº 12.594/2012:

I - Legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;

II - Excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de auto composição de conflitos;

III - proporcionalidade;

IV - Brevidade da Medida em resposta ao ato cometido;

V - Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;

VI - Mínima intervenção, para realização dos objetivos da medida;

VII- não discriminação do adolescente;

VIII- Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

**Art.11 -** O cumprimento das Medidas Socioeducativas, em regime de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.

**Parágrafo único**. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei n° 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal.

**Art.12 -** O PIA será elaborado sob a responsabilidade da Secretaria de Assistência Social, coordenação e equipe técnica multidisciplinar do Centro de Referência Especial em Assistência Social - CREAS, por meio do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, e deverá conter, no mínimo:

I - Os resultados da avaliação interdisciplinar;

II - Os objetivos declarados pelo adolescente;

III - A previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;

IV - Atividades de integração e apoio à família;

V - Formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e

VI - As medidas específicas de atenção à sua saúde.

**Art. 13 -** Para o cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida, o PIA será elaborado no prazo de até 15 (quinze) dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento.

**Art. 14 -** Para a elaboração do PIA, a direção do respectivo programa de atendimento, pessoalmente ou por meio de membro da equipe técnica, terá acesso aos autos do procedimento de apuração do ato infracional e aos dos procedimentos de apuração de outros atos infracionais atribuídos ao mesmo adolescente.

**Parágrafo único -** A direção poderá requisitar, ainda:

I - Ao estabelecimento de ensino, o histórico escolar do adolescente e as anotações sobre o seu aproveitamento;

II - Os dados sobre o resultado de medida anteriormente aplicada e cumprida em outro programa de atendimento; e

III - Os resultados de acompanhamento especializado anterior.

**Art. 15 -** É de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social através do CREAS-Centro de Referência Especializado de Assistência Social, instituir a avaliação e monitoramento do Sistema Socioeducativo, podendo criar grupos de avaliação e aprimoramento das condições de atendimento, sem caráter fiscalizatório, a fim de verificar a adequação dos programas e propor melhorias.

**Art. 16 -** A Avaliação e o Monitoramento do Sistema Socioeducativo devem considerar o agrupamento de dados, contemplando aspectos quantitativos nos seguintes grupos:

I. Maus tratos;

II. Tipos de ato infracional e de reincidência;

III. Oferta e acesso: número de vagas por programa no Município;

IV. Número de adolescentes por entidade e/ou programa de atendimento Socioeducativo; número médio de adolescentes por entidade e/ou programa de atendimento Socioeducativo;

V. Fluxo no sistema: tempo de permanência e seus motivos, em cada medida/programa, fluxo dos processos, progressão de medidas e saída do sistema;

VI. Condições socioeconômicas do adolescente e da família: caracterização do perfil do adolescente autor de atos infracionais;

VII. Resultados e de desempenho: em conformidade com os objetivos traçados em cada entidade e/ou programa de atendimento socioeducativo;

VIII. Financiamento e custos: o custo direto e indireto dos diferentes programas, custo médio por adolescente nos diferentes programas e gastos municipais, estaduais e federais com os adolescentes em Água Boa (MT);

**Art. 17–** Compete ao Sistema Judiciário:

I- A responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando sua reparação, dentro das competências do Município;

**Art. 18-** Compete a comissão de avaliação e monitoramento:

**I-** Editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo;

**Art. 19-** Elaborar anualmente e em consonância com a Comissão de Avaliação e Monitoramento o relatório sobre as atividades e resultados do Sistema Socioeducativo Municipal tornando-o público.

**Art. 20 -** Fica aprovado o Plano de Atendimento Socioeducativo constante do anexo único.

**Art. 21-** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias constantes do Orçamento Geral do Município, suplementadas se necessário.

**Art. 22 -** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, AOS 25 DE JUNHO DE 2018.

**MAURO ROSA DA SILVA**

Prefeito Municipal

**HELAINE CRISTINA SANTOS BARBOSA**

Secretária Municipal de Assistência Social

**LUIZ OMAR PICHETTI**

Secretário Municipal de Administração

**PLANEJAMENTO E FINANCAS**
**AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2018**

**AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2018**

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa /MT, torna público e para conhecimento de quem possa interessar, que a licitação Pregão Presencial nº. 049/2018, tipo Menor Preço, tendo como objeto serviços de Pedreiro para manutenção, por diária, com data de abertura ocorrida no dia 26/06/2018 ás 08:00 horas, foi considerada “DESERTA”, face a ausência total de interessados. Assim, reabre-se o prazo para realização de novo certame, devendo ocorrer a Sessão Pública do Pregão no dia 12 de julho de 2018, às 08:00 horas; Local: Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto, 410, centro. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital. O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 26 de junho de 2018.

**Marcos da Silva Pregoeiro**

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 001/2011**

Objeto: Domínio útil do imóvel, área de 100,2722 (cem hectares, vinte sete ares e vinte dois centiares), sob a inscrição no Registro de Imóveis de Água Boa sob matricula 9.394.

Distratante: Município de Água Boa-MT

Distratada: Cluster Bioenergia S/A

Água Boa, 19 de junho de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

**LEI Nº 891, DE 01 DE MARÇO DE 2007.**

(Projeto de Lei nº 928 de 07 de fevereiro de 2007, do Executivo).

***Dispõe sobre a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de natureza contábil, bem como a criação do Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do referido Fundo e dá outras providências.***

**MAURÍCIO CARDOSO TONHÁ,** Prefeito do Município de Água Boa, Estado de

Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 21 de fevereiro de 2007, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Lei cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e

de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil.

**Parágrafo único**. O fundo que trata o caput se destina à manutenção e ao

desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da

educação, observando-se a legislação federal pertinente.

**CAPÍTULO II**

**DAS FONTES DE RECEITAS DO FUNDO**

**Art. 2º** O FUNDEB será constituído por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se

referem os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e a alínea “b” do inciso I e o inciso II do

caput do art. 159, todos da Constituição Federal, distribuídos pelo Estado ao Município,

proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação

básica presencial, matriculados na respectiva rede, no respectivo âmbito de atuação prioritária

estabelecido nos §§ 2º e 4º do art. 211 da Constituição Federal.

**Parágrafo único**. Os recursos do Fundo, nos termos do § 5º do artigo 60 do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias, serão transferidos progressivamente nos primeiros

três anos de sua vigência até alcançarem a porcentagem de recursos de que trata o caput,

conforme a seguinte progressão:

I - para os impostos e transferências constantes nos arts. 158, inciso IV e 159, inciso I,

alíneas “a” e “b”, e inciso II, da Constituição Federal:

a) 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) no primeiro ano;

b) 18,33% (dezoito inteiros e trinta e três centésimos por cento) no segundo ano; e,

c) 20% (vinte por cento) a partir do terceiro ano, inclusive.

II - para os impostos e transferências constantes dos arts. 157, II e 158, II e III da

Constituição Federal:

a) 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) no primeiro ano;

b) 13,33% (treze inteiros e trinta e três centésimos por cento) no segundo ano; e,

c) 20% (vinte por cento) a partir do terceiro ano, inclusive.

**Art. 3º** Os recursos do Fundo serão repassados automaticamente para conta única e

específica do município, vinculada ao respectivo Fundo, instituída para esse fim e mantida na

instituição financeira de que trata o art. 93 da Lei no 5.172, de 1966.

**CAPÍTULO III**

**DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO**

**Art. 4º** Serão atendidos, prioritariamente o ensino fundamental e a educação infantil.

**Art. 5º** Nos termos do § 4o do art. 211 da Constituição, o município poderá celebrar

convênios para a transferência de alunos, recursos humanos, materiais e encargos financeiros,

acompanhados da transferência imediata de recursos financeiros correspondentes ao número

de matrículas assumido pelo ente federado.

**Art. 6º** Os recursos recebidos e aplicados deverão ser registrados de forma detalhada

a fim de evidenciar as respectivas receitas e despesas.

**Art. 7º** Os eventuais saldos de recursos financeiros disponíveis na conta específica do

Fundo, cuja perspectiva de utilização seja superior a quinze dias, deverão ser aplicados em

operações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto, lastreadas em títulos da dívida

pública, junto à instituição financeira responsável pela movimentação dos recursos, de modo a

preservar seu poder de compra.

**Parágrafo único**. Os ganhos financeiros auferidos em decorrência das aplicações

previstas no caput deverão ser utilizados na mesma finalidade, e de acordo com os mesmos

critérios e condições estabelecidas para utilização do valor principal do Fundo.

**Art. 8º** Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais do Fundo

serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da Educação

Básica em efetivo exercício na rede pública de ensino.

**Parágrafo único**. Para os fins do disposto no caput, considera-se:

I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da

educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da

estrutura, quadro ou tabela de servidores do município, inclusive os encargos sociais

incidentes;

II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem

suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluindo-se direção ou administração

escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação

pedagógica; e,

III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério

previstas no inciso II, associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária,

com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais

afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem

rompimento da relação jurídica existente.

**Art. 9º** É vedada a utilização dos recursos do Fundo:

I - no financiamento das despesas não consideradas como de manutenção e

desenvolvimento da Educação Básica, conforme o art. 71 da Lei no 9.394/96; e,

II - como garantia ou contrapartida de operações de crédito, internas ou externas,

contraídas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelo município, que não se destinem ao

financiamento de projetos, ações ou programas considerados como ação de manutenção e

desenvolvimento do ensino para a Educação Básica.

**CAPÍTULO IV**

**DO ACOMPANHAMENTO, DO CONTROLE SOCIAL E DA FISCALIZAÇÃO**

**DOS RECURSOS**

**Art. 10** Fica criado o Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e

Fiscalização para exercer o acompanhamento, o controle social, a comprovação e a

fiscalização dos recursos a serem aplicados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, que terá a seguinte composição:

a) um representante da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente;

b) um representante dos professores da educação básica da rede pública municipal;

c) um representante dos diretores das escolas públicas municipais;

d) um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas

municipais;

e) dois representantes dos pais de alunos da educação básica da rede pública

municipal;

f) um representante dos estudantes da educação básica pública municipal;

g) um representante do Conselho Municipal de Educação; e,

h) um representante do Sindicato dos Profissionais da Educação – SINTEP.

**§ 1º** Os membros do conselho de que trata o caput serão indicados até vinte dias antes

do término do mandato dos atuais conselheiros:

I - pelos dirigentes dos órgãos municipais e das entidades de classes organizadas, nos

casos das representações dessas instâncias; e,

II - nos casos dos representantes dos professores, diretores, servidores, pais de alunos e

estudantes, pelos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, em processo eletivo

organizado para esse fim, pelos respectivos pares.

**§ 2o** Indicados os conselheiros na forma do parágrafo anterior o Poder Executivo

designará os integrantes do conselho.

**§ 3o** São impedidos de integrar o conselho:

I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do prefeito, do viceprefeito

e dos secretários municipais;

II - o tesoureiro, o contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria

que preste serviço relacionado à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo,

bem como o cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, destes

profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados; e,

IV - pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos

órgãos do Poder Executivo; ou,

b) prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo.

**§ 5º** O presidente do conselho será eleito por seus pares em reunião do colegiado,

sendo impedido de ocupar a função o representante do governo do município.

**§ 6º** O conselho de que trata o caput atuará com autonomia, sem vinculação ou

subordinação institucional ao Poder Executivo e será renovado periodicamente ao final de

cada mandato dos seus membros, que será de dois anos.

**§ 7º** A atuação dos membros do Conselho de Acompanhamento, Controle Social,

Comprovação e Fiscalização do FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas

ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que

lhes confiarem ou deles receberem informações; e,

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou

de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência

involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e,

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do

término do mandato para o qual tenha sido designado.

**§ 8º** Ao conselho incumbe, ainda, supervisionar o censo escolar anual e a elaboração

da proposta orçamentária anual, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo

tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a

operacionalização do Fundo.

**§ 9º** O conselho não contará com estrutura administrativa própria, incumbindo ao

município garantir a infra-estrutura e as condições materiais adequadas à execução plena das

competências do conselho e oferecer à Secretaria Municipal de Educação os dados cadastrais

relativos à criação e composição do respectivo conselho.

**Art. 11** Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados,

relativos aos recursos repassados e recebidos à conta do Fundo ficarão permanentemente à

disposição do conselho responsável, bem como dos órgãos federais, estaduais e municipais de

controle interno e externo.

**Parágrafo único**. O Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e

Fiscalização dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB poderá, sempre que julgar

conveniente:

I - apresentar ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo,

manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo;

e,

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de

Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a

execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não

superior a trinta dias.

**Art. 12** A fiscalização e o controle referentes ao cumprimento do disposto no art. 212

da Constituição, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do Fundo,

serão exercidos:

I - pelo órgão de controle interno do município;

II - pelo Tribunal de Contas do Estado; e,

III - pelo Tribunal de Contas da União, especialmente em relação à complementação

de recursos pela União.

**CAPÍTULO V**

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**Art. 13** O município prestará contas dos recursos do Fundo conforme os

procedimentos adotados pelo Tribunal de Contas, observada a regulamentação aplicável.

**Parágrafo único**. As prestações de contas serão instruídas com parecer do conselho

responsável, que deverá ser apresentado ao prefeito municipal em até trinta dias antes do

vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas prevista no caput.

**Art. 14** O descumprimento do disposto no art. 212 da Constituição e do disposto nesta

Lei sujeitará o Município à intervenção do Estado, nos termos do inciso II do art. 35, da

Constituição.

**CAPÍTULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 15** O Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e

Fiscalização dos Recursos do FUNDEB integrar-se-á ao Conselho Municipal de Educação, que

formarão uma câmara específica para o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição,

a transferência e a aplicação dos recursos do referido Fundo.

**Art. 16** O município deverá implantar ou aprimorar o Plano de Carreira e

Remuneração dos Profissionais da Educação Básica, de modo a assegurar:

I - a remuneração condigna dos profissionais em efetivo exercício na educação básica

da rede pública municipal;

II - o estímulo ao trabalho; e,

III - a melhoria da qualidade do ensino.

**Parágrafo único**. Os planos de carreira deverão contemplar capacitação profissional

especialmente voltada à formação continuada, com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

**Art. 17** O Poder Executivo fixará piso salarial dos profissionais da educação básica,

conforme definição do piso salarial nacional a ser feito pela União para os profissionais do

magistério público da educação básica.

**Art. 18** Ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB se aplicam todas as normas a serem

editadas pela União, Estado e Ministério da Educação no se destinar:

I - ao censo escolar;

II - aos critérios de distribuição de recursos;

III - ao piso salarial;

IV - à aplicação e fiscalização de recursos;

V - às demais normas obrigatórias de acompanhamento e gerenciamento do Fundo.

**Art. 19** Exclui-se a Unidade Orçamentária: 01 - Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF da Estrutura Administrativa da

Secretaria Municipal de Educação aprovada pela Lei Complementar Municipal nº 29 de 22 de

dezembro de 2004, e inclui-se a Unidade Orçamentária: 06 - Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –

FUNDEB.

**Parágrafo único**. As atribuições do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB são:

I a atender prioritariamente o ensino infantil em ações de creche e pré-escola, bem

como o ensino fundamental nos termos definidos pela Lei Federal nº 9. 394/96;

II - assegurar o pagamento de remuneração condigna com o piso nacional de salário

dos profissionais de ensino da educação básica;

III - aplicar, obrigatoriamente, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos recursos

recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização

dos Profissionais da Educação – FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério

da educação básica em efetivo exercício na rede pública municipal;

IV - desenvolver outras ações inerentes ao Fundo de acordo com as normas da Lei

Federal nº 9.394/96.

**Art. 20** Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal

nº 417, de 30 de junho de 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, ao 1º de março de 2007.

**MAURÍCIO CARDOSO TONHÁ**

Prefeito Municipal

**FÁBIO TADEU WEILER**

Secretária de Planejamento e Finanças

**LUCIA SCHUSTER**

Secretária de Educação

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, em 1º de março de 2007.

**LUIZ SCHUSTER**

Secretário de Administração

**CONSULTA PÚBLICA Nº. 01/2018.**

**1. INTRODUÇÃO**

Nos termos do Art. 10, inciso VI, da Lei nº. 11.079 de 30 de dezembro de 2004, e, tendo em vista o interesse do município de Água Boa, estado de Mato Grosso em realizar Concorrência Pública para selecionar a melhor proposta na contratação de Concessão Administrativa para a modernização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública no município de Água Boa, estado de Mato Grosso, conforme detalhamento da Minuta do Edital e Minuta do Contrato; a presente consulta tem como finalidade tornar mais transparente o processo de contratação e garantir melhores condições/exigências possíveis e existente no mercado para a execução eficiente do objeto contratado através de questionamentos, esclarecimentos e sugestões. Para isso, informamos a disponibilização da Minuta do Edital e Minuta do Contrato em anexo, para consulta e recebimento de contribuições, sugestões e questionamentos por meio do Formulário de Manifestação em anexo.

**2. NORMAS E PROCEDIMENTOS DA CONSULTA**

a) A presente consulta ficará disponível no Site da Prefeitura Municipal de Água Boa no período de 27/06/2018 à 31/07/2018; b) Os questionamentos, sugestões deverão ser encaminhados, através do Formulário de Manifestação, exclusivamente, pelo e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br até o dia 31/07/2018 com o Título/Assunto “Consulta Pública nº. 01/2018; c) Esta Consulta Pública não constitui compromisso de contratação por parte do município de Água Boa; d) As empresas interessadas não devem cobrar qualquer valor, mesmo que a título de compensação de despesas, pela submissão de respostas, propostas, demonstrações, discussões ou por qualquer outro motivo decorrente desta Consulta Pública; e) O município de Água Boa, estado de Mato Grosso reserva-se o direito de aceitar ou rejeitar quaisquer ou todas as respostas a esta Consulta Pública. **3. OUTRAS INFORMAÇÕES:** a) Os questionamentos e sugestões devem ser encaminhados para: Município de Água Boa, e-mail: licitacao@aguaboa.mt.gov.br, até o dia 31/07/2018; b) Os questionamentos e sugestões poderão ser considerados para o aprimoramento da Minuta do Edital e Minuta do Contrato; **4. DOCUMENTOS ANEXOS:** Os documentos estarão disponíveis para análise e verificação junto no Portal do município de Água Boa na página www.agua.boa.mt.gov.br Anexo I – Minuta do Edital de Concorrência Pública; Anexo II – Minuta do Contrato; Anexo III – Formulário de Manifestação. Água Boa, 26 de junho de 2018. **Mauro Rosa da Silva Fábio Tadeu Weiler** Prefeito Municipal Secretário de Planejamento e Finanças

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 082/2018**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2018**

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através da Comissão Permanente de Licitação, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS – Tipo Menor Preço Global, no **dia 30 de julho de 2018, às 13:00 horas**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL ESPECIALIZADA PARA CONCLUSÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO, TEMÁTICO E DE EXPOSIÇÕES E RODEIOS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS (1º ETAPA), DE ACORDO COM CONTRATO DE REPASSE Nº 01009831-74/2013 CELEBRADO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, VIA MINISTÉRIO DO TURISMO, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.** A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site http://www.altogarcas.mt.gov.br e telefone (66) 3471 – 2450/3471 - 1155. Alto Garças - MT, 26 de junho de 2018. **Rudinei Mayer Kruger -** Presidente da CPL.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 081/2018**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2018**

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através da Comissão Permanente de Licitação, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS – Tipo Menor Preço Global, no **dia 13 de julho de 2018, às 13:00 horas**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES DO SALÃO DA TERCEIRA IDADE, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.** A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site http://www.altogarcas.mt.gov.br e telefone (66) 3471 – 2450/3471 - 1155. Alto Garças - MT, 26 de junho de 2018. **Rudinei Mayer Kruger -** Presidente da CPL.

**PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI Nº 1144, DE 26 DE JUNHO DE 2018**

**"Autoriza o Município de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, a firmar convênio com Entidades Não Governamentais e sem fins lucrativos, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades e dá outras providências."** ***VETADO***

**"Autoriza o Município de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, a firmar parceria com Entidades Não Governamentais e sem fins lucrativos, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades e dá outras providências."** ***Emenda Modificativa nº 001/2018***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e faz publicar a seguinte Lei:

**Art. 1º -** Fica autorizado o Município de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, a firmar convênio com quaisquer entidades não governamentais sem fins lucrativos, de acordo com a Portaria 747/2014, de 1o. de Dezembro de 2.014 e Alterações promovidas por meio da Portaria no. 778 de 11 de Dezembro de 2.014 e Portaria no. 500, de 24 de Setembro de 2015, todas do Ministério das Cidades com resultado homologado pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil até 1o. de Julho de 2.017 no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades aprovado pela Resolução no. 214 do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS, de 15 de Novembro de 2.016, visando a construção de moradias populares, destinadas às famílias com a renda familiar de até R$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais).

**Art. 2º -** O convênio, cuja minuta fará parte integrante desta Lei, tem como objeto atender as necessidades da população de baixa renda na área urbana do município, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade, através de unidades habitacionais.

**Art. 3º -** O Município poderá outorgar escritura pública às respectivas Entidades que vier a firmar o Convênio, com clausula retroativa de reversão do imóvel no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado pelo período não superior a 06 (seis) meses, mediante termo aditivo.

**Art. 4º -** Todos os atos normativos deverão obedecer, ainda, as disposições legais constantes da Instrução Normativa do Ministério das Cidades, sob o no. 14, de 22 de Março de 2 .017

**Art. 5º -** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT**, em 26 de Junho de 2018.

**CLAUDINEI SINGOLANO**

**Prefeito Municipal de Alto Garças – MT**

**PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**

**Processo nº 001/2018 – Apurar as irregularidades apontadas no Auto/termo nº 04651 e nº 04652, lavrados pela Vigilância Sanitária Municipal em inspeção realizada no PSF II, em data de 04.04.2018 e no PSF III, em data de 05.04.2018.**

**Servidoras Indiciadas: CLAUDIA GASPARELO – Enfermeira – PSF II; ANDRESSA BERGOLI DE OLIVEIRA – Enfermeira – PSF III (Contratada); MÁRCIA BENTO DAVID – Técnica de Enfermagem – PSF II; EDELIZES APARECIDA LEDUR – Técnica de Enfermagem – PSF II; CLÁUDIA CRISTINE BERGOLI – Técnica de Enfermagem – PSF III e SERAFINA PEREIRA GOMES – Técnica de Enfermagem – PSF III (Contratada).**

**RELATÓRIO FINAL**

Trata-se de Sindicância Administrativa instaurada em data de 23 de Abril de 2018, pela **Portaria nº 092 de 09 de Abril de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios -** edição nº 2.955, de 11/04/2018, páginas 18/19, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para apurar as irregularidades apontadas no Auto/termo nº 04651 e nº 04652, lavrados pela Vigilância Sanitária Municipal em inspeção realizada no PSF II, em data de 04.04.2018 e no PSF III, em data de 05.04.2018.

**CONCLUSÃO**

Pelo exposto, diante de toda análise dos documentos submetidos a Comissão Sindicante, entende que:

Não houve a ministração de nenhum destes lotes vencidos, não causando nenhum dano a saúde dos pacientes vacinados durante este período, bem como a análise de todo o exposto, demonstra que houve efetivamente falha por parte das servidoras indiciadas, em manterem no estoque de imunobiológicos frascos de vacinas vencidas, não sendo realizado o devido descarte, em desobediência as normas legais.

Assim encaminhamos a presente sindicância com sua conclusão, para que a Administração Municipal proceda as medidas administrativas que entender cabíveis.

Alto Garças – MT, 04 de junho de 2018.

**KUEDMA CRISTINA OLIVEIRA DA COSTA**

**Presidente**

**ROBERTA MARTINEZ BISCARO**

**Membro/Secretária**

**VANESSA OLIVEIRA PAES**

**Membro**

**PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**TERMO DE PARCERIA**

"TERMO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO TÉCNICA, CELEBRADO ENTRE **O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS e a ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBO RIBEIRÃO DA MUTUCA – ACORQUIRIM, inscrita no CNPJ sob o nº 05.020.118/0001-03,** PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL, COM SEDE À RODOVIA MT 060, Km 27, COMUNIDADE MUTUCA, CAIXA POSTAL 35, CEP 78.170-000 EM NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, ESTADO DE MATO GROSSO; MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO DESCRITAS. "

**O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS**, inscrito no CNPJ: **03.133.097-0001/07**, pessoa jurídica de direito público, sediada à Rua Dom Aquino, nº 346, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Claudinei Singolano, brasileiro, professor, portador do RG nº 9.209.732-7 SSP/SP inscrito no CPF nº 051.358.398-01, residente e domiciliado no endereço Rua Arenápolis nº 22, Bairro Novo Horizonte, neste Município de Alto Garças-MT, e doravante denominado MUNICÍPIO e a ENTIDADE **ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBO RIBEIRÃO DA MUTUCA – ACORQUIRIM,** CNPJ: **05.020.118/0001-03,** representada neste ato pelo sua Presidente, Maria Renata de Jesus, brasileira, solteira, portadora do RG nº 0.411.482-5 SSP/MT e CPF nº 871.271.481-04, residente e domiciliada à Comunidade Mutuca em Nossa Senhora do Livramento-MT. Resolvem firmar a presente parceira e cooperação técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO**

O presente TERMO DE PARCERIA tem por objeto a construção de unidades habitacionais faixa 1, no município de Alto Garças, de acordo com as Normas e Legislações vigentes do Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida – Entidades – FDS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO**:

I. Apresentar Certidão de Ônus Reais do terreno onde será realizado o projeto;

II. Certidão de Inteiro Teor (terreno);

III. Certidão Vintenária (terreno);

IV. Certidão de Uso do Solo (terreno);

V. Memorial Descritivo do terreno;

VI. Croqui de Localização do terreno;

VII. Localização por satélite da área;

VIII. Preenchimento da Ficha de Informações do Terreno;

IX. Apresentação da demanda (cadastro dos beneficiários, conforme estabelece as Portarias e Resoluções Normativas do Ministério das Cidades;

X. Apresentar Plano Planialtimétrico da área;

XI. Indicar as rotas de acesso ao empreendimento;

XII. Declaração de atendimento ao transporte público e coleta de lixo no empreendimento;

XIII. Execução de infraestrutura no interior do empreendimento conforme normas estabelecidas pelo Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e o Código de Obras municipal;

XIV. Indicar os pontos de conexão da rede de drenagem e esgoto (se houver);

XV. Fazer o pedido das AVTOs junto as Concessionárias e a Licença Ambiental junto do Governo do Estado de Mato Grosso;

XVI. Plano Diretor do Município;

XVII. Código de Obras;

XVIII. Promover a doação do terreno onde será realizado o projeto;

XIX. Prestar o apoio necessário à consecução do objetivo delineado neste instrumento, observando todas as normas e princípios inerente ao exercício da função administrativa, em especial os preceitos basilares da legalidade, moralidade, igualdade e livre iniciativa;

XX. Viabilizar por meio de reuniões, visitas e atividades sócias educativas a socialização de informações a respeito da construção das moradias; Prestar auxílio jurídico ao pleno desenvolvimento das ações necessárias à consecução dos objetivos.

XXI. Conceder aos imóveis construídos, desoneração e/ou isenção do recolhimento dos seguintes tributos municipais: ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, quando da transferência da propriedade do imóvel do Município para o Donatário, na efetivação da doação; e Quando da transferência da propriedade das unidades habitacionais produzidas aos beneficiários pelo donatário, efetivada pela Caixa Econômica Federal. IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, apenas enquanto permanecer sob a propriedade do Donatário.

XXII. Conceder a Associação quando da construção das unidades habitacionais de que trata esta PARCERIA e objeto da doação através da Lei Municipal a desoneração de todos os impostos e taxas municipais, destacando-se o ISSQN sobre a obra.

Promover a inclusão dos residentes no município nos programas habitacionais de interesse social, com vista a garantir o direito fundamental à moradia.

Juntamente com a Entidade, cadastrar os interessados em participar dos programas habitacionais de interesse social do município**;**

Contribuir com a Entidade, em todas as etapas dos programas habitacionais implantados com recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV - ENTIDADES - FDS, nos assuntos que depender de auxílio do município;

**CLÁUSULA TERCEIRA - ATRIBUIÇÕES DA ENTIDADE:**

I. Projeto técnico de engenharia - implantação e urbanismo do empreendimento, segundo as Instruções Normativas, Portarias do Ministério das Cidades e especificações técnicas da Caixa Econômica Federal, conforme Código de Práticas dessa instituição financeira;

II. Projeto completo da unidade habitacional, inclusive das unidades para portadores de necessidades especiais - PNE;

III. Elaboração, Aprovação e Acompanhamento do Projeto de Trabalho Técnico Social junto aos beneficiários;

IV. Assessoria junto ao órgão responsável pelo Meio Ambiente no Estado de Mato Grosso;

V. Assessoria e acompanhamento dos projetos junto aos órgãos municipais, Cartórios, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades até a sua efetiva aprovação e contratação;

Promover a construção de unidades habitacionais, especificamente as disponibilizadas por intermédio da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL ou qualquer instituição financeira pública ou privada que disponha verba destinada para habitação de interesse social, nos termos da lei 11.977, de 07 de julho de 2009.

Prestar o apoio necessário à consecução do objetivo delineado neste instrumento, observando todas as normas e princípios inerentes ao exercício da função administrativa, em especial os preceitos basilares da legalidade, moralidade, igualdade e livre iniciativa;

Viabilizar por meio de reuniões, visitas e atividades sócio educativas a socialização de informações a respeito da construção das moradias;

Prestar auxílio jurídico ao pleno desenvolvimento das ações necessárias à consecução dos objetivos.

Promover as tratativas necessárias com vista à liberação dos recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV para a construção de unidades habitacionais;

Promover a filiação de todos os interessados/cadastrados em particular dos programas habitacionais de interesse social às entidades vinculadas, de forma a atender as disposições específicas do Programa Minha Casa Minha Vida e a qualquer Programa Habitacional de interesse social;

Promover a interface necessária à construção das unidades habitacionais, ultimando as medidas pertinentes a formalização dos atos específicos a sua implantação; e prestar todo o apoio necessário a consecução do objetivo delineado neste instrumento, observando seu estatuto social e demais normativos atinentes às ações e objetivos, orientando o município naquilo que for formalmente requerido e de sua competência.

**CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO**

Será designado 01 representante por parte **Município** e 01 representante por parte da Entidade **ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBO RIBEIRÃO DA MUTUCA – ACORQUIRIM,** CNPJ: **05.020.118/0001-03**, para acompanhar e fiscalizar todos os atos pertinentes a PARCERIA.

**CLÁUSULA QUINTA-VIGÊNCIA**

A presente parceria terá vigência de 02(dois) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, aditado ou rescindido por mútuo acordo, bastando que a parte interessada se manifeste por escrito, com antecedência de 30(trinta) dias.

Qualquer dos partícipes poderá denunciar e retirar sua cooperação decorrente da presente parceria, quando a sua execução não obedecer fielmente ao que nele ficou avençado.

Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o denunciante somente ficará responsável pelas obrigações e auferirá as vantagens pelo tempo em que comprovadamente participou da presente parceria, ouvindo o seu executor.

Alto Garças-MT, 07 de dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT**

**CLAUDINEI SINGOLANO**

**Prefeito Municipal**

**ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBO RIBEIRÃO DA MUTUCA – ACORQUIRIM, CNPJ: 05.020.118/0001-03**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2018 - RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA**

O Prefeito Municipal, Sr. Fábio Mauri Garbugio, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso II, art. 24 da Lei 8.666/93, com a empresa**: ZAHER E CIA LTDA**, CNPJ: 03.264.868/0001-97, com o valor de **R$ 3. 744,86** (Três mil setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos). Cujo objeto trata-se de Contratação direta de serviços para conserto do veículo Chevrolet SPIN 1.8 2014/2015 - PLACA QBP 8658 (mão de obra e reposição de peças), veículo que transporta pacientes de Alto Taquari que fazem hemodiálise na cidade de Rondonópolis. Diante do fato, resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal. Alto Taquari - MT, 26 de junho de 2018. **Fábio Mauri Garbugio -** Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2018 – EDITAL RESUMIDO**

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO DE SEGURO DE VEÍCULOS, COM A FINALIDADE DE SEGURAR VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT, de acordo com anexo I. Abertura às **13h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **10/07/2018.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 26 de junho de 2018. Renata Fermino de Oliveira – **Pregoeira.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018**

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2018, cujo certame se deu início às 13h30min, do dia 15/06/2018, sagrou-se vencedor a preponente: **ROSILENE DA SILVA – MERCEARIA ME**, CNPJ: 04.018.514/0001-25 com o valor total de R$ 1.048.607,12 (um milhão, quarenta e oito mil, seiscentos e sete reais e doze centavos). A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço por item, com certame homologado em 26/06/2018. Alto Taquari – MT, 26 de junho 2018. Renata Fermino de Oliveira **–** Pregoeira.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018 – EDITAL RESUMIDO**

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÁS OXIGÊNIO COM FORNECIMENTO DE CILINDRO EM REGIME DE COMODATO - **EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, de acordo com anexo I. Abertura às **07h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **10/07/2018.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 26 de junho de 2018. Renata Fermino de Oliveira – **Pregoeira.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 005/2018**

**A Prefeitura Municipal de Alto Taquari – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Macário Subtil de Oliveira, 848 – centro, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para quem possa interessar, que** a Concorrência Pública 005/2018, que tem por objeto A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, a empresa OK COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ: 07.068.584/0001-86, apresentou toda documentação exigida e foi declarada HABILITADA. Sendo assim VENCEDORA do certame. Maiores esclarecimentos pelo tel. (66) 3496-1471/1448. Alto Taquari – MT, 26 de junho de 2018. Renata Fermino de Oliveira - Presidente da CPL.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 005/2018**

**A Prefeitura Municipal de Alto Taquari – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Macário Subtil de Oliveira, 848 – centro, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para quem possa interessar, que** a Concorrência Pública 005/2018, que tem por objeto A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, a empresa OK COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ: 07.068.584/0001-86, apresentou toda documentação exigida e foi declarada HABILITADA. Sendo assim VENCEDORA do certame. Maiores esclarecimentos pelo tel. (66) 3496-1471/1448. Alto Taquari – MT, 26 de junho de 2018. Renata Fermino de Oliveira - Presidente da CPL.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 165/2018.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO DOENÇA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".**

**ADALTO JOSÉ ZAGO,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Conceder prorrogação de Auxilio Doença à Servidora **GENECI DE MOURA RADIN,** portadora da cédula de identidade 1066589381 SJTC/RS e inscrita no CPF sob n. 002.009.780-80, ocupante do Cargo Efetivo de **Agente Comunitária de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, até a data de 24/07/2018.

**Art. 2°** - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 26 de Junho de 2018.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se

**ADALTO JOSÉ ZAGO**

-Prefeito Municipal-

**PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº.0241 /2018.**

**SÚMULA: DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 02 DE JULHO DE 2018.**

**ADALTO JOSÉ ZAGO**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

**DECRETA**

**Artigo 1º -** Fica decretado ponto facultativo no dia 02 de Julho de 2018 em virtude do Feriado Municipal de Aniversário da Cidade no dia 03 de Julho de 2018.

**Artigo 2º** - Os serviços públicos essenciais à população terão seu funcionamento normal, tais como Hospital Municipal e Coleta de Lixo.

**Artigo 3º -** Este decreto entra em vigor na data de sua afixação.

**Artigo 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 27 de Junho de 2018.

**ADALTO JOSÉ ZAGO**

PREFEITO MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**EXTRATO DE TERMO ADITVO**

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO – **CESIRA BERGAMINI AMANCIO & CIA LTDA – ME**

CONTRATO – 035/2014

OBJETO: ADITIVO DE AUMENTO DO QUANTITATIVO

TROCA DO TELHADO ALAS A e B

VALOR R$ 67.978,06 (sessenta e sete mil novecentos e setenta e oito reais e seis centavos).

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**EXTRATO DE TERMO ADITVO**

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO – BKP CONSTRUTORA LTDA-EPP

CONTRATO N° - 059/2018

OBJETO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO SUPRESSÃO

VALOR SUPRIMIDO R$ 0,84 (oitenta e quatro centavos)

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO**

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 016/2018

Termo De Apostilamento N° 001/2018. Referente A Ata De Registro De Preços: N° 016/2018, ORIGINADO PELO PREGÃO ELETRONICO 001/2018, ASSINADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS E A EMPRESA RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES-EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.696.359/0001-21, TENDO COMO OBJETO O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOPSITALARES.

Adalto José Zago, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no art. 65, § 8º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, determina o **apostilamento PARA TROCA DE MARCA E REALINHAMENTO DO VALOR DO ITEM 06 E 07,** nos termos que se seguem:

| Item | Material | Descrição do Material | Un. | Qtdade | Marca | Vlr. Unit | Marca atual | Valor atual |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 6 | 13-01-1226 | ESPARADRAPO COMUM - IMPERMEAVEL, MEDINDO: 10CM X 4,5M,EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO,COMPOSICAO: TECIDO 100% ALGODAO E RESINA ACRILICA, ADESIVO A BASE DE OXIDO DE ZINCO, BORRACHA NATURAL E RESINA, CONTEM LATEX NATURAL, COR: BRANCA, FACIL DE CORTAR, UNIDADE. **MARCA COPERTINA** | UN | 3000 | **COPERTINA** | 4,95 | CREMER | 8,66 |
| 7 | 13-01-1225 | GAZE - COMPRESSA DE GAZE ESTERILIZADA, FIO 13,PARA ASSEPSIA E CURATIVOS, MEDINDO 7,5X 7,5CM QUANDO DOBRADA,PACOTE COM 10 UNIDADES- **MARCA POLAR FIX** | Pt | 150.000 | **POLAR FIX** | 0,14 | ORIGINAL TEXTIL | 0,50 |

Para que surta seus efeitos jurídicos, lavra-se o presente termo de apostilamento, com base no § 8° do Artigo 65 da Lei Federal n° 8.666/93.

Apiacás – MT, 26 de junho de 2018.

Adalto José Zago

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº. 165/2018**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

**ADALTO JOSÉ ZAGO**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

**RESOLVE:**

**Artigo 1º -** Conceder Licença Maternidade à Servidora **DAIANE NATAL DA SILVA,** portadora da cédula de identidade 2312914-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n. 050.849.211-40, contratada no Cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido de 25/06/2018 à 21/12/2018.

**Artigo 2º** - À servidora gestante será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias, da seguinte forma:

a) 120 (cento e vinte) dias, do dia 25/06/2018 à 22/10/2018 garantido pelo salário maternidade previsto pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

b) 60 (sessenta) dias, do dia 23/10/2018 à 21/12/2018 pago pela Prefeitura Municipal, conforme o que prevê a Lei Complementar 109/2014.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 25 de Junho de 2018.

**ADALTO JOSÉ ZAGO**

**-**PREFEITO MUNICIPAL-

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº. 166/2018.**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RESPONDER COMO GERENTE MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ADALTO JOSÉ ZAGO**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

**RESOLVE:**

**Artigo 1º -** Designar a Servidora **MADALENA HOFFMANN ZIMMER BAUMANN,** portadora da cédula de identidade 3.128.058-3 SESP/PR e inscrita no CPF sob o n. 662.555.629-72, ocupante do Cargo Efetivo de **Auxiliar Contábil**, para responder como GERENTE MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS.

**Artigo 2º** - Esta Portaria retroage seus efeitos legais a partir do dia 10 de Maio de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 26 de Junho de 2018.

**ADALTO JOSÉ ZAGO**

**-**PREFEITO MUNICIPAL-

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA N.87/2018**

**PORTARIA N.87/2018**

*"Dispõe sobre a concessão do Benefício de Pensão Por Morte à dependente Sra.* ***Dinair Pereira Guerra****"*

O Prefeito do Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentando no Artigo 40, § 7º, I da Constituição Federal de 1988, combinado com Artigo 7º, inciso I, e Artigos 28, inciso I; 30, inciso I; 32, §1º, inciso V, alínea "c", item "6", ambos da Lei Complementar nº 669/2015 de 13 de Maio de 2015, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 708/2016, que rege a Previdência Municipal,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder o benefício de Pensão Por Morte, em decorrência do falecimento do servidor inativo Sr. Odir Dutra Guerra, portador do RG nº 321360 SSP/DF e CPF nº 120.287.031-72, Aposentado Por Idade, anteriormente ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde na Prefeitura de Araguaiana/MT, com provento integral, em favor da Sra. Dinair Pereira Guerra, brasileira, cônjuge do "de cujus", portadora do RG nº 650851 SSP/MT e CPF nº 513.516.091-49, o equivalente a 100% (cem por cento), conforme processo administrativo do ARAGUAIANA - PREV, n.º 2018.07.00010P, a partir da data do óbito do Segurado, ocorrido em 10 de junho de 2018, até posterior deliberação.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Araguaiana/MT, 25 de Junho de 2018.

**Getulio Dutra Vieira Neto Prefeito Municipal**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2018.**

**Extrato do Contrato Nº 08/2018.**

**Contratante:** Município de Araguaiana – MT

**Contratado: GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA - ME**.

**Objeto:** Prestação de serviços de serviços de hospedagem de SITE na internet de dados na Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT.

**Prazo:** O prazo de execução do presente Contrato é de 10 (dez) meses.

**Valor: R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais).**

**Data:** 09/03/2018.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 30/2018 ARAGUAIANA MT, 25 DE JUNHO DE 2018.**

**Decreto nº 30/2018** Araguaiana MT, 25 de Junho de 2018.

Dispõe sobre a nomeação dos novos membros do **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL-CMDRS** de Araguaiana-MT, e dá outras providencias"

O Srº. **Getúlio Dutra Vieira Neto, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso**, usando das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município;

**Art. 1° – Nomeia membros para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTÁVEL (CMDRS) do município de Araguaiana – MT.**

**Representante da Prefeitura Municipal**

**Titular:** Irisvan Dutra Vieira

RG: 11129298 SSP/MT CPF: 855.340.721-72

Tel: (66) 98439.5031

Endereço: Rua Marechal Rondon Bairro: Centro Antigo.

**Suplente:** Fagner Ricardo Pereira Goveia

RG: 217511 SSP/MT CPF: 027482101-07

Tel: (66) 98451-3934

Endereço: Rua São Paulo, s/n Bairro Saveco

**Representante do INDEA**

**Titular:** Albino Pfeifer Neto

RG: M-4.714.614 SSP/MG CPF: 987.044.946-87

Tel: (66) 98423-5148

Endereço: Av. Inocêncio Dias S/n, Jardim Urânia II.

**Suplente:** Carlos Alberto Dutra Ramalho

RG: 716.566 SSP/MT CPF: 465.780.901 10

Tel: (66) 8443-7241

Endereço: Rua José da Luz Bairro: Centro

**Representante da Câmara Municipal**

**Titular:** Davi Tenório de Oliveira

RG: 284 668 SSP/MT CPF: 304 807 951-34

Tel: (66) 98412-2121

Endereço: Av. Dr. José Morbeck.

**Suplente:** Carlos de Souza Oliveira

RG: 933 753 SSP/MT CPF: 545.787.791-49

Tel: (66) 98423-1013

Endereço: Av. Inocêncio Dias Bairro: Jd. Jardim Urânia II.

**Representante da COLÔNIA Z18**

**Titular:** Vicente Pereira do Rosário

RG: 113 4863 SSP/GO CPF: 318 693 731-68

Tel: (66) 98426-6604

Endereço: Rua Guanabara Bairro: Jd. Urânia I.

**Suplente:** Daniel Lopes de Menezes

RG: 480446 SSP/GO CPF: 799.375.001-68

Tel: (66) 98409-2426

Endereço: Rua Otávio Dutra Bairro: Jd. Urânia I

**Representante do SINDICATO RURAL**

**Titular:** Joseci Epifânio da Silva

RG: 2229 799 SSP/GO CPF: 158.794.371-91

Tel: (66) 98408-6480

Endereço: Rua Domingos Cardoso Nº96 Bairro: JD. Urânia I.

**Suplente:** Franscisco Sousa da Purificação

RG: 3880663 2ª V SSP/GO CPF: 863.101.861-91

Tel: (66) 98411-8156

Endereço: Rua Domingos Cardoso Nº96 Bairro: JD. Urânia I.

**Representante da ASSOCIAÇÃO ESPIRITA ALLAN KARDECK**

**Titular:** Pascoal Martins Rezende

RG. nº 285.602 - SSP/MT CPF nº 495.687.871-00

Tel: (66) 98453-5065

Endereço: Rua Silva s/nº

**Suplente:** José Rodrigues de Carvalho

RG: 390 273 SSP/MT CPF: 141 075 111-20

Tel: (66) 98407-9568

Endereço: Rua Mal. Rondon Bairro: Centro Antigo

**Representante da EMPAER**

**Titular:** Zélio da Costa Ribeiro

RG: 701 524 SSP/GO CPF: 061.149.111-72

Endereço:Rua Dr. José Coelho Bairro: Dermat.

**Suplente:** Alexandre Augusto Soarelho

CPF: 596.292.079-15

Endereço: Rua Liberdade Bairro: Santo Antônio

**Art. 2º** - Fica ainda reconhecida a Diretoria do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS do Município de Araguaiana – MT, como segue:

- Carlos Alberto Dutra Ramalho – Presidente

- Fagner Ricardo Pereira Goveia – Vice-Presidente

- Irisvan Dutra Vieira – Secretário.

**Art. 3º** – Este decreto entra em vigor na data de sua afixação, revogando em especial o Decreto nº 23/2016 de 09/05/2016 e suas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana MT, 25 de Junho de 2018.

**Getúlio Dutra Vieira Neto**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

**EXTRATO DE CONTRATO**

**REF.: CONTRATO N.º 016/2018**

**NUMERO DO CONTRATO**: N.º 016/2018.

**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Orgânica do Município.

**CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Araguainha.

**PAULO ANTÔNIO FERREIRA MONTEIRO**

**OBJETO:** 1.1 – Prestação de Serviços como Professor de Capoeira para ministrar aulas para crianças e adolescentes, 01 (uma) vez por semana durante 07 (sete) meses, de junho a dezembro de 2018, para usuários dos programas sociais através do programa do PAIF.

**PRAZO**: 11 Meses

**VALOR DO CONTRATO**: R$11.200,00(Onze Mil e Duzentos Reais)

**DATA DA ASSINATURA**:09/02/2018

**VIGENCIA**:09/02/2018 á 31/12/2018

**EXTRATO DE TERMO CONVÊNIO**

**REF.: CONVÊNIO N.º 06/2018**

**NUMERO DO CONTRATO**: N.º 06/2018.

**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Orgânica do Município.

**CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Araguainha.

**CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT**

**OBJETO:** 1.1-Constitui objeto deste Termo de Convênio a compra de serviço de análise da qualidade da água para consumo humano nos Municípios integrantes da Região, através do Programa de Vigilância da Qualidade da Água – VIGIÁGUA.

**PRAZO**: 12 Meses

**VALOR DO CONTRATO**: R$: 5.050,80 (Cinco Mil e Cinquenta Reais e Oitenta Centavos)

**DATA DA ASSINATURA**:02/01/2018

**VIGENCIA**:02/01/2018 á 31/12/2018

**EXTRATO DE CONTRATO**

**REF.: CONTRATO N.º 05/2018**

**NUMERO DO CONTRATO**: N.º 05/2018.

**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Orgânica do Município.

**CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Araguainha.

**M&C CONSTRUÇÃO LTDA, MACHADO & CARVALHO CONSTRUÇÃO LTDA - ME**

**OBJETO: 1.1 – O presente contrato objetiva a prestação de serviços contratação de empresa de engenharia civil para execução de obra de Reforma de uma ponte de madeira tipo I do no Córrego Sete Voltas na Rodovia MT – 100 com extensão de 22 metros com Recursos do FETHAB.**

**PRAZO**: 30 Dias

**VALOR DO CONTRATO**: R$ 66.959,68 (Sessenta e Seis Mil Novecentos e Cinquenta e Nove Reais e Sessenta e Oito Centavos.)

**DATA DA ASSINATURA**: 08/02/2018

**VIGENCIA**: 08/02/2018 á 08/03/2018

**TERMO DE ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018 – PREGÃO ELETRÔNICO 10/2017 FNDE.**

**TERMO DE ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018 – PREGÃO ELETRÔNICO 10/2017 FNDE.**

Considerando o aceite de adesão do FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO- FNDE órgão gerenciador da ata, e do parecer jurídico favorável à adesão do referido pregão Eletrônico n.º 10/2017, cujo o objeto é o Registro de Preços para a eventual aquisição Mobiliários Escolares constituídos de conjunto aluno, mesa acessível e conjunto professor, em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme as disposições contidas no Termo de Referência, Anexo I, sendo vencedora a Empresa **Empresa: MILANFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ:** 01.016.616/0001-13.

**Autorizo a adesão à ata de registro de preços conforme descrito acima, nos termos referenciados do processo.**

**Ribeirãozinho/MT, 20 de Junho de 2018.**

Atenciosamente,

**SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2018**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2018**

**PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 004/2018 – REGISTRO DE PREÇOS**

**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES** contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Aos 25 dias do mês de junho de Dois Mil e dezoito o Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 430 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **03.947.926/0001-87**, representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob nº. 1031833-0-SSP/MT, e devidamente inscrito no MF com CPF sob n.º 535.960.211-20, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, nº 559, Centro, CEP 78.615-000, nesta cidade de Araguainha - MT, neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado à empresa **MILANFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA.**, CNPJ n.º: 86.729.324/0002-61, endereço: Av. V nº 901A - Bairro Industrial Cidade: Cuiabá UF: MT CEP: 78.098-480, Telefone: (65) 3317-2100 Fax: (65) 3317-2105, endereço eletrônico: adm@milanflex.com.br, Representado neste ato por **Gilmar Francisco Milan**, RG n.º/Órgão Expedidor/UF: 760.527-7 SSP/SC CPF n.º: 344.848.171-87, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços oriunda de **Adesão do** FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO- FNDE, **referente a Ata n.º 01/2018, Pregão SRE n.º 10/2017** sujeitando-se as, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal nº 025/2018 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

**1.1**. A presente Ata constitui documento vinculativo, obrigacional e com característica de compromisso para futura contratação, e tem por objeto o Registro de Preços para a eventual aquisição Mobiliários Escolares constituídos de conjunto aluno, mesa acessível e conjunto professor, em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme as disposições contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 10/2017 que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora e o Termo de Ciência e Responsabilidade do SIGARPWEB, independentemente de transcrição.

**2. DA VIGÊNCIA**

**2.1.** A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12(doze) meses, a partir de sua assinatura.

2.2. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o art. 12, caput, do Decreto n.º 7.982/13, e o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

**3. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

3.1. A presente Ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o FORNECEDOR obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo Órgão Gerenciador, e pelos Órgãos Participantes de Compra Nacional, durante sua vigência, dentro dos quantitativos fixados, conforme tabela(s) constante(s) da Cláusula Segunda.

3.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

3.2. O compromisso de entrega e execução estará caracterizado mediante a assinatura de CONTRATO entre o FORNECEDOR e a CONTRATANTE, observadas as disposições desta Ata de Registro de Preços e do Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2017, em conformidade à minuta anexada ao Edital.

3.2.1. Os contratos decorrentes da utilização desta Ata de Registro de Preços deverão ser assinados dentro do prazo de validade a que se refere o item 2.1 desta Ata, conforme disposto no art. 12, §4º, do Decreto n.º 7.892/13.

3.2.2. A entrega do(s) item(ns) deverá ser efetuada no prazo estabelecido no Cronograma de Entrega constante do Termo de Referência – Anexo I do Edital, o qual será contado a partir da assinatura do Contrato e da disponibilização dos endereços de entrega pela CONTRATANTE à CONTRATADA, prevalecendo a data do evento que ocorrer por último.

3.2.3. As condições gerais do fornecimento do produto, tais como as de entrega e recebimento do objeto, assim como as especificações técnicas dos itens registrados e as obrigações das partes que compõem este Registro de Preços, encontram-se definidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

3.2.4. Demais obrigações do FORNECEDOR, na condição de CONTRATADO, e dos Órgãos/entidades que se utilizarem desta Ata de Registro de Preços, na condição de CONTRATANTE, constarão do respectivo CONTRATO, em conformidade à minuta anexa ao Edital.

3.2.5. Demais obrigações do FORNECEDOR, na condição de CONTRATADO, e dos Órgãos/entidades que se utilizarem desta Ata de Registro de Preços, na condição de CONTRATANTE, constarão do respectivo CONTRATO, em conformidade à minuta anexa ao Edital.

3.3. O fornecedor fica proibido de firmar contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços sem o conhecimento e prévia autorização, quando for o caso, do Órgão Gerenciador.

**4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO**

| ITEM | GRUPO | DESCRIÇÃO | Qtd. EST. | Und. Med. | Grupo Abrang. | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 | 01 | **CONJUNTO ALUNO CJA-04b cja-4b**<br>**CJA – 04b – Mesa**<br>Tampo em ABS (Acrilonitrilabutadieno estireno), virgem, isento de cargas minerais, injetado na cor VERMELHA (ver referências), dotado de porcas com flange, com rosca métrica M6, coinjetadas e, de travessa estrutural em nylon “6.0” (Poliamida) aditivado com fibra de vidro, injetada na cor PRETA. Aplicação de laminado melamínico de alta pressão, de 0,8 mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA (ver referências), na face superior do tampo, colado com adesivo bicomponente. Dimensões acabadas 608 mm (largura) x466 mm (profundidade) x 22 mm (altura), admitindo-se tolerância de até +/- 03 mm para largura e profundidade e +/- 01 mm para altura. Design, detalhamento e acabamento conforme projeto. Nos moldes do tampo e da travessa estrutural devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o numero identificador do polímero, a identificação “modelo FDE-FNDE” (conforme indicado no projeto), e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 16 mm de diâmetro (tipo *insert*), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações no projeto).<br>Obs. 1:o nome do fabricante do componente deve ser obrigatoriamente grafado por extenso, acompanhado ou não de sua própria logomarca.<br>Estrutura composta de:<br>- Montantes verticais e travessa longitudinal confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção oblonga de 29 mm x 58 mm, em chapa 16 (1,5mm);<br>- Travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de “C”, com secção circular, diâmetro de 31,75mm (1 ¼”), em chapa 16 (1,5mm);<br>- Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 38mm (1 ½”), chapa 16(1,5mm).<br>Porta-livros em polipropileno copolímero isento de cargas minerais, composto preferencialmente de 50% de matéria-prima reciclada ou recuperada, podendo chegar até 100% injetado na cor CINZA (ver referencias). As características funcionais, dimensionais, de resistência e de uniformidade de cor devem ser preservadas no produto produzido com matéria-prima reciclada, admitindo-se tolerâncias na tonalidade (da cor CINZA), a critério da Comissão Técnica do FNDE. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. No molde do porta livros devem ser gravado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, datado de lotes indicando mês e ano de fabricação, a identificação “modelo FDE-FNDE” (conforme indicado no projeto), e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesse molde também deve ser inserido datador duplo com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicação no projeto).<br>Obs. 1: O nome do fabricante do componente deve ser obrigatoriamente grafado por extenso, acompanhado ou não de sua própria logomarca.<br>Fixação do tampo à estrutura através de:<br>- 06 porcas altas com flange, com rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm), coinjetadas em castelos tronco-cônicos do próprio tampo;<br>- 06 parafusos rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm), comprimento 47mm (com tolerância de +/- 2mm), cabeça panela, fenda Phillips.<br>Fixação do porta livros à travessa longitudinal através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,0mm, comprimento 10mm.<br>Fixação das sapatas (frontal e posterior) aos pés através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm.<br>Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor VERMELHA (ver referências), fixadas à estrutura através de encaixe. Dimensões, design e acabamento conforme projetos. Nos moldes das ponteiras e sapatas devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, a identificação “modelo FDE-FNDE” (conforme indicado no projeto), e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 5 ou 6mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme projeto). | 46 | Und | AC, AM, RO, MT, MS | 240,09 | 13.330,80 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Obs. 2: O nome do fabricante do componente deve ser obrigatoriamente grafado por extenso, acompanhado ou não de sua própria logomarca.<br>Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas.<br>Pinturas dos elementos metálicos em tinta em pó hibrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor CINZA (ver referências).<br>**CJA-04b – Cadeira**<br>Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetados na cor VERMELHA (ver referências). Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes do assento e do encosto deve ser gravado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o numero identificador do polímero, a identificação “modelo FDE-FNDE” (conforme indicado no projeto) e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações no projeto).<br>Obs. 1: O nome do fabricante do componente deve ser obrigatoriamente grafado por extenso, acompanhado ou não de sua própria logomarca.<br>Alternativamente o assento e o encosto poderão ser fabricados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo sete lâminas internas, com espessura máxima de 1,5mm cada, oriundas de reflorestamento ou de procedência legal, isentas de rachaduras e deterioração por fungos ou insetos.<br>Dimensões e design conforme projeto.<br>Quando fabricando em compensado, o assento deve receber investimento na face superior de laminado melamínico de alta pressão, de 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor VERMELHA (ver referências). Revestimento da face inferior em lâmina de madeira faqueada de 0,7mm, da espécie Eucalyptusgrandis, com acabamento em selador, seguido de verniz poliuretano, inclusive nos bordos. Espessura acabada do assento mínima de 9,7mm e máxima de 12mm. O assento em compensado moldado deve trazer gravado de forma indelével, por meio de carimbo ou gravação a fogo sob a camada de verniz, na face inferior, datador de lotes indicando mês e ano de fabricação, a identificação “modelo FDE-FNDE” (conforme indicado no projeto), e o nome do fabricante do componente.<br>Obs. 2: O nome do fabricante do componente deve ser obrigatoriamente grafado por extenso, acompanhado ou não de sua própria logomarca.<br>Quando fabricado em compensado, o encosto deve receber revestimento nas duas faces de laminado melamínico de alta pressão, de 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor VERMELHA (ver referências). Bordos com acabamento em selador seguido de verniz poliuterano. Espessura acabada do encosto mínima de 9,6mm e máxima de 12,1mm. O encosto em compensado moldado deve trazer gravado de forma indelével, por meio de carimbo ou gravação a fogo sob a camada de verniz, no topo inferior, o nome do fabricante do componente.<br>Obs. 3: O nome do fabricante do componente deve ser obrigatoriamente grafado por extenso, acompanhado ou não de sua própria logomarca.<br>Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm em chapa 14 (1,9mm).<br>Fixação de assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de “repuxo’, diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm.<br>Fixação do assento em compensado moldado à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 19mm.<br>Fixação do encosto em compensado moldado à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm comprimento 22mm.<br>Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor VERMELHA (ver referências), fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes das ponteiras e sapatas devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador “modelo FDE-FNDE” (conforme indicado no projeto), e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 5 ou 6mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações no projeto).<br>Obs. 4: O nome do fabricante do componente deve ser obrigatoriamente grafado por extenso, acompanhado ou não de sua própria logomarca.<br>Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas.<br>Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó hibrida Epóxi/Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima 40 micrometros, na cor CINZA (ver referências).<br>Marca: **Milan**<br>Fabricante: **Milanflex Ind. Com. De Móveis e Equip. Ltda.**<br>Modelo: **CJA-04B FDE / FNDE.** | | | | | |
| **ITEM** | **GRUPO** | **DESCRIÇÃO** | **Qtd. EST.** | **Und. Med.** | **Grupo Abrang.** | **Valor Unitário** | **Valor Total** |
| **07** | **01** | **CONJUNTO PROFESSOR CJP-01**<br>**CJP-01-MESA**<br>Tampo em MDF ou MDP, com espessura de 18mm,revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA (ver referências), cantos arredondados (conforme projeto). Revestimento na face inferior em chapa de balanceamento (contra placa fenólica) de 0,6mm. Aplicação de porcas garra com rosca métrica M6 e comprimento 10mm (ver detalhamento no projeto). Dimensões acabadas 1200mm (largura) x 650mm (profundidade) x 19,4mm (espessura), admitindo –se tolerância de até +/-2mm para largura e profundidade e +/- 1mm para espessura.<br>3.1.1.1. Painel frontal em MDP ou MDF, com espessura de 18mm, revestido nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão – BP, acabamento frost, na cor CINZA,(ver referências). Dimensões acabadas de 1117mm (largura) x 250mm (altura) x 18mm (espessura) admitindo – se tolerância de +/-2mm para largura e altura e +/- 0,6mm para espessura.<br>Topos encabeçados com fita de bordo termoplástica extrudada, confeccionada em PVC (cloreto de polivinila), PP (polipropileno) ou PE (polietileno), com “primer” na face de colagem, acabamento de superfície texturizado, na cor CINZA (ver referências), colada com adesivo “Hot Melting”. Resistência ao arrancamento mínima de 70N (ver condições de fabricação).<br>Dimensões nominais de 22mm (largura) x 3mm (espessura), com tolerância de +/- 0,5mm para espessura.<br>Centralizar ponto de início e término de aplicação da fita de bordo no ponto central e do lado oposto à borda de contato com o usuário. O ponto de encontro da fita de bordo não deve apresentar espaços ou deslocamentos que facilitem seu arrancamento.<br>Estrutura composta de:<br>- Montante verticais confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção oblonga de 29mm x 58mm, em chapa 16 (1,5mm).<br>- Travessa longitudinal confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção semioblonga de 25mm x 60mm, em chapa 16(1,5mm).<br>- Travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato “C”, com secção circular, diâmetro 31,75mm (“11/4”), em chapa 16 (1,5mm).<br>- Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 38mm (1 ½”), em chapa 16 (1,5mm).<br>Fixação do tampo à estrutura através de:<br>- 06 porcas garra rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm);<br>- 06 parafusos rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm), comprimento 47mm (com tolerância de +/- 2mm), cabeça panela, fenda Phillips. | 7 | Und | AC, AM, RO, MT, MS | 377,78 | 2.644,46 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Fixação do painel à estrutura através de parafusos autoatarraxantes 3/16” x 5/8”, zincados.<br>Aletas de fixação do painel confeccionadas em chapa de aço carbono em chapa 14 (1,9mm), estampadas conforme projeto.<br>Fixação das sapatas (frontal e posterior) aos pés através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm.<br>Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem isento de cargas minerais, injetadas na cor CINZA (ver referências). Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes das ponteiras e sapatas deve ser gravado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, a identificação “modelo FDE-FNDE” (conforme indicado no projeto), e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 5 ou 6mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações nos projetos).<br>Obs. 1: O nome do fabricante do componente deve ser obrigatoriamente grafado por extenso, acompanhado ou não de sua própria logomarca.<br>Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. O grau de enferrugamento deve ser de Ri0 e o grau de empolamento deve ser de d0/t0.<br>Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó hibrida Epóxi/Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor CINZA (ver referências).<br>**CJP-01 – Cadeira**<br>Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem isento de cargas minerais, injetados na cor CINZA (ver referências). Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes do assento e do encosto deve ser gravado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, a identificação “modelo FDE-FNDE” (conforme indicado no projeto), e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 16mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações no projeto).<br>Obs. 1: O nome do fabricante do componente deve ser obrigatoriamente grafado por extenso, acompanhado ou não de sua própria logomarca.<br>Alternativamente o assento e o encosto poderão ser fabricados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo sete lâminas internas, com espessura máxima de 1,5mm cada, oriundas de reflorestamento ou de procedência legal, isentas de rachaduras e deterioração por fungos ou insetos.<br>Dimensões e design conforme projeto.<br>Quando fabricado em compensado, o assento deve receber revestimento na face superior de laminado melamínico de alta pressão, de 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA (ver referências). Revestimento da face inferior em lâmina de madeira faqueada de 0,7mm, da espécie Eucalyptusgrandis, com acabamento em selador, seguido de verniz poliuretano, inclusive nos bordos. Espessura acabada do assento mínima de 9,7mm e máxima de 12mm. O assento em compensado moldado deve trazer gravado de forma indelével, por meio de carimbo ou gravação a fogo sob a camada de verniz, na face inferior, datador de lotes, indicando mês e ano de fabricação, a identificação “modelo FDE-FNDE” (conforme indicado no projeto) e o nome do fabricante do componente.<br>Obs. 2: O nome do fabricante do componente deve ser obrigatoriamente grafado por extenso, acompanhado ou não se sua própria logomarca.<br>Quando fabricado em compensado, o encosto deve receber revestimento nas duas faces de laminado melamínico de alta pressão, de 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA (ver referências). Bordos revestidos com selador seguido de verniz poliuretano. Espessura acabada do encosto mínima de 9,6mm e máxima de 12,1mm. O encosto em compensado moldado deve trazer gravado de forma indelével, por meio de carimbo ou gravação a fogo sob a camada de verniz no topo inferior, o nome do fabricante do componente.<br>Obs. 3: O nome do fabricante do componente deve ser obrigatoriamente grafado por extenso, acompanhado ou nação de sua própria logomarca.<br>Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm).<br>Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm comprimento 12mm.<br>Fixação do assento em compensado moldado à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 19mm.<br>Fixação do encosto em compensado moldado à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro 4,8mm, comprimento 22mm.<br>Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem isento de cargas minerais, injetadas na cor CINZA (ver referências), fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nos moldes das ponteiras e sapatas deve ser gravado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, a identificação “modelo FDE-FNDE” (conforme indicado no projeto), e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Nesses moldes também devem ser inseridos datadores duplos com miolo giratório de 5 ou 6mm de diâmetro (tipo insert), indicando mês e ano de fabricação (conforme indicações nos projetos).<br>Obs. 4: O nome do fabricante do componente deve ser obrigatoriamente grafado por extenso, acompanhado ou não se sua própria logomarca.<br>Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. O grau de enferrujamento deve ser de Ri0 e o grau de empolamento deve ser de d0/t0,<br>Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó hibrida Epóxi/Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima 40 micrometros, na cor CINZA (ver referências).<br>Marca: **Milan**<br>Fabricante: **Milanflex ind. Com. De Móveis e Equip. Ltda**<br>Modelo: **FDE/FNDE.** | | | | | |
| **TOTAL GERAL.....** | | | | | | | **15.975,26** |

Os dados do fornecedor mais bem classificado no resultado da licitação (fornecedor registrado nesta Ata) são os que seguem:

1ª Classificada – Empresa fornecedora

CNPJ n.º: 86.729.324/0002-61

Razão Social: MILANFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA.

Endereço: Av. V nº 901A - Bairro Industrial

Cidade: Cuiabá UF: MT CEP: 78.098-480

Telefone: (65) 3317-2100 Fax: (65) 3317-2105

Endereço Eletrônico: adm@milanflex.com.br

Representante: Gilmar Francisco Milan

RG n.º/Órgão Expedidor/UF: 760.527-7 SSP/SC CPF n.º: 344.848.171-87

**5. DO CONTROLE DE QUALIDADE**

5.1. Os produtos registrados nesta Ata de Registro de Preços estão sujeitos ao Controle de Qualidade realizado pelo FNDE, pelos CONTRATANTES ou por instituição indicada por eles, na forma disposta nos Cadernos de Informações Técnicas – CIT e nos demais itens do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

5.1.1. O Controle de Qualidade poderá ocorrer durante as etapas de produção e a qualquer tempo, durante a vigência desta Ata e/ou dos contratos firmados com o FNDE e/ou com os CONTRATANTES.

5.2. O cumprimento das regras estabelecidas pelo FNDE em relação ao Controle de Qualidade dos produtos registrados nesta Ata constitui objeto do Termo de Ciência e Responsabilidade firmado pelo fornecedor na ocasião da assinatura desta Ata (Encarte B - SEI n.º 0740811).

5.3. O descumprimento das regras estabelecidas pelo FNDE em relação ao Controle de Qualidade implica descumprimento das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando o FORNECEDOR ao cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o devido processo legal.

**6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1. No caso de descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços, inclusive em relação às regras do Controle de Qualidade previstas no Edital e seus Anexos, o Órgão Gerenciador poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e observado o devido processo legal, aplicar ao FORNECEDOR REGISTRADO as seguintes sanções administra#vas, segundo a gravidade da falta cometida:

I - Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos;

II - Multa moratória de 0,1 % (um décimo por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total dos itens correspondentes às solicitações autorizadas e que tenham relação com a mora identiicada, até o limite máximo de 15% desse valor. Após 10 (dez)

dias de mora, a Administração poderá optar pela manutenção da sanção de multa (até seu limite máximo) ou pelo cancelamento da Ata, com as penalidades daí decorrentes;

III - Multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total dos itens correspondentes às solicitações autorizadas e que tenham relação com a irregularidade apurada, no caso de inadimplemento total da obrigação ou, no caso de inadimplemento parcial, de forma proporcional à obrigação inadimplida;

IV - Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

V - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

VI - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o FORNECEDOR REGISTRADO ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

6.2. As sanções previstas na presente Cláusula não afastam eventuais outras sanções ou medidas administrativas previstas na legislação aplicável.

**7.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1.** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.

**8.0. DO PAGAMENTO**

**8.1.** Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária preferencialmente através do Banco do Brasil S/S ou outra entidade bancaria, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

**8.1.1.** A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

**8.1.2.** A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

**8.2.** O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

**8.2.1.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

**8.2.2.** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**8.3.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

**9. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. Em observância às disposições do Decreto n.º 7.982/13 e alterações posteriores, o registro do fornecedor será cancelado quando este:

9.1.1. Descumprir as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 8.1.1, 8.1.2 e 9.2.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta Ata, devidamente comprovados e justificados:

9.3.1. por razão de interesse público; ou

9.3.2. a pedido do fornecedor.

**10. DA DIVULGAÇÃO**

10.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

10.2. Para firmeza e validade do pactuado, depois de lida e achada em ordem, a presente Ata vai assinada eletronicamente pelas partes.

**11. DO FORO**

**11.1 -** Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 25 de Junho de 2018.

_____

**MILANFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**

**CNPJ n.º: 86.729.324/0002-61**

_____

**SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

_____

**ELAYNE BENTO PARREIRA**

**OAB/MT 10.214-B**

**Testemunhas:**

_____

**VALDEVINO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**

**RG: 277036 SSP/MT**

**CPF: 201.799.601-72**

_____

**WASHINGTON CESAR NAVES DE SOUZA**

**RG: 862267 SSP/MT**

**CPF: 513.770.041-04**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**REF.: CONTRATO N.º 014/2018**

**NUMERO DO CONTRATO**: N.º 014/2018.

**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Orgânica do Município.

**CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Araguainha.

EDMAR PEREIRA DE JESUS RESSUDE

**OBJETO:** O presente contrato tem por objeto contratação de pessoa física para prestação de serviços como Psicóloga para manutenção das atividades dos serviços de atendimento integral as famílias CRAS/PAIF/PSB, Junto ao Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações no anexo do edital.

**PRAZO**: 8 Meses

**VALOR DO CONTRATO**: R$ 21.920,00 (Vinte e Um Mil, Novecentos e Vinte Reais)

**DATA DA ASSINATURA**:02/05/2018

**VIGENCIA**:02/05/2018 á 31/12/2018

**EXTRATO DE CONTRATO**

**REF.: CONTRATO N.º 015/2018**

**NUMERO DO CONTRATO**: N.º 015/2018.

**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Orgânica do Município.

**CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Araguainha.

**DAGMAR MENDES DE MATOS**

**OBJETO:** 1.1 – Constitui objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel situado na Avenida Couto Magalhães, s\n. º, Bairro Centro, para sediar a SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

**PRAZO**: 7 Meses

**VALOR DO CONTRATO**: R$ 2.100,00 (Dois Mil e Cem Reais).

**DATA DA ASSINATURA**:04/06/2018

**VIGENCIA**:04/06/2018 á 31/12/2016

**EXTRATO DE TERMO CONVÊNIO**

**REF.: CONVÊNIO N.º 010/2018**

**NUMERO DO CONTRATO**: N.º 010/2018.

**FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Orgânica do Município.

**CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Araguainha.

**CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT**

**OBJETO:** o presente Convênio possui os seguintes objetivos:

a) A consecução das ações previstas na Lei Municipal nº 831 de 022 de 2017;

**PRAZO**: 12 Meses

**VALOR DO CONTRATO**: R$: 31.539,60 (Trinta e um Mil, Quinhentos e Trinta e Nove Reais e Sessenta Centavos)

**DATA DA ASSINATURA**:02/01/2018

**VIGENCIA**:02/01/2018 á 31/12/2018

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA INTERNA DRH 29 2018 ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT.**

**OVIDIO DE FREITAS GODOY, Diretor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT/;**

**CONSIDERANDO** a necessidade de execução dos trabalhos internos e de organização da Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Estipular o horário de atendimento ao **Público** da **DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT**, a partir de Vinte e Cinco (25) de junho de 2018, que se compreenderá no período de 07h00min as 11h00min, de segunda a sexta-feira.

**Art. 2º** - Caberá a equipe **Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de** Araputanga/MT, realizar os andamentos dos trabalhos internos no período vespertino.

**Art. 3º** - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Araputanga Estado do Mato Grosso, aos vinte e cinco (25) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018).

**Ovídio de Freitas Godoy Diretor de Recursos Humanos** Portaria 07/2017

### LICITAÇÕES
### PORTARIA N.º 187/2018

DESIGNAR O ENGENHEIRO CIVIL PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TAPA BURACO CONSTANTES NO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078//2018, ORIUNDO DO CONVITE Nº 002/2018, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE TAPA BURACO EM VIAS URBANAS, COM RECURSOS FINANCEIROS PRÓPRIOS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. João Gustavo Faria dos Santos Junior, para acompanhamento e fiscalização dos SERVIÇOS DE TAPA BURACO CONSTANTES NO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078//2010, oriundo do CONVITE Nº 002/2018, com a empresa a seguir CONSTRUMANÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.744.864/0001-06.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

### GABINETE - DEPTO JURIDICO
### PORTARIA N.° 173/2018

**PORTARIA N.° 173/2018**

**DESIGNA E NOMEIA SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2018.**

**JOEL MARINS DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Designar e nomear Francisco Tibúrcio, servidor público da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 077/2018.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2018**

**CONTRATADA:** CONSTRUTORA CAMPESSATO LTDA, inscrita no CNPJ de n° 03.722.632/0001-57.

**Art. 2° -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos à assinatura do contrato, devendo o Fiscal nomeado averiguar os serviços prestados na forma da lei.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, em quinze (15) de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018).

**Joel Marins de Carvalho**

***Prefeito Municipal***

### LICITAÇÕES
### PORTARIA N.º 185/2018

DESIGNAR O SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078//2018, oriundo do CONVITE Nº 002/2018, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE TAPA BURACO EM VIAS URBANAS, COM RECURSOS FINANCEIROS PRÓPRIOS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. Francisco Tiburcio de Carvalho, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078//2010, oriundo do CONVITE Nº 002/2018, com a empresa a seguir

CONSTRUMANÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.744.864/0001-06.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

**GABINETE - DEPTO JURIDICO**
**DECRETO MUNICIPAL Nº 28/2018**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 28/2018**

**REAJUSTA O IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO/IPTU DO EXERCÍCIO 2018, BEM COMO ESTABELECE DESCONTO E DATA DE VENCIMENTO PARA O PAGAMENTO DO REFERIDO IMPOSTO.**

**JOEL MARINS DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO** a disposição do Artigo 2017, §3º do Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 585/2003);

**CONSIDERANDO** que a concessão de descontos, dentro da previsão legal municipal, aos munícipes que efetuam o pagamento dos impostos dentro do período pré-determinado estimula a população a regularizar seus débitos;

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Reajusta o Imposto Predial e Territorial Urbano/IPTU para o exercício de 2018 (dois mil e dezoito) em 2,066% (dois vírgula zero sessenta e seis por cento), em conformidade com o Parágrafo 1º do Art. 203 da Lei Municipal 585/2003, levando em consideração o índice do INPC relativo ao ano de 2017.

**Art. 2º -** Fica autorizado o desconto de 2,066% (dois vírgula zero sessenta e seis por cento) sobre o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2018 para aqueles que efetuarem o pagamento até a data do seu vencimento, definida para **31/08/2018**.

**Art. 3º** - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

**Art. 4º -** Publique-se, registra-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado do Mato Grosso, aos sete (07) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018).

**JOEL MARINS DE CARVALHO**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS**
**LEIS MUNICIPAL 1349 ATÉ 1353.2018**

**LEI MUNICIPAL N° 1.349/2018**

**EMENTA:** ***"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ADQUIRIR UMA ÁREA DE 327,60 m² (TREZENTOS E VINTE E SETE METROS QUADRADOS VÍRGULA SESSENTA CENTÍMEROS QUADRADOS) ATRAVÉS DA PERMUTA DE LOTE UM LOTE URBANO REGISTRATO EM NOME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS**, Estado de Mato Grosso, Senhor **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO** usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a constituição federal, a lei orgânica municipal, e a alínea *"c"* do inciso I do Art. 17 da Lei 8.666./93, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, adquirir através da permuta, uma área com 327.60 m² (trezentos e vinte e sete metros quadrados vírgula sessenta centímetros quadrados) dentro dos seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Mato Grosso com 18,00 metros; ao fundo limitando com o lote n° 31 com, 18,00 metros; ao lado direito limitando com o lote n° 25 com 18,20 metros; ao lado esquerdo limitando com o lote n° 27 com 18,20 metros, ficando assim fechado o perímetro deste lote.

**Parágrafo único** – A aquisição de que trata o *"caput"* desse artigo, será feita pela Prefeitura Municipal de Arenápolis/MT, através de permuta firmada entre o Município de Arenápolis/MT, e o proprietário da área supracitada o Sr° VALDECIR CORREA, brasileiro, comerciante, natural de Santo Anastácio/SP, nascido no dia 06/08/56, filho de Plácido Correa e Anísia Rosa Correia, portador do RG n° 8.680884 SSP/SP e CPF N° 206.342. 201-49.

**Art. 2º** - O lote a ser permutado, deverá ser avaliado previamente da pela Comissão de Avaliação de Imóveis da Prefeitura Municipal de Arenápolis/MT, devendo essa avaliação, se fazer constar em anexo a presente Lei como forma de validade do negócio jurídico.

**Art. 3º** - Fica Município de Arenápolis/MT, obrigado a transferir 01 (um) lote, ao Sr°. VALDECIR CORREA, como contrapartida da permuta citada do Art. 1° da presente Lei, sendo este:

**I** – Lote de terreno urbano n° 07 da quadra 27 situado na Rua Antônio de França, no loteamento São Mateus III, da cidade de Arenápolis/MT, com uma área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Antônio de França, com 12,00 metros; ao fundo limitando com o lote 13, com 12,00 metros; lado direito limitando com os lotesn°08, 09 e 10 com 30 metros; lado esquerdo limitando com o lote 06 com 30 metros, ficando assim fechado o perímetro deste loteamento.

**§1°** - O lote acima descrito, bem como o lote descrito no Art. 1°, deverá ter suas respectivas avaliações realizadas de forma individual, onde as mesmas deverão seguir em anexo a presente Lei junto às cópias de suas matrículas.

**Art. 4** – A permuta ora realizada, tem como justificativa, a utilização do lote descrito inciso no Art. 1°, pela Administração Pública Municipal, para ampliação/extensão da Rua Castro Alves, localizada no Bairro Centro, no Município de Arenápolis/MT.

**Art. 5º** – O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

**Art. 6º** – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para o fiel cumprimento da presente lei.

**Art. 7** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Arenápolis-MT, aos 25 dias de junho 2018.

**JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**

**PREFEITO DE ARENÁPOLIS-MT**

**LEI MUNICIPAL N° 1.350/2018**

***EMENTA*: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR ACORDO EM AÇÃO JUDICIAL EM QUE FOR PARTE O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT, OBJETIVANDO O ENCERRAMENTO DE DEMANDA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOSÉ MAURO FIGUEIREDO** prefeito do município de Arenápolis – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoantes as

normas gerais de direito público, a lei Federal n.º 8.666/93 e a Lei Orgânica Municipal, faz saber que Câmara Municipal aprovou a ele e sanciona a seguinte lei;

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo no **processo n.º 595-07.2001.811.0026, código 5723** da Vara Cível da Comarca de Arenápolis – MT, em fase de execução de sentença, com a possibilidade de compensação de crédito tributário em favor da municipalidade;

**Art. 2º** - Fica autorizado à compensação de crédito tributário do município em detrimento do valor devido a parte exequente seja parcial ou total da dívida;

**Art. 3º** - O acordo será avençado com a parte interessada e/ou advogado que a represente no processo judicial, desde que este tenha poderes expressos para isso.

**Art. 4º** - Havendo interesse público relevante, ou fato modificativo, impeditivo ou inconveniecia para a Administração Pública Municipal, o Município poderá suspender, interromper e até cancelar o acordo, caso os seus objetivos essenciais, o interesse público e a probidade administrativa não estejam presentes.

**Art. 5º** - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento geral do Poder Executivo Municipal, do exercício de 2018, criadas se inexistentes e suplementadas se necessárias.

**Art. 6º** – A abertura dos créditos de que trata a presente lei e os eventuais casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto Municipal.

**Art. 7º** - Fica igualmente autorizado ao Poder Executivo a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais e fiscais para o fiel cumprimento da presente lei.

**Art. 8º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arenápolis, aos 25 dias de junho de 2018.

_____

**JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**

**PREFEITO DE ARENÁPOLIS - MT**

**LEI MUNICIPAL N° 1.351/2018**

**"Dispõe Sobre a Autorização para Exclusão de produtos previstos no PPA do exercício de 2019. e da Outras Providências".**

O Senhor **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1º**- Ficam excluídos os produtos previstos no Anexo II do Plano Plurianual 2018-2021, Lei Municipal nº 1311/2017, conforme abaixo descriminado:

**Órgão: 03** – Secretaria Municipal de Gestão

**Unidade: 001** – Departamento Administrativo

**Função: 04** – Administração

**Sub-Função: 122** – Administração Geral

**Programa: 0004**– Cuidando do dinheiro publico com responsabilidade

**Produto: 0148** – Plano Diretor Elaborado

**VALOR R$. 35.000,00**

**Órgão: 04** – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agropecuário

**Unidade: 002** – Departamento de Expansão Rural

**Função: 20** – Agricultura

**Sub-Função: 606** – Extensão Rural

**Programa: 0005**– Semeando um futuro melhor

**Produto: 0041** – Cadeias produtivas

**VALOR R$. 497.500,00**

**Órgão: 04** – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agropecuário

**Unidade: 002** – Departamento de Expansão Rural

**Função: 20** – Agricultura

**Sub-Função: 606** – Extensão Rural

**Programa: 0005**– Semeando um futuro melhor

**Produto: 0033** – Parceria realizada

**VALOR R$. 200.000,00**

**Órgão: 05** – Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Desporto e Lazer

**Unidade: 001** – Departamento de Gestão da Educação

**Função: 12** – Educação

**Sub-Função: 122** – Administração Geral

**Programa: 0008**– Gestão de Políticas Educacionais

**Produto: 0018** – Veículo Adquirido

**VALOR R$. 70.000,00**

**Órgão: 05** – Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Desporto e Lazer

**Unidade: 002** – Unidades Escolares e Atendimento Pedagógico

**Função: 12** – Educação

**Sub-Função: 361** – Ensino Fundamental

**Programa: 0009**– Nossa Escola, Nosso Futuro

**Produto: 2174** – Aquisição de Ônibus

**VALOR R$. 300.000,00**

**Órgão: 05** – Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Desporto e Lazer

**Unidade: 004** – Departamento de Cultura

**Função: 13** – Cultura

**Sub-Função: 392** – Difusão Cultural

**Programa: 0011**– Arenápolis Nossa Terra, Tradição e Cultura

**Produto: 2181** – Balneário Construído

**VALOR R$. 300.000,00**

**Órgão: 05** – Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Desporto e Lazer

**Unidade: 005** – Departamento de Desporto e Lazer

**Função: 27** – Desporto e Lazer

**Sub-Função: 812** – Desporto Comunitário

**Programa: 0011**– Desporto e Lazer, Vida e Saúde

**Produto: 139** – Quadra Construída

**VALOR R$. 200.000,00**

**Órgão: 06** – Secretaria Municipal de Saúde

**Unidade: 021** – Fundo Municipal de Saúde

**Função:** – Saúde

**Sub-Função: 302** – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

**Programa: 0016**– Média e Alta Complexidade

**Produto: 159** – Programa Caps Mantido

**VALOR R$. 31.800,00**

**Órgão: 07** – Secretaria Municipal de Assistência Social

**Unidade: 001** – Depto de Gestão de Políticas Publicas Sociais

**Função: 08** – Assistência Social

**Sub-Função: 122** – Administração Geral

**Programa: 0017**– Gestão de Políticas Sociais de Cidadania e Inclusão

**Produto: 0018** – Veículo Adquirido

**VALOR R$ 80.000,00**

**Órgão: 08** – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes

**Unidade: 002** – Departamento de Obras e Serviços Públicos

**Função: 15** – Urbanismo

**Sub-Função: 451** – Infra Estrutura Urbana

**Programa: 0023**– Arenápolis –Renovar para Melhorar a Qualidade de Vida

**Produto: 0124** – Drenagem de Águas Pluviais

**VALOR R$. 318.000,00**

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 25 dias de junho de 2018.

**JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT**

**LEI MUNICIPAL N° 1.352/2018**

**"Dispõe Sobre a Autorização para alteração de valor de produto previsto no PPA 2019-2021. e da Outras Providências".**

O Senhor **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1º**- Fica alterado o valor do produto previsto no Anexo II do Plano Plurianual 2019-2021, Lei Municipal nº 1311/2017, conforme abaixo descriminado:

**Órgão: 03** – Secretaria Municipal de Gestão

**Unidade: 002** – Departamento Financeiro

**Função: 28** – Encargos Especiais

**Sub-Função: 846** – Outros Encargos Especiais

**Programa: 0028**– Regularização Fiscal e Moral

**Produto: 0030** – Divida Amortizada

**VALOR 2019 R$. 170.000,00**

**VALOR 2020 R$. 180.000,00**

**VALOR 2021 R$. 190.000,00**

**Órgão: 05** – Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Desporto e Lazer

**Unidade: 004** – Departamento de Cultura

**Função: 13** – Cultura

**Sub-Função: 392** – Difusão Cultural

**Programa: 0011**– Arenápolis Nossa Terra, Tradição e Cultura

**Produto: 10.295** – Manutenção da Arena Cultural

**VALOR 2019 R$. 150.000,00**

**VALOR 2020 R$. 160.000,00**

**VALOR 2021 R$. 170.000,00**

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 25 dias do mês de JUNHO de 2018.

**JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**LEI MUNICIPAL N° 1.353/2018**

**SÚMULA**: **"Dispõe sobre a Lei de diretrizes Orçamentária –LDO, do Município de Arenápolis - MT, para o exercício de 2019 e dá outras providências".**

A Câmara Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, Prefeito do Município, sancionou a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º -** Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e no art. 11 inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Arenápolis, as diretrizes orçamentárias relativas ao exercício de 2019, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VII - as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e captação de recursos;

VIII - as disposições finais.

**§ 1º -** Integrarão esta lei os seguintes Anexos:

I - Anexo de Metas e Prioridades;

II - Anexo de Metas Fiscais, composto de:

a) demonstrativo de metas anuais;

b) avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

c) demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

d) evolução do patrimônio líquido nos três exercícios anteriores;

e) origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

f) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;

g) demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; e

III - Anexo de Riscos Fiscais, contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências; e

IV - Demonstrativo de Obras em Andamento, em atendimento ao art. 45, parágrafo único, da Lei Complementar no 101/2000 - LRF.

§ 2º - Os Anexos previstos nos incisos II, III, serão apresentados em 10 dias após o protocolo do presente projeto.

**CAPÍTULO I**

**DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º -** As metas e prioridades da Administração Pública Municipal deverão estar em consonância com aquelas especificadas no Plano Plurianual - PPA-2018/2021 aprovado pela Lei Municipal no exercício 2017, e suas alterações legais, definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2019, dentro do prazo estabelecido pela Constituição Federal.

**Art. 3º -** Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e art. 11, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019, são as constantes no Anexo I desta Lei, as quais te-

rão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem limites à programação das despesas.

**§ 1º -** Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2019 será dada maior prioridade:

I - às políticas de inclusão;

II - ao atendimento integral à criança e ao adolescente;

III – ao atendimento á sociedade em ações de saúde;

IV - à austeridade na gestão dos recursos públicos;

V – à promoção do desenvolvimento do ensino público;

VI - à promoção do desenvolvimento econômico sustentável;

VII - à promoção do desenvolvimento urbano;

VIII - à promoção do desenvolvimento rural; e

IX - à conservação e à revitalização do ambiente natural.

**§ 2º -** A execução das ações vinculadas às metas e prioridades do Anexo a que se refere o ***caput*** estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

**Art. 4º -** Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade num processo de democracia participativa, voluntária e universal, por meio dos Conselhos Municipais, sindicatos representantes de classes e comunidade em geral.

**Parágrafo único.** Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do art. 48 da Lei Complementar no 101/2000 - LRF.

**CAPÍTULO II**

**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 5º -** A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II – Orçamento da Seguridade Social;

**Art. 6º -** O projeto de Lei orçamentária do Município de Arenápolis relativo ao exercício de 2019 deve assegurar os princípios de justiça social, de controle social e de transparência na elaboração e execução do Orçamento, observado o seguinte:

I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar à todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e

III - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

**Art. 7º -** Para efeito desta lei entende-se por:

I - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;

II - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

III - função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

IV – subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

V - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

VI - atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;

VII - projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;

VIII - operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob à forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

IX – Categorias Econômicas: classificação da despesa quanto a sua finalidade se correntes ou de capital.

Despesas correntes: Classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, (despesas de manutenção).

Despesas de Capital: Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

X - modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários; tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da federação e suas respectivas entidades;

XI – Grupos de natureza de despesas: a agregação de elementos de despesas que apresentam as mesmas características quanto ao objeto do gasto;

XII – Elemento de Despesa: tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortizações e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

XIII - concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de créditos orçamentários; e

XIV - convenente: o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social; e

XV - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes.

**§ 1º** - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§ 2º** - Os projetos, as atividades e as operações especiais serão desdobrados de acordo com o plano de trabalho das secretarias municipais de governo, priorizando as necessidades da comunidade.

**§ 3º** - Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

**Art. 8º -** As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos e atividades de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

**Art. 9º -** O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até 30 de Agosto de 2018, nos termos do art. 132 da Lei Orgânica do Município de Arenápolis-MT, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

**Art. 10º -** O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, sub-elementos, e desdobramentos (identificados de uso) e a fonte de recursos.

**§ 1º -** As categorias econômicas estão assim detalhadas:

I - Despesas correntes - 3; e

II - Despesas de capital - 4.

**§ 2º -** Os grupos de natureza da despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV – investimentos - 4;

V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

**§ 3º -** Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - transferências à União - 20;

II - transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;

III - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - 50;

IV – transferências a instituições privadas com fins lucrativos – 60; observado o disposto no capitulo V da Lei Complementar 101/2000.

V - transferências a consórcios públicos - 71;

VI - aplicações diretas - 90; e

VII - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - 91.

**§ 4º -** A especificação por elemento de despesa será apresentada por unidade orçamentária, facultando a utilização do sub-elemento e desdobramento da despesa quando da alocação dos recursos, obrigando-se apenas nos lançamentos de liquidação da despesa na execução do orçamento.

**§ 5º -** A Lei Orçamentária indicará as fontes de recursos regulamentadas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso – TCE/MT.

I - O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras fontes de recursos para atender às suas peculiaridades, além daquelas determinadas no § 5º deste artigo;

II - As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo; e

III - Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

**§ 6º -** As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

**§ 7º -** Durante a execução orçamentária, as fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou novas poderão ser incluídas exclusivamente pela Secretaria Municipal de Gestão, mediante publicação em impressa oficial do Município, com as devidas justificativas.

**§ 8º -** A reserva de contingência prevista no art. 41 desta Lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.

**§ 9º -** As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas.

**Art. 11 -** A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social.

**§ 1º -** A vedação contida no art. 167, inciso VI, da Constituição, não impede, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade orçamentária descentralizadora.

**§ 2º -** As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1 deste artigo, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação a que se refere o art. 10, § 3, desta Lei.

**Art. 12 -** A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

I - ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e

II - ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

III – a alocação de recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, criado pela Lei Municipal 934 de 23 de janeiro de 2007, de forma a evidenciar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, da Lei nº 11 494, de 20 de Junho de 2007; e posteriores alterações legais; inclusive de recursos a título de contra partida municipal, caso seja detectado déficit financeiro para atendimento do número integral de matrículas da educação infantil e educação de jovens e adultos do ensino fundamental.

IV – a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde criado pela Lei Municipal nº 669/1997 de 03 de abril de 1997, bem como das ações e serviços públicos de saúde de forma a evidenciar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

V – a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social criado pela Lei Municipal nº 624 de 16 de Dezembro de 1994, cuja aplicação de recursos não é descentralizada, a contabilização distinta destes fundos far-se-á apenas para controle e fiscalização dos recursos.

VI – a alocação de recursos para a manutenção do Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 496 de 26 de Dezembro de 1990, e suas posteriores alterações, os quais serão aplicados de forma descentralizada, conforme previsão legal.

VII - alocação de recursos destinados ao Fundo Partilhado de Investimentos Sociais criado pela Lei Municipal nº 883 de 20 de Junho de 2005, a cuja aplicação dos recursos não é de forma descentralizada, e darão acesso a níveis mais dignos de subsistência aos munícipes, a contabilizarão distinta destes fundos far-se-á apenas para controle e fiscalização dos recursos.

VIII – a alocação de recursos destinados ao Salário Educação criado pelo FNDE, destinado a aplicação na manutenção do ensino básico no âmbito municipal, através de recursos recebidos fundo a fundo, com alocação de recursos na unidade orçamentária da Diretoria de Escolas.

IX – a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Habitação criado pela Lei Municipal nº. 950 de 07 de Agosto de 2007, destinado a aplicação na manutenção de programas habitacionais no âmbito municipal, através de recursos recebidos fundo a fundo.

X – a pagamento de despesas custeio da policia militar no município, a fim de fixar os agentes de segurança nesta localidade, como critério de custeio da polícia militar será adotado a manutenção do prédio da delegacia.

XI – a pagamento de despesa para manutenção da parceria entre o Município e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, através de convênio, objetivando a manutenção do ensino básico de crianças especiais, conforme Lei Municipal nº 1230 de 22 de Julho de 2015;

XII – a pagamento de despesas de manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Médio Norte Matogrossense, como medida de atendimento ambulatorial, hospitalar e especializado, para os munícipes, conforme Lei Municipal 751 de 28 de Março de 2001.

XIII – a alocação de recursos para manutenção do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, para realização de políticas sociais, ambientais, turísticas, e de economia sustentável no âmbito regional, conforme Lei Municipal 898 de 03 de outubro de 2005 e 996 de 27 de março de 2009 .

XIV – a alocação de recursos para a manutenção e conservação do prédio onde funciona o Centro Integrado de Atendimento, e seus órgãos anexos.

XV – a alocação de recursos para pagamento de despesas de convênios e contratos de cooperação mutua, entre Banco do Brasil, SENAR, SEBRAE, EMPAER, Fundações e Outras instituições tecnológicas e de desenvolvimento social, com o objetivo de parcerias de cooperação técnica.

**§ 1º** - Os recursos de que tratam o inciso III deste artigo, serão alocados em unidade orçamentária específica, e poderá somar valores a maior que a estimativa da receita a ser arrecadada em rubrica do FUNDEB, sempre que houver a necessidade de contrapartida municipal para manutenção das ações do FUNDO, conforme prevê os o artigo 60 ADCT da CF modificado pela Emenda constitucional nº 53 e o artigo 31 da Lei nº 11494/2007.

**Art. 13 -** Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação municipal, estadual e federal, ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 ao Poder Legislativo.

**Art. 14.** O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

IV - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, II, da Constituição Federal, na forma definida nesta lei; e

V - discriminação da legislação da receita e da despesa referentes ao Orçamento Fiscal.

**§ 1º -** Integrarão o Orçamento Fiscal todos os quadros previstos no art. 22, III, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 15 -** A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - o comportamento da arrecadação do exercício anterior;

II - o demonstrativo dos gastos públicos, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;

III - a situação observada no exercício de 2016 em relação ao limite de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar no 101/2000 - LRF;

IV - o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino;

V - o demonstrativo do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2000, que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde; e

VI - a discriminação da dívida pública total acumulada.

**CAPÍTULO III DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO**

**Art. 16 -** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de sete por cento, relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no art. 153, § 5º, e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal efetivamente realizado no exercício anterior.

**§ 1º -** O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito do Município, conforme disposto no inciso II do § 2º do art. 29-A da Constituição Federal.

**§ 2º -** A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 29-A da Constituição Federal.

**Art. 17 -** O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 30 de julho do corrente ano, observadas as disposições desta Lei.

**CAPÍTULO IV**

**DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES SEÇÃO I**

**Diretrizes Gerais**

**Art. 18 -** A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2019, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observado o princípio da publicidade e permitido o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integrarão a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

**§ 1º -** Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, ao menos:

I - pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, os instrumentos de gestão previstos no ***caput*** do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF**.**

II - pelo Poder Executivo:

a) a Lei Orçamentária Anual e seus anexos; e

b) as alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais Especiais.

**§ 2º -** Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o ***caput*** deste artigo, o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, e Finanças do Município, deverá:

I - manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no ***caput*** do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF; e

II - providenciar as medidas previstas no inciso II do § 1º deste artigo, a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2019 e nos prazos definidos pela LC nº 101/2000 - LRF.

**Art. 19 -** Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

**Art. 20 -** As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação, Fundos Municipais e serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de junho de 2018 e apresentadas à Secretaria Municipal de Finanças até o dia 30 de julho de 2018 para fins de consolidação do projeto de Lei orçamentária.

**Art. 21 -** A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

**§ 1º -** O disposto no "caput" deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

**§ 2º -** Entende-se por projeto adequadamente atendido aquele cujo recurso orçamentário alocado esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros vigentes.

**Art. 22 -** É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

**Subseção I**

**Das Disposições sobre Débitos Judiciais**

**Art. 23 -** A Lei Orçamentária de 2019 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:

I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada; e

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

**Art. 24 -** A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal Finanças, até 30 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciários inscritos até 01 de julho de 2018 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2019 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 1º, da Constituição Federal combinado com o Art.96 § único da Lei Orgânica Municipal, e discriminada conforme detalhamento constante do artigo 11 dessa lei, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

IV - enquadramento (alimentar ou não-alimentar);

V - data da autuação do precatório;

VI - nome do beneficiário;

VII - valor do precatório a ser pago;

VIII - data do trânsito em julgado; e

IX - número da vara ou comarca de origem.

**Parágrafo único.** A atualização monetária dos precatórios determinada no art. 100, § 1º, da Constituição Federal e das parcelas resultantes observará, no exercício de 2018, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo.

**Subseção II**

**Das Vedações e das Transferências para o Setor Privado**

**Art. 25 -** É vedada a utilização de qualquer procedimento pelos ordenadores de despesa que viabilize a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**§ 1º -** A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput** deste artigo.

**Art. 26 -** Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras; e

II - incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial - ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal e no art. 139 § 2º e § 3º, da Lei Orgânica do Município.

**Art. 27 -** Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação de o Município cooperar técnica e/ou financeiramente; e

II - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres.

III - pagamento de diárias e passagens a servidores e empregados públicos da ativa por intermédio de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público, exceto quando se tratar de servidores e empregados:

a) pertencentes ao quadro de pessoal do convenente; ou

b) em atividades de pesquisa científica e tecnológica ou constantes e correlatas ao plano de ação previsto em contrato de gestão.

VI - pagamento, a qualquer título a servidor público, da ativa, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive a título de consultoria, assistência técnica, ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos, ressalvadas as situações previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição ou autorizadas por legislação específica;

**§ 1º -** Para atender ao disposto nos incisos I e II durante a execução orçamentária do exercício de 2019, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

**§ 2º -** Excetuam-se do disposto no inciso II os projetos financiados pelo Fundo Especial de Incentivo a Projetos Esportivos e pelo Fundo Especial de Incentivo a Projetos Culturais.

**§ 3º -** Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Municipal, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, publicando-se no Diário Oficial do Estado, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, na qual constará, necessariamente, o quantitativo médio de consultores, custo total dos serviços, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

**Art. 28 -** É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas

áreas de cultura, assistência social, saúde e educação, e desenvolvimento econômico, observado o disposto no art. 16 da Lei no 4.320, de 1964, e que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

II - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial, ou representativa da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais da educação básica;

III - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica ou assistencial;

IV - cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

V - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT;

VI - sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, e que participem da execução de programas constantes do plano plurianual, devendo a destinação de recursos que guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

VII - consórcios públicos legalmente instituídos;

VIII - qualificadas ou registradas e credenciadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica com contrato de gestão firmado com órgãos públicos; ou

IX - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas de alto rendimento nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização de espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público.

**§ 1º -** Os repasses de recursos serão efetivados mediante convênios ou termos de cooperação técnica legalmente autorizados, conforme determinam o art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

**§ 2º -** É vedada a destinação de recursos a entidades privadas em que membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou respectivos cônjuges ou companheiros, sejam proprietários, controladores ou diretores.

**Art. 29 -** É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas com fins lucrativos cuja destinação de recursos seja para equalização de encargos financeiros ou de preços, e ou o pagamento de bonificações a produtores e vendedores, e a ajuda financeira, a qualquer título, a empresa com fins lucrativos ou a pessoas físicas, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar n 101, de 2000.

**§ 1º** - ressalvadas ainda as empresas com fins lucrativos a título de incentivos, ambas amparadas por legislação municipal específica, que demonstrem efetivamente e eficazmente relevante benefício econômico e social para o Município.

**§ 2º** - Será mencionada na respectiva categoria de programação a legislação que autorizou o benefício.

**Art. 30 -** A Receita Total do Município prevista no Orçamento Fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I - custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais;

II - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde;

III - garantia do cumprimento do disposto no art. 40 desta lei;

IV - contribuições do Município ao sistema de seguridade funcional, compreendendo os Planos de Previdência Social e de Assistência à Saúde, conforme legislação em vigor;

V - pagamento de amortização, juros e encargos da dívida;

VI - pagamento de sentenças judiciais;

VII - contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais e das operações de crédito; e

VIII - reserva de contingência, conforme especificado no art. 41 desta Lei.

**Parágrafo único.** Somente depois de atendidas as prioridades supracitadas e que poderá programar recursos para atender a novos investimentos.

**Art. 31 -** As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

**Art. 32 -** O controle de custos e a avaliação de resultados previstos no art. 4º, inciso I, alínea "e", art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, serão realizados pela Controladoria-Geral do Município.

**Subseção III**

**Das Transferências Voluntárias a outros entes da Federação**

**Art. 33 -** As transferências voluntárias, conforme definidas no **caput** do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000, dependerão da comprovação, por parte do convenente, até o ato da assinatura do instrumento de transferência, de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária da União, Estado, Distrito Federal ou Município.

**§ 1º** - A contrapartida será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano, adotando-se como limite mínimo e máximo, os percentuais e critérios previstos na LDO 2017 da União.

**§ 2º** - Sem prejuízo do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, constitui exigência para o recebimento de transferências voluntárias a adoção, por parte do convenente, dos procedimentos definidos pelo município relativos à aquisição de bens e à contratação de serviços, bem como à execução e ao controle do objeto do convênio ou similar.

**§ 3º -** A demonstração por parte dos outros entes federados, do cumprimento das exigências para a realização de transferência voluntária, deverá ser feita por meio de apresentação, ao órgão concedente, de documentação comprobatória da regularidade ou, a critério do beneficiário, de extrato emitido pelo subsistema Cadastro Único de exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios - CAUC do SIAFI.

**§ 4º -** O concedente comunicará ao convenente e ao Chefe do Poder Executivo do ente recebedor de recursos qualquer situação de não regularidade relativa à prestação de contas de convênios ou outras pendências de ordem técnica ou legal que motivem a suspensão ou o impedimento de liberação de recursos a título de transferências voluntárias, caso não seja objeto de regularização em um período de até 30 dias.

**§ 5º -** Nenhuma liberação de recursos nos termos desta Seção poderá ser efetuada sem a prévia observância da regularidade de que trata o **parágrafo §3º deste artigo,** sem prejuízo do disposto no § 3o do art. 25 da Lei Complementar no 101, de 2000.

**§ 6º** - A execução orçamentária e financeira, no exercício de 2019, das transferências voluntárias de recursos da União, cujos créditos orçamentários não identifiquem nominalmente a localidade beneficiada, inclusive aquelas destinadas genericamente a Estado, fica condicionada à prévia publicação, pelo concedente, em órgão oficial de imprensa e na internet, dos critérios de distribuição dos recursos. Nos empenhos da despesa, referentes a transferências voluntárias, constarão o Município e a unidade da Federação beneficiados pela aplicação dos recursos.

§ 7º - As transferências previstas nesta Seção serão classificadas, obrigatoriamente, nos elementos de despesa “41 - Contribuições”, “42 - Auxílio” ou “43 - Subvenções Sociais” e poderão ser feitas de acordo com o disposto no art. 83 desta Lei.

**§ 8º** - É vedada a transferência de que trata esta Seção para Estados, Distrito Federal e Municípios que não cumpram os limites constitucionais de aplicação em educação e saúde, em atendimento ao disposto no art. 25, § 1o, inciso IV, alínea “b”, da Lei Complementar no 101, de 2000, ressalvado o disposto no § 3o do referido artigo.

**Art 34 -** Não se consideram como transferências voluntárias a destinação de recursos a União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a realização de ações cuja competência seja exclusiva do concedente, que tenham sido delegadas aos referidos entes da Federação com ônus para o Município, ou o bem gerado com a aplicação dos recursos incorpore ao patrimônio do concedente.

**Parágrafo único**: Ressalvado o disposto no § 1o e § 7º do artigo 33, aplica-se, desta Lei, no que couber, as exigências desta Seção para a descentralização de créditos orçamentários, relativa a ações a que se refere o artigo 34.

**SEÇÃO II**

**Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal**

**Art. 35-** O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

**Art. 36 -** É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

**Art. 37 -** Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;

II - o aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício;

III - as alterações tributárias; e

IV – os objetos de convênios aguardando aprovação, a serem firmados pelo Poder Público Municipal com outros entes da federação.

**Art. 38 -** O Município aplicará, no mínimo, 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal.

**Art. 39 -** O Município aplicará, no mínimo, 15% em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no art. 7º, inciso III, da Emenda Constitucional nº 29/2000 e no art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 40 -** Do total das Receitas Correntes da Administração Direta serão aplicados no máximo 5% na Função Assistência Social incluindo as despesas que garantam os direitos das crianças e adolescentes no município.

**Parágrafo único.** A base de cálculo para aferir o percentual do ***caput*** será a receita efetivamente arrecadada nos últimos 12 meses, excluídas as Transferências de Convênios, acrescidas dos rendimentos financeiros.

**Art. 41 -** A Lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2017, a no mínimo 0,15% (zero vírgula quinze por cento) e no máximo 2% (dois por cento) receita corrente líquida, cuja utilização dar-se-á nos termos do art. 91 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos).

**§ 1º -** Não será considerada, para os efeitos do **caput** deste artigo, a Reserva à conta de receitas vinculadas.

**§ 2º -** Caso não seja necessária a utilização da reserva de contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado apenas para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados à prestação de serviços públicos de assistência social, saúde e educação e ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública.

**Art. 42 -** A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal e no art. 91, § 2º, da Lei Orgânica do Município, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

**Art. 43 -** Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município, a outras entidades públicas ou privadas, deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Controladoria-Geral do Município.

**Art. 44 -** Os recursos não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Executivo Municipal.

**Art. 45 -** Os recursos provenientes de superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial por fontes de recursos, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Executivo Municipal.

**SEÇÃO III**

**Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social**

**Art. 46 -** O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167 inciso XI, 194, 196, 199, 201, 203 incisos I ao IV, 204 incisos I e II, e 212, § 4º, da Constituição Federal e arts. 169 a 170 da Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o art. 212, § 5º, e as destinadas por lei às despesas do orçamento fiscal;

II - do orçamento fiscal.

III - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integram, exclusivamente, o Orçamento referido no **caput**.

**Parágrafo único.** Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

**SEÇÃO IV**

**Das Alterações da Lei Orçamentária e da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária**

**Art. 47 -** As fontes de recursos, sub-elementos e desdobramentos, constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizados por meio de:

I – portaria ou decreto do Prefeito Municipal, para alterações ou remanejamento entre fontes de recursos de uma mesma natureza de despesa com mesmo elemento dentro no mesmo projeto/atividade, vista as legislações em vigor;

II - portaria ou decreto do Prefeito Municipal, para alterações ou remanejamento entre sub-elementos e ou desdobramentos de um mesmo elemento de despesa dentro do mesmo projeto/atividade, vista as legislações pertinentes à organização dos orçamentos em vigência.

**§ 1º -** Os remanejamentos a que se refere este artigo serão lançamentos contábeis internos não caracterizando crédito adicional no orçamento do município.

**§ 2º** - As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados em Legislações específicas.

**Art. 48 -** Os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo a Câmara Municipal, também em meio magnético.

**§ 1º** - O disposto no **caput** deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender as despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal, desde que tenha dispositivo que os autorize na Lei orçamentária.

**§ 2º** - Acompanharão os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

**§ 3º** - Cada Projeto de Lei e a respectiva Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

**§ 4º -** Para fins do disposto no art. 165, § 8o, da Constituição, e no § 6o deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

**§ 5º -** Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2019, ou a evidenciação de recursos vinculados com eminente crédito em favor do Município.

**§ 6º -** Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2017, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2019 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo; e

III - valores do superávit financeiro já utilizado para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei em tramitação no Câmara Municipal, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2017 por fonte de recursos.

**§ 7º -** Os Projetos de Lei e ou Decretos relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados a Câmara Municipal no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

**Art. 49 -** As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2019, serão submetidas ao Prefeito Municipal, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre execução das atividades, projetos, operações especiais.

**Art. 50 -** Na abertura de créditos extraordinários, é vedada a criação de novos códigos e títulos para ações já existentes.

**Art. 51 -** Os Anexos dos créditos de que tratam os arts. 48 e 49 desta Lei, bem como dos créditos extraordinários, obedecerão à mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária de 2018.

**Art. 52 -** Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 não for aprovado pela Câmara de vereadores até 31 de dezembro de 2018, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I - despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município;

II - outras despesas correntes de caráter inadiável; e

III - despesas de capital;

**§ 1º** - As despesas descritas nos incisos II e III deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2019, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

**§ 2º** - Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 47 desta Lei aos recursos liberados na forma deste artigo.

**§ 3º** Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso II do **caput**, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000.

**SEÇÃO V**

**Das Disposições sobre a Limitação Orçamentária e Financeira**

**Art. 53 -** O Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Finanças, da Controladoria em parceria com a Contadoria, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não-vinculadas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

**§ 1º -** A Câmara Municipal de Arenápolis deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

**§ 2º -** O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019.

**Art. 54 -** No prazo previsto no § 2º do artigo anterior desta Lei, o Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal Finanças, da Controladoria e Contadoria, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13 da Lei Complementar no 101/2000 - LRF.

**Art. 55 -** Se for verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

**§ 1º -** Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais desta lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

**§ 2º -** Na hipótese da ocorrência do disposto no ***caput*** deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**CAPÍTULO V**

**DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 56 -** As despesas com pessoal e encargos sociais para 2019 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e na legislação municipal em vigor.

**Art. 57 -** O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes na Lei Orçamentária de 2017, em categoria de programação específica, observado o limite do art. 20, inciso III, e o art. 21 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

**Art. 58 -** O Poder Legislativo, durante o exercício financeiro de 2019, deverá enquadrar-se nas determinações dos arts. 56 e 57 desta Lei, com relação às despesas com pessoal e encargos sociais.

**Art. 59 -** O Poder Executivo, por intermédio do Departamento de pessoal, publicará, até 31 de julho de 2018, a tabela de cargos efetivos, comissionados e contratados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais.

**§ 1º -** O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.

**§ 2º -** Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores municipais serão incorporados à tabela referida neste artigo.

**Art. 60 -** Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento do mês de junho de 2018, projetada para o exercício financeiro de 2019, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, observado o contido no art. 37, II, da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** Para atender ao disposto no ***caput*** deste artigo serão observados os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, e na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

**Art. 61 -** No exercício financeiro de 2019, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 59 desta lei;

II - houver vacância, após 31 de julho de 2018, dos cargos ocupados, constantes da referida tabela;

III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

IV - forem observados os limites previstos no art. 57 desta lei, ressalvado o disposto no art. 22, IV, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

**Parágrafo único. A**tendido o disposto neste artigo; no art. 169, § 1º, I , da Constituição Federal; e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, e ou para adequação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários às novas estruturas criadas através de Reforma Administrativa, casos em que poderá ser realizado a criação de cargos, empregos e funções, nos termos do artigo 169, § 1º inciso II.

**Art. 62 -** No exercício de 2019, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no art. 57 desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

**Parágrafo único.** A autorização para a realização de serviço extraordinário no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito do Município ou daquele a quem essa autoridade a delegar.

**Art. 63 -** A proposta orçamentária assegurará no mínimo 0,30% (zero vírgula trinta por cento) do orçamento anual para a capacitação e o desenvolvimento dos servidores municipais

**Art. 64 -** O disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 LRF aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.

**Parágrafo único.** Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do ***caput***, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente; ou

III - não caracterizem relação direta de emprego.

**Art. 65 -** Fica dispensado o encaminhamento de projeto de lei para a concessão de vantagens já previstas na legislação.

**CAPÍTULO VI**

**DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

**Art. 66 -** Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do projeto de lei orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária, observadas as normas previstas na Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 67 -** Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo INPC-IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo.

**Art. 68 -** O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e do exercício de 2019 terão desconto de até 20% (vinte por cento) do valor lançado para pagamento a vista, em cota única.

**Art. 69 -** Na previsão da receita para o exercício financeiro de 2019 serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos pela Lei Municipal de Isenções e de Incentivo à Industrialização, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

**Art. 70 -** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000.

**CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 71 -** As despesas com a dívida pública Municipal serão incluídas na Lei Orçamentária de 2019, em seus anexos, nas Leis de créditos adicionais e nos decretos de abertura de créditos suplementares, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida.

**Parágrafo único.** Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida somente às operações contratadas até 30 de setembro de 2018.

**CAPÍTULO VIII**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 72 -** As metas e prioridades constantes do PPA 2018-2021, previstas para 2019 , não realizadas,poderão ser transpostas para 2020, conforme manifestação da sociedade em audiência pública prévia ao Projeto de Lei Orçamentária, e as necessidades futuras.

**Art. 73 -** As metas físicas e financeiras especificadas no Anexo I desta lei serão atualizadas quando da elaboração da proposta orçamentária para 2019, em conformidade com a Lei municipal que aprovará o PPA 2018-2021.

**Art. 74 -** Os valores das metas fiscais, anexos, devem ser considerados como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2019 ao Legislativo Municipal.

**Art. 75 -** Para os efeitos do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666/1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o art. 182, § 3º, da Constituição Federal; e

II - as despesas irrelevantes, conforme disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, são aquelas cujo valor não ultrapasse 80%, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**Art. 76 -** Cabe à Secretaria Municipal de Administração e Finanças responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do projeto de lei orçamentária, de que trata esta Lei.

**Parágrafo único.** Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças determinará sobre:

I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Fundos; e

III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

**Art. 77 -** A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.

**Art. 78 -** São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem o cumprimento dos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

**Parágrafo único.** Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do ***caput*** deste artigo.

**Art. 79 -** Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere; e

II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

**Art. 80 -** A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, divulgará, no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, especificando-o por atividades, projetos e operações especiais, em cada unidade orçamentária contida no Orçamento Fiscal, bem como as demais normas para a execução orçamentária.

**Art. 81 -** Cabe à Controladoria-Geral do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta lei, em atendimento ao art. 9º e parágrafos da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

**Art. 82 -** As transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais, que atuarão como mandatárias do município para execução e fiscalização, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere.

**§ 1º** - As despesas administrativas decorrentes das transferências previstas no caput deste artigo poderão constar de categoria de programação específica ou correr à conta das dotações destinadas às respectivas transferências, podendo ser deduzidas do valor repassado ao convenente, conforme cláusula prevista no correspondente instrumento.

**§ 2º** - A categoria de programação específica de que trata o § 1º deste artigo poderá ser suplementada, observados os limites estabelecidos no texto da lei orçamentária, para viabilizar o custeio das referidas despesas administrativas.

**§ 3º** - As instituições de que tratam o caput deste artigo deverão disponibilizar, na internet, informações relativas à execução física e financeira, inclusive identificação dos beneficiários de pagamentos à conta de cada convênio ou instrumento congênere.

**Art. 83 -** Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante créditos adicionais suplementares e especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal.

**Art. 84 -** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, 25 de junho de 2018.

**JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**

Prefeito de Arenápolis/MT

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS**
**EXTRATO SEMA PREFEITURA DE ARENÁPOLIS.MT**

A Prefeitura Municipal de Arenápolis CNPJ nº **24.977.654/0001-38,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente a uma Pavimentação Asfáltica, Drenagem, Sinalização viária e Passeio público na Rua 5 e na Rua Goiás no município de Arenápolis/MT.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

**GABINETE DO PREFEITO**
**QUINTO ADITIVO Nº. 090/2018**

AO CONTRATO N°. 242/2014 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ PARA LOCAÇÃO DE UM IMOVEL COMERCIAL NA COMUNIDADE DE CONSELVAN DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SUBPREFEITURA E DEMAIS ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICIPIO, COM BASE NO ART. 24, INCISO X DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; MARIO SIMPLICIO DE ANDRADE**;** ADITIVO PARA CORREÇÃO MONETARIA TOTALIZANDO UM ACRESCIMO GLOBAL DE R$ 1.855,59; EM 26/06/2018 COM VIGENCIA A PARTIR DE 01/07/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERCEIRO ADITIVO Nº. 089/2018**

AO CONTRATO Nº 171/2015 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO E GERENCIAMENTO DAS XMLS DO APLIC PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA- ME; ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 25. 382,40; VIGENCIA 30/06/2018 A 29/06/2019.

**GABINETE DO PREFEITO**
**CONTRATO Nº 150/2018**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: SABRINA DE FATIMA FERRARI; REFERENTE À CONTRATAÇÃO TEMPORARIA DE PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO; PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017; VALOR MENSAL R$ 1.306.93; VIGÊNCIA: 06/06/2018 A 21/12/2018.

**LICITACAO**
**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº. 015/2018**

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.859/2019, comunica a **RETIFICAÇÃO** para a correção do número do Edital Pregão Presencial nº. 017/2018 publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ANO XIII N° 3. 002 de 19/06/2018 pag. 25, sendo que o correto é **Pregão Presencial nº. 015/2018** levado a efeito às **08h00min** do dia **08/06/2018** sagrou-se vencedora do lote 01 a empresa **GUILHERME HEIMBACH NETO-ME CNPJ Nº: 20.927.217/0001-59** totalizando **R$180.138,00.** Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-maillicitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 26 de junho de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

**LICITACAO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2018**

**ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2018**

**VALIDADE: 12 (doze) MESES,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,* **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **SEGURANÇAS GUERREIROS DA NOITE LTDA-ME,** inscrita no **CNPJ Nº. 27. 154.402/0001-05**, com sede na Avenida Princesa Isabel, nº. 736, Setor Norte – Bairro: Centro, Colíder, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.500-000, Telefone: (066) 3436-2432, representada pelo seu Proprietário **Sr. Cidinei Aparecido Balieiro**, portador do **RG Nº.14497824 SSP/MT** e **CPF Nº. 005. 429.741-93,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3.931/ 2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.**

**1.1.** O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

| SEQ. | ITEM | DESCRIÇÃO | UN | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 693651 | PRESTACAO DE SERVICO PROFISSIONAL DO TIPO SEGURANCA PRIVADA PARA EVENTO NAO ARMADA E PROFISSIONAL DO TIPO BRIGADISTA DE INCENDIO. | UN | 179 | 490,00 | 87. 710,00 |

**2. DA VIGÊNCIA DA ATA**

**2.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

**3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:**

**3.1.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nestaAta;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

**5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**5.1.** Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

**I)** todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital;

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

**6. DOS ILÍCITOS PENAIS**

**6.1.** As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**7.1.** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

**II -** é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

**9. DO FORO**

**9.1** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

**10. CONDIÇÕES GERAIS:**

**10.1.** As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

**Aripuanã-MT, 26 de Junho de 2018.**

**Jonas Rodrigues da Silva**

Prefeito Municipal

**SEGURANÇAS GUERREIROS DA NOITE LTDA-ME**

CNPJ Nº. 27.154.402/0001-0

Cidinei Aparecido Balieiro

CPF Nº. 005.429.741-93

---

**LICITACAO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2018**

**ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2018**

**VALIDADE: 12 (doze) MESES,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,* **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **J. D. A FERREIRA-ME,** inscrita no **CNPJ Nº. 10.545.758/0001-69**, com sede na Rua Paraíba, nº. 199, – Bairro: Centro, Poxoréu, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.800-000, Telefone: (066) 3436-2432, representada pelo seu Proprietário **Sr. João Donizete Augusto Ferreira**, portador do **RG Nº.0953767-8 SSP/MT** e **CPF Nº. 535.877.741-53,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3.931/2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.**

**1.1.** O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

| SEQ. | ITEM | DESCRIÇÃO | UN | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 693644 | CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE SOM E LUZ ATE 5.000 PESSOAS EQUIPAMENTOS DE P.A. 12 CAIXAS DE SUBGRAVE/DUPLA FALANTE DE 18 POLEGADAS 12 CAIXAS DE MEDIO GRAVE/DUPLA 12 POLEGADAS, DRIVES/NEO DIMIUM/TITANEO | UN | 10 | 7. 200,00 | 72. 000,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | MESA SOM P.A: /LS9,M7 CL, OU SIMILAR.EQUIPAMENTOS DE PALCO: SIDE FEEL DUPLO 3 VIAS OU QUATRO VIAS, OU ATIVO.MESA SOM PALCO /LS9, M7 CL, OU SIMILAR.<br>AMPLIFICADORES PARA CAIXAS MULTICABOS: 50 METROS PARA P.A. E 5 METROS PARA PALCO COM 48 VIAS SPLITADO RETORNO DE PALCO: 4 CAIXAS DE RETORNO MODELO SM 15/400 OU SM/ 400 AMPLIFICADORES DE CONTRABAIXO: METEORO, HART, GK 800 AUTO FALANTES DE 1X15, 2X10, OU 4X10. CABEÇOTES: 800 WATTS AMPLIFICADORES DE GUITARRA: FENDER, MARSHALL, METEO-RO AUTO FALANTES 2X12.BATERIA: CORPO DE BATERIA. MARCAS TAMA, PEARL, YAMAHA, MAPEX 2 PRATICAVEIS.3 CABOS P10 PARA INSTRUMENTOS<br>PEDESTAIS: 15 PEDESTAIS PARA MICROFONES: 10 LONGOS E 5 CURTOS, 6 GARRAS DE MICROFO-NES MICROFONES: 20 UNIDADES. (2 SEM FIO) MARCAS SHURE, SEINHEISER OU AKAG<br>OBS: NÃO SERÃO ACEITAS AS MARCAS: LESSOM, BERINGER<br>GUIAS DE MONITOR: 2 POWER PLAY DE 8 VIAS. 20 CABOS DE FONE, 20 FONES KOSS, OU ACAG MULTIVIAS: 2 UNIDADES DE 12 CANAIS 15 METROS 40 CABOS DE 10 METROS PARA MICROFONE 15 CABOS DE 5 METROS PARA INSTRUMENTOS 15 DIRECTBOX 10 REGUAS DAC<br>COMUNICACAO: PALCO E P.A. (INDISPENSAVEL)ILUMINACAO<br>70 MTS DE TRELICAS Q30, 12 LAMPADAS PAR 64 FOCO 5, 4 MINIBRUTS 2 STROBO ATOMIC 3000 WATTS, 2 ELYPSOM 700 WATTS, 12 CANAIS DE DIMMER,10 CANHAO DE LEDS 3 WATTS, 8 MOVING BEAN 200, MESA DE ILUMINACAO: DMX 12 APARELHOS, CABEAMENTO COMPLETO DE ENERGIA PA-RA ILUMINACAO. | | | | |
| 02 | 693645 | CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE SOM E LUZ PARA ATE 2.000 PESSOAS, EQUIPAMENTOS DE P.A., 8 CAIXAS DE SUBGRAVE/DUPLA FALANTE DE 18 POLEGADAS, 8 CAIXAS DE MEDIO GRAVE/DUPLA 12 POLEGADAS, DRIVES/NEO DIMIUM/TITANEO MESA SOM P.A.: DIGITAL 32 CANAIS/LS9, 01V, OU SIMILAR, ANALOGICA 32 CANAIS COM 6 VIAS AUXILIARES; EQUIPAMENTOS DE PALCO: AMPLIFICADORES PARA CAIXAS: 1 UNIDADES DE 8000 WATTS PARA GRAVE, 1 UNIDADES DE 3000 WATTS PARA MEDIO E 1 UNIDADES DE 1000 WATTS PARA TITANIO OU NEO DIMIUM. PROCESSADOR P.A: 1 UNIDADES DBX, XTA, CLAKEN.RETORNO DE PALCO: 2 CAIXAS DE RETORNO E 1 AMPLIFICADORES DE 4000 WATTS; BATERIA: CORPO DE BATERIA. 1 PRATICAVEL. PEDESTAIS: 4 PEDESTAIS PARA MICROFONES: 4 GARRAS DE MICROFONES MICROFONES: 6 UNIDA-DES. (2 SEM FIO) OBS: NAO SERAO ACEITAS AS MARCAS: LESSOM, BERINGER GUIAS DE MONITOR: 1 POWER PLAY DE 4 VIAS. 6 CABOS DE FONE, 5 FONES KOSS, OU AKG MULTIVIAS: 1 UNIDADES DE 12 CANAIS 15 METROS 10 CABOS DE 10 METROS PARA MICROFONE 7 CABOS DE 5 METROS PARA INSTRUMENTOS, 6 DIRECTBOX, 6 REGUAS DAC<br>ILUMINACAO, 8 CANHAO PAR 64 FOCO 5,4 CANHAO DE LED, 6 CANAIS DE DIMMER, 1 MEMPOWER DE A.C, 2 MOVIES BEAM 200, MESA DE ILUMINACAO: DMX 12 APARELHOS, CABEAMENTO COMPLE-TO DE ENERGIA PARA ILUMINACAO. | UN | 08 | 5. 500,00 | 44. 000,00 |
| 03 | 693649 | LOCACAO DE BANHEIROS STANDARTS E PNES 06 CABINES SANITÁRIA QUIMICA, INDIVIDUAL E PORTATIL STANDART, EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVACAO OU ATE MESMO NOVA, CON-FECCIONADA EM POLIETILENO EM ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVAVEL, COM TETO TRANSLUCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILACAO, TRAVA INTERNA DE SE-GURANCA, RESISTENTE A VIOLACAO E COM INDICACAO "LIVRE / OCUPADO", CONTENDO VASO SA-NITARIO (TANQUE DE DEJETOS COM DESCARGA), MICTORIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE: 2,00 METROS DE ALTURA INTERIOR, 1,20 METROS DE LARGURA INTERIOR, 1,20 DE PROFUNDIDADE E 0,50 METROS DE ALTURA DO ASSENTO, COM ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180°, VOL. DO TANQUE 220 LITROS, ABASTECIDO DIARIAMENTE COM PAPELHIGIENICO. 02 CABINES SA-NITARIA QUIMICA, INDIVIDUAL E PORTATIL PNE, EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVACAO OU ATE MESMO NOVA, MODELO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE), CONFECCI-ONADA EM POLIETILENO EM ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVAVEL, COM TETO TRANSLUCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILACAO, TRAVA INTERNA DE SEGURAN-ÇA, RESISTENTE A VIOLACAO E COM INDICACAO "LIVRE / OCUPADO", CABIDE PARA BOLSA / CASA-CO, CONTENDO VASO SANITARIO (TANQUE SIMPLES DE DEJETOS), MEDINDO APROXIMADAMENTE: 2,00 METROS DE ALTURA INTERIOR, 1,20 METROS DE LARGURA INTERIOR, 1,20 DE PROFUNDIDADE E 0,50 METROS DE ALTURA DO ASSENTO, COM ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180° E RAMPA DE ACESSO. EVENTO DE DOIS DIAS. | UN | 05 | 8. 500,00 | 42. 500,00 |
| 04 | 693650 | LOCACAO DE BANHEIROS STANDARTS E PNES E TENDAS 10 CABINES SANITARIA QUIMICA, INDIVI-DUAL E PORTATIL STANDART, EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVACAO OU ATE MESMO NOVA, CONFECCIONADA EM POLIETILENO EM ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVAVEL, COM TETO TRANSLUCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILACAO, TRAVA INTERNA DE SEGURANCA, RESISTENTE A VIOLACAO E COM INDICACAO "LIVRE / OCUPADO", CONTENDO VASO SANITARIO (TANQUE DE DEJETOS COM DESCARGA), MICTORIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE: 2,00 METROS DE ALTURA INTERIOR, 1,20 METROS DE LARGURA INTERIOR, 1,20 DE PROFUNDIDADE E 0,50 METROS DE ALTURA DO ASSENTO, COM ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180°, VOL. DO TANQUE 220 LITROS, ABASTECIDO DIARIAMENTE COM PAPEL HIGIENICO. 02 CABI-NES SANITARIA QUIMICA, INDIVIDUAL E PORTATIL PNE, EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVA-CAO OU ATE MESMO NOVA, MODELO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE), CONFECCIONADA EM POLIETILENO EM ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVAVEL, COM TETO TRANSLUCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILACAO, TRAVA INTERNA DE SEGURANCA, RESISTENTE A VIOLACAO E COM INDICACAO "LIVRE / OCUPADO", CABIDE PARA BOL-SA / CASACO, CONTENDO VASO SANITARIO (TANQUE SIMPLES DE DEJETOS), MEDINDO APROXIMA-DAMENTE: 2,00 METROS DE ALTURA INTERIOR, 1,20 METROS DE LARGURA INTERIOR, 1,20 DE PRO-FUNDIDADE E 0,50 METROS DE ALTURA DO ASSENTO, COM ABERTURA DA PORTA EM APROXIMA-DAMENTE 180° E RAMPA DE ACESSO. EVENTO DE DOIS DIAS.LOCACAO DE 10 TENDAS EM LONA BRANCA, FORMATO PIRAMIDE, MEDINDO 5MX5M (ESTRUTURA + COBERTURA), MEDINDO NO MINI-MO 5MX5M. LOCACAO DE 02 TENDAS EM LONA BRANCA, FORMATO PIRAMIDE, MEDINDO 10MX10M (ESTRUTURA + COBERTURA), MEDINDO NO MÍNIMO 10MX10M. EVENTO DE TRES DIAS | UN | 05 | 16. 000,00 | 80. 000,00 |
| 05 | 693648 | LOCACAO DE BANHEIROS STANDARTS E PNES, 06 CABINES SANITARIA QUIMICA, INDIVIDUAL E PORTATIL STANDART, EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVACAO OU ATE MESMO NOVA, CON-FECCIONADA EM POLIETILENO EM ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVAVEL, COM TETO TRANSLUCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILACAO, TRAVA INTERNA DE SE-GURANCA, RESISTENTE A VIOLACAO E COM INDICACAO "LIVRE / OCUPADO", CONTENDO VASO SA-NITARIO (TANQUE DE DEJETOS COM DESCARGA), MICTORIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE: 2,00 METROS DE ALTURA INTERIOR, 1,20 METROS DE LARGURA INTERIOR, 1,20 DE PROFUNDIDADE E 0,50 METROS DE ALTURA DO ASSENTO, COM ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180°, VOL. DO TANQUE 220 LITROS, ABASTECIDO DIARIAMENTE COM PAPEL HIGIENICO. 02 CABINES SA-NITARIA QUIMICA, INDIVIDUAL E PORTATIL PNE, EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVACAO OU ATE MESMO NOVA, MODELO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE), CONFECCI-ONADA EM POLIETILENO EM ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVAVEL, COM TETO TRANSLUCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILACAO, TRAVA INTERNA DE SEGURAN-ÇA, RESISTENTE A VIOLACAO E COM INDICACAO "LIVRE / OCUPADO", CABIDE PARA BOLSA / CASA-CO, CONTENDO VASO SANITARIO (TANQUE SIMPLES DE DEJETOS), MEDINDO APROXIMADAMENTE: 2,00 METROS DE ALTURA INTERIOR, 1,20 METROS DE LARGURA INTERIOR, 1,20 DE PROFUNDIDADE E 0,50 METROS DE ALTURA DO ASSENTO, COM ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180° E RAMPA DE ACESSO. EVENTO DE UM DIA | UN | 08 | 7. 500,00 | 60. 000,00 |
| 06 | 693654 | LOCACAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL ELETRICO DO TIPO TILA DE PROJECAO, TELAO, EM ES-TRUTURA DE GRID BOX TRUSS DE ALUMINIO, MEDINDO 4,00X3,00M, PAINEL DE LEDS P10. | UN | 08 | 4. 500,00 | 36. 000,00 |
| 07 | 693647 | LOCACAO DE ILUMINACAO PARA EVENTOS DE ATE 2.000 PESSOAS, INCLUINDO 04 MOVIES BEAM 200,COM MESA DMX PARA CONTROLE DOS MESMOS, 10 REFLETORES PAR 64 OU PAR 56, 04 MINI BRUTT DUPLO, 16 METROS DE TRELICA, COM 02 BASES, 02 SL EVE BLOOK. | UN | 05 | 2. 500,00 | 12. 500,00 |
| 08 | 693653 | LOCACAO DE PALCO, SENDO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E ESPACO EM GERAL DO TIPO PALCO COM ESTRUTURA METALICA TUBULAR, MEDINDO 10X8 (80M²), PE DIREITO DE NO MINIMO 7M, DE | UN | 13 | 5. 000,00 | 65. 000,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | ALTURA DO PISO AO CHAO, TRELICAS DE ALUMINIO REFORCADOQ30, COBERTURA EM TOLDO ESTILO DUAS AGUAS, FECHAMENTO LATERAL E FUNDO COM SOMBRITE, COM PISO COMPENSADO NAVAL COM 1,60 METROS DE ALTURA, TOTALMETE ESTAQUEADO, ESCADA DE ACESSO COM 1,50M LARGURA, COM INVESTIMENTOS LATERAIS E INFERIORES EM MADEIRETE PINTADO COM TINTA PVA LATEX. | | | | |

**2. DA VIGÊNCIA DA ATA**

**2.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

**3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:**

**3.1.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nestaAta;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

**5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**5.1.** Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

**I)** todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital;

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

**6. DOS ILÍCITOS PENAIS**

**6.1.** As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**7.1.** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

**II -** é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

**9. DO FORO**

**9.1** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

**10. CONDIÇÕES GERAIS:**

**10.1.** As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

**Aripuanã-MT, 26 de Junho de 2018.**

**Jonas Rodrigues da Silva**

Prefeito Municipal

**J. D. A FERREIRA-ME**

CNPJ Nº. 10.545.758/0001-69

João Donizete Augusto Ferreira

**LICITACAO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2018**

**ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2018**

**VALIDADE: 12 (doze) MESES,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,* **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **CLEILTON DOS SANTOS DE MARAFIGO 00492740151,** inscrita no **CNPJ Nº. 27. 615.983/0001-27**, com sede na Rua 15 de Novembro, nº. 1185, – Bairro: Cidade Alta, Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, Telefone: (066) 9-8118-0535, representada pelo seu Proprietário **Sr. Cleilton dos Santos de Marafigo**, portador do **RG Nº.156.592-24 SSP/MT** e **CPF Nº. 004. 927.401-51,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3.931/ 2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/2014 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.**

**1.1.** O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

| SEQ. | ITEM | DESCRIÇÃO | UN | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 693646 | CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICO DE SOM E LUZ PARA ATE 500 PESSOAS,4 CAIXAS LAINE HAIR,CONTENDO 1X10 E 1 DRIVE COM 500 WATTS DE POTENCIA CADA CAIXA 4 CAIXAS DE SUBGRAVE CONTENDO 1 FALANTE DE 18 POLEGADAS AMPLIFICADORES PARA CAIXAS: 1 UNIDADES DE 6400 WATTS PARA GRAVE, 1 UNIDADES DE 3000 WATTS PARA MEDIO E 1UNIDADES DE 1000 WATTS PARA TITANIO OU NEO DIMIUM 4 PEDESTAIS DE CAIXAS 2 PEDESTAIS DE MICROFONES1 MESA DE 12 CANAIS 2 MICROFONES COM FIO 2 MICROFONE SEM FIO CABEAMENTO COMPLETO PARA O SISTEMA. | UN | 44 | 1. 400,00 | 61. 600,00 |
| 02 | 693652 | CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE PROPAGANDA VOLANTE/ SOM DE RUA, SENDO 8 (OITO) HORAS DIARIAS. | UN | 600 | 25,00 | 15. 000,00 |

**2. DA VIGÊNCIA DA ATA**

**2.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

**3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:**

**3.1.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nestaAta;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

**5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**5.1.** Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

**I)** todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital;

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

**6. DOS ILÍCITOS PENAIS**

**6.1.** As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**7.1.** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

**II -** é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

**9. DO FORO**

**9.1** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

**10. CONDIÇÕES GERAIS:**

**10.1.** As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

**Aripuanã-MT, 26 de Junho de 2018.**

**Jonas Rodrigues da Silva**

Prefeito Municipal

**CLEILTON DOS SANTOS DE MARAFIGO 00492740151**

CNPJ Nº. 27.615.983/0001-27

Cleilton dos Santos de Marafigo

CPF Nº. 004.927.401-51

**GABINETE DO PREFEITO**
**CONTRATO Nº 149/2018**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: FRANCIELI APARECIDA BORGES FERNANDES; REFERENTE À ADMISSÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO; CONTRATAÇÃO DIRETA; VALOR MENSAL R$ 1.306.93; VIGÊNCIA: 04/06/2018 A 21/12/2018.

**LICITACAO**
**RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº. 018/2018**

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 018/2018, levado a efeito às **08h00min** do dia **20/06/2018**, sagrou-se vencedoras as empresas:

**CLEIITON DOS SANTOS DE MARAFIGO 00492740151-** CNPJ Nº: 27.615.983/0001-27 vencedora de 02 Itens totalizando **R$ 76.600,00; J.D. A FERREIRA-ME** - CNPJ Nº. 10.545.758/0001-69 vencedora de 08 itens totalizando **R$ 412.000,00; SEGURANÇAS GUERREIROS DA NOITE LTDA-ME**- CNPJ Nº. 27.154.402/0001-05 vencedora de 01 item totalizando **R$ 87.710,00;** Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site **http://www.aripuana.mt.gov.br,** pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã–MT,26 de junho de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

**LEI Nº 532/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

Súmula: Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar no orçamento programa do município e dá outras providências.

Elvio de Souza Queiroz, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o plenário da Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento programa do munícipio para o exercício financeiro de 2018, exclusivamente na Secretaria Municipal de Comunicação, Desporto e Lazer, limitado ao valor de R$ 38.000,00 conforme abaixo especificado:

| PROJETO ATIVIDADE | SECRETARIA | DESPESA | FONTE DE RECURSOS | VALOR (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 2.050 | Secretaria Municipal de Comunicação, Cultura e Desporto | 3.3.90.30 | 1.00 | 20.000,00 |
| 2.050 | Secretaria Municipal de Comunicação, Cultura e Desporto | 3.3.90.36 | 1.00 | 10.000,00 |
| 2.050 | Secretaria Municipal de Comunicação, Cultura e Desporto | 3.3.90.39 | 1.00 | 8.000,00 |
| TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES | | | | 38.000,00 |

Parágrafo único - Fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a prestação de contas dos gastos realizados com a cavalgada (empenhos, liquidações, notas fiscais, ordem de pagamento e liquidações).

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, disposto no artigo anterior, serão utilizados os recursos resultantes da anulação Total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias.

| PROJETO ATIVIDADE | SECRETARIA | DESPESA | FONTE DE RECURSOS | VALOR (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 2.008 | Secretaria Municipal de Finanças | 9.9.99.99 | 1.00 | 15.000,00 |
| 2.044 | Secretaria Municipal de Infraestrutura, Viação e Obras | 3.3.90.30 | 1.00 | 23.000,00 |
| TOTAL DAS ANULAÇÕES | | | | 38.000,00 |

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barão de Melgaço/MT, 26 de Junho de 2018.

***ELVIO DE SOUZA QUEIRÓZ***

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 24 DE 26 DE JUNHO DE 2018**

"DISPÕE sobre a anulação do Decreto Nº 037/2010 DE 02 DE AGOSTO DE 2010 e o Decreto Nº012/2017, de 27 de janeiro de 2017 que reenquadrou os servidores LAÉRCIO ARAÚJO E SILVA e ADEMIR PEDRO DA SILVA como habilitado para cargo de nível médio para a "Classe B" carreira de profissional do magistério da educação básica pública do Município de Barão de Melgaço."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO,** no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDENRANDO,** o Decreto Nº 037/2010 DE 02 DE AGOSTO DE 2010 e o Decreto Nº012/2017, de 27 de janeiro de 2017 que reenquadrou os servidores LAÉRCIO ARAÚJO E SILVA e ADEMIR PEDRO DA SILVA como habilitado para cargo de nível médio para a "Classe B" carreira de profissional do magistério da educação básica pública do Município de Barão de Melgaço;

**CONSIDERANDO**, que os servidores LAÉRCIO ARAÚJO E SILVA e ADEMIR PEDRO DA SILVA são habilitados para cargo de nível médio, e o cargo de professor da educação básica requer habilitação em concurso de nível superior;

**CONSIDERANDO**, a sumula 346 do STF. "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos;

**DECRETA:**

Art. 1º - A anulação do Decreto Nº 037/2010 DE 02 DE AGOSTO DE 2010 e do Decreto Nº012/2017, de 27 de janeiro de 2017, que dispõe sobre o reenquadramento na "CLASSE B" o servidor público municipal efetivo da carreira profissional do magistério da educação básica pública do Município de Barão de Melgaço, LAÉRCIO ARAÚJO E SILVA e ADEMIR PEDRO DA SILVA, professor Nível Superior Licenciatura Plena em Matemática e Licenciatura Plena em História, nos termos do Art. 4º, parágrafo 2º da Lei nº 353/2009 de 18 de dezembro de 2009.

Art. 2º Fica determinado o imediato retorno dos servidor ao seu cargo de origem;

Art. 3º Deverá a secretária de administração/ Finanças tomar todas as providências necessárias para o imediato cumprimento desta decisão, inclusive dar ciência aos servidores.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barão de Melgaço/MT - Gabinete do Prefeito - 26 de junho de 2018.

**ELVIO DE SOUZA QUEIROZ**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI MUNICIPAL Nº 2.327/2018**

**LEI MUNICIPAL Nº 2.327/2018**

"Dispõe Sobre Abertura de Credito Adicional Suplementar e da Outras Providencias"

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Artigo 1º **–** Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº 2.307/2017 – Lei Orçamentária Anual, um Credito Adicional Suplementar no valor de **R$ 401.115,59 (Quatrocentos e um mil, cento e quinze reais e cinquenta e nove centavos)** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

| | |
|---|---|
| Órgão | 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo |
| Unid. Orç. | 110.0.1 – Manutenção da Secretaria de Desenv. Econômico e Turismo |
| Função | 23 – Comércio e Serviços |
| Sub-Função | 695 – Turismo |
| Programa | 8020 – Cidade Bonita |
| Proj. /Ativ. | 1033 – OBRAS E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA |
| Elemento | 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações |
| **Valor R$** | **401.115,59** |
| **Fonte** | **0124000** |

Artigo 2º - Para cobertura dos créditos autorizados serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação Recurso Vinculado de Convênios no **R$ 401.115,59 (Quatrocentos e um mil, cento e quinze reais e cinquenta e nove centavos),** conforme detalhamento:

| **Convenio/Proposta** | **Objeto** | **Recurso** | **Valor R$** |
|---|---|---|---|
| 1ª ETAPA: **668543/2009** | Construção do Centro de Eventos | Vinculado | **166. 636,36** |
| 2ªETAPA: **737930/2010** | Construção do Centro de Eventos | Vinculado | **234. 479,23** |

Artigo 3º-Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°.2.306/2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, e na Lei Municipal nº. 2.305/2017, Plano Plurianual 2018/2021.

Artigo 4º **–** Esta Lei entrara em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Bugres, MT, aos 25 dias do mês de junho do ano de 2018.

**RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 005/2018**

DISPENSA nº.: 01/2018

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, LUZIA PINHEIRO CAETANO, pessoa fisica inscrita no CPF nº 503.713.201-00

DO OBJETO -Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**, devido ao término do prazo do contrato principal que tem por objeto a prestação de serviços em caráter temporário de Serviços de Instrutor Social para coordenar, ministrar aulas e realizar atividades que estimulem a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades artisticas dos alunos em programas sociais, com enfoque especifico em cada área de atuação; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Vigencia : 10/052018 e término previsto para 08/08/2018..

Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI MUNICIPAL Nº 2.328/2018**

**LEI MUNICIPAL Nº 2.328/2018**

"Dispõe Sobre Abertura de Credito Adicional Suplementar e da Outras Providencias"

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

**Artigo 1º –** Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº 2.307/2017 – Lei Orçamentária Anual, um Credito Adicional Suplementar no valor de **R$ 550.812,45 (Quinhentos e cinquenta reais, oitocentos e doze reais e quareta e cinco centavos)** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

| | |
|---|---|
| Órgão | 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo |
| Unid. Orç. | 110.0.1 – Manutenção da Secretaria de Desenv. Econômico e Turismo |
| Função | 18 – Gestão Ambiental |
| Sub-Função | 541 – Preservação e Conservação Ambiental |
| Programa | 8020 – Cidade Bonita |
| Proj. /Ativ. | 1014 – REVITALIZAÇÃO DA LAGOA AZUL |
| Elemento | 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações |
| **Valor R$** | **550.812,45** |
| **Fonte** | **0124000** |

**Artigo 2º -** Para cobertura dos créditos autorizados serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação Recurso Vinculado de Convênios no **R$ 550.812,45 (Quinhentos e cinquenta reais, oitocentos e doze reais e quareta e cinco centavos),** conforme detalhamento:

| Convenio/Proposta | Objeto | Recurso | Valor R$ |
|---|---|---|---|
| 1307/2018 | Revitalização da Lagoa Azul | Vinculado | **550.812,45** |

**Artigo 3º -** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°.2.306/2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, e na Lei Municipal nº. 2.305/2017, Plano Plurianual 2018/2021.

**Artigo 4º –** Esta Lei entrara em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Bugres, MT, aos 25 dias do mês de junho do ano de 2018.

**RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE**
**RELATORIO DE PROJETOS EM ANDAMENTO**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO E**

**DE DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

A Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT, em obediência ao artigo 45,§ único e artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público, o RELATÓRIO DE PROJETOS EM ANDAMENTOS, o qual será publicado no site da Prefeitura www.barradobugres.mt.gov.br e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e estará á disposição da população na Secretaria de Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle após o dia 26/06/2018.

Barra do Bugres-MT, 26 de Junho de 2018

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

*VALDINEY GOMES PAULINO*

Sec. de Planj. Orç. e Controle

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO**
**SOLICITAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DIANTE DA SEMA-MT.**

A Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, CNPJ nº03.507.522/0001-72**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente ao projeto de Construção de Food Park e Restaurante no Lago Azul localizado no município de Barra do Bugres/MT.

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI MUNICIPAL Nº 2.326/2018**

**LEI MUNICIPAL Nº 2.326/2018**

Que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenção social a Liga Esportiva Barra do Bugres, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

**Art.1º** -Fica o Poder Executivo Municipal de Barra do Bugres autorizado a conceder subvenção social a entidade abaixo relacionada:

| ENTIDADE | CNPJ | VALOR |
|---|---|---|
| Liga Esportiva de Barra do Bugres | 03.953.692/0001-80 | 41.400,00 |
| **TOTAL** | | **41.400,00** |

**Art. 2º –** O valor total do recurso financeiro a ser repassado, é de **R$ 41. 400,00** (quarenta e um mil, quatrocentos reais), que serão divididos em 06 (seis) parcelas mensais, no valor de R$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais), pagas diretamente à beneficiária, conforme **Cronograma de Desembolso,** constante do Plano de Trabalho, e na forma de convênio a ser celebrado entre as partes.

**Art. 3° -** Os recursos financeiros que dispõe a presente Lei serão destinados para custear as despesas com Serviços de Pessoa Física, Materiais de Consumo, Premiações Desportivas, na realização de Eventos Esportivos nas modalidades de Futebol, nas categorias veterano, sub 20 e adulto, conforme **Plano de Aplicação**, constante do Plano de Trabalho.

**Art. 4º** - Para atender as despesas de que trata esta Lei serão utilizados recursos provenientes de dotação orçamentária do exercício financeiro de 2018, conforme orçamento vigente.

**Art.5º** - A entidade favorecida por esta Lei deverá apresentar o Plano de Trabalho, onde se evidencie a aplicação dos recursos recebidos, até o recebimento da primeira parcela.

**Art. 6º -** Para celebração e prestação de contas de convênio a convenente deverá obedecer além do disposto nesta lei o que concerne a legislação Municipal, Estadual e Federal para o assunto em pauta, especialmente apresentar as certidões que comprovem a regularidade fiscal.

**Art. 7º** - A entidade favorecida por esta lei deverá prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela.

**§ 1º** - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, em duas vias, nos prazos previstos, instruídas com os seguintes documentos:

I - Ofício encaminhando a Prestação de Contas;

II - Anexos previstos na lei municipal 1.970/2011;

III - Fotocópias dos documentos suportes de despesa;

IV - Devolução de saldo devedor se houver.

**§ 2º** - A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

**Art. 8°** - Aplica-se a esta Lei e aos subvencionados, no que couber, as regras da Lei 1.970/2011.

**Art. 9º -** O Auxílio financeiro de que trata esta lei terá início em 01/07/2018 e vigência até o dia 31/12/2018.

**Art.10º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de junho de 2018.

**RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**

Prefeito Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE RETIFICAÇÃO – TOMADA DE PREÇO 06/2018**

O município de Barra do Bugres – MT torna publico a retificação do edital do tomada de preço 06/2018 SRP, ficando excluso o item 6.2 alínea "D" e "E". As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas, inclusive a data de abertura, demais informações e retificação poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Ângelo Masson, 1000, Centro, de segunda a sexta-feira das 07:00 as 13:00 e no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, informações: (065)3361-3868.

Barra do Bugres-MT, 26 de junho de 2018.

***EDIRLEI SOARES DA COSTA***

Pregoeiro Oficial

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE PRORROGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 13/2018 SRP**

O município de Barra do Bugres – MT torna publico a prorrogação da data de abertura da licitação pregão presencial 13/2018 - SRP, onde a mesma passará a ser realizada no dia 09/07/2018, as 08h00min**.** Maiores informações poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Ângelo Masson, 1000, Centro, de segunda a sexta-feira das 07:00min as 13:00min, no telefone (065)3361-3868 ou no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic.

Barra do Bugres-MT, 26 de junho de 2018.

**EDIRLEI SOARES DA COSTA**

Pregoeiro oficial

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

**PORTARIA Nº 13.853 DE 26 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Exonerar, a partir de 26 de junho de 2018, do cargo comissionado de Diretora Administrativa do Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck (DAS-4), junto à Secretaria Municipal de Saúde, a Sra. **CLENIA MONTEIRO SILVA IBRAHIM**.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 12.319, de 06 de janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 26 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**LEI N.º 3.997/2018 DE 25 DE JUNHO DE 2018.**

Projeto de Lei nº 005/2018, de autoria do Poder Executivo Municipal - Roberto Ângelo de Farias.

"Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros à entidade que menciona. "

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Art. 31, IV da Lei Orgânica do Município de Barra do Garças e do Art. 35, I, alínea "w", do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e ela **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a repassar mensalmente recursos financeiros no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, neste ato representada pela sua Presidente Sra. DIANA MILHOME VARJÃO, portadora do RG 1107869-3 SJIMT e inscrita no CPF 620.906.581-34, residente e domiciliada nesta cidade de Barra do Garças-MT.

Art. 2º - Os recursos serão repassados mensalmente e tem por objetivo ajudar a APAE a atender por meio de um trabalho terapêutico, social e pedagógico, habilitando e reabilitando, crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual e múltipla, especialmente no pagamento de salário dos funcionários.

Art. 3º - Compete a APAE:

I- Aplicar os valores para o fim específico que destina a presente Lei, sob pena de restituí-lo ao Município, devidamente atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável.

II - Prestar contas dos recursos financeiros provenientes desta Lei, nos termos do Decreto nº 3348 de 20 de junho de 2011.

III - Restituir ao Município o valor repassado, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto da avença;

b) quando não for apresentada no prazo ou justificada a não apresentação, da prestação de contas;

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Art. 2º.

IV - Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificadas com o número desta Lei autorizativa, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

V- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações tributárias e acessórias, junto aos órgãos competentes.

Art. 4º - Compete à Prefeitura Municipal de Barra do Garças:

I - Analisar a prestação de contas, que após aprovação, deverá ser mantida nos arquivos da entidade, ficando à disposição do controle interno do Município e externo do Tribunal de Contas do Estado.

II - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos, verificando se os mesmos estão sendo aplicados na forma estabelecida no Art.2º.

III - Encaminhar, após análise, a prestação de contas final ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 11.03.08.242.0011.2117-339039-740.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, em 25 de junho de 2018.

| | |
|---|---|
| **Miguel Moreira da Silva**<br>Presidente da Câmara Municipal | **Geralmino Alves Rodrigues Neto**<br>1º Secretário |

**PORTARIA Nº 13.844 DE 22 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Exonerar, a partir de 25 de junho de 2018, do cargo comissionado de Coordenadora Adjunta (DAS-3), junto à Secretaria Municipal de Urbanização e Paisagismo, a Sra. **IDA MADALENA FRANCISQUELLI CHIAVAGATTI**.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 12.477, de 22 de fevereiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 22 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**LEI N.º 3.996/2018 DE 25 DE JUNHO DE 2018.**

Projeto de Lei nº 003/2018, de autoria do Poder Executivo Municipal - Roberto Ângelo de Farias.

"Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros à entidade que menciona. "

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Art. 31, IV da Lei Orgânica do Município de Barra do Garças e do Art. 35, I, alínea "w", do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e ela **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a repassar mensalmente recursos financeiros no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) à ASSOCIAÇÃO BARRA DO GARÇAS-MAMMA / BARRA MAMMA, inscrita no CNPJ. 16.969.916/0001-94, situada à rua Bandeirantes, n.11 158, bairro Campinas, neste ato representada pela sua Diretora Presidente Sra. GENOVEVA CORRÊA, portadora do RG 581573 SSP/GO e inscrita no CPF 568. 111.011-72, residente e domiciliada nesta cidade de Barra do Garças-MT.

Art. 2º - Os recursos serão repassados mensalmente e tem por objetivo ajudar a BARRA MAMMA a desenvolver suas atividades, visando à proteção da mulher portadora de câncer, idealizando e executando programas educativos visando a prevenção e esclarecimento sobre o câncer, atendimento social, moral e humano as pacientes, dentre outros.

Art. 3º - Compete a BARRA MAMMA:

I - Aplicar os valores para o fim específico que destina a presente Lei, sob pena de restituí-lo ao Município, devidamente atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável.

II - Prestar contas dos recursos financeiros provenientes desta Lei, nos termos do Decreto nº 3348 de 20 de junho de 2011.

III - Restituir ao Município o valor repassado, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto da avença;

b) quando não for apresentada no prazo ou justificada a não apresentação, da prestação de contas;

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Art. 2º.

IV - manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificadas com o número desta Lei autorizativa, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 {cinco) anos.

V - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações tributárias e acessórias, junto aos órgãos competentes.

Art. 4º- Compete à Prefeitura Municipal de Barra do Garças:

I- Analisar a prestação de contas, que após aprovação, deverá ser mantida nos arquivos da entidade, ficando à disposição do controle interno do Município e externo do Tribunal de Contas do Estado.

II - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos, verificando se os mesmos estão sendo aplicados na forma estabelecida no Art.2º.

III - Encaminhar, após análise, a prestação de contas final ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do exercício financeiro de 2018.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, em 25 de junho de 2018.

| | |
|---|---|
| **Miguel Moreira da Silva**<br>Presidente da Câmara Municipal | **Geralmino Alves Rodrigues Neto**<br>1º Secretário |

**PORTARIA Nº 13.843 DE 22 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Exonerar, a partir de 25 de junho de 2018, do cargo comissionado de Secretária Municipal de Assistência Social, Promoção da Igualdade Racial e da Mulher (SM), a Sra. **VIVIANE SALES CARVALHO**.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 12.111, de 07 de outubro de 2016.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças-MT, 22 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.852 DE 25 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Nomear, a partir de 25 de junho de 2018, para exercer em comissão, o cargo de Coordenador Geral de Obras (DAS-3), junto à Secretaria

Municipal de Transportes e Serviços Públicos, o Sr. **GUILHERME FERNANDES DA SILVA JÚNIOR.**

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 25 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 240 DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

Projeto de Lei Complementar nº 002/2018, de autoria do Vereador João Rodrigues de Sousa-PDT.

"Ratifica e altera a Lei Complementar n.º 231, de 28 de março de 2018, que disciplina o serviço de moto táxi no município de Barra do Garças-MT. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O serviço de transportes de passageiros em motocicletas - moto táxi, no Município de Barra do Garças, obedece às normas específicas estabelecidas por esta Lei.

§ 1º O serviço de moto táxi é de utilidade pública, executado por particulares, por autorização do Poder Público, corresponde a 300 (trezentas) motos, com prazo determinado de 05 (cinco) anos, renovável por igual período, desde que o permissionário atenta todos os requisitos legais.

§ 2º A retomada da autorização após o período fixado só poderá ocorrer por ato motivado.

.

CAPÍTULO II

DO SERVIÇO DE MOTOTÁXI

Art. 2º O serviço de moto táxi destina-se ao atendimento de todo perímetro urbano e rural do Município de Barra do Garças, sendo efetuado um cadastramento, o qual tem como objetivo a permanência do profissional moto taxista, que esteja exercendo a atividade e cujo cadastro na Secretaria Municipal de Finanças e no Sindicato da classe, está inscrito seu nome, à data da publicação desta Lei.

Art. 3º O Serviço de moto táxi restringe-se ao transporte de um passageiro por vez, remunerado mediante o pagamento de tarifa.

Art. 4º A prestação do serviço de moto táxi será por pontos de parada que serão estabelecidos por Decreto, inclusive a quantidade por ponto.

§1º- O poder executivo tem a obrigação de fiscalizar os pontos de parada estabelecidos por Decreto e no Município, com o intuito de assegurar o bom cumprimento do serviço prestado, indicando-se um fiscal da Administração Pública para exercer o poder de fiscalização.

§2º. O quantitativo e a localização serão revistos, sempre que necessário, podendo inclusive em eventos ser criados pontos transitórios.

CAPÍTULO III

DO MOTOTAXISTA

Seção I

Da Autorização para Moto taxista

Art. 5º A autorização para a prestação do serviço de moto táxi será concedida aos que comprovarem o atendimento aos seguintes requisitos:

I – ter completado vinte e um anos;

II – possuir habilitação, por pelo menos 2 (dois) anos, na categoria

III – ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;

IV – apresentar atestado de saúde;

V – não ser titular de outra autorização para moto táxi;

VI - não ter tido sua autorização cassada, em razão de penalidade aplicada pelo Poder Executivo Municipal, no serviço de moto táxi ou em qualquer outro serviço de transporte concedido, permitido ou autorizado pelo Município;

Seção II

Dos Deveres do Moto Taxista

Art. 6º São deveres do moto taxista:

I - obedecer às normas do Código de Trânsito Brasileira, aplicáveis à espécie, bem como a toda sua regulamentação, incluindo o disposto nesta Lei;

II – portar documentação necessária para à prestação do serviço, expedido pelo órgão competente;

III – usar em serviço roupas condizentes com a função de atendimento ao público, ficando vedado o uso de camisetas regatas, bermudas e chinelos;

IV – vestir colete de segurança dotado de dispositivos retro refletivos, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

V – usar capacete com viseira e colocar à disposição do passageiro o mesmo tipo de capacete, para uso durante o transporte, com o número da autorização impresso na parte posterior do capacete do passageiro;

VI – disponibilizar touca descartável aos passageiros;

VII – tratar o passageiro com urbanidade e polidez;

VIII - manter o seguro obrigatório da motocicleta em dia, facultado ao moto táxi contratar seguro pessoal;

IX– recusar o transporte de:

a) passageiros que não queiram usar capacete;

b) passageiros com bagagem além da permitida no parágrafo único deste artigo;

c) passageiros com criança no colo; ou

d) criança com menos de sete anos.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, entende-se como bagagem permitida, aquela acondicionada em mochila ou sacola, com alça e conduzida a tiracolo do passageiro, vedado o transporte de outros objetos.

CAPÍTULO IV

DA MOTOCICLETA

Art. 7º As motocicletas a serem utilizadas na prestação do serviço de moto táxi, além de atender aos requisitos estabelecidos na legislação federal, deverão apresentar as seguintes características:

I – que o veículo esteja em um bom estado de conservação;

II – cento e vinte e cinco cilindradas ou acima;

III – o condutor deverá portar colete com alça metálica lateral na qual o passageiro possa segurar-se;

IV - identificação contendo a palavra "Moto táxi" e o número da autorização;

V - isolamento lateral do cano de descarga para evitar queimaduras ao passageiro; e

VI – todos os veículos previstos nesta Lei Complementar devem contar com aparador de linha, antena corta-pipas fixado no guidão do veículo, proteção para motor e pernas (mata-cachorro), fixados em sua estrutura, nos termos da Resolução do CONTRAN.

VII – Todos os veículos, inclusive os capacetes, deverão ser plotados ou pintados, de acordo com os padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Anualmente o órgão competente efetuará a vistoria de segurança veicular para verificar a satisfação de todos os requisitos exigidos para os fins a que se destina a motocicleta.

Art. 8º - Cada motocicleta deverá pertencer à um moto taxista que será o titular da autorização, ressalvado às situações em que o titular estiver gozando o seu período de férias e/ou estiver impossibilitado de exercer sua atividade devido a algum acidente, podendo o substituto trabalhar com a moto do autorizado.

CAPÍTULO V

DA VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA

Art. 9º. É vedada a publicidade do serviço de que trata esta Lei Complementar nos telefones públicos, abrigos de ônibus, postes de iluminação, escolas, creches e outros bens públicos.

Parágrafo único. A infração ao disposto no *caput* implicará na penalidade prevista no art. 163 do Código Penal Brasileiro e o disposto no Decreto regulamentar.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Seção I

Da Autorização

Art. 10. A autorização para a prestação do serviço de moto táxi, expedida exclusivamente a pessoas naturais, tem natureza personalíssima e será outorgada pelo Poder Executivo, aos que atenderem aos requisitos definidos na legislação em vigor, ficando condicionada ao pagamento de taxas, conforme o Código Tributário Municipal.

§1º. Mesmo que organizados em cooperativa, fica assegurado ao moto taxista o caráter individual da autorização do Município para a prestação do serviço.

§ 2º Quando o moto taxista autorizado acidentar-se e ficar impedido de exercer suas funções, poderá ser substituído por no mínimo 30 dias mediante a apresentação de atestado médico, comprovando a sua incapacidade durante a vigência de sua autorização, ficando o substituto vinculado ao cumprimento do disposto nesta Lei e assumindo todas as responsabilidades perante a Administração Pública e passageiro.

§ 3º Nos casos em que a substituição prevista no §2º for superior a 90 dias, ficará autorizado o cadastramento provisório junto ao órgão municipal competente com a emissão de licença para o substituto.

§ 4º É permitida a transferência da outorga a terceiros que atendam aos requisitos exigidos em legislação municipal, consoante dispõe a Lei nº12. 587/2012 que estabelece a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

§5º Em caso de falecimento do outorgado, o direito à exploração do serviço será transferido a seus sucessores legítimos nos termos dos arts.1. 829 e seguintes do Título II da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 ( Código Civil) e a Lei nº 12.587/2012.

Seção II

Do Preposto

Art. 11 - O moto taxista credenciado nos serviços de que trata esta lei, pode indicar um preposto para auxiliá-lo pelo período de até 01(um) ano.

§1º- A indicação do preposto deverá ser feita por escrito junto ao órgão responsável da Prefeitura Municipal.

§2º- A aceitação do preposto está condicionada ao cumprimento do disposto nesta Lei e às mesmas exigências impostas ao detentor do serviço, sendo necessário o cadastramento provisório junto ao órgão municipal competente com a respectiva emissão de licença para o preposto.

Seção III

Da Renovação

Art. 12 - A autorização para prestação do serviço de moto táxi, deve ser renovada quando vencida a outorga, sendo necessária a comprovação de atendimento de todos os requisitos, sendo admitida a transferência da outorga conforme dispõe a Política Nacional de Mobilidade Urbano.

Art.13. Fica assegurado ao profissional moto taxista o direito às férias pelo período de 30 (trinta) dias, sendo concedida após o exercício de atividades por um ano, ou seja, por um período de 12 meses.

§ 1º - Quando o moto taxista estiver no período de férias durante a vigência de sua autorização fica autorizado a indicação de um substituto, o qual vincula-se ao cumprimento do disposto nesta Lei, assumindo todas as responsabilidades perante a Administração Pública, passageiro e terceiros.

§ 2º - Constatado que o condutor, durante a vigência de sua autorização, infringir os dispositivos da presente Lei, bem como, do Decreto Regulamentador, por mais de 3 (três) vezes, além do pagamento da multas regulamentares, será penalizado com outra multa na renovação de sua autorização anual, persistindo nas infrações terá sua licença cassada, após o trâmite de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Seção III

Da extinção da Autorização do Moto taxista

Art. 14 Extingue-se a autorização:

I – caso a autorização não seja renovada em até 30 (trinta) dias subsequentes ao vencimento da mesma;

II – pelo não atendimento a qualquer dos deveres previstos nesta Lei, constatado pela autoridade municipal, de ofício ou a requerimento de usuário do serviço, assegurada ampla defesa ao detentor da autorização;

III – quando comprovada, em processo judicial, a utilização do veículo, com o consentimento do condutor, para praticar, facilitar ou encobrir ato criminoso;

IV – por ter incorrido em mais de três infrações anuais, após constatada por processos regulares pela autoridade administrativa e o mesmo ter persistido nas infrações. ”

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 – Esta Lei será regulamentada por meio de Decreto, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 16 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 26 de junho de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.846 DE 22 DE JUNHO DE 2.018.**

“Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Exonerar, a partir de 25 de junho de 2018, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Transporte e Serviços Públicos (SM), Sr. **JAIRO MARQUES FERREIRA**.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 12.239, de 22 de dezembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 22 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.835 DE 19 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Nomear, a partir de 19 de junho de 2018, para exercer em comissão, o cargo de Coordenador do Departamento de Administração e Finanças do SUS (DAS-3), junto à Secretaria Municipal de Saúde, o Sr. **WALTER DE QUEIROS RODRIGUES**.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.854 DE 26 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Exonerar, a partir de 26 de junho de 2018, do cargo comissionado de Secretária Municipal de Saúde (SM), Sra. **DANIELA CÔRTES SCHULZE MACHADO.**

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.119, de 25 de outubro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças-MT, 26 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.850 DE 22 DE JUNHO DE 2018.**

"Dispõe sobre designação de Engenheiro para a fiscalização da obra/serviço que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

**R e s o l v e:**

**Artigo 1º –** Designar o servidor público, **Getonio Dias Guirra,** Engenheiro Civil – CREA 5.594/D/MT, para acompanhamento e fiscalização do Lote 01: Adequação e manutenção da estrada vicinal Jaó/Carpa, e do Lote 02: Construção da ponte de concreto armado de 50 metros sobre o Rio Corrente - Tomada de Preços 009/2018.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 22 de junho de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.855 DE 26 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Nomear, a partir de 26 de junho de 2018, para exercer em comissão, o cargo de Secretária Municipal de Saúde (SM), Sra. **CLENIA MONTEIRO SILVA IBRAHIM.**

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças-MT, 26 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.783 DE 08 DE JUNHO DE 2018.**

"Dispõe sobre designação de Engenheiro para a fiscalização da obra/serviço que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

**R e s o l v e:**

**Artigo 1º –** Designar o servidor público, o arquiteto Abel Vinicius Machado Caetano da Silva CAU – 187386-54, RG: 15949358, e CPF: 091.896. 516-00, Matricula Funcional nº 12496, para acompanhamento e fiscalização da contratação de empresa para reforma das academias da terceira idade – ATIs nos bairros da cidade - Dispensa 042/2018.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 08 de junho de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.782 DE 08 DE JUNHO DE 2018.**

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscal e suplente no contrato que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso,

Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

**R e s o l v e:**

**Artigo 1º** – Designar o servidor, **Larisse Christina Garcia dos Santos** portadora do RG nº 261.7803 SSP/DF e CPF nº 009.177.681-32, Matrícula Funcional nº 11704, para acompanhamento e fiscalização da contratação de empresa para reforma das academias da terceira idade – ATIs nos bairros da cidade - Dispensa 042/2018.

**Artigo 2º -** Designar a servidora, **Alba Marcia Ferreira Leal**, portadora do RG nº 904698/SSP/MT e CPF nº 569.096.401-87, Matrícula Funcional nº 101**,** para proceder como suplente do fiscal de contrato acima citado.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT 08 de junho de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.841 DE 19 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais,

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Conceder, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio, **a ser gozada de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde**, referente ao quinquênio 2012/2017, à servidora **NOEME DO ROSÁRIO BRAGA STRUTZ**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Técnica de Enfermagem.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.849 DE 22 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Conceder, a pedido, a partir de 21 de maio de 2018, 03 (três) meses de Licença-Prêmio, referente ao período aquisitivo 2007/2012, à servidora **NAIDE BOARETTO MARQUES,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professora.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de maio de 2018.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Garças/MT, aos 22 dias do mês de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.845 DE 22 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre nomeação para exercer os cargos que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Nomear, a partir de 25 de junho de 2018, para exercer em comissão o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social (SM), a Sra. **IDA MADALENA FRANCISQUELLI CHIAVAGATTI**.

**Art. 2º -** Nomear, sem ônus, para exercer também o cargo de Secretária Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Secretária da Mulher.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças-MT, 22 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**AVISO DE DECISÃO/SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 030/2018/PMBG-MT**

**AVISO DE DECISÃO/SUSPENSÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 030/2018/PMBG-MT**

O Município de Barra do Garças - MT, através do Pregoeiro, torna público decisão, **INDEFERINDO** impugnação apresentada pela empresa **MILANFLEX INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, sob o CNPJ nº 86.729.324/0002-61,** ao Pregão Presencial (SRP) nº 030/2018. Objeto: **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.** Edital SUSPENSO para análise. Demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: (66) 3402. 2000 – Ramal – 2045. Danilson Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 25/06/2018.

**PORTARIA Nº 13.848 DE 22 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio ao servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Conceder, a pedido, a partir de 01 de julho de 2018, 03 (três) meses de Licença-Prêmio, referente ao período aquisitivo 2000/2005, ao servidor **ARIVALDO RODRIGUES AGUIAR,** lotado no cargo de Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação, atualmente cedido para a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Garças/MT, aos 22 dias do mês de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.012 DE 22 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre delegação de competência para a função que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a previsão contida no Parágrafo Único do Art. 78 da Lei Orgânica do Município e;

Considerando a necessidade de assegurar a transparência dos gastos realizados com os recursos do FUNDEB, bem como garantir que tais recursos não sejam utilizados para finalidades estranhas a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE);

Considerando que os recursos do FUNDEB deverão ser movimentos por meio exclusivamente eletrônico, em conta única e exclusiva, aberta na Caixa Econômica Federal em nome da Secretaria Municipal de Educação, mediante CNPJ próprio da secretaria,

DECRETA:

**Art. 1º** Fica delegada competência ao Sr. ALBÉRICO ROCHA LIMA, Secretário Municipal de Educação, para tomar as devidas providências junto ao órgão competente para criação do CNPJ próprio da referida secretaria, visando dar o devido cumprimento às exigências contidas na Portaria conjunta STN/FNDE nº 02 de 15 de janeiro de 2018, para gestão da conta do FUNDEB, bem como sobre os encaminhamentos a serem considerados e cumpridos para adequação a referida Portaria.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Garças – MT, aos 22 de junho de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.839 DE 19 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio ao servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Conceder, a pedido, a partir de 01 de junho de 2018, 03 (três) meses de Licença-Prêmio, referente ao período aquisitivo 2004/2009, ao servidor **JORGE DOMINGOS DE OLIVEIRA**, lotado na Secretaria Municipal de Urbanização e Paisagismo, atualmente cedido para a Secretaria Municipal de Assistência Social, no cargo de Gari.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2018.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal

Barra do Garças/MT, 19 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.842 DE 19 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio ao servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais,

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Conceder, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio, **a ser gozada de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde**, referente ao quinquênio 2012/2017, ao servidor **ADENILSON SILVA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Técnico em Tomografia.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.838 DE 19 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre concessão de 09 (nove) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais,

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Conceder, a pedido, 09 (nove) meses de licença-prêmio, **a ser gozada de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria**

**Municipal de Saúde**, referente aos quinquênios 1999/2004, 2004/2009, 2009/2014, à servidora **IRENE ABADIA RODRIGUES**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Auxiliar Administrativo.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.836 DE 19 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Nomear, a partir de 19 de junho de 2018, para exercer em comissão, o cargo de Coordenador de Setores (DAS-2), junto à Secretaria Municipal de Finanças, o Sr. **PEDRO PAULO ARRAES SAGGIN**.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.840 DE 19 DE JUNHO DE 2.018.**

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais,

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Conceder, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio, **a ser gozada de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde**, referente ao quinquênio 2013/2018, à servidora **JOIRCE ROSA DE ARRUDA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de junho de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES**
**PORTARIA N.º 151/2018**

**PORTARIA N.º 151/2018**

***"Dispõe sobre a concessão de Beneficio de Licença Maternidade em favor da senhora Joana Darc Gonçalves Rocha".***

*A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 7º, Inciso "XVIII", da Constituição Federal; Art. 91 da Lei Complementar n.º 25/1997 de 27 de novembro de 1997; Art. 91 da Lei Complementar nº 94 de 21 de dezembro de 2011; Art. 26, § 2º da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005.*

***Resolve,***

***Art. 1º** Conceder o benefício de "Licença Maternidade" em favor da senhora **Joana Darc Gonçalves Rocha,**portadora do CPF nº 741.195.591-49, efetiva no cargo de Tecnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, segurada deste regime de previdência, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 04/06/2018 a 01/10/2018, conforme o processo do PREVI CÁCERES n.º 069/2018.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 04/06/2018.*

*Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.*

*Cáceres - MT, 25 de Junho de 2018.*

*LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN*

*Diretora Executiva*

*Afixada em: 25.06.2018*

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

**CONVITE**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**A PREFEITURA DE CÁCERES**, através da Secretaria Municipal de Planejamento, juntamente com os presidentes de bairro, tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública com o objetivo de elaborar o Planejamento Estratégico da Gestão: Lei Orçamentária Anual–LOA, para o exercício de 2019, instrumento de planejamento que organiza as ações de governo que resultam em bens e serviços para a população.

**Setor VIII:** *Bairros*: São Miguel, Santa Cruz, Jardim São Luiz da Ponte.

**Local: Escola Estadual "Milton Marques Curvo" (**Rua Bolívia, s/nº, Zona Militar, bairro: Centro)

**Data:** 28/06/2018

**Horário:** 19:30h

**Francis Maris Cruz**

Prefeito Municipal

**GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 364/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **VALQUIRIA SOARES DE SOUZA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Dom Máximo I, s/nº, Bairro

Residencial Dom Máximo I, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1456315-0 SSP-MT e CPF n.º 970.958.341-72, daqui por diante denominada(o) Contratada (o), com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

**DO OBJETO**

**Cláusula 1ª** O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **VALQUIRIA SOARES DE SOUZA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em PEDAGOGIA, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Real, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais** em substituição a professora Charlene Seveno Borges que está de atestado médico até 20/06/2018, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

**DO PRAZO**

**Cláusula 2ª** A referida Contratação por prazo determinado tem início em **21 de maio de 2018 e término em 20 de junho de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

**DO SALÁRIO**

**Cláusula 3ª** O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1, 759. 80 (UM MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS) mensais.

**DOS SERVIÇOS O CONTRATADO**

**Cláusula 4ª** Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

**DA FORMA DE PAGAMENTO**

**Cláusula 5ª** Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

**DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO**

**Cláusula 6ª** A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

**DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA**

**Cláusula 7ª** As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

| Órgão/unidade | Projeto atividade | Natureza da despesa | Fonte de recursos | Unid. Orçamentária |
|---|---|---|---|---|
| 02.070.3.0 | 12.361.1004.2.068 | 3.1.90.04.00 | 0.1.18.00.00 FUNDEB 60% | 077064 |

**DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE**

**Cláusula 8ª** Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

**DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA**

**Cláusula 9ª** A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

**DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS**

**Cláusula 10ª** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

**Cláusula 11ª** Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

**DA RESCISÃO**

**Cláusula 12ª** A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

**Cláusula 13ª** Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

**Cláusula 14ª** Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

**Cláusula 15ª** Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de maio de 2018.

CONTRATADO (A)

_____

**ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**

CONTRATANTE

**TESTEMUNHAS:**

**NOME:**_____

**RG Nº:**_____

**CPF Nº:**_____

**NOME:**_____

**RG Nº:**_____

**CPF Nº:**_____

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES**
**PORTARIA N.º 149/2018**

PORTARIA N.º 149/2018

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor**Everson Pedro Correia Maciel**".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

***Resolve:***

***Art. 1º****Conceder o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Everson Pedro Correia Maciel**, portador do CPF nº. 016.377.081-65, *efetivo no cargo de Tecnico em Informática, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 08/07/2018 a 07/08/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 068/2018.*

***Art. 2º*** *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos, a partir de 08/07/2018.*

*Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.*

Cáceres - MT, 25 de junho de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

*Afixada em: 25.06.2018*

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES**
**PORTARIA N.º 148/2018**

PORTARIA N.º 148/2018

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Lucimara de Barros Rodrigues".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

***Resolve:***

***Art. 1º****Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Lucimara de Barros Rodrigues,** portadora do CPF nº. 572.265.391-87, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 07/06/2018 a 19/07/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 057/2013.*

***Art. 2º*** *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 07/06/2018.*

*Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.*

*Cáceres - MT, 25 de junho de 2018.*

*LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN*

*Diretora Executiva*

*Afixada em: 25.06.2018*

**GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 270/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o(a) senhor(a) **CLAUDINEI ALVES DA SILVA**,brasileiro(a) residente e domiciliado(a) na Rua Dois, Nº 09, Bairro: Jardim Universitario, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG 1466827-0 SSP/MT e CPF n.º 019.345.011-90, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

**DO OBJETO**

**Cláusula 1ª** O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do senhor **CLAUDINEI ALVES DA SILVA,** no cargo de **Guarda**, a que refere o Decreto nº_____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Buscando o Saber, com **carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais** em substituição aos servidores Izaias Hurtado Martins da Rocha e Sebastião Natalício Laia que usufruirão férias, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

**DO PRAZO**

**Cláusula 2ª** A referida Contratação por prazo determinado tem início em **02 de abril de 2018 a 31 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

**DO SALÁRIO**

**Cláusula 3ª** O Município pagará a título de salário o valor de R$ 657,92 (seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos) e mais

complemento salarial de R$ 279,08 (duzentos e setenta e nove reais e oito centavos) mensais.

**DOS SERVIÇOS DO CONTRATADO**

**Cláusula 4ª** Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

**DA FORMA DE PAGAMENTO**

**Cláusula 5ª** Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

**DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO**

**Cláusula 6ª** A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

**DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA**

**Cláusula 7ª** As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

| Órgão/ unidade | Projeto atividade | Natureza da despesa | Fonte de recursos | Unid. Orçamentária |
|---|---|---|---|---|
| 07.070.3.0 | 12.361.1004.2.070 | 3.1.90.04.00 | 0.1.19.00.00 Fundeb 40% | 077063 |

**DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE**

**Cláusula 8ª** Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste.

**DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA**

**Cláusula 9ª** Ao contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

**DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS**

**Cláusula 10ª** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico.

**Cláusula 11ª** Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

**DA RESCISÃO**

**Cláusula 12ª** A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

**Cláusula 13ª** Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

**Cláusula 14ª** Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

**Cláusula 15ª** Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 21 de março de 2018.

_____

CONTRATADO(A)

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

CONTRATANTE

**TESTEMUNHAS:**

**NOME:**_____

**RG:**_____

**CPF:** _____

**NOME:**_____

**RG:**_____

**CPF:** _____

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 388 DE 20 DE JUNHO DE 2018.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 26488 de 14 de junho de 2018,

**RESOLVEM:**

**Art.1º** Nomear o senhor **LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA**, para o cargo Comissionado de Coordenadoria Histórica Cultural, da Secretaria de Turismo e Cultura, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 14 de junho de 2018.

**Art.2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a nomeação no Decreto 008 de 05 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de junho de 2018.

**FRANCIS MARIS CRUZ**

**Prefeito Municipal de Cáceres**

**JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE**

**Secretário Municipal de Turismo e Cultura**

Afixado em: 20.06.18.

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES**
**PORTARIA N.º 152/2018**

**PORTARIA N.º 152/2018**

***"Dispõe sobre a concessão de Beneficio de Licença Maternidade em favor da senhora Alyne Carvalho de Souza Rodrigues".***

*A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 7º, Inciso "XVIII", da Constituição Federal; Art. 91 da Lei Complementar n.º 25/1997 de 27 de novembro de 1997; Art. 91 da Lei Complementar nº 94 de 21 de dezembro de 2011; Art. 26, § 2º da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005.*

***Resolve,***

***Art. 1º** Conceder o benefício de "Licença Maternidade" em favor da senhora **Alyne Carvalho de Souza Rodrigues,**portadora do CPF nº 036.154.351-41, efetiva no cargo de Tecnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, segurada deste regime de previdência, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 28/05/2018 a 24/09/2018, conforme o processo do PREVI CÁCERES n.º 070/2018.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 28/05/2018.*

*Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.*

*Cáceres - MT, 25 de Junho de 2018.*

*LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN*

*Diretora Executiva*

*Afixada em: 25.06.2018*

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES**
**PORTARIA N.º 146/2018**

PORTARIA N.º 146/2018

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Renan Tomaz Salomão**".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

***Resolve:***

***Art. 1º**Conceder o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Renan Tomaz Salomão**, portador do CPF nº. 049.079.941-84, *efetivo no cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 15/07/2018 a 14/08/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 067/2018.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos, a partir de 15/07/2018.*

*Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.*

Cáceres - MT, 25 de junho de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

*Afixada em: 25.06.2018*

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES**
**PORTARIA N.º 153/2018**

PORTARIA N.º 153/2018

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Jorgina da Rocha".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

***Resolve:***

***Art. 1º**Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Jorgina da Rocha,** portadora do CPF nº. 615.805.701-00, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotado na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 11/07/2018 a 09/09/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 112/2015.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos, a partir de 11/07/2018.*

*Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.*

*Cáceres - MT, 25 de junho de 2018.*

*LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN*

*Diretora Executiva*

*Afixada em: 25.06.2018*

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES**
**PORTARIA N.º 147/2018**

PORTARIA N.º 147/2018

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria Lucia Alves da Silva".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

***Resolve:***

***Art. 1º**Prorrogar o benefício de Auxílio Doença a servidora***Maria Lucia Alves da Silva,** portadora do CPF nº. 514.437.831-53, *efetiva no cargo de Atendente de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 04/06/2018 a 03/08/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 115/2017.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 04/06/2018.*

*Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.*

Cáceres - MT, 25 de junho de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

*Afixada em: 25.06.2018*

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 298 DE 21 DE JUNHO DE 2018.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 26773, de 19 de junho de 2018,

**RESOLVE**:

**Art.1º** Designar os servidores **WESLEY DE SOUSA LOPES e FELIPE LUIZ CACEFO ALFINO** como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra e o senhor **ANDRÉ FELIPE CAMPOS ARTIAGA** como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

| Nº Contrato | Contratado | Objeto | Data Assinatura Contrato | Vigência |
|---|---|---|---|---|
| 060/18 | GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELLI - EPP. | Contratação de empresa especializada em engenharia visando execução e obras de terraplanagem, pavimentação asfáltica em TSD e capa selante, drenagem superficial, sinalização viária e obras complementares, em trechos das ruas das anhumas, Tuiuiús e Travessa da Luz, bairro Vila Mariana, nesta cidade de Cáceres-MT. | 19/03/18 | 270 dias |

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Infraestrutura e Logística e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do senhor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 131 de 21 de março de 2018.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de junho de 2018.

**VALDECI RODRIGUES DA COSTA**

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Afixado em: 21.06.18.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

**CONVITE**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**A PREFEITURA DE CÁCERES**, através da Secretaria Municipal de Planejamento juntamente com os presidentes de bairro, tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública com o objetivo de elaborar o Planejamento Estratégico da Gestão: Lei Orçamentária Anual–LOA, para o exercício de 2019, instrumento de planejamento que organiza as ações de governo que resultam em bens e serviços para a população.

**Setor VI:** *Bairros*: Jardim Guanabara, Jardim Celeste, Nova Era, Cristo Rei.

**Local: SESC LER** (Rua Membeca, s/nº, Quadra 6, COC)

**Data:** 29/06/2018

**Horário:** 16:00h

**Francis Maris Cruz**

Prefeito Municipal

## GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 96/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **PAULO SEZA RIBEIRO MAGALHÃES** , brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Sete Copas , s/ nº, Bairro Massa Bairro, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1476377-0 SSP-MT e CPF n.º 980.070.411-68, daqui por diante denominado Contratado(a), com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

**DO OBJETO**

**Cláusula 1ª** O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **PAULO SEZA RIBEIRO MAGALHÃES,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em MATEMÁTICA, a que se refere o Decreto nº _____, de _____, para exercer suas funções na Escola Municipal Santa Catarina , com **carga horária de trabalho de 16 (DEZESSEIS) horas semanais** em substituição ao Henrique que está em readaptação de função, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

**DO PRAZO**

**Cláusula 2ª** A referida Contratação por prazo determinado tem início em **12 de março de 2018 e término em 21 de dezembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

**DO SALÁRIO**

**Cláusula 3ª** O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.379,29 (UM MIL, TREZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS) mensais.

**DOS SERVIÇOS O CONTRATADO**

**Cláusula 4ª** Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

**DA FORMA DE PAGAMENTO**

**Cláusula 5ª** Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

**DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO**

**Cláusula 6ª** A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

**DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA**

**Cláusula 7ª** As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

| Órgão/unidade | Projeto atividade | Natureza da despesa | Fonte de recursos | Unid. Orçamentária |
|---|---|---|---|---|
| 02.070.3.0 | 12.361.1004.2.068 | 3.1.90.04.00 | 0.1.18.00.00 FUNDEB 60% | 077064 |

**DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE**

**Cláusula 8ª** Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

**DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA**

**Cláusula 9ª** A contratado, obriga-se, ainda:

a)Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b)Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c)Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d)Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

**DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS**

**Cláusula 10ª** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

**Cláusula 11ª** Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

**DA RESCISÃO**

**Cláusula 12ª** A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

**Cláusula 13ª** Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

**Cláusula 14ª** Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

**Cláusula 15ª** Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 19 de março de 2018

CONTRATADO (A)

_____

**ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**

CONTRATANTE

**TESTEMUNHAS:**

**NOME:**_____

**RG Nº:**_____

**CPF Nº:**_____

**NOME:**_____

**RG Nº:**_____

**CPF Nº:**_____

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 387 DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 26111 de 14 de junho de 2018,

**RESOLVEM:**

**Art.1º** Nomear o senhor **WAGNER BRENTANI GOMES**, para o cargo Comissionado de Coordenadoria de Indústria e Comércio, da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 14 de junho de 2018.

**Art.2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de junho de 2018.

**FRANCIS MARIS CRUZ**

**Prefeito Municipal de Cáceres**

**JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE**

**Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico**

Afixado em: 19.06.18.

**GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONTRATO Nº 355/2018 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **WAGNER DIAS DE MOURA**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua dos Funcionários Públicos, nº 26, Bairro Cavalhada 3, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1251087-4 SSP-MT e CPF n.º 864.980.881-68, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

**DO OBJETO**

**Cláusula 1ª** O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **WAGNER DIAS DE MOURA,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em PEDAGOGIA, para exercer suas funções na Escola Municipal Marechal Rondon – Núcleo Sapiquá, com **carga horária de trabalho de 20 (VINTE) horas semanais** em substituição a professora Àvila Gutierres que está de licença maternidade, devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

**DO PRAZO**

**Cláusula 2ª** A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de maio de 2018 e término em 09 de novembro de 2018.**

PARAGRAFO ÚNICO: Poderá ser prorrogado o presente contrato por igual período, com justificativa da SME, dentro do período de vigência do Processo Seletivo.

**DO SALÁRIO**

**Cláusula 3ª** O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1, 759. 81 (UM MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS) mensais.

**DOS SERVIÇOS O CONTRATADO**

**Cláusula 4ª** Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

**DA FORMA DE PAGAMENTO**

**Cláusula 5ª** Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

**DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO**

**Cláusula 6ª** A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

**DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA**

**Cláusula 7ª** As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

| Órgão/unidade | Projeto atividade | Natureza da despesa | Fonte de recursos | Unid. Orçamentária |
|---|---|---|---|---|
| 02.070.3.0 | 12.361.1004.2.068 | 3.1.90.04.00 | 0.1.18.00.00 FUNDEB 60% | 077064 |

**DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE**

**Cláusula 8ª** Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

**DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA**

**Cláusula 9ª** A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

**DAS SANSOES ADMINISTRATIVAS**

**Cláusula 10ª** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

**Cláusula 11ª** Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

**DA RESCISÃO**

**Cláusula 12ª** A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

**Cláusula 13ª** Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

**Cláusula 14ª** Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

**Cláusula 15ª** Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 08 de maio de 2018.

CONTRATADO (A)

_____

**ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**

CONTRATANTE

**TESTEMUNHAS:**

**NOME:**_____

**RG Nº:**_____

**CPF Nº:**_____

**NOME:**_____

**RG Nº:**_____

**CPF Nº:**_____

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES**
**PORTARIA N.º 150/2018**

**PORTARIA N.º 150/2018**

***"Dispõe sobre a concessão de Beneficio de Licença Maternidade em favor da senhora Danielly Paula Santos Mezzomo".***

*A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 7º, Inciso "XVIII", da Constituição Federal; Art. 91 da Lei Complementar n.º 25/1997 de 27 de novembro de 1997; Art. 91 da Lei Complementar nº 94 de 21 de dezembro de 2011; Art. 26, § 2º da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005.*

***Resolve,***

***Art. 1º*** *Conceder o benefício de "Licença Maternidade" em favor da senhora* ***Danielly Paula Santos Mezzomo,*** *portadora do CPF nº 009.015.742-79, efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, segurada deste regime de previdência, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 25/04/2018 a 22/08/2018, conforme o processo do PREVI CÁCERES n.º 059/2018.*

***Art. 2º*** *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 25/04/2018.*

*Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.*

*Cáceres - MT, 25 de Junho de 2018.*

*LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN*

*Diretora Executiva*

*Afixada em: 25.06.2018*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 7.599 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018**

**PORTARIA Nº 7.599 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018**

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

**JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Nomear **LINDOMAR PIABA BENTO** como Fiscal das Atas de Registros de Preços nº 031, 032 e 033/2018 – celebrado entre o Município de Campinápolis e as Empresas **ROBERTO R. DA SILVA & CIA LTDA – ME, ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA – ME e AUTO PEÇAS FARIA COSTA LTDA – ME.**

**Parágrafo único –** No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º -** Esta Portaria entra orientações em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º -** Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 23 de fevereiro de 2018.

**JEOVAN FARIA**

Prefeito Municipal

**SETOR DE LICITAÇÕES**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2018**

**Contratante:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

**Contratada:** A J SILVERIO ME, CNPJ nº 70.426.762.0001-30.

**Objeto:** O presente instrumento tem por objeto prestação de serviços de hotelaria para o fornecimento de marmitex, refeições e pernoites.

**Valor Total:** R$ 39.935,50 (Trinta e nove mil novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos).

**Dotação:** 03.010.04.122.0001.2006.3390390000 RED. 0066

10.010.26.782.0001.2020.3390390000 RED. 0541.

**Vigência:** 15/05/2018 a 15/05/2019

**Assinam:** Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Ailton Jacinto Silvério – por parte da CONTRATADA.

**SETOR DE LICITAÇÕES**
**AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2018**

O Município de Campinápolis – MT, por meio de seu Pregoeiro, torna público que por meio do Pregão nº 23/2018 aderiu à Ata de Registro de Preços Nº 007/2018, oriunda do pregão presencial nº 001/2018, no sistema de registro de preços, cujo objeto é a aquisição de material permanente, imobiliário, equipamentos de climatização (ar condicionados) para atender à necessidade das secretarias municipal do município de Santo Antônio do Leverger-MT, conforme as especificações contidas no termo de referência do edital e em seus anexos, no valor global de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Campinápolis, 26/06/2018. Gilberto Francisco Ribeiro de Paula - Pregoeiro.

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 7.630 DE 23 DE MARÇO DE 2018**

**PORTARIA Nº 7.630 DE 23 DE MARÇO DE 2018**

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

**JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Nomear **SINDIANE GOMES DE ALMEIDA** como Fiscal do Contrato Administrativo nº 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043 e 044/2018 – celebrado entre o Município de Campinápolis e os prestadores de serviços **ALACIR JUVÊNCIO DE PAULA, ANALICE LUCIANO NUNES, EDMAR ALVES DE OLIVEIRA, JONECI PORTO MARTINS, JOSOÉ PEREIRA DOS SANTOS, MARIA PARECIDA BORGES DE OLIVEIRA FRANÇA, SAMUEL FERREIRA FERNANDES e WALDER FREIRE DE SOUZA.**

**Parágrafo único –** No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º -** Esta Portaria entra orientações em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º -** Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 23 de março de 2018.

**JEOVAN FARIA**

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 7.548 DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

**PORTARIA Nº 7.548 DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

**JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Nomear **VERA LUCIA DOS SANTOS** como Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 001/2018 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **A. SILVERIO GOMES - ME.**

**Parágrafo único –** No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º -** Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 24 de janeiro de 2018.

**JEOVAN FARIA**

Prefeito Municipal

**SETOR DE LICITAÇÕES**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2018.**

**Contratante:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

**Contratada** ALFA – COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 13.731.784/0001-70. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na comercialização de veículos e máquinas pesadas conforme detalhamento do termo convênio nº 846707/2017, observadas as especificações contidas no anexo I – termo de referência.

**Valor Total:** R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).

**Dotação:** 11.020.20.608.0016.1136.4490520000 – RED. 567 / Convênio: 846707/2017/Ministério da Integração Nacional/SUDAM; Código do Programa: 2060220170002; Nome do Programa: 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial – Ação 8902 – Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica. **Vigência:** 19/06/2018 a 01/11/2018.

**Assinam:** Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Valmir Gonçalves de Amorim – por parte da CONTRATADA.

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 7.621 DE 19 DE MARÇO DE 2018**

**PORTARIA Nº 7.621 DE 19 DE MARÇO DE 2018**

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

**JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Nomear **SUELI TEIXEIRA DE ALMEIDA** como Fiscal do Contrato Administrativo nº 035/2018 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **ELCIO MENDES DA SILVA ME.**

**Parágrafo único –** No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º -** Esta Portaria entra orientações em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º -** Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 19 de março de 2018.

**JEOVAN FARIA**

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 7.608 DE 06 DE MARÇO DE 2018**

**PORTARIA Nº 7.608 DE 06 DE MARÇO DE 2018**

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

**JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Nomear **ALVIMAR JUSTINO MARQUES** como Fiscal da ata de Registro de Preços nº 035/2018 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **AUTO POSTO REZENDÃO EIRELI - EPP.**

**Parágrafo único –** No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º -** Esta Portaria entra orientações em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º -** Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 06 de março de 2018.

**JEOVAN FARIA**

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 7.623 DE 19 DE MARÇO DE 2018**

**PORTARIA Nº 7.623 DE 19 DE MARÇO DE 2018**

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

**JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Nomear **RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS** como Fiscal do Contrato Administrativo nº 036/2018 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **A P DA SILVA MILTIEVENTOS - ME.**

**Parágrafo único –** No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º -** Esta Portaria entra orientações em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º -** Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 19 de março de 2018.

**JEOVAN FARIA**

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 7.600 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018**

**PORTARIA Nº 7.600 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018**

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

**JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Nomear **EUILDES LUCAS MACHADO** como Fiscal da Ata de Registro de Preços nº034/2018 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **NACYMAR DE JESUS CALDAS.**

**Parágrafo único –** No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º -** Esta Portaria entra orientações em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º -** Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 28 de fevereiro de 2018.

**JEOVAN FARIA**

Prefeito Municipal

**SETOR DE LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 058/2018.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018 – REGISTRO DE PREÇO**

**PROCESSO Nº 1548/2018**

Aos dez dias do mês de maio de 2018, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78. 630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **Jeovan Faria,** brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, institui a **Ata de Registro de Preços nº 058/2018** com a empresa **IPE AMARELO COMUNICAÇÃO MARKETING E PESQUISA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.054.923/0001-51, com sede na Rua Diogenes de Souza, 161, Bairro Alto Boa Vista – CEP. 38.280-000, em Iturama - MG, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por seu sócio administrador, Sr. **João dos Reis Severino**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de Identidade nº M 4.110.983 SSP/MG e do CPF/MF nº. 655.234.236-53, residente e domiciliado na Av. Mato Grosso, 388, Centro – CEP. 38.280-000, em Iturama - MG; nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/ 00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Campinápolis - MT nº 2.108/2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 014/2018, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

**1. CLÁUSULA PPRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é o Registro de Preços para a FUTURA E EVENTUALcontratação de empresa do ramo de prestação de serviços de assessoria de marketing e comunicação, compreendendo o acompanhamento de processo de criação, redação, fotografia, plano de comunicação, monitoramento de exposição na mídia e eventos e realização de pesquisa de opinião, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

**1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:**

| **IPÊ AMARELO COMUNICAÇÃO MARKETING E PESQUISA LTDA, CNPJ Nº 02.054.923/0001-51** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **SEQ.** | **COD.** | **DESCRIÇÃO** | **UNIDADE** | **QTDE.** | **VALOR UNIT.** | **TOTAL** |
| 1 | 85611 | Prestação de Serviços de Assessoria em Marketing, Publicidade, Fotografias, Redação, Plano de Comunicação, Monitoramento de Exposição na Mídia e Eventos. | UND | 12 | 8.800,00 | 105.600,00 |
| | 85612 | Prestação de Serviços de Pesquisa no Território Municipal (Duas vezes ao Ano) | UND | 02 | 6.000,00 | 12.000,00 |
| **TOTAL DO FORNECEDOR** | | | | | | **117.600,00** |

**CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO**

**6.1.** A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 014/2018.

**6.2.** A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Transporte, na pessoa do Sr. **Renato Régio Gonçalves dos Santos, conforme Portaria nº 7.670, de 10 de maio de 2018.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO**

**7.1.** Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de **R$ 117.600,00 (cento e dezessete mil e seiscentos reais).**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2018:

02.010.04.122.0001.2002.3390390000 - RED. 0023

**11.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

**12.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja como o local competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente desta Ata de Registro.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto Municipal nº. 2.108/2013 e demais normas aplicáveis;

**13.2.** A eficácia do presente Instrumento será providenciada pela Prefeitura Municipal de Campinápolis por meio da publicação do extrato da Ata de Registro no Diário Oficial dos Municípios – Jornal da AMM, nos moldes da Lei Federal 8.666/93.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para

um só efeito legal.

Campinápolis - MT, 10 de maio de 2018.

_____

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT**

CNPJ. 00.965.152/0001-29

**Jeovan Faria**

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

_____

**IPE AMARELO COMUNICAÇÃO MARKETING**

**E PESQUISA LTDA**

CNPJ nº. 02.054.923/0001-51

**João dos Reis Severino**

Sócio Administrador

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____ _____

CPF nº _____/_____/_____-____ CPF nº _____/_____/_____-____

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

### DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
### EXTRATO DE CONTRATO

***Contrato nº** 37/2018*

***Partes:*** Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X, **A.S. DE LEÃO PUBLICIDADES E EVENTOS ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.762.719/0001-71,.

***Objeto:*** O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção e assessoria em eventos para atender a realização do show artístico que será realizado no dia 03 de julho de 2018 referente às comemorações alusivas ao 30º Aniversário do Município.

**Dotação Orçamentária**

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Unidade: 002 – Departamento de Cultura

Programática: 05.002.13.391.0020.20023.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício

***Valor Total:** R$*97.000,00

***Prazo:*** 90 dias

***Data:** 26/06/*2018

***Procedimento Licitatório:*** Pregão Presencial RP nº 69/2018

***Secretaria:*** Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

### DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
### LEI Nº 1.936, DE 26 DE JUNHO DE 2018

Autoria: Poder Executivo Municipal

REVOGA A LEI Nº 1.623/2013 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL AO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR AR/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica revogada a Lei nº 1.623, de 19 de dezembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo Municipal a doar imóvel ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR-AR/MT, e dá outras providências**.**

***Art. 2º*** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

***Art. 3º*** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 26 dias do mês de junho de 2018.

**RAFAEL MACHADO**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN**

**Secretário Municipal de Administração**

### DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
### LEI Nº 1.935, DE 26 DE JUNHO DE 2018

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 86.500,00 E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DE R$ 57.410,00, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

**O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º**. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 86. 500,00 (oitenta e seis mil e quinhentos reais), nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço de dotação consignada no orçamento para o presente exercício, aprovada pela Lei nº 1.902/2017, nas seguintes classificações orçamentárias:

**09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**002. Departamento de Educação**

12. Educação

365. Educação Infantil

0007. Educação para a Vida Toda

**20068. Reforma de Escolas de Educação Infantil-EMEIS**

3.3.90.00.00.00. Aplicações Diretas

01.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício.....
...R$ 1.500,00

**10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**001. Fundo Municipal de Saúde**

10. Saúde

302. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

0010. MAC: Média e Alta Complexidade Hospitalar

**20091. Manutenção e Encargos das Ações da Média e Alta Complexidade**

3.3.50.00.00.00. Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

01.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício..... R$ 85.000,00

**TOTAL DO CRÉDITO..... .....R$ 86.500,00**

**Art. 2º.** Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial ou total com remanejamento e transposição, na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/64, das seguintes dotações orçamentárias:

**09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**002. Departamento de Educação**

12. Educação

365. Educação Infantil

0007. Educação para a Vida Toda

**20068. Reforma de Escolas de Educação Infantil-EMEIS**

4.4.90.00.00.00. Aplicações Diretas

01.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício..... ...R$ 1.500,00

**10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**001. Fundo Municipal de Saúde**

10. Saúde

302. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

0010. MAC: Média e Alta Complexidade Hospitalar

**20090. Aquisição de Bens Móveis, Utensílios e Equipamentos para Média e Alta Complexidade**

4.4.90.00.00.00. Aplicações Diretas

01.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício..... R$ 84.000,00

**20091. Manutenção e Encargos das Ações da Média e Alta Complexidade**

3.3.90.00.00.00. Aplicações Diretas

01.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício..... .R$ 1.000,00

**TOTAL DA ANULAÇÃO..... .....R$ 86.500,00**

**Art. 3º**. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 57. 410,00(cinqüenta e sete mil quatrocentos e dez reais), com as seguintes classificações orçamentárias:

**08. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**002. Departamento de Empreendedorismo, Agricultura Familiar e Comunidade Indígena**

20.Agricultura

606.Extensão Rural

0016. Agricultura Familiar e Cooperativismo

**2.0053.Apoio à Agricultura Familiar**

4.4.90.00.00.00. Aplicações Diretas

01.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício..... .R$ 47.410,00

3.3.50.00.00.00. Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

01.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício..... R$ 10.000,00

**TOTAL DO CRÉDITO.....R$ 57.410,00**

**Art. 4º.** Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial ou total com remanejamento e transposição na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, das seguintes dotações orçamentárias:

**08. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**002. Departamento de Empreendedorismo, Agricultura Familiar e Comunidade Indígena**

20. Agricultura

606. Extensão Rural

0016. Agricultura Familiar e Cooperativismo

**2.0053. Apoio à Agricultura Familiar**

3.3.90.00.00.00. Aplicações Diretas

01.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício..... .R$ 57.410,00

**TOTAL DA ANULAÇÃO..... .....R$ 57.410,00**

**Art. 5º**.As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.880, de 19 de julho de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 – LDO, e a Lei Municipal nº 1.902, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 – LOA.

**Art. 6º**. Altera-se o anexo “Emendas Parlamentares Individuais – Exercício Financeiro de 2018” da Lei Municipal nº 1.902, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 – LOA, passando o mesmo a vigorar com a redação do anexo desta Lei.

***Art. 7º***. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

***Art. 8º***. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 26 dias do mês de junho de 2018.

**RAFAEL MACHADO**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN**

**Secretário Municipal de Administração**

**Emendas Parlamentares Individuais**

**Exercício Financeiro de 2018**

| Nº | Programática | Finalidade | Vereador | Valor |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 10.001.10. 301.0009. 10046. | Recurso destinado a Secretaria de Saúde, para construção do Centro Municipal de Saúde. | Gilberto | R$ 84. 820,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 2 | 10.001.10.301.0009.10046. | Recurso destinado a Secretaria de Saúde, para construção do Centro Municipal de Saúde. | Vanderlei | R$ 94.820,00 |
| 3 | 10.001.10.301.0009.10046. | Recurso destinado a Secretaria de Saúde, para construção do Centro Municipal de Saúde | Rosiclea | R$ 94.820,00 |
| 4 | 10.001.10.301.0009.10046. | Recurso destinado a Secretaria de Saúde, para construção do Centro Municipal de Saúde. | Márcio | R$ 94.820,00 |
| 5 | 10.001.10.301.0009.10046. | Recurso destinado a Secretaria de Saúde, para construção do Centro Municipal de Saúde. | Wagner | R$ 94.820,00 |
| 6 | 10.001.10.302.0010.20090. | Recurso destinado a Secretaria de Saúde, para aquisição de equipamentos e materiais permanentes no Centro Hospitalar Parecis Euclides Horst, conforme necessidade | Cícero | R$ 57.410,00 |
| 7 | 10.001.10.302.0010.20090. | Recurso destinado a Secretaria de Saúde, para aquisição de equipamentos e materiais permanentes no Centro Hospitalar Parecis Euclides Horst, conforme necessidade. (RECURSO PARCIALMENTE DESTINADO PARA EMENDA DE Nº 35) | Antonia Aparecida | R$ 37.230,00 |
| 35 | 10.001.10.302.0010.20091 | Recurso destinado a Secretaria de Saúde, com a finalidade de fazer Termo de Fomento com a Associação Pró-Saúde, para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Centro Hospitalar Parecis Euclides Horst, conforme necessidade. | Antonia Aparecida | R$ 27.590,00 |
| 8 | 10.001.10.302.0010.20090 | Recurso destinado a Secretaria de Saúde, para aquisição de equipamentos e materiais permanentes no Centro Hospitalar Parecis Euclides Horst, conforme necessidade. (TOTAL DO RECURSO DESTINADO PARA EMENDA DE Nº 36) | Milton | |
| 36 | 10.001.10.302.0010.20091 | Recurso destinado a Secretaria de Saúde, com a finalidade de fazer Termo de Fomento com a Associação Pró-Saúde, para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Centro Hospitalar Parecis Euclides Horst, conforme necessidade. | Milton | R$ 57.410,00 |
| 9 | 10.001.10.302.0010.20090. | Recurso destinado a Secretaria de Saúde, para aquisição de equipamentos e materiais permanentes no Centro Hospitalar Parecis Euclides Horst, conforme necessidade. | Dionardo | R$ 28.710,00 |
| 10 | 10.001.10.301.0009.20087. | Recurso destinado a Secretaria de Saúde, com objetivo de adquirir equipamentos e materiais permanentes para os Postos de Saúde, conforme necessidade. | Dionardo | R$ 28.700,00 |
| 11 | 06.002.27.812.0019.20036. | Recurso destinado a Secretaria de Esporte e Lazer, a fim de subsidiar realizações e apoio a eventos esportivos no Município. | Vanderlei | R$ 20.000,00 |
| 12 | 06.002.27.812.0019.20036. | Recurso destinado a Secretaria de Esporte e Lazer, a fim de subsidiar realizações e apoio a eventos esportivos no Município. | Rosiclea | R$ 20.000,00 |
| 13 | 06.003.27.812.0019.20037. | Recurso destinado a Secretaria de Esporte e Lazer, a fim de subsidiar realizações e apoio a eventos esportivos no Município. | Márcio | R$ 20.000,00 |
| 14 | 06.003.27.812.0019.20037. | Recurso destinado a Secretaria de Esporte e Lazer, a fim de subsidiar realizações e apoio a eventos esportivos no Município. | Wagner | R$ 20.000,00 |
| 15 | 06.001.27.122.0002.10009. | Recurso destinado a Secretaria de Esporte, com objetivo de adquirir equipamentos e materiais permanentes, conforme necessidade. | Dionardo | R$ 7.410,00 |
| 16 | 07.001.04.122.0002.10010. | Recurso destinado a Secretaria de Infraestrutura, com objetivo de adquirir equipamentos e materiais permanentes, conforme necessidade. | Milton | R$ 3.410,00 |
| 17 | 05.001.13.122.0002.10007. | Recurso destinado com objetivo de adquirir equipamentos e materiais permanentes, conforme necessidade da Secretaria de Cultura e Turismo. | Gilberto | R$ 30.000,00 |
| 18 | 05.001.13.122.0002.10007. | Recurso destinado com objetivo de adquirir equipamentos e materiais permanentes, conforme necessidade da Secretaria de Cultura e Turismo. | Dionardo | R$ 10.000,00 |
| 19 | 08.002.20.606.0016.20053. | Recurso destinado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para construção de uma "Horta Modelo" do Programa de diversificação de Hábitos Alimentares. (Recurso Redirecionado Para A Emenda De Nº 37) | Cícero | - |
| 37 | 08.002.20.606.0016.20053. | Recurso destinado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de adquirir um veículo para atender a agricultura familiar. | Cícero | R$ 47.410,00 |
| 20 | 08.002.20.606.0016.20053. | Recurso destinado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, afim de equipar a Associação dos Feirantes e Pequenos Produtores de Campo Novo do Parecis. | Antonia Aparecida | R$ 10.000,00 |
| 21 | 08.002.20.606.0016.20053. | Recurso destinado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com a finalidade de fomentar a Agricultura Familiar no município,. | Milton | R$ 10.000,00 |
| 22 | 11.007.08.242.0013.20123. | Recurso destinado a Secretaria de Assistência Social, para firmar Termo de Fomento com a Associação Rotary Internacional, com o objetivo de adquirir cadeiras de rodas, muletas e afins. | Cícero | R$ 10.000,00 |
| 23 | 11.007.08.242.0013.20123. | Recurso destinado a Secretaria de Assistência Social, para firmar Termo de Fomento com a Associação Rotary Internacional, com o objetivo de adquirir cadeiras de rodas, muletas e afins. | Milton | R$ 10.000,00 |
| 24 | 02.005.06.183.0002.20008. | Recurso destinado a Secretaria, para reposição e manutenção das câmeras do sistema de monitoramento da cidade. | Dionardo | R$ 20.000,00 |
| 25 | 02.005.06.183.0002.20008. | Recurso destinado a Secretaria de Administração, para reposição e manutenção das câmeras do sistema de monitoramento da cidade. | Milton | R$ 10.000,00 |
| 26 | 09.002.12.367.0007.20070. | Recurso destinado a Secretaria de Educação, com a finalidade de complementar o Termo de Convênio do Município e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE. | Milton | R$ 14.000,00 |
| 27 | 09.002.12.361.0007.10039. | Recurso destinado a Secretaria de Educação, com o propósito de adquirir materiais permanentes e equipamentos para Escola Municipal Antônio Pereira, conforme necessidade da mesma. | Dionardo | R$ 10.000,00 |
| 28 | 09.002.12.365.0007.10041. | Recurso destinado a Secretaria de Educação, com objetivo de adquirir materiais permanentes e equipamentos para Escola Municipal de Educação Infantil Karine Maforte, conforme necessidade da mesma. | Antonia Aparecida | R$ 5.000,00 |
| 29 | 09.002.12.365.0007.10041. | Recurso destinado a Secretaria de Educação, com objetivo de adquirir materiais permanentes e equipamentos para Escola Municipal de Educação Infantil Jordana Araújo da Silva, conforme necessidade da mesma. | Antonia Aparecida | R$ 5.000,00 |
| 30 | 09.002.12.365.0007.20068. | Recurso destinado a Secretaria de Educação, com objetivo de reformar as instalações da cozinha na Escola Municipal de educação Infantil Karine Maforte. | Antonia Aparecida | R$ 25.000,00 |
| 31 | 09.002.12.365.0007.20068. | Recurso destinado a Secretaria de Educação, com objetivo de reformar as instalações da cozinha na Escola Municipal de educação Infantil Jordana Araújo da Silva. (TOTAL DO RECURSO REDIRECIONADO PARA EMENDA DE Nº 30) | Antonia Aparecida | - |
| 32 | 11.004.08.243.0013.20118. | Recurso destinado a fim de firmar Termo de Convênio do Município e a Associação dos Servidores Penitenciários de Campo Novo do Parecis - AGEM. | Milton | R$ 10.000,00 |
| 33 | 11.004.08.243.0013.20118. | Recurso destinado a fim de firmar Termo de Convênio do Município e a Associação dos Servidores Penitenciários de Campo Novo do Parecis - AGEM. | Dionardo | R$ 10.000,00 |
| 34 | 11.004.08.243.0013.20118. | Recurso destinado a fim de firmar Termo de Convênio do Município e a Associação dos Servidores Penitenciários de Campo Novo do Parecis - AGEM, com objetivo de aquisição de uniformes e coturnos. | Antonia Aparecida | R$ 5.000,00 |
| Total das Emendas Individuais para o Exercício Financeiro de 2018 | | | | R$ 1.033.380,00 |

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**LEI Nº 1.934, DE 26 DE JUNHO DE 2018**

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 60.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 60. 000,00 (sessenta mil reais), nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço de dotação consignada no orçamento para o presente exercício, aprovada pela Lei nº 1.902/2017, na seguinte dotação orçamentária:

**10.SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10. SAÚDE

301. Atenção Básica

0009. Saúde – Atenção Básica

**20089. Assistência Odontológica à População**

3.3.90.00.00.00. **Aplicações Diretas**

01.14.011000000 - Transferências de Recursos do SUS-PSF Programa Saúde Bucal..... .... R$ 60.000,00

**Art. 2º** Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial com remanejamento e transposição, na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/64, da seguinte dotação orçamentária:

**10.SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10. SAÚDE

301. Atenção Básica

0009. Saúde – Atenção Básica

**20087. Aquisição de Bens, Móveis e Utensílios da Atenção Básica**

4.4.90.00.00.00. **Aplicações Diretas**

01.14.011000000 - Transferências de Recursos do SUS-PSF Programa Saúde Bucal..... R$ 60.000,00

**Art. 3º** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.880, de 19 de julho de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 – LDO, e a Lei Municipal nº 1.902, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 – LOA.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 26 dias do mês de junho de 2018.

**RAFAEL MACHADO**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN**

**Secretário Municipal de Administração**

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**LEI Nº 1.933, DE 26 DE JUNHO DE 2018**

Autoria: Poder Executivo Municipal

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DE R$ 175.141,61, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º**. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 175.141,61 (cento e setenta e cinco mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e um centavos), com as seguintes classificações orçamentárias:

**08. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**002. Departamento de Empreendedorismo, Agricultura Familiar e Comunidade Indígena**

20. Agricultura

606. Extensão Rural

0016. Agricultura Familiar e Cooperativismo

**2.0053. Apoio à Agricultura Familiar**

4.4.90.00.00.00. Aplicações Diretas

**01.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício..... .....R$ 4.061,50**

**0.3.24.054000 - Outros Convênios com a União não Relacionados com a Educação - Exercícios Anteriores..... .....R$ 168.738,62**

**0.1.24.038000 - Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências de Convênios ..... .....R$ 2.341,49**

**TOTAL DO CRÉDITO..... R$ 175.141,61**

**Art. 2º.** Para dar cobertura ao crédito especial aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos por Superávit Financeiro na forma do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº. 4320/64 no valor de R$ 168.738,62 e por anulação total com remanejamento e transposição na forma do art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64 no valor de R$ 6.402,99, das seguintes dotações orçamentárias:

**07. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

**002. Departamento de Desenvolvimento Urbano**

**15. Urbanismo**

**451. Infra-Estrutura Urbana**

**0005. Obras Públicas de Qualidade, Direito de Todos**

**20128. Manutenção e Encargos Com a Infraestrutura**

3.3.90.00.00.00. Aplicações Diretas

**0.1.24.038000 - Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências de Convênios ..... .....R$ 2.341,49**

**08. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**002. Departamento de Empreendedorismo, Agricultura Familiar e Comunidade Indígena**

20. Agricultura

606. Extensão Rural

0016. Agricultura Familiar e Cooperativismo

**2.0053. Apoio à Agricultura Familiar**

3.3.90.00.00.00. Aplicações Diretas

**01.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício.....R$ 4.061,50**

**TOTAL DA ANULAÇÃO.....R$ 6.402,99**

**Art. 3º**.As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.880, de 19 de julho de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 – LDO, e a Lei Municipal nº 1.902, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 – LOA.

**Art. 4º**. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º**. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 26 dias do mês de junho de 2018.

**RAFAEL MACHADO**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN**

**Secretário Municipal de Administração**

---

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2018**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017.

**CONSIDERANDO:** o Memorando nº 794 datado de 19 de junho de 2018, proveniente da Secretaria Municipal de Educação.

**C O N V O C A**

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado, deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 7h às 11h e de 13h às 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 002/2017.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: **AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA**

| | CANDIDATO |
|---|---|
| 62° | GEOVANE PEREIRA DA SILVA |

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 25 dias do mês de junho de 2018.

**RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal**

**CPF nº 929.162.010-68**

---

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**AVISO DE RESULTADO PP 060 2018**

**AVISO DE RESULTADO**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 060/2018, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção em funilaria e pintura automotiva, com todos os materiais necessários para a execução dos serviços, para atender os veículos da frota da Prefeitura Municipal, teve como vencedora a empresa: POLO CHAPEACAO DE VEICULOS LTDA - ME, com o valor total de R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).**

Campo Novo do Parecis - MT, 26 de junho de 2018.

_____

**Leandro Nery Varaschin**

Pregoeiro

---

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085_2018 - POLO CHAPEACAO DE VEICULOS LTDA - ME - FUNILARIA 2**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº** 085/2018

**PREGÃO PRESENCIAL: N° 60/2018– REGISTRO DE PREÇOS**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

**FORNECEDOR**: POLO CHAPEACAO DE VEICULOS LTDA - ME

**VIGÊNCIA**: 12 meses, contados a partir de sua publicação

**OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção em funilaria e pintura automotiva, com todos os materiais necessários para a execução dos serviços, para atender os veículos da frota da Prefeitura Municipal**

VALOR TOTAL: R$ 216.000,00

---

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**PORTARIA Nº 321, DE 25 DE JUNHO DE 2018**

RETIFICA A PORTARIA Nº 315, DE 21 DE JUNHO DE 2018, QUE CONCEDEU LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA CLEONICE DE SOUZA BATISTA.

---

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**EXTRATO DE ADITAMENTO**

***Aditivo nº*** 001 ao Contrato de Prestação de Serviço nº 42/2017

***Partes:*** Município de Campo Novo do Parecis x **FACILITA – GESTÃO PÚBLICA BRASIL EIRELI – ME**,inscrita no CNPJ sob n° 17.286.917/0001-05.

***Objeto:*** Prorroga-se a vigência do contrato por mais um período de 12 (doze) meses, com início em 29 de junho de 2018 e término em 28 de junho de 2019.

**Dotações:**

Órgão: 10. Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001. Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.122.0008.20084.3.3.90.35.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários – Exercício

**Valor:** 114.000,00

***Data:*** 26/06/2018

***Procedimento Licitatório:*** **Pregão n° 063/2017**

*Secretaria de Saúde*

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**TERMO DE FOMENTO Nº 007/2018**

**TERMO DE FOMENTO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A ASSOCIAÇÃO ABRIGO PELUDOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - AAPCNP PARA TRATAMENTO E DEFESA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, ABANDONADOS E VÍTIMAS DE MAUS TRATOS.**

O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.772.287/0001-36, com sede na Av. Mato Grosso, nº 66-NE, centro, neste ato representado pelo Sr. **RAFAEL MACHADO,** brasileiro, em união estável, portador do RG nº 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui, 90-NE, Bairro Alvorada, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, neste ato denominado como **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e do outro lado a **ASSOCIAÇÃO ABRIGO PELUDOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - AAPCNP**, entidade inscrita sob o CNPJ 21.896.036/0001-75, com sede neste município, na Rua Rouxinol, quadra 426, chácara 36, Bairro Jardim das Palmeiras, neste ato representado pela sua presidente, Sra. **AUDREY SIENDRA MEZZOMO GIACOMET**, inscrita no CPF sob o nº 554.278.989-72, residente e domiciliada na Avenida Florianópolis, n° 316-SE, Centro, neste ato denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO** para que a entidade preste serviços para o tratamento e defesa dos animais domésticos em situação de vulnerabilidade, conforme as condições no plano de trabalho, anexo, decorrentes da **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2018**, observadas as normas e disposições estabelecidas na Lei nº 13.019/2014, e demais normas pertinentes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** - O objeto do presente Fomento tem por finalidade firmar parceria por interesse público com a entidade Associação Abrigo Peludos de Campo Novo do Parecis – AAPCNP, na atuação e associação de esforços, para o tratamento e defesa dos animais domésticos que se encontram em vulnerabilidade, abandonados e em situações de maus tratos e participando do controle das zoonose. Auxiliar nas despesas de manutenção da entidade, remuneração pessoal especializado e manutenção e reparos predial do abrigo, de acordo com as especificações constantes no Anexo I - Planos de Trabalho, as quais a **ASSOCIAÇÃO ABRIGO PELUDOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - AACNP** se declara em condições de prestar o serviço, em estrita observância com o indicado nas Especificações, na modalidade TERMO DE FOMENTO.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

**2.1** - Os recursos serão disponibilizados em conformidade com as Leis Federais 13.019/2014, 13.204/2015, 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 e Decreto Municipal nº 141/2016, com dotação orçamentária especifica.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**3.1 – ASSOCIAÇÃO ABRIGO PELUDOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS – AAPCNP.**

3.1.1 - Transitar os recursos em conta bancária da **ASSOCIAÇÃO ABRIGO PELUDOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS – AAPCNP**, exclusiva para cumprimento do termo de fomento;

3.1.2 - Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente termo e seu anexo;

3.1.3 - Prestar contas dos recursos recebidos na forma de estabelecido na Lei 4.320/64 e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

3.1.4 - Fornecer dados complementares ao Município de Campo Novo do Parecis, sempre que solicitado e contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente termo;

3.1.5 - Excluir a Administração Pública de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto do presente Termo.

3.1.6 - Prestar contas finais dos recursos recebidos em até 30 (trinta dias) do término da vigência da parceria;

3.1.7 - Dar ampla publicidade divulgando em seu sitio eletrônico ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria, valores recebidos e a prestação de contas;

3.1.8 – Desenvolver as seguintes atividades:

a) atendimento de apoiando no desenvolvimento de programas de acolhimento a pessoa portadora de deficiência física. Deverá dispor ainda de local físico adequado para a parceria estabelecida.

**3.2 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

3.2.1 - Neste Termo de Fomento, a Administração Pública terá como Gestor/Agente Fiscalizador o Sr. Cidirlei Felipe, Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária, Portaria 319/2017, CPF nº 815.606.489-53, matrícula funcional nº 3708, a quem competirá:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) Informar o superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução da parceria e irregularidades na prestação de contas, e sobre as providências para solucioná-las;

c) Emitir o Parecer Técnico conclusivo de análise das contas, fundamentado no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;

3.2.2 - Itens obrigatórios no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria:

a) descrição sucinta das atividades e metas pactuadas;

b) análise das atividades e metas realizadas, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) relação entre valores transferidos e valores comprovadamente utilizados;

d) menção aos valores pagos na forma do art. 54 da Lei 13.019/2014 (por exceção, sem transferência eletrônica), custos indiretos, remanejamentos autorizados, sobras de recursos financeiros, aplicações e valores devolvidos, se houver;

e) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas na prestação de contas;

f) análise das auditorias realizadas pelos controles internos.

3.2.3 - Responderão solidariamente o Gestor e a Comissão de Monitoramento e Avaliação por fatos inverídicos.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR e DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1** - A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** repassará a **ASSOCIAÇÃO ABRIGO PELUDOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - AAPCNP**, o fomento o montante de R$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais), que serão desembolsado em 12 parcelas mensais e consecutivas de R$ 9.833,33 (nove mil e oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) a cargo da Secretaria Municipal de Saúde.

**4.2** - As despesas e os repasses financeiros efetuados, decorrentes da execução do presente Termo de Fomento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**Órgão:** Secretaria Municipal de Saúde

**Unidade:** 001 - Fundo Municipal de Saúde

**Programática**: 10.001.10.305.0012.20102.3.3.50.41.00.00

**Fonte de Recurso:** 0.1.02.000000 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde - Exercício

**CLÁUSULA QUINTA – DO PLANO DE TRABALHO E DO DESEMBOLSO**

**5.1** - O pagamento será efetuado conforme plano de trabalho em anexo, em 12 parcelas mensais e consecutivas.

**5.2** - Os valores fixados a partir da assinatura deste TERMO, não serão reajustados, e serão repassados conforme a relação da tabela abaixo:

| Nº | Competência | Data do Repasse | Valor R$ |
|---|---|---|---|
| 01 | Junho/2018 | Até 30 de Junho/2018 | 9.833,33 |
| 02 | Julho/2018 | Até 10 de Julho /2018 | 9.833,33 |
| 03 | Agosto/2018 | Até 10 de Agosto/2018 | 9.833,33 |
| 04 | Setembro/2018 | Até 10 de Setembro /2018 | 9.833,33 |
| 05 | Outubro/2018 | Até 10 de Outubro/2018 | 9.833,33 |
| 06 | Novembro/2018 | Até 10 de Novembro/2018 | 9.833,33 |
| 07 | Dezembro/2018 | Até 10 de Dezembro/2018 | 9.833,33 |
| 08 | Janeiro/2019 | Até 10 de Janeiro/2019 | 9.833,33 |
| 09 | Fevereiro/2019 | Até 10 de Fevereiro/2019 | 9.833,33 |
| 10 | Março/2019 | Até 10 de Março/2019 | 9.833,33 |
| 11 | Abril/2019 | Até 10 de Abril/2019 | 9.833,33 |
| 12 | Maio/2019 | Ate 10 de Maio/2019 | 9.833,37 |
| | **TOTAL** | | **118.000,00** |

**CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO TERMO**

**6.1** - O presente termo terá vigência de 22 junho de 2018 a 22 maio de 2019, podendo ser prorrogado por interesse da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, desde que solicitado pela **ASSOCIAÇÃO ABRIGO PELUDOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - AAPCNP**, devidamente formalizada e justificada a ser apresentada à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA em no mínimo 30 dias antes do término do inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto deste termo.**

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**7.1** - A inexecução total ou parcial do presente Termo ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Plano de Trabalho enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, e Decreto Municipal nº 141/2016.

**7.2** – A rescisão poderá dar-se mediante acordo das partes.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES**

**8.1** – **ASSOCIAÇÃO ABRIGO PELUDOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - AAPCNP**

8.1.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, à Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo;

8.1.2 - As despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a empregados da **ASSOCIAÇÃO ABRIGO PELUDOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - AAPCNP** no desempenho dos serviços para o cumprimento deste termo, ficando ainda a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

**8.2 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

8.2.1 - Acompanhar a execução do termo, zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

**9.1** - advertência;

**9.2** - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**9.3** - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **ASSOCIAÇÃO ABRIGO PELUDOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - ADCANP** ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II do Art. 73 da Lei 13.019/2014.

**9.4 -** A sanção estabelecida no item 9.3, conforme o caso, é facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**10.1** - A execução deste Termo será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e pela comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 141/2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

**11.1** - Será de responsabilidade da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, providenciar a publicação deste Termo por extrato no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso, nos termos da legislação vigente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES**

**12.1** - Este Termo poderá ser alterado ou prorrogado, nos casos previstos pelo disposto na Lei n.º 13.019/2014, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

**13.1** - Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

**14.1** - Fica eleito o FORO da Comarca de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas deste Termo de Fomento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1** - Integram este Termo, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, o Anexo I.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas e será arquivado no Departamento Legislativo deste Município.

Campo Novo do Parecis/MT, em 22 de junho de 2018.

**RAFAEL MACHADO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**AUDREY SIENDRA MEZZOMO GIACOMET**

**PRESIDENTE DA AAPCNP**

Testemunhas:

1) _____ CPF nº _____

2) _____ CPF nº _____

* REPUBLICADO PARA CORREÇÃO*

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**DECRETO EXECUTIVO Nº 8 DE 18 DE JANEIRO DE 2018.**

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.902 de 21/12/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 1.438.565,04 (Um milhão e quatrocentos e trinta e oito mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

| | | |
|---|---|---|
| **07** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA** | |
| 004.15.451.0005.10018 | PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIAS URBANAS | |
| 4490000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 1.438.565,04 |
| | **TOTAL** | **1.438.565,04** |

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes de excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo 43, do §1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.880, de 19 de julho de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.902, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 –LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 18 de janeiro de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

* REPUBLICADO PARA CORREÇÃO*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**
**PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

**DANIEL FERRAZZO , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 09 da QUADRA 04, LOCALIZADO NA AV MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.**

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**RESULTADO DO PREGÃO Nº 071/2018**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO Nº 071/2018 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, em que sagraram-se vencedoras as empresas: J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA – ME, CNPJ 03.349.265/0001-98, com o total de R$ 122.499,00 (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais); S. J. G. PAGANINI COMÉRCIO – EPP, CNPJ 04.193.497/0001-62, com R$ 155.714,00 (cento e cinquenta e cinco mil setecentos e quatorze reais); ATIVA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA – ME, CNPJ 10.469.118/0001-17, com R$ 94.560,00 (noventa e quatro mil quinhentos e sessenta reais); MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI – EPP, CNPJ 08. 436.811/0001-41, com R$ 98.300,00 (noventa e oito mil e trezentos reais); e COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI – ME, CNPJ 09.542.453/ 0001-14, com R$ 230.014,00 (duzentos e trinta mil e quatorze reais). Campo Verde, 26 de junho de 2018. Leila Gubert – Pregoeira.

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 193/2018**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: S. J. G. PAGANINI – COMÉRCIO – EPP, CNPJ 04.193.497/0001-62

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - PREGÃO Nº 071/2018. VIGÊNCIA: 26/06/2018 À 26/06/2019

LOTE 06

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 06 | ABACAXI PÉROLA | 1.000 UND | IN NATURA | R$ 3,06 | R$ 3.060,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 3.060,00 (TRÊS MIL E SESSENTA REAIS). | | | | | |

LOTE 07

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 07 | ABOBRINHA VERDE (MÉDIA) | 2.000 KG | IN NATURA | R$ 2,56 | R$ 5.120,00 |
| TOTAL DO LOTE – R$ 5.120,00 (CINCO MIL CENTO E VINTE REAIS). | | | | | |

LOTE 08

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 08 | ALHO GRAÚDO | 800 KG | IN NATURA | R$ 14,28 | R$ 11.424,00 |
| TOTAL DO LOTE – R$ 11.424,00 (ONZE MIL QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS). | | | | | |

LOTE 09

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 09 | BANANA DA TERRA | 2.000 KG | IN NATURA | R$ 3,00 | R$ 6.000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS). | | | | | |

LOTE 10

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 10 | BATATA DOCE | 800 KG | IN NATURA | R$ 1,90 | R$ 1.520,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE – R$ 1.520,00 (UM MIL QUINHENTOS E VINTE REAIS). | | | | | |

LOTE 19

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 24 | CHEIRO VERDE | 2.000 MAÇO | IN NATURA | R$ 0,89 | R$ 1.780,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE – R$ 1.780,00 (UM MIL SETECENTOS E OITENTA REAIS). | | | | | |

LOTE 26

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 32 | MAMÃO FORMOSA | 5.000 KG | IN NATURA | R$ 2,89 | R$ 14.450,00 |
| 33 | MAMÃO PAPAIA | 500 KG | IN NATURA | R$ 4,28 | R$ 2.140,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE – R$ 16.590,00 (DEZESSEIS MIL QUINHENTOS E NOVENTA REAIS). | | | | | |

LOTE 28 - (25% LOTE 27 – EXCLUSIVO MICROEMPRESAS

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 34.1 | MAÇÃ NACIONAL | 7.500 KG | IN NATURA | R$ 3,48 | R$ 26.100,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE – R$ 26.100,00 (VINTE E SEIS MIL E CEM REAIS) | | | | | |

LOTE 29

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 35 | MELANCIA | 2.000 KG | IN NATURA | R$ 1,34 | R$ 2.680,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE – R$ 2.680,00 (DOIS MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS). | | | | | |

LOTE 31

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 37 | OVOS SELECIONADOS TIPO BRANCO CLASSE A | 8.000 DÚZIAS | IN NATURA | R$ 4,11 | R$ 32.880,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE – R$ 32.880,00 (TRINTA E DOIS MIL OITOCENTOS E OITENTA REAIS). | | | | | |

LOTE 32

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 38 | REPOLHO VERDE | 4.000 KG | IN NATURA | R$ 2,21 | R$ 8.840,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE – R$ 8.840,00 (OITO MIL OITO OITOCENTOS E QUARENTA REAIS). | | | | | |

LOTE 35

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 41 | TOMATE MADURO | 4.000 KG | IN NATURA | R$ 3,93 | R$ 15.720,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE – R$ 15.720,00 (QUINZE MIL SETECENTOS E VINTE REAIS) | | | | | |

LOTE 38

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 44 | MELÃO AMARELO | 8.000 KG | IN NATURA | R$ 3,00 | R$ 24.000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE – R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS). | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 155.714,00 (CENTO E CINQUENTA E CINCO MIL SETECENTOS E QUATORZE REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

CAMPO VERDE, 26 DE JUNHO DE 2018.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
**TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº 081/2017**

**O MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça dos Três Poderes, n° 03, CEP 78840-000, Campo Verde, MT, inscrito no CNPJ no 24.950.495/0002-69, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal**, Fábio Schroeter**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Campo Verde - MT, portador da Carteira de Identidade no 3296068-5 SSP/PR, CPF no 346.080.601-04, com fundamento no artigo 37, § 4º, da Constituição Federal e, também, nos artigos 1º, inciso IV, e 5º, incisos III, ambos da Lei n.º 7.347/85 c/c os ditames estatuídos na Lei n. 8.429/1992, há por bem **rescindir** o Contrato Administrativo nº 081/2017 - CONCESSÃO ONEROSA DE USO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO (QUIOSQUE 06 - PRAÇA JOÃO PAULO II), firmado com a empresa **TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS,** microempreendedora individual, inscrita no CNPJ sob n°. 28.635.095/0001-39, portadora da cédula de identidade RG nº 10887571 SSP/MT e do CPF nº 890.429.211-53, com endereço comercial na Avenida Brasil, s/n, quiosque 06, centro, CEP 78840-000, cidade de Campo Verde-MT, residente e domiciliada na Rua Rondônia, nº 418, bairro São Lourenço, CEP 78840-000, cidade de Campo Verde-MT, pelas seguintes razões:

CONSIDERANDO, o dever da Administração Pública em apurar eventuais fatos capazes de interferir na segurança de seus atos e na regularidade de seus contratos que viabilizam a prestação dos serviços públicos essenciais à coletividade, sem prejuízo do zelo administrativo em manter seus atos nos estribos dos princípios administrativos encartadas na Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO razões de interesse público, de alta relevância, opera-se tal rescisão com supedâneo no art. 78, I, II, c/c art. 79, I, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONSIDERANDO que foi garantido o contraditório prévio nos termo do art. 78, parágrafo único, da lei nº 8.666/93.

**Resolve:**

CLÁUSULA 1ª – Rescindir unilateralmente o Contrato n.º 081/2017 - CONCESSÃO ONEROSA DE USO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO (QUIOSQUE 06 - PRAÇA JOÃO PAULO II).

PARÁGRAFO ÚNICO – Pelo presente instrumento de distrato unilateral, por razões de interesse público e de alta relevância e amplo conhecimento, esposadas nas considerações do preâmbulo do presente instrumento, fica a sua eficácia convalidada a contar da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA 2ª – Referendado pelo que dispõe a cláusula primeira, revogam-se as disposições em contrário, considerando extintas as obrigações assumidas e convencionadas no contrato originário da licitação pertinente pelo Poder Público municipal em decisão administrativa originária do processo administrativo n? 08/2018.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo Prefeito Municipal de Campo Verde – MT.

Campo Verde-MT, 21 de junho de 2018.

**FÁBIO SCHROETER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 194/2018**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: ATIVA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA – ME, CNPJ 10.469.118/0001-17

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - PREGÃO Nº 071/2018.

VIGÊNCIA: 26/06/2018 À 26/06/2019

LOTE 03

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 03 | AMENDOIM CRU SEM CASCA TIPO 1 EMBALAGEM DE 500 GR. | 2.000 UND | DIODORO | R$ 5,04 | R$ 10.080,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 10.080,00 (DEZ MIL E OITENTA REAIS). | | | | | |

LOTE 04

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 04 | AMIDO DE MILHO EMBALAGEM DE 1 KG | 2.000 UND | AMAFIL | R$ 4,94 | R$ 9.880,000 |
| TOTAL DO LOTE – R$ R$ 9.880,000 (NOVE MIL OITOCENTOS E OITENTA REAIS) | | | | | |

LOTE 15

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/ UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 16 | BISCOITO ROSCA SABOR COCO, EMBALAGEM DE 800 GRAMAS, MARCAS APROVADAS (RANCHEIRO, MABEL) | 9.000 UND | RANCHEIRO | R$ 7,19 | R$ 64. 710,00 |
| TOTAL DO LOTE – R$ 64.710,00 (SESSENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS E DEZ REAIS) | | | | | |

LOTE 25

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 31 | MILHO PARA CANJICA AMARELA TIPO 1 EMBALAGEM DE 500 GR. | 2.000 UND | DIODORO | R$ 1,83 | R$ 3.660,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 3.660,00 (TRÊS MIL SEISCENTOS E SESSENTA REAIS) | | | | | |

LOTE 34

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 40 | TEMPERO COMPLETO SEM PIMENTA EMBALAGEM DE 1 KG | 1.000 UND | DIODORO | R$ 5,00 | R$ 5.000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE – R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) | | | | | |

LOTE 37

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 43 | NÓS MOSCADA EMBALAGEM DE 8 GRAMAS | 200 UND | DIODORO | R$ 1,50 | R$ 300,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 300,00 (TREZENTOS REAIS). | | | | | |

LOTE 44

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 50 | CONSERVA DE MILHO E ERVILHA (DUETO), PESO LÍQUIDO DE 300 GRAMAS | 500 UND | STELLA | R$ 1,86 | R$ 930,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 930,00 (NOVECENTOS E TRINTA REAIS) | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 94.560,00 (NOVENTA E QUATRO MIL QUINHENTOS E SESSENTA REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

CAMPO VERDE, 26 DE JUNHO DE 2018.

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE**

Campo Verde-MT, 21 de junho de 2018.

*Referência: Processo Administrativo 07/2018 – Aplicação de PENALIDADE – DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.*

**DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO**

Tendo em vista o que consta do presente processo administrativo e considerando, ainda, o conhecimento que tenho quanto a situação fática referente a entrega dos itens contidos nas Atas de Registro de Preços n° 120/2017, 146/2017, 236/2017 e 304/2017, firmado com a empresa DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, em abono aos princípios do contraditório e ampla defesa, passo a analisar os fatos relacionados à infração contratual no que tange ao descumprimento das obrigações assumidas nas Atas de Registro de Preços, conforme se verifica da documentação que instrui o presente processo.

Regularmente notificada, a empresa apresentou defesa prévia.

Consultada, a Procuradoria Jurídica do Município manifestou-se pela possibilidade de aplicação das penalidades previstas na ata de registro de preços e em lei.

***É o relato do essencial.***

***Passo à análise.***

É sabido que as sanções administrativas somente podem ser aplicadas dentro de processo administrativo, instaurado por ato administrativo de autoridade competente, onde se garanta a ampla defesa e o contraditório (garantias constitucionais) ao contratado que supostamente incidiu em falta contratual.

O ato administrativo de instauração deve conter a identificação dos autos do processo administrativo original da licitação ou do contrato, a menção às disposições legais aplicáveis ao procedimento para apuração de responsabilidade. O contratado deve ser notificado para se defender, seguindo o processo até decisão final fundamentada, o que foi devidamente atendido no caso em tela.

A Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 87, da Lei nº 8.666/93, dispõe que pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração por prazo superior a 2 anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Ressalta que, conforme o parágrafo segundo do citado artigo, as sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.

A multa é penalidade pecuniária tendo por causa descumprimento de dever legal ou contratual.

No caso sob exame, é patente que a empresa infringiu as suas obrigações contratuais insertas na ata de registro de preços, conforme fazem provas os documentos que instruem o presente processo administrativo.

De fato, resta demonstrado que houve execução deficiente/má execução do contrato firmado, ensejando no descumprimento do ajuste firmado por culpa da licitante. O descumprimento dessas obrigações, constituem infração contratual, caracterizando a INEXECUÇÃO do contrato, o que ensejou a rescisão unilateral por parte da Administração Pública.

Feitas as necessárias considerações, tenho por certo que deve-se aplicar ao Contratado justa e proporcional penalidade.

Nesse sentido, a multa prevista no art. 87 possui natureza penal, uma vez que é aplicável quando do inadimplemento contratado, o que de fato vem ocorrendo. Sendo que, o valor da multa está devidamente previsto no instrumento convocatório e no contrato, constando, inclusive, o percentual a ser aplicado, portanto, de pleno conhecimento do contratado.

Ressalta-se ainda que a multa pode ser aplicada cumulativamente com outras sanções, conforme autoriza o parágrafo 1°, do art. 86, da Lei n° 8. 666/93.

Assim, entendo necessária a aplicação da penalidade de **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano**, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei n° 8.666/93.

Por todo o exposto, **decido** pela aplicação das seguintes penalidades ao CONTRATADO;

a) **multa de 01% (um por cento) sobre o valor total atualizado das atas de registro de preços (ata nº 120/2017, 146/2017, 236/2017 e 304/2017), nos moldes da cláusula décima, item 2, "b", do ajuste administrativo;**
b) **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano.**

Ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito, podendo ser consultado no Paço Municipal.

Às providências.

**FABIO SCHROETER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 195/2018**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI – EPP, CNPJ 08.436.811/0001-41

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - PREGÃO Nº 071/2018.

VIGÊNCIA: 26/06/2018 À 26/06/2019

LOTE 01

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | AÇÚCAR MASCAVO EMBALAGEM DE 1 KG | 50 UND | DOCE BEM | R$ 9,80 | R$ 490,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 490,000 (QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS). | | | | | |

LOTE 14

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/ UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 15 | BISCOITO CREAM CRACKER (SAL), EMBALAGEM DE 800 GRAMAS. MARCAS APROVADAS (MABEL, MARILAN, ÁGUIA, TRIUNFO). | 7.500 UND | MARILAN | R$ 8,00 | R$ 60. 000,00 |
| TOTAL DO LOTE – R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS) | | | | | |

LOTE 16

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/ UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 17 | BISCOITO DE MAIZENA 400 GRAMAS, MARCAS APROVADAS (MABEL, MARILAN, PANCO, PIRAQUÊ) | 3.000 UND | MABEL | R$ 4,22 | R$ 12. 660,00 |
| 18 | BISCOITO DOCE TIPO LEITE PACOTE 400 GRAMAS, MARCAS APROVADAS (MABEL, MARILAN, PANCO, PIRAQUÊ) | 3.000 UND | MARILAN | R$ 4,20 | R$ 12. 600,00 |
| TOTAL DO LOTE – R$ 25.260,00 (VINTE E CINCO MIL DUZENTOS E SESSENTA REAIS) | | | | | |

LOTE 21

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 27 | FARINHA ARTESANAL DE MANDIOCA AMARELA, EMBALAGEM DE 1 KG | 2.000 UND | JANGADA | R$ 4,61 | R$ 9.220,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 9.220,00 (NOVE MIL DUZENTOS E VINTE REAIS) | | | | | |

LOTE 46

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 52 | LEITE EM PÓ SEM LACTOSE, EMBALAGEM DE 300 GRAMAS. | 200 UND | SUPRA SOY | R$ 16,65 | R$ 3.330,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE – R$ 3.330,00 (TRÊS MIL TREZENTOS E TRINTA REAIS) | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 98.300,00 (NOVENTA E OITO MIL E TREZENTOS REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

CAMPO VERDE, 26 DE JUNHO DE 2018.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
**DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO**

Campo Verde-MT, 21 de junho de 2018.

*Referência: Processo Administrativo 08/2018 – Aplicação de PENALIDADE – TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS.*

**DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO**

Em abono aos princípios do contraditório e ampla defesa, passo a analisar os fatos relacionados à infração contratual cometida pela empresa TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS no que tange ao descumprimento das obrigações assumidas no Contrato Administrativo nº 081/2017, conforme se verifica da documentação que instrui o presente processo.

Regularmente notificada, a empresa não realizou o pagamento dos débitos referente a concessão e nem apresentou defesa prévia.

Consultada, a Procuradoria Jurídica do Município manifestou-se pela possibilidade de aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo e em lei.

***É o relato do essencial.***

***Passo à análise.***

É sabido que as sanções administrativas somente podem ser aplicadas dentro de processo administrativo, instaurado por ato administrativo de autoridade competente, onde se garanta a ampla defesa e o contraditório (garantias constitucionais) ao contratado que supostamente incidiu em falta contratual.

O ato administrativo de instauração deve conter a identificação dos autos do processo administrativo original da licitação ou do contrato, a menção às disposições legais aplicáveis ao procedimento para apuração de responsabilidade. O contratado deve ser notificado para se defender, seguindo o processo até decisão final fundamentada, o que foi devidamente atendido no caso em tela.

A Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

A Lei nº 8.666/93, dispõe que pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração por prazo superior a 2 anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Ressalta que, conforme o parágrafo segundo do citado artigo, as sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.

Já a Lei Municipal nº 2.228/2016, devidamente atualizada pela Lei 2244/2017, que regulamenta a concessão de uso a título oneroso, da exploração comercial dos quiosques pertencentes ao Município de Campo Verde-MT, informa em seu artigo 3-A, parágrafo 5º, que *O concessionário originário que desistir da concessão, ficará pelo prazo de 02 (dois) anos sem poder participar/contratar com a Administração Pública, referente a exploração comercial dos quiosques pertencentes ao Município de Campo Verde.*

Referente ao caso sob exame, é patente que a empresa infringiu as suas obrigações contratuais insertas no contrato administrativo, conforme fazem provas os documentos que instruem o presente processo administrativo, restando demonstrado que a empresa não está cumprindo com as suas obrigações principais, qual seja, fazer pontualmente o recolhimento da taxa mensal de utilização do espaço público, ensejando assim, no descumprimento do ajuste firmado por culpa da licitante.

Vejamos a clausula 11 e 12 do Contrato Administrativo 081/2017, firmado com a Concessionária:

**11- DA RESCISÃO**

11.1. O presente contrato poderá ser renunciado, por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data desejada para o encerramento, em conformidade com o art. 79, inciso II da Lei no 8.666/93.

11.2. O presente contrato também poderá ser rescindido por conveniência administrativa, a juízo do Senhor Prefeito, sem que caiba ao (a) contratado qualquer ação ou interpelação judicial nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei no 8.666/93, e em especial nos seguintes casos:

**a) O não cumprimento pela Concessionária de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;**

**b) O cumprimento irregular pela Concessionária de cláusulas contratuais, especificações e prazos;**

c) A lentidão de seu cumprimento, levando a CONCEDENTE a comprovar a impossibilidade da execução dos serviços, nos prazos estipulados;

d) Atraso injustificado no início dos serviços;

e) A paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à CONCEDENTE;

f) Realizar a subcontratação, alugar ou dar em comodato, ou realizar a venda da empresa concessionária, sob pena de implicar a caducidade da concessão.

g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

h) Cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas por fiscal da CONCEDENTE em registro próprio, após determinação da regularização das faltas ou defeitos observados;

i) A decretação da falência ou deferimento de recuperação judicial, de liquidação;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

k) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

**l) A partir de 3 (três) parcelas vencidas, a Concessionária perderá automaticamente a concessão, voltando o imóvel concedido a Administração pública, sem que caiba qualquer tipo de indenização.**

11.3. Caso a concessionária venha a descumprir as cláusulas do contrato será motivo para que o Município rescinda de imediato o contrato firmado, sem que caiba qualquer tipo de indenização;

11.3.1. No caso de rescisão contratual na forma do inciso anterior, a concessionária terá prazo de 24 (vinte e quatro horas) para desocupar o local e entregá-lo conforme recebeu.

**12- DAS PENALIDADES**

12.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantindo a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à concessionária as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa e juros no atraso do pagamento da taxa mensal de uso e exploração dos quiosques conforme legislação Municipal;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

Além das Sanções acima, serão aplicadas as sanções previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA** anexo I.

Ante ao exposto, e considerando que o Município ainda oportunizou ao Concessionário a chance de se regularizar, coisa que não fez, **decido** pela aplicação das seguintes penalidades ao Concessionário:

a) **Rescisão Contratual Unilateral, por culpa do contratado, com fundamento no art. 78, I, II, c/c art. 79, I, da Lei 8.666/93;** b) **Multa e juros no atraso do pagamento da taxa mensal de uso e exploração dos quiosques conforme legislação Municipal;** c) **Suspensão pelo prazo de**

**02 (dois) anos sem poder participar/contratar com a Administração Pública, referente a exploração comercial dos quiosques pertencentes ao Município de Campo Verde.**

Ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito, podendo ser consultado no Paço Municipal.

Por fim, requeiro que seja tomada as seguintes providências:

a) Conceda o prazo de 24 (vinte e quatro horas) para o concessionário desocupar o local e entregá-lo conforme recebeu. b) Decorrido o prazo acima, que seja "lacrado" o imóvel, e que seja solicitado o desligamento da energia elétrica e água do referido quiosque; c) Caso ainda o concessionário se recuse a sair do imóvel, que seja tomado as medidas judiciais cabíveis para desocupação do imóvel; d) Após a posse do imóvel pela Administração, que seja convocado o participante do cadastro de reserva seguindo a ordem de classificação de cada item/lote para assumir a concessão.

Às providências.

**FABIO SCHROETER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 196/2018**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI – ME, CNPJ 09.542.453/0001-14OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - PREGÃO Nº 071/2018.

VIGÊNCIA: 26/06/2018 À 26/06/2019

LOTE 11

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 11 | BETERRABA | 2.000 KG | IN NATURA | R$ 2,39 | R$ 4.780,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 4.780,00 (QUATRO MIL SETECENTOS E OITENTA REAIS). | | | | | |

LOTE 12

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 12 | BEBIDA LÁCTEA: SABOR MORANGO, COCO, PÊSSEGO. COMPOSTO DE LEITE PASTEURIZADO, SORO DE LEITE, AÇÚCAR, POLPA DE FRUTAS, FERMENTO LÁCTEO, AROMA NATURAL, CORANTE NATURAL E CONSERVANTES. EMBALADOS EM SACOS DE POLIETILENO LEITOSO COM 01 LITRO. A EMBALAGEM DEVE CONTER VALIDADE DE 15 A 30 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, COM OS REGISTROS OBRIGATÓRIOS NOS ÓRGÃOS COMPETENTES. ENTREGA DEVERÁ SER FEITA EM VEÍCULO REFRIGERADO E ATÉ 10 HORAS DA MANHÃ DO DIA SOLICITADO. | 27.000 UND | COMAJUL | R$2,86 | R$77.220,00 |
| TOTAL DO LOTE – R$ 77.220,00 (SETENTA E SETE MIL, DUZENTOS E VINTE REAIS) | | | | | |

LOTE 17

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 19 | CEREAL MATINAL DE MILHO A GRANEL TIPO CORN FLAKES SABOR AÇÚCAR MASCAVO, EMBALAGEM DE 1 KG. | 400 UND | ARO | R$ 26,35 | R$ 10.540,00 |
| 20 | CEREAL MATINAL DE MILHO A GRANEL TIPO CORN FLAKES SABOR MEL, EMBALAGEM DE 1 KG. | 400 UND | ARO | R$ 26,35 | R$ 10.540,00 |
| 21 | CEREAL MATINAL DE MILHO A GRANEL TIPO CORN FLAKES AÇUCARADOS, EMBALAGEM DE 1 KG. | 400 UND | ARO | R$ 26,35 | R$ 10.540,00 |
| 22 | CEREAL MATINAL DE MILHO A GRANEL TIPO COLORIDO SABOR FRUTAS, EMBALAGEM DE 1 KG. | 400 UND | ARO | R$ 26,37 | R$ 10.548,00 |
| TOTAL DO LOTE – R$ 42.168,00 (QUARENTA E DOIS MIL CENTO E SESSENTA E OITO REAIS) | | | | | |

LOTE 22

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 28 | FEIJÃO CARIOCA TIPO 01, EMBALAGEM DE 1 KG, MARCAS APROVADAS (VÔ PEDRO, URBANO, REI, KOBLENZ) | 4.000 UND | REI | R$ 2,83 | R$ 11.320,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 11.320,00 (ONZE MIL TREZENTOS E VINTE REAIS) | | | | | |

LOTE 27

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 34 | MAÇÃ NACIONAL | 22.500 KG | IN NATURA | R$ 3,53 | R$ 79.425,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE – R$ 79.425,00 (SETENTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS) | | | | | |

LOTE 36

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 42 | VINAGRE DE MAÇÃ 750 ML. | 2.400 UND | TOSCANO | R$ 4,36 | R$ 10.464,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 10.464,00 (DEZ MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS) | | | | | |

LOTE 41

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 47 | LEITE DE COCO, EMBALAGEM DE 200 ML | 300 UND | BOM COCO | R$ 2,13 | R$ 639,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 639,00 (SEISCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS) | | | | | |

LOTE 42

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 48 | FRUTAS CRISTALIZADAS MISTA EM CUBOS, EMBALAGEM DE 250 GRAMAS | 300 UND | LA VIOLETEIRA | R$ 5,60 | 1.680,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 1.680,00 (UM MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS) | | | | | |

LOTE 43

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 49 | GERGELIM EMBALAGEM DE 200 GRAMAS | 200 UND | NATUS | R$ 11,59 | R$ 2.318,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 2.318,00 (DOIS MIL TREZENTOS E DEZOITO REAIS) | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 230.014,00 (DUZENTOS E TRINTA MIL E QUATORZE REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

CAMPO VERDE, 26 DE JUNHO DE 2018.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**RESOLUÇÃO Nº 028/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018**

**RESOLUÇÃO Nº 028/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Verde-MT, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Federal Nº 8.742/93, alterada pela Lei Nº 12.435/2011, na Lei Municipal Nº 2.206/2016, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Campo Verde, na reunião ordinária do dia 26 de Junho de 2018, dispõe sobre os assuntos:

**CONSIDERANDO:**

Lei Federal Nº 8.742/93, de 07 de Dezembro de 1993, alterada pela Lei Nº 12.435/2011 de 06 de Julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; Lei Municipal Nº 2.206/2016 de 14 de Junho de 2016, que dispõe sobre o Sistema Único da Assistência Social do Município de Campo Verde e dá outras providências; Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 26 de Junho de 2018 na ATA Nº 067/2018.

**RESOLVE:**

**Art. 1° –** Aprovar o Termo de Pactuação da Organização Fornecedora Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Campo Verde, para doação de alimentos conforme as Propostas de Participação das seguintes organizações recebedoras: Associação Alan Carlos Costa Amorim, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Verde – APAE, Associação de Assistência Social Evangélica Cristo é Vida e Associação Espírita Lar Maria de Lourdes.

**Art. 2° –** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde-MT, 26 de junho de 2018.

**ANGÉLICA MODESTO PINTO GUEDES**

**Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social**

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**RESULTADO DO PREGÃO Nº 075/2018**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do Pregão nº 075/2018 - *Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para manutenção e assistência técnica, com fornecimento de peças, de 01 (um) elevador da marca Thyssenkrupp, linha FDN, capacidade (kg) 975 – 13 pessoas), localizado na torre do mirante da Praça João Paulo II:* a empresa MULTITEC ELEVADORES LTDA – EPP, CNPJ Nº 09.477. 789/0001-40, sagrou-se vencedora do certame com o valor total de R$ 32. 400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais). Campo Verde, 26 de junho de 2018. Ana Carolina S. Braga Blume – Pregoeira.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
**TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº 053/2017**

**O MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça dos Três Poderes, n° 03, CEP 78840-000, Campo Verde, MT, inscrito no CNPJ no 24.950.495/0002-69, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal**, Fábio Schroeter**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Campo Verde - MT, portador da Carteira de Identidade no 3296068-5 SSP/PR, CPF no 346.080.601-04, e do outro a empresa **CONCRETIZA CONSTRUTORA EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.758.502/0001-89, com sede na Rua Paranatinga, nº 462, bairro Cidade Primavera I, CEP 78850-000, cidade de Primavera do Leste-MT, neste ato representada por **Rosangela Honorio Krebs,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n

**º 1044411-4 SSP/MT e do CPF nº 825.695.091-91, residente e domiciliada na cidade de Primavera do Leste-MT, CEP 78850-000**, há por bem **rescindir amigavelmente** o Contrato Administrativo nº **053/2017** – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DA CRECHE/PRÉ-ESCOLA NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA,** pelas seguintes razões:

CONSIDERANDO que a obra encontra-se paralisada por falta de repasse do recurso federal.

CONSIDERANDO que não tem previsão para a liberação do recurso financeiro.

CONSIDERANDO que a empresa contratada se ausentou da obra e não houve mais avanço físico no cronograma de execução da obra para que seja realizado nova medição.

CONSIDERANDO que as etapas do cronograma que foram executados se encontram devidamente pagos.

CONSIDERANDO que a empresa se encontra com as certidões fiscais irregulares.

CONSIDERANDO que na data de hoje, 13/06/2018 o contrato vence e não há interesse da Administração em prorrogá-lo devido a falta de recurso financeiro e a falta de certidões fiscais da empresa contratada.

CONSIDERANDO as razões expostas, opera-se tal rescisão com supedâneo no art. 79, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

**Resolve:**

CLÁUSULA 1ª – Rescindir Amigavelmente o contrato n.º 053/2017 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DA CRECHE/PRÉ-ESCOLA NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA.

CLÁUSULA 2ª – A rescisão tem por fundamento o art. 79, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 3ª – Verificada a conveniência para o Município e a inexistência de prejuízo à empresa contratada, a rescisão opera-se de forma amigável.

CLÁUSULA 4ª – As partes exoneram-se de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual.

CLÁUSULA 5ª – O foro eleito é o da Comarca de Campo Verde.

E, por estarem plenamente ajustada, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e Assessoria Jurídica do Município.

Campo Verde-MT, 13 de junho de 2018.

**FÁBIO SCHROETER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ROSANGELA HONORIO KREBS**

**CONCRETIZA CONSTRUTORA EIRELI**

**Testemunhas:**

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 197/2018**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MULTITEC ELEVADORES LTDA – EPP, CNPJ 09.477.789/0001-4

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, DE 01 (UM) ELEVADOR DA MARCA THYSSENKRUPP, LINHA FDN, CAPACIDADE (KG) 975 – 13 PESSOAS), LOCALIZADO NA TORRE DO MIRANTE DA PRAÇA JOÃO PAULO II - PREGÃO Nº 075/2018.

VIGÊNCIA: 26/06/2018 À 26/06/2019

LOTE 01

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/ UND | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 01 | MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 01 ELEVADOR THYSSEN KRUPP | 12 MESES | R$ 2. 700,00 | R$ 32. 400,00 |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 32.400,00 (TRINTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

CAMPO VERDE, 26 DE JUNHO DE 2018.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**RESOLUÇÃO Nº 027/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018**

**RESOLUÇÃO Nº 027/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Verde-MT, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Federal Nº 8.742/93, alterada pela Lei Nº 12.435/2011, na Lei Municipal Nº 2.206/2016, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Campo Verde, na reunião ordinária do dia 26 de Junho de 2018, dispõe sobre os assuntos:

**CONSIDERANDO:**

Lei Federal Nº 8.742/93, de 07 de Dezembro de 1993, alterada pela Lei Nº 12.435/2011 de 06 de Julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; Lei Municipal Nº 2.206/2016 de 14 de Junho de 2016, que dispõe sobre o Sistema Único da Assistência Social do Município de Campo Verde e dá outras providências; Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 26 de Junho de 2018 na ATA Nº 067/2018.

**RESOLVE:**

**Art. 1° –** Eleger a Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, nomeando a Sra. **ANACLEIA LOPES DELMON ROCHA**, portadora do RG nº 5111070-SSP/GO, inscrita no CPF sob nº 007.953.011-70, endereço: Rua Aracaju, nº 168 - Centro, na cidade de Campo Verde-MT, telefone 66-99938-2957, email delmon_enf@hotmail.com.

**Art. 2° –** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde-MT, 26 de junho de 2018.

**ANGÉLICA MODESTO PINTO GUEDES**

**Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**RESOLUÇÃO Nº 026/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018**

**RESOLUÇÃO Nº 026/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Verde-MT, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Federal Nº 8.742/93, alterada pela Lei Nº 12.435/2011, na Lei Municipal Nº 2.206/2016, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Campo Verde, na reunião ordinária do dia 26 de Junho de 2018, dispõe sobre os assuntos:

**CONSIDERANDO:**

Lei Federal Nº 8.742/93, de 07 de Dezembro de 1993, alterada pela Lei Nº 12.435/2011 de 06 de Julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; Lei Municipal Nº 2.206/2016 de 14 de Junho de 2016, que dispõe sobre o Sistema Único da Assistência Social do Município de Campo Verde e dá outras providências; Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 26 de Junho de 2018 na ATA Nº 067/2018.

**RESOLVE:**

**Art. 1° –** Substituir a Conselheira Suplente representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nomeando a Sra. Sônia Aparecida Flores Gonçalves, portadora do RG n.º 52104904 SSP/PR, inscrita no CPF sob n.º 935.381.629-72, endereço: Rua Recife, n.º 1372, Campo Real II, na cidade de Campo Verde-MT, telefone 66-99932-5811, email: floressonia2@hotmail.com, em substituição da Conselheira, a Sra. Simoni Pereira Borges.

**Art. 2° –** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde-MT, 26 de junho de 2018.

**ANGÉLICA MODESTO PINTO GUEDES**

**Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**RESOLUÇÃO Nº 025/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018**

**RESOLUÇÃO Nº 025/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Verde-MT, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Federal Nº 8.742/93, alterada pela Lei Nº 12.435/2011, na Lei Municipal Nº 2.206/2016, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Campo Verde, na reunião ordinária do dia 26 de Junho de 2018, dispõe sobre os assuntos:

**CONSIDERANDO:**

Lei Federal Nº 8.742/93, de 07 de Dezembro de 1993, alterada pela Lei Nº 12.435/2011 de 06 de Julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; Lei Municipal Nº 2.206/2016 de 14 de Junho de 2016, que dispõe sobre o Sistema Único da Assistência Social do Município de Campo Verde e dá outras providências; Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 26 de Junho de 2018 na ATA Nº 067/2018.

**RESOLVE:**

**Art. 1° –** Aprovar os Relatórios de Execução de Atividades da Associação de Assistência e Recuperação de Vítimas do Álcool e Drogas – Resgate Vidas, referente ao 3º e 4º trimestre de 2017 e ao 1º trimestre de 2018.

**Art. 2° –** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde-MT, 26 de junho de 2018.

**ANGÉLICA MODESTO PINTO GUEDES**

**Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social**

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO Nº 024/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018

**RESOLUÇÃO Nº 024/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Verde-MT, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Federal Nº 8.742/93, alterada pela Lei Nº 12.435/2011, na Lei Municipal Nº 2.206/2016, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Campo Verde, na reunião ordinária do dia 26 de Junho de 2018, dispõe sobre os assuntos:

**CONSIDERANDO:**

Lei Federal Nº 8.742/93, de 07 de Dezembro de 1993, alterada pela Lei Nº 12.435/2011 de 06 de Julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; Lei Municipal Nº 2.206/2016 de 14 de Junho de 2016, que dispõe sobre o Sistema Único da Assistência Social do Município de Campo Verde e dá outras providências; Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 26 de Junho de 2018 na ATA Nº 067/2018.

**RESOLVE:**

**Art. 1° –**Aprovaro Relatório de Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual – FEAS do ano de 2017, considerando que houve devolução de valor a ser utilizado no ano de 2018.

**Art. 2° –** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde-MT, 26 de junho de 2018.

**ANGÉLICA MODESTO PINTO GUEDES**

**Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social**

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO Nº 023/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018

**RESOLUÇÃO Nº 023/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Verde-MT, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Federal Nº 8.742/93, alterada pela Lei Nº 12.435/2011, na Lei Municipal Nº 2.206/2016, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Campo Verde, na reunião ordinária do dia 26 de Junho de 2018, dispõe sobre os assuntos:

**CONSIDERANDO:**

Lei Federal Nº 8.742/93, de 07 de Dezembro de 1993, alterada pela Lei Nº 12.435/2011 de 06 de Julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; Lei Municipal Nº 2.206/2016 de 14 de Junho de 2016, que dispõe sobre o Sistema Único da Assistência Social do Município de Campo Verde e dá outras providências; Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 26 de Junho de 2018 na ATA Nº 067/2018.

**RESOLVE:**

**Art. 1° –** Aprovar o Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual – FEAS 2018.

**Art. 2° –** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde-MT, 26 de junho de 2018.

**ANGÉLICA MODESTO PINTO GUEDES**

**Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social**

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO Nº 071/2018 DE 25 DE JUNHO 2018

**RESOLUÇÃO Nº 071/2018 DE 25 DE JUNHO 2018**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90, na Lei Municipal 2076/2015 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na reunião Extraordinária do dia 25 de Junho 2018, dispõe sobre os assuntos:

**CONSIDERANDO:**

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90; Lei Municipal 2.076 de 23 de Abril de 2015- que dispõe sobre Comissões e outros; Decreto Municipal nº 036/2017; Deliberação da Reunião Extraordinária deste Conselho, realizada em 25 de Junho de 2018 na Ata nº 090/2018.

**RESOLVE:**

**Art. 1° –** Constituir as Comissão de Seleção e Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parceria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Campo Verde conforme abaixo:

**COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PARCERIAS:**

**MEMBROS TITULARES:**

**ANDRE RÉGIS TAVARES NOVAIS,** portador do RG n.º 1821590-4 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 018.248.341-01, Endereço: Rua Juína, n.º 680, Bairro Chácara das Uvas, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99968-0496, e-mail: novaistavares@yahoo.com.br.

**VIVIANE MODESTO RIBEIRO LORENZ**, portadora do RG n.º 2231890-9 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 023.544.249-65, Endereço: Rua Dos Sulistas, n.º 263, Bairro Jupiara, nesta cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99223-1717, e-mail: viviane.lorenz@hotmail.com.

**BRUNA CRISTINA PEREIRA ABREU**, portadora do RG n.º 17343631 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 044.025.901-08, Endereço: Rua Teresina, n.º 1.326, Bairro Centro, na Cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99671-9584, e-mail: terraverde9@hotmail.com.

**MEMBROS SUPLENTES:**

**MARCIA GONÇALVES PESSOA,** portadora do RG n.º 001.789.766 SSP/MS, inscrita no CPF sob n.º 058.384.189-90, Endereço: Rua: 07, nº 167, Bairro Buritis, nesta cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99693-4676, e-mail: pessoamarcia066@gmail.com.

**VÂNIA CRISTINA SANCHES FRANCESCHI**, portadora do RG n.º 67.58.524-0 SSP/PR, inscrita no CPF sob n.º 023.609.049-65, Endereço: Av. Mariano Cattani, n.º 622, Bairro Campo Real II, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99901-5588, e-mail: vanchris_@hotmail.com.

**ANGELA FABIANA COPETTI BOHRER,** portadora do RG n.º 2227136-8 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 550.755.410-20, Endereço: Rua São Salvador, nº 1.368, Centro, nesta cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-4126 e 66-99664-6226, e-mail: angelabohrer@hotmail.com.

**Art. 2º** - Esta Resolução revoga a Resolução nº 029/2017, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso em 08 de Fevereiro de 2017.

**Art. 3º** -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 25 de Junho de 2018.

André Regis Tavares Novais

**Presidente CMDCA**

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE**

Campo Verde-MT, 21 de junho de 2018.

*Referência: Processo Administrativo – Aplicação de PENALIDADE – KM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS - EIRELI.*

**DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO**

Tendo em vista o que consta do presente processo administrativo e considerando, ainda, o conhecimento que tenho quanto a situação fática referente a entrega dos itens contidos na Ata de Registro de Preços nº 183/2017, firmado com a empresa KM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS - EIRELI, em abono aos princípios do contraditório e ampla defesa, passo a analisar os fatos relacionados à infração contratual no que tange ao descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, conforme se verifica da documentação que instrui o presente processo.

Publicado o Termo de Cancelamento e, em respeito ao Contraditório e a Ampla Defesa foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a empresa apresentar Defesa, o qual não fez.

Consultada, a Procuradoria Jurídica do Município manifestou-se pela possibilidade de aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo e em lei.

***É o relato do essencial.***

***Passo à análise.***

É sabido que as sanções administrativas somente podem ser aplicadas dentro de processo administrativo, instaurado por ato administrativo de autoridade competente, onde se garanta a ampla defesa e o contraditório (garantias constitucionais) ao contratado que supostamente incidiu em falta contratual.

O ato administrativo de instauração deve conter a identificação dos autos do processo administrativo original da licitação ou do contrato, a menção às disposições legais aplicáveis ao procedimento para apuração de responsabilidade. O contratado deve ser notificado para se defender, seguindo o processo até decisão final fundamentada, o que foi devidamente atendido no caso em tela.

A Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 87, da Lei nº 8.666/93, dispõe que pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração por prazo superior a 2 anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Ressalta que, conforme o parágrafo segundo do citado artigo, as sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.

A multa é penalidade pecuniária tendo por causa descumprimento de dever legal ou contratual.

No caso sob exame, é patente que a empresa infringiu as suas obrigações contratuais insertas na ata de registro de preços, conforme fazem provas os documentos que instruem o presente processo administrativo.

De fato, resta demonstrado que houve execução deficiente/má execução do contrato firmado, ensejando no descumprimento do ajuste firmado por culpa da licitante. O descumprimento dessas obrigações, constituem infração contratual, caracterizando a INEXECUÇÃO do contrato, o que ensejou a rescisão unilateral por parte da Administração Pública.

Feitas as necessárias considerações, tenho por certo que deve-se aplicar ao Contratado justa e proporcional penalidade.

Nesse sentido, a multa prevista no art. 87 possui natureza penal, uma vez que é aplicável quando do inadimplemento contratado, o que de fato vem ocorrendo. Sendo que, o valor da multa está devidamente previsto no instrumento convocatório e no contrato, constando, inclusive, o percentual a ser aplicado, portanto, de pleno conhecimento do contratado.

Ressalta-se ainda que a multa pode ser aplicada cumulativamente com outras sanções, conforme autoriza o parágrafo 1°, do art. 86, da Lei n° 8.666/93.

Assim, entendo necessária a aplicação da penalidade de **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano**, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei n° 8.666/93.

Por todo o exposto, **decido** pela aplicação das seguintes penalidades ao CONTRATADO;

a) **multa de 03% (três por cento) sobre o valor total atualizado da ata de registro de preços nº 183/2017, nos moldes da cláusula décima, "b", do ajuste administrativo;** b) **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano.**

Ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito, podendo ser consultado no Paço Municipal.

Às providências.

**FABIO SCHROETER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**ERRATA – ATA DE REGISTRO DE PREÇO 184/2018**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde vem retificar a publicação do extrato da ata de registro de preço nº 184/2018, do fornecedor ELETRO MENDONÇA COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, CNPJ 03.806.018/0001-73, publicado no Jornal Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no dia 22/06/2018, ANO XIII, nº 3.005, pág. 65:

ONDE SE LÊ:

LOTE 02

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE | MARCA | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 02 | CAIXA MEDIÇÃO INDIRETA, QUANDO A ENTRADA É EM MÉDIA TENSÃO E MEDIÇÃO FEITA EM BAIXA TENSÃO. MEDIDAS: 1600 X 600 X 250 | 10 UND | MEPAULA | R$ 750,00 | R$ 7. 500,00 |

LEIA-SE:

LOTE 02

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE | MARCA | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 02 | CAIXA DE MEDIÇÃO DIRETA ATÉ 200A, QUANDO A ENTRADA É EM ALTA TENSÃO E A MEDIÇÃO É EM BAIXA TENSÃO. MEDIDAS: 1000 X 600 X 250 | 10 UND | MEPAULA | R$ 750,00 | R$ 7. 500,00 |

Permanecem inalterados todos os demais dados das referidas publicações

Campo Verde, 26 de junho de 2018.

Gislene J. Lopes – CPL.

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 192/2018**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA - ME, CNPJ 03.349.265/0001-98

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - PREGÃO Nº 071/2018.

VIGÊNCIA: 26/06/2018 À 26/06/2019

LOTE 02

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 02 | ACHOCOLATADO LÍQUIDO 1 LITRO | 300 UND | ITALAC | R$ 3,93 | R$ 1.179,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 1.179,00 (UM MIL CENTO E SETENTA E NOVE REAIS). | | | | | |

LOTE 05

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/ UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 05 | ACHOCOLATADO EM PÓ EMBALAGEM DE 400 GR, MARCAS APROVADAS (NESCAU, TODDY, MUKY, MIKA). | 5.000 UND | CHOCO TE-EN | R$ 2,68 | R$ 13. 400,00 |
| TOTAL DO LOTE – R$ 13.400,00 (TREZE MIL E QUATROCENTOS REAIS) | | | | | |

LOTE 13

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE | MARCA | V. UNIT. | V. TO-TAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 13 | BISCOITO TIPO SEQUILHO SABOR LEITE COM AMIDO TRANSGÊNICO PACOTE COM 350 GR, MARCAS APROVADAS (NAZINHA, CASSINI, VITARELLA, DOURO, MABEL). | 3.000 UND | MABEL | R$ 6,25 | R$ 18. 750,00 |
| 14 | BISCOITO TIPO SEQUILHO SABOR COCO COM AMIDO TRANSGÊNICO PACOTE COM 350 GR, MARCAS APROVADAS (NAZINHA, CASSINI, VALE DOURO, MABEL). | 3.000 UND | MABEL | R$ 6,25 | R$ 18. 750,00 |
| TOTAL DO LOTE – R$ 37.500,00 (TRINTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS) | | | | | |

LOTE 18

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/ UND | MARCA | V. UNIT. | V. TO-TAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 23 | CHÁ MATE TOSTADO, EMBALAGEM DE 250 GRAMAS A GRANEL, MARCAS APROVADAS (MATE LEÃO, MATE REAL, SANTO ANTONIO, QUALITÁ). | 4.000 UND | SANTO ANTÔNIO | R$ 3,73 | R$ 14. 920,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 14.920,00 (QUATORZE MIL, NOVECENTOS E VINTE REAIS) | | | | | |

LOTE 20

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/ UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 25 | EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO EMBALAGEM DE 190 GR, MARCAS APROVADAS (KNORR, FUGINI, QUERO, PREDILECTA) | 300 UND | QUERO | R$ 1,66 | R$ 498,00 |
| 26 | EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO EMBALAGEM DE 850 GR, MARCAS APROVADAS (ELEFAN-TE, FUGINI, QUERO, PREDILECTA) | 2.500 UND | QUERO | R$ 6,20 | R$ 15. 500,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE – R$ 15.998,00 (QUINZE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS) | | | | | |

LOTE 23

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 29 | FUBÁ DE MILHO EMBALAGEM DE 500 GRAMAS. | 2.000 UND | MIKA | R$ 1,80 | R$ 3.600,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 3.600,00 (TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS). | | | | | |

LOTE 24

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 30 | GELATINA DE FRUTAS EMBALAGEM DE 35 GR, SABORES VARIADOS | 300 UND | CAMP | R$ 0,83 | R$ 249,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 249,00 (DUZENTOS QUARENTA E NOVE REAIS) | | | | | |

LOTE 30

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 36 | MILHO VERDE EM CONSERVA EMBALAGEM DE 2 KG | 2.000 UND | SÓ FRUTA | R$ 11,60 | R$ 23.200,00 |

| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 23.200,00 (VINTE E TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS) |
|---|

LOTE 33

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 39 | SAL REFINADO EXTRA, IODADO EMBALAGEM DE 1 KG | 1.000 UND | GARÇA | R$ 0,95 | R$ 950,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 950,00 (NOCEVENTOS E CINQUENTA REAIS) | | | | | |

LOTE 39

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 45 | MACARRÃO ARGOLINHA EMBALAGEM DE 500 GRAMAS | 300 UND | DALLAS | R$ 3,05 | R$ 915,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 915,00 (NOVECENTOS E QUINZE REAIS) | | | | | |

LOTE 40

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 46 | MACARRÃO LETRINHA EMBALAGEM DE 500 GRAMAS | 300 UND | ADRIA | R$ 3,00 | R$ 900,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 900,00 (NOVECENTOS REAIS) | | | | | |

LOTE 45

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/ UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 51 | MACARRÃO GRANO DURO TIPO: ESPAGUETE, PENNE OU PARAFUSO, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS | 1.200 UND | DALLAS | R$ 4,62 | R$ 5. 544,000 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 5.544,00 (CINCO MIL QUINHENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS) | | | | | |

LOTE 47

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE/UND | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 53 | PÃO DE FORMA TRADICIONAL, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. | 800 UND | CHIPAS | R$ 5,18 | R$ 4.144,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE - R$ 4.144,00 (QUATRO MIL CENTO E QUARENTA E QUATRO REAIS) | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 122.499,00 (CENTO E VINTE E DOIS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS).

VALOR TOTAL D ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 777.095,50 (SETECENTOS E SETENTA E SETE MIL, NOVENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

CAMPO VERDE, 26 DE JUNHO DE 2018.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

### PORTARIA Nº. 129 DE 26 DE JUNHO DE 2018.

**NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA.**

**JOSÉ ODIL DA SILVA**, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

***CONSIDERANDO*** *as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 2º do artigo 17 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

***CONSIDERANDO*** *o disposto no artigo 2º e artigo 4º do edital de convocação nº. 019, de 7 de maio de 2018 e do edital do certame nº 001/2016;*

***CONSIDERANDO*** *a exoneração da anterior ocupante do cargo, materializada através da Portaria nº. 121, de 12 de junho do corrente ano;*

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear a primeira candidata na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 001/2016, **MARIZETE DE SOUZA PINHEIRO** ao cargo de provimento efetivo de Professor de Pedagogia, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

**Art. 2º** A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008.

**Art. 3º.** A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

**Art. 4º** Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Registre-se e publique-se.**

Campos de Júlio, 26 de junho de 2018.

**JOSÉ ODIL DA SILVA**

**Prefeito de Campos de Júlio**

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 034, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

**JOSÉ ODIL DA SILVA**, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

***CONSIDERANDO*** *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo edital nº 001, de 01 de dezembro de 2016, homologado através do Decreto nº.*022, de 13 de março de 2017;

***CONSIDERANDO*** *a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal;*

**RESOLVE:**

**Art. 1º**. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2016, de 01/12/2016, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme o item 7. 4 do Edital nº 001/2016 para a efetiva nomeação.

| CARGO | CANDIDATO(A) | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|
| PROFESSOR DE PEDAGOGIA | MARIZETE DE SOUZA PINHEIRO | 1º |

**Art. 2º.** Para tomar posse, o (a) candidato(a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2016, a seguir elencados:

**I-** Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

**II-** Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

**III-** Certidão de Casamento ou Nascimento;

**IV-** Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

**V-**Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

**VI-** Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

**VII-**Cartão do PIS/PASEP;

**VIII-**Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

**IX-** Título de Eleitor;

**X-**Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

**XI-**Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

**XII-**Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

**XIII-.** duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

**XIV-**Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

**XV-** Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

**XVI-** Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

**XVII-** Declaração contendo endereço residencial;

**XVIII-**Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

**XIX-** Declaração de Bens;

**XX-**. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

**Parágrafo único.** O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma junta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2016.

**Art. 3º.** A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

**Art. 4º** Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

**Art. 5º** A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 001/2062.

**Registre-se e publique-se.**

Campos de Júlio, 26 de junho de 2018.

**JOSÉ ODIL DA SILVA**

**Prefeito de Campos de Júlio**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

**ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO N. 633/2018, DE 26 DE JUNHO 2018.**

**DECRETO N. 633/2018, DE 26 DE JUNHO 2018.**

**REGULAMENTA O ARTIGO 309º, DA LEI COMPLEMENTAR N. 004/2017, QUE INSTITUI O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E ESTABELECE NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS,** Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e suas alterações posteriores, doutrinas e jurisprudências aplicáveis à espécie e;

**CONSIDERANDO** o volume de créditos tributários vencidos ou vincendos e a necessidade de ações que visem a sua recuperação;

**CONSIDERANDO** a necessidade de a Fazenda Pública concretizar condições para o adimplemento da situação tributária dos contribuintes do Município e a maior regularidade na arrecadação dos Tributos Municipais;

**CONSIDERANDO** o disposto no Artigo 171º do CTN e Artigo 309º da Lei Complementar n. 004/2017, de 04 de dezembro de 2017, Código Tributário Municipal, que autoriza o poder executivo, a seu critério, por meio de expedição de decreto municipal, sempre que o interesse do município o exigir, a compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo contra o fisco, inclusive de servidores públicos municipais, nas condições e garantias que estipular;

**CONSIDERANDO** o interesse do Município de Canabrava do Norte em criar condições que implique na extinção de créditos tributários mediante transação que conduza o fim de litígios mediante concessões mútuas.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º.** Aquele que possuir crédito perante a fazenda pública municipal, desde que não prescritos, decorrente da aquisição de mercadorias, obras, ações judiciais e prestação de serviços pelo poder executivo e for sujeito passivo de crédito tributário relativo ao IPTU, ISSQN, ITBI, alvarás e taxas municipais vencidos ou vincendos, poderá efetuar encontro de contas.

**§1º**. Considera-se encontro de contas o pagamento pelo órgão devedor ao credor da Fazenda Pública Municipal, operacionalizado em concomitância com o recolhimento do crédito tributário à Fazenda Municipal com os recursos daquele pagamento, de forma que simultaneamente ocorram pagamento e recebimento pelo Município.

**§2º**. Admite-se, também, encontro de contas envolvendo créditos de terceiros.

**§3º.** Os créditos de terceiros só serão apropriados na negociação quando transferidos através de contrato de cessão de crédito, com firma reconhecida em cartório e com anuência expressa da Fazenda Municipal.

**§4º.** O Secretário Municipal de Finanças poderá definir, por ato administrativo:

**I -** quais créditos tributários estarão passiveis de inclusão em encontro de contas, limitando-os em função da data de vencimento.

**II -** quais créditos de fornecedores junto ao Município estarão passíveis de inclusão em encontro de contas, limitando-os em função da data da aquisição e entrega de mercadorias, obras e prestação de serviços.

**Art. 2º.** A satisfação dos créditos envolvidos far-se-á pelos valores principais e com a incidência de encargos, se houver.

**Parágrafo único.** Os benefícios concedidos neste artigo, não autorizam a restituição de importância anteriormente recolhida.

**Art. 3º.** Para consecução do disposto neste decreto, o credor do Município de Canabrava do Norte deverá autorizar em requerimento dirigido ao órgão devedor, o pagamento de crédito tributário relativo ao IPTU, ISSQN, ITBI, alvarás e taxas municipais vencidos ou vincendos com seu crédito junto àquele órgão.

**Art. 4º.** O órgão devedor se reconhecer como líquido e certo o crédito reclamado contra a Fazenda Pública Municipal, após considerada a oportunidade e conveniência do atendimento do pleito, deferirá o pedido de encontro de contas, oficiando à Secretaria Municipal de Finanças informando o acatamento do pedido e a data programada para sua efetivação.

**§1º.** Cumprida as formalidades do *caput* deste artigo, poderá ser expedida certidão positiva com efeito negativo ao contribuinte, desde que inexistam outros débitos de qualquer natureza.

**§2º.** O encontro de contas encaminhado à Secretaria Municipal de Finanças, proposto com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o servidor que o encaminhar pelo crédito tributário, acrescidos dos encargos legais, inclusive juros de mora.

**§3º.** O disposto no parágrafo anterior não exclui a responsabilidade funcional que no caso couber.

**§4º.** O encontro de contas será efetuado mediante processo regularmente instaurado, instruído com cópia do empenho e comprovação de que o crédito envolvido decorre de aquisição de mercadorias, obras, e prestação de serviços pelo poder executivo, desde que não prescritos, e, ainda, conforme dispuser a Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 5º.** A Secretaria Municipal de Finanças emitirá DAM com vencimento para a data informada e no valor do encontro de contas solicitado e enviará ao órgão devedor para recolhimento.

**Art. 6º**. A Secretaria Municipal de Finanças fica autorizada a estabelecer outras normas necessárias à fiel execução dos atos de que trata este Decreto.

**Art. 7º.** A opção do contribuinte pelo encontro de contas implica tácita confissão dos débitos fiscais, renúncia de qualquer defesa ou recurso administrativo e desistência dos já interpostos com relação àqueles créditos tributários encontrados.

**Art. 8º.** Os créditos tributários extintos com base na compensação autorizada nos termos deste Decreto serão considerados para o cômputo das receitas tributárias municipais, cabendo os respectivos registros contábeis ao órgão municipal competente.

**Art. 9º**. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal n. 578/2017, de 01 de agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, em 26 de junho de 2018.

**PUBLIQUE-SE,**

**REGISTRE-SE E,**

**CUMPRA-SE.**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

**Prefeito Municipal**

**1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO CPL Nº 28/2018**

**Processo:** nº 277/2018

**Dispensa de Licitação:** nº 013/2018

**Assunto:** Alteração de Fonte de Recurso.

**Contratante:** Município de Canabrava do Norte – Secretaria de Saúde;

**Contratada: Lago Serviços Médicos EIRELI – ME – CNPJ: 27.150.482/0001-12**;

**Objeto:** Prestação de Serviços Médicos Clínico Geral, para atendimento na UBS Rural.

**Objeto do Apostilamento:** O presente Termo de Apostilamento ao contrato CPL nº 28/2018 visa alterar a fonte de recurso do contrato.

**Justificativa:** Este termo é para possibilitar a alteração da fonte de recurso descrita na Cláusula Sexta do Contrato CPL nº 028/2018.

1. Com fundamento no art. 37, XXI da Constituição Federal, Art. 65, I, 'a' da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento, cujo objetivo é a alteração do disposto na Cláusula Sexta – Da Fonte de Recursos, passando a vigorar da seguinte forma:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Órgão:** | 05 – Secretaria Municipal de Saúde | **Dotação:** | 0141 |
| **Unidade:** | 001 – Fundo Municipal de Saúde | | |
| **Projeto Atividade:** | 2.046 – Manutenção – Gestão SUS | | |
| **Elemento:** | 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | | |
| **Fonte atual:** | 0114 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde | | |
| **Fonte alterada:** | 0102 – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos | | |

2. Ficam apostilados as modificações de ordem material acima descritas, conforme determinação legal contida no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, mantidas as demais cláusulas do contrato.

Canabrava do Norte-MT, 26 de Junho de 2018.

**Prefeitura De Canabrava do Norte-MT**

João Cleiton Araújo de Medeiros

Contratante

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 226/2018**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 470/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - Fica retificado o Artigo 1º do Decreto nº470/2017, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

*"Artigo 1º - Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 980/2016, que promove a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa de 2017, no valor de R$ 23.590,85 (vinte e três mil, quinhentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos) a ser consignado na seguinte Dotação Orçamentária:"*

| | |
|---|---|
| *01.001.01.031.0009.2.022 - 319113 - Obrigações Patronais* | *R$ 630,70* |
| *01.001.01.031.0009.2.022 - 319011 – Venc. Vant. Fixas* | *R$ 14.631,01* |
| *01.001.01.031.0009.1.025 - 449051 - Obras e Instalações* | *R$ 5.782,76* |
| *01.001.01.031.0009.1.024 - 449052 – Equip. mat. Permanente* | *R$ 1.780,00* |
| *01.001.01.031.0009.2.022 - 339030 – Material de Consumo* | *R$ 766,38* |

**Artigo 2º** - Fica o poder publico municipal autorizado a reeditar o Decreto nº 470/2017.

**Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Artigo 4º** - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT**

**Em, 26 de junho de 2018.**

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**

**Prefeita Municipal**

**DECRETO Nº 470/2017**

**Reeditado pelo Decreto nº 226/2018.**

**SÚMULA:** "Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial para Suplementação Orçamentária por anulação, entre dotações da Câmara Municipal de Vereadores, e dá outras providências."

A Senhora **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo e m vista o contido da Lei Municipal, e em consonância com a Lei Federal 4320/64, resolve...

**Artigo 1º** - Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 980/2016, que promove a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa de 2017, no valor de R$ 23.590,85 (vinte e três mil, quinhentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos) a ser consignado na seguinte Dotação Orçamentária:

| | |
|---|---|
| 01.001.01.031.0009.2.022 - 319113 - Obrigações Patronais | R$ 630,70 |
| 01.001.01.031.0009.2.022 - 319011 – Venc. Vant. Fixas | R$ 14. 631,01 |
| 01.001.01.031.0009.1.025 - 449051 - Obras e Instalações | R$ 5.782,76 |
| 01.001.01.031.0009.1.024 - 449052 – Equip. mat. Permanente | R$ 1.780,00 |
| 01.001.01.031.0009.2.022 - 339030 – Material de Consumo | R$ 766,38 |

. **Art. 2º -** O Crédito Adicional Suplementar ora autorizado no artigo 1º desta Lei será deduzido no montante de R$ 23.590,85 (vinte e três mil, quinhentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos), das seguintes funcionais programáticas abaixo:

| | |
|---|---|
| 01.001.01.031.0009.2.022 - 319011 | R$ 7.104,14 |
| 01.001.01.031.0009.2.022 - 319013 | R$ 1.141,09 |
| 01.001.01.031.0009.2.022 - 339030 | 3.591,56 |
| 01.001.01.031.0009.2.022 - 319014 | R$ 100,00 |
| 01.001.01.031.0009.2.022 - 339033 | 2,46 |
| 01.001.01.031.0009.2.022 - 339036 | 500,00 |
| 01.001.01.031.0009.2.022 - 339093 | 6.775,00 |
| 01.001.01.031.0009.2.022 - 339039 | 2.644,93 |
| 01.001.01.031.0009.1.025 - 449051 | 1.731,67 |

**Art. 3º -** EsteDecreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Carlinda MT, 05 de Dezembro de 2017

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**

Prefeita Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 225/2018**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 346/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - Fica retificado o Artigo 1º do Decreto nº 346/2017, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

*"Art. 1º - Fica autorizado a suplementação no orçamento da Câmara Municipal de Carlinda, aprovado pela Lei Municipal nº 980/2016, cominando com o artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64."*

**Artigo 2º** - Fica o poder publico municipal autorizado a reeditar o Decreto nº 346/2017.

**Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Artigo 4º** - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT**

**Em, 26 de junho de 2018.**

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**

**Prefeita Municipal**

**DECRETO Nº 346/2017**

**Reeditado pelo Decreto nº 225/2018.**

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar para atender ao orçamento da Câmara Municipal de Carlinda, e dá outras providências.

**Carmelinda Leal Martines Coelho**, Prefeita do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve...

**Art. 1º -** Fica autorizado a suplementação no orçamento da Câmara Municipal de Carlinda, aprovado pela Lei Municipal nº 980/2016, cominando com o artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 2º -** O Crédito Suplementar ora regulamentado por este Decreto é no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e será suplementado na seguinte funcional programática e destinação de fonte:

**Código Geral: 01.001.01.031.0009.1.025.4.490-51 R$ 25.000,00**

**Fonte de Recurso:** 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

**Art. 3º** - Para atender a suplementação prevista no artigo 2º desta Lei será deduzido no montante de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), das seguintes funcionais programáticas abaixo:

01.001.01.031.0009.2.022.3.3.90.11 – Vctos Vant. Fixas R$ 17.000,00

01.001.01.031.0009.2.022.3.1.90.13 – Obrigações Patronais R$ 4.000,00

01.001.01.031.0009.2.022.3.1.91.13 – Obrigações Patronais R$ 4.000,00

**Art. 4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT**

**Em, 10 de julho de 2017.**

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**

**Prefeita Municipal**

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 224/2018**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 318/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - Fica retificado o Artigo 1º do Decreto nº 318/2017, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

*"Art. 1º - Fica autorizado a suplementação no orçamento da Câmara Municipal de Carlinda, aprovado pela Lei Municipal nº 980/2016, cominando com o artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64."*

**Artigo 2º** - Fica o poder publico municipal autorizado a reeditar o Decreto nº 318/2017.

**Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Artigo 4º** - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT**

**Em, 26 de junho de 2018.**

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**

**Prefeita Municipal**

**DECRETO Nº 318/2017.**

**Reeditado pelo Decreto nº 224/2018.**

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar para atender ao orçamento da Câmara Municipal de Carlinda, e dá outras providências.

A Senhora **Carmelinda Leal Martines Coelho**, Prefeita do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

**Art. 1º -** Fica autorizado a suplementação no orçamento da Câmara Municipal de Carlinda, aprovado pela Lei Municipal nº 980/2016, cominando com o artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 2º -** O Crédito Suplementar ora regulamentado por este Decreto é no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e será suplementado na seguinte funcional programática e destinação de fonte:

**Código Geral: 01.001.01.031.0009.2.022.3.390-39 R$ 2.000,00**

**Fonte de Recurso:** 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

**Art. 3º** - Para atender a suplementação prevista no artigo 2º desta Lei será deduzido no montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais), das seguintes funcionais programáticas abaixo:

01.001.01.031.0009.2.022.3.3.90.35 – Serv. De Consultoria R$ 1.000,00

01.001.01.031.0009.2.022.3.3.90.93 – Indenizações Restituições R$ 1. 000,00

**Art. 4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT**

**Em, 19 de junho de 2017.**

**CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**

**Prefeita Municipal**

## GABINETE DO PREFEITO

### RESOLUÇÃO Nº 004/2018/CMAS

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**RESOLUÇÃO Nº 004/2018/CMAS**

**SUMULA: "**Dispõe sobre Aprovação do Plano de Ação Co-Financiamento do Governo do Estado de Mato Grosso 2018".

O Conselho Municipal de Assistência Social de Carlinda-MT, no uso de suas atribuições em Reunião Extraordinária no dia 26 de junho de 2018, considera a necessidade de apreciação e aprovação do PLANO DE AÇÃO COFINANCIAMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO 2018,resolve;

Art. 1º Fica aprovado o PLANO DE AÇÃO COFINANCIAMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO 2018.

Parágrafo único. Este documento deverá ser anexado ao Plano de Ação CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO 2018, como instrumento de comprovação, ambos é de parecer favorável.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação e afixação no mural.

Sala de Reunião CMAS, Carlinda/MT, 26 de Junho de 2018.

_____

**Odair Marques Neves**

Presidente CMAS

Decreto 221/2018

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP N.º 043/2018

**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITACAO**

O Pregoeiro torna público o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 43//2018**, do **TIPO "MENOR PREÇO POR ITEM",** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICO, ELETRO ELETRONICO E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT.** e sagraram-se vencedoras as empresas: **ONDE-SE-LE: FERRARI CELL LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 11.350.664/0001-05** vlr global de **R$ 327.990,00 (Trezentos e vinte e sete mil novecentos e noventa reais) LEIA-SE vlr global de R$ 206.079,00 (Duzentos e seis mil setenta e nove reais) ONDE-SE-LE:** a empresa **OLMI INFORMÁTICA LTDA** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 00.789.321/0001-17** valor global de **R$ 328.485,00 (Trezentos e vinte e oito mil quatrocentos e oitenta e cinco reais) LEIA-SE** vlr global de **R$ 327.990,00 (Trezentos e vinte e sete mil novecentos e noventa reais)**

Castanheira - MT, **27** de **Junho** de **2018.**

Wilson Vieira

Pregoeiro

### AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º 045/2018

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL N.º 45/2018**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** Objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM ACOMPANHAMENTO TECNICO DOS SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E DE ENGENHARIA, LOCAÇÃO DE MAQUINÁRIO E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA NA EXECUÇÃO DO MEIO FIO NAS VIAS URBANAS CONF. PROJETO BÁSICO, NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT,** com sessão no dia **10/07/2018** às 08:00 **horas.** Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com, ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, **27** de **Junho** de **2018**.

**WILSON VIEIRA**

**Pregoeiro**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2018**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2018**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1184/2018**

O MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, por meio do Pregoeiro abaixo assinado, torna público para conhecimento dos interessados, que a Licitação Modalidade, **PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2018,** que tem por objeto o ***Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios do tipo pães para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Chapada dos Guimarães/MT, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos,*** teve como Resultado Final onde sagrou-se vencedora a empresa, conforme especificado abaixo:

| LOTE 01 (PRINCIPAL – 75%) – PÃES | |
|---|---|
| **EMPRESA** | **VALOR TOTAL** |
| ODENIL CARLOS DA CRUZ – ME | R$ 221.782,50 |
| **TOTAL** | **R$ 221.782,50** |

| LOTE 02 (EXCLUSIVO ME/EPP – 25%) – PÃES | |
|---|---|
| **EMPRESA** | **VALOR TOTAL** |
| ODENIL CARLOS DA CRUZ – ME | R$ 73.927,50 |
| **TOTAL** | **R$ 73.927,50** |

Chapada dos Guimarães/MT, 25 de junho de 2018.

**Luíz Sávio Fernandes de Campos**

**Pregoeiro**

**Marcela Mª Eloy Paixão Oliveira**

**Superintendente de Licitações**

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2018**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1184/2018**

Recomendamos a Adjudicação e Homologação da Licitação Modalidade, **PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2018,** que tem por objeto o ***Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios do tipo pães para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Chapada dos Guimarães/MT, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos,*** onde sagraram-se vencedoras as empresas, conforme especificado abaixo:

| LOTE 01 (PRINCIPAL – 75%) – PÃES | |
|---|---|
| **EMPRESA** | **VALOR TOTAL** |
| ODENIL CARLOS DA CRUZ – ME | R$ 221.782,50 |
| **TOTAL** | **R$ 221.782,50** |

| LOTE 02 (EXCLUSIVO ME/EPP – 25%) – PÃES | |
|---|---|
| **EMPRESA** | **VALOR TOTAL** |
| ODENIL CARLOS DA CRUZ – ME | R$ 73.927,50 |
| **TOTAL** | **R$ 73.927,50** |

Chapada dos Guimarães/MT, 25 de junho de 2018.

**ADJUDICO:**

**Luíz Sávio Fernandes de Campos**

Pregoeiro

**HOMOLOGO:**

**Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira**

Prefeita Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

**PREVI-CLAUDIA**
**PORTARIA PREVI-CLAUDIA**

**PORTARIA N.º 59/2018.**

***"Dispõe sobre o encerramento do beneficio de pensão por morte, em favor do beneficiário HENRIQUE RODRIGUES DE SOUZA em decorrência de maioridade civil".***

*A Diretora Executiva do **PREVI-CLÁUDIA**, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e da Lei Municipal n.º 473/2.013 de 24 de Abril de 2.013, que Estrutura o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de CLÁUDIA – MT.*

**Resolve,**

**Art. 1°** Encerrar a concessão do benefício de Pensão por Morte, outorgado na data de 14/09/2006, nos termos da Portaria nº 041/2006, em decorrência da maioridade civil do beneficiário **HENRIQUE RODRIGUES DE SOUZA**, a partir de 01 de junho de 2018.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagindo à data de 01 de junho de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Cláudia/MT, 20 de junho de 2.018.

**Sheila Yotzchetz**

Diretora Executiva do PREVI-CLÁUDIA

**RG:** 7.247.529-1 SSP/PR

**CPF:** 033.243.079-02

*Registre-se, publique-se e cumpra-se.*

**PREVI-CLAUDIA**
**PORTARIA PREVI-CLAUDIA**

**PORTARIA N.º 60/2018.**

***"Dispõe sobre o encerramento do beneficio de pensão por morte, em favor da beneficiária ANNA LAURA SIZUKO DE CARVALHO POPOLI em decorrência de maioridade civil".***

*A Diretora Executiva do **PREVI-CLÁUDIA**, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e da Lei Municipal n.º 473/2.013 de 24 de Abril de 2.013, que Estrutura o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de CLÁUDIA – MT.*

**Resolve,**

**Art. 1°** Encerrar a concessão do benefício de Pensão por Morte, outorgado na data de 21/07/2014, nos termos da Portaria nº 034/2014, em decorrência da maioridade civil da beneficiária **ANNA LAURA SIZUKO DE CARVALHO POPOLI**, a partir de 01 de junho de 2018.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagindo à data de 01 de junho de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Cláudia/MT, 20 de junho de 2.018.

**Sheila Yotzchetz**

Diretora Executiva do PREVI-CLÁUDIA

**RG:** 7.247.529-1 SSP/PR

**CPF:** 033.243.079-02

*Registre-se, publique-se e cumpra-se.*

**RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018 REGISTRO DE PREÇOS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO**

**RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018 REGISTRO DE PREÇOS**

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que as empresas **ADILSON GHISI EPP, E M PUERTA – ME, OLAPER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES E PNEUS EIRELI ME e E M PUERTA ME,** sagraram-se vencedoras do processo de Licitação em referência, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUIDOS PARA FREIO E EMBREAGEM, ADITIVOS ANTI-CORROSIVOS E GRAXA PARA ROLAMENTOS, A SEREM UTILIZADOS EM VEÍCULOS E MAQUINAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA/MT.** Cláudia/MT, 26 de Junho de 2018.

**Altamir Kurten**

Prefeito Municipal

**Shirley Yotzchetz**

Pregoeira

**TERMO DE REVOGAÇÃO**

**TERMO DE REVOGAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que fica revogado o AVISO DE ADESÃO a Ata de Registro de Preços 013/2018, oriunda do Pregão Presencial n° 006/2018 Registro De Preços nº 005/2018, da Prefeitura Municipal de Lucas Do Rio Verde – MT, através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO n° 004/2018**, visando a "Contratação de empresa especializada em elaboração de projetos de pavimentação asfáltica, em 31.435 KM da Rodovia MT-423 no município de Cláudia/MT, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, em especial a existência de vício insanável do objeto, nos Termos do Art. 49 da Lei 8. 666/93. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia/MT, 26 de Junho de 2018.

**ALTAMIR KURTEN**

**Prefeito Municipal**

**SHIRLEY YOTZCHETZ**

**Pregoeira Oficial**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

**PORTARIA PREVI**

**PORTARIA N.º 006/2018**

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora **Sra. Josely da Silva Aguiar.**"

**O Secretário Municipal de Administração do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 6º incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003 e § 5º do Art. 40 da Constituição, combinado com o Art. 79, I, II, III e IV da Lei nº 504 de 17/10/2005, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cocalinho/MT; Lei Complementar n° 003 de 23/12/2011 que dispõe sobre a carreira dos profissionais da Educação Pública do município de Cocalinho; e Decreto municipal nº 1577 de 02/05/2018 que dispõe sobre atualização do subsidio dos profissionais da Educação e da outras providencias;

**Resolve:**

**Art. 1º.** Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a servidora **Sra. *Josely da Silva Aguiar***, brasileira, portadora do RG n.º 1.689.816 SSP/GO e CPF n.º 401.973.521-20, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva no cargo de Professora, Classe "C", Nível "09", com carga horária de 30 horas semanais, devidamente matricula sob o nº 152, contando com **26 (vinte e seis) anos, 05 (cinco) meses e 09 (nove) dias** de tempo de contribuição, exclusivamente na função de magistério, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **com proventos integrais,** com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme processo administrativo do **PREVI-COCALINHO, n.º *2018.04.00006P*,** a partir de 01/06/2018, até posterior deliberação.

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de junho de 2018**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Cocalinho - MT, 26 de junho de 2018.

**PAULO SERGIO FELIPE SANTOS**

Secretário Municipal de Administração

Homologo:

**DALVA MARIA DE LIMA Prefeita Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

**PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018 - SRP**

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 036/2018, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de assessoria, consultoria e fornecimento de licenças de uso de sistema de gestão educacional e arquivo digital com tecnologia 100% hibrida (on/off) line para a secretaria municipal de educação de Colider/MT, incluindo a conversão, migração, implantação e customização de banco de dados, manutenção e treinamento de usuários. Sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

| EMPRESA | VLR. TOTAL |
|---|---|
| OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - EPP | 186.312,00 |

Colider/MT, 26 de Junho de 2018.

**DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA**

**Pregoeiro Oficial**

**Publique-se**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 582/ADM/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA Nº 582/ADM/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

**SILVANA DE OLIVEIRA REZER,**Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Kelin Mariana Gomes de Bairros,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 1960, a partir do dia **01 a 30 de julho ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**Art.2°** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 26 de junho de 2018.

**SILVANA DE OLIVEIRA REZER**

**SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO**

**PORTARIA Nº. 139/GP/2018**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 26/06/2018 a 26/07/2018

**PREVI-COLNIZA**
**PORTARIA N.º 034/PREVI-COLNIZA/2018**

**PORTARIA N.º034/PREVI-COLNIZA/2018**

***"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Sra. Elizete Sodre Oliveira."***

**O Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais e fundamentado;

Considerando o Art. 6º, inciso I, II, III, IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. Art. 82, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal nº. 663 de 21 de outubro de 2016, que reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Colniza/MT, **Lei nº. 502/2011, que dispõe sobre a revogação da Lei nº. 112/2003 LOPEB e reestrutura a carreira dos profissionais da educação básica do Município de Colniza; e Decreto 021/2017 que concedeu reajuste aos servidores do executivo Municipal.**

**Resolve:**

**Art. 1º.** Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a servidora, **Sra. Elizete Sodre Oliveira**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 414409 - SESDEC/RO, inscrita no CPF sob o n.º 408.306.402-15, matricula sob nº. 1072, servidora efetiva no cargo de Professora, Classe "C", Nível "XXVI", com carga horária de 40 horas semanais, contando com 26 (vinte e seis) anos, 04 (quatro) meses e 13 (treze ) dias de tempo de contribuição, exclusivos na função de magistério, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **com proventos integrais,** com base na remuneração do servidor no cargo efetivo, conforme processo administrativo do **PREVI-COLNIZA**, n.º **2017.04.00038P**, a partir de **01/06/2018** até posterior deliberação.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Colniza/MT, 12 de junho de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

Prefeito Municipal

**SILVANA DE OLIVEIRA REZER Secretária Municipal de Administração**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 220/GP/2018**

**PORTARIA Nº 220/GP/2018, DE 21 DE JUNHO DE 2018.**

**CELSO LEITE GARCIA,** Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

**ART. 1º -** Concede **gratificação de 50%** (cinquenta por cento) sobre o vencimento base para o servidor público municipal **Claudio Ferreira Marinho,** matricula nº. **580**,ocupante do Cargo de Carreira de Pedreiro, 40 horas, para exercer a Função Gratificada de Diretor do Departamento de Águas, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

**ART. 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 04 de junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de junho de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SILVANA DE OLIVEIRA REZER**

**SEC. DE ADMINISTRAÇÃO**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

O período de publicação será de 21/06/2018 a 21/07/2018

**LICITAÇÃO**
**CONTRATOS - EXTRATO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 004/2018**

**EXTRATO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 004/2018**

**DEVEDOR:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

**CREDOR:** MIRAGE AUTO POSTO LTDA - LTDA EPP, inscrita no CNPJ n° 19.822.397/0001-25, localizada Av. Sete de Setembro, nº 181, Centro, Colniza/MT

**OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:** O DEVEDOR através do presente reconhece expressamente que possui uma dívida a ser paga diretamente ao CREDOR, referente ao referente ao Processo Administrativo nº. 24.502/2018 oriundo do Pregão Presencial (SRP) nº 044/2017, informado na C.I. 121/2018 do Departamento de Frotas e demais documentos constantes no Processo Administrativo 24.502/2018, no valor total de R$ 22.192,22 (vinte e dois mil e cento e noventa e dois reais e vinte e dois centavos)

**DO VALOR E DO PAGAMENTO:** O valor é de R$ 22.192,22 (vinte e dois mil e cento e noventa e dois reais e vinte e dois centavos), que será pago em 3 (três) parcelas mensais com os seguintes vencimentos, incidindo os descontos legais cabíveis conforme previsto:

1º parcela com vencimento para 22/07/2018 - R$ 7.397, 40 (sete mil e trezentos e noventa e sete reais e quarenta centavos);

2º parcela com vencimento para 22/08/2018 - R$ 7.397, 40 (sete mil e trezentos e noventa e sete reais e quarenta centavos) e;

3º parcela com vencimento para 22/09/2018 - R$ 7.397, 40 (sete mil e trezentos e noventa e sete reais e quarenta centavos).

**DATA EMISSÃO:** 21/06/2018

**JURÍDICO**
**PORTARIA Nº 219/ADM/2018, DE 21 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA Nº 219/ADM/2018, DE 21 DE JUNHO DE 2018.**

**CELSO LEITE GARCIA,** Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - **Conferir elevação de classe,** após realização de análise dos recursos de elevação de classe, desenvolvido por Comissão designada para verificação do feito, consoante Decreto n° 059/GP/2018 de 27 de março de 2018, sendo concedida a progressão para os servidores abaixo, que irá ser conferida a partir do mês de julho de 2018, sem prejuízo dos direitos adquiridos.

| | SERVIDOR | INSERRIDO NA LEI Nº: | ELEVAÇÃO DE CLASSE |
|---|---|---|---|
| 1 | ACIR JOSÉ DE CAMPOS | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 2 | ANA MARIA DA GLORIA FARIAS | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 3 | ANTONIO JOSÉ DA SILVA | 501/2011 | **"B"** PARA **"C"** |
| 4 | CÁSSIA SOUZA LEAL | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 5 | DAIANY CHRISTINA DE ARAUJO CAMPOS | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 6 | DEUZILETE ALVES DOS SANTOS | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 7 | EDENILSO ANDRE DE OLIVEIRA | 500/2011 | **"B"** PARA "C" |
| 8 | ELI JOSÉ DA FONSECA | 502/2011 | **"B"** PARA "C" |
| 9 | ELISEU CLAUDIO PINTO | 502/2011 | **"B"** PARA **"C"** |
| 10 | ELIZETE FERREIRA DA SILVA | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 11 | EVERALDO LACERDA DE LIMA | 500/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 12 | GERALDA MARIA DE JESUS SÁ JORDÃO **SUSPENSO CONFORME DECRETO Nº 082/GP/2018.** | 501/2011 | **"B"** PARA **"C"** |
| 13 | GIRLENE SILVA LIMA LOPES | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 14 | HERMIONE MARIA CRUZ FERMINO | 502/2011 | **"B"** PARA **"C"** |
| 15 | IZABEL STOFEL | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 16 | JACQUELINE MARTINS SOUZA | 501/2011 | **"B"** PARA **"C"** |
| 17 | JOÃO BATISTA ANTUNES MAGALHÃES | 502/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 18 | JOCELENE MEDEIROS DA SILVA | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 19 | JOSÉ DE RIBAMAR ARAUJO | 501/2011 | **"B"** PARA **"C"** |
| 20 | JOSÉ MARIO OLIVEIRA DA SILVA | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 21 | LIDIA DA SILVA PERREIRA | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 22 | LUCIA SANTANA DA SILVA | 501/2011 | **"B"** PARA **"C"** |
| 23 | LUCIMEIRE DE SOUZA NEVES **SUSPENSO CONFORME DECRETO Nº 082/GP/2018.** | 501/2011 | **"B"** PARA **"C"** |
| 24 | MALVA DE SOUZA ALVES | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 25 | MARIA JOSE RUDES | 500/2011 | **"B"** PARA **"C"** |
| 26 | MIRIAN ROSA DA FONSECA | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 27 | MIRIAM SCAFFI MENDES NUNES | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 28 | NAIR RAAUWENDAAL DE MATOS **SUSPENSO CONFORME DECRETO Nº 082/GP/2018.** | 502/2011 | **"A"** DO NÃO PROFISSIONALIZADO PARA **"A"** DO PROFISSIONALIZADO |
| 29 | NEIDE MATIAS DA COSTA | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 30 | PEDRRO STRINGHI | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 31 | RUBEM STEINK | 500/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 32 | SANDRA MARIA BARBOSA DA SILVA LIMA | 501/2011 | **"B"** PARA **"C"** |
| 33 | SAULO RIBEIRO SILVA | 501/2011 | **"A"** PARA **"B"** |
| 34 | SOLANGELA LIMA DE SÁ | 502/2011 | **"A"** PARA **"B"** |

**Art. 2°** - Os valores retroativos que cada servidor teve com a elevação de classe conferida, não serão apresentados neste ato, pois a Comissão de Avaliação e Progressão está terminando a realização deste estudo e o efetivo pagamento dependerá de estudo do impacto orçamentário que irá gerar.

**Art. 3° -** A data de contagem para efeitos de cálculo da concessão de valores retroativos provenientes das elevações de classe será o mês subsequente à data do protocolo de recebimento da Administração.

**Art. 4° -** Os valores pagos de forma retroativa serão calculados pela diferença entre o salário atual e o novo salário que deverá ser percebido com a elevação de classe, multiplicado pelo número de meses desde a data do protocolo, além do recebimento do 13° salário do período correspondente.

**Art.5°** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de junho de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

### EXTRATO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018**

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 26/06/2018 às 08:00 horas, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS - EDITAL n° 005/2018, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃODE OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AVENIDA VALDIR MASUTTI, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, EM ANEXO,** consagrou- se vencedora a empresa licitante: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP.

Comodoro – MT, 26 de junho de 2018.

**ANITA RODRIGUES DA PAIXÃO**

Presidente

### EXTRATO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2018

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2018**

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro substituto Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL n° 054/2018, tendo como objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SISTEMA HIDRAULICO DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL,** cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 12/07/2018, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78. 310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br/portal transparência. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 26 de Junho de 2018.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro Substituto

**EXTRATO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2018**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2018**

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro substituto Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL n° 055/2018, tendo como objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEICULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL,** cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 13/07/2018, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78. 310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br/portal transparência. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 26 de Junho de 2018.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro Substituto

**EXTRATO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2018**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2018**

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 19/06/2018 às 08:00 horas, na modalidade de Pregão Presencial EDITAL n° 041/2018, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS,** consagrou-se vencedora a empresa licitante**: LEIDE APARECIDA MIOTTO 00990292193.**

Comodoro – MT, 19 de Junho de 2018.

**FERNANDO OLIVEIRA LEMOS DA ROSA**

PREGOEIRO SUBSTITUTO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

**ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES**
**AVISO DE LEILÃO Nº 001/2018**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.**

**AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2018**

**BENS MÓVEIS DIVERSOS -** Leilão hibrido: presencial e on-line simultaneamente

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT**, através da Comissão Permanente de Licitação, Portaria nº 267/2018, comunica aos interessados que realizará, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, leilão do tipo Maior Lance, para alienação de bens móveis diversos de sua propriedade e no estado em que se encontram.

**Dia e local do leilão: 13 de julho de 2018, 6ª feira, às 09:00 horas**, no pátio da Secretaria Municipal de Obras, Localizada na Avenida Brasil/BR 158, s/nº, Bairro Jardim Vitória, Confresa/MT.

Leiloeiro Público Oficial Kleiber Leite Pereira Junior, portador da Matricula nº **031/2015/Jucemat, Portaria Municipal n° 229/2018 de 16 de maio de 2018.**

Leilão hibrido: presencial e on-line simultaneamente. Os interessados em participar via internet deverão se habilitar em até 24 horas antes do leilão para aprovação de cadastro e liberação de acesso ao sistema no site: www.kleiberleiloes.com.br.

Visitas aos bens no local do leilão a partir do dia 25/06/2018, no horário de 07h30m as 11h00m e das 13h30m as 17h00m.

Edital completo e relação dos bens com a Comissão **(66) 3564-1818 ou com o Leiloeiro (65) 3027-5131 – 99289.8092.**

Veja mais no Portal da Transparência da Prefeitura www.confresa.org e no site do Leiloeiro: www.kleiberleiloes.com.br.

Confresa/MT, 27 de junho de 2018.

A Comissão

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira Rafaella Aparecida de Deus

Presidente da CPL Secretaria

Maraise Alves de Brito Milena Pereira Luz Oliveira

Membro Membro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

**LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018 - SRP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2729/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2018, que tem como objeto REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO TIPO MANILHA PARA ATENDER DEMANDAS DE OBRAS DO MUNICÍPIO, teve como vencedora a empresa L. C. BRANCHER E CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 11.423.558/0001-04, que apresentou melhor oferta, ficando assim registrados: Itens 45474 no valor de R$ 97,00 (noventa e sete reais), 48498 no valor de R$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais), 107783 no valor de R$ 140,00 (cento e quarenta reais), 43018 no valor de R$ 205,00 (duzentos e cinco reais), 5929 no valor de 270,00 (duzentos e setenta reais) e o item 43020 no valor de R$ 455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais). Os itens registrados serão retirados conforme a necessidade.

Conquista D'Oeste, 26 de junho de 2018.

Fernando Roberto de Moraes - Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

**SEC. GOVERNO**
**DECRETO Nº 1.189/2018**

Estabelece o expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições:

Considerando a realização da Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) de 2018 da Rússia, da qual participará a Seleção Brasileira;

Considerando o calendário estabelecido para a Copa do Mundo de 2018, que prevê jogos da Seleção Brasileira em dias úteis;

Considerando a necessidade de adotar medidas que aperfeiçoem a organização e a manutenção dos serviços da administração no período da relevante competição esportiva;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** - Fica estabelecido horário de funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal do Município de Cotriguaçu-MT, nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, devendo o expediente de trabalho ser realizado nos seguintes períodos

Ø Dia 22/06/2018 (sexta-feira), expediente das 13h00m às 17h00h.

Ø Dia 27/06/2018 (quarta-feira), expediente das 07h00m às 11h00m

**Art. 2º** - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se asdisposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, aos 11 dias do mês de Junho de 2018.

**JAIR KLASNER**

**Prefeito Municipal**

Registre-se e Publique-se:

**SEC. GOVERNO**
**PORTARIA N° 198/2018**

Dispõe sobre a remoção de servidor e dá outras providências

**JAIR KLASNER**, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e

**Considerando** a necessidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de compor seu quadro de servidores, sobretudo o cargo de biólogo, justificada pela necessidade do Município de Cotriguaçu de promover o licenciamento ambiental de empreendimentos de pequeno impacto ambiental, conforme Resolução CONAMA nº 237/97 que definiu a competência dos entes federativos relativamente ao licenciamento ambiental;

**Considerando** que a municipalidade dispõe de servidor público efetivo no cargo de Especialista em Saúde – Biólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, cujo potencial e qualificação técnica está sendo subaproveitado.

**Considerando** a necessidade de manter a austeridade nos gastos públicos com pessoal, maximizando o aproveitamento dos servidores existentes no quadro efetivo de servidores;

**Considerando** que a remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, observado o interesse da administração, a equivalência de vencimentos e a manutenção da essência das atribuições e requisitos do cargo;

**Considerando** que, de acordo Art. 57 e 58 da Lei Complementar Municipal nº 019/2005, a remoção pode ocorrer e no caso deve ocorrer de ofício para atender ao interesse público;

**Considerando** por fim, que o presente ato administrativo não ostenta desvio de poder, nem se apresenta descompassado de motivação e de finalidade, estando em conformidade com os princípios elencados no caput do art. 37 da Constituição da República;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Remover o Sr. ***JACIELIO DO NASCIMENTO EUFRASIO***, portador do CPF nº 778.708.671-87, lotado na Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, para exercer as funções inerentes a seu cargo de Biólogo para o cumprimento de sua jornada de trabalho regular junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sem prejuízos dos direitos funcionais e vantagens legalmente adquiridas.

.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 22 de março de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-07 de Junho de 2018.

**JAIR KLASNER**

**Prefeito Municipal**

**SEC. GOVERNO**
**LEI Nº 1.045/2018**

"Dispõe sobre novo parcelamento de débitos do Município de Cotriguaçu com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS."

**JAIR KLASNER**, Prefeito Municipal de Cotriguaçu - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos do Município de Cotriguaçu com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo PREVI - COTRI – Instituto Municipal de Previdência Social de Cotriguaçu - CNPJ: 05.070.835/0001-31, em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e sucessivas, de contribuições devidas pelo ente federativo, bem como de outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, relativos a competências janeiro 2014 até julho 2017, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, com as alterações da Portaria MF nº 333/2017.

§ 1º - Os débitos são relativos a competência de 2014/2015/2016/2017, referente a diferença de alíquotas dos valores do empregador, conforme documento incluso.

§ 2º - Foram apurados um débito de R$ 201.115,43 (duzentos e um mil, cento e quinze reais e quarenta e três centavos), referente a diferença de alíquotas dos valores do empregado (competência 2014/2015/2016/2017).

§ 3º - Os valores dos débitos apresentados não são consolidados, uma vez que este será apurado posteriormente, por meio do aplicativo CADPREV, disponibilizado pelo Ministério da Previdência Social, quando do efetivo parcelamento.

Art. 2º Para apuração do montante devido a ser parcelado os valores originais serão atualizados pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), acrescido de juros simples de 0.5% a.m (metade de um inteiro por cento) ao mês, com multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento, conforme critérios de atualização estabelecidos no inciso II do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008 e a meta de atualização do cálculo atuarial.

Art. 3º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo por meio do aplicativo CADPREV, disponibilizado pelo Ministério da Previdência Social, pelo INPC acrescido de juros simples de acrescido de juros simples de 0.5% (metade de um inteiro por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

Art. 4º. Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art 5º - Fica autorizado o Poder Executivo, em caso de alteração ou divergências das condições para a consecução do acordo por meio do apli-

cativo CADPREV, a promover a correção nominal de valores, em caso de erro material, alteração de indicadores de correção monetária ou juros, por meio de Decreto do Poder Executivo, com a finalidade de permitir a obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 26 de junho de 2018.

**JAIR KLASNER**

**Prefeito Municipal**

**PORTARIA 033/2018**

**PORTARIA N.º 033/2018 "Dispõe sobre o Auxílio Doença em favor da Servidora Sr.ª GISELE AUXILIADORA PONCE SILVA DE FARIA".**

*A Diretora Executiva do **PREVI-COTRI**, Instituto Municipal de Previdência Social de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 a 19, da Lei Municipal n.º 692/2011, de 02 de maio de 2011.*

***Resolve,***

**Art. 1º** Conceder a prorrogação do benefício de **AUXÍLIO DOENÇA** em favor da servidora **Sr.ª GISELE AUXILIADORA PONCE SILVA DE FARIA**, efetiva no cargo de Técnico de Nível Superior, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, com remuneração integral a partir de 15/06/2018 e término em 12/09/2018, conforme processo do PREVI-COTRI nº 2018.01.00000006.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Registre, publique e cumpra-se.**

Cotriguaçu-MT, 26 de Junho de 2018

**Sandra Parmejane**

Diretora Executiva do PREVI-COTRI

Portaria nº 112/2018

**SEC. GOVERNO**
**LEI Nº 1.044/2018**

**"EMENTA: DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUAS NA CIDADE DE COTRIGUAÇU, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS".**

JAIR KLASNER, PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Visando a adequação e ordenação territorial, a urbanização e a organização da Cidade de Cotriguaçu.

**Art. 2º** - Passa as referidas áreas a fazerem parte integrante dos bens do Município por se destinar única e exclusivamente à implantação do sistema viário já existente, sendo que as mesmas constituem-se em servidão de passagem, há vários anos, conforme Memorial Descritivo anexo, passando a ter a seguinte denominação.

**ÁREA 1.380,1247 M² - Denominada Rua José Silveira.**

**ÁREA 2.346,0475 M² - Denominada Rua Irineu Silveira**

**ÁREA 1.202,2629 M² - Denominada Rua José Sistheren**

**Art. 3º** - O Memorial descritivo e o Mapa fazem parte integrante e anexo a esta Lei.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 19 dias do mês de Junho de 2018.

**JAIR KLASNER**

**Prefeito Municipal**

Registre-se e Publique-se:

**SEC. GOVERNO**
**LEI Nº 1.043/2018**

SÚMULA: Abre Credito Especial para dotação orçamentário Por Fonte de Recursos para despesas de pessoal, alteração da PPA, LDO e LOA e dá outras providências."

Jair Klasner– Prefeito Municipal de Cotriguaçu, no uso e gozo de suas atribuições,

Faço saber que a Câmara Municipal de Cotriguaçu aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial, destinados à suplementação de despesas no valor de valor de R$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais ).

**Suplementação de Despesas:**

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade: 01-Secretaria Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2067- Gestão e Manutenção da Saúde e Saneamento Básico

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ------ R$ 25.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 3. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 3. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.16.00 Outras Despesas Variáveis ---------- R$ 4.000,00

Fonte de Recurso: 0014- Transferência de Recurso do Sistema Único de Saúde – SUS- União

Sub- Total----------R$ 35. 000,00

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade: 01-Secretaria Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2067- Gestão e Manutenção da Saúde e Saneamento Básico

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas------- R$ 25.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 3. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 3. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.16.00 Outras Despesas Variáveis ----R$ 4. 000,00

Fonte de Recurso: 0042- Transferência de Recurso do Sistema Único de Saúde – SUS- Estado

Sub- Total----------R$ 35. 000,00

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade: 02-Fundo Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2035- Intensificar as Ações de Vigilância Sanitária

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas --R$ 8.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais --------R$ 2. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais -------R$ 1. 500,00

Dotação Orçamentária: 3191.16.00 Outras Despesas Variáveis -------R$ 1. 500,00

Fonte de Recurso: 0042- Transferência de Recurso do Sistema Único de Saúde – SUS- Estado

Sub Total ----------R$ 13.000,00

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade: 02-Fundo Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2088- Gestão e Manutenção PACS- Agente Comunitário de Saúde .

Dotação Orçamentária: 3191.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ----------R$ 8.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 5. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 5. 0000,00

Fonte de Recurso: 0042- Transferência de Recurso do Sistema Único de Saúde – SUS- União

Sub- Total----------R$ 18.000,00

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade: 02-Fundo Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2128- Gestão da Atenção Básica, Media e Alta Complexidade (MAC) e Vigilância em Saúde.

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ----------R$ 25.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 3.000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 3.000,00

Dotação Orçamentária: 3191.16.00 Outras Despesas Variáveis --------R$ 8.000,00

Fonte de Recurso: 0042- Transferência de Recurso do Sistema Único de Saúde – SUS- Estado

Sub Total----------R$ 39.000,00

Art. 2º) A suplementação decorrente do artigo anterior, ocorrera a conta de Anulação parcial de Dotações abaixo discriminadas:

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade: 01-Secretaria Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2128- Gestão da Atenção Básica, Média e Alta Complexidade (MAC) e Vigilância em Saúde.

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ----------R$ 100.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.16.00 Outras despesas Variáveis-Pessoal ----------R$ 40.000,00

Fonte de Recurso: 1002- Transferência de Recurso Próprios

Sub- Total----------R$ 140.000,00

TOTAL GERAL DAS REDUÇÕES R$140.000,00

**Art. 3º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, 19 de junho de 2018

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

**SEC. GOVERNO**
**LEI Nº 1.042/2018**

"SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE COTRIGUAÇU, INSCRITA NO CNPJ 14.989.581/0001-40, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º**. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Fomento para consecução de finalidades de interesse público, por meio de transferência de recursos financeiros no valor de R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), em parcela única, até o 5º (quinto) dia útil do mês de Julho, em favor da Associação Pestalozzi de Cotriguaçu, inscrita no CNPJ 14.989.581/0001-40, objetivando a cooperação mútua por meio de recursos financeiros, proporcionando conforto e bem estar aos alunos nos ambientes das salas de aula garantindo o cumprimento das obrigações e proporcionando o elemento chave na produtividade e desempenho nas atividades com os alunos.

§1º. Será considerado inexigível o chamamento público para a celebração do Termo de Fomento, autorizado pelo caput do presente artigo, em razão da manifesta inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, decorrente da natureza singular do objeto do plano de trabalho e da inexistência de pluralidade de ofertante, bem como em razão do previsto no art. 31, II da Lei 13.019/2014.

§2º. Os recursos terão por objeto a cooperação mútua, auxiliando-a por meio de recursos financeiros no atendimento das pessoas especiais de nosso Município, proporcionando conforto e bem estar aos alunos nos ambientes das salas de aula garantindo o cumprimento das obrigações e proporcionando o elemento chave na produtividade e desempenho nas atividades com os alunos.

§3º. Associação Pestalozzi de Cotriguaçu, inscrita no CNPJ 14.989.581/0001-40 deverá apresentar um plano de trabalho.

§4º. - Incumbe a Associação Pestalozzi de Cotriguaçu, inscrita no CNPJ 14.989.581/0001-40 do Município de Cotriguaçu realizar a prestação de contas do valor repassado, perante a Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sob pena de ser obrigada a ressarcir o erário público.

Art. 2º. Para celebração das parcerias previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, regulamentada neste decreto, a Associação Pestalozzi de Cotriguaçu, inscrita no CNPJ 14.989.581/0001-40 deverá apresentar:

I) Certidões negativas de débito para prova de regularidade fiscal: Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT; Certificado de Regularidade do FGTS; Certidão Negativa de Débitos Tributários e Dívida Ativa Municipal;

II) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil

III) Cópia da última ata de eleição que conste a direção atual da organização da sociedade civil, que comprove a regularidade jurídica;

IV) Plano de trabalho e de aplicação

Art. 3º - Autoriza-se a abertura no orçamento anual da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu de, no exercício financeiro de 2018, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), destinado a atender aos repasses a Associação Pestalozzi de Cotriguaçu, inscrita no CNPJ 14.989. 581/0001-40. As despesas decorrentes do presente Convênio correrão a conta da seguinte dotação:

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2084 – Gestão e Manutenção do Gabinete Municipal.

Elemento: 3.3.50.41.00.00.00.00 1000 – Contribuições

Dotação: 282

Parágrafo único – Fica autorizado à alteração da Lei do Plano Plurianual (PPA 2018/2021) da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício 2018, por Decreto do Executivo.

Art. 4º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art.43§1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 19 de Junho de 2018.

**JAIR KLASNER**

**Prefeito Municipal**

**SEC. GOVERNO**
**LEI Nº 1.041/2018**

**"EMENTA: ALTERA EM PARTE O ART. 2° DA LEI MUNICIPAL Nº 650/ 2010, QUE CRIA RUAS DA CIDADE DE COTRIGUAÇU, E DÁ OUTRA PROVIDENCIAS".**

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

*Art. 1º - Altera-se em parte o artigo Segundo da Lei Municipal de nº*. 650/ 2010*, passando a ser da seguinte forma*:

*"*ARTIGO SEGUNDO - Passam as referidas áreas a fazer parte integrante dos bens do Município por se destinar única e exclusivamente à implantação do sistema viário já existente, sendo que as mesmas constituem-se em servidão de passagem, há vários anos, conforme Memorial Descritivo anexo:

ÁREA I 7.312,3420m2 denominada Rua Volmir Edvino Bervian

ÁREA III-B 1.217,79m2 denominada Rua Juarez Klasner

ÁREA VI-A 1.053,04m2 denominada Rua João Silveira

ÁREA VII-B 756,34m2 denominada Rua Pantaleão Ochôa

ÁREA IX 7.762,43m2 denominada Rua Raimundo Teixeira de Andrade

ÁREA X 6.156,96m2 denominada Rua Irani Silveira

ÁREA VII-A 794,90m2 denominada Rua Pantaleão Ochôa

ÁREA VIII 4.569,1944m2 denominada Rua Hilbrando Klein

ÁREA XI 1.042,00m2 denominada Rua Vanderlei Kischkel

ÁREA VI-B 893,21m2 denominada Rua João Silveira

ÁREA II-A 591,63m2 denominada Rua Jorge Glaab

ÁREA III-A 857,77m2 denominada Rua Juarez Klasner

ÁREA IV 857,77m2 denominada Rua André Alves Martins

ÁREA V 925,77m2 denominada Rua Cícera Alves de Araújo

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, aos 19 dias do mês de Junho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

**SEC. GOVERNO**
**LEI Nº 1.040/2018**

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL COM A ASSOCIAÇÃO UNIÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO PA JURUENA DE COTRIGUAÇU-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão Uso de Bem Móvel, com a Associação União dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento PA Juruena de Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ nº 07.940.317/0001-57, com sede no Assentamento PA Juruena – Cedere 09, com a finalidade de ceder 01 trator 80 CV, 01 Carreta Agrícola e 01 Colhedora de Forragens 10 facas, com os seguintes números de Registro Patrimonial (RP): 771045, 771068 e 771167, junto ao Estado.

Art. 2º - Os Bens são de propriedade do Estado de Mato Grosso, recebidos pelo município de Cotriguaçu-MT através de Termo de Cessão de Uso de Equipamentos n.º 210/SEAF/2017, celebrado entre a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários-SEAF e a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT.

Art. 3º. O prazo da cessão de uso dos equipamentos, objeto da presente Lei, será de 02 (dois) anos podendo ser prorrogado se houver interesse entra as partes.

Art. 4º. A Cessão de Uso dos bens públicos descritos será formalizada mediante Termo específico e, prevalecendo o interesse público sobre a entidade beneficiária, será admitida a alteração de cláusulas regulamentares do ajuste, até mesmo a sua rescisão.

Art. 5º. Os direitos e obrigações sobre a Cessão de que trata a presente Lei são intransferíveis.

§ 1º. A presente Cessão de Uso se formalizará mediante Termo de Cessão de Uso, no qual constarão obrigatoriamente as seguintes cláusulas:

I – Deverá a Cessionária utilizar o bem exclusivamente para os fins a que se destina, em benefício de seus associados, na forma que dispuser o respectivo Estatuto, impedindo a ocupação por terceiros ou não ceder o uso a terceiros;

II – Atribuir a operação do equipamento, objeto da Cessão a pessoa com comprovada capacidade e de conhecimento mínimo de direção e manutenção mecânica e hidráulica;

III – Executar os serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva, necessário para a operação e boa conservação do equipamento;

IV – A Cessionária arcará com os custos de manutenção dos equipamentos, inclusive as despesas com combustíveis, óleos lubrificantes e hidráulicos, peças de reposição de pneus ou sua recuperação, serviços de revisão e manutenção mecânica e operacional geral; devolver o equipamento nas mesmas condições em que o recebeu ao término da cessão, seja por decurso do prazo, seja por revogação da cessão, neste caso no prazo de sessenta (60) dias a contar da notificação.

V – Utilizar somente peças originais quando da necessidade de reposição;

VI – Estabelecer normas regimentais sobre a operação, utilização, custeio e outras relativas a utilização do equipamento pelos Associados da respectiva entidade, fazendo chegar ao conhecimento de todos as normas previstas.

§ 2º. É de inteira responsabilidade da Entidade Beneficiada os prejuízos que venham a ser causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos.

§3.º A cessionária deverá disponibilizar operador com a habilitação reconhecida pelo Código de Trânsito para o modelo do equipamento, objeto da cessão.

Art. 6º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal em cada exercício.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, aos 19 dias do mês de Junho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

**PORTARIA 032/2018**

**PORTARIA N.º 032/2018 "Dispõe sobre o Auxílio Doença em favor do Servidor Sr. Valmor Brambila".**

*A Diretora Executiva do **PREVI-COTRI**, Instituto Municipal de Previdência Social de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 a 19, da Lei Municipal n.º 692/2011, de 02 de maio de 2011.*

***Resolve,***

**Art. 1º** Conceder benefício de **AUXÍLIO DOENÇA** em favor do servidor **Sr. VALMOR BRAMBILA**, efetiva no cargo de Apoio Operacional Motorista, lotada na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, com remuneração integral a partir de 18/05/2018 e término em 01/06/2018, conforme processo do PREVI-COTRI nº 2018.01.00000008.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Registre, publique e cumpra-se.**

Cotriguaçu-MT, 26 de Junho de 2018

**Sandra Parmejane**

Diretora Executiva do PREVI-COTRI

Portaria nº 112/2018

**EDITAL 011/2018**

EDITAL nº 012/2018

CONVOCAÇÃO PARA PERICIA MÉDICA

*A Diretora Executiva do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso (PREVI-COTRI), no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº 692/2011, CONVOCA os Servidores abaixo relacionado para realização de PERÍCIA MÉDICA conforme encaminhamento descrito:*

Servidores:

1 – LUCI MARIA ALVES;

***Data***: Perícia Médica em 30/06/2018

***Horário***: A partir das 09:00 horas

**Local***: Centro de Ultrassonografia Juruena, consultório médico Dr. Cesar, Av. 04 de julho, nº 153, Bairro Centro, Juruena/MT*

***Médico Perito***: Dr. Cesar Francisco Aranibar Zavaleta

*Sob pena de suspensão do benefício concedido pelo PREVI-COTRI, o periciando deverá comparecer no local, na data e hora informadas para avaliação médica, munido de todos os exames, laudos e demais documentos médicos que comprovem o histórico das moléstias adquiridas.*

*Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser solicitadas ao PREVI-COTRI, dentro do horário de expediente, 07:00 às 11:00, 13:00 às 17:00 ou pelo telefone (66) 3555-1438.*

Cotriguaçu–MT, 26 de Junho de 2018.

*Sandra Parmejane*

*Diretora Executiva do PREVI-COTRI*

*Portaria nº 112/2018*

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**EDITAL DE DESISTÊNCIA/RENUNCIA N° 018/2018**

Considerando que o Edital de Convocação n° 068/2018 de 15/06/2018, estabeleceu o prazo de 10 dias para comparecimento na Prefeitura Municipal para entrega da documentação necessária, para posse no Processo Seletivo Simplificado 02/2017.

Considerando o não comparecimento na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu para a entrega da documentação necessária os abaixo relacionados são reconhecidos como desistentes nas vagas oferecidas, reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

| Convocado | Cargo |
|---|---|
| Wellington Pereira | Apoio Administrativo Educacional |

Cotriguaçu-MT, 26 de Junho de 2018.

**JAIR KLASNER**

PREFEITO MUNICIPAL

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 042/2017**

**Pelo presente TERMO ADITIVO, fica alterada a Cláusula TERCEIRA (De Valor) referente ao Contrato nº 042/2017, datado de 18 de Outubro de 2017, objetivando a: "COMPRA DE SERVIÇO DE PASSAGENS DE ONIBUS NOS TRAJETOS DE: JUINA À CUIABA IDA E CUIABA À JUINA VOLTA."CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO – DE VALOR - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula terceira do Contrato prorrogando o valor em 25% do Global, totalizando um acréscimo de de 49.413,23 (Quarenta e nove mil e quatrocentos e treze reais e vinte e três centavos) no valor global desde contrato permitido na clausula Oitava do contrato 042/2017 de 18 de Outubro de 2017, com vigência a partir de 26 de junho de 2018 até 31 de Agosto de 2018.**

**SEC. GOVERNO**
**DECRETO Nº 1.193/2018**

**"Declara Luto Oficial no Município de Cotriguaçu MT, e dá outras providências**

**JAIR KLASNER**, Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

**DECRETA**

Art.1º- Em decorrência do falecimento da **Srª MARIA DA LUZ PEREIRA DE ABREU**, Servidora Pública do Município de Cotriguaçu-MT, ocorrido na data de 24 de junho de 2018, fica decretado luto Oficial nos órgãos que

compõem a Administração Pública Municipal, nos dias 25, 26 e 27 de junho de 2018.

Art.2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 25 de junho de 2018.

**JAIR KLASNER**

**Prefeito Municipal**

**SEC. GOVERNO**
**DECRETO Nº 1.192/2018**

**"Declara Luto Oficial no Município de Cotriguaçu MT, e dá outras providências**

**JAIR KLASNER**, Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

**DECRETA**

Art.1º- Em decorrência do falecimento do **Srº CARLOS BONAVIGO**, pioneiro em nosso Município, ocorrido na data de 21 de junho de 2018, fica decretado luto Oficial nos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, nos dias 22, 23 e 24 de junho de 2018.

Art.2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de junho de 2018.

**JAIR KLASNER**

**Prefeito Municipal**

**TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 105/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 068/2018**

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 068/2018

b) Licitação Nr.: 105/2018-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 25/06/2018

e) Objeto da Licitação: **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REFORMA DE CAMINHONETE L200 TRITON ANO/MODELO 2015 PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE"**

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

012470 – REGIONAL MULTIMARCAS SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA (43 ITENS)

Totalizando (43) itens no valor global de R$ 33.176,67 (TRINTA E TRÊS MIL, CENTO E SETENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

**RESULTADO DO PREGÃO 068/2018 PROCESSO 105/2018**

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 068/2018 obteve os seguintes resultados: A empresa REGIONAL MULTIMARCAS SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA CNPJ 12.086.978/0001-05 foi vencedora dos itens **1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43, com valor global de R$ 33.176,67 (TRINTA E TRÊS MIL, CENTO E SETENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS).** O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 26 de junho de 2018

**AVISO DE EDITAL LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO - Nº 07/2018 PROCESSO 133/2018**

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO nº 007/2018 forma de julgamento**: Menor preço ,** com a finalidade de selecionar propostas para: **"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE AGROVILA, COMO MEDICO DE SAÚDE DA FAMILIA, COM GRAGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS, COM ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTÂNEA"** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 12 **(DOZE) de julho de 2018, às 14h00min (quatorze horas)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas, pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 26 de Junho de 2018. **VALÉRIA DE ALMEIDA Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 71/2018**

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 03/2017, que deverão comparecer no prazo de 10 (Dez) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade;

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 26 de Junho de 2018.

**JAIR KLASNER**

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – VIGIA/NOVA UNIÃO

WESLLEY DIAS DE OLIVEIRA

---

**PORTARIA 034/2018**

**PORTARIA N.º 034/2018 "Dispõe sobre o Auxílio Doença em favor da Servidora Sr.ª LUCIVAN PEREIRA GOMES".**

*A Diretora Executiva do **PREVI-COTRI**, Instituto Municipal de Previdência Social de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 a 19, da Lei Municipal n.º 692/2011, de 02 de maio de 2011.*

***Resolve,***

**Art. 1º** Conceder a prorrogação do benefício de **AUXÍLIO DOENÇA** em favor da servidora **Sr.ª LUCIVAN PEREIRA GOMES**, efetiva no cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com remuneração integral a partir de 02/06/2018 e término em 02/12/2018, conforme processo do PREVI-COTRI nº 2018.06.00000007.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Registre, publique e cumpra-se.**

Cotriguaçu-MT, 26 de Junho de 2018

**Sandra Parmejane**

Diretora Executiva do PREVI-COTRI

Portaria nº 112/2018

---

**SEC. GOVERNO**
**DECRETO Nº 1.190/2018**

**Regulamenta a LEI Nº 999/2017, criando o procedimento de dação em pagamento de bem imóveis para extinção de débitos, de natureza tributária, inscritos ou não inscritos na dívida pública, ajuizados ou não da Prefeitura de Cotriguaçu.**

**JAIR KLASNER**, Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

**CONSIDERANDO,** por similitude, os critérios da PORTARIA PGF Nº 32,DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018, que "Regulamenta o procedimento de dação em pagamento de bem imóveis para extinção de débitos, de natureza tributária, inscritos em dívida ativa da União";

**CONSIDERANDO** o Art. 7º da Lei 999/2017, determina ao Prefeito Municipal regulamentar os procedimentos para a dação em pagamento de imóvel

**CONSIDERANDO** ser de relevante interesse público a regulamentação e eficiente funcionamento dos mecanismos administrativos, facilitando o acesso ao contribuinte municipal

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar a competência, os critérios a serem utilizados,

**Art. 1º** Os débitos inscritos ou não inscritos na dívida pública, da Prefeitura de Cotriguaçu, de natureza tributária, ajuizados ou não, poderão ser extintos mediante dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas neste Decreto.

**Art. 2º** A dação em pagamento de bens imóveis deve abranger a totalidade do débito que se pretende liquidar, com atualização, juros, multa e encargos legais, assegurando-se ao devedor a possibilidade de complementação em dinheiro de eventual diferença entre o valor da totalidade da dívida e o valor do bem ofertado.

**Art. 3º** Somente será autorizada a dação em pagamento de bem imóvel:

I - cujo domínio pleno ou útil esteja regularmente inscrito em nome do devedor, junto ao Cartório de Registro Imobiliário competente;

II – Sendo o devedor pessoa física ou jurídica, poderá ser admitido bem que seja do sócio ou inversamente da pessoa jurídica em favor de débito de um de seus sócios, desde que tenha a anuência legal para tanto;

III - que esteja livre e desembaraçado de quaisquer ônus.

§ 1º Não serão aceitos os imóveis de difícil alienação, inservíveis, ou que não atendam aos critérios de necessidade, utilidade e conveniência, a serem aferidos pela Administração Pública.

§ 2º A dação em pagamento se dará pelo valor do laudo de avaliação do bem imóvel.

§ 3º Se o bem ofertado for avaliado em montante superior ao valor consolidado do débito inscrito em dívida ativa da Prefeitura de Cotriguaçu que se objetiva extinguir, sua aceitação ficará condicionada à renúncia expressa, em escritura pública, por parte do devedor proprietário do imóvel, ao ressarcimento de qualquer diferença;

§ 4º O laudo de avaliação do bem imóvel de que trata este Decreto deverá ser emitido pela **Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, criado pelo Decreto Municipal nº 1.187/2018**

**Art. 4º** Caso o débito que se pretenda extinguir, mediante dação em pagamento de bem imóvel, encontre-se em discussão judicial, o devedor e o corresponsável, se houver, deverão, cumulativamente:

I - desistir das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados;

II - renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as ações judiciais.

§ 1º Somente será considerada a desistência parcial de ação judicial proposta se o débito objeto de desistência for passível de distinção dos demais débitos discutidos na ação judicial.

§ 2º A desistência e a renúncia de que trata o caput não eximem o autor da ação do pagamento das custas judiciais e das despesas processuais.

§ 3º Caso não exista ação de execução fiscal ajuizada, a dação em pagamento ficará condicionada ao reconhecimento da dívida pelo devedor e pelo corresponsável, se houver.

§ 4º Os depósitos vinculados aos débitos objeto do requerimento de extinção serão automaticamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda da Prefeitura de Cotriguaçu.

**Art. 5º** O requerimento de dação em pagamento será apresentado perante O Departamento de Tributos o qual determinará a abertura de processo administrativo para acompanhamento, e deverá ser:

I - formalizado em modelo próprio, do qual constem os débitos a serem objeto da dação em pagamento, na forma do Anexo Único;

II - assinado pelo devedor ou representante legal com poderes para a prática do ato; e

III - instruído com:

a) documento de constituição da pessoa jurídica ou equiparada, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis por sua gestão, ou documento de identificação da pessoa física, ou documento do procurador legalmente habilitado, conforme o caso;

b) certidão, extraída há menos de 30 (trinta) dias, do Cartório do Registro de Imóveis competente, que demonstre ser o devedor o legítimo proprietário e que ateste que o imóvel está livre e desembaraçado de quaisquer ônus;

c) certidões cíveis, criminais e trabalhistas, federais e estaduais, do domicílio do devedor, bem como do lugar da situação do imóvel;

**Art. 5º** Atendidos os requisitos formais indicados no artigo anterior o Prefeito Municipal deverá se manifestar sobre a conveniência e oportunidade da dação em pagamento do bem imóvel para a recuperação do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa da Prefeitura de Cotriguaçu e, na hipótese de a manifestação ser favorável, submeter o processo administrativo para a Comissão de Avaliação de Bens imóveis da Prefeitura de Cotriguaçu.

§ 1º A Comissão de Avaliação de Bens imóveis da Prefeitura de Cotriguaçu elaborará o laudo de avaliação, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 2º Havendo concordância com o valor da avaliação pelo Contribuinte, o Departamento de Tributos encaminhará o processo administrativo para verificação quanto à possibilidade de incorporação do imóvel ao patrimônio público.

§3º - Em caso de discordância, o Contribuinte poderá apresentar impugnação ao laudo junto ao Secretário Municipal de Finanças, com todos os documentos que julgar oportunos e necessários, inclusive avaliação por terceiros e indicação de parâmetros de imóveis comercializados na região, no prazo de dez dias, o qual poderá acolher, julgar improcedente ou determinar nova avaliação, no prazo de cinco dias.

§ 4º Caso existam depósitos vinculados aos débitos objeto do requerimento de extinção, a sua transformação em pagamento definitivo ou conversão em renda da Prefeitura de Cotriguaçu deverá ocorrer antes do recolhimento previsto no parágrafo anterior

**Art. 7º** A extinção dos débitos inscritos em Dívida Ativa da Prefeitura de Cotriguaçu está condicionada:

I - ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 5º;

II - à manifestação favorável quanto à possibilidade de incorporação do imóvel ao patrimônio público;

III - à aceitação, pelo Prefeito Municipal, da proposta de dação em pagamento de imóvel;

IV - à comprovação de desistência e renúncia de ações judiciais, mediante apresentação da 2ª (segunda) via da petição de renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, protocolada no respectivo Cartório Judicial, ou cópia da certidão do Cartório que ateste o estado do processo;

V - ao recolhimento integral do valor correspondente à dação em pagamento e do complemento em dinheiro, se for o caso, na forma prevista no artigo anterior.

**Art. 8º** Cumprido o disposto no art. 7º, o Departamento encaminhará o processo administrativo à SPU, para providências administrativas e de registro da incorporação do imóvel ao patrimônio da Prefeitura de Cotriguaçu.

**Parágrafo único.** Se, por qualquer motivo, não for aperfeiçoada a incorporação do imóvel ao patrimônio da Prefeitura de Cotriguaçu, a aceitação será desfeita e cancelados os seus efeitos.

**Art. 9º.** A proposta de dação em pagamento de bem imóvel não surtirá qualquer efeito em relação aos débitos inscritos em dívida ativa antes de sua aceitação pela Prefeitura de Cotriguaçu.

§ 1º A pendência na análise do requerimento não afasta a necessidade de cumprimento regular das obrigações tributárias, nem impede o prosseguimento da cobrança administrativa ou judicial da dívida.

§ 2º O levantamento de garantias eventualmente existentes somente poderá ser realizado após a extinção da dívida pela dação em pagamento.

**Art. 10.** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 08 de junho de 2018.

**JAIR KLASNER**

**Prefeito Municipal**

ANEXO ÚNICO

**REQUERIMENTO DE EXTINÇÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS PERANTE A PREFEITURA DE COTRIGUAÇU MEDIANTE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE BENS IMÓVEIS**

CONTRIBUINTE:

CPF/CNPJ: _____

O contribuinte acima identificado solicita a extinção dos débitos abaixo relacionados, administrados pelo Departamento de Tributos, mediante dação em pagamento de bens imóveis, nos termos de Decreto XXX/2018:

| Numero de Inscrição do Contribuinte | CNPJ/CPF do Contribuinte Devedor | Número da CDA | TIPO DO TRIBUTO | ANO DO LANÇAMENTO DO TRIBUTO |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Conforme previsto no inciso III do artigo 5º do Decreto XXX/2018, informa que constam em anexo ao presente requerimento os seguintes documentos:

a) documento de constituição da pessoa jurídica ou equiparada, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis por sua gestão, ou documento de identificação da pessoa física, ou documento do procurador legalmente habilitado, conforme o caso;

b) certidão, extraída há menos de 30 (trinta) dias, do Cartório do Registro de Imóveis competente, que demonstre ser o devedor o legítimo proprietário e que ateste que o imóvel está livre e desembaraçado de quaisquer ônus;

c) certidões cíveis, criminais e trabalhistas, federais e estaduais, do domicílio do devedor, bem como do lugar da situação do imóvel;

Cotriguaçu-MT, de de 2018

_____

Assinatura do Representante legal ou Procurador

Nome (de quem assina): _____

CPF: _____ Telefone: (___) _____

**SEC. GOVERNO**
**DECRETO Nº 1.187/2018**

**Constitui a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, na forma que especifica e dá outras providências.**

**JAIR KLASNER**, Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

**CONSIDERANDO** a necessidade de melhor disciplinar os critérios de avaliação de imóveis, para fins tributários e administrativos;

**CONSIDERANDO** ser de relevante interesse público a regulamentação e

eficiente funcionamento dos mecanismos administrativos;

**CONSIDERANDO** a necessidade de promover a avaliação de imóveis de interesse para Administração Pública Municipal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se criar a Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis no âmbito da Administração Pública Municipal para realização das avaliações de interesse da Administração, com consequente elaboração de laudo de avaliação;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar a competência, os critérios a serem utilizados e a composição da comissão,

Art. 1º Fica criada e regulamentada a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, destinada a avaliar imóveis, mediante procedimentos aqui fixados, o valor de imóveis de interesse direto ou indireto da Administração Pública, assessorando ao Secretariado, ao Poder Executivo Municipal e no interesse público, com as atribuições e regulamentações constantes neste Decreto.

Art. 2º A comissão Permanente de Avaliação de Imóveis será composta por até 3 (três) membros, todos servidores públicos municipais, preferencialmente na área de engenharia ou de arquitetura ou de Tributos.

§ 1º A Comissão de Avaliação de Bens Imóveis será integrada pelos seguintes funcionários do quadro da Prefeitura Municipal Cotriguaçu, e funcionará sob a presidência do primeiro:

- Edilson Vargas Charneski

- Robson Alves de Araújo

- João Francisco Pereira Neto

§ 2º O mandato da Comissão será de 2 (dois) anos, vedada a recondução da totalidade de seus membros.

§ 3º A Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis ficará subordinada à Secretaria Municipal de Finanças.

§ 4º As atividades dos membros da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis são consideradas de caráter relevante para o Município, porém não serão remuneradas pelos cofres públicos.

Art. 3º Os processos serão distribuídos aos membros, sendo o máximo de 3 (três) por mês para cada membro, que deverão ser devolvidos no prazo de 10 (dez) dias, com o respectivo relatório, podendo o Presidente, em casos excepcionais dilatar esse prazo, no máximo, por igual período.

Art. 4º São atribuições dos membros da Comissão Permanente de

Avaliação de Imóveis:

I – Avaliar os imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal, passíveis de alienação, doação, permutas e outros;

II – Avaliar os imóveis particulares para todas as formas de aquisição pelo Poder Público Municipal;

III – Avaliar imóveis urbanos ou rurais de interesse da Administração Pública Municipal para fins de aquisição, desapropriação, recebimento em doação, permuta, comodato, locação, dação em pagamento ou instituição de servidões;

III – Avaliar os imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal passível de gravames de ônus e garantias reais e transmissão de posse direta ou indireta;

IV – Avaliar as áreas remanescentes de obras públicas ou resultantes de modificação de alinhamento;

V – Avaliar os imóveis objetos de locação pela Administração Pública, verificando a compatibilidade do valor locatício pretendido pelo proprietário em relação ao valor do mercado imobiliário, bem como em suas revisões;

VI – Elaborar o laudo de avaliação, objetivando respaldar o Poder Executivo Municipal de dados suficientes e inequívocos acerca do real valor do bem imóvel de interesse da Administração Pública Municipal;

VII - atribuir valores de avaliação e reavaliação de bens imóveis urbanos ou rurais próprios para fins de cadastro, integração ao Patrimônio Público Municipal e contabilização, na forma que a legislação assim o exigir.

Parágrafo único. A Comissão de Avaliação de Bens Imóveis poderá sugerir ou solicitar ao(s) Secretário(s) da(s) pasta(s) interessada(s), mediante autorização do Prefeito Municipal, a contratação de peritos externos para a elaboração de laudo de Avaliação para casos em que a complexidade da avaliação assim o requeira, ou, quando isto for necessário para atender o número mínimo de Laudos de Avaliação exigidos para os fins a que se destinem.

Art. 5º Os Laudos de Avaliação serão sempre formulados em equipes de 3 (três) integrantes da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis que farão suas conclusões por consenso e os assinarão conjuntamente.

I - a função de distribuir os trabalhos e definir as equipes será competência do Presidente da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, ou, em seu impedimento, quem por ele houver sido designado para substituí-lo;

II - trimestralmente a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis se reunirá para homologar todos os Laudos elaborados, por ela ou por terceiros; ampliar conhecimentos, planejar, produzir relatórios gerenciais e sugerir medidas, com subsídios necessários, para apreciação do Prefeito Municipal.

Art. 6º Para cumprir os objetivos fixados neste Decreto, a Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis levará em consideração os seguintes critérios e fontes normativas quando da elaboração do laudo de avaliação:

I – O preço praticado pelo mercado imobiliário, mediante pesquisas em imobiliárias, avaliadores e demais profissionais idôneos;

II – As normas técnicas de avaliação previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pelo Conselho Regional de Engenharia e pelo Conselho Regional de Arquitetura;

III – A localização do imóvel e o estado de conservação de suas edificações e benfeitorias;

IV – A finalidade e a dimensão da atividade a ser desempenhada no local;

V – A valorização imobiliária.

Art. 7º Em caso de desapropriação por via judicial, o assistente técnico do Município de Cotriguaçu que atuará na análise do laudo pericial ofertado pelo perito nomeado pelo Poder Judiciário deverá ser escolhido dentre aqueles profissionais que atuaram e subscreveram na fase administrativa, no âmbito da Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 08 de junho de 2018.

**JAIR KLASNER**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

### AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

**DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 043/2018**

**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123.303/2017)**

**Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SMGe**

**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de copa, cozinha e materiais de limpeza para atender a demanda das Secretarias Municipais da Prefeitura.

**Data/Horário:** 11/07/2018 às 15h00min (quinze horas) – Fuso Horário de Brasília.

**Informações/Contato**: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2018

**Priscila R.N.M.Berber**

Pregoeira

**Visto:**

**Agmar Divino Lara de Siqueira**

Diretor Especial de Licitações e Contratos - Interino

Cuiabá/MT, 26 de junho de 2018.

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 026/2018**

**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33.417/2018)**

Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 026/2018,** cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de locações de caminhões e maquinários com operadores, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras Públicas através da sua Diretoria de Transportes.

**LOTES 05, 14, E 16.**

**Empresa Vencedora: CABRAL BARROS CONSTRUTORA LOCAÇÃO E TRANSPORTES LTDA-ME.**

Valor Total de R$ 410.999,76 (quatrocentos e dez mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos).

**LOTE 13.**

**Empresa Vencedora: MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES LTDA - ME.**

Valor Total de R$ 218.400,00 (duzentos e dezoito mil e quatrocentos reais).

**LOTE 09.**

**Empresa Vencedora: MOVIMENTHA CONSTRUTOTA TERRAPLANAGEM - EIRELI.**

Valor Total de R$ 1.138.996,80 (um milhão, cento e trinta e oito mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos).

**LOTES 04, 10, 11 E 15.**

**Empresa Vencedora: MULTIPARK COMERCIO E SEVIÇO REPRESENTAÇÃO LTDA-ME.**

Valor Total de R$ 1.801.999,44 (um milhão oitocentos e um mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos).

**LOTE 01.**

**Empresa Vencedora: PENTA SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA-ME.**

Valor Total de R$ 589.500,00 (quinhentos e oitenta e nove mil, e quinhentos reais).

**LOTE 02.**

**Empresa Vencedora: QUATRO CONSTRUTORA EIRELI - ME.**

Valor Total de R$ 1.089.000,00 (um milhão e oitenta e nove mil reais).

**LOTES 03, 06, 07 E 12.**

**Empresa Vencedora: TRIMEC EQUIPAMENTOS LTDA - EPP.**

Valor Total de R$ 2.286.500,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e seis mil e quinhentos reais).

**LOTE 08.**

**Empresa Vencedora: WELLOX LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI.**

Valor Total de R$ 664.999,80 (seiscentos e sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).

Adjudico e Homologo:

**Vanderlúcio Rodrigues da Silva**

Secretário Municipal de Obras Públicas

Cuiabá/MT, 26 de junho de 2018.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2018 - PROCESSO Nº 028/2018**

**RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2018**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2018. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2018. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECILIAZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, PROCEDIMENTOS, EXAMES MÉDICOS ESPECIALIZADOS, PARA ATENDIMENTO EMERGENCIAIS, NOTURNOS E AOS FINAIS DE SEMANA.** Empresa Contratada: ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA, CNPJ Nº 60.922.168/0018-24, totalizando o valor de R$ 29.610,00 (Vinte e Nove Mil, Seiscentos e Dez Reais). O Prefeito Municipal resolve **RATIFICAR** o processo licitatório em epígrafe. Curvelândia – MT, 26 de Junho de 2018. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2018**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO: 020/2018**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE - MT**

Contratada:**SAMUEL TEIXEIRA & CIA LTDA ME**

CNPJ: **15.764.134/0001-56**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos especializados com perfil para atendimento ao programa saúde da família (PSF 1), (PSF 2) e (PSF 3), conforme condições e especificações constantes contrato e ordem de serviço, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde – Local: PSF JOSÉ LOURENÇO FILHO**.**

Vigência: **02/05/2018 a 30/04/2019**

Valor Global:R$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais)

Data da assinatura: **02/05/2018**

Dotação Orçamentária:

**05.001 - Secretaria Municipal de Saúde**

**05.001.10.301.0009.2021 – Manutenção das Atividades PSF**

**3190.11.00.00.00 – Outro Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

**Fonte: 0102000000**

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2018**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO: 021/2018**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE - MT**

Contratada:**MED VIDA CONSULTAS MÉDICAS EIRELI ME**

CNPJ: **28.133.487/0001-08**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos especializados com perfil para atendimento ao programa saúde da família (PSF 1), (PSF 2) e (PSF 3), conforme condições e especificações constantes contrato e ordem de serviço, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde – Local: PSF JARDIM BOA ESPERANÇA**.**

Vigência: **02/05/2018 a 30/04/2019**

Valor Global:R$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais)

Data da assinatura: **02/05/2018**

Dotação Orçamentária:

**05.001 - Secretaria Municipal de Saúde**

**05.001.10.301.0009.2021 – Manutenção das Atividades PSF**

**3190.11.00.00.00 – Outro Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

**Fonte: 0102000000**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATUAL**

**OBJETO DO ADITIVO**:PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2018, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2018, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2018, DE 21 (VINTE E UM) DIAS PARA A DATA DE 30 DE ABRIL DE 2018, FUNDAMENTADO NO ART. 57 INCISO II, §1º, §2º E §3º DA LEI Nº. 8.666/93.

**FUNDAMENTO (JUSTIFICATIVA)**:O contratado foi vencedor do Processo Licitatório nº 004/2018, na modalidade Dispensa de Licitação nº 003/2018, tendo sido firmado o Contrato Administrativo de nº 007/2018, em 09 de Fevereiro de 2018, com termo final em 09 de Abril de 2018; sendo assim vem solicitar o aditamento de prazo e valor do referido contrato até a data de 30 de Abril de 2018, para que não se paralise os atendimentos médicos nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Denise, o que ocasionaria inúmeros transtornos e problemas aos munícipes, assim como a Administração, pois o direito a saúde está consagrado no artigo 6º da Constituição Federal, e considerando os itens 4.2 do referido Contrato onde prevê a prorrogação do mesmo, cujo objeto: : **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE CAPACITADO PARA ATENDER JUNTO AO POSTO DE SAÚDE DO JARDIM BOA ESPERANÇA, ONDE ESTÁ IMPLANTADO O PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF**, fazendo-se necessário o aditamento de **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, acrescentando, portanto um valor de **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

PRAZO: **10/04/2017 A 30/04/2018**

DATA DE ASSINATURA: **10/04/2018**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2018**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO: 018/2018**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE - MT**

Contratada:**ADEILDO PINTO DOS SANTOS – MEI**

**CNPJ: 14.757.999/0001-22**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS NA SEDE DA PREFEITURA DESTE MUNICÍPIO, EM TODA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE/MT.**

Vigência: **10/04/2018 a 10/06/2018**

Valor Global:R$ 13.000,00 (Treze Mil Reais)

Data da assinatura: **10/04/2018**

Dotação Orçamentária:

04.001 – Sec. Mun. de Educação

04.001.12.361.0010.2042 - Manutenção da Secretaria de Educação

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 0101000000 – R$ 3.400,00

03.001 – Sec. Mun. de Administração

03.001.04.122.0003.2007 - Manutenção da Secretaria de Administração

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 0100000000 – R$ 1.200,00

05.001 – Sec. Mun. de Saúde

05.001.10.122.0003.2020 - Manutenção da Secretaria de Saúde

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 0102000000 – R$ 2.400,00

06.001 – Sec. Mun. de Obras

06.001.04.122.0003.2053 - Manutenção da Secretaria de Obras

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 0100000000 – R$ 5.000,00

07.001 – Sec. Mun. de Agricultura e Meio Ambiente

07.001.20.122.0003.2060 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 0100000000 – R$ 1.000,00

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2018**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO: 019/2018**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE - MT**

Contratada: **JAIME RODRIGUES DA SILVA**

CPF: **535.183.061-20**

Objeto: CONTRATAÇÃO POR EMPREITA GLOBAL DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL DE PEDREIRO PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS NA SEDE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS DO MUNICÍPIO DE DENISE/MT**.**

Vigência: **10/04/2018 a 30/04/2018**

Valor Global:R$ 5.200,00 (Cinco Mil e Duzentos Reais)

Data da assinatura: **10/04/2018**

Dotação Orçamentária:

**09.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**08.122.0003.2012– MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**

**3390.36.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRA - PESSOA FÍSICA FONTE: 0143000000**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2018**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO: 015/2018**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE - MT**

Contratada:**INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA – ME**

CNPJ: **11.247.425/0001-16**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO EM SAÚDE EM ÚNICA PLATAFORMA DE DADOS INTEGRADA COM A PLATAFORMA DE APLICATIVOS MÓVEIS, COMPOSTA POR AMBIENTE E EXECUÇÃO DE APLICATIVOS MÓVEIS, AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO, AMBIENTE DE OPERAÇÃO E GESTÃO E INFRAESTRUTURA OPERACIONAL NA MODALIDADE DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM; MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO REMOTO E IN LOCO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO PARA ADAPTAR O SISTEMA ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017.**

Vigência: **02/04/2018 a 30/04/2018**

Valor Global:**R$ 5.600,00 (Cinco Mil e Seiscentos Reais)**

Data da assinatura: **02/04/2018**

Dotação Orçamentária:

**05.001- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**05.001.10.122.0003.2020- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO MUN. DE SAÚDE**

**3390.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**

**FONTE: 0114000000**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 2º TERMO ADITIVO CONTRATUAL**

**OBJETO DO ADITIVO**:PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2017, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017, TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017, DE 92 (NOVENTA E DOIS) DIAS PARA A DATA DE 31 DE MARÇO DE 2018, FUNDAMENTADO NO ART. 57 INCISO II, §1º, §2º E §3º DA LEI Nº. 8.666/93.

**FUNDAMENTO (JUSTIFICATIVA)**:

A contratada foi vencedora do Processo Licitatório nº 001/2017, na modalidade Tomada de Preços nº 001/2017, tendo sido firmado o Contrato Administrativo de nº 015/2017, em 15 de Fevereiro de 2017, com termo final em 31 de Dezembro de 2017; tendo sido realizado o aditamento de prazo e valor do referido contrato até a data de 31 de Março de 2018; sendo que foi aberto processo licitatório em 29/03/2018, com julgamento em 13/04/2018 e homologação prevista para 23/04/2018, solicita então o aditamento de prazo e valor até o dia 30/04/2018, para que não se paralise os atendimentos médicos nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Denise, o que ocasionaria inúmeros transtornos e problemas aos munícipes, assim como a Administração, pois o direito a saúde está consagrado no artigo 6º da Constituição Federal, e considerando os itens 4.2 do referido Contrato onde prevê a prorrogação do mesmo, cujo objeto: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE CAPACITADO PARA ATENDER JUNTO AO POSTO DE SAÚDE DO CENTRO, ONDE ESTÁ IMPLANTADO O PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF**, fazendo-se necessário o aditamento de **R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais**, acrescentando, portanto um valor de **R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)**.

PRAZO: 1º /04/2018 A 30/04/2018

DATA DE ASSINATURA: 29/03/2018

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2018**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO: 014/2018**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE - MT**

Contratada:**FERNANDO PEREIRA DA ROCHA – EPP**

CNPJ: **08.314.292/0001-49**

Objeto: contratação de **EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLETA DE LIXO DOMÉSTICO, LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS E PRÉDIOS PÚBLICOS, REMOÇÃO DE ENTULHOS, PINTURA DE MEIO FIO, PODA DE ÁRVORA E GRAMA, NO MUNICÍPIO DE DENISE/MT**; DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017 E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/20107, ORIUNDA DO REFERIDO PREGÃO PRESENCIAL HOMOLOGADO EM 1º DE SETEMBRO DE 2017**.**

Vigência: **02/04/2018 a 10/09/2018**

Valor Global:**R$ 245.328,00 (Duzentos e Quarenta e Cinco Mil, Trezentos e Vinte e Oito Reais)**

Data da assinatura: **02/04/2018**

Dotação Orçamentária:

**06.001 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos**

**06.001.15.452.00014.2056 - Manutenção e Encargos com a Secretaria de Obras**

**3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica**

**Fonte: 0100000000**

---

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA 106-18**

**PORTARIA Nº. 106/2018. DENISE/MT, 25 DE JUNHO DE 2018.**

EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO DE NÍVEL A SERVIDORA PÚBLICA, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

**RESOLVE:**

Art. 1º - PROMOVER através da elevação de NÍVEL **a servidora abaixo relacionada**, conforme LEI MUNICIPAL Nº. 409/2004, de 20 de abril de 2004, do Plano de Carreiras, Cargos, Salários e Sistemas de Avaliação de Desempenho dos Funcionários Públicos do Município de Denise-MT, Seção I, Artigo 16, § 1º.

| MAT | FUNCIONÁRIO | ADMISSÃO | CLASSE/NÍVEL | ELEVAÇÃO DE NÍVEL |
|---|---|---|---|---|
| 420 | Zenólia Linda Ribeiro Lourenço | 25/06/2008 | B / 03 | B / 04 |

**Art. 2º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.**

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 25 (vinte) dias do mês de Junho do ano de 2018.

**JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2018**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO: 022/2018**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE - MT**

Contratada:**A. G. O. R. BARROS**

CNPJ: **29.871.221/0001-17**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos especializados com perfil para atendimento ao programa saúde da família (PSF 1), (PSF 2) e (PSF 3), conforme condições e especificações constantes contrato e ordem de serviço, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde – Local: PSF CENTRO**.**

Vigência: **02/05/2018 a 30/04/2019**

Valor Global:R$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais)

Data da assinatura: **02/05/2018**

Dotação Orçamentária:

**05.001 - Secretaria Municipal de Saúde**

**05.001.10.301.0009.2021 – Manutenção das Atividades PSF**

**3190.11.00.00.00 – Outro Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

**Fonte: 0102000000**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2018**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO: 023/2018**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE - MT**

Contratada: **MARIA APARECIDA MONARI DE OLIVEIRA**

CNPJ: **17.665.722/0001-68**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DOS EQUIPAMENTOS DE ILUMINÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE DENISE/MT E A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICPAL DE DENISE.**

Vigência: **03/05/2018 a 30/09/2018**

Valor Global:R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Data da assinatura: **03/05/2018**

Dotação Orçamentária:

**06.001 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos**

**06.001.04.122.0003.2053 - Manutenção e Encargos com Secretaria de Obras**

**3390.30.00.00.00 – Material de Consumo - Pessoa Jurídica**

**Fonte: 0100000000**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2018**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO: 024/2018**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE - MT**

Contratada:**ADRIANA ARRAIS DE CARVALHO 98081179100**

CNPJ: **29.412.130/0001-13**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE: LOCAÇÃO DE PALCO, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, SERVIÇO DE ANIMAÇÃO COM BANDA, PARA REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES ALUSIVAS AO 36º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, QUE SERÃO REALIZADAS NO DIAS 04/05 E 06 DE MAIO DE 2018, COM TODAS AS DESPESAS INCLUÍDAS NO VALOR APRESENTADO NA PROPOSTA BEM COMO, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS, EQUIPE PARA MONTAGEM E DESMONTAGEM DA ESTRUTURA INCLUINDO EQUIPE TECNICA.**

Vigência: **04/05/2018 a 06/05/2018**

Valor Global:**R$ 49.800,00 (Quarenta e Nove Mil e Oitocentos Reais)**

Data da assinatura: **04/05/2018**

Dotação Orçamentária:

**04.004 - Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desportos**

**04.004.13.392.0012.2052 – Eventos Artísticos e Culturais**

**3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica**

**Fonte: 0100000000**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 2º TERMO ADITIVO CONTRATUAL**

**OBJETO DO ADITIVO**:PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2017, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017, TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017, DE 92 (NOVENTA E DOIS) DIAS PARA A DATA DE 31 DE MARÇO DE 2018, FUNDAMENTADO NO ART. 57 INCISO II, §1º, §2º E §3º DA LEI Nº. 8.666/93.

**FUNDAMENTO (JUSTIFICATIVA)**:O contratado foi vencedor do Processo Licitatório nº 001/2017, na modalidade Tomada de Preços nº 001/2017, tendo sido firmado o Contrato Administrativo de nº 015/2017, em 15 de Fevereiro de 2017, com termo final em 31 de Dezembro de 2017; tendo sido realizado o aditamento de prazo e valor do referido contrato até a data de 31 de Março de 2018; sendo que foi aberto processo licitatório em 29/03/2018, com julgamento em 13/04/2018 e homologação prevista para 23/04/2018, solicita então o aditamento de prazo e valor até o dia 30/04/2018, para que não se paralise os atendimentos médicos nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Denise, o que ocasionaria inúmeros transtornos e problemas aos munícipes, assim como a Administração, pois o direito a saúde está consagrado no artigo 6º da Constituição Federal, e considerando os itens 4.2 do referido Contrato onde prevê a prorrogação do mesmo, cujo objeto: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE CAPACITADO PARA ATENDER JUNTO AO POSTO DE SAÚDE DO CENTRO, ONDE ESTÁ IMPLANTADO O PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF**, fazendo-se necessário o aditamento de **R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais**, acrescentando, portanto um valor de **R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).**

PRAZO: **29/03/2017 A 30/04/2018**

DATA DE ASSINATURA: **29/03/2018**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2018**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO: 016/2018**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE - MT**

Contratada:**AGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA**

CNPJ: **26.804.377/0004-30**

Objeto: **Contratação de empresa especializada no fornecimento e licenciamento de soluções integradas de tecnologia da informação para gestão pública, incluindo implantação, compreendidos na gestão em: 1) Orçamento, Planejamento, Contabilidade e Tesouraria; 2) RH e Folha de Pagamento; 3) Arrecadação Municipal na Web; 4) ISSQN com Emissão de NFS-e; 5) Patrimônio; 6) Frotas; 7) Almoxarifado; 8) Compras; 9) Licitação; 10) Protocolo/Processos; 11) Controle Interno; 12) Portal da Transparência e 13) Educação Municipal, de forma parcelada, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital**, para atendimento a Prefeitura Municipal de Denise - MT, conforme planilhas abaixo e Processo Licitatório nº 011/2018, na Modalidade Pregão Presencial nº 004/2018 – Registro de Preços, com a finalidade de **ADESÃO PARCIAL À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017** do Processo Licitatório na modali-

dade de Pregão Presencial nº 033/2017, Processo nº 1876/2017 do Município de Conquista D'Oeste-MT**.**

Vigência: **02/04/2018 a 31/03/2019**

Valor Global:**R$ 110.400,00 (Cento e Dez Mil e Quatrocentos Reais)**

Data da assinatura: **02/04/2018**

Dotação Orçamentária:

**05.001 - Secretaria Municipal de Saúde**

**05.001.10.122.0003.2020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde**

**3390.39.00.00.00 – Outro Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

**Fonte: 0102000000**

**04.001 - Secretaria Municipal de Educação**

**04.001.12.361.0010.2042 – Manutenção e Encargo Atividade Ens. Fundamental**

**3390.39.00.00.00 – Outro Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

**Fonte: 0101000000**

**08.001 - Secretaria Municipal de Finanças**

**08.001.04.123.0003.2070 – Manutenção da Secretaria de Finanças**

**3390.39.00.00.00 – Outro Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

**Fonte: 0100000000**

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2018**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO: 017/2018**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE - MT**

Contratada: **CRISTIANO ANTONIO FEITEN 84500026991**

CNPJ: **22.294.385/0001-80**

Objeto: FORNECIMENTO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL MARCA BROTHER MFC 8712 DW A TÍTULO DE COMODATO COM FRANQUIA MENSAL DE 7.000 (SETE MIL) PÁGINAS MÊS POR IMPRESSORA LASER INSTALADA**.**

Vigência: **02/04/2018 a 31/12/2018**

Valor Global:R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)

Data da assinatura: **02/04/2018**

Dotação Orçamentária:

**03.001 - Secretaria Municipal de Administração**

**03.001.04.122.0003.2007 - Manutenção e Encargos com Secretaria de Administração**

**3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

**Fonte: 0100000000**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°042/2018**

OBJETO:CREDENCIAR EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT.

VALOR TOTAL: R$ 268.092,60 (DUZENTOS E SESSENTA E OITO MIL E NOVENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

PRAZO DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ 31/05/2019.

CONTRATADO:P E PULCHERIO FILHO & CIA LTDA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 01 DE JUNHO DE 2018.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°043/2018**

OBJETO:CREDENCIAR EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT.

VALOR TOTAL: R$ 268.092,60 (DUZENTOS E SESSENTA E OITO MIL E NOVENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

PRAZO DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ 31/05/2019.

CONTRATADO:SILVIA DAYANA MARISCAL CARRIZALES

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 01 DE JUNHO DE 2018.

**GABINETE**
**DECRETO Nº 102/2018**

*Estabelece data de prorrogação de vencimento referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano.*

**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

**D E C R E T A:**

**Art. 1º**. Considerando a demanda na procura para pagamento a vista do IPTU exercício de 2018, fica prorrogado o vencimento para pagamento a vista com desconto de 10% para o dia **12 de julho de 2018.**

**Art. 2º.** Os contribuintes que optarem pelo parcelamento, poderá pagar o IPTU, referente ao exercício de 2018, em até 03 (três) parcelas da seguinte forma**:**

**1ª Parcela com vencimento para 12.07.2018**

**2º Parcela com vencimento para 31.07.2018.**

**3º Parcela com vencimento para 31.08.2018**

**Art. 3º.** Após vencimento legal previsto neste decreto, o IPTU será acrescido de juros, multas e correção monetária, na forma da lei.

**Art. 4º**. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Diamantino-MT, 26 de junho de 2018.

**Eduardo Capistrano de Oliveira**

Prefeito de Diamantino

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°035/2018**

OBJETO:CREDENCIAR EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT.

VALOR TOTAL: R$ 186.000,00 **(CENTO E OITENTA E SEIS MIL REAIS)**

PRAZO DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ 31/05/2019.

CONTRATADO: OLIVEIRA MENDONÇA & CIA LTDA-EPP.

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 01 DE JUNHO DE 2018.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°039/2018**

OBJETO:CREDENCIAR EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT.

VALOR TOTAL: R$ 268.092,60 (DUZENTOS E SESSENTA E OITO MIL E NOVENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

PRAZO DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ 31/05/2019.

CONTRATADOEDNALDO FRANCA DE OLIVEIRA-ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 01 DE JUNHO DE 2018.

**SETOR RH**
**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 111/2017**

**CONTRATADO: ADENILTON JESUS LIMA**

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº. 111/2017**, tendo como objeto a contratação da servidora com o cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - TDI**, lotado (a) na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** com inicio dia **13 de Março de 2017** e termino dia **04 de Junho de 2018**.

**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**SETOR RH**
**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 117/2017**

**CONTRATADO: ELAINE SANTOS ROCHA**

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº. 117/2017**, tendo como objeto a contratação da servidora com o cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - TDI**, lotado (a) na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** com inicio dia **13 de Março de 2017** e termino dia **29 de Junho de 2018**.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°040/2018**

OBJETO:CREDENCIAR EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT.

VALOR TOTAL: R$ 268.092,60 (DUZENTOS E SESSENTA E OITO MIL E NOVENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

PRAZO DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ 31/05/2019.

CONTRATADOGRETCHEN ARIADNA GARCIA MASSON-ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 01 DE JUNHO DE 2018.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA/DRH Nº 151/2018**

O Secretário Municipal de Administração de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso das funções legais que são conferidas pelo art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e,

Concede mudança de Nível Salarial aos servidores e da outras providências.

**RESOLVE:**

**ART. 1º** - Conceder mudança de Nível Salarial, conforme Anexos VII a XIX da Lei nº 881/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários deste município referente ao mês de **Junho de 2018** aos servidores abaixo relacionados:

| MAT. | NOME | ANO DE POSSE | NÍVEL ATUAL | NÍVEL ATUALIZADO |
|---|---|---|---|---|
| 113-1 | Francisco Schiler Ferreira | 1994 | A - 08 = R$ 2.093,41 | A - 09 = R$ 2.181,87 |
| 189-1 | Márcia Regina Martins | 1991 | B - 10 = R$ 2.610,87 | B - 11 = R$ 2.712,62 |
| 3173-1 | Luiz Carlos de Almeida Xavier | 2012 | B - 02 = R$ 1.797,10 | B - 03 = R$ 1.898,81 |
| 1799-1 | Mauriza Aparecida de Moraes | 2009 | B - 03 = R$ 1.558,98 | B - 04 = R$1.642,50 |
| 1884-1 | Luana Karen Toledo da Silva Rodrigues | 2009 | C - 03 = R$ 6.733,75 | C - 04 = R$ 7.094,50 |
| 1887-1 | Rosenilda Pereira da Costa | 2009 | B - 03 = R$ 1.558,98 | B - 04 = R$ 1.642,50 |

**ART. 2º** - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua assinatura, revogada as deposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE**

Diamantino-MT, 25 de Junho de 2018.

**EDERBALDO ALVES TEIXEIRA**

**Secretário Municipal de Administração**

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°036/2018**

OBJETO:CREDENCIAR EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT.

VALOR TOTAL: R$ 268.092,60 (DUZENTOS E SESSENTA E OITO MIL E NOVENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

PRAZO DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ 31/05/2019.

CONTRATADO: MARQUES DE PAULA E GOMES COSTA LTDA-ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 01 DE JUNHO DE 2018.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO Nº 101/2018**

**"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".**

**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Diamantino-Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67, VI da Lei Orgânica do Município e,

**DECRETA:**

**Art. 1°** – Fica **EXONERADO** a pedido, o servidorefetivo**: DEJAIL BOABAID RÉGIS**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 975.373 SSP-MT, inscrito no CPF sob o nº 206.660.981-15, nomeado para o Cargo de **VIGIA** na função de **Vigia** no Cargo atual de **Vigilância** - **Apoio Administrativo Educacional- Não Profissional** pelo Decreto Municipal nº. 010 de 02 de Março de 1996 e empossado em 04 de Março de 1996, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exonerado em 25 de Junho de 2018.

**Art. 2º** - Este Decreto entrará em vigor com efeito retroativo a 25/06/2018, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino, 26 de Junho de 2018

**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°041/2018**

OBJETO:CREDENCIAR EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT.

VALOR TOTAL: R$ 268.092,60 (DUZENTOS E SESSENTA E OITO MIL E NOVENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

PRAZO DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ 31/05/2019.

CONTRATADO:IDENAY VALDES MOLINA ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 01 DE JUNHO DE 2018

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°038/2018**

OBJETO:CREDENCIAR EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT.

VALOR TOTAL: R$ 186.000,00 (CENTO E OITENTA E SEIS MIL REAIS)

PRAZO DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ 31/05/2019.

CONTRATADO: MARIA CRISTINA GUSMÃO KROHLING EIRELI-EPP.

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 01 DE JUNHO DE 2018.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°037/2018**

OBJETO:CREDENCIAR EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL, NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA E PLANTONISTAS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL SAE/CTA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT.

VALOR TOTAL: R$ 82.092,60 ( OITENTA E DOIS MIL E NOVENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

PRAZO DO CONTRATO: A PARTIR DA SUA ASSINATURA, ATÉ 31/05/2019.

CONTRATADO: BRUNA FARIA OLIVEIRA-ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 01 DE JUNHO DE 2018.

**SETOR RH**
**DECRETO Nº 104/2018**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

**CONSIDERANDO** a realização de Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital nº 002/2017.

**CONVOCA:**

**Art. 1º -** O candidato (a) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverá comparecer no prazo de **15 (Quinze)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 7:00h às 11:00h e de 13:00h às 17:00, para,assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o item 2.3 edital 002/2017, citado no anexo I.

**Art. 2º** - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 26 de Junho de 2018.

**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal**

**ANEXO I DO DECRETO Nº. 104/2018**

| |
|---|
| Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88) |
| Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial |
| Declaração de acumulo ou não de Cargo público - **(reconhecer firma)** |
| Declaração de Bens - **(reconhecer firma)** |
| Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho. |
| Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação)*** **- (Autenticado)** |
| Cadastro de Pessoa Física - CPF |
| Cédula de Identidade **(Autenticado)** |
| Título e Certidão de Quitação Eleitoral |
| Certificado de Reservista (quando do sexo masculino) - **(Autenticado)** |
| Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar; |
| Certidão de Nascimento ou Casamento **(Autenticado)** |
| RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil |
| Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso) |
| Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos de idade (se for o caso) |
| CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes. |
| JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/ (Autenticação no site)** |
| Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati... (Autenticação no site)** |

| |
|---|
| Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)** |
| Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função - **(reconhecer firma)** |
| Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital. **(NO CASO DE PROCESSO SELETIVO)** |
| Comprovante de Escolaridade - **(Autenticado)** |
| Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade. |
| Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(SETOR DE RH)** |
| Conta Corrente BANCO DO BRASIL - Agência de Diamantino - **Cópia do Cartão** |
| Número de Contato (fixo ou celular): |
| Email: |

**ANEXO II DO DECRETO Nº 104/2018**

**Cargo: (21) FARMACÊUTICO / 1 - ZONA URBANO**

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---|---|
| 3º | ZÉLIA GALVÃO |

Diamantino-MT, 26 de Junho de 2018.

**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

**LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº 011/2018**

**Órgãos: DAE - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO.**

**Identificação:** Pregão Presencial nº 011/2018

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para aquisição de Produtos Químicos, para tratamento do abastecimento de água em Dom Aquino – MT, conforme edital e seus anexos.

**Data: 09/07/2018**

**Horário:** credenciamento às 08h00min e às 08h30min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso).

**Local:** Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av. Cuiabá, 143 centro, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00).

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0xx66) 3451-1127/ 1202, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com.

Dom Aquino-MT, 26 de Junho de 2018.

***ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA***

**Pregoeiro**

**LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº 010/2018**

**Órgãos: Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, Saúde, Educação Esporte e Lazer e Assistência Social.**

**Identificação:** Pregão Presencial nº 010/2018

**Objeto: – Registro de preços para futura e eventual contratação de serviço especializado em funilaria e pintura automotiva, conserto em fibras em veículos (etanol e gasolina linha leve), e funilaria e pintura automotiva, conserto em fibras em linha pesada: caminhonetes micro ônibus, ônibus e caminhões, independente de marca ou modelo, de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, Saúde, Educação Esporte e Lazer e Assistência Social. Conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.**

**A prestação de serviço, objeto desta licitação, deverá ser realizada na sede das empresas vencedoras, incluindo total despesas com remoção dos veículos e máquinas, tudo por conta da licitante adjudicatária, bem como a total responsabilidade sobre os bens.**

**Data: 06/07/2018**

**Horário:** credenciamento às 08h00min e às 08h30min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso).

**Local:** Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av. Cuiabá, 143 centro, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00).

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0xx66) 3451-1127/ 1202, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com.

Dom Aquino-MT, 26 de Junho de 2018.

***ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA***

**Pregoeiro**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº187/2018**

**DATA: 11 DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º-** Nomear o Sr. **DONIZETE EVANGELISTA DE SOUZA,** para ocupar o cargo em Comissão de **ASSESSOR II,** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, com fundamento Lei Complementar nº 042/ 2016.

**Artigo 2º-** O Servidor ora nomeado será regido pelo Regime Jurídico Estatutário, porém contribuirá para o **Regime Geral de Previdência Social – INSS.**

**Artigo 3º -** A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 042/2016.

**Artigo 4º** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 5º -** Revogam–se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI**

**Prefeito Municipal**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,**

**CUMPRA-SE.**

**PORTARIA MUNICIPAL N.º197/2018.**

**PORTARIA MUNICIPAL N.º197/2018.**

**DATA: 26 DE JUNHO DE 2018**

**SUMULA: dispõe Sobre o horário de atendimento da administração pública municipal nos dias de jogos da seleção brasileira durante a copa do mundo de 2018, E da outras providênciaS.**

**RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

**CONSIDERANDO** que a Copa do Mundo/2018 é composta de fases classificatórias, (03 jogos) e eliminatórias (04 jogos), com a possibilidade de classificação das equipes em primeiro ou segundo lugar;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação prévia dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Feliz Natal e para que não haja prejuízos à população em razão do referido evento;

**CONSIDERANDO** que o horário de expediente da Prefeitura Municipal de Feliz Natal é das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas;

**CONSIDERANDO** o interesse do serviço e o princípio constitucional da economicidade;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - No dia **27 de Junho** de 2018, em razão do jogo da Seleção Brasileira, as 14:00 horas, o expediente da Prefeitura Municipal de Feliz Natal e demais Secretarias Municipais, exceto o Pronto Atendimento Municipal será das 07:00 às 11:00 horas.

**Parágrafo único**: As Escolas Municipais, exceto a Creche Municipal Direitos Humanos, terão expedientes somente no período Matutino e Noturno.

**Art. 2º** - Caso a Seleção Brasileira se classifique para as fases seguintes (oitavas de final; quartas de final e semifinais), nos dias dos respectivos jogos, o expediente também deverá ser das 07:00 às 11:00 horas, se o jogo ocorrer no período da tarde e das 13:00 às 17:00 horas, se o jogo ocorrer no período da manhã.

**Art. 3º.** - Observadas a conveniência e as necessidades do serviço, cada Secretário Municipal deverá remarcar os serviços e ou atendimentos porventura já agendados para dia seguinte e de tal medida dando pronta e efetiva ciência aos interessados.

**Art. 4º -** Cumpre à Assessoria de Imprensa e Comunicação Social providenciar para que haja a mais ampla e imediata divulgação das disposições contidas nesta Portaria.

**Art. 5º** - Se a Seleção Brasileira não vier a se classificar para as etapas previstas nos Art. 2º será mantido o horário normal de expediente naqueles dias.

**Art. 6º**- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 189/2018.

**GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 26 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,**

**CUMPRA-SE**.

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 181/2018**

**DATA: 05 DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

**RESOLVE:**

**Artigo 1º -** Conceder FG – 07 (Função Gratificada) para a servidora efetiva Sr.ª **SILMARA DE SOUZA,** ocupante do cargo de Enfermeira**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **PELA COORDENAÇÃO DA GESTÃO TÉCNICA DA SECRETARIA DE SAÚDE**, do Município de Feliz Natal - MT.

**Artigo 2º -** A remuneração a que faz jus está definida no Anexo VI da Lei Complementar nº 042/2016.

**Artigo 3º-** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 4º -** Revogam–se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,**

**CUMPRA-SE.**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS**
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º ADITIVO CONTRATO 008/2018.**

**CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

**CONTRATO Nº: 008/2018**

**DATA ASSINATURA:** 01 DE JUNHO DE 2018

**CREDOR**: **ADELZINA TEIXEIRA DA SILVA**

**VIGENCIA**: 29 DE JUNHO DE 2018

**VALOR**: R$ 3.589,58 (três mil quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos).

**OBJETO: ESTE CONTRATO TEM OS EFEITOS DA PRECARIEDADE INERENTE AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, FACE À URGENTE NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO.**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS**
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º ADITIVO CONTRATO 007/2018.**

**CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

**CONTRATO Nº: 007/2018**

**DATA ASSINATURA:** 01 DE JUNHO DE 2018

**CREDOR**: **PATRICIA CAROLINA ANTUNES DE ARRUDA**

**VIGENCIA**: 31 DE AGOSTO DE 2018

**VALOR**: R$ 3.589,58 (três mil quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos).

**OBJETO: ESTE CONTRATO TEM OS EFEITOS DA PRECARIEDADE INERENTE AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, FACE À URGENTE NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO.**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS**
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º ADITIVO CONTRATO 006/2018.**

**CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

**CONTRATO Nº: 006/2018**

**DATA ASSINATURA:** 01 DE JUNHO DE 2018

**CREDOR**: **FERNANDA WEBER**

**VIGENCIA**: 31 DE AGOSTO DE 2018

**VALOR**: R$ 3.946,00 (três mil novecentos e quarenta e seis reais).

**OBJETO: ESTE CONTRATO TEM OS EFEITOS DA PRECARIEDADE INERENTE AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, FACE À URGENTE NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE BIOQUIMICO.**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS**
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º ADITIVO CONTRATO 005/2018**

**CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

**CONTRATO Nº: 005/2018**

**DATA ASSINATURA:** 01 DE JUNHO DE 2018

**CREDOR**: **FERNANDA WEBER**

**VIGENCIA**: 31 DE AGOSTO DE 2018

**VALOR**: R$ 1.436,25 (hum mil quatrocentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos).

**OBJETO: ESTE CONTRATO TEM OS EFEITOS DA PRECARIEDADE INERENTE AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, FACE À URGENTE NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS**
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1º ADITIVO CONTRATO 003/2018.**

**CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

**CONTRATO Nº: 003/2018**

**DATA ASSINATURA:** 01 DE JUNHO DE 2018

**CREDOR**: **MARILZA LUCAS EVANGELISTA**

**VIGENCIA**: 31 DE AGOSTO DE 2018

**VALOR**: R$ 1.062,94 (hum mil e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos).

**OBJETO: ESTE CONTRATO TEM OS EFEITOS DA PRECARIEDADE INERENTE AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, FACE À URGENTE NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE Apoio a Nutrição Escolar.**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 193/2018**

**DATA: 22 DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

**RESOLVE:**

**Artigo 1º -** Nomear a servidora efetiva Sr.ª **JUSSARA CARLOS DA SILVA** como Coordenadora da Atenção Básica, junto a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Feliz Natal – MT.

**Artigo 2º-** A presente designação não acrescerá vantagens pecuniárias ao salário do servidor.

**Artigo 3º-** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 4º -** Revogam–se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,**

**CUMPRA-SE.**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 191/2018.**

**DATA**: 20 de JUNHO de 2018.

**RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º-** Conceder Férias ao Sr. **JAIR GEUDA JUNIOR,** ocupante do cargo efetivo de **ENGENHEIRO CIVIL**, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, pelo período de 20/06/2018 a 19/07/2018.

**Parágrafo único**: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

**Artigo 2º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º -** Revogam–se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,**

**CUMPRA-SE.**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº190/2018.**

**DATA: 19 DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**,no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas em Lei e nos termos do Art. 67 da Lei federal nº 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear o Servidor Municipal, **JAIR GEUDA JUNIOR,** ocupante do cargo de Engenheiro Civil, CREA/MT nº 028418, matrícula nº 1781 para responder pela **Fiscalização dos serviços e do Contrato n°** 043/2018, cujo objeto é a Execução de Obras pavimentação asfáltica em TSD de ruas diversas no Município de Feliz Natal – MT, conforme Termo de Convenio n° 1351-2017/ firmado a SECID e o Município de Feliz Natal-MT.

**Art.2.º** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando–se as disposições em contrário.

**GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE**.**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº188/2017.**

**DATA: 18 DE JUNHO DE 2017.**

**RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**,no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas em Lei e nos termos do Art. 67 da Lei federal nº 8.666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear o Servidor Municipal, **JAIR GEUDA JUNIOR,** ocupante do cargo de Engenheiro Civil, CREA/MT nº 028418, matrícula nº 1781 para responder pela **Fiscalização dos serviços e do Contrato 041/2018** – cujo objeto é a prestação de serviços especializados para elaboração de projeto de sistema de abastecimento de água, para captação em poço artesi-

ano, reserva, tratamento e distribuição de água em 4(quatro) pontos estratégicos para o Assentamento Ena, no Município de Feliz Natal – MT.

**Art.2.º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando–se as disposições em contrário.

**GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**
**PORTARIA MUNICIPAL N.º179/2018.**

**DATA: 05 DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

**RESOLVE:**

**Artigo 1.º** Exonerar, a pedido a Sr.ª **INACIA MARIA PIRES DE ARAÚJO,** do seu cargo efetivo de **APOIO EM MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA ESCOLAR I - VIGILANTE**, lotada junto a Secretaria Municipal e Educação, Cultura e Esportes do Município de Feliz Natal/MT.

**Artigo 2.º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3.º** Revogam – se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,**

**CUMPRA-SE.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 194/2018.**

**DATA**: 22 de JUNHO de 2018.

**SÚMULA: NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica instituída a Comissão de Regularização Fundiária de Loteamentos Irregulares, para Instaurar Processos Administrativos necessários à Regularização Fundiária, visando atender os requisitos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

**Art. 2º** A Comissão de Regularização Fundiária de Loteamentos Irregulares, será integrada por representantes das seguintes Secretarias:

I – Gabinete do Prefeito:

a) Ana Maria Garbeline Fonseca – Procuradora Jurídica do Município de Feliz Natal;

II - Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças;

a) Paula Francine Martins – Arquiteta e Urbanista; b) Jair Geuda Junior – Engenheiro Civil;

III - Secretaria Municipal de Assistência Social;

a) Anette Ingrit Bencke Schenider – Assistente Social;

IV – Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

a) Dirce Aparecida dos Santos – Agente Administrativa II.

**Art. 3º** A Comissão criada pelo Artigo anterior terá como Presidente a Procuradora Jurídica do Município e como

Secretária a Representante da Secretária Municipal de Administração Planejamento e Finanças, respectivamente, sendo que os demais Agentes Públicos são estabelecidos como Membros.

**Art. 4º** Compete a Comissão de Regularização Fundiária de Loteamentos Irregulares:

I - Fixar prioridades para a regularização;

II - Produzir os atos administrativos necessários para o encaminhamento dos processos de regularização;

III - Solicitar informações a órgãos da administração pública direta, indireta e empresas privadas;

IV - Assistir o Prefeito, naquilo que disser respeito à regularização fundiária;

V - Apreciar os Projetos protocolados para início dos trabalhos de Regularização Fundiária, por parte dos interessados, deferindo, indeferindo ou solicitar alterações pertinentes quando julgar necessário;

VI - Acrescentar e ou definir critérios e instrumentos na regularização das áreas ocupadas;

VII - Apreciar e Aprovar os projetos concluídos e os demais atos que envolvam a Regularização Fundiária junto ao Cartório de Registro de Imóveis e aos demais Órgãos e Concessionárias Públicas envolvidos no processo em questão;

VIII - Obedecer os procedimentos e disposições legais que forem regradas por Decretos e Leis que disciplinarem a Regularização Fundiária no âmbito municipal.

Parágrafo único. As reuniões serão marcadas de acordo com a demanda de trabalho nos dias e horários definidos por seus membros.

**Art. 5º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,**

**CUMPRA-SE.**

**LEI MUNICIPAL Nº 615/2018**

**LEI MUNICIPAL Nº 615/2018**

**DATA: 26 de Junho de 2018**

**SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal repassar recursos financeiros à Paróquia São Pedro Apóstolo de Feliz Natal para a realização de Evento em comemoração ao Padroeiro da cidade, e dá outras providências.**

**O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art.1º-** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à repassar recursos financeiros no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), para a PARÓQUIA SÃO PEDRO APÓSTOLO DE FELIZ NATAL, pessoa jurídica de direito privado,inscrita no CNPJ sob 15.084.478/0038-06, com sede administrativa na Avenida Maravilha, Praça São Pedro, centro, na cidade de Feliz Natal-MT.

**Art.2º-** O valor do repasse financeiro autorizado no artigo anterior se destinará para subsidiar parte das despesas com a realização do Evento em comemoração ao Padroeiro da cidade, São Pedro Apóstolo**,** a ser realizado no dia 08 de Julho de 2018, nesta cidade de Feliz Natal.

**Art.3º -** O encargo para a organização e realização do evento será de responsabilidade da Paróquia São Pedro Apóstolo de Feliz Natal, assim como a apresentação da prestação de contas dos recursos recebidos, a qual deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças no prazo de 30 (trinta) dias após a realização do Evento.

**Art.4º -** Os recursos financeiros para suportar a referida despesa serão oriundos dos recursos próprios do Município de Feliz Natal e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE**

**00005 - DEPARTAMENTO DE CULTURA**

**13 - CULTURA**

**392 - DIFUSÃO CULTURAL**

**008 – PROMOÇÃO A CULTURA E TURISMO**

**1026 – PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E TURISTICOS**

**3.3.70.41.00.00 0100000000 – CONTRIBUIÇÕES**

**Art. 5º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2018.**

**RAFAEL PAVEI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

### JULGAMENTO DO PAD Nº003 DE 2018

**JULGAMENTO**

Processo Administrativo n. 003/2018

Indiciado: Cezar Francisco Meneguzzi

***"Dispõe sobre o julgamento do Processo Administrativo Disciplinar com a finalidade de averiguar atrasos no encaminhamento de relatórios do SIOPE e SIOPS, e dá outras providências".***

Aprovo o Parecer Final Conclusivo e adoto seus fundamentos para, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar nº003/2018:

Aplicar a penalidade de Advertência ao servidor Cezar Francisco Meneguzzi, Contador, matrícula funcional nº 17448.1, lotado na Secretaria de Finanças, com fundamento no Art. 173, XI c/c Art. 183, I, c/c Art.186 da Lei Municipal nº 132, de 21 de dezembro de 2001.

Restitua-se o processo a secretaria de Finanças, para dar ciência ao servidor e demais providências.

Publique-se no diário oficial dos municípios, junte cópia da publicação ao PAD e a Ficha Funcional do Servidor.

Ciência ao Sr. Cezar Francisco Meneguzzi.

Gaúcha do Norte- MT, 25 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - COMBUSTÍVEL

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 043/2018**

**PREGÃO PRESENCIAL /SRP - Nº 037/2018**

O município de Gaúcha do Norte/MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público o Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de **Combustíveis Diariamente e de Forma Parcelada (Abastecimento Na Bomba No Perímetro Urbano De Canarana/Cuiabá - MT)**, conforme descrição no Termo de Referência no Anexo I, no dia 06/07/2018 às 08h30min (Horário de Cuiabá/MT) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será disponibilizada no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 25 de junho de 2018.

**NEILLA F. DE SOUZA**

**PREGOEIRA OFICIAL**

### PORTARIA Nº 71, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

**"Dispõe sobre o Convocação de Servidor Afastado Preventivamente, e dá outras providências".**

**VONEY RODRIGUES GOULART**, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

**CONSIDERANDO** os artigos 203 e seguintes da Lei Municipal 132/01;

**CONSIDERANDO** a portaria n º40/2018 que determinou o afastamento preventivo do indiciado;

**CONSIDERANDO** que fora ultimado o processo administrativo em prazo ulterior ao prorrogado em conformidade a disposição do Regime Jurídico dos Servidores Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Convocar o servidor Cezar Francisco Meneguzzi, contador, matrícula funcional nº 17448.1, lotado na Secretaria de Finanças, para retornar ao exercício do respectivo cargo público, no prazo máximo de 48 horas a contar da publicação desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gaúcha do Norte- MT, 26 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

### PORTARIA MUNICIPAL Nº.73/2018.

**PORTARIA MUNICIPAL Nº.73/2018.**

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL COMO CONSELHEIRO TUTELAR E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**VONEY RODRIGUES GOULART,** Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal,

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Nomear o Sr. **TAIRONE BATISTA ALVES ,** brasileiro,portador do RG Nº 3551849 SSP/GO, inscrita sob o CPF Nº 035.864.371-61,como **CONSELHEIRO TUTELAR,** a partir de 20/06/2018.

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 20 de junho de 2018.

_____

**VONEY RODRIGUES GOULART**

**Prefeito Municipal**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 45/2018**

Aos 26 dias do mês de Junho de 2018, de um lado o(a) **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603. 301-59, residente e domiciliado na RUA BRASILIA, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2018**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

**1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO:** A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA 4X4 - OBRAS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

| | | |
|---|---|---|
| Fornecedor<br>XINGU MAQUINAS AGRICOLAS LTDA | | CNPJ<br>21.174.220/0001-01 |
| Endereço<br>RUA 04 | | Nº<br>440 |
| Bairro<br>OPERARIO | Cidade<br>AGUA BOA | CEP<br>78635000 |
| Representante Legal | | CPF |
| Email<br>AMAURISALVIANO@GMAIL.COM | | Telefone<br>(66) 3468-3468 |

1 28608

TRATOR O KM COM POTÊNCIA DE 215 A 238CV, 4X4, LEVANTE HIDRÁULICO, CABINADO, TOMADA DE FORÇA DE 540/1000 RPM, PNEU DIANTEIRO RADIAL 600/65X28 – TRAZEIRO FILIPADO RADIAL 520/85X42 E PRÉ DISPOSTO PARA PILOTO AUTOMÁTICO

UN - UNIDADE

NEW HOLLAND

1,0000 360.000,0000

360.000,0000

**TOTAL 360.000,0000**

**2 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO:** O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE mediante assinatura de Contrato e/ou retirada da Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 34/2018. **2.1** – O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato e/ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Presencial nº 34/2018. **2.2** – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços. **2.3** – A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada conforme Captulo **XVI** do Edital do Pregão Presencial nº 34/2018. **2.4** – Todas as penalidades e as sanções contidas no Edital do Pregão 34/2018 aplicam-se sob a Ata de Registro de Preço.

**3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS:** A Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata. **3.1** – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação especifica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições. **3.2** – A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador ou qualquer outro órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem. **4 – DOS PREÇOS:** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93. **4.1** – O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados. **4.1.1** – Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado. **4.1.2** – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

**4.1.2.1** – Na hipótese do subitem anterior, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.

**4.2** – Quando o preço de mercado para determinado item tornar-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal poderá: **4.2.1** – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento. **4.2.2** – Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação. **4.3** – Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE procederá à revogação do item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **4.4** – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie. **4.5** – O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos. 5 **– DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PAGAMENTO:** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura. O pagamento será efetuado conforme edital na seguinte dotação orçamentária: 6 **– DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Diário Oficial de Contas TCE/MT que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura. 7 **– DO FORO:** O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de GAUCHA DO NORTE, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

**VONEY RODRIGUES GOULART**

**Prefeito(a)**

**XINGU MAQUINAS AGRICOLAS LTDA**

**Testemunhas**

Nome:

CPF:../-

**PORTARIA Nº 70/2018 - NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PRÓ FAMÍLIA**

**PORTARIA Nº 70, DE 21 DE JUNHO DE 2018.**

**"Dispõe sobre a nomeação de membros do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró Família, e dá outras providências".**

**NEUSA PETREKIC** Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº. 134, de 30 de Maio de 2017, que Instituiu o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família e dá outras providências,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Instituir a composição do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família;

**Art. 2º.** Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, pelo prazo de 12 (doze) meses, com competências já disciplinadas na Portaria supramencionada, os seguintes integrantes:

**I - Representantes do Poder Público Municipal**

a) JOCELI FRIEDRICH, portadora do RG nº 1379775-5 SSP/MT e CPF nº 030.577.231-79, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e JOCELI FRIEDRICH portadora do RG nº 3.517.227, SSP/SC e CPF nº 933.712.929-91 como respectivo suplente.

b) ARLETE FATIMA RAUBER, portadora do RG nº 1871623-7, SSP/MT e CPF nº 340.156.201-00, representando a Secretaria Municipal de Saúde e ROSINER LOBELEIN, portadora do RG nº 17876672 SSP/MT e CPF 013. 489.261-55.

**II – Representante do Conselho Municipal de Assistência Social**

**Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social**

Titular: Letiane Pereira Silveira, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº.2058668-0, C.P.F/MF nº. 029.569.981-70, residente e domiciliada à RuaCuritiba, Lt 03,QD 080, Jardim Gramado, Gaúcha do Norte-MT.

Suplente: Cristiane Sirnete Lindemann, portadora do RG nº 14062666, SSP/MT e CPF 001.527.871-94.

**Representantes da Secretaria Municipal de Educação**

Titular: Ketlim Maiara Rochteschel, portadora do RGnº 1628186-1, SSP/MT e CPF nº 029.050.591-39, residente e domiciliado a Chácara Pufal, zona rural.

Suplente: Neiry Silva Freitas, portadora do RG nº 1149946-0, SSP/MT e CPF nº 826.102.901-87, residente e domiciliado a Rua Cascavel, Ap. 02, centro.

**Representantes da Secretaria Municipal de Saúde**

Titular: Marcinei Baraba, portadora do RG nº 29224937-8, SSP/SP, CPF nº 303.704.828-08, Rua Santa Catarina, s/n, centro.

Suplente: Cintia Rodrigues Dias, portadora do RG nº 1281769-4 SSP/MT e CPF nº 901.912.341-68, residente e domiciliada à Rua Para S/N Centro.

**Representantes da Associação Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE de Gaúcha do Norte.**

Titular: Alaiz Paula da Silva Oliveira, portadora do RG nº 2045230-6, SSP/MT e CPF nº 030.185.361-42.

Suplente: Vanessa de Souza Wiebbelling, portadora do RG nº 2188470-6, SSP/MT e CPF nº 046.036.491-00, residente e domiciliada a Rua São Paulo, s/n, centro.

**Representantes do Departamento de Tributos**

Titular: Lucima Ribeiro da Silva, portadora do RG nº 2258110/2 SSP/GO e CPF nº 487.491.921-91, residente e domiciliada na Rua Ipê, S/N, Bairro Jardim Gramado.

Suplente: Guilherme Neto Biegelmeier, Portadora do RG nº 2398679-4 SSJP/MT e CPF nº 045.969.211-99.

**Representantes do Departamento Contábil**

Titular: Juliana Elizamara Grutka, portadora do RG nº 2398700-6 SSP/MT e CPF nº 045.969.361-10, residente e domiciliada na Zona Rural.

Suplente: Patricia Fritschi Schenkel portadora do RG 2120735-6, SEJUSP/MT e CPF 075.787.329-43, Rua São Paulo, s/n, centro.

**Representantes da Associação dos Aposentados e Pensionistas**

Titular: Araci Schuck, portadora do RG nº 1282346-5, SSP/MT, e CPF nº 772.314.811-91;

Suplente: Celita Menin Dal Piaz, portadora do RG: 273.0326-8 SSP/MT e CPF nº 018.232.391-96, residente e domiciliado na Zona Rural.

**Representantes da Igreja Católica**

Titular: Fatima de Oliveira Baumgartner**,** portadora da Cédula de Identidade nº. 2495212-5, SSP/MR e C.P.F/MF nº. 040.867.529-21; 2

Suplente: Marilete Ritzmann, portadora da Cédula de Identidade nº. 1376783-6, SSP/MT, C.P.F/MF nº. 885.245.401-25.

**Representantes da Igreja de Deus no Brasil**

Titular: Deise Cleciane Follmann, portadora do RG nº 1.282.30-1, SSP/MT, inscrita no CPF nº 964.622.561-68.

Suplente: Carmem Evani Bronstrup Junges, portadora do RG nº 2120621-0, SSP/MT e CPF nº 003.078.481-67, residente e domiciliada na Rua Curitiba, s/n, centro de Gaúcha do Norte/MT.

**Representantes da Associação Comercial e Industrial de Gaúcha do Norte**

Titular: Angélica Bruckmann Pimentel, portadora do RG nº 3130113-4, SSP/MT e CPF nº 020.865.160-88, residente e domiciliada à Rua Bahia , nº 584, centro.

Suplente: Solange Alves da Silva Buque Leme, portadora do RG nº 179. 925.-0, SSP/GO e CPF nº 435.636.781-20, residente e domiciliada a Rua Brasilia, nº 478, Bairro Alvorada.

**III – Represente de Instituições Não Governamentais**

a) LAZARA GLESIA RODRIGUES, portadora do RG nº 1172630, SSP/MT e CPF nº 902.154.861-53, representado a Instituição do Sindicato dos Produtores Rurais e LUIZ PEDRO POLETTI BIER portador do RG nº 8582796-0, SESP/PR e CPF nº 057.579.539-50 como suplente.

b) MIRIANE CRISTINA ROGOVSKI, portadora do RG nº 1376791-7, SSP/MT, e CPF nº 036.200.951-16, representado a Instituição "Associação Comercial e Industrial de Gaúcha do Norte – ACIG" e como suplente MAICON DA COSTA BRITO, portador do RG nº 20878745, SSP/MT e CPF nº 032.111.391-84.

**IV – Representantes da sociedade, que formalizaram a adesão ao Programa Estadual:**

Não houve representação;

**Art. 3º.** As deliberações do Comitê Gestor deverão ser expressas por meio de resoluções assinadas pelo Presidente.

**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Gaúcha do Norte, 21 de junho de 2018.

NEUSA PETREKIC

Gestora - Secretária Municipal de Assistência Social

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

### RESULTADO DE LICITAÇÃO TP 05

| | |
|---|---|
| **ESTADO DE MATO GROSSO**<br>PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO<br>**CNPJ: 03.503.612/0001-95**<br>**Av. Delson Rodrigues, s/n – Centro**<br>**C.E.P.: 78620-000 - GENERAL CARNEIRO - MT** | **TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2018 – TP**<br><br>**Processo Nº. 39/2018**<br>**Data: 05/06/2018** |

**EDITAL DE PUBLICAÇÃODE DE RESULTADO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 39/2018**

A Comissão Permanente de Licitação, da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**, no exercício de suas atribuições que lhe confere a Portaria nº. 070/2018, de 08/01/2018, torna público para o conhecimento dos interessados, o resultado do Processo de Licitação nº. 39/2018, após reunião e analise das documentações e a abertura das propostas, e conforme cumprimento das exigências especificadas no Edital de Licitação Processo nº 39/2018– Tomada de Preços nº. 05/2018 para Obras e Serviços de Engenharia, tendo como objeto de licitação, o seguinte:

**SELEÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA - ÁREA CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONTRUÇÃO DE ESCOLAS INDIGENAS ADVINDOS DE REPASSE DO GOVERNO FEDERAL E CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO.**

As firmas que apresentaram melhor preço entre as concorrentes e foram vencedoras, foram as Empresa**:**

ROBERTO ISAIAS FERREIRA FRANCA-ME CNPJ 18.987.733/0001-27 com valor global de R$ 1.039.272,12 (um milhão trinta e nove mil duzentos setenta e dois reais e doze centavos);

General Carneiro-MT, 25 de Junho de 2.018.

**CLAUDEMIR SANTOS TELES**

**Presidente da Comissão Permanente de Licitação**

### CAMARA MUNICIPAL
### EDITAL COMPLEMENTAR N.009/2018 - CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO - MT

**A Câmara Municipal de General Carneiro e o Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público n.001/2018, após a aplicação das Provas Objetivas, no uso de suas atribuições legais,**

***RESOLVEM***

**1º** - Em atendimento ao Cronograma do Edital Complementar n.004/2018, **Item 4**, "**L**", da Câmara Municipal de General Carneiro- MT, **DIVULGAR** o **GABARITO PRELIMINAR**, conforme segue:

**a) ANEXO I – GABARITO PRELIMINAR**

**2º -** Nos termos do "Item 12" e seus Subitensdo Edital do Concurso Público n. 01/2018, da Câmara Municipal de General Carneiro– MT, fica em vigência o prazo legal de recursos quanto ao conteúdo deste Edital Complementar a partir de sua publicação.

**3º -** Este Edital Complementar encontra-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Câmara Municipal de General Carneiro/MT, e no endereço eletrônico: **www.camarageneralcarneiro.mt.gov.br,** a partir desta data.

**ANEXO I**

**GABARITO PRELIMINAR**

| **Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais** | | **Cargo: Recepcionista / Telefonista** | |
|---|---|---|---|
| **Questão** | **Resultado** | **Questão** | **Resultado** |
| 1 | D | 1 | D |
| 2 | B | 2 | B |
| 3 | A | 3 | A |
| 4 | C | 4 | C |
| 5 | B | 5 | B |
| 6 | D | 6 | D |
| 7 | A | 7 | A |
| 8 | A | 8 | A |
| 9 | C | 9 | C |
| 10 | C | 10 | C |
| 11 | B | 11 | B |
| 12 | D | 12 | D |
| 13 | A | 13 | A |
| 14 | C | 14 | C |
| 15 | B | 15 | B |
| 16 | D | 16 | D |
| 17 | A | 17 | A |
| 18 | B | 18 | B |
| 19 | B | 19 | B |
| 20 | C | 20 | C |
| 21 | D | 21 | D |
| 22 | B | 22 | B |
| 23 | C | 23 | C |
| 24 | A | 24 | A |
| 25 | D | 25 | D |
| 26 | B | 26 | B |
| 27 | C | 27 | C |
| 28 | B | 28 | B |
| 29 | C | 29 | C |
| 30 | A | 30 | D |
| 31 | D | 31 | D |
| 32 | B | 32 | B |
| 33 | C | 33 | C |
| 34 | A | 34 | A |
| 35 | B | 35 | B |
| 36 | B | 36 | B |
| 37 | D | 37 | D |
| 38 | C | 38 | C |
| 39 | C | 39 | C |
| 40 | A | 40 | A |

**General Carneiro – MT, 25 de Junho de 2018.**

**HEDER CAIO PEREIRA DA SILVA**

***Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro***

**FÁBIO LIMA LIBERALESSO**

**Presidente da Comissão**

**DIVINO APARECIDO SANTOS FREITAS**

*Secretário*

**FELIX HENRIK BATISTA DE SOUSA**

***Membro***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

### RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2018 SRP

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Pre-

sencial nº 047/2018 SRP, obteve o seguinte resultado: A empresa **SUPER UTIL COMERCIAL LTDA ME** sagrou-se vencedora com o valor global de **109.800,00 (cento e nove mil e oitocentos reais)** e a empresa **UTILISSIMA COM. DE VARIEDADES EIRELLI- EPP** sagrou-se vencedora com o valor global **de 143.599,25 (cento e quarenta e três mil quinhentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos).** O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 26 de junho de 2018. Sebastião Adilson C. da Silva – Pregoeiro.

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 042/2018**

Ratificada a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos do caput do artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e controle interno. **OBJETO**: Processo estimativo para pagamento de Serviços de Analise de Projeto de Pavimentação. **FAVORECIDO**: BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL S/A. **VALOR:** R$ 1. 800,00 (um mil e oitocentos reais). **PERÍODO/PRAZO**: junho a dezembro de 2018. **FUNDAMENTO LEGAL**: "Caput" do Artigo 25 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Ratifico a presente inexigibilidade de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico, parecer da controladoria e justificativa anexos ao **processo compra nº 1546/2018**. Gabinete do Prefeito Municipal, 22 de junho de 2018. **Érico Stevan Gonçalves/Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO Nº 092/2018**

SÚMULA: "Prorrogada validade do Concurso Publico – Edital 001/2016 e da outras Providencias."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais .

DECRETA:

**Art 1°** Fica Prorrogado o prazo de validade do Concurso Público – Edital 001/2016, homologado no dia 07 de julho de 2016, pelo periodo de 02 (dois) anos, conforme possibilita no Inciso III, do artigo 37, da Constituição Federal.

**Art 2°** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art 3°** Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 21 de junho de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

*Afixado no Mural desta Prefeitura*
*Em _____/_____/2018*
*Ana Claudia Germano Alves*
*Agente Administrativo*
*Matricula 1242*

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

*Secretário de Finanças*

*Secretário de Administração e Planejamento*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 043/2018**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 043/2018**

**Pregão Presencial n° 032/2018**

**Processo n° 044/2018**

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n°. 07.209.225/0001-00, situada na Rua Florianópolis, n°. 200, Bairro: Centro, CEP: 78579-000, Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 408.854 SSP/MS e inscrito no CPF n°. 411.269.551-91, doravante e denominado "MUNICIPIO" e do outro lado a empresa **EVANDRO L. PALUDO – ME,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n°.18.637.045/0001-37,situada na Avenida Mato Grosso, n° 172S, Sala B, bairro: Centro, CEP: 78455-000, Lucas do Rio Verde - MT, neste ato representada por seu proprietário, o Sr. Evandro Luiz Paludo, portador do RG n°. 2630744-8 SEJSP/MT e inscrito no CPF sob n° 526.559.919-04, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei Federal 10.520/02, Decretos Municipais n° 001/2010 e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Itanhangá e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 032/2018, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes aos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei n°. 10.520/ 2002, Decreto Federal 7.892/13 e Decreto Municipal n° 081/2015 e demais legislação aplicável à matéria, e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

**1. DO OBJETO E DOS PREÇOS**

**1.1.** A presente ata tem por objeto **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos para uso da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo do Município de Itanhangá-MT.",** conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do edital do Pregão Presencial n° 032/2018, abaixo especificados, conforme abaixo descritos:

**1.2.** Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

| Item | Descrição | Marca | Qtde | Und | Valor Unit. | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | APITO, MATERIAL PLÁSTICO, SEM BOLINHA APLICAÇÃO ESPORTE, TIPO PROFISSIONAL, TAMANHO MÉDIO | FOX | 05 | UND | R$ 34,00 | R$ 170,00 |
| 02 | BOLA DE BASQUETE ADULTO MATERIAL BORRACHA PESANDO DE 560 A 570 GRAMAS COM CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 72 A 76 CM - MATERIAL PLASTICO ATOXICO, LAVÁVEL E RESISTENTE. | STADIUM | 30 | UND | R$ 67,00 | R$ 2. 010,00 |
| 03 | BOLA DE BASQUETE FEMININO MATERIAL BORRACHA PESANDO ENTRE 450 A 600 GRAMAS – COM CIRCUNFERÊNCIA DE 72 A 76 CM. | DAL PONTE | 10 | UND | R$ 73,70 | R$ 737,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 04 | BOLA DE FUTEBOL ORIGINAL CAMPO OU SOCIETY PROFISSIONAL; TERMOTEC; COM 08 À 12 GOMOS; CIRCUNFERÊNCIA DE 68 -70 CM DE DIÂMETRO PESO DE 410 - 450G; CÂMARA AIRBILITTY; ACABAMENTO DE POLIURETANO ULTRA 100%; MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. EQUIVALENTE A MARCA PENALTY CAMPO DIGITAL - TOPPER V12 – ORIGEM NACIONAL | PENALTY | 50 | UND | R$ 175,00 | R$ 8.750,00 |
| 05 | BOLA DE FUTEBOL ORIGINAL CAMPO OU SOCIETY TAMANHO NUMERO 4 INFANTIL COM 32 GOMOS / COSTURADA A MÃO, CONFECCIONADA EM MICROFIBRA / PESO 360 - 390 G / DIAMETRO DE 62-66CM - CÂMARA AIRBILITY / MIOLO SLIP SYSTEN REMOVÍVEL E LUBRIFICADO – ORIGEM NACIONAL - EQUIVALENTE A MARCA PENALTY MATIS | PENALTY | 50 | UND | R$ 99,90 | R$ 4.995,00 |
| 06 | BOLA DE POLICLORETO VINILICO PESANDO ENTRE 400 A 450 GRAMAS CIRCUNFÊRENCIA DE 45 CM CORES DIVERSAS UTILIZADA EM APRESENTAÇÃO GINASTICA RITMICA | BEL FIX | 20 | UND | R$ 36,85 | R$ 737,00 |
| 07 | BOLA DE VÔLEI ORIGINAL E PROFISSIONAL, MATERIAL POLIURETANO, COMPOSIÇÃO PU E CÂMARA ARBILITY, PESO ENTRE 260 G – 280 GRAMAS, CIRCUNFERÊNCIA :65 CM A 6 CM SENDO DE ORIGEM NACIONAL. EQUIVALENTE A MARCA PENALTY mg 5500. | PENALTY | 50 | UND | R$ 195,00 | R$ 9.750,00 |
| 08 | BOLA FUTSAL PROFISSIONAL ORIGINAL, TECNOLOGIA TERMOTEC, COM 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA COMPOSIÇÃO POLIURETANO PESO CHEIA DE 420 A 460 GRAMAS, SEM COSTURA, CIRCUNFERÊNCIA DE 62 A 64 CM, ORIGEM NACIONAL. EQUIVALENTE A MARCA PENALTY MAX 500 TERMOTEC 7 | PENALTY | 100 | UND | R$ 220,50 | R$ 22.050,00 |
| 09 | BOLA FUTSAL, ORIGINAL, TECNOLOGIA, TERMOTEC, COM 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA COMPOSIÇÃO POLIURETANO PESO CHEIA DE 310 A 340 GRAMAS, SEM COSTURA, CIRCUNFERÊNCIA DE 52 A 54 CM, ORIGEM NACIONAL. EQUIVALENTE A MARCA PENALTY MAX 100 TERMOTEC 7 CBFS | PENALTY | 50 | UND | R$ 160,00 | R$ 8.000,00 |
| 10 | BOMBA DE AR COM PITO PARA BOLAS OFICIAIS, COM TECNOLOGIA DOUBLE ACTION (DUPLA AÇÃO) QUE INFLA NOS DOIS SENTIDOS, MATERIAL POLICARBONATO. | PENALTY | 5 | UND | R$ 42,80 | R$ 214,00 |
| 11 | CARTÃO DE ARBITRO- EM PLASTICO RIGIDO, COM 10CMX8CM, NAS CORES VERMELHO E AMARELO | FISIC FORM | 4 | UND | R$ 12,90 | R$ 51,60 |
| 12 | COLETES UNIFORMIZADORES PARA TREINAMENTO, FURADINHO COM VIES NO PESCOÇO NOS TAMANHOS P/M/G CORES DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO. | T. R. B. | 100 | UND | R$ 9,20 | R$ 920,00 |
| 13 | CONE DEMARCATORIO TIPO DISCO CONFECCIONADO EM PLASTICO RIGIDO PARA PRATICA ESPORTIVA MEDINDO DE 20 A 23CM NAS CORES VARIADAS. | SCALIBU | 100 | UND | R$ 4,48 | R$ 448,00 |
| 14 | CONE AGILIDADE FUNCIONAL PVC 23CM, CORES VARIADAS CONES PARA MARCAÇÃO. TREINAMENTO DE CIRCUITO, FUNCIONAL E ESPORTES EM GERAL | IRMOSSI | 100 | UND | R$ 7,90 | R$ 790,00 |
| 15 | CONE EM PVC, MEDINDO 50 CM DE ALTURA NAS CORES PRETO E AMARELO | SCALIBU | 50 | UND | R$ 20,00 | R$ 1.000,00 |
| 16 | CRONÔMETRO DIGITAL, PROFISSIONAL, SISTEMA LAP E SPLIT, RESISTENTE A ÁGUA COM SEIS FUNÇÕES HORA/MINUTO/SEGUNDO/ MÊS/DATA/DIA. | VOLLO | 3 | UND | R$ 89,80 | R$ 269,40 |
| 17 | JOGO DE FARDAMENTO ESPORTIVO COMPLETO PARA FUTEBOL DE CAMPO/ SOCYTE/ FUTSAL 100% POLIÉSTER EM TECIDO LISO NO TAMANHO ÚNICO G COMPOSTO DE 16 CAMISETAS+ 16 CALÇÃO+16 MEIAO | PLACAR | 10 | UND | R$ 906,00 | R$ 9.060,00 |
| 18 | MEDALHA, COM FITA AZUL, MEDIDA APROXIMADA 3,5 A 4CM DE DIÂMETRO, PODENDO SER FORNECIDA NAS CORES OURO, PRATA E BRONZE. CONFORME SOLICITAÇÃO. | VITORIA | 3.000 | UND | R$ 2,60 | R$ 7.800,00 |
| 19 | REDE DE ESPORTE FUTEBOL SOCIETY, MATERIAL NYLON 4,00MM, NA COR BRANCA, TAMANHO OFICIAL. | PANGUE | 4 | PAR | R$ 346,50 | R$ 1.386,00 |
| 20 | REDE DE FUTEBOL DE CAMPO, CONFECCIONADA EM NYLON, 4,0mm, NA COR BRANCA, NO FORMATO DE TAMANHO OFICIAL | MASTER | 4 | PAR | R$ 340,00 | R$ 1.360,00 |
| 21 | REDE DE FUTEBOL FUTSAL, MATERIAL NYLON 4,0MM NA COR BRANCA TAMANHO OFICIAL. | MASTER REDE | 4 | PAR | R$ 223,00 | R$ 892,00 |
| 22 | REDE ESPORTE, VOLEIBOL MATERIAL NYLON 4MM, COR BRANCA, COM 02 FAIXAS DE LONA, FIO SIMPLES NO TAMANHO OFICIAL | PANGUE | 5 | UND | R$ 102,30 | R$ 511,50 |
| 23 | TROFEU EM METAL NA COR DOURADA, COM BASE, COM 50 CM DE ALTURA. | IRMOSSI | 50 | UND | R$ 108,00 | R$ 5.400,00 |
| 24 | TROFEU EM BRONZE FUNDIDO NA COR DOURADA, NA FORMA DE ESCULTURA MEDINDO DE 25 A 30 CM | IRMOSSI | 50 | UND | R$ 55,00 | R$ 2.750,00 |
| 25 | TROFEU EM METAL COM 80 CM DE ALTURA, NA COR DOURADA COM BASE. | IRMOSSI | 50 | UND | R$ 159,40 | R$ 7.970,00 |
| 26 | TROFEU EM METAL DE 90 CM A 1,10 METROS DE ALTURA, NA COR DOURADA COM BASE | IRMOSSI | 50 | UND | R$ 195,00 | R$ 9.750,00 |
| Valor por extenso: R$ 107.771,50 (cento e sete mil setecentos e setenta e um reais e cinquenta centavos) | | | | | | |

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura, de **26/06/2018** até **26/06/2019.**

**2.2.** Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

**2.3**. Em cada aquisição decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 032/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**3. DO PAGAMENTO**

**3.1.** O pagamento das Notas Fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor responsável designado pela secretaria solicitante.

**3.2.** A detentora da Ata deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

**3.2.1.** A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no “item 3.1.”, devendo a DETENTORA DA ATA ficar responsável pela conferência de tal validade.

**3.3.** Nenhum pagamento será efetuado a fornecedora enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**3.4.** A detentora da Ata deverá apresentar as notas fiscais eletrônicas, correspondentes ao fornecimento, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos responsáveis de cada Secretaria, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento e/ou NAD (nota de Autorização de Despesa);

**3.5.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

**3.6.** A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

**3.7.** O CNPJ da DETENTORA DA ATA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**3.8.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada a evento cujo descumprimento der origem a aplicação da penalidade.

**3.9.** O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

**3.10.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**3.11.** Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

**4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO PRAZO**

**4.1.** Os produtos **deverão ser entregues de forma parcelada, conforme** conforme a necessidade da(s) Secretaria(s) solicitante(s), através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a solicitação, pedido e autorização de fornecimento expedido pela secretaria solicitante.;

**4.2.** Os produtos deverão ser entregues conforme solicitação no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itanhangá, localizado na Rua Florianópolis, n° 225, Centro ou nos locais a serem indicados pelas Secretarias solicitantes e conferidos na presença de um servidor desginado pela secretaria solicitante;

**4.3.** O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT.

**4.4.** A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**4.4.1.** As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

**4.5**. Os produtos devem ser entregues com Notas Fiscais, conforme exigências legais.

**4.6.** Os materiais em desconformidade serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena de cancelamento da compra.

**4.7.** Realizar trocas de produtos caso a data de validade estiver vencida ou o produto apresentar qualquer problema ou não atenderem as especificações técnicas do termo de referência;

**4.8.** Ficará a cargo da contratada todas as despesas com a entrega dos materiais no local indicado pela Administração, incluindo a troca dos materiais que porventura foram fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência

**4.9.** Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de material falsificado, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência, portanto a Contratada deverá entregar os itens em sua embalagem original, sem quaisquer indícios de violação

**4.10.** A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos produtos prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;

5. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

**5.1.** São direitos e responsabilidades do Município:

**5.1.1.** Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação;

**5.1.2.** Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação;

**5.1.3.** Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

**5.1.4.** Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

**5.1.5.** Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

**5.1.6.** Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

**5.1.7.** Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

**5.1.8.** Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

**5.1.9.** Receber ou rejeitar os produtos após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

**5.1.10.** Rejeitar os produtos no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas.

**5.1.11.** Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da DETENTORA DA ATA exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.

**5.1.12.** Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

**5.1.13.** Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

**5.1.14.** Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

**5.1.15.** Fiscalizar a execução do objeto do contrato;

**5.1.16.** Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato.

**5.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:**

**17.2.1.** É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.

**5.2.2.** Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida;

**5.2.3.** Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

**5.2.4.** Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

**5.2.5.** Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.

**5.2.6.** A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

**5.2.7.** Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, A empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

**5.2.8.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

**5.2.9.** Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

**5.2.10.** Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

**5.2.11.** Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

**5.2.12.** Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.

**5.2.13.** Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;

**5.2.14.** O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA;

**5.2.15.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

**5.2.16.** Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

**5.2.17.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da CONTRATANTE;

**5.2.18.** Planejar a entrega dos produtos juntamente com o Fiscal de Contrato e/ou responsável da Secretaria solicitante;

**5.2.19.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

**5.2.20.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

**5.2.21.** Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

**5.2.22.** A CONTRATADA deve entregar os produtos solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.

**17.2.23.** Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos.

**17.2.24.** Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

**17.2.25.** A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.

**17.2.26.** A CONTRATADA obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

**17.2.27.** Realizar o fornecimento dos produtos dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.

**17.2.28.** Levar imediatamente ao conhecimento da contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

**5.2.29.** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

**5.2.30.** Atender integralmente todas as exigências e especificações inseridas no Termo de Referência formulado pela Secretaria solicitante.

**5.2.31.** A DETENTORA DA ATA ficará obrigada permitir livre acesso dos servidores/gestores municipais, dor órgãos ou etndidade públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo a seus documentos e registros contábeis;

**6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**6.1.** Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto de revisão, através de ofício, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo, devidamente justificado e demonstrado pela DETENTORA DA ATA, mediante apresentação planilha de custos devidamente exarada pelo responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Prefeitura Municipal;

**6.2.** Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

**6.2.1.** O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

**6.3.** O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

**6.4.** No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

**6.5.** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

**6.6.** Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

**6.7.** Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

**6.8.** Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

**6.8.1.** A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

**6.9.** A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

**6.10.** Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**6.11.** Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

**6.12.** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

**7. DAS PENALIDADES**

**7.1.** A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

**7.2**. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

**7.3.** A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10%(dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

**7.4.** A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

**7.5.** A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

**7.6.** De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

**7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.**

**8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela "PROMITENTE FORNECEDORA".

**8.2.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

a) A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa; b) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor; c) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais; d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos; e) Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração. f) A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. g) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação. h) Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93. i) A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

**8.3.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação nos Diários Oficiais da AMM e Diário Oficial de Contas (TCE-MT), por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**8.4.** A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido;

**8.5.** Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**8.6.** Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93;

**8.7.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

**9. DA ADESÃO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**9.1.** A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenham participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciados.

**9.2.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**9.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**9.4.** As aquisições ou contratações adicionais, não podendo exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**10. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

**11. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**11.1.** A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 032/2018, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

**12. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**

**12.1.** A fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**13. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1.** O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

**14. DO FORO**

**14.1.** Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**

**EDU LAUDI PASCOSKI –** PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATANTE**

**EVANDRO L. PALUDO – ME**

Evandro Luiz Paludo - Proprietário

CONTRATADA

Testemunhas:

| | |
|---|---|
| _____<br>Nome:<br>CPF: | _____<br>Nome:<br>CPF: |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 032/2018**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 032/2018**

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é:

OBJETO: **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos para uso da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo do Município de Itanhangá-MT."**

VENCEDOR:

| Nome | CPF/CNPJ: |
|---|---|
| EVANDRO L. PALUDO – ME | 18.637.045/0001-37 |

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 26 de junho de 2018.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL**
**ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2018**

***Matéria veiculada na edição nº 2.995, de 08/06/2018, página 125, do diário Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios MT.***

**Extrato do contrato nº. 002/2018.**

**Contratante:** Câmara Municipal de Itanhangá MT

**Contratado:** Empresa **MILLAYNA VITORIA DEMARQUE 06735608135**, Av. Rio Borges, S/N quadra 01, na cidade de Itanhangá/MT, inscrita no CNPJ sob o nº. 30.513.156/0001-37.

**Onde se lê**

**Objeto:** Contrato a prestação dos seguintes serviços contínuos de manutenção predial e reparos, manutenção preventiva e corretiva para pequenos reparos de instalação elétrica e Manutenção, ornamento, conservação, rega, limpeza dos jardins, canteiros e poda de arvores:

**Leia – se**

**Objeto:** Contrato a prestação dos seguintes serviços contínuos de manutenção predial e reparos, manutenção preventiva e corretiva para pequenos reparos de instalação elétrica e manutenção hidráulica, ornamento, conservação, limpeza dos jardins, canteiros e poda de arvores:

**Onde se lê**

**Valor global:** O presente Contrato tem o valor de R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), o valor será pago em 08 parcelas mensais, totalizando 06 (seis) parcelas, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada parcela, paga até o dia 10 (dez) do mês subsequente à realização dos serviços.

**Leia – se**

**Valor global:** O presente Contrato tem o valor de R$ 5.950,00 (cinco mil e novecentos e cinquenta reais), que será pago em 07 (sete) parcelas de R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Itanhangá MT, 11 de junho de 2018.

_____

Celeni Genhm

Presidente Comissão Permanente de Licitação

Publique-se.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2018**

**Resultado de Licitação - Pregão Presencial n° 033/2018**

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 033/2018**, instaurada para o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino do Município de Itanhangá-MT",** teve como vencedora as seguintes empresas: K A M PEREIRA – ME CNPJ: 08.497.090/0001-80 com o valor unitário de R$ 3,61 (três reais e sessenta e um centavos), totalizando o valor de R$ 98.192,00 (noventa e oito mil cento e noventa e dois reais) e a empresa MAURO ALVES TRANSPORTES – ME CNPJ: 08.580.753/0001-25 com o valor unitário de R$ 3,61 (três reais e sessenta e um centavos), totalizando o valor de R$ 92.704,80 (noventa e dois mil setecentos e quatro reais e oitenta centavos).

Itanhangá-MT, 26 de junho de 2018.

**CAMILA BRUNA MORESCO**

Pregoeira Oficial

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO N° 091/2018**

SÚMULA: "Decreta Estado de Emergência diante da iminência de Conflito Agrário e dá outras providencias."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 72 da Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO, que o gestor público municipal tomou conhecimento através de visita in loco e de fotografias aéreas que um grupo de pessoas estão acampadas no Lote de nº 823 do P. A. Tapurah/Itanhangá, com possível intuito de invasão de terras no mesmo Assentamento;

CONSIDERANDO, que referido Lote 823 está sob a administração do Senhor Waldomiro de Oliveira, assentado no P.A. Vale do Arinos, no Município de Juara – MT, sendo que o mesmo alega representar a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Planalto ASSOPLAN, com sede na Zona Rural de Juara -MT;

CONSIDERANDO, que referido Senhor Waldomiro de Oliveira informou a Chefe de Divisão de Desenvolvimento do INCRA de Cuiabá, através do Ofício 0004/2018, de 05.06.2018, uma relação com mais de 150 famílias que se encontram acampadas no Lote 823 do P.A. Tapurah – Itanhangá, sem, contudo, informar qual é o objetivo desse acampamento;

CONSIDERANDO, que em Ata de Reunião com o Chefe de Divisão de Desenvolvimento SR/13-MT – INCRA de Cuiabá – o Senhor Waldomiro de Oliveira, representante dos acampados, relata que estão com 186 famílias acampadas no Lote 823 do P.A Tapurah/Itanhangá, "aguardando a retomada de áreas para serem assentados pelo INCRA";

CONSIDERANDO, que o gestor público municipal já informou, através de ofícios, as autoridades competentes, entre elas, o Ministério Público Federal, a Justiça Federal de Diamantino, o Corregedor-Geral e o Ouvidor-Geral do INCRA em Brasília e a Superintendência da Polícia Federal de Cuiabá, sobre a aglomeração de famílias no Lote 823 e da possibilidade desse grupo invadir os Lotes do Assentamento Tapurah/Itanhangá, gerando risco de um conflito agrário,

CONSIDERANDO, **que o aumento inesperado de famílias no Município, vem causando problemas no atendimento da Secretaria de Saúde causando falta de medicamentos e atrasos no atendimento da população;**

CONSIDERANDO, que o aumento inesperado de mais de **15%** de novas matriculas em um espaço muito curto de tempo, está ocasionando sérios problemas na Secretaria de Educação, como excesso de alunos por sala e aumento de demanda em relação ao transporte escolar, bem como, caso a quantidade de alunos continue crescendo causará a paralização das aulas devido a falta de estrutura física e de pessoal para atendimento dos mesmos.

CONSIDERANDO, que a população de Itanhangá, em especial os assentados que residem na zona rural encontram-se preocupados e aflitos com essa situação, considerando a invasão de sua parcela como um fato possível e iminente,

CONSIDERANDO, **que as autoridades Municipais também estão preocupadas com o risco de iminente CONFLITO AGRÁRIO entre antigos assentados e os ora acampados e possíveis invasores,**

CONSIDERANDO, que Itanhangá não possui delegacia de polícia civil, e consequentemente, não existe efetivo da polícia Civil atuando no Município enquanto que o contingente da Polícia Militar é muito reduzido, com pouco efetivo, estando a população carente de segurança e a mercê de sua própria sorte e

CONSIDERANDO, que os fatos noticiados acima estão todos comprovados por documentos, cujas cópias já estão de posse da Secretaria Estadual de Defesa Civil;

DECRETA:

**Art. 1º** - Fica Declarado Estado de Emergência diante da iminência de CONFLITO AGRÁRIO no Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso.

**Art.2° -** Determino à Coordenadoria de Defesa Civil do Município que oficie à Secretaria Estadual de Defesa Civil juntando cópia deste Decreto.

**Art. 3º** - Determino seja oficiado à Secretaria Estadual de Segurança Pública solicitando providências no sentido de garantir a segurança da nossa população, juntando cópia deste Decreto.

**Art. 4º** - Determino seja oficiado ao INCRA de Cuiabá, solicitando providências no sentido de desocupar o Lote nº 823 do P.A. Tapurah/Itanhangá, retirando as pessoas que o ocupam com finalidade estranha à sua destinação, juntando cópia deste Decreto.

**Art. 5º** - Determino seja oficiado ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA em Brasília – DF, solicitando as providências cabíveis e necessárias para garantir o direito dos assentados que ocupam suas parcelas há mais de 20 anos, juntando cópia deste Decreto.

Art. 6° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos até a cessação da situação de emergência.

Art. 7° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 21 de junho de 2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

*Afixado no Mural desta Prefeitura*
*Em _____/_____/2018*
*Ana Claudia Germano Alves*
*Encarregado de Divisão*
*Matricula 1242*

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

*Secretário de Finanças*

*Secretário de Administração e Planejamento*

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO N° 090/2018**

SÚMULA: *Suspende o cadastro a emissão do "CAD UNICO" no âmbito da* Secretaria Municipal de Desenvolvimento *Social e Trabalho* - SEDST *e da outras providências."*

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pela Lei Orgânica Municipal e pelo Artigo 9º da Lei Complementar Municipal nº 005/2005;

CONSIDERANDO a confirmação da presença de grande número de famílias acampadas no Lote Rural nº 823, possivelmente com intuito de invasão de lotes do Projeto de Assentamento Tapurah/Itanhangá;

CONSIDERANDO que essa aglomeração de pessoas em apenas um lote do Assentamento Tapurah/Itanhangá tem causado preocupação aos demais assentados desse Projeto de Assentamento;

CONSIDERANDO – Que o aumento inesperado de famílias no Município, vem causando problemas no atendimento da Secretaria de Saúde e na Secretaria de Educação, inclusive em relação ao transporte escolar,

DECRETA:

**Art. 1º**- Fica suspenso temporariamente o cadastro e emissão de CAD ÚNICO no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho;

**Art. 2º-** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 20 de junho de 2018.

*Afixado no Mural desta Prefeitura*
*Em _____/_____/2018*
*Ana Claudia Germano Alves*
*Agente Administrativo*
*Matricula 1242*

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

*Secretário de Finanças*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

**PROCURADORIA JURIDICA**
**LEI MUNICIPAL Nº 1.023 DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

***"Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2019, e dá outras providências".***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Itiquira aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

**Art. 1º** Nos termos da Constituição Federal, art. 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itiquira para o Exercício de 2019 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõem sobre as alterações na Legislação Tributária e atende às determinações impostas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

**Art. 2º** As metas e prioridades do Município para o exercício de 2019, serão estabelecidas no Anexo I desta Lei.

**Parágrafo Único**. Atendendo ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 1º da Portaria STN nº 462/2009, integram esta Lei os seguintes anexos:

**I.** Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências – Anexo de Riscos Fiscais – ARF (LRF, art. 4.º, § 3.º);

**II.** Tabela I – Metas Anuais – AMF (LRF, art. 4.º, § 1.º);

**III.** Tabela II Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior – AMF (LRF, art. 4.º, § 2.º, Inciso I);

**IV.** Tabela III Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios anteriores – AMF (LRF, art. 4.º, § 2.º, Inciso II);

**V.** Tabela IV Evolução do Patrimônio Líquido – AMF (LRF, art. 4.º, § 2.º, Inciso III);

**VI.** Tabela V Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos – AMF (LRF, art. 4.º, § 2º, Inciso III);

**VII.** Tabela VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - AMF (LRF, art. 4.º, § 2.º, Inciso IV, alínea "a");

**VIII.** Tabela VII – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - AMF (LRF, art. 4.º, § 2.º, Inciso IV, alínea "a");

**IX.** Tabela VIII– Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita – AMF (LRF, art. 4.º, § 2.º, Inciso V);

**X.** Tabela IX – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - AMF (LRF, art. 4.º, § 2.º, Inciso V).

**Art. 3º** Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2019, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do Plano Plurianual correspondente ao período de 2018/2021.

**Art. 4º** A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, conforme determina o art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

**§ 1º** A Regra constante do caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

**§ 2º** Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

**Art. 5º** São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2019 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

**a)** Educação;

**b)** Saúde e Saneamento;

**c)** Infraestrutura Urbana Básica;

**d)** Modernização Administrativa Funcional;

**e)** Política Salarial de acordo as normas vigentes;

**f)** Assistência Social;

**g)** Meio Ambiente e Turismo;

**h)** Cultura e Esportes;

**i)** Indústria e Comércio e,

**j)** Agricultura e Pecuária.

**Art. 6º** O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

**a)** Pagamento do Serviço da Dívida;

**b)** Pagamento de Pessoal e seus Encargos;

**c)** Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;

**d)** Cobertura de Precatórios Judiciais;

**e)** Manutenção das Atividades do Município e seus Fundos;

**f)** Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, este concomitantemente com o Estado, nos termos do FUNDEB;

**g)** Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

**h)** Contribuição ao PASEP e,

**i)** Reserva de Contingência nos termos do art. 19.

**Parágrafo único.** Na hipótese do Município vir a contratar Consórcios Públicos para a realização de objetivos de interesse comum, nos termos da Lei Federal nº 11.107/05, deverá observar as normas contidas no art. 8º do referido diploma legal.

**Art. 7º** O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do Município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.

**Parágrafo único.** Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto àqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

**Art. 8º** A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância às demais normas de direito financeiro, especialmente os §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 165 da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** Conforme previsto no art. 166, § 8º da Constituição Federal, será admitido o desequilíbrio entre receitas e despesas desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, considerando ainda:

**I.** que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuidores conforme determinação da Portaria MPAS nº 4992, art. 17, VIII, § 3.º;

**II.** que os recursos dos fundos devem ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários conforme determinado pelo inciso III do art. 2º da Portaria MPAS nº 4992;

**III.** que os ingressos mensais de receitas são consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência.

**Art. 9º** Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária do exercício de 2019, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma Mensal de Desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

**§ 1º** O Cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

**§ 2º** No caso de Órgãos da Administração Indireta, os Cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das Transferências Intragovernamentais eventualmente previstas na Lei Orçamentária.

**Art. 10.** Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

**§ 1º** Ao determinarem à limitação de empenhos e movimentação financeira, os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

**§ 2º** Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

**§ 3º** Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

**§ 4º** A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 11. A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.**

**Art. 12.** Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do Município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

**Art. 13.** Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 22.604,63 (vinte e dois mil, seiscentos e quatro reais e sessenta e três centavos) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 42.383,67 (quarenta e dois mil, trezentos e oitenta e três reais e sessenta e sete centavos), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia, nos termos da Lei Municipal nº 869, de 25 de fevereiro de 2015.

**Art. 14.** Na Execução Orçamentária de 2019, a apuração dos custos e avaliação dar-se-á através do Sistema de Gestão Pública - SGP, conforme determina a alínea “e”, do inciso I, do artigo 4.º e o § 3º do art. 50, ambos da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**§ 1º** O Sistema levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:

**I.** O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando se referirem à execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no artigo 43, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/1993.

**II.** Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

**III.** Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

**IV.** Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

**§ 2º** É de competência do Departamento de Compras e da Comissão de Licitação gestionar as ações conforme os incisos I, II, III e IV do artigo anterior, inclusive publicar os resultados dos processos licitatórios para conhecimento da população e instituições organizadas.

**§ 3º** Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Sistema serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.

**Art. 15.** Na realização de Programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e seja firmado convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fique claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

**§ 1º** No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

**§ 2º** A regra de que trata o caput deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro Município.

**§ 3º** As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a Lei Orçamentária, ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

**Art. 16.** Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os

respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do Município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:

I. EMPAER;

II. Policias Civil e Militar;

III. INDEA;

IV. SEMA;

V. Tribunal Regional Eleitoral;

VI. Exatoria Estadual;

VII. IBAMA;

VIII. APAE;

IX. CIRETRAN;

X. INCRA;

XI. Delegacia da Receita Federal do Brasil;

XII – Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S/A – DESENVOLVE/MT;

XIII – Universidade de São Paulo - USP;

XIV – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**Art. 17.** O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos arts. 20 e 22, § único da Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal.

**§ 1º** No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

**§ 2º** Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

**Art. 18.** Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a manutenção de horas extras e plantões somente poderão ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 19.** Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, equivalente a, no máximo 1,00% (hum por cento) da Receita Corrente Líquida.

**§ 1º** Ocorrendo a necessidade de serem atendidos Passivos Contingentes ou outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos, o Poder Executivo providenciará a abertura de Créditos Adicionais Suplementares à conta de reserva do caput, na forma do art. 42 da Lei Federal nº 4320/64.

**§ 2º** Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o caput deste artigo, poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de créditos adicionais autorizados na forma do art. 42 da Lei Federal nº 4320/64.

**Art. 20. A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua Proposta Orçamentária para o exercício de 2019 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do Projeto de Lei Orçamentária àquele Poder.**

**Parágrafo único.** O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2019, inclusive da Receita Corrente Líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 21.** Até 31 de outubro de 2018, o Executivo poderá encaminhar ao Legislativo o Projeto de Lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:

**a)** Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU;

**b)** Atualização das alíquotas do ISSQN;

**c)** Atualização das taxas municipais;

**d)** Contribuição de melhorias e,

**e)** Outras receitas de competência Municipal.

**Art. 22.** Na ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras discriminadas no Anexo I desta Lei, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.

**Parágrafo único.** A Proposta Orçamentária deverá ser elaborada em observância ao art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000 e arts. 22 a 26 da Lei Federal nº 4320/64 e, encaminhada ao Poder Legislativo até 31 de agosto de 2018.

**Art. 23.** O Projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao Exercício Financeiro de 2019, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do Orçamento.

**Parágrafo único.** O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao Orçamento.

**Art. 24.** Será assegurada ao cidadão a participação nas Audiências Públicas para:

**a)** elaboração da Proposta Orçamentária de 2019, mediante regular processo de consulta;

**b)** avaliação das Metas Fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

**Art. 25.** Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária até o início do Exercício de 2019, ficam os Poderes autorizados a realizarem a Proposta Orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

**Art. 26.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT aos 26 de junho de 2018.

**HUMBERTO BORTOLINI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**PROCURADORIA JURIDICA**
**LEI MUNICIPAL Nº 1.024 DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

***"Altera o inciso X, do art. 110, da Lei Municipal nº 379, de 03 de março de 1999, e dá outras providências".***

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a Lei Municipal nº 379, de 03 de março de 1999, em seu art. 110, inciso X, passando a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos dispositivos:

**Art. 110.....**

**X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;**

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos seguintes casos:

I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e

II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 87 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses".

**Art. 2º** Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, em Itiquira/MT, aos 26 de junho de 2018.

**HUMBERTO BORTOLINI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 152, DE 22 DE JUNHO DE 2018.**

***Demite o servidor que menciona em virtude da penalidade disciplinar aplicada, prevista no inciso III do art. 120 da Lei n.º 379, de 03 de março de 1999, e dá outras providências.***

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, inciso XII, combinado com o art. 100, § 1º da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** o que consta dos autos dos processos administrativo disciplinar, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa;

**CONSIDERANDO** o relatório conclusivo da Comissão Disciplinar e a decisão da autoridade julgadora a qual foi aplicada a penalidade disciplinar de demissão;

**CONSIDERANDO** que foi cumprido todo o Processo Administrativo Disciplinar nº 001.2901/2018, nos moldes do artigo 126 e seguintes da Lei Municipal nº 379/99.

**R E S O L V E:**

**Art. 1°-** Demitir o Servidor **EBENEZER ALVES PAULINO** – matrícula nº 232, efetivo no cargo de CONTADOR, pertencente ao quadro permanente de servidores do Poder Executivo Municipal, com fundamento no inciso III, do art. 120, por ter infringido o art. 125, incisos I, X e XII e art. 109, incisos II e IX, todos da Lei Municipal n.º 379, de 03 de março de 1999.

**Art. 2°** - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

**Art. 3°-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira/MT, aos 22 de junho de 2018.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**HUMBERTO BORTOLINI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 151, DE 22 DE JUNHO DE 2018.**

***Aplica ao servidor que menciona a penalidade disciplinar de DEMISSÃO, prevista no inciso III do art. 120 da Lei n.º 379, de 03 de março de 1999, e dá outras providências.***

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, e Art. 132, inciso I, da Lei Municipal nº 379/99 e,

**CONSIDERANDO** o que consta dos autos dos processos administrativo disciplinar, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa;

**CONSIDERANDO** o RELATÓRIO CONCLUSIVO da douta Comissão Disciplinar, concluindo que o servidor infringiu o art. 125 incisos I, X e XII, bem como, deixou de cumprir os deveres que lhe são inerentes previsto no art. 109, incisos II e IX, todos da Lei n° 379/99.

**R E S O L V E:**

**Art. 1°** Aplicar ao Servidor **EBENEZER ALVES PAULINO** – matrícula nº 232, efetivo no cargo de CONTADOR, pertencente ao quadro permanente de servidores do Poder Executivo Municipal, a penalidade disciplinar de **DEMISSÃO**, nos termos do inciso III, do art. 120, por ter infringido o art. 125, incisos I, X e XII e art. 109, incisos II e IX, todos da Lei Municipal n° 379/99.

**Art. 2°** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira/MT, aos 22 de junho de 2018.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**HUMBERTO BORTOLINI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**CAMARA MUNICIPAL**
**EXTRATO DO 2º ADITIVO DO CONTRATO 001/2018**

**EXTRATO DO 2º ADITIVO DO CONTRATO 001/2018**

| | |
|---|---|
| Entidade | Câmara Municipal de Itiquira-MT |
| CNPJ | 00.176.362/0001-38 |
| Endereço: | Rua Joao Batista Vidotti, 407, Bairro Santo Antônio, Cep 78. 790-000, Itiquira-MT. |
| Nº Contrato: | Segundo Aditivo do contrato nº001/2018 |
| Empresa Contratada | Alessandro Ferreira Gonzaga ME. CNPJ 20.704.023/0001-94 |
| Objeto | **O Objeto do presente contrato passará ter a seguinte redação: Prestação de serviço na elaboração e manutenção geral da parte estrutural do site e facebook corporativo da Câmara de Itiquira, abrangendo: Criação de Link, menus, alterações de códigos, elaboração e inserção de matérias (texto, fotos, áudio e vídeos), mediante aprovação da assessoria jurídica), revisão periódica nos site e página dofacebook, assessoramento à equipe interna para inserção de matérias rotineiras setoriais, administração do banco de dados, administração e criação de contas de e-mail corporativo, backup de dados e executar os meios de publicidade institucional e informativo do poder legislativo e Assessoria Geral da unidade de TI.** |
| Valor Mensal | R$ 2000,00 (dois mil reais). |
| Vigência | 26/06 a 31/12/2018. |
| Data Emissão | 26/06/2018 |

_____

**RONIVON SILVA MINGOTI**

**Presidente da Câmara Municipal**

---

**PROCURADORIA JURIDICA**
**LEI MUNICIPAL Nº 1.025 DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

***"Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itiquira/MT – APAE, e dá outras providências".***

O EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no exercício de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) à *APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITIQUIRA/MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.842.514/0001-07, estabelecida nesta Cidade, devidamente certificada pela Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais sob o nº 2194 de 29/02/2012 e declarada de Utilidade Pública conforme Lei Municipal nº 740 de 30/03/2012.*

**Art. 2º** O recurso financeiro deverá ser depositado em conta bancária em nome da beneficiada, aberta exclusivamente para a finalidade desta Lei, o qual será utilizado na implantação de uma brinquedoteca na sede da APAE em Itiquira/MT.

**Art. 3º** A entidade beneficiada por esta Lei fica obrigada em até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento do repasse financeiro, a prestar contas da contribuição recebida.

**Parágrafo Único**. A prestação de contas referida no *caput* deste artigo será composta de extrato bancário da movimentação financeira e relação de pagamentos contendo: o nome do credor; CPF/CNPJ; número e data do documento fiscal (nota fiscal e recibo), número, data e valor do cheque, acompanhada de suas respectivas cópias.

**Art. 4º** As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, em Itiquira/MT, aos 26 de junho de 2018.

**HUMBERTO BORTOLINI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**PROCURADORIA JURIDICA**
**LEI MUNICIPAL Nº 1.022 DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

***"Alteração do nome da rua hoje denominada "GAIVOTAS" localizada na comunidade de Ouro Branco do Sul que passará a se chamar Rua "JAIR ANDRADE DA SILVA" Centro, e dá outras providências."***

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

**Art.1º.** - Fica denominada a rua JAIR ANDRADE DA SILVA, a atual rua GAIVOTAS, na comunidade de Ouro Branco do Sul.

**Art.2º.** - Caberá aos órgãos e unidades administrativas competentes do Poder Executivo ás providências pertinentes para a consumação da alteração objeto desta lei.

**Art.3º**. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT aos 26 de junho de 2018.

**HUMBERTO BORTOLINI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** através de sua pregoeira, torna público que realizará **ÀS 08h00 DO DIA 10 DE JULHO DE 2018**, na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II– Itiquira – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE CARGAS DE GASES MEDICINAIS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** conforme itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08h00 DO DIA 10 DE JULHO DE 2018.** O credenciamento será feito no início da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito AVENIDA LÚCIO MENDONÇA PRIMO, 621, CONJUNTO HABITACIONAL ARCO ÍRIS II– ITIQUIRA – MT, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br.

Itiquira/MT, 26 de junho de 2018.

**Juliane Presotto**

**Pregoeira**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Referente o **Pregão Eletrônico n° 003/2018**, a Presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de patrulha Mecanizada composta de 02(duas) Pá Carregadeira, 01(uma) Motoniveladora e 01(uma) Retroescavadeira, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Urbano e Rural, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos contratos de repasse n°. 859714/2017 e 850577/2017/MAPA/CAIXA. Termo de referencia, em conformidade com o parecer jurídico desta prefeitura e pelo pregoeiro e equipe de apoio nomeada através da portaria n° 002/2018 FAÇO SABER, que nesta data fica "HOMOLOGADO" o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, tendo como vencedora as Empresas, **ROETH MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ n° 15.239.988/0002-02, com sede na Rua Panorama, n° 3352, Quadra 05, Lote 04 Bairro Praeiro, na Cidade de Cuiabá, por sagrar Vencedora da licitação Supra Referencia, **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ n° 14.707.364/0001-10, com sede na Rodovia Fernão Dias, Km 854 S/N° Bairro Distrito Industrial, no Município Pouso Alegre MG, por sagrar vencedora da licitação supra referenciada

Jauru - MT, 25 de Junho de 2018.

***Pedro Ferreira de Souza***

***Prefeito Municipal***

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Referente o **Pregão Eletrônico 004/2018**, Objeto da Presente Licitação para Contratação de Empresa para Aquisição de material odontológico para atenderas demandas da Secretaria Municipal de saúde da Cidade de Jauru, nas mesmas condições e em conformidades constantes no Edital e com o parecer exarado pelo Procurador Jurídico desta Prefeitura e Pela Comissão de Licitação nomeado através da Portaria nº. 002/2018 FAÇO SABER, que nesta data fica **"HOMOLOGADO**" o Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº 004/2018, a Empresa **CIRURGIA BIOMÉDICA-EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ n° 11.215.901/0001-17 com sede na Av: Robert koch, n°.669, Bairro, Vila Operaria, na Cidade de Londrina Estado do Parana. **CMC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME**, devidamente escrita no CNPJ nº 13.470.384/0001-58 Com sede na Av: Zoroastro Artiaga, s/nº Quadra 09, lote 47 Vila Cruzeiro do Sul, na Cidade Aparecida de

Goiânia Estado de Goiás. **DENTAL OESTE EIRELI** devidamente escrita no CNPJ n º 05.412.147/0001-02 com sede na Rua das Flores nº 549 Bairro Centro na Cidade de Iporã do Oeste no Estado de Santa Catarina.

Jauru - MT, 25 de Junho de 2018.

### TERMO DE ADJUDICAÇÃO

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

A Comissão Permanente de **Licitação** nomeados através da Portaria nº. 003 /2018 de 08 de Janeiro "ADJUDICA" asEmpresas vencedora da Licitação na Pregão Eletrônico 004/2018, **CIRURGIA BIOMÉDICA-EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ n° 11.215.901/0001-17 com sede na Av: Robert koch, n°.669, Bairro, Vila Operaria, na Cidade de Londrina Estado do Paraná no valor de R$ 43.993,80 (quarenta e três mil novecentos e noventa e três reias e oitenta centavos) nas mesmas condições e em conformidades constantes do Edital e seus anexos, ADJUDICA **CMC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME**, devidamente escrita no CNPJ nº 13.470.384/0001-58 Com sede na Av: Zoroastro Artiaga, s/nº Quadra 09, lote 47 Vila Cruzeiro do Sul, na Cidade Aparecida de Goiânia Estado de Goiás no valor R$ 38.170,08(trinta e oito mil cento e setenta reias e oito centavos) nas mesmas condições e em conformidade do edital e seus anexos, ADJUDICA **DENTAL OESTE EIRELI-EPP** devidamente escrita no CNPJ n º 05.412.147/0001-02 com sede na Rua das Flores nº 549 Bairro Centro na Cidade de Iporã do Oeste no Estado de Santa Catarina no valor R$ 33. 187,18 (trinta e três mil, cento e oitenta reias e dezoitos centavos), nas mesma condições e em conformidade do edital e seus anexos.

Jauru - MT, 25 de Junho de 2018.

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Referente a **Carta Convite 005/2018**, Objeto da Presente Licitação para aquisição de Materiais Gráfico para a identificação de diversos setores das Secretariais Municipais, da Cidade de Jauru, nas mesmas condições e em conformidades constantes no Edital e com o parecer exarado pelo Procurador Jurídico desta Prefeitura e Pela Comissão de Licitação nomeado através da Portaria nº. 001/2018 FAÇO SABER, que nesta data fica "HOMOLOGADO" o Processo Licitatório Modalidade Carta Convite n° **005/2018**, aEmpresa **C. P. DA SILVA SERVIÇOS DE GRÁFICA-ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº.12.299.606/0004-59, com sede na Rua Miguel Botelho de Carvalho, n°.3342, Bairro Centro, na Cidade de Mirassol D`Oeste-MT , por sagrar Vencedora da Licitação Supra Referenciada.

Jauru - MT, 26 de Junho de 2018.

***Pedro Ferreira de Souza***

**Prefeito Municipal**

### TERMO DE ADJUDICAÇÃO

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitação nomeados através da Portaria nº. 001/2018 de 08 de Janeiro "ADJUDICA" aempresa vencedora da Licitação na Modalidade Carta Convite n° 005/2018, **C. P. DA SILVA SERVIÇOS DE GRÁFICA-ME**, devidamente inscrita no CNPJ n° 12.299.606/0001-59 com sede na Rua Miguel Botelho de Carvalho, n°.3342, Bairro Centro, na Cidade de Mirassol D`Oeste-MT, no valor de R$ 107.326,50 (cento e sete mil, trezentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos) nas mesmas condições e em conformidades constantes do Edital e seus anexos.

Jauru - MT, 26 de Junho de 2018.

**POLIANA CANDIDA VIEIRA**

**Presidente Da CPL**

### TERMO DE ADJUDICAÇÃO

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitação nomeados através da Portaria nº. 002/2018 de 08 de Janeiro "ADJUDICA" asEmpresas vencedora da Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico n°. 003/2018, **ROETH MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ n° 15.239.988/0002-02, com sede na Rua Panorama, n° 3352, Quadra 05, Lote 04, Bairro Praeiro, na Cidade de Cuiabá, no valor de R$ 209.900,00 (Duzentos e nove mil e novecentos reais), e a Empresa, **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ n° 14.707.364/0001-10, com sede na Rodovia Fernão Dias, Km 854 S/N° Bairro Distrito Industrial, no Município Pouso Alegre MG, no valor de R$ 884.000,00 (Oitocentos e oitenta e quatro mil reais), nas mesmas condições e em conformidades constantes do Edital e seus anexos, bem como em quantidades e exigências estabelecidas nos contratos de repasse n°. 859714/2017 e 850577/2017/MAPA/CAIXA.

Jauru - MT, 25 de Junho de 2018.

**RAFAELA BORGES DA COSTA**

**Pregoeira (A)**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

**ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 020/2018 DE 26/06/2018**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO E TECNICO DE ENFERMAGEM PRA ZONA RURAL, ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°001/2018, CONFORME HOMOLOGAÇÃO DO DECRETO N°1.227 DE 07 DE JUNHO DE 2018.**

O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo de Processo Seletivo Simplificado n°001/2018, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de 10 (DEZ ) dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Saúde, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2018, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

**CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

**ENFERMEIRO PARA PARANORTE – ZONA RURAL**

| Item | Nome | Classificação |
|---|---|---|
| 01 | WALDINEY CANI SANTOS | 1° |
| 02 | MARCELO SHIGUETO YAMAMOTO | 2° |

Art. 2º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juara-MT, 26 de Junho de 2018.

**Márcia Regina Fernandes de Araujo**

**Secretaria Municipal de Administração**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

**EXTRATO AO CONTRATO Nº 017/2018**

**PARTES:** Prefeitura Municipal de Juscimeira e Fernandes Matos Construção Civil Ltda - Me.

**OBJETO:** "Contratação De Empresa Especializada Para Execução De Pavimentação Asfáltica, Sinalização e Drenagem, No Distrito de Santa Elvira, Conforme Termo De Convenio nº 88954/2016 – Ministério Das Cidades"

**PRAZO:** 120 dias

**VALOR:** R$ 279.308,41 (Duzentos Setenta Nove Mil, Trezentos Oito Reais, Quarenta Hum Centavos)

**SIGNATARIOS/CONTRATANTES:** Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Fernandes Matos Construção Civil Ltda - Me – CNPJ: 00.185.121/0001-55

**RESULTADO TOMADA DE PREÇO Nº 002/2018**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, situada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus – JUSCIMEIRA – MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, conforme Lei n° 8.666/93 o RESULTADO do Processo Licitatório Modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO E DRENAGEM, NO DISTRITO DE SANTA ELVIRA, CONFORME TERMO DE CONVENIO Nº 88954/206 MINISTÉRIO DAS CIDADES".**

VENCEDOR: **FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME**

**CNPJ: 00.185.121/0001-55**

VALOR GLOBAL R$: **279.308,41 (Duzentos Setenta Nove Mil, Trezentos Oito Reais, Quarenta Hum Centavos).**

JUSCIMEIRA – MT, 26 DE JUNHO 2018.

***NELSON TAVEIRA FILHO***
***Presidente da C.P.L.***

**DECRETO MUNICIPAL Nº 418/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

"ALTERA HORARIO DE EXPEDIENTE E DA PONTO FACULTATIVO NO PERIODO VESPERTINO NO DIA 27 DE JUNHO DE 2018".

**O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, Estado de Mato Grosso, o Sr. MOISES DOS SANTOS**, no desempenho de suas atribuições legais, contidas na Lei Orgânica do Município".

**Considerando**: O Jogo da Seleção Brasileira às 13:00 horas nesta Quarta feira dia 27 de Junho de 2018.

**DECRETA:**

**Artigo 1º -** Em Virtude do Jogo da Seleção Brasileira no dia 27 de Junho de 2018, o horário de expediente nas repartições públicas municipais será das 07:00 às 11:00 Horas.

**Artigo 2º -** Fica decretado ponto facultativo nas repartições Publicas Municipais no período vespertino do dia 27 de junho de 2018.

**Artigo 3º -** Os órgãos/ unidades administrativas do Poder Executivo/ Prefeitura que prestam serviços de relevantes interesses público, considerados essenciais tais como: Saúde, saneamento básico, sepultamento, vigilância, etc., terão autonomia mediante seus respectivos Secretários, para estabelecerem horários alternativos no cumprimento de suas atribuições

**Artigo 4º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira/MT , em 26 de Junho de 2018.

**MOISÉS DOS SANTOS**

**Prefeito Municipal**

**PORTARIA Nº 127/2018, 21 DE JUNHO DE 2018.**

"Dispõe sobre **Licença Saúde (INSS)** para Servidora Efetiva**Srª Darlene José de Souza** e dá outras providencias:

**MOISES DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º -** Conceder Licença Saúde (INSS)para Servidora Efetiva **Srª Darlene José de Souza,** brasileira, solteira, portadora do CPF nº 535.087.001-78, na função de Serviços Gerais, residente e domiciliada na Rua Curitiba, S/N, município de Juscimeira/MT, Lotada na Secretaria Municipal de Administração a partir do dia 01/05/2018.

**Artigo 2º -** Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de Junho de 2018.

**MOISÉS DOS SANTOS**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

**ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

CONTRATO: **N° 027/2018**

CONTRATADA: **SOLANGE OLIVEIRA RIBEIRO PAVESI**

OBJETO: **CONTRATO TEMPORÁRIO PROFESSORA NÍVEL MÉDIO - *20*horas**

VALOR GLOBAL: R$ 8.748,42

VIGÊNCIA **02/05/2018 A 21/12/2018**

**AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 014/2018**

**AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 014/2018**

A Prefeitura Municipal De Lambari D´Oeste – MT, em 21 de JUNHO de 2018, através de sua pregoeira oficial em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação "PREGAO PRESENCIAL" Nº 014/2018 tendo como objeto – REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2018, cujo objeto é o "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE CONSUMO E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA SEREM UTILIZADOS NAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE LAMBARI D´OESTE –MT.,.**"**, conforme anexo do edital, sagrou se vencedora a empresas GLEICI M.B TAVARES –ME CNPJ: 051.164.291/0002-58, localizada na Avenida Boa Vista, Nº 2933, Centro, Lambari D´Oeste -MT vencedora do item (01,02,03,04,05,07,13,14,15,16,22,26,28,30,32,34,36,38,40,42,44,47,49,51,53,55,57,59,61,64,67,69,71,73,75,77,79,82,84,85,87,89,91,93,96,98,100,101,104,105,107,109,111,113,115,117,119,121,124,126,128,129,131,133,135,137,139,141,145,146,149,151,152,154,155,156,159,163,164,165,167,169,171,172,175,178,180,181,183,185,187,189,190,191,192,194,196,198,200) em um valor total de R$ 146.271,42 (Cento E Quarenta E Seis Mil Duzentos E Setenta E Um Reais E Quarenta E Dois Centavos) e a M A DE SOUZA COMERCIO –ME, CNPJ: 26.643.814/0001-38 localizada Na Avenida , Nº 444, Bairro Nortelandia , Lambari D´Oeste -MT , sagrou vencedoras dos itens (06,08,09,10,11,12,17,18,19,20,21,23,24,25,27,29,31,33,35,37,39,41,43,45,46,48,50,52,54,56,58,60,62,63,65,66,68,70,72,74,76,78,80,81,83,86,88,90,92,94,95,97,99,102,103,106,108,110,112,114,116,120,122,123,125,127,130,132,134,136,138,140,142,143,144,147,148,150,153,157,158,160,161,162,166,168,170,173,174,176,177,179,182,184,186,188,193,195,197,199), valor total de R$ 92.092,05 (Noventa E Dois Mil Noventa E Dois Reais E Cinco Centavos) não houve nenhum item fracassados.

Lambari D´Oeste –MT 21 de junho de 2018.

RIVONETE COELHO DA SILVA

Pregoeira

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

**SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO: 026/2018**
**PREGÃO PRESENCIAL 021/2018**

PROCESSO: 026/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 021/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ÍTEM

A Prefeitura Municipal de Luciara-MT, através do seu pregoeiro e Equipe de Apoio,torna público aos interessados que o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial 021/2018 – Tipo Menor Preço por item, realizado no dia 26 de junho de 2018, às 09:00h, para Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição De Combustíveis Para Manutenção da Estrada Que Liga Luciara a Porto Alegre do Norte-MT Atendendo a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, foi considerado DESERTO, porque não compareceram empresas para o certame.

Luciara, 26 de junho de 2018.

**Arilson Silva Sales**

**Pregoeiro**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018 - SRP**

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 025/2018, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de e*mpresa para fornecimento de peças mecânicas, elétricas e acessórios originais ou genuínos, para a frota de veículos e maquinas d*e diversas secretarias do município de Marcelândia/MT. **Sagraram-se vencedoras as empresas:**

| EMPRESA | LOTE |
|---|---|
| BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA EPP | 26, 30, 33, 39 |
| COPEÇAL DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA | 09 |
| M F R DOS ANJOS ME | 17, 19 |
| F E CRISTOVÃO ME | 02, 04, 06, 08, 10, 14, 20, 22, 34, 38, 40, 42 |
| FABRICIO VIEIRA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS – ME | 27, 31, 37 |
| N E EQUIPAMENTOS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA-ME | 29,35 |
| NORTÃO COMERCIO DE PECAS E SERV. AUTOMOTIVOS LTDA | 05, 07, 13, 21 |
| TURINI & TURINI LTDA | 01, 11, 12, 15, 16, 18, 28, 32, 36, 41 |
| PODIUM COMERCIO E ATACADISTA DE AUTO PECAS LTDA | 03, 23, 24 |
| TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA | 25 |

Marcelândia/MT, em 26 de Junho de 2018

**GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE**

**Pregoeira Oficial**

**Publique-se**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2018**

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou no dia 26 de junho de 2018 o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA CLÍNICA ESPECIALIZADA NO TRATAMENTO QUE ATENDERA A PACIENTE CECILIA KADES DA SILVA EM SESSÕES DE OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA PARA TRATAMENTO COMPLEMENTAR DO CÂNCER CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE, onde se contratou a Empresa HIPERBÁRICA SANTA ROSA LTDA - EPP – CNPJ 10.143.720/0001-60 com um valor total de R$ 16. 000,00. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso IV da Lei 8. 666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 26 de junho de 2018. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇO DE OBRAS Nº 101/2018**

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

**OBJETO:** Constitui objeto deste Contrato **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DE SALÃO PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, BEM COMO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE SANITÁRIOS E VESTIÁRIOS DA QUADRA ESPORTIVA PERTENCENTES AO MINI GINÁSIO JARDIM DAS FLORES CONFORME CONVÊNIO Nª 0482/2016 CELEBRADO ENTRE O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDED E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ. Contidas nos anexos do Edital 045/2018, TOMADA DE PREÇO 07/2018, com fornecimento pela empresa contratada de todos** os materiais, equipamentos, peças e serviços**.**

**CONTRATADA: C S DA ROCHA E CIA LTDA**

**Valor/Global**: **O valor para as obras, objeto deste contrato é de R$ 435. 331,40 (Quatrocentos e trinta e cinco mil, trezentos trinta e um reais e quarenta centavos).**

**Assinatura: 25/06/2018 Vigência: 31/12/2018**

**Da Dotação Orçamentária:**

**Cód. Geral:** 07.070.0.5.27.812.0047.1.0153 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MINI GINÁSIO JARDIM DAS FLORES – 4490.51.00.00

**Fontes e destinação de Recursos: 0100000000 – R$ 185.331,40**

**Fontes e destinação de Recursos: 0124055000 – R$ 250.000,00**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE OBRAS Nº 045/2018**

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **C S DA ROCHA E CIA LTDA**

OBJETO: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DA RAMPA DE ACESSO, MURO COM GRADIL, COBERTURA DE PLAYGROUND E CALÇADAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BAIRRO UNIÃO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ.** Contidas nos anexos do Edital 004/2018, **Tomada de Preço 04/ 2018,** com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços**.**

**OBJETIVO:** Ficando **ADITIVADO** o valor de **R$ 7.511,19 (Sete mil, quinhentos e onze reais e dezenove centavos),** passando o valor total do contrato para **R$ 299.364,99 (Duzentos e noventa e nove mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos).**

Assinatura: 26/06/2018.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

### CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
### PORTARIA

**PORTARIA Nº 035 DE 25 DE JUNHO DE 2018.**

**ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A VEREADORA MARLI ANDROMEDE FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** Usando de suas legais atribuições:

***R E S O L V E:***

**ART. 1º. –** Estabelecer Ponto Facultativo das em virtude do jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, no Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT, no dia:

**27 de junho de 2018 (quarta-feira), em virtude do jogo Brasil x Sérvia**

**ART. 2º.** Na data mencionada no Artigo 1º desta Portaria, serão mantidos os serviços considerados essenciais desde que convocado pela Presidente da Câmara o Servidor responsável pelo serviço.

**ARTI. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.***

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 25 de junho de 2018.

***MARLI ANDROMEDE FERREIRA***

***PRESIDENTE***

### CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
### PORTARIA

**PORTARIA Nº. 034 DE 21 DE JUNHO DE 2018.**

**A VEREADORA MARLI ANDROMEDE FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** Usando de suas legais atribuições, fundamentado na alínea g, inciso VII do art. 44 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT;

**R E S O L V E :**

**ARTIGO 1º. –** DESIGNAR o servidor **VALMIR BORGES VIRTUOSO, Matricula nº 004, portador do RG. Nº 14.646.480/SSP-MT e do CPF. Nº 702.850.711-49, Residente e domiciliado a Rua Arvilino Dias, nº 1851, Bairro Parque Shangrilla, Mirassol D'Oeste-MT**, para nos termos do Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato abaixo relacionado:

| | |
|---|---|
| **Contrato Nº** | **005/2018** |
| **Objeto** | **CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE/MT, E A EMPRESA OLK SOLUÇÕES EM MARKETING E SERVIÇOS LTDA ME, TENDO POR OBJETO A DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, EVENTOS E CAMPANHAS DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DE RADIO E JORNAL.** |
| **Contratada** | **OLK SOLUÇÕES EM MARKETING E SERVIÇOS LTDA ME - CNPJ N. 17617260/0001-03** |
| **Vigência** | **Início: 21/06/2018 Término: 22/12/2018.** |

**ARTIGO 2º.** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ARTIGO 3º.** - Revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLICA-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE:**

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Edifício Leocídio Pereira Benevides, em 21 (vinte e um) de junho de 2018 (dois mil e dezoito).

**MARLI ANDROMEDE FERREIRA**

**PRESIDENTE**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

### ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº. 126/2018

PORTARIA Nº. 126/2018

*Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora **Maria Izabel Lucas Rodrigues Pereira**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.197/2011.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora **Maria Izabel Lucas Rodrigues Pereira**, portadora do RG nº. 0070986-7 SSP/MT, inscrita no CPF/MF nº. 106.435.671-00, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 04/06/2018 a 01/09/2018, referente ao período aquisitivo dos anos de 2007 a 2012.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 123/2018

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de junho de 2018.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

### ADMINISTRAÇÃO
### LEI MUNICIPAL Nº. 1.485/2018

**LEI MUNICIPAL Nº. 1.485/2018**

*"Concede Revisão Geral Anual - RGA aos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Nobres/MT, nos termos do artigo 37, X da Constituição Federal, e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Revisão Geral Anual - RGA ao vencimento dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Nobres/MT, no percentual de 2,07% (dois inteiros e sete centésimos por cento), acumulado no intervalo de tempo compreendido entre janeiro de 2017 a dezembro 2017, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, vigorando até o mês de dezembro de 2018, época da nova data base.

**Art. 2º.** Para efeitos desta Lei, entende-se por vencimento a retribuição básica fixada em lei, excluídas as vantagens pecuniárias porventura existentes.

**Art. 3º.** A revisão de vencimentos prevista nesta lei não se aplica aos ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração do Poder Executivo Municipal.

**Art. 4º.** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações existentes no orçamento em vigor.

**Art. 5º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 25 de junho de 2018.

**LEOCIR HANEL**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO N.º 049/2018**

***DECRETO N.º 049/2018***

*"Dispõe sobre Mudança de Horário de Funcionamento da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, na quarta-feira período do Jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo, e dá outras providências."*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. Leocir Hanel**,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

**Art. 1º** Fica decretado que na quarta-feira data de **27 de junho de 2018,** o horário de funcionamento na Sede da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, será das **07:00 às 12:00 hs**, e que a partir do dia **28 de junho de 2018** voltará o horário normal que é das **07:00 às 11:00** e das **13:00 às 17:00hs**.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 25 de junho de 2018.

**LEOCIR HANEL**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO N.º 048/2018**

***DECRETO N.º 048/2018***

*"Dispõe sobre a PROGRESSÃO DE NÍVEL de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.197/2011".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o Art. 48. Da Lei Municipal n.º 1.197/2011, que revela que o profissional da Educação Básica terá direito a progressão funcional, de um nível para outro, desde que aprovado em processo contínuo específico de avaliação processual realizado, obrigatoriamente a cada cinco anos.

Considerando o inciso 3º, decorrido o prazo previsto no caput e não havendo processo de avaliação, a progressão funcional dar-se-á automaticamente:

**Art. 1º Resolve conceder a progressão de nível conforme quadro abaixo.**

| SERVIDORES | NÍVEL ATUAL | PROGRESSÃO |
|---|---|---|
| ELIZÂNGELA ALEIXO BARBOSA | C/3 | C/4 |
| IZABEL CRISTINA CAMPOS RIBEIRO | C/3 | C/4 |

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor a partir do dia 04 de Junho de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 21 de Junho de 2018.

**LEOCIR HANEL**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 135/2018**

PORTARIA Nº. 135/2018

*"Dispõe sobre a exoneração do Sr. **Antônio Fernandes Junior**,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** - Exonerar o Sr. ***Antônio Fernandes Junior***, portador do RG nº. 2526737-0 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 051.915. 941-18, do cargo em Comissão de Supervisor de Departamento.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor, surtindo seus efeitos a 29 de junho de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 26 de junho de 2018.

**LEOCIR HANEL Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 134/2018**

PORTARIA Nº. 134/2018

*"Dispõe sobre a nomeação da Sra. **Neila da Silva Campos** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear a Sra. ***Neila da Silva Campos*** portadora do RG nº. 0743769-2 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 593517301-82, para exercer o cargo em Comissão de Monitora Técnica.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 05 de junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 26 de junho de 2018.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 133/2018**

PORTARIA Nº. 133/2018

*"Dispõe sobre a exoneração da Sra. **Neila da Silva Campos** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Exonerar a Sra. ***Neila da Silva Campos*** portadora do RG nº. 0743769-2 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 593517301-82, do cargo em Comissão de Assessora Técnica Administrativa.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 26 de junho de 2018.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 132/2018**

PORTARIA Nº. 132/2018

*"Dispõe sobre a nomeação da Sra. **Simone Aparecida de Oliveira,** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Nomear a Sra. ***Simone Aparecida de Oliveira***, portadora do RG nº. 1495598-9 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 002.002. 141,01, para exercer o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria de Governo.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 05 de junho de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 26 de junho de 2018.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 130/2018**

PORTARIA Nº. 130/2018

*Dispõe sobre o estorno do FG da Sra.* ***Dirce Tomasia da Silva,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Estornar o FG de 50% da Sra. ***Dirce Tomasia da Silva*** portadora do RG nº. 1432388-5 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 914327581-87.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 04 de Junho de 2018, revogando as disposições em contrário.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 129/2018**

PORTARIA Nº. 129/2018

*"Dispõe sobre a nomeação do Sr.* ***Carlos Bueno Rocha,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr. ***Carlos Bueno Rocha,*** portador do RG nº. 556.884 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 405.238.881-04, para exercer o cargo em Comissão de Supervisor de Departamento.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de junho de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de junho de 2018.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 128/2018**

PORTARIA Nº. 128/2018

*"Dispõesobre a nomeação do Sr.* ***José Lourenço Gimenez,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o Sr. ***José Lourenço Gimenez,*** portador do RG nº. 286 138 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 487.169.878-53, para exercer o cargo em comissão de Analista de Secretaria.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de junho de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de junho de 2018.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 127/2018**

PORTARIA Nº. 127/2018

*"Dispõe sobre a exoneração do Sr.* ***Carlos Bueno Rocha,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Exonerar o Sr. ***Carlos Bueno Rocha,*** portador do RG nº. 556.884 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 405.238.881-04, do cargo em comissão de Chefe de Departamento.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de junho de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de junho de 2018.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATOS DE ADITIVOS JANEIRO 2018**

**EXTRATOS DE ADITIVOS JANEIRO 2018**

**6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2013** - Celebrado Entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nobres – MT e a empresa **AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA**, CNPJ sob o nº 00.059.307/0001-68. Objeto*:* Trata da prorrogação de prazo na prestação de serviços de Locação de licença de uso permanente de Sistema de Informação Previdenciária para Gerenciamento do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Nobres – MT conforme Contrato nº 011/2013. Valor: R$ 13.316,68 (Treze Mil Trezentos e Dezesseis Reais e Sessenta e Oito Centavos) Data: 09/05/2018. Prazo: 04 (Quatro) meses. Assinam – **NADIR DA SILVA** – Diretora Executiva – Contratante e **EDSON JACINTHO DA SILVA** Diretor – Contratada.

Nobres - MT, 07 de Junho de 2018.

**NADIR DA SILVA**

**Diretora Executiva**

**LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE PREGÃO 22/2018**

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, torna público para amplo conhecimento que a licitação modalidade **Pregão Presencial n° 20/2018/ADESAO ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017**, **da Ata de Registro de Preço n° 55/2017**, da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leverger/MT, cujo Objeto é ***AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT,*** com abertura no dia 18/06/2018, sagraram-se vencedoras as empresas **ODORIZZI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA EPP,** com valor total de R$ 389.786,50 (trezentos e oitenta e nove mil setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), **SETE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP,** com valor total de R$ 231.540,00 (duzentos e trinta e um mil quinhentos e quarenta reais), **COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA – ME,** com valor total de R$ 135.200,00 (cento e trinta e cinco mil e duzentos reais), **MERCADÃO DA LIMPEZA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME,** com valor total de R$ 168.930,00 (cento e sessenta e oito mil e novecentos e trinta reais), **MULTUS COMERCIAL LTDA EPP,** com valor total de R$ 619.300,00 (seiscentos e dezenove mil e trezentos reais)

Nobres, 26 de junho de 2018.

***Quézia da Rosa Ferreira Pregoeira***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**
**RESOLUÇÃO 004/2018 HABITAÇÃO**

**Resolução nº 004/2018**

O Plenário do Conselho Gestor de **HABITAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e com base no colegiado em reunião ordinária no dia 16 de Janeiro de 2018.

No uso de suas atribuições legais que lhe confere os Artigos 4º e 5º a Lei nº 222/2011 de 06 julho de 2001;

**RESOLVE:**

Art. (1º Aprovar por unanimidade 03 meses de Aluguel Social regulamentado pela Lei nº 397/2017 concessão de Benefícios eventuais no âmbito de assistência Social no Município de Nortelândia, a **Senhora Simone Euzébio** tendo como condição ter reponsabilidade de cuidar dos filhos. Sua residência está localizada na Vila Barreto.

Art. (2º esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.)

Nortelândia- MT, 21 de Junho de 2018

Valdina Ascari

Presidenta do Conselho Gestor de **HABITAÇÃO**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

**1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO 023/2018**

**1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO 023/2018 DE *EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO PRÉDIO DA ACADEMIA DE SAÚDE PARA ADAPTAÇÃO DAS FUTURAS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO*QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA A. M. DE ABREU EIRELI PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00835/2018-1 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2018, AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

**DO MOTIVO**

De conformidade com as motivações administrativas da Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com setor de engenharia constantes no processo administrativo nº 1904/2018 ao contrato nº 023/2018 referente *Contratação de especializada em execução de serviços de Reforma do Prédio da Academia de Saúde para adaptação das futuras instalações da Secretaria Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Livramento* ,no Termo de Referência 005/2018 - Processo Administrativo nº 000835/2018-1 Dispensa de Licitação nº 027/2018com a empresa: **A. M. DE ABREU EIRELI** – pessoa jurídica de direito privado CNPJ nº 18.523.063/0001-98 firmam o presente termo aditivo de prazo e valor de R$ 3.465,02 ( Três Mil Quatrocentos e Sessenta e Cinco Reais e Dois Centavos) devido readequação de serviço do objeto acima mencionado.

**DO PRAZO**

O presente termo aditivo terá seu prazo prorrogado por 40 (quarenta) dias contados a partir da do termino de vigência do contrato original **16/06/2018**

**Dotação Orçamentaria**

**As despesas decorrentes dos serviços contratados na seguinte Dotação Orçamentária:**

| Programa | Origem do Recurso | Projeto/Atividade | Natureza da Despesa | Fonte/ Cod. Red. | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2030 | Próprio | 2030 – Manutenção, Encargos da Saúde | 33.90.39.00 | 100 / 070008 | R$ 3.465,02 |
| **VALOR TOTAL :** R$ 3.465,02 ( Três Mil Quatrocentos e Sessenta e Cinco Reais e Dois Centavos) | | | | | |

**- DO FUNDAMENTO LEGAL**

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93 parecer jurídico nº 210/2018.

**DAS RATIFICAÇÕES**

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2018**, em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.**

Nossa Senhora do Livramento-MT. 15 de Junho de 2018

**CONTRATANTE:**

**SILMAR DE SOUZA GONÇALVES**

Prefeito Municipal

**CONTRATADO:**

Empresa **A. M. DE ABREU EIRELI**

CNPJ nº 18.523.063/0001-98

Representada pela Senhora Ana Maria de Abreu

RG: nº 1433071-7 SSP/MT

CPF-MF nº 951.204.321-1

**PORTARIA Nº. 231/2018**

PORTARIA Nº. 231/2018

**Rose Mary Miranda de Carvalho,** Coordenadora de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 01 (um) período de licença premio a servidor Publico Municipal **Honório Laucídio Galvão**, lotado na Sec. Municipal de Educação Esporte e Lazer no Professor de Ensino Fundamental I a IV /Serviço, referente ao período aquisitivo de 02/2008 a 02/2013, conforme processo 387/2015, compreendido de 18/06/2018 a 15/09/2018. **Laura Cristina Pereira Leite**, 01(um) período de licença premio, lotada na Sec. Municipal de Saúde no cargo de Enfermeira, referente ao período aquisitivo de 2012/2017, conforme processo 5218/2017, compreendido de 01/06/2018 a 29/08/2018. **Joselina de Campos Curado**, 01(um) período de licença premio, lotada na Sec. Municipal de Saúde no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 1996/2001, conforme processo 3048/2017, compreendido de 17/06/2018 a 14/09/2018. **Julieta Prado Morais**, 01(um) período de licença premio, lotada na Sec. Municipal de Educação Esporte e Lazer no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, conforme processo 268/2017, compreendido de 25/06/2018 a 22/09/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 25 de Junho de 2018.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS LEI 9.452**

**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS LEI 9.452**

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento –MT, nos Termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1.997, notifica os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais e demais interessados a liberação do( s ) seguinte(s) recurso(s) do Governo Federal / Estadual, depositado(s) no Banco do Brasil S.A, Agência 2764-2 ou Caixa Econômica Federal Agência 0790.

| DATA CRÉDITO | ORIGEM DO CRÉDITO | BANCO | Nº C/C | APLICAÇÃO | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 66.641-6 | FETHAB | 137.920,59 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 66.641-6 | FETHAB | 100.914,15 |
| MAIO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 70.471-7 | FETHAB - SEDUC | 25.705,08 |
| JUNHO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 70.471-7 | FETHAB - SEDUC | 18.807,97 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 31.731-4 | SAL.EDUCAÇÃO | 35.450,29 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 31.731-4 | SAL.EDUCAÇÃO | 36.411,67 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 32.524-4 | PNATE | 30.654,02 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 32.524-4 | PNATE | 30.654,02 |

| DATA CRÉDITO | ORIGEM DO CRÉDITO | BANCO | Nº C/C | APLICAÇÃO | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 42.573-7 | FUPIS | 46,34 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 42.573-7 | FUPIS | 34,18 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 71.165-9 | CUSTEIO SUS- EMENDA | 150.000,00 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 71.165-9 | CUSTEIO SUS- EMENDA | 150.000,00 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 71.220-5 | INVERTIMENTO SUS | 80.000,00 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 72.433-5 | APOIO FINANC. EDUCAÇÃO | 55.576,58 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 50.689-3 | MERENDA ESCOLAR | 19.881,00 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 50.689-3 | MERENDA ESCOLAR | 19.881,00 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 67.683-7 | IGDBF | 3.035,45 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 67.683-7 | IGDBF | 3.002,85 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | CEF | 099-5 | AG. CORREIOS | 2.840,58 |
| MAIO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 16.273-6 | TRANSP. ESCOLAR ESTADO | 96.292,1 |
| JUNHO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 16.273-6 | TRANSP. ESCOLAR ESTADO | 96.292,31 |
| MAIO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 61.960-4 | CONSTR. 10 POÇOS ARTESIANOS | 154.432,00 |

Nossa Senhora do Livramento, em 26 de Junho de 2018

OBS: Maiores informações pelo telefone ( 65 ) 3351-1200/1191

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

**OTARCI NUNES DA ROSA**

Secretário Municipal de Finanças

AO SINDICATO RURAL

**NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**

**Av. Coronel Botelho, 458 – Centro – CEP: 78170-000 – N. Sra. do Livramento – MT**

**Tel/Fax.: (65) 351-1200/1191- email: financeiro@livramento.mt.gov.br**

**Prefeitura Municipal de**

**Nossa Senhora do Livramento-MT**

**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS LEI 9.452**

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento –MT, nos Termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1.997, notifica os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais e demais interessados a liberação do( s ) seguinte(s) recurso(s) do Governo Federal / Estadual, depositado(s) no Banco do Brasil S.A, Agência 2764-2 ou Caixa Econômica Federal Agência 0790.

| DATA CRÉDITO | ORIGEM DO CRÉDITO | BANCO | Nº C/C | APLICAÇÃO | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 66.641-6 | FETHAB | 137.920,59 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 66.641-6 | FETHAB | 100.914,15 |
| MAIO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 70.471-7 | FETHAB - SEDUC | 25.705,08 |
| JUNHO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 70.471-7 | FETHAB - SEDUC | 18.807,97 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 31.731-4 | SAL.EDUCAÇÃO | 35.450,29 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 31.731-4 | SAL.EDUCAÇÃO | 36.411,67 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 32.524-4 | PNATE | 30.654,02 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 32.524-4 | PNATE | 30.654,02 |

| DATA CRÉDITO | ORIGEM DO CRÉDITO | BANCO | Nº C/C | APLICAÇÃO | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 42.573-7 | FUPIS | 46,34 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 42.573-7 | FUPIS | 34,18 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 71.165-9 | CUSTEIO SUS- EMENDA | 150.000,00 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 71.165-9 | CUSTEIO SUS- EMENDA | 150.000,00 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 71.220-5 | INVERTIMENTO SUS | 80.000,00 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 72.433-5 | APOIO FINANC. EDUCAÇÃO | 55.576,58 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 50.689-3 | MERENDA ESCOLAR | 19.881,00 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 50.689-3 | MERENDA ESCOLAR | 19.881,00 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 67.683-7 | IGDBF | 3.035,45 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 67.683-7 | IGDBF | 3.002,85 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | CEF | 099-5 | AG. CORREIOS | 2.840,58 |
| MAIO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 16.273-6 | TRANSP. ESCOLAR ESTADO | 96.292,1 |
| JUNHO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 16.273-6 | TRANSP. ESCOLAR ESTADO | 96.292,31 |
| MAIO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 61.960-4 | CONSTR. 10 POÇOS ARTESIANOS | 154.432,00 |

Nossa Senhora do Livramento, em 26 de Junho de 2018

OBS: Maiores informações pelo telefone ( 65 ) 3351-1200/1191

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

**OTARCI NUNES DA ROSA**

Secretário Municipal de Adm. e Finanças

À CAMARA MUNICIPAL

**M.D. Sr. Airton Conceição de Arruda**

**Av. Coronel Botelho, 458 – Centro – CEP: 78170-000 – N. Sra. do Livramento – MT Tel/Fax.: (65) 351-1200/1191- email: financeiro@livramento.mt.gov.br**

**Prefeitura Municipal de**

**Nossa Senhora do Livramento-MT**

**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS LEI 9.452**

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento –MT, nos Termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1.997, notifica os partidos políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais e demais interessados a liberação do ( s ) seguinte(s) recurso(s) do Governo Federal / Estadual, depositado(s) no Banco do Brasil S.A, Agência 2764-2 ou Caixa Econômica Federal Agência 0790.

| DATA CRÉDITO | ORIGEM DO CRÉDITO | BANCO | Nº C/C | APLICAÇÃO | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 66.641-6 | FETHAB | 137.920,59 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 66.641-6 | FETHAB | 100.914,15 |
| MAIO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 70.471-7 | FETHAB - SEDUC | 25.705,08 |
| JUNHO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 70.471-7 | FETHAB - SEDUC | 18.807,97 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 31.731-4 | SAL.EDUCAÇÃO | 35.450,29 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 31.731-4 | SAL.EDUCAÇÃO | 36.411,67 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 32.524-4 | PNATE | 30.654,02 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 32.524-4 | PNATE | 30.654,02 |

| DATA CRÉDITO | ORIGEM DO CRÉDITO | BANCO | Nº C/C | APLICAÇÃO | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 42.573-7 | FUPIS | 46,34 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 42.573-7 | FUPIS | 34,18 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 71.165-9 | CUSTEIO SUS- EMENDA | 150.000,00 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 71.165-9 | CUSTEIO SUS- EMENDA | 150.000,00 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 71.220-5 | INVERTIMENTO SUS | 80.000,00 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 72.433-5 | APOIO FINANC. EDUCAÇÃO | 55.576,58 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 50.689-3 | MERENDA ESCOLAR | 19.881,00 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 50.689-3 | MERENDA ESCOLAR | 19.881,00 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 67.683-7 | IGDBF | 3.035,45 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 67.683-7 | IGDBF | 3.002,85 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | CEF | 099-5 | AG. CORREIOS | 2.840,58 |
| MAIO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 16.273-6 | TRANSP. ESCOLAR ESTADO | 96.292,1 |
| JUNHO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 16.273-6 | TRANSP. ESCOLAR ESTADO | 96.292,31 |
| MAIO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 61.960-4 | CONSTR. 10 POÇOS ARTESIANOS | 154.432,00 |

Nossa Senhora do Livramento, em 26 de Junho de 2018

OBS: Maiores informações pelo telefone ( 65 ) 3351-1200/1191

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

**OTARCI NUNES DA ROSA**

Secretário Municipal de Adm. e Finanças

AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO –MT

**Av. Coronel Botelho, 458 – Centro – CEP: 78170-000 – N. Sra. do Livramento – MT**

**Tel/Fax.: (65) 351-1200/1191- email: financeiro@livramento.mt.gov.b**r

**Prefeitura Municipal de**

**Nossa Senhora do Livramento-MT**

**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS LEI 9.452**

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento –MT, nos Termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1.997, notifica os partidos políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais e demais interessados a liberação do( s ) seguinte(s) recurso(s) do Governo Federal / Estadual, depositado(s) no Banco do Brasil S.A, Agência 2764-2 ou Caixa Econômica Federal Agência 0790.

| DATA CRÉDITO | ORIGEM DO CRÉDITO | BANCO | Nº C/C | APLICAÇÃO | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 66.641-6 | FETHAB | 137.920,59 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 66.641-6 | FETHAB | 100.914,15 |
| MAIO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 70.471-7 | FETHAB - SEDUC | 25.705,08 |
| JUNHO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 70.471-7 | FETHAB - SEDUC | 18.807,97 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 31.731-4 | SAL.EDUCAÇÃO | 35.450,29 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 31.731-4 | SAL.EDUCAÇÃO | 36.411,67 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 32.524-4 | PNATE | 30.654,02 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 32.524-4 | PNATE | 30.654,02 |

| DATA CRÉDITO | ORIGEM DO CRÉDITO | BANCO | Nº C/C | APLICAÇÃO | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 42.573-7 | FUPIS | 46,34 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 42.573-7 | FUPIS | 34,18 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 71.165-9 | CUSTEIO SUS- EMENDA | 150.000,00 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 71.165-9 | CUSTEIO SUS- EMENDA | 150.000,00 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 71.220-5 | INVERTIMENTO SUS | 80.000,00 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 72.433-5 | APOIO FINANC. EDUCAÇÃO | 55.576,58 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 50.689-3 | MERENDA ESCOLAR | 19.881,00 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 50.689-3 | MERENDA ESCOLAR | 19.881,00 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 67.683-7 | IGDBF | 3.035,45 |
| JUNHO 2018 | GOV. FEDERAL | BRASIL | 67.683-7 | IGDBF | 3.002,85 |
| MAIO 2018 | GOV. FEDERAL | CEF | 099-5 | AG. CORREIOS | 2.840,58 |
| MAIO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 16.273-6 | TRANSP. ESCOLAR ESTADO | 96.292,1 |
| JUNHO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 16.273-6 | TRANSP. ESCOLAR ESTADO | 96.292,31 |
| MAIO 2018 | GOV. ESTADO | BRASIL | 61.960-4 | CONSTR. 10 POÇOS ARTESIANOS | 154.432,00 |

Nossa Senhora do Livramento, em 26 de Junho de 2018

OBS: Maiores informações pelo telefone ( 65 ) 3351-1200/1191

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

**OTARCI NUNES DA ROSA**

Secretário Municipal de Adm. e Finanças

AO **PRESIDENTE DO PARTIDO PSD**

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO –MT

**Av. Coronel Botelho, 458 – Centro – CEP: 78170-000 – N. Sra. do Livramento – MT**

**Tel/Fax.: (65) 351-1200/1191- email: financeiro@livramento.mt.gov.**

**EDITAL COMPLEMENTAR 001 2018EDITAL PREGÃO ELETRONICO N. 10/2018**

**EDITAL PREGÃO ELETRONICO N. 10/2018**

**EDITAL COMPLEMENTAR 001 2018**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº. 001532/2018**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 10/2018**

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT**, por meio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeada por força das disposições contidas na **Portaria n 001/2018** do dia 02 de Janeiro de 2018, sediado na **Avenida Coronel Botelho n. 458,** realizará licitação, na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA**, **do tipo menor preço,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**2. DO OBJETO:**

O objeto da presente licitação é o registro de preços de Registro de Preços de **Aquisição de Caminhão tipo ¾ com cabine frontal basculável, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural do município de Nossa Senhora do Livramento – MT, objeto**

**do Convênio nº 842789/2017, firmado com o Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste/SUDECO**, conforme exigências e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**RETIFICAÇÕES:**

**ONDE SE LÊ:**

**8.4.RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

b.2) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta on line, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**LEIA-SE:**

**8.4.RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

b.2) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.3) As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de **10%** do valor estimado da contratação ou item pertinente

**3. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**3.1. Permanecem inalteradas todas as demais condições do edital original.**

3.2. Informações podem ser obtidas pelo fone 065 – 3351-1200, pelo e-mail: licitacao@livramento.mt.gov.br.

Nossa Senhora do Livramento – MT., 26 de junho de 2018.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira

**EDITAL COMPLEMENTAR N. 001 - EDITAL PREGÃO ELETRONICO N. 012/2018**

**EDITAL PREGÃO ELETRONICO N. 012/2018**

**EDITAL COMPLEMENTAR N. 001**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº. 1130/2018**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2018**

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT**, por meio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeada por força das disposições contidas na **Portaria n 001/2018** do dia 02 de Janeiro de 2018, sediado na **Avenida Coronel Botelho n. 458,** realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **do *tipo menor preço*,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**2. DO OBJETO:**

**2.1.** O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual Aquisição de produtos/equipamentos de Informática, visando a demanda das Secretarias do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT de acordo com as quantidades e especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**RETIFICAÇÃO**

**ANEXO I – A – DESCRIÇÃO DOS ITENS - TERMO DE REFERENCIA**

**Retificação devido a numeração de seqüência dos itens do ANEXO I – A do edital ficou divergente da seqüência com o sistema SIGESP/TCE/MT.**

**ONDE SE LÊ:**

**ANEXO I – A – DO TERMO DE REFERENCIA**

**DESCRIÇÃO DOS ITENS**

| Item | APLIC | GRUPO | Descrição | Qut. | MARCA | Valor Unt. | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | **00013960** | **5763** | **Desktop AIO**<br>Processador: 7ª geração do Processador Intel® Core™ i3-7100U (2 núcleos, 2.4 GHz, Cache de 3MB); Memória RAM: 4GB, Single Channel DDR4, 2400 MHz (1x4GB); Placa de vídeo: Integrada Intel HD Graphics; Disco rígido (HD): 1TB (5400 RPM); Monitor: Tela LED HD+ (1600 x 900) de 19.5 polegadas com antirreflexo; Sistema Operacional: Windows 10 Pro, de 64 bits - em Português (Brasil); Unidade óptica: Leitor e Gravador de CD/DVD; Áudio: WavesMaxxAudio Pro; Alto falantes: Integrados; Webcam integrada: De Alta definição HD 720P e 0.92 megapixels; Wireless: Placa de rede Wireless 802.11 b/g/n; Bluetooth: Bluetooth 4.0; Placa de rede: Ethernet (10/100/1000 gigabit - RJ45); Chipset: Intel HD Graphics 520 - Integrado no processador; Fonte de alimentação: 45 Watts; Voltagem: 100 - 240 Volts AC | 63 | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | (Bivolt); Dimensões aproximadas: Altura do monitor: 48,05 cm/ Largura do monitor: 31,76 cm/ Profundidade do monitor: 3,42 cm; Peso aproximado: 3,78 kg; Portas traseiras: 2 Portas USB 2.0, 1 Porta de saída de linha, 1 Slot para trava de segurança, 1 Porta de rede RJ-45 (Ethernet 10/100/1000), 1 Conector para cabo de alimentação, 1 entrada HDMI; Portas laterais: 2 Portas USB 3.0, 1 Conector para fones de ouvido e microfone (UAJ), 1 Leitor de cartão de mídia 4 em 1 MCR; Leitor de cartão de mídia: 4 em 1 [SD, SHC, SDXC, MMC; Teclado e mouse: Teclado Multimídia com fio em Português (Brasil) e Mouse Óptico com fio – Preto; Cor: Borda e suporte na cor preta; Garantia do fornecedor: 12 meses. | | | | |
| 02 | **259311-4** | **5764** | **Nobreak**<br>Bivolt automático entrada 115/127V ou 220V e saída 115V; Estabilizador interno com 4 estágios de regulação; Tomadas: 4 tomadas; Potência Máxima: 600VA; Led colorido no painel frontal indica as condições de funcionamento do nobreak modo rede modo inversor/bateria final de autonomia sobtensão sobretensão entre outras informações; Microprocessado; BatterySaver evita o consumo desnecessário da carga da bateria preservando a sua vida útil; Autodiagnostico de bateria informa quando a bateria precisa ser substituída; Recarga automática das baterias em 4 estágios mesmo com o nobreak desligado; Microprocessador RISC/FLASH de alta velocidade aumenta a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico interno; Autoteste ao ser ligado o nobreak testa os circuitos internos garantindo assim o seu funcionamento ideal; Botão liga/ desliga temporizado com função Mute evita o acionamento ou desacionamento acidental além de desabilitar o alarme sonoro após a sinalização de algum evento; Porta fusível externo com unidade reserva; Dimensões aproximadas do produto (cm) – AxLxP 18,3 x 11,0 x 33,3cm; Peso líq. aproximado do produto (kg) 7,3Kg; Garantia do fornecedor: 12 meses. | 63 | | | |
| 03 | **00012080** | **5765** | **Notebook**<br>Processador: Intel Core i3, 6ª geração do processador Intel Core i3-6006U (2 GHz, Cache de 3MB); Memória RAM: 4GB, DDR4, 2400MHz (Velocidade máxima de 2133MHz devido ao barramento do processador); Disco rígido (HD) de 1TB (5400 RPM); Placa de vídeo integrada Intel® HD Graphics 520 (para processadores Core i3); Tela LED HD (1366 x 768) de 14 polegadas, com antirreflexo - com tampa na cor preta; Teclado - em Português (Brasil); Placa de rede Wireless 802.11 b/g/n + Bluetooth 4.0 (2.4 GHz, 1x1); Bateria de 4 células e 40 Wh (removível); Windows 10 Pro, de 64 bits - em Português (Brasil); 2 alto-falantes ajustados com WavesMaxxAudio® Pro, 1 entrada combinada de microfone/fone de ouvido; Portas: HDMI 1.4ª, 1 USB 3.0, 2 USB 2.0, Porta de Ethernet RJ-45 (10/100), Slot de trava Kensington, Leitor de cartão SD, Entrada de headset, Entrada de energia; Câmera Widescreen de alta definição (720 p) integrada; Cor: Preto texturizado; Voltagem: Bivolt; Dimensões: Altura: 2,33 cm (0,92") x Largura: 34,50 cm (13,58") x Profundidade: 24,30 cm (9,57"); Garantia do fornecedor: 12 meses. | 08 | | | |
| 04 | **317974-5** | **5766** | **Impressora Multifuncional Colorida**<br>Tecnologia de Impressão: Micropiezo Tanque de Tinta; Tela: LCD 2,2"; Resolução de Impressão: 5760x1440dpi; Funções Impressão: Cópia, Digitalização, Fax; Velocidade de Impressão: Preto: 33 ppm, Colorido 15 ppm; Conexão: USB 2.0, Wireless e Ethernet; Capacidade de Papel: Entrada: 100 folhas A4, Saída: 30 folhas A4; Impressão Duplex: Manual; Tamanhos de Papel Suportados: A4, A5, A6, B5, 10x15cm (4x6pol.), 13x18cm (5x7pol.), 16:9 wide, 100x148mm Envelopes: #10 (4 1/8x9 1/2pol.), DL (110x220mm), C6 (114x162mm), Meia Carta (5 1/2x8 1/2pol.), 13x20cm (5x8pol.), 20x25cm 98x10pol.); Tipos de Papel Suportado: Comum, Papéis Especiais EPSON (Papel Matte, Glossy, SemiGlossy, High QualityInkjetPaper); Alimentador Automático de Documentos (ADF); Alimentador Automático de Documentos (ADF): Papel: A4, Carta e Ofício Capacidade de Papel: até 30 folhas (A4/Carta); Tipo de Scanner: Base plana com sensor de linhas CIS à cores; Resolução Máxima do Scanner1200x2400dpi; Digitaliza para PDF; Área Máxima de Digitalização 21,6 x 29,7cm (A4); Velocidade Modem Fax: Até 33.6 kbps; Memória de Acesso Rápido Até 60 nomes e números de telefones; Consumo de Energia: Imprimindo: aprox. 11,0 W, Modo Pronto: aprox. 4 W, Modo Repouso: aprox. 1,6 W, Modo Desligado: aprox. 0,3 w. Acompanha: 1 Garrafa de Tinta Preta, 1 Garrafa de Tinta Ciano, 1 Garrafa de Tinta Magenta, 1 Garrafa de Tinta Amarela, Cabo de Alimentação, CD de Instalação e Software, Cabo USB; Garantia do fornecedor: 12 meses. | 01 | | | |
| 05 | **317974-5** | **5767** | **Impressora Multifuncional Laser**<br>Tecnologia de Impressão: Laser; Display LCD: 3,5" (gráficos coloridos); Velocidade de Impressão: Até 40 ppm; Ciclo Mensal: 75.000 páginas; Volume Mensal de Páginas Recomendado: 2000 a 6000; Resolução de Impressão:1200 X 1200 dpi; Velocidade Processador: 800 MHz; Tamanho do Vidro do Scanner: A4; Conectividade Padrão: Dispositivo USB 2.0, Host USB 2.0, Ethernet Gigabit 10/100/1000Base-Tx, Telefone; Sistema Operacional Compatível: Instalação completa de software suportada em: Windows 8, (32 bits e 64 bits), Windows 7 (32 bits e 64 bits), Windows Vista (32-bit e 64-bit), Windows XP ( 32 bits) SP2 ou superior; Instalação de driver admitida somente em: Windows 12, Windows Server 2008 (32 bits e 64 bits), Windows Server 2003 (32 bits) SP3 ou superior, Mac OS X v10.6.8 e posterior, Linpus Linux (9.4, 9.5), RedHatEntreprise Linux 5.0 (suportado com um pacote pré-integrado), SUSE Linux (10.3, 11. 0, 11, 11.1, 11.2), Fedora (9, 9.0, 10, 10.0, 11.0, 11, 12, 12.0), Ubuntu (8.04, 8.04.1, 8.04.2, 8.10, 9.04, 9. 10, 10.04), Debian (5.0, 5.0.1, 5.0.2, 5.0.3) (cuportado pelo instalador automático), HPUX 11 e Solaris 8/ 9; Memória: 256MB; Capacidade Bandeja de Papel Entrada: Multipropósito: 100 folhas, Entrada 2: 500 folhas, Alimentador Automático de Documentos (ADF): 50 folhas; Capacidade Bandeja de Papel Saída: 250 folhas, posterior 100 folhas; Impressão Duplex (frente e verso): Automática; Tamanho do Papel Suportado: Bandeja 1: A4, A5, A6, RA4, B5 (JIS), B6 (JIS), 10 x 15 cm, Cartão postal (JIS), Cartão postal D (jis), Envelope (B5, C5, C6, DL); Tipos de Suportes: Papel(Comum, Colorido, Timbrado, Liso, Pré-Impresso, Pré-Perfurado, Reciclado, Áspero); Envelopes, Etiquetas, Cartões, Transparências, Definido pelo Usuário; Tipo de Scanner: Alimentador Automático de Documentos (ADF); Formatos dos Arquivos Digitalizados: Windows: JPG, RAW(BMP), PDF, TIFF, PNG;<br>Mac: TIFF, PNG, JPEG, JPEG 2000, PDF, PDF pesquisável, RTF, TXT; Resolução de Digitalização: Até 300, 600, 1200 dpi; Tamanho da Digitalização ( no scanner de mesa): 216 x 297 mm; Tamanho da Digitalização (ADF): Máximo: 216 x 356 mm, Mínimo: 127 x 177 mm; Velocidade de Digitalização: Preto e Branco: Até 19 ppm, Colorido: Até 14 ppm; Velocidade de Digitalização (Frente e Verso): Preto e Branco: Até 35 ipm, Colorido: Até 13 ipm; Digitalização ADF Duplex (frente e verso); Velocidade de Cópia: Preto (A4): Até 40 ppm; Resolução de Cópia: Preto e Colorido: Até 600 x 600 dpi; Volume de Cópias: Máximo: Até 99 cópias; Envio e Recebimento de Fax; Velocidade do Fax: 33,6 Kbps; Resolução de Fax: Até 300 x 300 dpi; Memória do Fax: Até 250 páginas; Consumo de Energia: Imprimindo: 760W, Copiando do ADF: 520W, Pronta: 18,2W, Suspensão: 4,3W, Desligada: 0,3W; Voltagem:110 a 127 V; Acompanha: Cartucho de Toner Inicial Preto, Documentação e Software da Impressora em CD-ROM, Guia de Garantia, Cabo de Alimentação, Cabo USB, Cabo de Fax; Garantia do fornecedor: 12 meses. | 06 | | | |
| 06 | **317974-5** | **5768** | **Impressora Multifuncional Laser média**<br>Tecnologia de Impressão: Laser; Funções: Impressão, Cópia, Digitalização; Velocidade de Impressão: Até 40 ppm; Ciclo de Trabalho Mensal (A4): Até 80.000 páginas; Volume Mensal Recomendado: 750 a 4000; Qualidade de Impressão: FastRes 1200; Idioma de Impressão: PCL 5, PCL 6, impressão direta de PDF, URF, PCLM, PWG, Office nativo; Monitor Tela de toque Color Graphic Display (CGD) de 3 polegadas; Velocidade do Processador: 1200 MHz; Conexão: Padrão: USB 2.0, 1 host USB, 1 Gigabit Ethernet 10/100/1000T, 802.11b/g/n sem fio; Capacidade Sem Fio: Wi-Fi incorporado, Autenticação via WEP, WPA/WPA2, WPA Enterprise, criptografia via AES ou TKIP, WPS, Wi-Fi Direct; Memória Padrão: 256 MB; Entrada de Papel Padrão: Bandeja 1: 100 folhas, Bandeja 2: 250 folhas; Saída de Papel Padrão: Até 150 folhas; Impressão Frente e Verso: Automática (standard); Tamanho de Papel Suportado: Bandeja 1: Carta; Ofício (legal); Executivo; Ofício (8,5 x 13 pol.); A4, A5, A6, B5 (JIS); Ofício (216x340mm); 16K (195x270mm; 16K (184x260mm); 16K (197x273mm); Cartão postal japonês; Cartão postal japonês duplo girado; Envelope nº10; Envelope Monarch; Envelope B5; Envelope C5; Envelope DL; Tamanho personalizado: A5-R; 4 x 6 pol.; 5 x 8 pol.; B6 (JIS); 10 x 15 pol.; declaração; Bandeja 2: Carta; Ofício (Legal); Executivo; Ofício (8,5x13pol.); A4, A5, A6, B5 (JIS); Ofício (216x340mm); 16K (195x270mm; 16K (184x260mm); 16K (197x273mm); Tamanho Personalizado: A5-R; 5x8pol.; B6 (JIS); declaração; Tipos de Papel Suportado: Papel (comum, EcoEFFICIENT, leve, pesado, sulfite, colorido, timbrado, pré-impresso, pré-perfurado, reciclado, áspero); envelopes; etiquetas; transparência; Tipo do Scanner: Base Plana, alimentador automático de documento; Resolução de Digitalização, Óptica Até 1200x1200dpi; Ta- | 24 | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | manho da Digitalização: Vidro do Scanner: 297 x 216mm, ADF (Máximo): 216 x 355,6 mm, ADF (Mínimo): 102 x 152 mm; Velocidade de Digitalização: Preto e Branco: Até 26ppm, Colorido: Até 21ppm; Volume Mensal de Digitalização Recomendado: 750 a 4000; Capacidade do Alimentador Automático de Documento (ADF): 50 folhas; Formatos Admitidos: Digitaliza para USB, a partir do painel frontal para uma pasta na rede, suporte somente para: JPG e PDF; Velocidade de Cópia: Preto e branco: Até 40 cpm; Redução/Amplição de Cópia: 25 até 400%; Voltagem: 110-127V; Consumo de Energia: Impressão/Cópia: 583 watts, Pronto: 9,1 watts, Suspensão: 2,7 watts, Liga/Desliga: 0,7 watt, Desligamento ou Desligado: 0,1 watt; Acompanha: Toner Inicial, Guia de Garantia, Documentação e Software da Impressora em CD-Rom, Cabo de Alimentação, Cabo USB. Garantia do fornecedor: 12 meses.. | | | | |
| 07 | **403029-0** | **5769** | **SCANNER**<br>Tipo de Scanner: Base plana, alimentador automático de documentos; Resolução de Digitalização: Até 2400 dpi; Profundidade de Bits: 48 bits; Níveis da Escala de Cinza: 256; Velocidade: Fotos em cores de 10x15cm para Microsoft Word: menos de 24seg. OCR de uma página inteira com texto para Microsoft Word: menos de 36 seg. Fotos por e-mail: menos de 18 seg; Tipo de Mídia Suportada: Papel (faixas, ink-jet, fotográfico, normal), envelopes, etiquetas, cartões (visita, felicitações), objetos 3-D, slides e negativos de 35mm (utilizando o adaptador para materiais transparentes), decalques para t-shirts; Formatos dos Arquivos Digitalizados: Windows: BMP, JPEG, TIFF, TIFF comprimido, PNG, PCX, FlashPix (FPX), PDF, PDF pesquisável, RTF, HTM, TXT; Macintosh: TIFF, PICT, JPEG, GIF, FlashPix, PlainText, PDF, HTML, RichText; Capacidade do Alimentador Automático de Documentos (ADF): 50 folhas; Velocidade do ADF: Até 8 ppm / 4 ipm; Opções de Digitalização (ADF): Frente e Verso; Tamanho da Digitalização (ADF): Máximo: 210x356mm; Sistema Operacional Compatível: Windows 7, Windows Vista; Windows XP; Windows XP x64; Windows 2000, Mac OS X v10.3.9, 10.4.44, 10.5, 10.6; Conectividade: Hi-Speed USB 2.0; Voltagem: 100 - 240 V; Acompanha: Cabo Adaptador d Alimentação, Cabo USB 2.0, Alimentador Automático de Documentos (ADF), CD-ROMs; Dimensões: 488 x 340 x 162 mm(LxPxA); Peso: 5.73kg. Garantia do fornecedor: 12 meses. | 01 | | | |
| 08 | **358987-0** | **5770** | **HD Externo**<br>Capacidade: 4TB; Velocidade: 5400rpm; USB: 3.0 / 2.0; Dimensões: 20,9 x 80 x 117 mm; Cor: Preto; Acompanha: 01 Cabo USB 3.0, 01 Guia de início rápido. Garantia do fornecedor: 12 meses. | 01 | | | |
| 09 | **00013961** | **5771** | **Projetor**<br>Resolução nativa: SVGA (800 x 600); Brilho (ANSI Lumens): 3300AL; Lente: F = 2,56-2,68, f = 22,04-24,14 mm; Proporção de contraste: 13000: 1; Suporte à Resolução: VGA (640 x 480) para WUX-GA_RB (1920X1200) * RB = redução de blanking; Compatibilidade HDTV: 480i, 480p, 576i, 576p, 720p, 1080i, 1080p; Compatibilidade de vídeo: NTSC, PAL, SECAM; Tipo de lâmpada: 190W; Modo Lâmpada (Normal / Econômico) : 4500/6000/6500/10000 horas; Cor do Visor: 1,07 bilhões de cores; Interface: Computador no (15 pinos D-sub) x 2 (Compartilhar com o componente), Monitor out (D-sub de 15 pinos) x 1, CompositeVideo in (RCA) x 1, S-Video in (Mini DIN 4 pinos) x 1, HDMI x 1, áudio ( Mini Jack) x 1, Saída de áudio (Mini Jack) x 1, Altifalante 2W x 1, USB (Tipo mini B) x 1, RS232 (DB-9pin) x 1, Receptor IR x 1 (Frontal); Acompanha: 01 Controle remoto com bateria, 01 Cabo de força, 01 Cabo VGA (D-Sub 15 Pin). Garantia do fornecedor: 12 meses. | 5 | | | |
| 10 | **378341-3** | **5772** | **Tablet Android**<br>1 Processador com clock mínimo de 1,3 GHz com no mínimo quatro núcleos e<br>2M L2 cache; Capaz de executar arquivos de áudio e vídeo; As funções de decodificação de áudio e vídeo devem ser aceleradas por hardware.Possuir decodificação por hardware para pelo menos os seguintes formatos: H263, H264 e MPEG4.Obter índice de desempenho igual ou superior a 130 pontos no "Performance test" e 80 pontos no "UX test" – "User Experience" medido pelo software MobileXPRT 2013 da Principle Technologies http://principledtechnologies.com/benchmarkxprt/mo... obtido através da execução da opção "AllTests", obedecendo a seguinte procedimento:<br>i) Instalar o software MobileXPRT a partir do Google Play.<br>ii) Desconectar o Tablet do carregador para execução somente na bateria.<br>iii) Reiniciar o Tablet.<br>iv) Clicar no ícone "MobileXPRT" e selecionar "AllTests".<br>Memória Ram Mínimo de 1 GB (um gigabyte) de baixo consumo (DDR3L 1066MHz); Tela colorida e construída com tecnologia LCD ou OLED, com retro iluminação e com tamanho mínimo de 09 (nove) e máximo de 10.1 (dez ponto um) polegadas; Multitoque de no mínimo 5 pontos (capacitiva); Possuir contraste mínimo de 300:1; Resolução mínima: 1280x800.<br>Armazenamento: Interno do tipo flash/eMMC; mais específica e maior qualidade; Capacidade mínima de 16 GB (dezesseis gigabytes) de armazenamento interno, Possuir Slot para cartão de memória padrão MicroSD para expansão do armazenamento interno, compatível com cartões de até 64 GB (sessenta e quatro gigabytes).<br>Conectividade: Wi-Fi padrão IEEE 802.11 b/g/n, integrado (interno) ao equipamento; Modem interno com suporte a redes 3G (no mínimo dual-band 2100MHz e 850MHz) e 2G (quad-band 850MHz, 900MHz, 1. 800MHz e 1.900MHz) habilitado para funcionamento nas frequências do sistema brasileiro de comunicação móvel, desbloqueado para todas as operadoras; Bluetooth versão 4.0 ou superior, integrado (interno) ao equipamento; Sistema de GPS integrado (interno) com antena interna.<br>Interfaces: Microfone e alto-falante integrados ao gabinete; Saída para fone de ouvidos para conector padrão P2 de 3,5 mm e com 03 (três) pontos de contato (terra, áudio direito e esquerdo); Porta micro-USB padrão 2.0; Permitir conexão de vídeo externo através de porta micro/mini HDMI;<br>Câmera frontal e traseira: Integrada ao equipamento; Câmera traseira com resolução mínima de 05 MP (cinco megapixels), possuir ajuste de foco automático e zoom digital; Câmera frontal com resolução mínima 1.2 MP (um ponto dois megapixels); Ambas as câmeras devem permitir filmar e tirar fotos.<br>Bateria: Interna e recarregável; Lítio-ion ou polímero de lítio; Vida útil: pelo menos 250 (duzentos e cinquenta) ciclos de carga/descarga com capacidade de carga igual a 80% da original ao final deste tempo; Capacidade mínima da bateria: 6000 mA/h (seis mil miliamperes hora); Tempo de recarga: máximo de 04 (quatro) horas. Permitir que o Tablet seja utilizado enquanto a bateria estiver carregando; Possuir pelos menos os seguintes mecanismos de segurança: Circuito para interromper a conexão da bateria em casos de sobrecorrente e sobrecarga; Com carregador conectado à energia, o tablet deve poder ser deixado conectado ao carregador, mesmo após a carga total da bateria, sem riscos de sobreaquecimento ou de acidentes decorrentes de sobrecarga.<br>Gabinete: O gabinete não poderá apresentar saliências, pontas ou estruturas externas perfurantes ou cortantes; Deve possuir teclas para controle de volume do som; Peso máximo com bateria de 760g (setecentos e sessenta gramas). Deve possuir proteção contra água e poeira de acordo com a classificação IP52;<br>Funcionalidades: Possuir acelerômetro; Funcionar como "USB Mass Storage"; Sensor de luz ambiente com capacidade para ajuste automático do brilho da tela; Permitir a mudança da orientação da tela e o bloqueio da posição; Recursos de vídeo: Gravação com resolução de pelo menos 640x480. Esta exigência somente se aplica à Câmera traseira; Formatos mínimos de reprodução: H.263, H.264 e MPEG-4.<br>Sistema Operacional: Sistema Operacional: Android 4.4 português ou versão superior em português; Suporte a configuração de proxy para rede WiFi. Este suporte deve ser integrado à aplicação de configuração de rede sem fio e sem a necessidade de aplicativos ou softwares extras; Aplicações: agenda, calendário, relógio com horário mundial, alarme, calculadora, cronômetro; Permitir a decodificação dos seguintes formatos de arquivos: mp3; 3gp (AMR, AAC, H263, H264 e MPEG4); mp4 (AAC e H264); ogg (Vorbis áudio); wav (PCM).<br>Segurança: Permitir a implementação de solução anti-robo, sem custos adicionais; Usar tecnologia TPM (TrustedPlatform Module); Permitir a implementação anti-malware sem custos adicionais. | 50 | | | |

**DEVE-SE LER:**

**ANEXO I – A – DO TERMO DE REFERENCIA**

**DESCRIÇÃO DOS ITENS**

| Item/ Lote | Descrição/Especificação | Und | Quant | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Desktop AIO Processador 7ª geração Intel Core i3-7100U; Memória RAM: 4GB, DDR4, 2400 MHz (1x4GB); Placa de vídeo Integrada Intel HD Graphics; Disco rígido 1TB 5400 RPM; Monitor Tela LED HD+ (1600 x 900) de 19.5 polegadas; Sistema Operacional: Windows 10 Pro, de 64 bits; Leitor e Gravador de CD/DVD; Áudio: Waves MaxxAudio Pro; Alto falantes Integrados, Webcam integrada: HD 720P e 0.92 megapixels; Wireless 802.11 b/g/n; Bluetooth 4.0; Placa de rede: Ethernet - RJ45; Chipset Intel HD Graphics 520 - Integrado no processador; Fonte de alimentação: 45 Watts; Voltagem: 100 - 240 Volts AC (Bivolt). 2 Portas USB 2.0, 1 Porta de saída de linha, 1 Slot para trava de segurança, 1 Porta de rede RJ-45, 1 Conector para cabo de alimentação, 1 entrada HDMI; 2 Portas USB 3.0, 1 Conector para fones de ouvido e microfone (UAJ), 1 Leitor de cartão de mídia 4 em 1 MCR; Leitor de cartão de mídia: 4 em 1; Teclado com fio em Português (Brasil) e Mouse Óptico com fio. Garantia do fornecedor: 12 meses. | UN | 63 | | | |
| 2 | Nobreak Bivolt automático entrada 115/127V ou 220V e saída 115V; Estabilizador interno com 4 estágios de regulação; 4 tomadas; Potência Máxima: 600VA; Led colorido no painel frontal indica as condições de funcionamento do nobreak modo rede modo inversor/bateria final de autonomia sobtensão sobretensão entre outras informações; Microprocessado; Battery Saver. Autodiagnostico de bateria; Recarga automática das baterias em 4 estágios desligado; Microprocessador RISC/FLASH de alta velocidade aumenta a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico interno; Autoteste ao ser ligado; Botão liga/ desliga temporizado com função Mute evita o acionamento ou desacionamento acidental além de desabilitar o alarme sonoro após a sinalização de algum evento; Porta fusível externo com unidade reserva; Dimensões aproximadas do produto (cm) – AxLxP 18,3 x 11,0 x 33,3cm; Peso líq. aproximado do produto (kg) 7,3Kg; Garantia do fornecedor: 12 meses. | UN | 63 | | | |
| 3 | Notebook Processador Intel Core i3 6ª geração Intel Core i3-6006U (2 GHz, Cache de 3MB); Memória RAM: 4GB, DDR4, 2400MHz (Velocidade máxima de 2133MHz devido ao barramento do processador); Disco rígido de 1TB (5400 RPM); Placa de vídeo integrada Intel HD Graphics 520 (para processadores Core i3); Tela LED HD (1366 x 768) de 14 polegadas, com antirreflexo - com tampa na cor preta; Teclado em Português (Brasil); Placa de rede Wireless 802.11 b/g/n + Bluetooth 4.0 (2.4 GHz, 1x1); Bateria de 4 células e 40 Wh (removível); Windows 10 Pro, de 64 bits - em Português (Brasil); 2 alto-falantes ajustados com Waves MaxxAudio Pro, 1 entrada combinada de microfone/fone de ouvido; Portas HDMI 1.4ª, 1 USB 3.0, 2 USB 2.0, Porta de Ethernet RJ-45, Slot de trava Kensington, Leitor de cartão SD, Entrada de headset, Entrada de energia; Câmera Widescreen de alta definição 720p integrada; Cor: Preto texturizado; Voltagem: Bivolt. Garantia do fornecedor: 12 meses | UN | 8 | | | |
| 4 | "Impressora Multifuncional Laser média Tec. de Imp.: Laser; Funções: Imp., Cópia, Digit.; Vel. de Imp.: Até 40 ppm; Ciclo de Trabalho Mensal (A4): Até 80.000 páginas; Volume Mensal Recomen.: 750 a 4000; Qual. de Imp.: FastRes 1200; Idioma de Imp.: PCL 5, PCL 6, imp. direta de PDF...; Mon. Tela de toque CGD de 3 pol.; Vel. do Processador: 1200 MHz; Conexão: Padrão: USB 2.0, 1 host USB, 1 Rede 10/100/1000T, 802.11b/g/n; Memória Padrão: 256 MB; Ent. de Papel Padrão: Band. 1: 100 folhas, Band. 2: 250 folhas; Imp. Frente e Verso: Aut. (standard); Tam. de Papel Sup.: Bandeja 1: Carta; A4...; Bandeja 2: Carta; A4...; Tipos de Papel Sup.: Papel (comum...); Tipo do Scanner: Base Plana, alim. Aut. de doc.; Vel. de Digit.: P e B: Até 26ppm, Color: Até 21ppm; Format. Adm.: Dig. para USB, suporte: JPG e PDF; Vel. de Cópia: P e B: Até 40 cpm; Volt.: 110-127V; Acompanha: Toner Inicial, Guia de Garantia, Doc. e Software da Imp. em CD-Rom, Cabo de Aliment., Cabo USB. Garantia do fornecedor: 12 meses" | UN | 24 | | | |
| 5 | "Projetor - Resolução nativa: SVGA (800 x 600); Brilho (ANSI Lumens): 3300AL; Lente: F = 2,56-2,68, f = 22,04-24,14 mm; Proporção de contraste: 13000: 1; Suporte à Resolução: VGA (640 x 480) para WUXGA_RB (1920X1200) * RB = redução de blanking; Compatibilidade HDTV: 480i, 480p, 576i, 576p, 720p, 1080i, 1080p; Compatibilidade de vídeo: NTSC, PAL, SECAM; Tipo de lâmpada: 190W; Modo Lâmpada (Normal / Econômico) : 4500/6000/6500/10000 horas; Cor do Visor: 1,07 bilhões de cores; Interface: Computador no (15 pinos D-sub) x 2 (Compartilhar com o componente), Monitor out (D-sub de 15 pinos) x 1, Composite Video in (RCA) x 1, S-Video in (Mini DIN 4 pinos) x 1, HDMI x 1, áudio ( Mini Jack) x 1, Saída de áudio (Mini Jack) x 1, Altifalante 2W x 1, USB (Tipo mini B) x 1, RS232 (DB-9pin) x 1, Receptor IR x 1 (Frontal); Acompanha: 01 Controle remoto com bateria, 01 Cabo de força, 01 Cabo VGA (D-Sub 15 Pin). Garantia do fornecedor: 12 meses." | UN | 5 | | | |
| 6 | Impressora Multifuncional Laser – Tec. de Imp.: Laser; Display LCD: 3,5" (Graf. colors); Vel. de Imp.: Até 40 ppm; Ciclo Mens.: 75.000 pág.; Vol. Mensal de Pág.: 2000 a 6000; Resol. de Imp.:1200 X 1200 dpi; Proc. 800 MHz; Tam. do Vidro do Scan.: A4; Conect. Padrão: Disp. USB 2.0, Host USB 2.0, Rede 10/100/1000, Tel.; S.O Comp.: Inst. Comp. de soft. suport. em: Win. 8, Win. 7...; Memória: 256MB; Cap. Band. de Papel Ent.: Mult.: 100 folhas, Ent. 2: 500 folhas, ADF: 50 folhas; Imp. Duplex: Aut.; Tam. do Papel Sup.: Band. 1: A4, A5, A6...; Tipo de Scan.: ADF; Format. dos Arq. Digit.: Win.: JPG, PDF...; Vel. de Digit.: P e B: Até 19 ppm, Color: Até 14 ppm; Vel. de Digit. (Frente e Verso): PeB: Até 35 ipm, Color: Até 13 ipm; Digit. ADF Duplex; Vel. de Cópia: Preto (A4): Até 40 ppm; Resol. de Cópia: Preto e Color: Até 600 x 600 dpi; Volt.:110 a 127 V; Acomp.: Cart. de Toner Inicial Preto, Doc. e Soft. da Imp. em CD-ROM, Cabo de Aliment., Cabo USB; Garant. do fornecedor: 12 meses. | UN | 6 | | | |
| 7 | Tablet Android - Processador clock mínimo de 1,3GHz com no mínimo quatro núcleos e 2M L2 cache.. Armazenamento: Interno do tipo flash/eMMC; Capacidade mínima de 16 GB (dezesseis gigabytes) de armazenamento interno, Possuir Slot para cartão de memória padrão MicroSD compatível com cartões de até 64 GB (sessenta e quatro gigabytes). Conectividade: Wi-Fi; Modem interno com suporte a redes 3G (no mínimo dual-band 2100MHz e 850MHz) e 2G (quad-band 850MHz, 900MHz, 1.800MHz e 1.900MHz), todas as operadoras; Bluetooth 4.0 ou superior; GPS integrado. Microfone e alto-falante integrados ao gabinete; Fone de ouvido P2; Porta micro-USB padrão 2.0; Permitir conexão de vídeo através de porta mini HDMI; Câmera traseira mínima de 05 MP, frontal mínima 1.2 MP. Bateria recarregável; Lítio-ion ou polímero de lítio; 6000 mA/h; Android 4.4 português ou versão superior em português; Suporte a configuração de proxy para rede WiFi. Formatos de arquivos: mp3; 3gp, mp4; ogg (Vorbis áudio); wav (PCM). | UN | 50 | | | |
| 8 | Impressora Multifuncional Colorida - Tecnologia de Impressão Micropiezo Tanque de Tinta; Tela LCD 2,2"; Resolução de Impressão: 5760x1440dpi; Funções: Cópia, Digitalização, Fax; Velocidade: Preto: 33ppm, Colorido 15ppm; Conexão: USB 2.0, Wireless e Ethernet; Capacidade de Papel Entrada: 100 folhas A4, Saída: 30 folhas A4; Impressão Duplex: Manual; Papel Suportado: A4, A5, A6, B5, 10x15cm (4x6pol.), 13x18cm (5x7pol.), 16:9 wide, 100x148mm, C6 (114x162mm), Meia Carta (5 1/2x8 1/2pol.), 13x20cm (5x8pol.), 20x25cm 98x10pol.; Alimentador Automático de Documentos (ADF) até 30 folhas (A4/Carta); Scanner: Base plana com sensor de linhas CIS à cores; Resolução Máxima do Scanner1200x2400dpi; Digitaliza para PDF; Consumo de Energia Imprimindo aprox. 11,0W, Modo Pronto aprox. 4W, Modo Repouso aprox. 1,6W, Modo Desligado aprox. 0,3 w. Acompanha 1 Garrafa de Tinta Preta, Ciano, Magenta, Amarela, Cabo de Alimentação, CD de Instalação e Software, Cabo USB; Garantia do fornecedor: 12 meses. | UN | 1 | | | |
| 9 | SCANNER - Base plana, alimentador automático de documentos; Resolução de Digitalização: Até 2400 dpi;; Velocidade: Fotos em cores de 10x15cm para Microsoft Word: menos de 24seg. OCR com texto para Microsoft Word: menos de 36 seg. Mídia Suportada: Papel, envelopes, etiquetas, cartões (visita, felicitações), objetos 3-D, slides e negativos de 35mm; Formatos dos Arquivos Digitalizados: Windows: BMP, JPEG, TIFF, TIFF comprimido, PNG, PCX, FlashPix (FPX), PDF, PDF pesquisável, RTF, HTM, TXT; Macintosh: TIFF, PICT, JPEG, GIF, FlashPix, Plain Text, PDF, HTML, Rich Text; Capacidade do Alimentador Automático 50 folhas; Opções de Digitalização (ADF): Frente e Verso; Tamanho da Digitalização Máximo 210x356mm; Compatível: Windows 7, Vista; XP; Windows XP x64; 2000, Mac OS X v10.3.9, 10.4.44, 10.5, 10.6; Conectividade: Hi-Speed USB 2.0; Voltagem: 100 - 240 V; Acompanha Cabo de Alimentação, USB 2.0, Alimentador Automático de Documentos (ADF), CD-ROMs; Garantia do fornecedor: 12 meses. | UN | 1 | | | |
| 10 | HD Externo - Capacidade: 4TB; Velocidade: 5400rpm; USB: 3.0 / 2.0; Dimensões: 20,9 x 80 x 117 mm; Cor: Preto; Acompanha: 01 Cabo USB 3.0, 01 Guia de início rápido. Garantia do fornecedor: 12 meses. | UN | 1 | | | |

**3. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**3.1. Permanecem inalteradas todas as demais condições do edital original.**

3.2. Informações podem ser obtidas pelo fone 065 – 3351-1200, pelo e-mail: licitacao@livramento.mt.gov.br.

Nossa Senhora do Livramento – MT., 26 de junho de 2018.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS**
**LEI MUNICIPAL N.º 1082/2018**

**SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PROGRAMA VIGENTE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, Prefeito do Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 1.131.744,45 (um milhão cento e trinta e um mil setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), destinado a Secretaria Municipal de Agriculta, Meio Ambiente, Tec. e Saneamento.

**Artigo 2º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar em seu Orçamento Programa 2018 a seguinte dotação orçamentária:

| | | |
|---|---|---|
| Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Tec. e Saneamento. | | |
| Unidade: 003 – Departamento de Saneamento | | |
| Função: 17 – Saneamento | | |
| SubFunção: 512 – Saneamento Básico Urbano | | |
| Programa: 0012 – Saneamento e Qualidade de Vida | | |
| Projeto: 1133 – Construção de Saneamento Sanitário | | |
| Fonte: 3.24.000000 – Transferências de Convênios Outros | | |
| Natureza da Despesa: | | |
| 44905100 – Obras e Instalações | R$ | 1.131.744,45 |
| **TOTAL DA AÇÃO** | **R$** | **1.131.744,45** |

**Artigo 3º -** Para dar Cobertura ao Crédito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de Superávit Financeiro Vinculado apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, nos termos do Inciso I, § 1, do Artigo 43 da Lei 4.320/64.

**§1º -**O Superávit financeiro para fazer face ao presente crédito adicional especial correrão à conta da sobra dos recursos vinculados destinados e depositados em conta específica do Termo de Compromisso 417/2014, destinados a Obras de Saneamento no Município de Nova Bandeirantes conforme segue;

Conta Corrente 43.738-7 PM ESGOTO NOVA BAND;

**3.24.000000 – Transferências de Convênios – Outros.....R$ 1.131.744,45**

**Artigo 4°** - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº 1035/2017 - LDO 2018 e Lei Municipal nº 1043/2017 - PPA 2018/2021, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

**Artigo 5°** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes – MT, em 26 de junho de 2018.

**VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS**
**LEI MUNICIPAL N.º 1081/2018.**

**INSTITUI A COBRANÇA DE TAXAS DE SERVIÇOS SOBRE ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.

**VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte lei:

**Art. 1°** Fica instituída a Taxa de Serviços sobre atividades de Licenciamento e Fiscalização Ambiental, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido a Secretaria Municipal de agricultura Meio Ambiente e Saneamento/Departamento Municipal de Meio Ambiente, visando controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

**Art. 2°** Torna-se sujeito passivo de recolhimento desta taxa todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo único da Resolução CONSEMA nº 86/2013 ou outra que sucedê-la.

**Art. 3°** A taxa é devida por atividade licenciável pelo município no ato de protocolo do devido processo administrativo de licenciamento ambiental municipal e os seus valores são os fixados no Anexo I desta Lei.

**§ 1º** Paraosfins desta Lei, consideram-se os parâmetros de referência apresentados na Anexo I para classificação do empreendimento segundo o porte.

**§ 2o** O potencial de poluição (PP) e o grau de utilização (GU) de recursos naturais de cada uma das atividades sujeitas à fiscalização encontram-se definidos no Anexo I desta Lei.

**§ 3o** O grau de transformação (GT) de produtos de origem animal e vegetal, preparados e/ou transformados ficam sujeitos ao pagamento de taxa de vistoria periódica, em função do porte, conforme definidas no Anexo II.

**Art. 4°** O protocolo de processos somente será aceito após comprovação anexada de pagamento da taxa do serviço correspondente.

**Art. 5º** São isentas do pagamento da taxa de serviços às entidades públicas federais, distritais, estaduais e municipais e as entidades filantrópicas.

**Art. 6°** O recolhimento da taxa de serviços será efetuado em conta bancária vinculada à Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente e Saneamento/Departamento Municipal de Meio Ambiente através do Fundo Municipal de Meio Ambiente por intermédio de documento próprio de arrecadação.

**Art. 7°** Os prazos de validade de cada tipo de licença, observados o cronograma apresentado pelo empreendedor, terão os seguintes limites:

I – Licença Prévia (LP): mínimo de 3 (três) e no máximo de 4 (quatro) anos.

II – Licença de Instalação (LI): mínimo de 3 (três) anos e no máximo de 5 (cinco) anos.

III – Licença de Operação (LO): mínimo de 3 (três) e no máximo de 6 (seis) anos.

IV – Licença de Operação Provisória (LOP): máxima de 2 (dois).

V – Licença Especial (LE): máximo de 90 (noventa) dias.

**§ 1º** A Licença de Localização será expedida em caráter permanente, exceto em casos de mudança de endereço e/ou atividade.

**§ 2º** A renovação da licença deverá ser requerida com antecedência mínimo de 30 (trinta) dias.

**Art. 8º** Para os fins desta Lei, consideram-se:

**I –** microempresa e empresa de pequeno porte, as pessoas jurídicas que se enquadrem, respectivamente, nas descrições da Lei federal 123/2006.

**II –** empresa de médio porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R$ 3.600.000,00 (três milhão e seiscentos mil reais) e igual ou inferior a R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);

**III –** empresa de grande porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

**Art. 9º** A taxa de serviços não recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas no artigo anterior será cobrada com os seguintes acréscimos:

**I –** juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de um por cento;

**II –** multa de mora de 20 (vinte) por cento, reduzida a 10 (dez) por cento se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento;

**III –** encargo de 20 (vinte) por cento, substitutivo da condenação do devedor em honorários de advogado, calculado sobre o total do débito inscrito como Dívida Ativa, reduzido para 10 (dez) por cento se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução.

**Parágrafo Único** Os juros de mora não incidem sobre o valor da multa de mora.

**Art. 10.** As pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades mencionadas no Anexo Único da Resolução CONSEMA nº 86/2013 e que não estiverem inscritas nos respectivos cadastros até o último dia útil do terceiro mês que se seguir ao da publicação desta Lei incorrerão em infração punível com multa em UPF de:

**I –** 3,00 UPFNB se pessoa física;

**II –** 7,50 UPFNB, se microempresa;

**III –** 45,00 UPFNB, se empresa de pequeno porte;

**IV –** 90 UPFNB, se empresa de médio porte;

**V –** 450,00 UPFNB, se empresa de grande porte.

**Art. 11.** Havendo a necessidade de vistoria do empreendimento por parte da Secretaria licenciada do Município, o empreendedor deverá recolher taxa de vistoria conforme a tabela nos anexos.

**Art. 12.** Revogam-se as disposições constantes no item "taxa de licenciamento ambiental" do anexo IX, da Lei Municipal 820/2013 e a Lei 1034/2017 na sua integralidade.

**Art. 13.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Nova Bandeirantes-MT, 26 de junho de 2018.

**VALDIR PEREIRA DA SILVA**

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

VALORES, EM UPFNB, DEVIDOS A TÍTULOS DE COBRANÇA PELA DE TAXA DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

LICENÇA PRÉVIA

| Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais | Pessoa Física | Microempresa | Empresa de Pequeno Porte | Empresa de Médio Porte |
|---|---|---|---|---|
| **Pequeno** | 3,00 | 4,00 | 5,00 | 7,50 |
| **Médio** | 4,00 | 5,00 | 6,00 | 9,00 |

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

| Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais | Pessoa Física | Microempresa | Empresa de Pequeno Porte | Empresa de Médio Porte |
|---|---|---|---|---|
| **Pequeno** | 5,00 | 6,00 | 7,50 | 9,00 |
| **Médio** | 6,00 | 7,50 | 9,00 | 10,00 |

LICENÇA DE OPERAÇÃO

| Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais | Pessoa Física | Microempresa | Empresa de Pequeno Porte | Empresa de Médio Porte |
|---|---|---|---|---|
| **Pequeno** | 3,00 | 4,00 | 6,00 | 7,00 |
| **Médio** | 4,00 | 6,00 | 7,00 | 8,00 |

LICENÇA OPERAÇÃO PROVISÓRIA/AUTORIZAÇÃO

| Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais | Pessoa Física | Microempresa | Empresa de Pequeno Porte | Empresa de Médio Porte |
|---|---|---|---|---|
| **Pequeno** | 5,00 | 7,50 | 10,00 | 12,50 |
| **Médio** | 7,50 | 10,00 | 12,50 | 15,00 |

LICENÇA ESPECIAL

| Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais | Pessoa Física | Microempresa | Empresa de Pequeno Porte | Empresa de Médio Porte |
|---|---|---|---|---|
| **Pequeno** | 7,50 | 10,00 | .12,50 | 15,00 |
| **Médio** | 10,00 | 12,50 | 15,00 | 20,00 |

LICENÇA DE RENOVAÇÃO

| Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais | Pessoa Física | Microempresa | Empresa de Pequeno Porte | Empresa de Médio Porte |
|---|---|---|---|---|
| **Pequeno** | 5,00 | 7,50 | 10,00 | 15,00 |
| **Médio** | 7,50 | 10,00 | 12,50 | 17,50 |

VISTORIA

| Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais | Pessoa Física | Microempresa | Empresa de Pequeno Porte | Empresa de Médio Porte |
|---|---|---|---|---|
| **Pequeno** | 3,00 | 5,00 | 7,50 | 9,00 |
| **Médio** | 5,00 | 7,50 | 9,00 | 10,00 |

**CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL**

UPFNB 2,00

**EMISSÃO DE CERTIDÕES DIVERSAS**

Emissão de certidões diversas:

UPFNB 3,00

**EXPEDIÇÃO DE SEGUNDA VIA**

Expedição de segunda via de licenças ou de autorizações ambientais:

UPFNB 1,00

Prefeitura de Nova Bandeirantes-MT, 26 de junho de 2018.

**VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

### DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
### EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 023/2018 - MARIA NOBRE DA SILVA

**EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 023/2018**

**PARTES:** Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia -MT– CNPJ nº 15.023.963.0001/88 e Maria Nobre da Silva.

**OBJETO:** Prestação de Serviços por Tempo Determinado com a finalidade de atender a Lei Municipal nº 11.350/2006, na Secretaria Municipal de Saúde para o cargo de Agente Comunitário de Saúde.

**VALOR:** R$ - 1.064,00 (Um mil e sessenta e quatro reais).

**VIGÊNCIA:** 05/04/2018

**ASSINAM:** Mauriza Augusta de Oliveira – Prefeita Municipal e Maria Nobre da Silva – Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO N°. 072/2018**

**EXTRATO DO CONTRATO N°. 072/2018**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: J.E. DE SIQUEIRA JUNIOR & CIA LTDA - ME**

CNPJ:10.416.308/0001-76

OBJETO: O presente contrato tem como objetivo a aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas das Secretarias Municipais deste Município.

VALOR: **R$ 40.590,16** (Quarenta mil quinhentos e noventa reais e dezesseis centavos),

ASSINATURA**: 05 de Junho de 2018.**

VIGENCIA: **05 de Junho de 2018 a 05 de Agosto de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 224/2018, DE 22 DE MAIO DE 2018.**

*"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA IVONE VIEIRA PARA COMPOR O CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA-MT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas de acordocom o art. 139 da Lei Federal nº 8.069 (ECA), da Lei Municipal nº 585/2015 e da Resolução CMDCA nº 001/2015 pelo Art. 42 da Lei 585/2009 de 17 de Agosto de 2009.

**RESOLVE**

**Art.1° -** Nomear a senhora **IVONE VIEIRA**, primeira suplente admitida no Processo Eletivo e Seletivo nº 001/2015, realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, portadora do RG nº 1.142. 653-5, SSP/MT e CPF n° 862.374.381-49, para exercer o cargo de Conselheira Tutelar, no Conselho Tutelar do Município de Nova Brasilândia.

**Art. 2º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 22 de maio de 2018.

***Art. 3º -***Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 065/2018 datada de 05/02/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 22 de maio de 2018.

**MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

Prefeita de Nova Brasilândia

*A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.*

**JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ**

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

**EXTRATO DO CONTRATO N°. 075/2018**

**EXTRATO DO CONTRATO N°. 075/2018**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: ROBSON GOMES DE MATOS - ME**

CNPJ: 26.721.888/0001-46

OBJETO: O presente contrato tem como objetivo a aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas das Secretarias Municipais deste Município.

VALOR: **R$ 19.065,00** (dezenove mil sessenta e cinco reais),

ASSINATURA**: 05 de Junho de 2018.**

VIGENCIA: **05 de Junho de 2018 a 05 de Agosto de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

**EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 008/2018**

**EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 008/2018**

**DISTRATANTE**: **Município de Nova Brasilândia - MT**

**DISTRATADA: GENESIO BORGES**

CNPJ: **14.504.593/0001-38**

**OBJETO: DISTRATO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATIVIDADES PAISAGISTICAS (PODA DE ARVORE, PODA DE GRAMA NOS PATIOS PUBLICOS, PRAÇAS RUAS E AVENIDAS), SERVIÇOS DE SEPULTAMENTO, IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS NOS ORGÃOS MUNICIPAIS.**

**DATA DE ASSINATURA**: 16 de Junho de 2018.

**FUNDAMENTO:** De acordo com art. 79, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

Prefeita Municipal: MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 DECLARAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018**

**DECLARAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT**, no uso de suas atribuições e competências legais que lhe são conferidas pela Legislação Municipal*, Lei n*º 671/2017, através da Comissão Especial de Processo Seletivo, instituída através da Portaria nº 101/2018 resolve:

***DECLARAR***, para conhecimento de todos os interessados a homologação das inscrições para o processo seletivo simplificado conforme relação de candidatos (Anexo I)*:*

A relação completa da homologação estará disponível na pagina da Prefeitura Municipal em, www.novabrasilandia.mt.gov.br, no dia de publicação deste Edital.

Nova Brasilândia/MT, 26 de março de 2018.

Comissão Processo Seletivo:

| | |
|---|---|
| **Julio Cesar Bonfim Lopes – Presidente** | **Vandeilson Batista da Silva - Secretário** |
| **Cleuma Francisca de Jesus – Membro** | **Venicios de Araujo Ventura – Suplente** |

**EXTRATO DO CONTRATO N°. 073/2018**

**EXTRATO DO CONTRATO N°. 073/2018**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: ELZA ALMEIDA NOVAIS – ME**

CNPJ:**03.675.449/0001-48**

OBJETO: O presente contrato tem como objetivo a aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas das Secretarias Municipais deste Município.

VALOR: **R$ 18.336,09** (dezoito mil trezentos e trinta e seis reais e nove centavos),

ASSINATURA**: 05 de Junho de 2018.**

VIGENCIA: **05 de Junho de 2018 a 05 de Agosto de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 DECLARAÇÃO DE NÃO RECURSOS INTERPOSTOS QUANTO AS HOMOLOGAÇÕES DAS INSCRIÇÕES**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018**

**DECLARAÇÃO DE NÃO RECURSOS INTERPOSTOS QUANTO AS HOMOLOGAÇÕES DAS INSCRIÇÕES**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT**, no uso de suas atribuições e competências legais que lhe são conferidas pela Legislação Municipal*, Lei n*º 671/2017, através da Comissão Especial de Processo Seletivo, instituída através da Portaria nº 101/2018 resolve:

***TORNAR PÚBLICO***, para conhecimento de todos os interessados que **NÃO HOUVE** recursos interpostos quanto a **HOMOLOGAÇÃO** das inscrições para o processo seletivo simplificado conforme relação de candidatos (Anexo I):

A relação completa da homologação estará disponível na pagina da Prefeitura Municipal em, www.novabrasilandia.mt.gov.br, no dia de publicação deste Edital.

Nova Brasilândia/MT, 26 de março de 2018.

Comissão Processo Seletivo:

| | |
|---|---|
| **Julio Cesar Bonfim Lopes – Presidente** | **Vandeilson Batista da Silva - Secretário** |
| **Cleuma Francisca de Jesus – Membro** | **Venicios de Araujo Ventura – Suplente** |

**EXTRATO DO CONTRATO N°. 076/2018**

**EXTRATO DO CONTRATO N°. 076/2018**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA - ME**

CNPJ: **09 619.626/0001-55**

OBJETO: contrato **aquisição de peças e acessórios de primeira linha das linhas mecânica, elétrica e hidráulica, para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves, pesados, máquinas e equipamentos da Frota de veículos do Município de Nova Brasilândia- MT."**, conforme condições e especificações constantes no Termo deReferência (anexo I) do edital do Pregão Presencial n° 031/2017.

VALOR: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

ASSINATURA**: 09 de Junho de 2018.**

VIGENCIA: **09 de Junho de 2018 a 09 de Setembro de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

**EXTRATO DO CONTRATO N°. 074/2018**

**EXTRATO DO CONTRATO N°. 074/2018**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: NÚBIA CAMPOS MASCARENHAS - ME**

CNPJ:11.819.880/0001-49

OBJETO: O presente contrato tem como objetivo a aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas das Secretarias Municipais deste Município.

VALOR: **R$ 25.927,35** (vinte e cinco mil novecentos e vinte sete reais e trinta e cinco centavos)

ASSINATURA**: 05 de Junho de 2018.**

VIGENCIA: **05 de Junho de 2018 a 05 de Agosto de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N° 187/18/GP/PMNG.**

**"Dispõe sobre a Nomeação da Comissão Organizadora doCONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 DA Prefeitura Municipal de Nova guarita - MT.''**

**José Lair Zamoner**, Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear os servidores abaixo, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2018, da Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT:

**Angela Maria Zdepski**, inscrita no CPF/MF nº 614.541.411.15, como Presidente da Comissão, ocupante do cargo comissionado de Secretaria Municipal - matrícula nº 1666;

**Luciane Regina de Souza**, inscrita no CPF/MF nº 883.939.091-04, como Secretaria da Comissão, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, com a matrícula funcional nº 1655.

**Moacir Jacó Talini**, inscrito no CPF/MF nº 633.732.469.20, como Membro da Comissão, ocupante do cargo efetivo de Professor III, com a matrícula funcional nº 440;

**Rose Almeida Serezoli**, inscrito no CPF/MF nº 723.909.130.91, como Membro da Comissão, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, com a matrícula funcional nº 928;

**- Ivaine Molina Junior**, inscrita no CPF/MF nº 038.968.181-47 Advogado Representante OAB/MT nº 21.264/O

**Art. 2º.** A Comissão Organizadora fica:

I. Encarregada de tomar todas as providências necessárias para realização do Concurso Público nº 001/2018, obedecendo fielmente os ordenamentos legais pertinentes;

II.Divulgar o Edital de chamamento, seguindo as orientações da empresa contratada através do Processo Licitatório.

**Art. 3º.** Compete ao Presidente desta Comissão, solicitar junto ao Executivo Municipal, todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à consecução do objetivo desta Portaria.

**Art. 4º.** A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 26 de junho de 2018.

**José Lair Zamoner**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO DA TOMADA DE PREÇO N.º 01/2018.**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, torna público para conhecimento dos interessados**, que a licitação na modalidade Tomada de Preço n.º 01/2018, cujo objeto é : Contratação, de 02 (dois) médicos generalistas, para prestarem serviços médicos no programa saúde da família – PSF e programa de agentes comunitários de saúde - PACS, de-

senvolvimento de ações educativas individuais e coletivas, consultas médicas, atendimento ambulatorial, procedimentos médicos de baixa e média complexidade, visitas domiciliares e atuação nos programas desenvolvidos pelo município, em caráter de regime integral, pelo período de 08 (oito) horas diárias, de segunda à sexta-feira, das 07:00 (sete horas) às 11:00 (onze horas) e das 13:00 (treze horas) às 17:00 (dezessete horas), em consonância com as determinações da secretaria municipal de saúde, independente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, **não houve nenhum interessado em participar do evento, ocasionando uma licitação DESERTA.**

Diante do exposto, comunica aos interessados que a nova sessão de abertura da Tomada de Preços n° 01/2018 **realizar-se-á em 12/07/2018 as 08:30 horas (horário de Mato Grosso)**. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 08:00 hs as 11:00 ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido para o departamento de Licitações através do fone/fax (66) 3574-1404, ou através do e-mail licitacaonovaguarita@hotmail.com .

Informações: (66) 3574-1404.

Nova Guarita – MT, em 26 de junho de 2018.

**Graciela Schuster**

Presidente da CPL

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N° 186/18/GP/PMNG.**

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSE LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar os candidatos abaixo relacionados, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria.

§ PRIMEIRO – O não comparecimento dos candidatos no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

§ SEGUNDO – O candidato convocado deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de Habilitação conforme item 9.2 do Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2018 e demais documentos conforme relação em anexo.

| NOME | INSC. Nº | CARGO |
|---|---|---|
| Adailton Silva de Castro Nascimento | 0060 | Engenheiro Civil |

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 186/2018/GP/PMNG

**1ª fase :Apresentação de documentos**

a) Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e **certidão de regularidade expedida pelo TRE**;

c) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Comprovante de endereço atualizado;

f) Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

g) Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

h) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

i) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

j) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

k) Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

l) Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

m) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

n) Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

o) Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

p) Certidão da Justiça Comum, Federal (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato.

q) Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

r) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

s) Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

t) Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

u) Cópia do comprovante de Abertura de conta salário no Sicredi com titularidade do servidor.

v) Cópia do CPF do Cônjuge

x) Cópia do CPF dos Dependentes

**2ª Fase -** Exame médico Pré-Admissional, emitido por médico credenciado junto a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT,** apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-Admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames a serem realizados pelo candidato convocado: -Resultado de Laudo Médico Pericial, emitido por médico credenciado junto a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 017/2018**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 03/2018, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, espe-

cialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

**RESOLVE:**

**1 – Designar** o servidor **FILIPE LOURENÇO NUNES,** brasileiro,solteiro, servidor Diretor do Departamento de Educação, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.977.986-88, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 003/2018.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 20 de fevereiro de 2018.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 027/2018**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 007/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

**RESOLVE:**

**1 – Designar** o servidor **SELIMARIO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro,casado, servidor no cargo de Professor de Pedagogia, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.774.368-55, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 007/2018.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 26 de fevereiro de 2018.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 275/2017**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 36/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

**RESOLVE:**

**1 – Designar** o servidor **SELIMARIO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro,casado, servidor no cargo de Professor de Pedagogia, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.774.368-55, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 036/2017.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 28 de novembro de 2017.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 287/2017**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 46/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

**RESOLVE:**

**1 – Designar** o servidor **SELIMARIO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro,casado, servidor no cargo de Professor de Pedagogia, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.774.368-55, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 046/2017.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 29 de dezembro de 2017.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 284/2017**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 045/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

**RESOLVE:**

**1 – Designar** a servidora **ROZIENE BEZERRA RODRIGUES,** brasileira,casada, servidora Diretora do Departamento de Compras, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.971.811-97, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 045/2017.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 15 de dezembro de 2017.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 283/2017**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 043/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

**RESOLVE:**

**1 – Designar** a servidora **ROZIENE BEZERRA RODRIGUES,** brasileira,casada, servidora Diretora do Departamento de Compras, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.971.811-97, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 043/2017.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 01 de dezembro de 2017.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 282/2017**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 042/2017 E 44/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

**RESOLVE:**

**1 – Designar** o servidor **IVAIR JOSÉ SALOMÃO COMAR,** brasileiro, Agente Administrativo, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.071.411-57, para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 042/2017 e Nº 044/2017.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 01 de dezembro de 2017.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2018**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2018

**PROC. LICITATÓRIO: 60/2018 PREGÃO PRESENCIAL: 25/2018**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

**OBJETO:** Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa especializada para fornecer medicamentos, materiais de consumo e materiais ambulatoriais para Farmácia Básica visando atender a demanda do Município.

**PRAZO:** 12 Meses, a partir de 21 de Junho de 2018

**CONTRATADO:**

**CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALAR LTDA; R$ 75.253,80 (Setenta e cinco mil duzentos e cinqüenta e três reais e oitenta centavos)**

**MS HOSPITALAR EIRELI ME; R$47.027,91 (Quarenta e sete mil e vinte e sete reais noventa e um centavos)**

**CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA; R$ 116.790,85 (Cento e dezesseis mil setecentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos)**

**DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES; R$ 156. 192,00 (Cento e cinqüenta seis mil cento noventa e dois reais)**

**LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS; R$ 19.258,60 (Dezenove mil duzentos e cinqüenta e oito reais e sessenta centavos)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA-MT, 26 de Junho de 2018**

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 021/2018**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 006/2018, 008/2018 E 009/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

**RESOLVE:**

**1 – Designar** a servidora **ROZIENE BEZERRA RODRIGUES,** brasileira,casada, servidora Diretora do Departamento de Obras, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.971.811-97, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 006/2018, 008/2018 e 009/2018.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 26 de fevereiro de 2018.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 25/2018**

**AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 25/2018**

**PROC. LICITATÓRIO: 60/2018 PREGÃO PRESENCIAL: 25/2018**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

**CONTRATADO:**

**CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALAR LTDA, MS HOSPITALAR EIRELI ME, CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA, DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS**

**OBJETO:** Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa especializada para fornecer medicamentos, materiais de consumo e materiais ambulatoriais para Farmácia Básica visando atender a demanda do Município.

**PRAZO:** 12 Meses, a partir de 21 de Junho de 2018

**CONTRATADO:**

**CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALAR LTDA; R$ 75.253,80 (Setenta e cinco mil duzentos e cinqüenta e três reais e oitenta centavos)**

**MS HOSPITALAR EIRELI ME; R$47.027,91 (Quarenta e sete mil e vinte e sete reais noventa e um centavos)**

**CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA; R$ 116.790,85 (Cento e dezesseis mil setecentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos)**

**DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES; R$ 156. 192,00 (Cento e cinqüenta seis mil cento noventa e dois reais)**

**LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS; R$ 19.258,60 (Dezenove mil duzentos e cinqüenta e oito reais e sessenta centavos)**

**ATA 26/2018**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA-MT, 26 de Junho de 2018**

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 279/2017**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 020/2017, 021/2017, 022/2017, 023/2017 E 24/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

**RESOLVE:**

**1 – Designar** a servidor **SELIMARIO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro,casado, servidor no cargo de Professor de Pedagogia, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.774.368-55, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 020/2017, 021/2017, 022/2017, 023/2017 e 024/2017.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 28 de novembro de 2017.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 278/2017**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 040/2017 E 041/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

**RESOLVE:**

**1 – Designar** a servidora **ROZIENE BEZERRA RODRIGUES,** brasileira,casada, servidora Diretora do Departamento de Compras, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.971.811-97, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 040/2017 e 041/2017.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 28 de novembro de 2017.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 277/2017**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 39/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

**RESOLVE:**

**1 – Designar** o servidor **SELIMARIO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro,casado, servidor no cargo de Professor de Pedagogia, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.774.368-55, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 039/2017.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 28 de novembro de 2017.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 276/2017**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 037/2017 E 038/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

**RESOLVE:**

**1 – Designar** a servidora **ROZIENE BEZERRA RODRIGUES,** brasileira,casada, servidora Diretora do Departamento de Compras, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.971.811-97, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 037/2017 e 038/2017.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 28 de novembro de 2017.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 020/2018**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 05/2018, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

**RESOLVE:**

**1 – Designar** a servidora **JANE MODESTO PIRES DE OLIVEIRO,** brasileira, técnica de higiene dentária, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.085.171-00, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 005/2018.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 26 de fevereiro de 2018.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 019/2018**

***NOMEIA FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE* CONSTRUÇÃO E PINTURA DE SALAS DE AULA NA ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS, *REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2018 E CONTRATO nº 004/2018.***

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

**CONSIDERANDO:**

**Art. 1º.** - Nomear o Engenheiro **SIDNEY DIAS DE JESUS**, portador do CPF nº 621.491.561-72 e CREA MT- 032126, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização *da "obra deconstrução e pintura de salas de aula na Escola Municipal Getúlio Vargas, atendendo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao Pregão Presencial Nº 001/2018 e Contrato Nº 004/2018",* especificamente de acordo com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 2º.** - Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

**Art. 3º.** - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 19 de fevereiro de 2018.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 016/2018**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 001/2018, Nº 002/2018 e Nº 004/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

**RESOLVE:**

**1 – Designar** o servidor **SELIMARIO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro,casado, servidor no cargo de Professor de Pedagogia, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.774.368-55, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 001/2018, Nº 002/2018 e Nº 004/2018.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 19 de fevereiro de 2018.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 013/2018**

**NOMEIAA COMISSÃO PERMANENTEDE LICITAÇÃO E DE APOIO AO PREGÃO, E PREGOEIRO E DÁ PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

**CONSIDERANDO:**

**I -** O artigo 51 da Lei 8666 de 21 de junho de 1.993 que Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

**II -** A Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 que Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

**III -** O Decreto Municipal nº. 757, de 03 de janeiro de 2013, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada Pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns e ainda fixa critérios de aceitabilidade das requisições de compras e serviços no âmbito da Administração Pública Municipal;

**IV** – Decreto nº 4.733, de 02 de agosto de 2002 regulamenta, no âmbito do Estado de Mato Grosso, a modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns instituída pela Lei Federal N° 10.520, de 17 de Julho de 2002.

**V -** Necessidade de unificação de informações e a simplificação das normas de semelhante tratamento; e,

**VI -** Os princípios norteadores da Administração Pública.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear Comissão Permanente de Licitação e de Apoio ao Pregão formada por:

**I –** Presidente – JOSÉ ALVES FERREIRA, servidor efetivo no cargo de Motorista, portador do CPF nº 178.928.801-00;

**II–** Membros:

**a)** APARECIDO RODRIGUES PORTO, servidor efetivo no cargo de Motorista, portador do CPF nº 408.148.901-72;

**b)** LUCIANO RODRIGUES DA SILVA, servidor efetivo no cargo de Agente de Serviços Braçais, portador do CPF nº 020.717.861-57;

**§1º.** O quórum para reunião e deliberação da Comissão Permanente de Licitação e de Apoio ao Pregão é de três membros, e o de decisão é da maioria dos presentes.

**§2º.** Compete à Comissão Permanente de Licitação e de Apoio ao Pregão:

**I -** Nas funções relativas à licitação:

**a)** Recepcionar pedidos relativos a aquisições e contratações;

**b)** Instaurar, numerar, encerrar processo licitatório;

**c)** Redigir editais, convites, atas;

**d)** Publicar, enfim responder por todas as fases da licitação;

**e)** Receber documentos, propostas, realizar julgamentos;

**f)** Encaminhar recursos;

**g)** Exercer atividades legais e afins;

**II -** Quanto às funções de apoio ao pregão:

**a)** Prestar a necessária assistência ao Pregoeiro;

**b)** Zelar pela observância dos atos essenciais do pregão, especialmente quanto aos documentos que compõem o respectivo processo;

**c)** outras funções legais e afins.

**Art. 3º.** Fica nomeado para o exercício de pregoeiro o servidor:

**a)** Jacson Douglas Nunes Cordeiro;

**Parágrafo único**. Nos termos do Decreto Municipal nº. 757, de 03 de janeiro de 2013, e Decreto Estadual nº 4.733, de 02 de agosto de 2002, compete ao pregoeiro, na modalidade presencial ou eletrônica:

**a)** Coordenar o processo licitatório;

**b)** O credenciamento dos interessados;

**c)** O recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

**d)** A abertura dos envelopes das propostas de preços, seu exame e a classificação dos proponentes;

**e)** A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

**f)** Verificação de conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

**g)** Dirigir a etapa de lances;

**h)** Verificar e julgar as condições de habilitação;

**i)** Indicar o vencedor do certame;

**j)** A adjudicação da proposta de menor preço;

**k)** A elaboração de ata;

**l)** A condução dos trabalhos da equipe de apoio

**m)** O recebimento, o exame e a decisão sobre recursos, e, a remessa à autoridade competente quando mantiver sua decisão; e,

**n)** O encaminhamento do processo devidamente instruído, à autoridade superior,

visando homologação e a contratação

**o)** Atividades afins.

**Art. 4º.** Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

**Art. 5º.** Investidura dos membros das Comissões permanentes é pelo prazo de 1 (um) ano, de 19 de fevereiro de 2018 a 19 de fevereiro de 2019, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

**Art. 6º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 19 de fevereiro de 2018.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 217/2017**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 030/2017 E 031/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

**RESOLVE:**

**1 – Designar** a servidora **ROZIENE BEZERRA RODRIGUES,** brasileira,casada, servidora Diretora do Departamento de Compras, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.971.811-97, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 030/2017 e 031/2017.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 04 de setembro de 2017.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 223/2017**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 032/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

**RESOLVE:**

**1 – Designar** a servidora **ROSICLEIA DOS SANTOS MARQUES,** brasileira, casada, Servidora Diretora do Departamento de Tesouraria e Contabilidade, inscrita no CPF/MF sob o nº 035.609.911-37, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 032/2017.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 28 de novembro de 2017.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº. 251/2017**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 033/2017, 034/2017 E 035/2017, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

**RESOLVE:**

**1 – Designar** o servidor **FILIPE LOURENÇO NUNES,** brasileiro,solteiro, servidor Diretor do Departamento de Educação, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.977.986-88, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda nº 033/2017, 034/2017 e 035/2017.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 18 de setembro de 2017.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 138/2018**

**PORTARIA MUNICIPAL Nº 138/2018**

DATA: 26 de Junho de 2018

***EMENTA***: EXONERA A Sr.ª. **CRISTIANE DALFIOR DE OLVEIRA DA SILVA LEITE** OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE **"CHEFE OPERACIONAL DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS"** DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT.

**JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,** PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

**R E S O L V E N D O**

**Art. 1º** - Exonerar a partir do dia 30 de Junho de 2018, a Sr.ª **CRISTIANE DALFIOR DE OLVEIRA DA SILVA LEITE**, portadora da Carteira de Identidade N.º **1601865-6** - SSP/MT e CPF/MF n.º **015.044.851-14**, Funcionária Pública Municipal ocupante do cargo em comissão de **"CHEFE OPERACIONAL DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS"**, admitida em **01 de Abril de 2014**, através da Portaria Municipal Nº **066/2014** do dia 01 de Abril de 2014, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 2°** Os direitos decorrentes da exoneração, serão pagos a cargo dos cofres públicos deste Município.

**Art. 3º** - A exonerada deixará o cargo mediante a assinatura da presente Portaria, fazendo entrega de todos os documentos que estão sobre sua responsabilidade.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO 26/06/2018.

**JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA**

Prefeito Municipal de Nova Marilândia - MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

**LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2018 PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2018**

**VALIDADE: 12 (doze) MESES** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da empresa **NV FRANCO COM. E SERV. DE INFORMATICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELLI**, com CNPJ 28.552.012/0001-48, neste ato representado pelo Sr. GILBERTO JOSE MACHADOportado da cédula de identidade 0669728 SSP/MT, inscrito no CPF 604.337.959-72 nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Licitação tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE PROCESSAMENTO DE DADOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIO E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,** conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

**1.1.1.** Este instrumento não obriga aos ORGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**2.1.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

**2.2.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**2.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.4.** As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

**3.2.** A presente Ata terá validade **de 12 (dose) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

**3.3.** As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito

Secretaria de Administração

Secretaria de Finanças

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Secretaria Municipal de Obras, viação e Serviços Públicos

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Agricultura

Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Planejamento

Secretaria Municipal Distrital de Brianorte

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**4. DA ATA DE REGISTRO**

**4.1**. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| Item | Quant. | Descrição | Unid | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 03 | 16 | Ar condicionado split piso teto 36.000btu/h | und | Elgin Piso Teto Eco | R$ 8.070,00 | R$ 129.120,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | R$ 129.120,00 | |

**5. DA ENTREGA**

**5.1.** Os itens registrados deverão ser executados conforme termo de referência do edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

**5.2.** O prazo máximo para entrega será de 02 (dois) dias após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT.

**6. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1**. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**6.2.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**6.3.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.4.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**6.5.** Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

**6.6.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**6.7.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

**6.8**. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**6.9.** Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**6.10**. O atraso na execução caberá penalidades e sanções previstas no Item 12 da Presente Ata.

**7. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

**7.2.** Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**7.3.** Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

**7.4.** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

**7.5**. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**7.6**. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**7.7.** Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

**8. DO PAGAMENTO**

implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**8.5.** O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

**8.6.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**9.1.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**9.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**9.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

**9.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**9.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

**10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**10.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

**a)** Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

**b)** Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**c)** em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

**d)** os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

**e)** por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**f)** descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

**10.2.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**10.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**10.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**10.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

**10.6.** Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**10.7.** A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

**a)** Por decurso de prazo de vigência;

**b)** Pelo esgotamento das quantidades registradas.

**11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**11.1.** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

**12. DAS PENALIDADES**

**12.1.** O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

**12.1.1.** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

**12.2.** Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

**12.3.** Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**12.5.** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**13. DOS ILÍCITOS PENAIS**

**13.1.** As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**14.1.** As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

**Dotação:**

| |
|---|
| **- Gabinete do Prefeito**<br>**- 02.001.04.122.0002.1013.449052-17**<br>**- 02.001.04.122.0002.1088.449052-18**<br>**- 02.001.04.122.0002.2003.339030-22** |
| **- Secretaria de Administração**<br>**- 03.001.04.122.0003.1023.449052-37**<br>**- 03.001.04.122.0003.1033.449052-38**<br>**- 03.001.04.122.0003.2007.339030-45** |
| **- Secretaria Municipal de Finanças**<br>**- 04.001.04.122.0004.1029.49052-58**<br>**- 04.001.04.122.0004.1059.449052-59**<br>**- 04.001.04.122.0004.2011.339030-64** |
| **-Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esporte.**<br>**- 05.001.12.122.0005.1034.449052-76**<br>**- 05.001.12.122.0005.1065.449052-79**<br>**- 05.002.13.392.0010.1018.449052-93**<br>**- 05.002.13.392.0010.1022.449052-101**<br>**- 05.003.27.392.0011.1083.449052-117**<br>**- 05.004.12.361.0007.1047.449052-142**<br>**- 05.004.12.361.0007.1071.449052-143**<br>**- 05.007.12.361.0013.1088.449052-158**<br>**- 05.008.12.365.0008.1073.449052-167**<br>**- 05.008.12.365.0008.1086.449052-168**<br>**- 05.001.12.122.0004.2013.339030-84**<br>**- 05.004.12.361.0007.2087.339030-149**<br>**- 05.008.12.365.0008.2088.339030-173**<br>**- 05.008.12.365.0008.2089.339030-180** |
| **-Sec. Mun. de Obras, Viação e Serviços Urbanos.**<br>**- 06.001.04.122.0017.1046.449052-219**<br>**- 06.001.04.122.0017.1054.449052-220**<br>**- 06.001.04.122.0017.2037.339030-226** |
| **- Sec. Municipal de Saúde e Saneamento.**<br>**- 07.001.10.122.0021.1060.449052-256**<br>**- 07.001.10.122.0021.1073.449052-257**<br>**- 07.002.10.301.0022.1001.449052-269**<br>**- 07.002.10.301.0022.2099.449052-296**<br>**- 07.001.10.122.0021.2041.339030-262**<br>**- 07.002.10.301.0022.2042.339030-275** |
| **-Sec. Municipal Agricultura**<br>**- 08.001.20.122.0026.1066.449052-331**<br>**- 08.001.20.122.0026.1003.449052-332**<br>**- 08.001.20.122.0026.2053.339030-337** |
| **- Sec. Municipal de Ação e Promoção Social.**<br>**- 09.001.08.122.0028.1072.449052-352**<br>**- 09.001.08.122.0028.1106.449052-354**<br>**- 09.002.08.243.0030.2071.449052-376**<br>**- 09.001.08.122.0028.2056.339030-359** |
| **- Secretaria Municipal de Planejamento**<br>**- 10.001.04.122.0032.1074.449052-416**<br>**- 10.001.04.122.0032.1107.449052-417** |

| |
|---|
| **- 10.001.04.122.0032.2073.339030-421** |
| **- Secretaria Municipal Distrital de Brianorte**<br>**- 11.011.04.122.0033.1095.449052.425**<br>**- 11.011.04.122.0033.1108.449052-426**<br>**- 11.011.04.122.0033.2074.339030-431** |
| **- Secretaria Municipal de Meio Ambiente**<br>**- 12.001.18.122.0034.1109.449052-435**<br>**- 12.001.18.122.0034.1110.449052.436**<br>**- 12.002.17.122.0035.1111.449052-446**<br>**- 12.001.18.122.0034.2084.339030-441** |

**15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I -** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

**II -** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº.012/2018**e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III -** É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

**16. DO FORO**

**16.1.** As partes contratantes elegem o foro de São Jose do Rio Claro - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**16.2.** E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Maringá - MT, 26 de Junho de 2018.

**_____**

**Município de Nova Maringá- MT**

**JOÃO BRAGA NETO**

**Contratante**

**_____**

**NV FRANCO COM. E SERV. DE INFORMATICA.CLIM. EIRELLE**

**CNPJ:28.552.012/0001-48**

**Contratado**

TESTEMUNHAS:

**_____**

**LUCIANA GARCIA HARALA**

**CPF: 786.955.701-34**

**_____**

**ROSANGELA MELO GOLARTE**

**CPF: 036.132.621-18**

**PROCURADORIA JURIDÍCA**
**PORTARIA Nº 215/2018**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL MEDIANTE TERMO DE COLABORAÇÃO OU TERMO DE FOMENTO CELEBRADOS COM O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT"***

**JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

**R E S O LV E:**

**Art. 1º** - Constituir Comissão de Monitoramento e Avaliação para monitorar e avaliar as parcerias com organizações da sociedade civil celebradas com o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** mediante termo de colaboração ou termo de fomento:

I - Membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

**a) MARIA RAIMUNDA ARAÚJO DA SILVA**

CPF: 146.884.502-61

ENDEREÇO: Rua Alemanha, Jardim Europa, Nova Maringá/MT, CEP 78445-000;

**b) GESSICA ROSIANE LEITE VENANCIO**

CPF: 014.935.091-01

ENDEREÇO: Rua Santa Rosa, Arinos, Nova Maringá/MT, CEP 78445-000;

**c) FERNANDO VIEIRA DE SOUZA**

CPF: 033.059.311-08

ENDEREÇO: Rua Magda, Jardim Mayra, Nova Maringá/MT, CEP 78445-000.

**Art. 2º** - Compete á comissão de avaliação e monitoramento apoiar e acompanhar a execução das parcerias celebrada por órgãos e entidades

da Administração Pública Municipal, a fim de aprimorar os procedimentos, unificar os entendimentos, solucionar controvérsias, padronizar objetos, custos e indicadores, fomentar o controle de resultados e avaliar os relatórios técnicos de monitoramento.

§1º Para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto poderá ser efetuada visita *in loco*, dispensada quando a mesma for incompatível com o objeto da parceria;

§2º O monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto levará em consideração os mecanismos de escuta ao público-alvo acerca dos serviços efetivamente oferecidos no âmbito da parceria, aferindo-se o padrão de qualidade definido em consonância com a política pública setorial.

**Art. 3º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 26 de junho de 2018.

**JOÃO BRAGA NETO**

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO. TOMADA DE PREÇO 001/018**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE GINASIO DE ESPORTE NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT CONFORME PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTARIAS E MEMORIAL DESCRITIVO**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Presidente da Comissão Permanente de Licitações, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em conformidade com as Leis 8.666/93 e suas alterações, bem como pelas disposições estabelecidas no Edital.

Nova Maringá – MT, 26 de Junho de 2018.

**JOÃO BRAGA NETO**

*Prefeito Municipal*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA**
**PORTARIA Nº. 212/2018**

*"Dispõe sobre licença para Tratamento de Saúde da **Srª.Tania Ines Dresch"***

**JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA SAÚDE**, a Srª. **TANIA INES DRESCH**, portadora do RG nº. 24403695 SSP/RS, inscrita no CPF sob o n.º 357.061.201.53, licença concedida para tratamento de saúde , a partir do dia 13 de Junho de 2018 , conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 13 de junho de 2018,revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 26 de Junho de 2018

**JOÃO BRAGA NETO**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO. PREGÃO PRESENCIAL 012/2018.**
**REGISTRO DE PREÇO**

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através da pregoeira e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 159/2018 de 02 de Maio de 2018, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 012/2018 menor preço por Item, cujo Objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE PROCESSAMENTO DE DADOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIO E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**VENCEDORES:**

**NV FRANCO COM. E SERV. DE INFORMATICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELLI,** inscrito noCNPJ 28.552.012/0001-48, Valor Total de R$ **129.120,00** (cento e vinte e nove mil e cento e vinte reais) para o Item 03.

**FERRARI CELL LTDA-EPP**, inscrito no CNPJ 11.350.664/0001-05, Valor Total de R$ **231.802,00 (duzentos e trinta e um mil e oitocentos e dois reais) para os Itens 05, 06, 10, 13, 16 e 19.**

**OLMI INFORMATICA LTDA – ME,** inscrito no CNPJ 00.789.321/0001-17, Valor Total de R$ **97.960,00** (noventa e sete mil e novecentos e sessenta reais) para os itens 04, 08 e 11.

**ALEXANDRE VENSO BONFIM – ME**, inscrito no CNPJ 21.445.783/0001-97, Valor Total de R$ 33.641,00 (trinta e três mil e seiscentos e quarenta e um reais) para os itens 14 e 15.

**K.O.A DREHMER – ME**, inscrito no CNPJ 26.897.644/0001-18, Valor Total de R$ 129.120,00 (cento e vinte e nove mil e duzentos e vinte reais) para o item 12.

**WANDA COM. DE MOVEIS E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA EPP**, inscrito no CNPJ 12.358.170/0001-21, Valor Total de R$ **R$ 210,896,50 (duzentos e dez mil e oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos) para os itens 01, 02, 07, 09, 17 e 18.**

Nova Maringá - MT, 26 de Junho de 2018.

Atenciosamente

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Pregoeira Oficial

**LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 027/2018. PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2018**

**VALIDADE: 12 (doze) MESES** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da empresa **OLMI INFORMATICA LTDA-EPP**, com CNPJ 00.789.321/0001-17, neste ato representado pelo Sr. HOLMES HENRIQUE IORISportado da cédula de identidade 16798112 SSP/MT, inscrito no CPF 017.282.171-13 nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as

condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1.A presente Licitação tem por objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE PROCESSAMENTO DE DADOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIO E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,** conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

**1.1.1.** Este instrumento não obriga aos ORGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**2.1.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

**2.2.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**2.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.4.** As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

**3.2.** A presente Ata terá validade **de 12 (dose) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

**3.3.** As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito

Secretaria de Administração

Secretaria de Finanças

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Secretaria Municipal de Obras, viação e Serviços Públicos

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Agricultura

Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Planejamento

Secretaria Municipal Distrital de Brianorte

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**4. DA ATA DE REGISTRO**

**4.1**. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| Item | Quant. | Descrição | Unid | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 04 | 41 | Ar condicionado split 12.000btu/ ade interna, 1 controle remoto e manual do usuário. | UND | COMFEE | R$ 1. 646,00 | R$ 67. 486,00 |
| 08 | 12 | Estante em aço para biblioteca com 6 prateleiras (face simples) reguláveis em chapa de aço nº22 (0,80mm), duas colunas em chapa nº18 (1,30mm), base em chapa nº20 (0,90mm) e arremate chapéu em chapa nº20 (0,90mm). tratada por processo anti-corrosivo e pintura eletrostática a pó. o peso recomendado por prateleira é de 60 kg (bem distribuídos). medidas: 1020mm x 265mm x 2300mm (largura x profundidade x altura). | UND | PANDIM | R$ 741,00 | R$8. 892,00 |
| 11 | 33 | Impressora laserjet com sistema wireless com resolucao de impressao 600x1200 dpi com volume mensal de impressao de 150 a 1500 em papel a4 bandeja com capacidade para 150 folhas compativel com todos software operacionais | UND | HP/ M102W | R$ 654,00 | R$21. 582,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | | R$ 97.960,00 |

**5. DA ENTREGA**

**5.1.** Os itens registrados deverão ser executados conforme termo de referência do edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

**5.2.** O prazo máximo para entrega será de 02 (dois) dias após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT.

**6. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1**. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**6.2.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**6.3.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.4.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**6.5.** Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

**6.6.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**6.7.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

**6.8**. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**6.9.** Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**6.10**. O atraso na execução caberá penalidades e sanções previstas no Item 12 da Presente Ata.

**7. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

**7.2.** Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**7.3.** Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

**7.4.** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

**7.5**. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**7.6**. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**7.7.** Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

**8. DO PAGAMENTO**

**8.1** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável.

**8.2.** O Contratado/fornecedor deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

**8.3.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

**8.4.** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**8.5.** O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

**8.6.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**9.1.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**9.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**9.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

**9.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**9.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

**10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**10.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

**a)** Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

**b)** Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**c)** em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

**d)** os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

**e)** por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**f)** descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

**10.2.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**10.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**10.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**10.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

**10.6.** Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**10.7.** A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

**a)** Por decurso de prazo de vigência;

**b)** Pelo esgotamento das quantidades registradas.

**11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**11.1.** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

**12. DAS PENALIDADES**

**12.1.** O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

**12.1.1.** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

**12.2.** Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

**12.3.** Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**12.5.** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**13. DOS ILÍCITOS PENAIS**

**13.1.** As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**14.1.** As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

**Dotação:**

| |
|---|
| **- Gabinete do Prefeito**<br>**- 02.001.04.122.0002.1013.449052-17**<br>**- 02.001.04.122.0002.1088.449052-18**<br>**- 02.001.04.122.0002.2003.339030-22** |
| **- Secretaria de Administração**<br>**- 03.001.04.122.0003.1023.449052-37**<br>**- 03.001.04.122.0003.1033.449052-38**<br>**- 03.001.04.122.0003.2007.339030-45** |
| **- Secretaria Municipal de Finanças**<br>**- 04.001.04.122.0004.1029.49052-58**<br>**- 04.001.04.122.0004.1059.449052-59**<br>**- 04.001.04.122.0004.2011.339030-64** |
| **-Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esporte.**<br>**- 05.001.12.122.0005.1034.449052-76**<br>**- 05.001.12.122.0005.1065.449052-79**<br>**- 05.002.13.392.0010.1018.449052-93**<br>**- 05.002.13.392.0010.1022.449052-101**<br>**- 05.003.27.392.0011.1083.449052-117**<br>**- 05.004.12.361.0007.1047.449052-142**<br>**- 05.004.12.361.0007.1071.449052-143**<br>**- 05.007.12.361.0013.1088.449052-158**<br>**- 05.008.12.365.0008.1073.449052-167**<br>**- 05.008.12.365.0008.1086.449052-168**<br>**- 05.001.12.122.0004.2013.339030-84**<br>**- 05.004.12.361.0007.2087.339030-149**<br>**- 05.008.12.365.0008.2088.339030-173**<br>**- 05.008.12.365.0008.2089.339030-180** |
| **-Sec. Mun. de Obras, Viação e Serviços Urbanos.**<br>**- 06.001.04.122.0017.1046.449052-219**<br>**- 06.001.04.122.0017.1054.449052-220**<br>**- 06.001.04.122.0017.2037.339030-226** |
| **- Sec. Municipal de Saúde e Saneamento.**<br>**- 07.001.10.122.0021.1060.449052-256**<br>**- 07.001.10.122.0021.1073.449052-257**<br>**- 07.002.10.301.0022.1001.449052-269**<br>**- 07.002.10.301.0022.2099.449052-296**<br>**- 07.001.10.122.0021.2041.339030-262**<br>**- 07.002.10.301.0022.2042.339030-275** |
| **-Sec. Municipal Agricultura**<br>**- 08.001.20.122.0026.1066.449052-331**<br>**- 08.001.20.122.0026.1003.449052-332**<br>**- 08.001.20.122.0026.2053.339030-337** |
| **- Sec. Municipal de Ação e Promoção Social.**<br>**- 09.001.08.122.0028.1072.449052-352**<br>**- 09.001.08.122.0028.1106.449052-354**<br>**- 09.002.08.243.0030.2071.449052-376**<br>**- 09.001.08.122.0028.2056.339030-359** |
| **- Secretaria Municipal de Planejamento**<br>**- 10.001.04.122.0032.1074.449052-416**<br>**- 10.001.04.122.0032.1107.449052-417**<br>**- 10.001.04.122.0032.2073.339030-421** |
| **- Secretaria Municipal Distrital de Brianorte**<br>**- 11.011.04.122.0033.1095.449052.425**<br>**- 11.011.04.122.0033.1108.449052-426**<br>**- 11.011.04.122.0033.2074.339030-431** |
| **- Secretaria Municipal de Meio Ambiente**<br>**- 12.001.18.122.0034.1109.449052-435**<br>**- 12.001.18.122.0034.1110.449052.436**<br>**- 12.002.17.122.0035.1111.449052-446**<br>**- 12.001.18.122.0034.2084.339030-441** |

**15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I -** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

**II -** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº.012/2018**e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III -** É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

**16. DO FORO**

**16.1.** As partes contratantes elegem o foro de São Jose do Rio Claro - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**16.2.** E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Maringá - MT, 26 de Junho de 2018.

_____ _____

**Município de Nova Maringá OLMI INFORMATICA LTDA-EPP**

**JOÃO BRAGA NETO CNPJ:00.789.321/0001-17**

**Contratante Contratado**

TESTEMUNHAS:

_____ _____

**LUCIANA GARCIA HARALA ROSANGELA MELO GOLARTE**

**CPF: 786.955.701-34 CPF: 036.132.621-18**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA**
**PORTARIA Nº. 213/2018**

*"Dispõe sobre o retorno de Licença saúde do* ***Sr. Zailton Justino dos Reis"***

**JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNA DA LICENÇA SAÚDE, o Sr. **ZAILTON JUSTINO DOS REIS**, portador do RG nº. 258185 SSP/MT, e CPF sob o n.º 363.054.641.20, a partir do dia 25 de Junho de 2018, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 26 de Junho de 2018

**JOÃO BRAGA NETO**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO. TOMADA DE PREÇO 001/2018**

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, criada pela Portaria nº **330/2017/GAPRE**, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade TOMADA DE PREÇO 001/2018 MENOR PREÇO GLOBAL, cujo Objeto é o **CONTRATAÇÃO SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE GINASIO DE ESPORTE NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT CONFORME PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTARIAS E MEMORIAL DESCRITIVO**, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

VENCEDOR: ART COLOR TINTAS E SERVIÇOS LTDA – ME, inscrita no **CNPJ 19.409.914/0001-39.**

VALOR GLOBAL: R$ 511.016,58 (quinhentos e onze mil dezesseis reais e cinquenta e oito centavos).

Nova Maringá – MT, 26 de Junho de 2018.

Atenciosamente

**LUCIANA GARCIA HARALA**

Presidente da CPL

**LICITAÇÃO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2018. REGISTRO DE PREÇO**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE PROCESSAMENTO DE DADOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIO E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.**

**VENCEDORES:**

**NV FRANCO COM. E SERV. DE INFORMATICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELLI,** inscrito noCNPJ 28.552.012/0001-48, Valor Total de R$ **129.120,00** (cento e vinte e nove mil e cento e vinte reais) para o Item 03.

**FERRARI CELL LTDA-EPP**, inscrito no CNPJ 11.350.664/0001-05, Valor Total de R$ **231.802,00 (duzentos e trinta e um mil e oitocentos e dois reais) para os Itens 05, 06, 10, 13, 16 e 19.**

**OLMI INFORMATICA LTDA – ME,** inscrito no CNPJ 00.789.321/0001-17, Valor Total de R$ **97.960,00** (noventa e sete mil e novecentos e sessenta reais) para os itens 04, 08 e 11.

**ALEXANDRE VENSO BONFIM – ME**, inscrito no CNPJ 21.445.783/0001-97, Valor Total de R$ 33.641,00 (trinta e três mil e seiscentos e quarenta e um reais) para os itens 14 e 15.

**K.O.A DREHMER – ME**, inscrito no CNPJ 26.897.644/0001-18, Valor Total de R$ 129.120,00 (cento e vinte e nove mil e duzentos e vinte reais) para o item 12.

**WANDA COM. DE MOVEIS E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA EPP**, inscrito no CNPJ 12.358.170/0001-21, Valor Total de R$ **R$ 210,896,50 (duzentos e dez mil e oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos) para os itens 01, 02, 07, 09, 17 e 18.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Pregoeira e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente processo licitatório, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Nova Maringá – MT, 26 de Junho de 2018.

**JOÃO BRAGA NETO**

*Prefeito Municipal*

**LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 028/2018. PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2018**

**VALIDADE: 12 (doze) MESES** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da empresa **ALEXANDRE VENSO BONFIM-ME**, com CNPJ 21.445.783/0001-97, neste

ato representado pelo Sr. ALEXANDRE VENSO BONFIM portado da cédula de identidade 1914269-2 SSP/MT, inscrito no CPF 022.011.561-31 nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1.A presente Licitação tem por objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE PROCESSAMENTO DE DADOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIO E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,** conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

**1.1.1.** Este instrumento não obriga aos ORGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**2.1.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

**2.2.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**2.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.4.** As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

**3.2.** A presente Ata terá validade **de 12 (dose) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

**3.3.** As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito

Secretaria de Administração

Secretaria de Finanças

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Secretaria Municipal de Obras, viação e Serviços Públicos

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Agricultura

Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Planejamento

Secretaria Municipal Distrital de Brianorte

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**4. DA ATA DE REGISTRO**

**4.1**. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| Item | Quant. | Descrição | Unid | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **14** | **10** | Scanner tipo gt-1500 workforce tipo digitalizador plano com resolução de digitalização 1.200 dpi x 2.400 dpi | **UND** | **EPSON** | **R$ 2. 660,00** | **R$ 26. 600,00** |
| **15** | **03** | Impressora multifuncional com funções impressão, digitalização, cópia, fax painel de operação lcd de 4 linhas, processador 600 mhz memória (padrão/máxima) 256mb/512mb interface hi-speed usb 2.0, ethernet 10/100/1000 base tx, usb direta nível de ruído menos de 57 dba (imprimindo) / menos de 58 dba (copiando) / menos de 26 dba (em espera) dimensões (l x p x a) 469 x 444,3 x 482,1 mm, peso 17,11 kg, ciclo de trabalho mensal máximo até 100.000 páginas impressão, | **UND** | **SANSUNG** | **R$ 2. 347,00** | **R$7. 041,00** |
| **VALOR TOTAL** | | | | | **R$ 33.641,00** | |

**5. DA ENTREGA**

**5.1.** Os itens registrados deverão ser executados conforme termo de referência do edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

**5.2.** O prazo máximo para entrega será de 02 (dois) dias após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT.

**6. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1**. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**6.2.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**6.3.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.4.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**6.5.** Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

**6.6.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**6.7.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

**6.8**. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**6.9.** Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**6.10**. O atraso na execução caberá penalidades e sanções previstas no Item 12 da Presente Ata.

**7. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

**7.2.** Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**7.3.** Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

**7.4.** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

**7.5**. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**7.6**. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**7.7.** Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

**8. DO PAGAMENTO**

**8.1** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável.

**8.2.** O Contratado/fornecedor deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

**8.3.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

**8.4.** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**8.5.** O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

**8.6.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**9.1.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**9.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**9.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

**9.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**9.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

**10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**10.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

**a)** Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

**b)** Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**c)** em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

**d)** os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

**e)** por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**f)** descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

**10.2.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**10.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**10.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**10.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

**10.6.** Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**10.7.** A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

**a)** Por decurso de prazo de vigência;

**b)** Pelo esgotamento das quantidades registradas.

**11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**11.1.** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

**12. DAS PENALIDADES**

**12.1.** O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

**12.1.1.** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

**12.2.** Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

**12.3.** Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**12.5.** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**13. DOS ILÍCITOS PENAIS**

**13.1.** As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**14.1.** As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

**Dotação:**

| |
|---|
| **- Gabinete do Prefeito**<br>**- 02.001.04.122.0002.1013.449052-17**<br>**- 02.001.04.122.0002.1088.449052-18**<br>**- 02.001.04.122.0002.2003.339030-22** |
| **- Secretaria de Administração**<br>**- 03.001.04.122.0003.1023.449052-37**<br>**- 03.001.04.122.0003.1033.449052-38**<br>**- 03.001.04.122.0003.2007.339030-45** |
| **- Secretaria Municipal de Finanças**<br>**- 04.001.04.122.0004.1029.49052-58**<br>**- 04.001.04.122.0004.1059.449052-59**<br>**- 04.001.04.122.0004.2011.339030-64** |
| **-Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esporte.**<br>**- 05.001.12.122.0005.1034.449052-76**<br>**- 05.001.12.122.0005.1065.449052-79**<br>**- 05.002.13.392.0010.1018.449052-93**<br>**- 05.002.13.392.0010.1022.449052-101**<br>**- 05.003.27.392.0011.1083.449052-117**<br>**- 05.004.12.361.0007.1047.449052-142**<br>**- 05.004.12.361.0007.1071.449052-143**<br>**- 05.007.12.361.0013.1088.449052-158**<br>**- 05.008.12.365.0008.1073.449052-167**<br>**- 05.008.12.365.0008.1086.449052-168**<br>**- 05.001.12.122.0004.2013.339030-84**<br>**- 05.004.12.361.0007.2087.339030-149**<br>**- 05.008.12.365.0008.2088.339030-173**<br>**- 05.008.12.365.0008.2089.339030-180** |
| **-Sec. Mun. de Obras, Viação e Serviços Urbanos.**<br>**- 06.001.04.122.0017.1046.449052-219**<br>**- 06.001.04.122.0017.1054.449052-220**<br>**- 06.001.04.122.0017.2037.339030-226** |
| **- Sec. Municipal de Saúde e Saneamento.**<br>**- 07.001.10.122.0021.1060.449052-256**<br>**- 07.001.10.122.0021.1073.449052-257**<br>**- 07.002.10.301.0022.1001.449052-269**<br>**- 07.002.10.301.0022.2099.449052-296**<br>**- 07.001.10.122.0021.2041.339030-262**<br>**- 07.002.10.301.0022.2042.339030-275** |
| **-Sec. Municipal Agricultura**<br>**- 08.001.20.122.0026.1066.449052-331**<br>**- 08.001.20.122.0026.1003.449052-332**<br>**- 08.001.20.122.0026.2053.339030-337** |
| **- Sec. Municipal de Ação e Promoção Social.**<br>**- 09.001.08.122.0028.1072.449052-352**<br>**- 09.001.08.122.0028.1106.449052-354**<br>**- 09.002.08.243.0030.2071.449052-376**<br>**- 09.001.08.122.0028.2056.339030-359** |
| **- Secretaria Municipal de Planejamento**<br>**- 10.001.04.122.0032.1074.449052-416**<br>**- 10.001.04.122.0032.1107.449052-417**<br>**- 10.001.04.122.0032.2073.339030-421** |
| **- Secretaria Municipal Distrital de Brianorte**<br>**- 11.011.04.122.0033.1095.449052.425**<br>**- 11.011.04.122.0033.1108.449052-426**<br>**- 11.011.04.122.0033.2074.339030-431** |
| **- Secretaria Municipal de Meio Ambiente**<br>**- 12.001.18.122.0034.1109.449052-435**<br>**- 12.001.18.122.0034.1110.449052.436**<br>**- 12.002.17.122.0035.1111.449052-446**<br>**- 12.001.18.122.0034.2084.339030-441** |

**15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I -** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

**II -** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº.012/2018**e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III -** É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

**16. DO FORO**

**16.1.** As partes contratantes elegem o foro de São Jose do Rio Claro - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**16.2.** E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Maringá - MT, 26 de Junho de 2018.

_____

**Município de Nova Maringá - MT**

**JOÃO BRAGA NETO**

**Contratante**

_____

**CNPJ:21.445783/0001-97**

**ALEXANDRE VENSO BOMFIM-ME**

**Contratado**

TESTEMUNHAS:

_____

**LUCIANA GARCIA HARALA**

**CPF: 786.955.701-34**

_____

**ROSANGELA MELO GOLARTE**

**CPF: 036.132.621-18**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA**
**PORTARIA Nº. 214/2018**

*"Dispõe sobre Retorno de Férias da Servidora"*

**JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNAR DE FÉRIAS, a servidora:

| MAT | NOME | CPF |
|---|---|---|
| 2545 | GESSICA ROSIANE LEITE VENANCIO | 014.935.091.01 |

Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir de 25 de Junho de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 26 de Junho de 2018.

**JOÃO BRAGA NETO**

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2018. PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2018**

**VALIDADE: 12 (doze) MESES** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da empresa **K.O.A DREHMER-ME** com CNPJ 26.897.644/0001-18, neste ato representado pelo Sr. LUIS FERNANDO DAMIÃO OLIVEIRA DE LIMA portado da cédula de identidade 1505167-6 SSP/MT, inscrito no CPF 727.199.151-49 nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1.A presente Licitação tem por objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE PROCESSAMENTO DE DADOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIO E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,** conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

**1.1.1.** Este instrumento não obriga aos ORGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**2.1.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

**2.2.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**2.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.4.** As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

**3.2.** A presente Ata terá validade **de 12 (dose) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

**3.3.** As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito

Secretaria de Administração

Secretaria de Finanças

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Secretaria Municipal de Obras, viação e Serviços Públicos

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Agricultura

Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Planejamento

Secretaria Municipal Distrital de Brianorte

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**4. DA ATA DE REGISTRO**

**4.1**. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| Item | Quant. | Descrição | Unid | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 | 16 | Notebook Processaodor Core I5 6200, MEMORIA 08gb e máxima 16gb, hard disk 1tb, gravadora dvd, tela 15.6 hd led 1366x768 | UND | LENOVO | R$ 8. 070,00 | R$ 129. 120,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | | R$ 129.120,00 |

**5. DA ENTREGA**

**5.1.** Os itens registrados deverão ser executados conforme termo de referência do edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

**5.2.** O prazo máximo para entrega será de 02 (dois) dias após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT.

**6. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1**. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**6.2.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**6.3.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.4.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**6.5.** Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

**6.6.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**6.7.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

**6.8**. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**6.9.** Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**6.10**. O atraso na execução caberá penalidades e sanções previstas no Item 12 da Presente Ata.

**7. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

**7.2.** Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**7.3.** Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

**7.4.** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

**7.5**. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**7.6**. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**7.7.** Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

**8. DO PAGAMENTO**

**8.1** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável.

**8.2.** O Contratado/fornecedor deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

**8.3.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

**8.4.** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**8.5.** O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

**8.6.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**9.1.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**9.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**9.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

**9.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**9.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

**10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**10.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

**a)** Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

**b)** Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**c)** em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

**d)** os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

**e)** por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**f)** descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

**10.2.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**10.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**10.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**10.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

**10.6.** Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**10.7.** A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

**a)** Por decurso de prazo de vigência;

**b)** Pelo esgotamento das quantidades registradas.

**11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**11.1.** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

**12. DAS PENALIDADES**

**12.1.** O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

**12.1.1.** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

**12.2.** Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

**12.3.** Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**12.5.** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**13. DOS ILÍCITOS PENAIS**

**13.1.** As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**14.1.** As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

**Dotação:**

| |
|---|
| **- Gabinete do Prefeito**<br>**- 02.001.04.122.0002.1013.449052-17**<br>**- 02.001.04.122.0002.1088.449052-18**<br>**- 02.001.04.122.0002.2003.339030-22** |
| **- Secretaria de Administração**<br>**- 03.001.04.122.0003.1023.449052-37**<br>**- 03.001.04.122.0003.1033.449052-38**<br>**- 03.001.04.122.0003.2007.339030-45** |
| **- Secretaria Municipal de Finanças**<br>**- 04.001.04.122.0004.1029.49052-58**<br>**- 04.001.04.122.0004.1059.449052-59**<br>**- 04.001.04.122.0004.2011.339030-64** |
| **-Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esporte.**<br>**- 05.001.12.122.0005.1034.449052-76**<br>**- 05.001.12.122.0005.1065.449052-79**<br>**- 05.002.13.392.0010.1018.449052-93**<br>**- 05.002.13.392.0010.1022.449052-101**<br>**- 05.003.27.392.0011.1083.449052-117**<br>**- 05.004.12.361.0007.1047.449052-142**<br>**- 05.004.12.361.0007.1071.449052-143**<br>**- 05.007.12.361.0013.1088.449052-158**<br>**- 05.008.12.365.0008.1073.449052-167**<br>**- 05.008.12.365.0008.1086.449052-168**<br>**- 05.001.12.122.0004.2013.339030-84**<br>**- 05.004.12.361.0007.2087.339030-149**<br>**- 05.008.12.365.0008.2088.339030-173**<br>**- 05.008.12.365.0008.2089.339030-180** |
| **-Sec. Mun. de Obras, Viação e Serviços Urbanos.**<br>**- 06.001.04.122.0017.1046.449052-219** |

| |
|---|
| **- 06.001.04.122.0017.1054.449052-220**<br>**- 06.001.04.122.0017.2037.339030-226** |
| **- Sec. Municipal de Saúde e Saneamento.**<br>**- 07.001.10.122.0021.1060.449052-256**<br>**- 07.001.10.122.0021.1073.449052-257**<br>**- 07.002.10.301.0022.1001.449052-269**<br>**- 07.002.10.301.0022.2099.449052-296**<br>**- 07.001.10.122.0021.2041.339030-262**<br>**- 07.002.10.301.0022.2042.339030-275** |
| **-Sec. Municipal Agricultura**<br>**- 08.001.20.122.0026.1066.449052-331**<br>**- 08.001.20.122.0026.1003.449052-332**<br>**- 08.001.20.122.0026.2053.339030-337** |
| **- Sec. Municipal de Ação e Promoção Social.**<br>**- 09.001.08.122.0028.1072.449052-352**<br>**- 09.001.08.122.0028.1106.449052-354**<br>**- 09.002.08.243.0030.2071.449052-376**<br>**- 09.001.08.122.0028.2056.339030-359** |
| **- Secretaria Municipal de Planejamento**<br>**- 10.001.04.122.0032.1074.449052-416**<br>**- 10.001.04.122.0032.1107.449052-417**<br>**- 10.001.04.122.0032.2073.339030-421** |
| **- Secretaria Municipal Distrital de Brianorte**<br>**- 11.011.04.122.0033.1095.449052.425**<br>**- 11.011.04.122.0033.1108.449052-426**<br>**- 11.011.04.122.0033.2074.339030-431** |
| **- Secretaria Municipal de Meio Ambiente**<br>**- 12.001.18.122.0034.1109.449052-435**<br>**- 12.001.18.122.0034.1110.449052.436**<br>**- 12.002.17.122.0035.1111.449052-446**<br>**- 12.001.18.122.0034.2084.339030-441** |

**15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I -** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

**II -** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº.012/2018**e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III -** É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

**16. DO FORO**

**16.1.** As partes contratantes elegem o foro de São Jose do Rio Claro - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**16.2.** E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Maringá - MT, 26 de Junho de 2018.

**_____**

**Município de Nova Maringá - MT**

**JOÃO BRAGA NETO**

**Contratante**

**_____**

**K.O.A DREHMER -ME**

**CNPJ:21.445783/0001-97**

**Contratado**

TESTEMUNHAS:

_____

**LUCIANA GARCIA HARALA**

**CPF: 786.955.701-34**

**_____**

**ROSANGELA MELO GOLARTE**

**CPF: 036.132.621-18**

**LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 030/2018 PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2018**

**VALIDADE: 12 (doze) MESES** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da empresa **WANDA COM. DE MOVEIS E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA EPP** com CNPJ 12.358.170/0001-21, neste ato representado pelo Sr. VALDOMIRO JUNIOR ALMEIDA GUIA portado da cédula de identidade 22968652 SSP/MT, inscrito no CPF 041.854.291-00 nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1.A presente Licitação tem por objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE PROCESSAMENTO DE DADOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIO E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,** conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

**1.1.1.** Este instrumento não obriga aos ORGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**2.1.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

**2.2.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**2.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.4.** As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

**3.2.** A presente Ata terá validade **de 12 (dose) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

**3.3.** As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito

Secretaria de Administração

Secretaria de Finanças

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Secretaria Municipal de Obras, viação e Serviços Públicos

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Agricultura

Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Planejamento

Secretaria Municipal Distrital de Brianorte

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**4. DA ATA DE REGISTRO**

**4.1**. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| Item | Quant. | Descrição | Unid | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 15 | Ar condicionado split 9.000 btu - | UND | Agratto CCS9FIR402-CCS9FER402 | R$ 1.412,00 | R$ 21.180,00 |
| 02 | 06 | Ar condicionado split 24.000btu/h - | UND | HWFI24B2IA HWFE24B2NA | R$ 3.420,00 | R$ 20.520,00 |
| 07 | 07 | Estante de aço 40cm com 6 prateleiras reguláveis na profundidade de 40cm para até 30kg distribuidos por prateleira e 120kg no total, com 40 furações arredondadas em cada face de cada coluna, com espessura de prateleira de 26" e coluna de 20". tamanho a1830mm x l920mm x p400mm com pintura eletrostá- | UND | LUNASA EL40CM | R$ 223,00 | R$ 1.561,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | tica a pó automatizada com fosfatização na cor cinza e incluindo kit de parafusos e porcas para montagem da estante. | | | | |
| **09** | **01** | **Mesa de reunião p/ escritório formato semi-oval** com tampo de mdp com milimetragem do tampo: 25mm, altura: 75cm, largura: 3,20m e profundidade: 1,20m com características especiais em sistema passa-fio embutido internamente com pés modelo painél | **UND** | **VANDAFLEX PS8002** | **R$ 1. 860,00** | **R$ 1. 860,00** |
| **17** | **445** | Cartucho De Toner Hp Laserjet 18a Preto | **UND** | **HP18A** | **R$ 334,90** | **R$ 149. 030,50** |
| **18** | **50** | Cartucho Toner Samsung MLT-D203U p/ IMPRESSORAS MODELO M4070FR e M4020FR | **UND** | **SANSUNG 203U** | **R$ 334,90** | **R$ 16. 745,00** |
| **VALOR TOTAL** | | | | | **R$ 210,896,50** | |

**5. DA ENTREGA**

**5.1.** Os itens registrados deverão ser executados conforme termo de referência do edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

**5.2.** O prazo máximo para entrega será de 02 (dois) dias após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT.

**6. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1**. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**6.2.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**6.3.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.4.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**6.5.** Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

**6.6.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**6.7.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

**6.8**. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**6.9.** Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**6.10**. O atraso na execução caberá penalidades e sanções previstas no Item 12 da Presente Ata.

**7. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

**7.2.** Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**7.3.** Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

**7.4.** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

**7.5**. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**7.6**. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**7.7.** Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

**8. DO PAGAMENTO**

**8.1** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável.

**8.2.** O Contratado/fornecedor deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

**8.3.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

**8.4.** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**8.5.** O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

**8.6.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**9.1.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**9.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**9.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

**9.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**9.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

**10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**10.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

**a)** Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

**b)** Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**c)** em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

**d)** os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

**e)** por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**f)** descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

**10.2.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**10.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**10.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**10.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

**10.6.** Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**10.7.** A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

**a)** Por decurso de prazo de vigência;

**b)** Pelo esgotamento das quantidades registradas.

**11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**11.1.** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

**12. DAS PENALIDADES**

**12.1.** O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

**12.1.1.** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

**12.2.** Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

**12.3.** Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**12.5.** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**13. DOS ILÍCITOS PENAIS**

**13.1.** As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**14.1.** As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

**Dotação:**

| |
|---|
| **- Gabinete do Prefeito**<br>**- 02.001.04.122.0002.1013.449052-17**<br>**- 02.001.04.122.0002.1088.449052-18**<br>**- 02.001.04.122.0002.2003.339030-22** |
| **- Secretaria de Administração**<br>**- 03.001.04.122.0003.1023.449052-37**<br>**- 03.001.04.122.0003.1033.449052-38**<br>**- 03.001.04.122.0003.2007.339030-45** |
| **- Secretaria Municipal de Finanças**<br>**- 04.001.04.122.0004.1029.49052-58**<br>**- 04.001.04.122.0004.1059.449052-59**<br>**- 04.001.04.122.0004.2011.339030-64** |
| **-Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esporte.**<br>**- 05.001.12.122.0005.1034.449052-76**<br>**- 05.001.12.122.0005.1065.449052-79**<br>**- 05.002.13.392.0010.1018.449052-93**<br>**- 05.002.13.392.0010.1022.449052-101**<br>**- 05.003.27.392.0011.1083.449052-117**<br>**- 05.004.12.361.0007.1047.449052-142**<br>**- 05.004.12.361.0007.1071.449052-143**<br>**- 05.007.12.361.0013.1088.449052-158**<br>**- 05.008.12.365.0008.1073.449052-167**<br>**- 05.008.12.365.0008.1086.449052-168**<br>**- 05.001.12.122.0004.2013.339030-84**<br>**- 05.004.12.361.0007.2087.339030-149**<br>**- 05.008.12.365.0008.2088.339030-173**<br>**- 05.008.12.365.0008.2089.339030-180** |
| **-Sec. Mun. de Obras, Viação e Serviços Urbanos.**<br>**- 06.001.04.122.0017.1046.449052-219**<br>**- 06.001.04.122.0017.1054.449052-220**<br>**- 06.001.04.122.0017.2037.339030-226** |
| **- Sec. Municipal de Saúde e Saneamento.**<br>**- 07.001.10.122.0021.1060.449052-256**<br>**- 07.001.10.122.0021.1073.449052-257**<br>**- 07.002.10.301.0022.1001.449052-269**<br>**- 07.002.10.301.0022.2099.449052-296**<br>**- 07.001.10.122.0021.2041.339030-262**<br>**- 07.002.10.301.0022.2042.339030-275** |
| **-Sec. Municipal Agricultura**<br>**- 08.001.20.122.0026.1066.449052-331**<br>**- 08.001.20.122.0026.1003.449052-332**<br>**- 08.001.20.122.0026.2053.339030-337** |
| **- Sec. Municipal de Ação e Promoção Social.**<br>**- 09.001.08.122.0028.1072.449052-352**<br>**- 09.001.08.122.0028.1106.449052-354**<br>**- 09.002.08.243.0030.2071.449052-376**<br>**- 09.001.08.122.0028.2056.339030-359** |
| **- Secretaria Municipal de Planejamento**<br>**- 10.001.04.122.0032.1074.449052-416**<br>**- 10.001.04.122.0032.1107.449052-417**<br>**- 10.001.04.122.0032.2073.339030-421** |
| **- Secretaria Municipal Distrital de Brianorte**<br>**- 11.011.04.122.0033.1095.449052.425**<br>**- 11.011.04.122.0033.1108.449052-426**<br>**- 11.011.04.122.0033.2074.339030-431** |
| **- Secretaria Municipal de Meio Ambiente**<br>**- 12.001.18.122.0034.1109.449052-435**<br>**- 12.001.18.122.0034.1110.449052.436**<br>**- 12.002.17.122.0035.1111.449052-446** |

**- 12.001.18.122.0034.2084.339030-441**

**15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I -** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

**II -** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº.012/2018**e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III -** É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

**16. DO FORO**

**16.1.** As partes contratantes elegem o foro de São Jose do Rio Claro - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**16.2.** E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Maringá - MT, 26 de Junho de 2018.

_____

**Município de Nova Maringá - MT**

**JOÃO BRAGA NETO**

**Contratante**

_____

**WANDA COM. DE MOV. E EQUIP.PARA ESCRITORIO LTDA EPP**

**CNPJ:21.445783/0001-97**

**Contratada**

TESTEMUNHAS:

_____

**LUCIANA GARCIA HARALA**

**CPF: 786.955.701-34**

_____

**ROSANGELA MELO GOLARTE**

**CPF: 036.132.621-18**

**LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2018. PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2018**

**VALIDADE: 12 (doze) MESES** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da empresa **FERRARI CELL LTDA-EPP**, com CNPJ 11.350.664/0001-05, neste ato representado pelo Sr. FERNANDO QUINZANIportado da cédula de identidade 17059771 SSP/MT, inscrito no CPF 028.093.371-10 nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8. 666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Licitação tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE PROCESSAMENTO DE DADOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIO E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,** conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

**1.1.1.** Este instrumento não obriga aos ORGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**2.1.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

**2.2.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**2.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.4.** As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

**3.2.** A presente Ata terá validade **de 12 (dose) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

**3.3.** As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito

Secretaria de Administração

Secretaria de Finanças

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Secretaria Municipal de Obras, viação e Serviços Públicos

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Agricultura

Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Planejamento

Secretaria Municipal Distrital de Brianorte

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**4. DA ATA DE REGISTRO**

**4.1**. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| Item | Quant. | Descrição | Unid | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 05 | 02 | Notebook com processador core i7 6500u memória 8 gb hd 1tb monitor 15,6 windows 10 webcam cd/dvd, com processador intel core i7-6500u com velocidade: 2.5 ghz - 3.1 ghz com função turbo boost, cache: 3 mb, tela nas dimensões: tamanho: 15.6", | UND | ACER | R$ 4. 442,00 | R$ 8. 884,00 |
| 06 | 12 | Computador com processador intel core i3 7100 de 7º geração com 2 nucleos e 4 threads de 3.90ghz, placa mãe asus h110m-c/br 4gb de memória ram ddr4 2133 mhz (1x4gb), hd de 500gb sata 3 7200rpm com sistema operacional windows 10 pre instalado de fábrica. não acompanha acessórios. | UND | FERRARI CELL | R$ 1. 838,00 | R$ 22. 056,00 |
| 10 | 33 | Impressora multifuncional DIGITALIZAÇÃO velocidade de 24ipm compatibilidade de twain, wia padrão impressão velocidade de 40ppm em a4 e resolução de 1200 x 1200dpi função impressão duplex fax velocidade de 33,6kbps cópia velocidade de 40cpm | UND | SANSUNG | R$ 2. 143,00 | R$ 70. 719,00 |
| 13 | 07 | Notebook com processador intel® core i3 - 6006u 2.3 ghz (6ª geração), arquitetura do sistema operacional 64-bit, chipset integrado ao processador, tela de 15.6" hd led lcd - resolução 1366 x 768, memória de 4 gb (1 x 4 gb) tipo ddr4; expansível até 16 gb | UND | ACER | R$ 1. 999,00 | R$ 13. 993,00 |
| 16 | 420 | Toner Original Hp 17a Preto Para 1600 Paginas Para Uso Em Impressoras (M102w/M130fn) Cf217a Hp | UND | HP | R$ 272,00 | R$ 114. 240,00 |
| 19 | 01 | Impressora de Cheque com armazenagem de até 99 favorecidos, emissão de relatórios, emissão de cheques pré-datados, teclado em display, conexão USB, | UND | PERTO | R$ 1. 910,00 | R$ 1. 910,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | | R$ 231.802,00 |

**5. DA ENTREGA**

**5.1.** Os itens registrados deverão ser executados conforme termo de referência do edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

**5.2.** O prazo máximo para entrega será de 02 (dois) dias após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT.

**6. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1**. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**6.2.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**6.3.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.4.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**6.5.** Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

**6.6.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**6.7.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

**6.8**. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**6.9.** Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**6.10**. O atraso na execução caberá penalidades e sanções previstas no Item 12 da Presente Ata.

**7. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

**7.2.** Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**7.3.** Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

**7.4.** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

**7.5**. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**7.6**. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**7.7.** Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

**8. DO PAGAMENTO**

**8.1** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável.

**8.2.** O Contratado/fornecedor deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

**8.3.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

**8.4.** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**8.5.** O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

**8.6.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**9.1.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**9.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**9.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

**9.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**9.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

**10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**10.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

**a)** Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

**b)** Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**c)** em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

**d)** os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

**e)** por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**f)** descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

**10.2.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**10.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**10.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**10.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

**10.6.** Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**10.7.** A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

**a)** Por decurso de prazo de vigência;

**b)** Pelo esgotamento das quantidades registradas.

**11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**11.1.** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

**12. DAS PENALIDADES**

**12.1.** O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

**12.1.1.** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

**12.2.** Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

**12.3.** Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**12.5.** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**13. DOS ILÍCITOS PENAIS**

**13.1.** As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**14.1.** As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

**Dotação:**

| |
|---|
| **- Gabinete do Prefeito**<br>**- 02.001.04.122.0002.1013.449052-17**<br>**- 02.001.04.122.0002.1088.449052-18**<br>**- 02.001.04.122.0002.2003.339030-22** |
| **- Secretaria de Administração** |

| |
|---|
| **- 03.001.04.122.0003.1023.449052-37**<br>**- 03.001.04.122.0003.1033.449052-38**<br>**- 03.001.04.122.0003.2007.339030-45** |
| **- Secretaria Municipal de Finanças**<br>**- 04.001.04.122.0004.1029.49052-58**<br>**- 04.001.04.122.0004.1059.449052-59**<br>**- 04.001.04.122.0004.2011.339030-64** |
| **-Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esporte.**<br>**- 05.001.12.122.0005.1034.449052-76**<br>**- 05.001.12.122.0005.1065.449052-79**<br>**- 05.002.13.392.0010.1018.449052-93**<br>**- 05.002.13.392.0010.1022.449052-101**<br>**- 05.003.27.392.0011.1083.449052-117**<br>**- 05.004.12.361.0007.1047.449052-142**<br>**- 05.004.12.361.0007.1071.449052-143**<br>**- 05.007.12.361.0013.1088.449052-158**<br>**- 05.008.12.365.0008.1073.449052-167**<br>**- 05.008.12.365.0008.1086.449052-168**<br>**- 05.001.12.122.0004.2013.339030-84**<br>**- 05.004.12.361.0007.2087.339030-149**<br>**- 05.008.12.365.0008.2088.339030-173**<br>**- 05.008.12.365.0008.2089.339030-180** |
| **-Sec. Mun. de Obras, Viação e Serviços Urbanos.**<br>**- 06.001.04.122.0017.1046.449052-219**<br>**- 06.001.04.122.0017.1054.449052-220**<br>**- 06.001.04.122.0017.2037.339030-226** |
| **- Sec. Municipal de Saúde e Saneamento.**<br>**- 07.001.10.122.0021.1060.449052-256**<br>**- 07.001.10.122.0021.1073.449052-257**<br>**- 07.002.10.301.0022.1001.449052-269**<br>**- 07.002.10.301.0022.2099.449052-296**<br>**- 07.001.10.122.0021.2041.339030-262**<br>**- 07.002.10.301.0022.2042.339030-275** |
| **-Sec. Municipal Agricultura**<br>**- 08.001.20.122.0026.1066.449052-331**<br>**- 08.001.20.122.0026.1003.449052-332**<br>**- 08.001.20.122.0026.2053.339030-337** |
| **- Sec. Municipal de Ação e Promoção Social.**<br>**- 09.001.08.122.0028.1072.449052-352**<br>**- 09.001.08.122.0028.1106.449052-354**<br>**- 09.002.08.243.0030.2071.449052-376**<br>**- 09.001.08.122.0028.2056.339030-359** |
| **- Secretaria Municipal de Planejamento**<br>**- 10.001.04.122.0032.1074.449052-416**<br>**- 10.001.04.122.0032.1107.449052-417**<br>**- 10.001.04.122.0032.2073.339030-421** |
| **- Secretaria Municipal Distrital de Brianorte**<br>**- 11.011.04.122.0033.1095.449052.425**<br>**- 11.011.04.122.0033.1108.449052-426**<br>**- 11.011.04.122.0033.2074.339030-431** |
| **- Secretaria Municipal de Meio Ambiente**<br>**- 12.001.18.122.0034.1109.449052-435**<br>**- 12.001.18.122.0034.1110.449052.436**<br>**- 12.002.17.122.0035.1111.449052-446**<br>**- 12.001.18.122.0034.2084.339030-441** |

**15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I -** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

**II -** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº.012/2018**e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III -** É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

**16. DO FORO**

**16.1.** As partes contratantes elegem o foro de São Jose do Rio Claro - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**16.2.** E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Maringá - MT, 26 de Junho de 2018.

_____

**Município de Nova Maringa - MT**

**JOÃO BRAGA NETO**

Contratante

_____

**FERRARI CELL LTDA**

**CNPJ:28.552.012/0001-48**

**Contratado**

TESTEMUNHAS:

_____

**LUCIANA GARCIA HARALA**

**CPF: 786.955.701-34**

_____

**ROSANGELA MELO GOLARTE**

**CPF: 036.132.621-18**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2018**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2018**

**PROCESSO Nº.** 2606/2018

**OBJETO:** *AQUISIÇÃO DE MOTOR GERADOR DE ENERGIA E CLIMATIZADOR EVAPORATIVO MÓVEL, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT.*

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 042/2017 de 17 de Janeiro de 2017, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 15/2018 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório realizado no dia 25 de Junho de 2018, ás 08:00 horas á seguinte empresa:

***EMPRESA:***

| |
|---|
| **ELÉTRICA SANTA CRUZ LTDA - ME, CNPJ: 05.823.011/0001-95,** no valor total de R$ 18.195,00(dezoito mil cento e noventa e cinco reais), haja visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos. |

Nova Monte Verde-MT, 26 de Junho de 2018.

*JOHNNY BERNATZKY*

Pregoeiro

Decreto 042/2017

*Publique-se.*

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI Nº 957/2018**

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal aprovou e BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais a sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada incluir no Plano Plurianual aprovado pela Lei Municipal nº 922/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018, aprovado pela Lei Municipal nº 927/2017 e no orçamento programa para 2018, aprovado pela Lei Municipal nº 934/2017 o Projeto nº 1.063 denominado "Construção da Creche Tipo B - Educação Infantil".

Art. 2º. A inclusão do crédito adicional especial, descrito no artigo anterior desta lei será pelo superávit financeiro apurado no exercício anterior, na Fonte de Recursos – 124000000 – Transferências de Convênios – outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social), em conformidade ao artigo 43, § 1.º, Inciso I, da Lei Federal n.º 4.320/64, nas seguintes dotações orçamentarias.

05. – Secretaria Municipal De Educação, Cultura e Esporte

001 – Gabinete do Secretario de Educação Cultura e Esporte

12 – Educação

365 – Educação Infantil

0047 – Plano de Ações Articuladas - PAR

1.063 – Construção Da Creche Tipo B Educação Infantil

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R$ 940.000,00

| | |
|---|---|
| 05.001.12.365.0047.1.063.4.490.51-00 - Obras e Instalações | 710.829,83 |
| 05.001.12.365.0047.1.063.4.490.51-00 - Obras e Instalações | 229.163,65 |
| TOTAL | 939.993,48 |

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Monte Verde MT, 26 de Junho de 2018

***BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES***

***Prefeita Municipal***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE SUSPENSAO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL-Nº. 032/2018/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2018/PMNO**

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso,através da Pregoeira devidamente instituída pela portaria 105 / 2018, torna público para conhecimento dos interessados que esta **SUSPENSO** o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2018/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM , tendo como objeto o REGISTRO DE PRECOS PARA AQUISIÇAO DE UM REBOQUE - DO TIPO PRANCHA CARREGA TUDO, ZERO KM COM PNEU 295/80 ARO 22.5, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA/MT.**A suspensão motiva-se por impugnação e possíveis alterações do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. Assim que modificado e com nova data estabelecida**. As duvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130, também pelo endereço eletrônico **licitacao@novaolimpia.mt.gov.br.**

Nova Olímpia/MT, 26 de junho de 2018

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2018/PMNO**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 079/2018/PMNO**

Prefeitura municipal de Nova Olímpia **- Mato Grosso,** através da Pregoeira devidamente instituída, pela portaria 105/2018 torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade **PREGÃO-SRP Nº. 034/2018/PMNO,** para seleção da melhor proposta pelo **menor preço por item ,** tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇAO DE RECARGAS DE GAS GLP E VAZILHAMES PARA MANTER OS DEPARTAMENTOS E AS ESCOLAS PUBLICAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT**.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 13 de julho de 2018**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame serão dirimidas no setor de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 11:00 hrs e das 13:00 as 17:00 hrs, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130 e no endereço eletrônico **licitacao@novaolimpia.mt.gov.br**

Nova Olímpia/MT, 26 de junho de 2018.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**
**EXTRATO DE REVOGAÇÃO**

O Município de Nova Olímpia MT, torna público a Revogação da Portaria Municipal N.º 153 publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios no dia 22 de Junho de 2018 página 230, por motivo da requerente não ter cumprido os requisitos da Lei Municipal 775 de 13 de Fevereiro de 2008 em seu Artigo 94.

Nova Olímpia MT, 26 de Junho de 2018.

JOSÉ ELPIDO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DA 3ª ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS 003/2018/PMNO**

Às oito horas do dia dezenove de junho de dois mil e dezoito na sala de reuniões do departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, reuniram-se os membros da CPL nomeados pela Portaria 035/2018, para dar providencias a tomada de preços 003/2018 cujo objeto trata-se da **CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA EXECUÇAO DA REFORMA DA PRAÇA DA IGREJA MATRIZ DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.** Empresa **ART COLOR TINTAS E SERVÇOS LTDA-ME** valor global: RS 495.692,22 (quatrocentos e noventa e cinco mil seiscentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos).

NOVA OLIMPIA/MT 21 de junho de 2018

Aldeni Antônia Do Nascimento

**Presidente CPL**

**LICITAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 154 DE 21 DE JUNHO DE 2018. "QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL"**

**José Elpidio de Moraes Cavalcante**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte Portaria,

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º - Ficam nomeados para ocuparem o cargo de acompanhamento e fiscalização da execução contratual de acordo com os termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, os servidores abaixo relacionados:

| NOME | SECRETARIA | CONTRATO | OBJETO |
|---|---|---|---|
| Fiscal: Adriana da Silva Santos CPF: 985.727.924-49 Suplente: Claudia Cristina Pereira Rodrigues CPF: 620.984.111-20 | Secretaria de Educação | Contrato 043/2018 | Contratação de banda show para apresentação nas festividades juninas do Município de Nova Olimpia-MT no dia 23 de junho de 2018. . |
| Fiscal: Erison Barros Campos CPF: 882.082.731-04 Suplente: Celso Gomes CPF: 341.972.221-49 Fiscal: Nilva Aparecida Carvalho Costa CPF: 976.488.841-00 Suplente: Anezio Goncalves CPF: 406.211.891-20 Fiscal: Tereza Tomazia Antunes Bezerra de Lima CPF: 019.630.351-60 Suplente: Celia Regina de Melo CPF: 535.146.451-91 Fiscal: Antônio Anastácio dos Santos CPF: 903.136.154-20 Suplente: Jamir Rodrigues dos Santos CPF: 514.415.351-87 | Chefia do Executivo / Secretaria de Administração, Finanças, Educação, Saúde, Assistência Social, Obras e Planejamento | Ata de registro de preços 120022/2018 | Contratação de Empresa Especializada Para Executar Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Com Fornecimento de Peças, Bem Como, Aquisição de Peças para Atender Demanda da Frota do Município de Nova Olímpia/MT. |

Art. 2º - Os servidores ora nomeados não farão jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 21 de Junho de 2018.

**José Elpídio de Moraes Cavalcante**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO E RESULTADO, REFERENTE O PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2018/PMNO.**

Aos 26 dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às 08h00min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, a Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, devidamente constituídos pela Portaria nº 105/2018, reuniram-se com a finalidade específica de abertura e julgamento de propostas e adotar providências relacionadas ao **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS, MEDICAMENTOS, INSUMOS E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT.** Cumprindo o encargo que nos foi confiado adjudicamos vencedora a empresa com seu respectivo valor global: **DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES, R$ 289.063,05 ( duzentos e oitenta e nove mil sessenta e três reais e cinco centavos)** a empresa cumpriu com os requisitos exigidos no certame.

Nova Olímpia/MT 26 de junho de 2018.

**Eliete Silva**

Pregoeira Oficial

Port.105/2018

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO Nº 026/2018**
**PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO N. º 026/2018**

**REF: AO CONTRATO 025/2017, ADESÃO N.º 006/2017 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2016, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2016 DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE JI-PARANÁ, RONDÔNIA-RO.**

**PARTES INTERESSADAS:** MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA **OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA EPP**, INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 17.468.557/0001-54.

**MOTIVO: TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO 025/2017/PMNO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT, E A EMPRESA, OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA EPP**.

**VIGENCIA:** 21/06/2018 A 21/06/2019

**VALOR GLOBAL:** R$ 20.296,44 (vinte mil, duzentos e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:**

05.05001.12.122.0011.2037.3.90.39.00.0.0101000000 – Secretaria Municipal de Educação, Desenvolver as Atividades Administrativas da SEMECETEL – Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica.

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA, CONSULTORIA E SISTEMAS DE GESTÃO EDUCACIONAL PARA LOCAÇÃO, PARA ATENDER 01 (UMA) UNIDADE EDUCACIONAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO MUNICIPAL (Secretaria Municipal de Educação).**

Nova Olímpia-MT, 20 de Junho de 2018.

**JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE**

Prefeito Municipal de Nova Olímpia-MT

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI N.º 849/2018**

**LEI N.º 849/2018**

**DATA: 26 DE JUNHO DE 2018**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMENCLATURA DA PONTE NA ESTRADA BACIA DO POMBO, ACESSO Á FAZENDA IPORAMA DO MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA, MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**TEREZINHA GUEDES CARRARA**, Prefeita do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica denominada como PONTE FRANCISCO TEODORO SALES, a ponte localizada sobre o Rio do Pombo na estrada Bacia do Pombo em Nova Santa Helena, Mato Grosso.

**Artigo 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

**Gabinete da Prefeita do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 26 de Junho de 2018.**

**TEREZINHA GUEDES CARRARA**

Prefeita Municipal

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**CUMPRA-SE**

**Publicado e afixado no mural desta Prefeitura no período de 26/06/2018 a 26/07/2018.**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 024/2018

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA **JOCELIO GIORDANI-ME,** inscrita no CNPJ sob nº 17.781.505/0001-13.

**OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM DE SOM PARA ATIVIDADES, COMEMORAÇÕES E FESTIVIDADES COM IDOSOS DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS – SCFV, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**DA VIGÊNCIA: 26/06/2018 até 26/06/2019**

**VALOR**: **R$ 6.990,00**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena

RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA. **JOCELIO GIORDANI**: - Contratada

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.º 154/2018**

**EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

*Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;*

*Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administra-*

*ção Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.*

*Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.*

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear a servidora **SUELEN ANDREIA DOLEYS PAULATTI**, portadora da Cédula de Identidade RG n° 2.480.994-2 SSP/MT e do CPF n° 049.763.881.90, como **TITULAR** e a servidora **MARILUCI MOMOLI BATISTELLO**, portadora da Cédula de Identidade RG n° 1.832.428-2 SSP/MT e do CPF n° 526.301.379.53, como **SUPLENTE**, para exercer a função de **CONTRATO 024/2018**, do contrato abaixo mencionado**,** a partir desta data.

| | |
|---|---|
| **CONTRATO** | **024/2018** |
| **OBJETO:** | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM DE SOM PARA ATIVIDADES, COMEMORAÇÕES E FESTIVIDADES COM IDOSOS DO SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS – SCFV, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS |
| **EMPRESA:** | JOCELIO GIORDANI-ME |
| **CNPJ Nº:** | 17.781.505/0001-33 |

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 26 de junho de 2018.

**Terezinha Guedes Carrara**

Prefeita Municipal

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**CUMPRA-SE.**

**Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 26/06/2018 a 26/07/2018.**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.º 153/2018**

**EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

*Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;*

*Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.*

*Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.*

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear a servidora **ELIANE MISSASSE**, portadora da Cédula de Identidade RG n° 1.190.776-2 SSP/MT e do CPF n° 947.103.411.68, como **TITULAR** e o servidor **ADRIANO BORTOLIN**, portador da Cédula de Identidade RG n° 2.315.434-9 SSP/MT e do CPF n° 042.184.551.12, como **SUPLENTE**, para exercer a função de **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, do contrato abaixo mencionado**,** a partir desta data.

| | |
|---|---|
| **ATA** | **040/2018** |
| **OBJETO:** | REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTAS E EXAMES CARDIOLÓGICOS, PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. |
| **EMPRESA:** | ADRIANA DA SILVA ARANTES-ME |
| **CNPJ Nº:** | 10.764.248/0001-82 |

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 25 de junho de 2018.

**Terezinha Guedes Carrara**

Prefeita Municipal

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**CUMPRA-SE.**

**Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 25/06/2018 a 25/07/2018.**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 021/2018**

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA **LUZIA PERANDRE FERRREIRA 42458870953,** inscrita no CNPJ sob nº 30.469.404/001-90

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE UNIFORME PARA O MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT**

DA VIGÊNCIA: **30/05/2018 ATÉ 30/09/2018**

VALOR: **R$: 17.210,00**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA **LUZIA PERANDRE FERREIRA:** Contratada

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.567, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.567, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Maria Divina Ribeiro da Silva***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 3950, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 5/1/2017 a 4/1/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.575, DE 21 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.575, DE 21 DE JUNHO DE 2018**

*Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 9.129/2018 que dispõe sobre a nomeação de fiscal*, *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato de Locação nº 011/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Renê Antonio Nussio Júnior***que tem por objeto o *locação de um imóvel com suas respectivas instalações e edificações, localizado na Av. Mestre Venâncio de Oliveira, nº 206, bairro Xavantina Velha, nesta cidade, que será destinado exclusivamente ao funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e órgãos afins* **– Dispensa de Licitação nº 004./2.018***;* **resolve**:

**Art. 1º** O art. 1º da Portaria n.º 9.129, de 7 de março de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** Nomear **Washington Sousa Bispo**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104 e **Zênia Gonçalves Barros**, Agente de Combate as Endemias, Matrícula Funcional 3661, titular e suplente, respectivamente lotado(a)s junto a Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na fiscalização do **Contrato de Locação nº 011/2.018***em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.*

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.574, DE 20 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.574, DE 20 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a concessão de licença maternidade, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Civis do Município*, e suas alterações posteriores, **resolve**:

**Art. 1º** Conceder *licença maternidade* a servidora pública municipal **Eliane Silveira Dias,** Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 3652, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração e Finaças, conforme discriminado abaixo:

I – 16/6 a 14/8/2018 - 60 dias de licença maternidade pelo Município;

II – 15/8 a 12/12/2018 - 120 dias de licença maternidade pelo PREVINX.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.573, DE 20 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.573, DE 20 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, **resolve:**

**Art. 1º** Conceder *licença médica* a(o) servidor(a) público(a) municipal **Diliege Vieira de Rezende**, Odontóloga, Matrícula Funcional 3364, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 11/6/2018 a 22/6/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.572, DE 20 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.572, DE 20 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a nomeação de fiscais*, *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 016/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***A. Pedro Figueiredo - ME***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gás GLP de 13kg e gás GLP de 45 kg* - **Pregão Presencial nº 007/2.018**, resolve:

**Art. 1º** Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados, **lotadas junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para atuar na fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 016/2.018**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

a) Ellen Cristina Rosa da Cruz, Matrícula Funcional 3694 – titular;

b) Carla Beatriz Pereira, Matrícula Funcional 765 – suplente.

**Art. 2º** Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 016/2.018** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.571, DE 20 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.571, DE 20 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 008/2.018**, firmado entre o ***Município de Nova Xavantina*** e a empresa ***Marcos S. Biudes - ME***para o *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de recarga de toners e cartuchos, de acordo com as necessidades das secretarias municipais do Município de Nova Xavantina - MT*, **Pregão Presencial nº 062/2.017**, resolve:

**Art. 1º** Nomear **Suzete Madair Rosa Miranda**, Agente Administrativa, Matrícula Funcional 3618 e **Josiane Araújo Ribeiro da Silva**, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4265, titular e suplente, respectivamente lotados junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 008/2.018 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.**

**Art. 2º** Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório e da **Ata de Registro de Preços nº 008/2.018**e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 12 de junho de 2018.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 9.050/2018.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.570, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.570, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 15 (quinze) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Mariane Gonçalves Ayres Pinto***, Enfermeira, Matrícula Funcional 3185, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 4/1/2017 a 3/1/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.569, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.569, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Mariana Martha Silva***, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 588, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 12/4/2017 a 11/4/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.568, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.568, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Marta Moreira Pinto***, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 20, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 16/2/2013 a 15/2/2014.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.566, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.566, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Aluisio Bairros***, Operador de Máquinas Pesadas, Matrícula Funcional 716, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 10/4/2017 a 9/4/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.565, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.565, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***José Estaquio Grassi de Araújo***, Operador de Máquinas Pesadas, Matrícula Funcional 190, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 25/6/2017 a 24/6/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.564, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.564, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Valdenirio dos Santos***, Operador de Máquinas Pesadas, Matrícula Funcional 211, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 1/7/2017 a 30/6/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.563, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.563, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Vilson José Barichello***, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 533, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 30/6/2016 a 29/4/2017.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.562, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.562, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Marlene Terezinha Macari***, Atendente, Ma-

trícula Funcional 50, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1/2/2016 a 31/1/2017.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.561, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.561, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Mônica Ferreira de Souza***, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 927, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 1/3/2015 a 28/2/2016.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.560, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.560, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores;

- De acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal ***Ivete Pereira***, Professora – Diretora da Universidade Aberta do Brasil - UAB, Matrícula Funcional 4161, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 16/2/2017 a 15/2/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 16 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.559, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.559, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre o indeferimento de readaptação de função, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores, de acordo com o Decreto n.º 3.109, de 22 de janeiro de 2017 que *Regulamenta os procedimentos para a realização de Perícias Médicas dos servidores públicos civis do Município de Nova Xavantina – MT, e dá outras providências* e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

**Art. 1º** De acordo como resultado final do *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 15 de junho de 2018, pelo médico *Marcos Vinicius Faria Nunes* – CRM-MT 4407, **indeferir a readaptação** de função do(a) servidor(a) público(a) municipal **Edirene Alves de Lima**, Atendente, Matrícula Funcional 757, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

*Parágrafo único*. O(a) servidor(a) público(a) municipal de que trata o *caput* deste artigo, foi considerado **capaz – apto**, deverá retornar imediatamente ao exercício das suas atribuições junto ao município.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.558, DE 18 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.558, DE 18 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

**Art. 1º** Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Gisele Cristina Ferreira**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 651, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 25/2/2017 a 25/2/2018.

*Parágrafo único*. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 4/6/2018 a 3/7/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.557, DE 18 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.557, DE 18 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a nomeação interina de **Raiara Pinheiro Ferreira**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.835, de 21 de outubro de 2014, que *institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências,* e alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

**Art. 1º** Nomear ***Raiara Pinheiro Ferreira**, Técnica Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 4298,* para exercer interinamente a função de *Secretária Escolar da Escola Professor Ivo Garcia Hespporte,* junto Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sem ônus para o Município.

**Art. 2º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.576, DE 21 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.576, DE 21 DE JUNHO DE 2018**

*Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 9.140/2018 que dispõe sobre a nomeação de fiscal, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 050/2.017**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a instituição **Fabiana E. R. R. Soares.** que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de encadernação e fotocópias* **– Pregão Presencial nº 064/2.017***;* **resolve**:

**Art. 1º** O art. 1º da Portaria n.º 9.140, de 7 de março de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** Nomear **Joice Aparecida Moura Toledo***, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4254 e **Zênia Gonçalves Barros**, Agente de Combate as Endemias, Matrícula Funcional 3661, titular e suplente, respectivamente lotado(a)s junto a Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na fiscalização da* **Ata de Registro de Preços nº 050/2.017 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.**

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.556, DE 18 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.556, DE 18 DE JUNHO DE 2018**

*Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 9.541/2018 que dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 015/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Pneus Via Nobre Ltda***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo de comercialização e fornecimento de pneus, câmaras e protetores para atender as necessidades das secretarias do município* - **Pregão Presencial nº 006/2.018**, resolve:

**Art. 1º** O art. 1º da Portaria n.º 9.541, de 13 de junho de 2018 passa a vigorar com a seguinte alteração:

**Onde se lê:**

"**Patrícia Fernandes Lima de Oliveira Marca,** Chefe da Divisão do Idoso, Matrícula Funcional 3919"

Leia-se:

"**Patrícia Fernandes Lima de Oliveira Marca,** Chefe da Divisão de Eventos, Matrícula Funcional 4186"

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.555, DE 18 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.555, DE 18 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a nomeação de fiscais**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 026/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Luasi Papéis e Livros Ltda***que tem por objeto o *registro de preços para eventual aquisição de material de expediente, para atender as necessidades das secretarias municipais e órgãos ligados a estas* - **Pregão Presencial nº 018/2.018**, resolve:

**Art. 1º** Nomear **Vyvyanne Antunes Tolotti**, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4103 **e Palloma Moreira Alves**, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4264, titular e suplente, respectivamente lotadas junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 026/2.018**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

**Art. 2º** Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 026/2.018** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de proceder a fiscalização da Ata em referência.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.554, DE 18 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.554, DE 18 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a nomeação de fiscais***,** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 025/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Maria José dos Reis Neto ME***que tem por objeto o *registro de preços para eventual aquisição de material de expediente, para atender as necessidades das secretarias municipais e órgãos ligados a estas* - **Pregão Presencial nº 018/2.018**, resolve:

**Art. 1º** Nomear **Vyvyanne Antunes Tolotti**, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4103 **e Palloma Moreira Alves**, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4264, titular e suplente, respectivamente lotadas junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 025/2.018**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

**Art. 2º** Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 025/2.018** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de proceder a fiscalização da Ata em referência.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.553, DE 18 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.553, DE 18 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a nomeação de fiscais***,** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 024/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Soma Comércio e Serviços Eirelli EPP***que tem por objeto o *registro de preços para eventual aquisição de material de expediente, para atender as necessidades das secretarias municipais e órgãos ligados a estas* - **Pregão Presencial nº 018/2.018**, resolve:

**Art. 1º** Nomear **Vyvyanne Antunes Tolotti**, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4103 **e Palloma Moreira Alves**, Assistente Administrativa, Matrícula Funcional 4264, titular e suplente, respectivamente lotadas junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 024/2.018**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

**Art. 2º** Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 024/2.018** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de proceder a fiscalização da Ata em referência.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.552, 18 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.552, 18 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providencias.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT"* e suas alterações posteriores*;*

Considerando matérias veiculadas na imprensa local, destacando ação da polícia de Nova Xavantina, em que "*Polícia de Nova Xavantina derruba boca de fumo, apreende drogas, armas e recupera moto e objetos roubados*";

Considerando que na ação deflagrada pela Polícia uma servidora pública municipal foi presa em flagrante delito por tráfico, dentre outras acusações;

Considerando que em face dos fatos em referência, tramita junto à Comarca de Nova Xavantina (MT), Processo sob o n.º 2891-48.2018.811.0012, Código 104433 em que figura a servidora pública municipal Daniela Ribeiro de Oliveira;

Considerando o disposto no inciso II do art. 187 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*;

Considerando, que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, garantindo ao acusado a ampla defesa e o contraditório e conforme determina o artigo 5º LV da Constituição Federal de 1988;

**Resolve:**

**Art. 1º** Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis práticas incompatíveis com o exercício da função pública, em tese cometidas pelo servidor público municipal **Daniela Ribeiro de Oliveira**, Agente Comunitária de Saúde - ACS, Matrícula Funcional 3998, pelos membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeados através da Portaria 8.474, de 01 de setembro de 2017, para, sob a presidência do primeiro, apurar as possíveis irregularidades identificadas:

I- Welton Magnone Oliveira dos Santos - Presidente; II- Mirian Ferreira dos Santos - Membro; III- Ingrid Sandy Martins Gomes – Membro; IV- Kariny Nara Medeiros da Silva – suplente.

*Parágrafo único.* Fixar o prazo de 90 dias (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, se necessário, com justificativa, para conclusão do respectivo Processo Administrativo Disciplinar.

**Art. 2º** Determinar que a Comissão Processante inicie seus trabalhos imediatamente e que proceda a citação do(a) servidor(a), para que tenha ciência do teor do presente ato a fim de lhe garantir o previsto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal/88 e art. 212, da Lei Municipal 1.752/2013.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.551, DE 18 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.551, DE 18 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 022/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Romero & Luiz Ltda***que tem por objeto o *registro de preços futura e eventual aquisição de produtos e materiais de higiene, limpeza, lavanderia e equipamentos, atendendo as secretarias municipais, com dosadores automáticos* - **Pregão Presencial nº 014/2.018**, resolve:

**Art. 1º** Nomear **Zildene Ferreira de Miranda,** Atendente, Matrícula Funcional 1105 **e Valdelice Pereira Barros**, Atendente, Matrícula Funcional 3391, titular e suplente, respectivamente lotadas junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 022/2.018**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

**Art. 2º** Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 022/2.018** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar a Ata especificada no art. 1º desta Portaria.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.550, DE 15 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.550, DE 15 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 028/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Rio Novo Transportes Turismo Ltda***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de passagens e transporte rodoviários nacionais, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens terrestres intermunicipais, interestaduais e nacional bem como a prestação de serviços de transporte de passageiros e prestação de serviços fretes/despachos envelopes e prestação de serviços fretes/despachos caixas e fretamento de ônibus* - **Pregão Presencial nº 019/2.018**, resolve:

**Art. 1º** Nomear ***Patrícia Fernandes Lima de Oliveira Marca,*** Chefe da Divisão de Eventos, Matrícula Funcional 4186 e ***Adriano Dias de Souza***, Chefe da Divisão de Assistência Social, Matrícula Funcional 3327, respectivamente titular e suplente, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 028/2.018**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

**Art. 2º** Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 028/2.018** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento de proceder à fiscalização da Ata em referência.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.549, DE 14 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.549, DE 14 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 028/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Rio Novo Transportes Turismo Ltda***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de passagens e transporte rodoviários nacionais, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens terrestres intermunicipais, interestaduais e nacional bem como a prestação de serviços de transporte de passageiros e prestação de serviços fretes/despachos envelopes e prestação de serviços fretes/despachos caixas e fretamento de ônibus* - **Pregão Presencial nº 019/2.018**, resolve:

**Art. 1º** Nomear ***Denis Elias Alcântara***, Secretário de Gabinete do Prefeito, Matrícula Funcional 4029, lotado junto a Secretaria de Gabinete do Prefeito, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 028/2.018**, **em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.**

**Art. 2º** Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 028/2.018** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento de proceder à fiscalização da Ata em referência.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**TERMO DE DISTRATO DE Nº. 02**

**TERMO DE DISTRATO DE Nº. 02**

**REFERENTE AO CONTRATO DE Nº. 37/2018**

O Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso**,** representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA**, brasileiro, casado, inscrito (a) no CPF/MF nº. 282.509.151.00 e no RG nº. 1.392.532 SSP/GO, residente e domiciliado a Rua Santarém, 250, Centro,, Nesta, aqui denominado **DISTRATANTE**, e do outro lado a pessoa física do(a) Sr.(a). **MARLENE MARTINS DA SILVA RODRIGUES,** brasileiro (a), portador (a) do RG nº 2705201 SJ/GO e CPF Nº 517.116. 051.15, **matricula funcional 4226,** na qualidade de Apoio Administrativo Educacional – manutenção de infraestrutura**,** residente e domiciliado (a) nesta cidade, neste ato denominado (a) **DISTRATADO** (**A**), para os efeitos deste ato, ajustam e acordam:

**CLÁUSULA I**

Fica distratado (a) a pedido, o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado de número **37/2018,** junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 19 de fevereiro de 2018.

**CLÁUSULA II**

Com a celebração do presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes, dando o(a) **DISTRATADO**(**A**), total quitação do contrato após o recebimento das obrigações trabalhistas consignadas em Lei.

E por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Distrato, em duas vias de mesmo teor na presença das testemunhas abaixo.

Nova Xavantina MT, 19 de fevereiro de 2018.

**JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA**

Prefeito Municipal

**MARLENE MARTINS DA SILVA RODRIGUES**

Distratado(a)

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.548, DE 14 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.548, DE 14 DE JUNHO DE 2018.**

*Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 7.284/2016, que dispõe sobre a nomeação do Comitê de Investimentos dos Recursos do Fundo Municipal de Previdência Social, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.674, de 06 de agosto de 2012, **resolve:**

**Art. 1º** O art. 1º da Portaria n.º 7.284, de 21 de janeiro de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

.....

.....

.....

"**Art. 1º** Nomear o Comitê de Investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social – PREVINX, composto pelos seguintes membros:

**I – Gestor de Gerência de Investimentos – Conselho Curador**

- Wander da Silva Guerreiro – Matrícula Funcional n.º 215 – Titular

- Célia Martins Ferreira – Matrícula Funcional n.º 1947 – Suplente

**II – Assessor Executivo – Poder Legislativo**

- Sandra Cesária dos Santos – Titular

- Deuselira Rodrigues de Souza – Suplente

**III – Representante dos Segurados Ativos, Inativos e Pensionistas, indicado pelo Poder Executivo**

a) Carlos Silvério Ribeiro, Matrícula Funcional 3614, titular;

b) Cleusa Mara Kasper, Matrícula Funcional 10, suplente."

.....

.....

.....

.....

**Art. 2º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 14 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.547, DE 14 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.547, DE 14 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 028/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Rio Novo Transportes Turismo Ltda***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de passagens e transporte rodoviários nacionais, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens terrestres intermunicipais, interestaduais e nacional bem como a prestação de serviços de transporte de passageiros e prestação de serviços fretes/despachos envelopes e prestação de serviços fretes/despachos caixas e fretamento de ônibus* - **Pregão Presencial nº 019/2.018**, resolve:

**Art. 1º** Nomear **Ivani Auxiliadora Vieira Carvalho**, Assistente Social, Matrícula Funcional 3684 e **Joice Aparecida Moura Toledo**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4254, respectivamente titular e suplente, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na fiscalização da **Ata de Registro de Preços nº 028/2.018**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

**Art. 2º** Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 028/2.018** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento de proceder à fiscalização da Ata em referência.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.546, DE 14 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.546, DE 14 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

**Art. 1º** Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Marli Okida Teixeira de Oliveira**, Médica, Matrícula Funcional 3963, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 23/1/2015 a 22/1/2016.

*Parágrafo único*. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 27/6/2018 a 6/7/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.545, DE 14 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.545, DE 14 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

**Art. 1º** Conceder 10 (dez) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Marli Okida Teixeira de Oliveira**, Médica, Matrícula Funcional 1172, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/12/2015 a 14/12/2016.

*Parágrafo único*. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 27/6/2018 a 6/7/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.544, DE 14 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.544, DE 14 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

**Art. 1º** Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ana Célia Moreira da Silva Sales**, Professora, Matrícula Funcional 804, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 16/4/2017 a 15/4/2018.

*Parágrafo único*. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 2/7/2018 a 31/7/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.543, DE 14 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.543, DE 14 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

**Art. 1º** Conceder 30 (trinta) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Kátia Gonçalves Dias**, Agente Comunitária de Saúde - ACS, Matrícula Funcional 1962, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/1/2017 a 2/1/2018.

*Parágrafo único*. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 2/7/2018 a 31/7/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.542, DE 14 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.542, DE 14 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

**Art. 1º** Conceder 20 (vinte) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Rosenildes Barreira Américo**, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 583, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 14/4/2016 a 13/4/2017.

*Parágrafo único*. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá o período de 16/7/2018 a 4/8/2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.537, DE 13 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.537, DE 13 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a exoneração de **Ednair dos Santos Beserra**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e demais legislação que trata da matéria;

Considerando o pedido de exoneração de Ednair dos Santos Beserra, aprovada em Processo de Seleção Pública para contratação de Agentes Comunitário de Saúde, homologado através do Decreto n.º 1.652/2.008; **resolve**:

**Art. 1º** A pedido, exonerar ***Ednair dos Santos Beserra***, Agente Comunitária de Saúde, Matrícula Funcional 1950, exercia a função junto a Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º** Esta Portaria entra na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de junho de 2018.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 13 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** – Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.577, DE 21 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.577, DE 21 DE JUNHO DE 2018**

*Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 9.296/2018 que dispõe sobre a nomeação de fiscais*, e *dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 009/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***O Goiano Produtos e Serviços Eirelli ME***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e material de consumo, para atender as necessidades das secretarias municipais e órgãos ligados a estas* - **Pregão Presencial nº 001/2.018**, resolve:

**Art. 1º** O inciso II do art. 1º da Portaria n.º 9.296, de 16 de abril de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

**II – Secretaria Municipal de Saúde (sede):**

**a)** Joice Aparecida Moura Toledo**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4254 - titular;**

**b)** Zênia Gonçalves Xavier, Agente de Combate às Endemias, Matrícula Funcional 3661 - suplente;

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**
**AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2.018**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2.018**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL com o objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR. Data de abertura dos envelopes: 10/07/2.018, às 8h00min (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito à Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo e-mail: compraspmnx@gmail.com.**.** Quaisquer informações através dos telefones (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 26 de junho de 2.018.

Walmir Arruda Costa

Presidente da CPL

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.578, DE 21 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.578, DE 21 DE JUNHO DE 2018**

*Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 9.297/2018 que dispõe sobre a nomeação de fiscais*, e *dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 010/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Sete Comércio e Serviços de Informática Ltda***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e material de consumo, para atender as necessidades das secretarias municipais e órgãos ligados a estas* - **Pregão Presencial nº 001/2.018**, resolve:

**Art. 1º** O inciso II do art. 1º da Portaria n.º 9.297, de 16 de abril de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

**II – Secretaria Municipal de Saúde (sede):**

**a)** Joice Aparecida Moura Toledo**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4254 - titular;**

**b)** Zênia Gonçalves Xavier, Agente de Combate às Endemias, Matrícula Funcional 3661 - suplente;

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.579, DE 21 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.579, DE 21 DE JUNHO DE 2018**

*Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 9.298/2018 que dispõe sobre a nomeação de fiscais*, e *dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 011/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Soma Comércio e Serviços Eirelli - EPP***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e material de consumo, para atender as necessidades das secretarias municipais e órgãos ligados a estas* - **Pregão Presencial nº 001/2.018**, resolve:

**Art. 1º** O inciso II do art. 1º da Portaria n.º 9.298, de 16 de abril de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

**II – Secretaria Municipal de Saúde (sede):**

**a)** Joice Aparecida Moura Toledo**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4254 - titular;**

**b)** Zênia Gonçalves Xavier, Agente de Combate às Endemias, Matrícula Funcional 3661 - suplente;

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.580, DE 21 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.580, DE 21 DE JUNHO DE 2018**

*Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 9.302/2018 que dispõe sobre a nomeação de fiscais*, e *dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 016/2.018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***A. Pedro Figueiredo - ME***que tem por objeto o *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gás GLP de 13kg e gás GLP de 45 kg* - **Pregão Presencial nº 007/2.018**, resolve:

**Art. 1º** O inciso IV do art. 1º da Portaria n.º 9.302, de 16 de abril de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

**IV – Secretaria Municipal de Saúde (sede):**

**a)** Joice Aparecida Moura Toledo**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4254 - titular;**

**b)** Zênia Gonçalves Xavier, Agente de Combate às Endemias, Matrícula Funcional 3661 - suplente;

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.581, DE 21 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.581, DE 21 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a exoneração de Arinos Oliveira Serpa, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *Dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências*, e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

**Art. 1º** Exonerar o servidor público municipal ***Arinos Oliveira Serpa* – Matrícula Funcional n.º 3580, que** exercia a função de *Secretário Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Agricultura Familiar*, junto Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Agricultura Familiar.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de maio de 2018.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 7.731/2016.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva - Cebola**

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.582, DE 25 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA N.º 9.582, DE 25 DE JUNHO DE 2018.**

Dispõe sobre a concessão do beneficio **Aposentadoria por Invalidez** da servidora **Helena Maria Gomig**, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal de 1988, combinado com art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 28, § 6º da Lei Municipal nº 1.189, de 02 de outubro de 2006, que reestrutura o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina – MT e dá outras providências, de acordo com o art. 266 da lei Municipal nº 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que **dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, resolve:**

**Art. 1º Conceder o benefício Aposentadoria por Invalidez a servidora Helena Maria Gomig, brasileira, casada, portadora do CI/RG n.º 30192788 SSP/PR, inscrita no CPF sob o n.º 846.100.421-34, portadora do Título de Eleitor n.º 68665618 56, efetiva no cargo de Atendente, Classe "A", Nível "09", Matrícula Funcional 95, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, e contribuiu no período de 02 de fevereiro de 1994 a 31 de maio de 2018, totalizando 8.879 dias, 24 anos, 03 meses e 29 dias para o Fundo Municipal de Previdência Social de Nova X8avantina – MT, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVINX nº 2018.07.00000004, a partir de 01 de junho de 2018, até posterior deliberação.**

**Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.**

**Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.**

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 25 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** – Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.583, DE 25 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.583, DE 25 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a nomeação de fiscal técnico***,** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato nº 024/2018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Jeziel de A. Oliveira e Cia Ltda***que tem por objeto o *contratação de empresa especializada em obra de drenagem urbana – ruas Sarandi, Terezinha, Belém, Olinda, Bahia, Santarém, parte da Canarana e parte da Pernambuco* – **Tomada de Preços nº 010/2.018**, resolve:

**Art. 1º** Nomear ***Thiago Soares Caetano***, Engenheiro Civil, Chefe da Direção Técnica de Engenharia, Matrícula Funcional 4175, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para atuar na fiscalização do **Contrato nº 024/2018**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.

**Art. 2º** Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato nº 024/2018** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento da fiscalização conforme disposto na legislação.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 25 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 9.584, DE 25 DE JUNHO DE 2018**

**PORTARIA N.º 9.584, DE 25 DE JUNHO DE 2018**

*Dispõe sobre a nomeação de fiscal técnico***,** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Contrato nº 023/2018**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa ***Filgueira Prestação de Serviços Ltda - EPP***que tem por objeto a *contratação de empresa especializada em engenharia elétrica para execução de serviços de sinalização viária para o município de Nova Xavantina/MT*– **Tomada de Preços nº 007/2.018**, resolve:

**Art. 1º** Nomear ***Thiago Soares Caetano***, Engenheiro Civil, Chefe da Direção Técnica de Engenharia, Matrícula Funcional 4175, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para atuar na fiscalização do **Contrato nº 023/2018**, **em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.**

**Art. 2º** Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do **Contrato nº 023/2018** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento da fiscalização conforme disposto na legislação.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 25 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva -** Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 3.261, DE 15 DE JUNHO DE 2018.**

**DECRETO N.º 3.261, DE 15 DE JUNHO DE 2018.**

*Altera dispositivos constantes no Decreto n.º 3.240/2018 que dispõe sobre a incorporação da sexta-parte do vencimento, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT;* **Decreta**:

**Art. 1º** O art. 1º do Decreto n.º 3.240, de 22 de maio de 2018 que *incorpora, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal* ***Maria das Dores Silva****, Atendente, Matrícula Funcional 202, admitida junto ao Município em 20/5/1991 , a importância equivalente à sexta-parte do seu vencimento, para todos os efeitos legais*, passa a vigorar com a seguinte alteração:

**Onde se lê:**

"lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura"

**Leia-se:**

"lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura"

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** – Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 3.262, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**DECRETO N.º 3.262, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a incorporação da sexta-parte do vencimento, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT;*

- Considerando que o(a) servidor(a) ao completar 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no Serviço Público Municipal receberá a importância equivalente à sexta-parte do seu vencimento;

- De acordo com **Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro n.º 17/2018**; **Decreta**:

**Art. 1º** Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal **Jane Kátia Ribeiro**, Atendente, Matrícula Funcional 102, admitida junto ao Município em 3/5/1993 , lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, a importância equivalente à sexta-parte do seu vencimento, para todos os efeitos legais.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** – Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 3.263, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**DECRETO N.º 3.263, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **Decreta**:

**Art. 1º** Conceder Progressão Funcional de Classe a(o) servidor(a) público(a) municipal **Neli Rodrigues Tiago Leal**, Professora, Matrícula Funcional 4008, da Classe/Nível B/02 para a Classe/Nível C/02, período aquisitivo 15/6/2015 a 14/6/2018.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 3.264, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**DECRETO N.º 3.264, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **Decreta**:

**Art. 1º** Concede ***Progressão de Classe*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Yuna de Abreu Freitas Ribeiro**, Técnico Administrativo Educacional, Matrícula Funcional 4009, da Classe/Nível A/02 para a Classe/Nível B/02, período aquisitivo 9/6/2015 a 8/6/2018.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 3.265, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**DECRETO N.º 3.265, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **Decreta**:

**Art. 1º** Concede ***Progressão de Classe*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria do Carmo Freitag**, Professora, Matrícula Funcional 1382, da Classe/Nível B/05 para a Classe/Nível C/05, período aquisitivo 20/3/2006 a 20/6/2018.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 3.266, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

**DECRETO N.º 3.266, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 17/2018***; **Decreta**:

**Art. 1º** Concede ***Progressão de Classe*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Simone da Silva Pena**, Apoio Administrativo Educacional – Alimentação Escolar, Matrícula Funcional 4007, da Classe/Nível A/02 para a Classe/Nível B/02, período aquisitivo 1/6/2015 a 31/5/2018.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 3.267, DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

**DECRETO N.º 3.267, DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

*Dispõe sobre a declaração de estabilidade provisória gestante, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 10, II, "B" da ADCT, em conformidade com os arts. 54 e 140 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria;

Considerando que a servidora pública municipal Ludimila Bueno Silva, prestadora de serviços como Enfermeira, lotada na Unidade Básica de Saúde 03, apresentou documentação comprobatória de gestação, junto ao Município;

Considerando que a servidora em referência, de acordo com o preconizado na legislação faz jus à estabilidade provisória, referente à licença gestante;

Considerando que o Município de Nova Xavantina – MT, realizou concurso público para o provimento de vagas para o cargo de Enfermeiro;

Considerando que a vaga disponibilizada através de concurso público, tinha por objetivo preenchimento da vaga ocupada pela servidora pública em tela;

Considerando que o Município não convocará o candidato aprovado em 2º lugar no concurso público municipal, enquanto não houver o afastamento em definitivo para o gozo da licença maternidade da servidora pública municipal Ludimila Bueno Silva, prestadora de serviços como Enfermeira;

Considerando os princípios que norteiam os atos da Administração Pública Municipal decorrentes da melhor gestão, bem como em atendimento aos princípios da legalidade, da viabilidade, da economicidade e da continuidade dos serviços públicos pelo município;

Por fim, considerando que a partir do momento da concessão da licença maternidade a servidora em referência, o Município de Nova Xavantina procederá com a convocação do candidato(a) aprovado em 2º lugar no concurso público; **Decreta**:

**Art. 1º** Declarar estabilidade provisória gestante à servidora pública municipal **Ludimila Bueno Silva**, prestadora de serviços como Enfermeira, lotada junto a Unidade Básica de Saúde UBS-03.

**Art. 2º** Até o afastamento em definitivo para o gozo da licença maternidade da servidora de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suspensa a nomeação do candidato aprovado em 2º lugar para o provimento do cargo de Enfermeiro, conforme Concurso Público Municipal 001/2017.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 26 de junho de 2018.

**João Batista Vaz da Silva** - Cebola

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### RECOMENDAÇÃO TÉCNICA

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **Silvano Pereira Neves,** torna público a Notificação Recomendatória nº 04/2018, de procedência do Ministério Público da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT.

Por determinação do Excelentíssimo Senhor Dr. Promotor de Justiça, BRUNO FRANCO SILVESTRINI, Promotoria de Justiça da Comarca de Porto dos Gaúchos, através da Recomendação nº 04/2018 expedida em 24 de maio de 2018, torna pública as seguintes recomendações:

1. Realize as medidas necessárias voltadas à abstenção do uso de veículos oficiais para fins particulares, por parte dos servidores ou cidadãos deste Município, tendo em vista a exclusividade do uso desses equipamentos públicos para a concretização dos serviços a que de destinam; 2. Abstenha-se de utilizar, ou permitir que utilizem veículos e maquinários públicos para fins particulares, em especial em obras que venham a beneficiar um ou alguns particulares, em contrapartida ao interesse público; 3. Providenciar ampla divulgação do teor desta Recomendação a toda sua equipe administrativa e servidores municipais, em órgãos de imprensa oficial, bem como imprensa local, afixando, outrossim, esta notificação no mural da sede da prefeitura Municipal, pelo período de 90 (noventa) dias, atendendo à Requisição deste Órgão Ministerial, calcada no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei Federal nº 8.625/93, a fim de possibilitar a ampla publicidade.

Novo Horizonte do Norte, em 25 de junho de 2018.

**Silvano Pereira Neves**

Prefeito Municipal

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2018

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2018 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017**

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, Sr. **Silvano Pereira Neves**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, **CONVOCA** a candidata classificada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 realizado em 19 de março de 2017, para comparecer no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, no horário de 7:00h as 11:00h e das 13:00h ás 17:00h, apresentando os documentos de habilitação relacionados no Anexo I deste edital, bem como realizar exames médico admissional nos termos dos Anexos II e III deste edital, a fim de ser nomeada no respectivo cargo, no prazo acima estabelecido.

| Nome | Cargo | Classificação |
|---|---|---|
| **MARIA ELEUZA ALVES MELESKI** | **ZELADORA** | **5ª CLASSIFICADA** |

Para a realização dos exames médico admissional a candidata classificada, conforme lista acima, domiciliada neste município deverá apresentar-se no PSF.

Sê domiciliada em outra unidade da federação deverá realizar os exames médico admissional perante qualquer médico devidamente registrado no CRM (Conselho Regional de Medicina).

A candidata convocada deverá submeter-se aos exames enumerados no ANEXO II e apresentar atestado médico conforme o ANEXO III.

Será considerada desistente perdendo a vaga respectiva, a não apresentação no prazo fixado por este edital; não apresentação para posse no prazo fixado; não comprovação dos requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, convocar o (a) candidato (a) classificado (a) na colocação subseqüente.

Novo Horizonte do Norte/MT, em 26 de junho de 2018.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

**Apresentar em cópia**

Carteira de Identidade (RG).

Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Título de Eleitor

Certidão de Nascimento ou Casamento (se casado, cópia CPF do cônjuge)

**C**arteira de Trabalho

PIS ou PASEP

Numero de Telefone para contato

Comprovante de residência

Certidão dos filhos menores de 21 anos

Carteira de vacinação (dos filhos se tiver)

Reservista ou Alistamento Militar (Obrigatório para o sexo masculino)

Carteira Nacional de Habilitação (Obrigatório para o cargo de motorista)

**Apresentar em cópia autenticada:**

Comprovante de Escolaridade (**Histórico/Atestado e ou Certificado de Conclusão**)

**Apresentar via original:**

Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe (CRM, CRO, COREN, CREFITO etc...)

Certidão de Quitação Eleitoral

Exame Médico Admissional

Certidão de Antecedentes Criminais da Comarca do domicilio do candidato

Declaração de Bens

Declaração de não acumulo de cargo, emprego ou função pública.

Uma foto 3x4 recente

**ANEXO IIEXAMES CLINICOS ADMISSIONAIS PARA TODOS OS CARGOS Cargos: Apoio Administrativo Educacional "A", "C", "E" e Professor.**

HEMOGRAMA

GLICEMIA

COLESTEROL TOTAL

**Cargos: Assistente Social, Agente Social de Esporte e Lazer, Monitor de Artesanato, Enfermeira, Farmacêutico, Nutricionista, Dentista, Médico, Técnico em Enfermagem, Psicóloga, Fisioterapeuta, Recepcionista, Auxiliar de Consultório Dentário - ACD, Técnico em Agropecuária, Técnico Agrícola,Veterinário, Agente de Saúde Ambiental - ASA, Fiscal Sanitário, Auxiliar de Laboratório, Auxiliar de Serviços Gerais, Vigia, Agente Comunitário de Saúde, Orientador Social,**

HEMOGRAMA.

GLICEMIA.

COLESTEROL TOTAL

HIV

SOROLOGIA(HEPATITES)

**Cargo: Motorista, Operador de Trator de Pneus.**

ACUIDADE VISUAL

HEMOGRAMA.

GLICEMIA.

COLESTEROL TOTAL

RAIO-X COLUNA COM LAUDO

**Cargos: Gari / Zeladora/ Operador de Saneamento / Serviços Gerais**

SOROLOGIA (HEPATITES)

HIV I E II

HEMOGRAMA.

GLICEMIA.

COLESTEROL TOTAL

RAIO-X COLUNA COM LAUDO

**Cargo: Cozinheira**

SOROLOGIA (HEPATITES)

HIV I E II

HEMOGRAMA.

GLICEMIA.

COLESTEROL TOTAL

PARAZITOLOGICO FEZES

VDRL

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO E RATIFICAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL 013/2018 PROCESSO N.º 013/2018**

**Objeto:** Adesão a Ata de Registro de Preços n.º 026/2018, oriunda do Pregão Presencial n.º 016/2018, da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, visando a **Futura e eventual aquisição de escavadeira hidráulica para atender a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio.**

**Fundamento Legal:** Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal 7892/2013.

**Fornecedor: ALFA COMERCIO DE QUIPAMENTOS LTDA – ME**

**CNPJ: 13.731.784/0001-70.**

**Valor: R$ 449.000,00 (Quatrocentos e quarenta e nove mil reais).**

Ratifico a Adesão a Ata de Registro de Preços nº. 016/2018 acima mencionada, nos termos da Lei Federal 8.666/93, e Decreto Federal 7.892/2013 em consonância com o parecer 028/2018 exarado pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 26 de junho de 2018.

**SILVANO PEREIRA NEVES**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

**LICITIÇÃO**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018 ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 019/2018, e resultados apresentados pela Comissão Permanente de Licitação, **homologo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objeto do Processo Licitatório é: **Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de caráter continuado de Planejamento e Assessoramento Contábil e Patrimonial perante a Prefeitura Municipal de Novo Mundo visando o cumprimento da legislação contábil, lei de responsabilidade fiscal e normas regimentais do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso**.

Novo Mundo – MT, em 26 de junho de 2018.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 058/2018**

| | |
|---|---|
| **Contratante** | Prefeitura Municipal de Novo Mundo |
| **Contratado** | **GUSTAVO GABRIEL DA SILVA DE CASTRO**, portador da cédula de identidade Nº 2688111-0 SSP/MT e CPF N° 058.939.021. 06, brasileiro, residente e domiciliado nesta Cidade de Novo Mundo/MT. |
| **Objeto** | Rescisão do contrato temporário, de excepcional interesse público na função de **PROFESSOR, Nível Médio**, lotado e a disposição da EMEB São João. |
| **Vigência do Contrato** | **09/02/2018 a 19/06/2018.** |

Novo Mundo/MT, 26 de junho de 2018**.**

_____

**ANTONIO MAFINI**

*Prefeito Municipal de Novo Mundo*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT**
**EXTRATO DE RESCISÃO Nº 58/2018**

| | |
|---|---|
| **Contratante** | Prefeitura Municipal de Novo Mundo |
| **Contratado** | **GUSTAVO GABRIEL DA SILVA DE CASTRO**, portador da cédula de identidade Nº 2688111-0 SSP/MT, e CPF N°.058.939. 021-06, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT. |
| **Objeto** | Rescisão do contrato temporário nº 58/2018, com o objeto de contratação de **PROFESSOR, lotado e a disposição da ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BASICA SÃO JOÃO.** |
| **Vigência do Contrato** | **14/02/2018 a 26/06/2018** |

Novo Mundo/MT, 26 de junho de 2018**.**

_____

**ANTONIO MAFINI**

*Prefeito Municipal de Novo Mundo*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

**PORTARIA Nº. 095/2018 DE 18 DE JUNHO DE 2018**

**DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁ-**

**SICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO CACS-FUNDEB 2018/2020.**

**ADÃO SOARES NOGUEIRA**, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as Resoluções do FNDE,

**RESOLVE,**

**Artigo 1º-** Nomear os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- CACS-FUNDEB, do Município de Novo Santo Antônio, para o biênio de 2018 à 2020, conforme abaixo:

**REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS**

Elidiane Ribeiro da Silva (titular) CPF: 031.537.691-09;

Andréia Barbosa Soares Vasconcelos (Suplente) CPF: 953.315.731-34;

Mila Costa Barros (titular) CPF: 040.978.111-87;

Adrielli Bezerra Guimarães (suplente) CPF: 033.989.901-85;

**REPRESENTANTES DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS**

Altemar Jonatas Silva Bernardes (titular) CPF: 004.246.451-06;

Beatrice Horne Guimarães (suplente) CPF: 727.204.921-91;

**REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Benones Costa dos Santos (titular) CPF: 793.887.011-00;

Maria Genί dos Santos Silva (suplente) CPF: 334.254.003-63;

Representantes dos Professores

Maria Longuinha Andrade Silva (titular) CPF: 678.001.621-49;

Telma Diva Ramos Dias (suplente) CPF: 879.650.381-53;

**REPRESENTANTES DOS ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Alcides Pereira da Silva (titular) CPF: 868.132.501-91;

Ana Maria dos Santos (suplente) CPF: 004.304.411-50;

Eliene Costa da Silva (titular) CPF: 024.498.921-41;

Adelmo Oscar Cardozo (suplente) CPF: 124.447.326-00;

**REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Cerisa Costa dos Santos (Titular) CPF: 002.002.331-65;

Antônia Vieira Rodrigues (Suplente) CPF: 182.028.021-72;

**REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Glaubiane Melo de Amorim Vasconcelos (Titular) CPF: 009.427.431-21;

Leonardo Jesus da Silva (Suplente) CPF: 107.562.836-98;

**REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Maria Aparecida da Silva Costa (Titular) CPF: 557.516.011-49;

Mirian Gomes dos Reis (Suplente)941.685.631-20;

**REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Genivaldo dos Santos Silva (Titular) CPF: 890.459.471-53;

Marcelo dos Santos Lopes (Suplente) CPF: 037.427.391-07;

**Artigo 2º -** Dentre os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- CACS-FUNDEB acima citados, ficam nomeados a diretoria composta:

Presidente: Benomes Costa dos Santos;

Vice Presidente:Altemar Jonatas Silva Bernades

Secretária: Maria Longuinha Andrade Silva

**Artigo 3º -** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Registre-se Publique-se Cumpra-se**

Gabinete do Prefeito Municipal, 26 de Junho de 2018.

**ADÃO SOARES NOGUEIRA -** Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO 53/2018**

Contrato nº. 53/2018 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; **SINARIA TEIXEIRA DE SOUZA – CPF 013.735.175-57**. Objeto: a Contratação de **Show artístico do cantor "Marciano Mendes"**, que acontecerá no dia 30/06/2018 em comemoração ao 54º aniversário do Município de Paranatinga-MT, atendendo ao Departamento de Cultura, em conformidade com o Artigo 25, Inciso III da lei nº 8.666/93. Valor**: R$ 10.000,00. Vigência: 26/06/2018 A 26/06/2019**. Departamento de Licitações e Contratos, em 26 de junho de 2018.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO 51/2018**

Contrato nº. 51/2018 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; **J S B CORREA PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI. CNPJ: 17.214.942/0001-75**. Objeto: a Contratação de **Show artístico do cantor "João Carreiro",** que acontecerá no dia 29/06/2018 em comemoração ao 54º aniversário do Município de Paranatinga-MT**,** atendendo ao Departamento de Cultura, em conformidade com o Artigo 25, Inciso III da lei nº 8.666/93. Valor: **R$ 30.000,00**. **Vigência: 25/06/2018 A 25/06/2019**. Departamento de Licitações e Contratos, em 26 de junho de 2018.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO 52/2018**

Contrato nº. 52/2018 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; **MARCOS PAULO SOARES - 09588606616 – CNPJ 27.997.837/0001-03**. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para a realização do **Show Artístico Da Dupla "Goiano E Paranaense"**, que acontecerá no dia 30/06/2018 em comemoração ao 54º aniversário do Município de Paranatinga-MT, atendendo ao Departamento de Cultura, em conformidade com o Artigo 25, Inciso III da lei nº 8.666/93. Valor: **R$ 7.000,00**. **Vigência: 26/06/2018 A 26/06/2019**. Departamento de Licitações e Contratos, em 26 de junho de 2018.

**LICITAÇÃO**
**PORTARIA N.º 60/SLC/2018**

**ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS**

**FISCAL DE CONTRATOS**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

| | |
|---|---|
| **Processo:**O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de **Inexigibilidade 09/2018**, em Conformidade com o Artigo 25 Inciso III da lei 8.666/93. | **Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA** |
| Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para a realização do **Show Artístico Da Dupla "Goiano E Paranaense"**, que acontecerá no dia 30/06/2018 em comemoração ao 54º aniversário do Município de Paranatinga-MT, atendendo ao Departamento de Cultura, em conformidade com o Artigo 25, Inciso III da lei nº 8.666/93. | |
| **Vigência: 26/06/2018 A 26/06/2019.** | |
| Contratado: **MARCOS PAULO SOARES – 09588606616, CNPJ 27.997.837/0001-03** | |
| Valor do Contrato: **R$ 7.000,00** (sete mil reais). | |

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**R E S O L V E:**

**I - NOMEAR,** o servidor **Maxilei Peres Dos Santos** Matrícula nº 6152, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **52/2018** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

**DA FISCALIZAÇÃO:**

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

**OUTRAS LEGISLAÇÕES:**

**a)** Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

**b)** Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

**c)** Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

**d)** Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

**e)** Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

**f)** Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

**g)** Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

**h)** Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

**i)** Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

**j)** Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

**k)** Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

**l)** Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

**m)** Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

**II -** Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora **Alzira Maria de Jesus,** Matrícula nº 6325, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**III –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 26 de junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 26 DE JUNHO DE 2018.

**Josimar Marques Barbosa**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

**CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO**

**Maxilei Peres Dos Santos**e**Alzira Maria de Jesus** declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

**Maxilei Peres Dos Santos**

**Fiscal de Contrato**

**Alzira Maria de Jesus**

**suplente**

---

**LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE 10/2018**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 125 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados a Licitação na Modalidade **Inexigibilidade Nº. 10/2018**, referente a Contratação da empresa **SINARIA TEIXEIRA DE SOUZA – CPF 013.735.175-57:** a Contratação de **Show artístico do cantor "Marciano Mendes"**, que acontecerá no dia 30/06/2018 em comemoração ao 54º aniversário do Município de Paranatinga-MT, atendendo ao Departamento de Cultura, em conformidade com o Artigo 25, Inciso III da lei nº 8.666/93.**Valor: R$ 10.000,00**. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 26 de junho de 2018.

---

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO/FRACASSADA/1A REPUBLICAÇÃO**

**Tomada de Preço 07/2018**

**1a REPUBLICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 125 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **Tomada de Preço Nº. 07/2018**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de agosto de 2000, que regulamento Pregão, Decreto Municipal nº 1005/2014 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 que institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: Contratação de Empresa Especializada visando a **Retomada de Execução Física da Obra da Escola Municipal Moreira Cabral – Santiago do Norte, Termo de Compromisso Plano de Ações Articuladas - PAR 7509/2013**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital. Data de abertura **12/07/2018**, Quinta-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 26 de junho de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

**PARANATINGAPREV**
**PORTARIA N.º 004/2018**

**PORTARIA N.º 004/2018**

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de* ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *à servidora Sra.* **Lidia Maria Kovalski Malacarne.***"*

**A Diretora Executiva do PARANATINGA-PREV – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais e;

Fundamentado no Art. 6º, inciso I, II, III, IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. Art. 86, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar n.º 181 de 21 de junho de 2006 que dispõe sobre a reestruturação da Previdência Municipal, Lei Complementar n.º 533, de 16 de dezembro de 2008, que trata do Plano de Cargos Carreira e Salários dos Profissionais da Educação e Lei Municipal nº. 1.554/2018 que dispõe sobre o reajuste anual dado aos servidores do Município de Paranatinga/MT;

**Resolve:**

**Art. 1º.** Conceder o benefício **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a **SRA. LIDIA MARIA KOVALSKI MALACARNE**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 2767608-0 - SESP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 618.685.749-20, servidora efetiva no cargo de Professora – 26 Horas, Classe "C", Nível "08", lotada na Secretaria Municipal de Educação, matriculada sob nº 79, contando com 25 anos, 03 meses e 17 dias; com **Proventos Integrais**, conforme processo administrativo do PARANATINGA-PREV, N.º **2018.04.00035P**, a partir de **01/06/2018**, até posterior deliberação.

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a partir de 01 de junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paranatinga - MT, 26 de Junho de 2018.

**MÁRCIA PEREIRA DE LIMA**

**Diretora Executiva do PARANATINGAPREV**

**Homologo:**

**JOSIMAR MARQUES BARBOSA**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO**
**PORTARIA N.º 59/SLC/2018**

**ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS**

**FISCAL DE CONTRATOS**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

| | |
|---|---|
| **Processo:**O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de **Inexigibilidade 08/2018**, em Conformidade com o Artigo 25 Inciso III da lei 8. 666/93. | **Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA** |
| Objeto: a Contratação de **Show artístico do cantor "João Carreiro",** que acontecerá no dia 29/06/2017 em comemoração ao 54º aniversário do Município de Paranatinga-MT, atendendo ao Departamento de Cultura, em conformidade com o Artigo 25, Inciso III da lei nº 8.666/93 | |
| **Vigência: 25/06/2018 A 25/06/2019.** | |
| Contratado: **J S B CORREA PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI, CNPJ: 17.214. 942/0001-75** | |
| Valor do Contrato: **R$ 30.000,00** (trinta mil reais). | |

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**R E S O L V E:**

**I - NOMEAR,** o servidor **Maxilei Peres Dos Santos** Matrícula nº 6152, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **51/2018** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

**DA FISCALIZAÇÃO:**

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

**OUTRAS LEGISLAÇÕES:**

**a)** Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

**b)** Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

**c)** Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

**d)** Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

**e)** Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

**f)** Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

**g)** Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

**h)** Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

**i)** Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

**j)** Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

**k)** Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

**l)** Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

**m)** Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

**II -** Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora **Alzira Maria de Jesus,** Matrícula nº 6325, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**III –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 25 de junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 25 DE JUNHO DE 2018.

**Josimar Marques Barbosa**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

**CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO**

**Maxilei Peres Dos Santos**e**Alzira Maria de Jesus** declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

**Maxilei Peres Dos Santos**

**Fiscal de Contrato**

**Alzira Maria de Jesus**

**suplente**

---

**PARANATINGAPREV**
**PORTARIA N.º 003/2018**

**PORTARIA N.º 003/2018**

*"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da* ***Sra. Lidia Maria Kovalski Malacarne****, servidora pública deste município."*

**A Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Paranatinga- PARANATINGAPREV, Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Averbar nesta Prefeitura para fins de Aposentadoria, o Tempo de Contribuição não concomitante trabalhado pela servidora **Sra. Lidia Maria Kovalski Malacarne**, portadora do RG. nº 2767608-0 SESP/MT, e inscrita no CPF nº. 618.685.749-20, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do MTPREV n° 028553/2018, perfazendo o total de **346 dias líquidos, ou seja, 11 Meses e 16 dias.**

**Art.2º-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se

Paranatinga/MT, 26 de Junho de 2018.

**MÁRCIA PEREIRA DE LIMA**

**Diretora executiva**

**Homologo:**

**JOSIMAR MARQUES BARBOSA**

**Prefeito Municipal**

---

**LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE 09/2018**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 125 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados a Licitação na Modalidade **Inexigibilidade Nº. 09/2018**, referente a Contratação da empresa **MARCOS PAULO SOARES - 09588606616 – CNPJ 27.997.837/0001-03.** a Contratação de Empresa Especializada para a realização do **Show Artístico da dupla "Goiano e Paranaense"**, que acontecerá no dia 30/06/2018 em comemoração ao 54º aniversário do Município de Paranatinga-MT, atendendo ao Departamento de Cultura, em conformidade com o Artigo 25, Inciso III da lei nº 8.666/93. **Valor: R$ 7.000,00.** Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 26 de junho de 2018.

---

**LICITAÇÃO**
**PORTARIA N.º 61/SLC/2018**

**ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS**

**FISCAL DE CONTRATOS**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

| | |
|---|---|
| **Processo:**O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de **Inexigibilidade 10/2018**, em Conformidade com o Artigo 25 Inciso III da lei 8. 666/93. | **Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA** |
| Objeto: a Contratação de **Show artístico do cantor "Marciano Mendes"**, que acontecerá no dia 30/06/2018 em comemoração ao 54º aniversário do Município de Paranatinga-MT, atendendo ao Departamento de Cultura, em conformidade com o Artigo 25, Inciso III da lei nº 8.666/93. | |
| **Vigência: 26/06/2018 A 26/06/2019.** | |
| Contratado: **SINARIA TEIXEIRA DE SOUZA – CPF 013.735.175-57** | |
| Valor do Contrato: **R$ 10.000,00** (dez mil reais). | |

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**R E S O L V E:**

**I - NOMEAR,** o servidor **Maxilei Peres Dos Santos** Matrícula nº 6152, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **53/2018** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

**DA FISCALIZAÇÃO:**

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

**OUTRAS LEGISLAÇÕES:**

**a)** Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

**b)** Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

**c)** Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

**d)** Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

**e)** Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

**f)** Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas

partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

**g)** Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

**h)** Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

**i)** Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

**j)** Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

**k)** Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

**l)** Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

**m)** Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

**II -** Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora **Alzira Maria de Jesus,** Matrícula nº 6325, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**III –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 26 de junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 26 DE JUNHO DE 2018.

**Josimar Marques Barbosa**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

**CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO**

**Maxilei Peres Dos Santos**e**Alzira Maria de Jesus** declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

**Maxilei Peres Dos Santos**

**Fiscal de Contrato**

**Alzira Maria de Jesus**

**suplente**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

### ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

**ATA DE JULGAMNENTO DE HABILITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL 018/2018**

INICIOU-SE A SESSÃO NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, A AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, Nº. 940, CENTRO, NESTA CIDADE DE PEDRA PRETA REUNIU-SE A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DE ATO DO PREFEITO MUNICIPAL POR MEIO DA PORTARIA N° 226/2018, DE 02 DE MAIO DE 2018. O OBJETIVO DA REFERIDA REUNIÃO É ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL EM EPÍGRAFE, QUE TEM POR OBJETIVO O **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS 0 (ZERO) KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE GABINETE DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – MT. CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.** O AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018 FORA PUBLICADO NO DIA 23 (vinte e três ) DE MAIO DE 2018 NO QUADRO DE AVISOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, CÂMARA MUNICIPAL E SITE OFICIAL E AMM**. NO DIA 12(DOZE) DE JUNHO FOI ABERTO O CERTAME ONDE**COMPARECEU A SEGUINTE LICITANTE: **1º- DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 01.016. 616/0001-13, REPRESENTADA PELO SR. WESLEY SOUZA FERREIRA, INSCRITO NO CPF: 531608431-49 E RG Nº 8349908 SSP/MT. QUE APRESENTOU SUA PROPOSTA COM VALOR ACIMA DA MÉDIA DO EDITAL, FOI DADO O PRAZO DE 08 DIAS UTEIS COM BASE NO ART. 48 DA LEI DE LICITAÇÕES 8666/93. APÓS TRANSCORRIDO O PRAZO, A EMPRESA NÃO SE MANISFESTOU OU APRESENTOU NOVA PROPOSTA. A APRESENTAÇÃO DE TAL DOCUMENTO ERA FUNDAMENTAL PARA QUE A EMPRESA FOSSE HABILITADA, DESSA FORMA FICA INABILITADA A EMPRESA 1º- DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA.** DIANTE DISSO, A PRESENTE LICITAÇÃO É DECLARADA **FRACASSADA**, OU SEJA, NÃO HOUVE EMPRESA HABILITADA OU DECLARADA VENCEDORA PARA O OBJETO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 018/2018. NADA MAIS A TRATAR, É ENCERRADA A REUNIÃO ÀS 16H33MIN E LAVRADA A PRESENTE ATA, QUE DEPOIS DE LIDA E ACHADA CONFORME, VAI ASSINADA PELOS MEMBROS DA REFERIDA COMISSÃO.

PEDRA PRETA, 25 DE JUNHO DE 2018.

ALEXSANDRO DOS SANTOS SOUZA

PREGOEIRO

LUCAS CALDEIRA DE ABREU

MEMBRO EQUIPE DE APOIO

LUZANE FRANCISCA GOMES

MEMBRO EQUIPE DE APOIO

### HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 016/2018

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital Pregão Presencial 016/2018;

**RESOLVE:**

**HOMOLOGAR**: **O PROCEDIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA COM SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DIÁRIO DOS PROJETOS NA GESTÃO BÁSICA DE SAÚDE DE PEDRA PRETA - MT, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO A ESTE EDITAL.**

**ADJUDICAR:** o objeto licitado da empresa abaixo relacionada, que se sagrou vencedora do certame acima mencionado.

Razão Social: **FACILITA GESTÃO PUBLICA BRASIL EIRELI-ME** inscrita no CNPJ:**17.286.917/0001-05** com endereço na Rua das Dálias,324 – Jardim Cuiabá – Cuiabá –MT – fone: 065 30542400.

**VALOR DAS PROPOSTAS:**

| ITEM | QTD | UND | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | VL. UNIT. | VL. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 12 | MÊS | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA NA GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, GERENCIAMENTO FINANCEIRO DO BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA, FINANCEIRO DO SUS, PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA, VERIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA, PROTOCOLOS ASSISTENCIAIS, TREINAMENTOS, ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE, PADRONIZAÇÃO DE MATERIAIS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPTAÇÃO DE RECURSOS, LICITAÇÕES EM SAÚDE, MONITORAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SISPACTO. | R$ 6.000,00 | R$ 72.000,00 |

**VALOR TOTAL DO ITEM PARA A EMPRESA FACILITA GESTÃO PUBLICA BRASIL EIRELI-ME: R$ 72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS).**

Proceda - se a Contratação dos vencedores do certame**:**

**FACILITA GESTÃO PUBLICA BRASIL EIRELI-ME** inscrita no CNPJ:**17.286.917/0001-05** com endereço na Rua das Dálias,324 – Jardim Cuiabá – Cuiabá –MT – fone: 065 30542400**.**

Pedra Preta - MT, 26 de Junho de 2018.

_____

**JUVENAL PEREIRA BRITO**

**PREFE**

---

**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 013/2018**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital **Pregão Presencial 013/2018**;

**RESOLVE:**

**HOMOLOGAR**: **O PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA/MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**ADJUDICAR:** o objeto licitado da empresa abaixo relacionada, que se sagrou vencedora do certame acima mencionado.

Razão Social: **R. MERLIM ROCHA DA SILVA ME** inscrita no **CNPJ: 14.837.580/0001-80** com endereço na Rua Fernando Correa da Costa, Nº 998 – Centro – Rondonópolis – MT – fone: 066 3423 2399.

**VALOR DAS PROPOSTAS:**

| ITEM | Qtd | Unidade | DESCRIÇÃO | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 46618 EXCLUSIVO ME/EPP | 345 | METRO | TECIDO ETAMINE, TECIDO ETAMINE 100% ALGODÃO - 1,40M DE LARGURA | CATARINENSE | R$ 24,00 | R$ 8.280,00 |
| 47721 EXCLUSIVO ME/EPP | 720 | METRO | TECIDO BRIM, CORES VARIADAS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO. DESCRIÇÃO: TECIDO GROSSO EM SARJA, GERALMENTE DE ALGODÃO, É FORTE E RESISTENTE.USO: CONFECÇÃO DE CLÃS, BERMUDAS, BLUSÕES, JAQUETAS, E OUTROS. LARGURA DE 160 CM | SANTANENSE | R$ 24,99 | R$ 17.992,80 |
| 48694 EXCLUSIVO ME/EPP | 745 | METRO | TECIDO CETIM, CORES VARIADAS COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER.DESCRIÇÃO: TECIDO DE ASPECTO BRILHANTE E LISO, COM TOQUE MACIO. O EFEITO É CONSEGUIDO A PARTIR DO DESLIGAMENTO DOS FIOS DE TRAMA NO DIREITO DO TECIDO.USO: VESTIDOS DE NOITE, LINGERIES, DECORAÇÃO. LAR | DINEX | R$ 9,99 | R$ 7.442,55 |
| 55988 EXCLUSIVO ME/EPP | 505 | METRO | POPELINE, ESPECIFICAÇÕES: 1,47 DE LARGURA OMPOSIÇÃO: 100% VISCOSE, VARIAS ESTAMPAS | MASCARENHAS | R$ 20,00 | R$ 10.100,00 |
| 37296 EXCLUSIVO ME/EPP | 310 | METRO | TECIDO DE ALGODÃO LISO, TECIDO PARA PANO DE PRATO DE ALGODÃO, LISO, BRANCO, COM LARGURA 100 CM | OBECK | R$ 8,40 | R$ 2.604,00 |
| 44676 | 680 | METRO | TECIDO MORIM, COMPOSIÇÃO: 75% POLIÉSTER, 25% ALGODÃO.DESCRIÇÃO: TECIDO DE ALGODÃO CARDADO, DE CONSTRUÇÃO LEVE, MUITO USADO PARA FORRO. LARGURA 0,80 CM | TRES MARIAS | R$ 5,80 | R$ 3.944,00 |
| 49042 | 915 | METRO | TECIDO OXFORD, 100 % POLIESTER 1,50 DE LARGURA - DIVERSAS CORES | NOXFORD | R$ 7,99 | R$ 7.310,85 |
| 41922 | 250 | UND | TECIDO TRICOLINE ESTAMPADO, DESCRIÇÃO TÉCNICA TRICOLINE 100% ALGODÃO NACIONAL LARGURA DE 1,50 M CADA UNIDADE CORRESPONDE A 1,00 MT | MASCARENHAS | R$ 19,10 | R$ 4.775,00 |
| 61022 | 160 | METRO | VISCOLYCRA, COMPOSIÇÃO: 96% VISCOSE, 4%DE ELASTANO. DESCRIÇÃO: TECIDO LISO, LEVE E COM GRANDE ELASTICIDADE. TEM ÓTIMO CAIMENTO E DEPENDENDO DA COR, PODE SER TRANSPARENTE, LARGURA:180CM | COTEX | R$ 49,99 | R$ 7.998,40 |
| 53981 | 223 | UND | TNT CORES VARIADAS, GRAMATURA 40 GRAMAS POR METRO LINEAR, LARGURA 1,40 METROS | NOW WOVEN | R$ 56,00 | R$ 12.488,00 |
| 61037 | 120 | METRO | VISCOSE DIVERSAS CORES, COM CAIMENTO E CONFORTO, COM EXCELENTE TOQUE E MALEABILIDADE. IDEAL PARA O VERÃO, PARA A CONFECÇÃO DE CAMISAS, CAMISETES, BLUSAS, ETC. PARA OS PUBLICOS MASCULINO, FEMININO. LARGURA: 140CM COMPOSIÇÃO: 100%VISCOSE | GALETI | R$ 18,65 | R$ 2.238,00 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 61041 | 155 | METRO | VISCOSE ESTAMPADA, COM CAIMENTO E CONFORTO, COM EXCELENTE TOQUE E MALEABILIDADE. IDEAL PARA O VERÃO, PARA A CONFECÇÃO DE CAMISAS, CAMISETES, BLUSAS ,ETC. PARA OS PUBLICOS MASCULINO, FEMININO.LARGURA: 140CM COMPOSIÇÃO: 100% VISCOSE | AFIRMATIVA | R$ 19,99 | R$ 3. 098,45 |
| 49688 | 321 | KG | MALHA LIGANETE ESTAMPADO, COMPOSIÇÃO: 96%POLIÉSTER/ 4%ELASTANO RENDIMENTO: 3,30/3,70 M/KG REF: LIGANETE ESTAMPADA, LARGURA: 1,55 | MASCARENHAS | R$ 27,50 | R$ 8. 827,50 |
| 61020 | 423 | KG | MALHA LIGANETE LISO, COMPOSIÇÃO: 96%POLIÉSTER/ 4%ELASTANO RENDIMENTO: 3,30/3,70 M/KG REF: LIGANETE LISO, LARGURA: 1,55 | MASCARENHAS | R$ 29,90 | R$ 12. 647,70 |
| 61034 | 150 | KG | METALASSÊ, COMPOSIÇÃO:80% POLIESTER 20% ALGODÃO, MEDIDAS: 70CM X 50CM | MASCARENHAS | R$ 12,65 | R$ 1. 897,50 |
| 61021 | 220 | METRO | TECIDO ALGODÃO CRU, TECIDO ALGODÃO CRU COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, LARGURA: 1,40 M ,GRAMATURA: 157 G/M² - 219G/M LINEAR | OBECK | R$ 21,99 | R$ 4. 837,80 |
| 38200 | 544 | METRO | TECIDO CHITA, COMPOSIÇÃO: 50% POLIÉSTER/50% ALGODÃO DESCRIÇÃO: TECIDO LEVE DE ALGODÃO CARDADO, GERALMENTE ESTAMPADO EM VARIAS CORES E COM DESENHOS DE FLORES. LARGURA DE 140 CM | MASCARENHAS | R$ 9,99 | R$ 5. 434,56 |
| 57260 | 250 | METRO | TECIDO CHITÃO, COMPOSIÇÃO: 50% POLIÉSTER/50% ALGODÃO DESCRIÇÃO: TECIDO LEVE DE ALGODÃO CARDADO, GERALMENTE ESTAMPADO EM VARIAS CORES E COM DESENHOS DE FLORES. LARGURA DE 140 CM | MASCARENHAS | R$ 9,99 | R$ 2. 497,50 |
| 48481 | 490 | METRO | TECIDO JUTA CRU, JUTA, JUTA CRU, TECIDO DE JUTA,TELA JUTA, TECIDO RUSTICO,JUTA NATURAL DE FIBRA 100% NATURAL, DE ORIGEM CELULÓSICA, BIODEGRADÁVEL, INOFENSIVA AO MEIO-AMBIENTE E À SAÚDE HUMANA. | CATARINENSE | R$ 16,90 | R$ 8. 281,00 |
| 61019 | 530 | METRO | TECIDO PARA CORTINA VOIL, COM A LARGURA PADRÃO DE 3 METROS E DE COMPRIMENTO COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER | ALIBE | R$ 11,90 | R$ 6. 307,00 |
| 41978 | 400 | METRO | FLANELA LISA, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO. DESCRIÇÃO: TECIDO LIGEIRAMENTE AVELUDADO EM UMA DAS FACES, DE LÃ OU ALGODÃO LIXADO, ESTRUTURA TAFETÁ OU SARJA, COM ACABAMENTO FLANELADO EM UM OU EM AMBOS OS LADOS, DE COR ÚNICA, LARGURA:160CM | TRES MARIAS | R$ 9,10 | R$ 3. 640,00 |
| 53880 | 505 | UND | FRALDA, TECIDO FRALDA BRANCA PARA BEBE EM TELA DUPLA E ENCORPADA. POR TER ACABAMENTOS NAS LATERAIS NÃO DESFIA. TAMANHO: 70CM X 70CM COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO | POM POM | R$ 5,10 | R$ 2. 575,50 |
| 41441 | 140 | METRO | PAETÊ, TECIDOS USADOS PARA FANTASIAS E ARTESANATOS EM GERAL, BRILHOSO, E DE ALTO RENDIMENTO.( COR A ESCOLHER NA HORA DO PEDIDO), LARGURA DE 1,5 M | CATARINENSE | R$ 18,60 | R$ 2. 604,00 |
| 55998 | 115 | KG | RIBANA, COMPOSIÇÃO: 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO.DESCRIÇÃO: MALHA FEITA EM TEAR DE DUPLA FRONTURA, OU SEJA, UM LADO DA MALHA É DIFERENTE DO OUTRO. TEM GRANDE ALONGAMENTO E ELASTICIDADE. COM NO MINIMO 0,80 CM | 4K | R$ 85,90 | R$ 9. 878,50 |
| 62034 | 360 | KG | TECIDO HELANCA, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER ,LARGURA: 1,80M | CATARINENSE | R$ 45,99 | R$ 16. 556,40 |
| 48135 | 995 | METRO | TECIDO PARA PANO DE COPA, PANO DE COPA,TECIDO: 90% ALGODÃO NO MINIMO ,TAMANHO MINIMO: 66 CM X 38 CM | OBECK | R$ 8,90 | R$ 8. 855,50 |
| 46617 | 200 | METRO | TECIDO PARA VAGONITE, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO LARGURA: 1,40 M GRAMATURA: 184 G/M2 – 257 G/M LINEAR | CATARINENSE | R$ 32,96 | R$ 6. 592,00 |
| 41921 | 175 | UND | TECIDO TRICOLINE LISO, DESCRIÇÃO TÉCNICA TRICOLINE 100% ALGODÃO, NACIONAL, LARGURA DE 1,50 M CADA UNIDADE CORRESPONDE A 1,00 MT POR 1,50 MT | MASCARENHAS | R$ 18,99 | R$ 3. 323,25 |
| 41682 | 183 | METRO | "TECIDO TRICOLINE LISTRADO, DESCRIÇÃO TÉCNICA TRICOLINE, 100% ALGODÃO, NACIONAL LARGURA DE 1,50 M, CADA UNIDADE CORRESPONDE A 1,00 MT POR 1,50 MT" | MASCARENHAS | R$ 24,78 | R$ 4. 534,74 |
| 57973 | 140 | METRO | TECIDO TULE, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER. DESCRIÇÃO: TIPO DE RENDA, ARMADO E TRANSPARENTE. USO: VÉUS, TRAJES SOCIAIS FEMININOS, MEDINDO 1,20 DE LARGURA | CECILIA | R$ 4,99 | R$ 698,60 |
| 42977 | 300 | UND | TERMOCOLANTE, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER LARGURA: 45 CM, GRAMATURA: 54 G/M² - 24 G/M LINEAR | SUBLITEX | R$ 4,99 | R$ 1. 497,00 |

**VALOR TOTAL DOS ITENS PARA A EMPRESA R. MERLIM ROCHA DA SILVA ME: R$ 199.758,10 (CENTO E NOVENTA E NOVE MIL SETECENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E DEZ CENTAVOS).**

Proceda - se a Contratação dos vencedores do certame**:**

**R. MERLIM ROCHA DA SILVA ME** inscrita no **CNPJ: 14.837.580/0001-80 com endereço na Rua Fernando Correa da Costa, Nº 998 – Centro – Rondonópolis – MT – fone: 066 3423-2399.**

Pedra Preta - MT, 26 de Junho de 2018.

**JUVENAL PEREIRA BRITO**

**PREFEITO**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

### LEI COMPLEMENTAR Nº 68/2018

**LEI COMPLEMENTAR N.º 68, DE 22 JUNHO DE 2018.**

**"Dispõe sobre a homologação do Plano de Amortização para cobertura do Déficit Atuarial, conforme diretrizes emanadas pela Portaria nº 403, de 10 de Dezembro de 2008, e dá outras providências."**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - Fica equacionado o déficit estabelecido pelo cálculo atuarial realizado no mês de Maio de 2018 e será amortizado conforme a tabela I do anexo I desta Lei.

**Art. 2º** -O déficit mencionado no caput do artigo anterior será amortizado em 27 (vinte e sete) anos a contar da publicação desta Lei, o qual somara a alíquota suplementar com a alíquota normal que será estipulada a cada ano por reavaliações atuariais.

**Art. 3º** -A cada exercício os índices indicados na tabela I do anexo I desta Lei poderão ser revistos conforme diminuição do déficit indicado na reavaliação atuarial usado como referência nesta Lei, o qual faz parte integrante desta Lei.

**Art. 4º** -O inciso III do Art. 44, da Lei Complementar Municipal nº 004/2005 de 01 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III – de uma contribuição mensal do município, incluída suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial, conforme o Art.2º da Lei Federal 9.717/1998, com redação determinada pela Lei Federal 10.887/2004, igual a 13,04% (treze inteiros e quatro décimos por cento) calculadas sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, mais alíquotas suplementar igual a 6,03% (seis inteiros e três décimos por cento) totalizando uma alíquota global de 19,07% dezenove inteiros e sete décimos por cento)".

**Art. 5º** -Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em maio/2018, que faz parte integrante da presente Lei.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 22 dias de Junho de 2018.

**Mauricio Ferreira de Souza**

**Prefeito Municipal**

**ANEXO I**

**TABELA DE EQUACIONAMENTO**

**DO DÉFICIT ATUARIAL**

| PERÍODO | ANO | Custo Suplementar |
|---|---|---|
| 0 | - | - |
| 1 | 2018 | 6,03% |
| 2 | 2019 | 7,03% |
| 3 | 2020 | 8,02% |
| 4 | 2021 | 9,02% |
| 5 | 2022 | 10,02% |
| 6 | 2023 | 12,02% |
| 7 | 2024 | 14,02% |
| 8 | 2025 | 16,02% |
| 9 | 2026 | 18,02% |
| 10 | 2027 | 21,02% |
| 11 | 2028 | 24,02% |
| 12 | 2029 | 27,02% |
| 13 | 2030 | 30,02% |
| 14 | 2031 | 30,50% |
| 15 | 2032 | 30,50% |
| 16 | 2033 | 30,50% |
| 17 | 2034 | 30,50% |
| 18 | 2035 | 30,50% |
| 19 | 2036 | 30,50% |
| 20 | 2037 | 30,50% |
| 21 | 2038 | 30,50% |
| 22 | 2039 | 30,50% |
| 23 | 2040 | 30,50% |
| 24 | 2041 | 30,50% |
| 25 | 2042 | 30,50% |
| 26 | 2043 | 30,50% |
| 27 | 2044 | 30,50% |
| 28 | 2045 | - |
| 29 | 2046 | - |
| 30 | 2047 | - |
| 31 | 2048 | - |
| 32 | 2049 | - |
| 33 | 2050 | - |
| 34 | 2051 | - |
| 35 | 2052 | - |

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2018**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP) que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 012/2018, tendo por OBJETO **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE EQUIPAMENTOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, COM O ESCOPO DE SUPRIR AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

**O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT**, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Mauricio Ferreira de Souza**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG 3.462. 335-0 SSP/PR e CPF 408.557.409-49, residente e domiciliado a Rua Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 006/2010 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 012/2018 homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa(s) vencedora(s) que incidirá no valor do(s) Equipamento(s), nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alçada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referencia e seus anexos e as constantes desta ARP, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O objeto IMEDIATO do presente instrumento de registrar os preços UNITARIOS obtido na licitação PREGÃO ELETRÔNICO nº 012/2018; enquanto o objeto MEDIATO será contratação futura da empresa **CARPAU PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA – ME**, com o **CNPJ n° 08.887.033/0001-07** e a empresa **COMERCIAL USUAL EIRELI – EPP**, com o **CNPJ n° 14.050.075/0001-91**, visando o fornecimento do(s) Equipamento(s) constantes do aludido do anexo 1 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

**1.2.** As quantidades a serem fornecidas constantes do anexo 1 que acompanhou o Edital da licitação estimadas, podendo, nos limites do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta ARP.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, MARCA E PREÇO**

**2.1.** A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa ARP, e encontram-se indicados na tabela abaixo:

**2.2.** Registro de Preço da empresa. **CARPAU PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA – ME**, com o CNPJ n° 08.887.033/0001-07, localizada na Rua Lauro Leite, nº 82, Centro Antigo, Peixoto de Azevedo – MT, CEP 78530-000, representado por seu Sócio Proprietário, o Senhor Walter das Neves Mendanha, portador do RG n° 0590470-6 SSP/MT e CPF n° 326.268.511-91, residente e domiciliado a Rua Tangará, nº 139, Santa Izabel, Peixoto de Azevedo – MT, CEP 78530-000 e a empresa **COMERCIAL USUAL EIRELI - EPP**, com o CNPJ n° 14.050.075/0001-91, localizada na Rua Plácido de Castro, nº 566 – casa 02, Guabirotuba, Curitiba – PR, CEP 81510-030, representado por sua Bastante Procuradora, a Senhora Wanda de Brito Sam-

paio, portadora do RG n° 5.135.138-0 SESP/PR e CPF n° 030.009.189-30, residente e domiciliada a Rua Tomaz Ivankio, nº 47, Pinheironho, Curitiba – PR.

Planilha demonstrativa dos preços:

**541817 CARPAU PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA**

| SEQ | COD | DESCRIÇÃO | UND | QTD | MARCA/ MODELO | VALOR UNIT | VLR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 301946 | **Placa vibratória à gasolina**, com motor 4 tempos, monocilíndrico, refrigerado à ar, mínima de 180 Cilindradas, mínima potência 4,0 HP, tanque de combustível mínimo de 3,5 L, com capacidade de óleo mínima 0,6 L, com profundidade de compactação 20 cm, velocidade mínima 40 cm/s, com manutenção e assistência técnica obrigatória em até 72 horas no local e com representação em território nacional. | UND | 1 | Mod. Motor BFG6.5 Marca Bufalo Mod. Placa Vibratória PV90 Marca CSM. | 3. 670,00 | 3. 670,00 |
| **R$ 3.670,00 (Três mil, seiscentos e setenta reais)** | | | | | | | 3. 670,00 |

**558084 COMERCIAL USUAL EIRELI - EPP**

| SEQ | COD | DESCRIÇÃO | UND | QTD | MARCA/ MODELO | VALOR UNIT | VLR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 300457 | **Aquisição de máquina extrusora de perfis de concreto**, com motor diesel partida elétrica mínimo de 10 HP, mínimo de 06 CV, extrusor de fluxo contínuo helicoidal, transmissão mecânica, direção manual, chassi em chapa de 3/16 sae 1045, com matriz moldadora, facão para junta de dilatação e carro de transporte, com acabamento em pintura industrial, com manutenção e assistência técnica obrigatória em até 72 horas no local e com representação em território nacional. | UND | 1 | Mod. M3600 Marca Mak-Máquinas | 28. 999,00 | 28. 999,00 |
| 2 | 301947 | **Soprador costal de folhas**, com motor 4 tempos a gasolina, com mínima de 55 Cilindradas, com tanque de capacidade mínima de 1,5 L, velocidade mínima de ar de 75 M/S, volume de ar mínimo com tubeira 1200 M³/H, rotação máxima de 8000 RPM, rotação mínima de 3000 RPM, com manutenção e assistência técnica obrigatória em até 72 horas no local e com representação em território nacional. | UND | 1 | Mod. BR 420 Marca Stihl | 2. 429,00 | 2. 429,00 |
| **R$ 31.428,00 (Trinta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais)** | | | | | | | 31. 428,00 |

**CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 006/10.

**3.2.** Regularmente convocado para retirar a solicitação de empenho, o fornecedor cumprirá faze-lo no prazo mínimo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.

**3.3.** O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP**

**4.1.** O registro de preço constante desta ARP firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ARP.

**4.2.** O prazo máximo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da respectiva ARP. As contratações decorrentes do SRP terão sua vigência estabelecida conforme as disposições contidas nos editais e respectivos instrumentos de contrato, observando o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

**4.3.** Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir o(s) Equipamento(s) exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

**4.4.** A partir da data de assinatura da ARP, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas clausulas.

**CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP**

**5.1.** A Gerencia da ARP ficará cargo da Prefeitura, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas.

**5.2.** A ARP oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgão e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.

**5.3.** Os órgão ou entidades interessados na utilização da ARP deverão encaminhar solicitação previa ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.

**5.4.** A utilização desta ARP por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

**a)** Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

**b)** Anuência expressa do fornecedor.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO**

**6.1.** O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

**6.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do(s) Equipamento(s).

**6.3.** É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.

**6.4.** Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, órgão gerenciador Cancelará total ou parcialmente esta ARP adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

**6.5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços.

**6.6.** Nos preços unitários registrados esta incluída todas as despesas e taxas de qualquer Espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

**CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO**

**7.1.** A(s) aquisição(ões) do(s) Equipamento(s) deste instrumento serão efetuadas através de Requisição, emitida pelo Setor de Compras**,** contendo: o nº do pregão, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de emissão.

**7.2.** Os bens serão recebidos:

**a)** PROVISIORIAMENTE, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes na Clausula Segunda da presente ARP.

**b)** DEFINITIVAMENTE, após a verificação da conformidade com as especificações constantes na Clausula Segunda da presenta ARP, e sua consequente aceitação, que se dará até 15 (quinze) dias do recebimento provisório, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo fixado.

**7.3.** Em se verificando vícios ou defeitos no(s) Equipamento(s), o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento.

**7.4.** A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega do(s) Equipamento(s) será realizada pelo Fiscal do Contrato.

**7.5.** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo os órgão adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

**CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

**8.1.**O fornecimento será efetuado de modo parcelado, contados a partir da emissão da requisição, e deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT

**8.2.** A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará expedição da solicitação de empenho ou documento similar e notificará empresa para proceder à retirada do mesmo.

**8.2.1.** A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.

**8.2.2.** Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da Solicitação de ordem de fornecimento.

**8.3.** Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento.

**8.4.** A retirada da Solicitação de ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

**8.5.** Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

**8.6.** Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial do(s) Equipamentos(s), o esgotamento do(s) Equipamentos(s) será o limite mínimo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

**8.7.** Na hipótese do Item 8.6, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá restante do(s) Equipamentos(s) das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item.

**8.8.** O(s) Equipamentos(s) deverá(ão) ser entregue(s) pela vencedora no local determinado pelo Órgão requisitante, no horário comercial;

**8.9.** O(s) Equipamentos(s) serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

**8.10.** O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;

**8.10.1.** Em se verificando problemas na entrega do(s) Equipamentos(s), a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

**8.11.** O(s) Equipamentos(s), a cada requisição, deverão ser executados de uma só vez no local indicado no Item 8.8 desta ARP, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente á data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega do(s) Equipamentos(s) poderá ser fracionada e/ou prorrogada.

**CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR**

**9.1.** Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e Previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.

**9.2.** Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

**9.3.** Responder ás notificações no prazo estabelecido.

**9.4.** Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.

**9.5.** Efetuar a execução o do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.

**9.6.** Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

**CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**10.1.** Gerenciar a ARP.

**10.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgão aderentes. (em casos de adesão).

**10.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.

**10.4.** Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.

**10.4.1.** Caberão órgão aderente a aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ARP, devendo ser encaminhada copias para conhecimento da decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

**10.5.** Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.

**10.6.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

**11.1.** Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.

**11.1.1.** A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

**11.2.** Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE**

**PREÇOS – ARP**

**12.1.** A ARP poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

**a)** O fornecedor não dispuser a substituir o(s) Equipamentos(s) que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

**b)** O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento;

**c)** O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente;

**d)** O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

**e)** Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado nos autos;

**f)** Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência.

**12.2.** O cancelamento da ARP, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

**12.3.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

**13.1.** A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for ocaso;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO**

**14.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem bancaria emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu credito.

**14.2.** A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

**14.3.** Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar.

**14.4.** O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providencias cabíveis.

**14.5.** Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.

**14.6.** Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO**

**15.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.

**15.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo mansão expressa ao número da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma.

**15.2.1.** O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento.

**15.3.** Todos os tributos incidentes sobre o(s) Equipamentos(s) deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.

**15.4.** No documento de cobrança deverá constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o deposito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

**15.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

**15.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 7o da Lei no 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)**

**16.1.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

**a)** atraso até 05 (cinco) dias, multa de 5 % (dois por cento);

**b)** a partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 04 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

**16.2.** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **Município de Peixoto de Azevedo-MT,** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

**16.3.** Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

**16.3.1.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

**16.3.2.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos,

**16.3.3.** Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

**16.4.** A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos e, se for o caso, o Município de Peixoto de Azevedo-MT solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

**16.5.** A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Peixoto de Azevedo-MT, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Peixoto de Azevedo-MT, proceder à cobrança judicial da multa;

**16.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Peixoto de Azevedo-MT;

**16.7.** Se a **CONTRATADA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município;

**16.8.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**17.1 -** Considerando o prazo de validade estabelecido na clausula quarta da ARP e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Lei Federal nº 10192/2001 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Eletrônico nº 012/2018, o qual integra a presente ARP, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

**17.2 -** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis á espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS**

**18.1 -** Esta ARP vincula-se ás disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

**a)** Edital de Pregão Eletrônico nº 012/2018 e Termo de Referência;

**b)** Ata da Sessão Pública;

**c)** Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**19.1.** O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

**a)** Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação ás finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;

**b)** Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

**c)** Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;

**d)** Fiscalizar o fornecimento do(s) Equipamentos(s).

**e)** Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES**

**20.1.** As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

**20.1.1.** As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Rua Ministro César Cals nº 226 Centro- Peixoto de Azevedo-MT – CEP 78530-000

Secretaria Municipal de Administração

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**20.2.** Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**21.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, 2º do Código Civil.

**21.2.** O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Clausula ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta ARP.

**21.3.** Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da ARP com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhando-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

**22.1.** Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação trimestralmente na Imprensa Oficial do Município e divulgação por meios eletrônicos, os preços registrados para utilização dos órgãos participantes em conformidade com o disposto no art. 4, inciso VII do Decreto Municipal 006/2010.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO**

**23.1.** Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo-MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta ARP.

**22.2.** E por estarem de acordo, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerencia Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 25 de Junho de2018

**Município de Peixoto de Azevedo-MT**

Rep. Legal: Mauricio Ferreira de Souza

**LEI MUNICIPAL Nº 1007/2018**

**LEI MUNICIPAL Nº 1.007, DE 22 DE JUNHO DE 2018.**

**"Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros ao Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Peixoto de Azevedo/MT e dá outras providências."**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar mensalmente ao Conselho Comunitário de Segurança Pública de Peixoto de Azevedo, mediante convênio ou outro ajuste, o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensal, para aplicação na sua atividade finalística.

I – Em apoio a Polícia Civil e Polícia Militar.

**Parágrafo único** – Apenas haverá o repasse, após a lavratura do respectivo instrumento, mediante aprovação do Plano de Trabalho, ficando a obrigatoriedade de prestação de contas.

**Art. 2º** -As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 3º**- A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 22 dias de Junho de 2018.

**Mauricio Ferreira de Souza**

**Prefeito Municipal**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2018 – RESULTADO**

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DESTINADOS A CRECHE DO DISTRITO UNIÃO DO NORTE (LUCY AGNER GALLO) CONFORME O TC PAR Nº 201500283 FNDE/MEC EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.** Sagraram-se vencedoras as empresas **BRIVIA COMÉRCIO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI - ME,** com o valor total de **R$ 8.011,10 (Oito mil onze reais e dez centavos); COMERCIAL USUAL EIRELI - EPP,** com o valor total de **R$ 10.270,00 (Dez mil duzentos e setenta reais); EGS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS EIRELI - ME,** com o valor total

de **R$ 2.070,00 (Dois mil e setenta reais); JAIME TRENTIN E CIA LTDA ME,** com o valor total de **R$ 4.300,00 (Quatro mil e trezentos reais); NV FRANCO COM E SERV DE INFORM E CLIM EIRELI - ME,** com o valor total de **R$ 7.680,00 (Sete mil seiscentos e oitenta reais); OLMI INFORMATICA LTDA EPP,** com o valor total de **R$ 7.227,19 (Sete mil, duzentos e vinte e sete reais e dezenove centavos)** e **TREND COMERCIAL EIRELI - EPP** com o valor total de **R$ 1.734,00 (Hum mil, setecentos e trinta e quatro reais).** Na fase de habilitação as concorrentes atenderam ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 26 de Junho de 2018.

**EMERSON NUNES FREITAS**

**Pregoeiro**

**LEI MUNICIPAL Nº 1008/2018**

**LEI MUNICIPAL Nº 1.008, DE 22 DE JUNHO DE 2018.**

**"Dispõe sobre abertura de Crédito Especial para inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA de 2018 de Elemento de Despesas para Indenizações de Pessoal do programa CRIANÇA FELIZ do Governo Federal e dá outras providencias. "**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, nos termos do artigo 41, inciso II da Lei 4.320/64, no valor de até R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), para atender a criação do elemento de despesa no projeto/atividade nº 2088 – Manutenção do Programa CRIANÇA FELIZ na seguinte dotação Orçamentária:**

| | |
|---|---|
| Órgão: | 08- Secretaria Municipal de Assist. Social Trab. Cidadania |
| Unidade Orçamentária: | 08.003- Fundo Municipal da Criança e Adolescentes |
| Função: | 08- Assistência Social |
| Subfunção: | 243- Assistência a Criança e ao Adolescente |
| Programa: | 0026- Assistência e Cidadania por Peixoto |
| Projeto/Atividade: | 2088- Manutenção do Programa CRIANÇA FELIZ |

| | | |
|---|---|---|
| Elemento Despesa: | 339093.00.00 ( )-Indenizações e Restituições | |
| Fonte: | 129-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 78. 000,00 |

**Art. 2º** - Para fazer face ao Crédito Autorizado no Artigo anterior desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de anulação de saldo de dotações previstas no orçamento, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64, conforme discriminadas abaixo, no montante de até R$ 78. 000,00 (setenta e oito mil reais):

| | | | |
|---|---|---|---|
| **08.002 - FDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL** | **773** | 08.002.08.241.0035.2076.335043000000 SUBVENCOES SOCIAIS | 5. 100,00 |
| **08.002 - FDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL** | **794** | 08.002.08.244.0023.2078.319011000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESS | 20. 000,00 |
| **08.002 - FDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL** | **795** | 08.002.08.244.0023.2078.319013000000 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS | 5. 000,00 |
| **08.002 - FDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL** | **796** | 08.002.08.244.0023.2078.319113000000 OBRIGACOES PATRONAIS - PREVIPAZ | 10. 000,00 |
| **08.002 - FDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL** | **798** | 08.002.08.244.0023.2078.339030000000 MATERIAL DE CONSUMO | 14. 000,00 |
| **08.002 - FDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL** | **800** | 08.002.08.244.0023.2078.339039000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSO | 7. 300,00 |
| **08.002 - FDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL** | **801** | 08.002.08.244.0023.2078.339093000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES | 2. 000,00 |
| **08.002 - FDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL** | **917** | 08.002.08.243.0035.2088.319011000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESS | 14. 000,00 |
| **08.002 - FDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL** | **920** | 08.002.08.243.0035.2088.339014000000 DIARIAS PESSOAL CIVIL | 600,00 |
| | | **TOTAL DA REDUÇÃO:** | **78. 000,00** |

**Art. 3º** - Fica autorizado a inclusão do elemento de despesa 339093.00.00 – Indenizações e Restituições, no Projeto/Atividade nº 2088 – Manutenção do Programa CRIANÇA FELIZA na Lei Municipal nº 988 de 22 de dezembro de 2017, e na Lei Municipal nº 989 de 22 de dezembro de 2018, LOA/ 2018.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 22 dias de Junho de 2018.

**MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

**PORTARIA Nº127/2018**

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** a servidora Sra. MARIA CONCEIÇÃO SILVA."

O Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças**, gestor do IMPAS** - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº 210/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. **MARIA CONCEIÇÃO SILVA**, portadora do CPF n.º 882.294.081-49, residente e domiciliada neste município, servidora EFETIVA, no cargo de AUX. DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na FUNDEF-40%, devidamente matriculada sob o n.º 53, com vencimentos integrais, a partir de 10/06/2018 e término em 09/09/2018, conforme processo administrativo do IMPAS, n.º **2018.05. 00022R19**.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se. PLANALTO DA SERRA - MT, 14/06/ 2018.

SALVADOR MASSAMI MIYASAK

Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças

**PORTARIA N°121/2018**

**"DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA ALCRENE SOARES CAMPOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**ROSIMAR ALVES PEREIRA**, Prefeito interino do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012.

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Conceder 30 (Trinta) dias de Férias a servidora **ALCRENE SOARES CAMPOS**, brasileira, no cargo de Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social Gestão e Trabalho, portadora do RG Nº 1913308-1 SSP/MT e CPF: 029.679.491-08, no período de 08/06/ 2018 a 07/07/2018, referente ao exercício 2017, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 08 de julho de 2018.

**Art. 2º -** A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 08 de junho de 2018.

***ROSIMAR ALVES PEREIRA***

Prefeito Interino Municipal

**PORTARIA N°123/2018**

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA N° 116/2018, REFERENTE A LICENÇA PRÊMIO DA SERVIDORA **MARIA VILMA FERREIRA DE SOUZA** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**ROSIMAR ALVES PEREIRA**, Prefeito Municipal interino de Planalto da Serra, no uso de suas atribuições legais e nos termos da lei.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º - REVOGAR,** em todos os seus efeitos, a Portaria nº 116/2018, que concedeu licença prêmio a Servidora Municipal **MARIA VILMA FERREIRA DE SOUZA**, efetiva no cargo de Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Planalto da Serra-MT, a partir do dia 02 de junho de 2018.

**Artigo.2º**- A presente Portaria entrará em vigor na data retroativa a 02 de junho de 2018.

**Artigo.3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra-MT, em 15 de junho de 2018.

***ROSIMAR ALVES PEREIRA***

Prefeito Municipal Interino

**PORTARIA N.º 129/2018**

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** a servidora Sra. ROSA ODETE NEVES DOS SANTOS."

O Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças**, gestor do IMPAS** - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº 210/2004., que rege a previdência municipal;

Resolve:

**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. **ROSA ODETE NEVES DOS SANTOS**, portadora do RG n.º 469300, SSP/MT e do CPF n.º 346.805.271-53, residente e domiciliada neste município, servidora EFETIVA, no cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM, lotada na SETOR DE SAUDE E SANEAMENTO, devidamente matriculada sob o n.º 496, com vencimentos integrais, a partir de 11/06/2018 e término em 10/09/2018, conforme processo administrativo do IMPAS, n.º **2018.05.00010R21**.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se. PLANALTO DA SERRA - MT, 19/06/2018.

SALVADOR MASSAMI MIYASAK

Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças

**PORTARIA N.º 126/2018**

*"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra.* ***JOELMA DE ALMEIDA FEREIRA."***

O Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças **do IMPAS** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PLANALTO DA SERRA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26 da Lei Municipal nº 210/2004., que rege a previdência municipal;

Resolve:

**Art.1º**Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. **JOELMADE ALMEIDAFEREIRA**, portadora do RG n.º 16815319, SSP/MT e do CPF n.º 019.600.341-54, residente e domiciliada neste município, servidora EFETIVA, no cargo de RECEPCIONISTA, na SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, devidamente matriculada sob o n.º 000299, com vencimentos integrais, a partir de 28/05/2018 e término em 24/09/2018, conforme processo administrativo do IMPAS, n.º **2018.08.00014P**.

**Art. 2º** A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

**Art. 3º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PLANALTO DASERRA- MT, 14/06/2018.

SALVADOR MASSAMI MIYASAK

Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças

Homologo:

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N°120/2018**

**"DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA SUELI OLIVEIRA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**ROSIMAR ALVES PEREIRA**, Prefeito interino do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012.

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Conceder 30 (Trinta) dias de Férias a servidora **SUELI OLIVEIRA SILVA**, brasileira, efetiva no cargo de Auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, portadora do RG Nº 1188752-4 SSP/MT e CPF: 007.685.381-06, no período de 08/06/2018 a 07/07/2018, referente ao exercício 2017, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 08 de julho de 2018.

**Art. 2º -** A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 08 de junho de 2018.

***ROSIMAR ALVES PEREIRA***

Prefeito Interino Municipal

**PORTARIA N.º 125/2018**

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** a servidora Sra. ALTINA GOMES DE SOUZA."

O Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças**, gestor do IMPAS** - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº 210/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. **ALTINA GOMES DE SOUZA**, portadora do RG n.º 414728, SSP/MT e do CPF n.º 767.269.081-72, residente e domiciliada neste município, servidora EFETIVA, no cargo de AUX. DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na FUNDEF-40%, devidamente matriculada sob o n.º 109, com vencimentos integrais, a partir de 03/06/2018 e término em 02/09/2018, conforme processo administrativo do IMPAS, n.º **2018.05.00018R21**.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se. PLANALTO DA SERRA - MT, 14/06/2018.

SALVADOR MASSAMI MIYASAK

Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças

**PORTARIA N°118 /2018**

**"DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES A SERVIDORA SVETLANA NERY COUTINHO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**ROSIMAR ALVES PEREIRA**, Prefeito interino do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei 398/2012,

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Conceder licença, sem ônus, para tratar de assuntos particulares a servidora, **SVETLANA NERY COUTINHO DA SILVA**, brasileira, no cargo de **Enfermeira**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, portador do RG Nº 1547508-8 SSP/MT e CPF: 013.715.781-92, no período de 08(oito) meses, a partir do dia 06/06/2018 à 05/02/2019, devendo apresentar-se pronto para o trabalho no dia 06 de fevereiro de 2019.

**Art. 2º -** A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 06 de junho de 2018.

Rosimar Alves Pereira

Prefeito Municipal Interino

**DECRETO Nº022/GP/2018**

**"DISPÕE SOB O PONTO FACULTATIVO EM RAZÃO DO JOGO DO BRASIL NA COPA DO MUNDO FIFA 2018 NO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**CONSIDERANDO** que dia 27 de junho de 2018 (quarta feira) as 14h00min é o jogo do Brasil na Copa do Mundo, Brasil x Sérvia;

**CONSIDERANDO** a possibilidade de decretação de Ponto Facultativo nas repartições e Órgãos da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

O Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROSIMAR ALVES PEREIRA**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 59, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica decretado ponto facultativo a partir das 13h00min no dia 27 de junho de 2018 (quarta feira) em virtude do jogo do Brasil retornando as atividades no dia 28 de junho de 2018 (quinta feira).

Parágrafo Primeiro: Não se aplica o disposto neste artigo aos serviços essenciais do Município (iluminação pública, limpeza e coleta de lixo e emergenciais na area de atendimento na Saúde), que terão funcionamento conforme plantão, cronograma predefinido ou outro sistema de revezamento.

Parágrafo segundo: A Rede Municipal de Educação terá suas aulas normais no período matutino, e suspensas suas aulas **SOMENTE** no período vespertino.

Artigo 2° - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto da Serra/Mt, 26 de Junho de 2018.

***ROSIMAR ALVES PEREIRA***

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 128/2018**

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** a servidora Sra. MARIA LINA DA SILVA ."

O Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças**, gestor do IMPAS** - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº 210/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

portadora do CPF n.º 811.624.051-04, residente e domiciliada neste município, servidora EFETIVA, no cargo de MERENDEIRA, lotada na FUNDEF-40%, devidamente matriculada sob o n.º 359, com vencimentos integrais, a partir de 15/06/2018 e término em 14/09/2018, conforme processo administrativo do IMPAS, n.º **2018.05.00009R1**.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se. PLANALTO DA SERRA - MT, 18/06/2018.

SALVADOR MASSAMI MIYASAK

Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças

**PORTARIA N°124/2018**

**"DISPÕE SOBRE FERIAS DA SERVIDORA MARIA VILMA FERREIRA DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**ROSIMAR ALVES PEREIRA**, Prefeito interino do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012.

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora **MARIA VILMA FERREIRA DE SOUZA**, brasileira, efetiva no cargo de Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, portadora do RG Nº 19920482 SSP/MT e CPF: 027.043.681-20, referente ao exercício de 2017,a partir do dia 02/06/018 à 01/07/2018 devendo apresentar-se para o trabalho no dia 02 de julho de 2018.

**Art. 2º -** A presente Portaria entrará em vigor na data retroativa a 02 de junho de 2018.

**Art. 3º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 15 de junho de 2018.

***ROSIMAR ALVES PEREIRA***

Prefeito Interino Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**DECRETO Nº 061/2018**

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA CIDADE DE POCONÉ POR FORÇA DO JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO 2018.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

**D E C R E T A:**

**ARTIGO 1º -** Fica determinado **Ponto Facultativo Municipal no dia 27 de Junho do ano de 2018 (quarta feira), no período VESPERTINO (compreendido das 13h00min ás 18h00min) na cidade de Poconé em razão do Jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo,** exceto os serviços essenciais.

**ARTIGO 2º -** O expediente municipal será normal a partir das 07h00min horas do dia 28 de Junho de 2018 (quinta feira -).

**ARTIGO 3º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 25 de Junho de 2018.

***Atail Marques do Amaral (Tatá Amaral)* Prefeito Municipal de Poconé**

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**PORTARIA Nº 193/2018**

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

**R E S O L V E:**

ARTIGO 1º - NOMEAR a Senhora *IEDA REGINA MARQUES DE OLIVEIRA,* Portadora do RG nº 2504310-2 SSP/MT, inscrita no CPF 048.248.891-38, para exercer o cargo de *GESTORA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA*, desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.**

Poconé - MT, 26 de junho de 2018.

***ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)***

**Prefeito Municipal de Poconé**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2018

**Tipo: Menor Preço por Item**

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT torna-se público aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO n° 023/2018**, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTROS DE AR, PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA E PAGAMENTO POR DEMANDA, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital,** cuja abertura ocorreu às nove horas, do dia 26 de junho de 2018.

**Sagrou-se vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:**

1 – **RODOCAR PNEUS EIRELLI**, inscrita no CNPJ nº 20.170.314/0001-40, situada à Avenida Ministro João Alberto nº 732, sala 03, Centro na cidade de Barra do Garças para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60, Valor Total de **R$ 254.338,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e trinta e oito reais).**

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, 26 de junho de 2018.

**ELIZA DE ALVARENGA NAVES**

Pregoeira Municipal

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2018**

**Tipo: Menor Preço por Item**

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT, torna-se público aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO n° 014/2018**, tendo como objeto **Aquisição futura de pneus, protetores e câmaras de ar, visando atender as necessidades das unidades administrativas para atender as veículos lotados nas secretarias de: agricultura; saúde; educação ; viação e obras públicas; promoção social e gabinete do prefeito, conforme especificações e quantidades determinadas,** cuja a abertura ocorreu as oito horas, do dia 28 de março de 2018.

**Sagrou-se vencedora da presente licitação as seguintes Empresas:**

**1- WD COMBUSTÍVEIS LTDA EPP,** inscrita no CNPJ n° 11.415.193/0001-68, situada à Av. Ministro João Alberto, nº 1916, Setor Bela Vista na cidade de Aragarças-GO, nos itens, 07, 08, 10, 15, 20, 31 e 33com o valor total de **R$ 39.291,00 (trinta e nove mil duzentos e noventa e um reais)**

**2-RODOCAR PNEUS EIRELLI,** inscrita no CNPJ n° 20.170.314/0001-40, situada à Av. Ministro João Alberto, nº 732, sala 03, Centro, na cidade de Barra do Garças-MT, nos itens 01,02,03,04,05,09,11,12,13,14,16,17,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,32,34,35,36,37,38,39,40 e 41, com valor total de **R$ 420.150,00 (quatrocentos e vinte mil cento e cinquenta reais).**

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, 15 de junho de 2018.

**ELIZA DE ALVARENGA NAVES**

Pregoeiro Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 02/2018.

O Município de Porto Alegre do Norte/MT, através de sua Comissão de Licitação, nomeado pela portaria nº. 04/2018, torna público para conhecimento dos interessados resultado do **T. de Preço nº 02/2018**, do tipo menor preço Global, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA AEROPORTUÁRIA E PLANOS AEROPORTUÁRIA, conforme especificações termo de convenio 1376-2017 – SINFRA** Teve como vencedora empresa: **SSM Consultoria, Projetos e Construções LTDA inscrito no CNPJ: 06.245.457/0001-42, Valor da Proposta R$ 381.100,00 ( Trezentos e Oitenta e um Mil e Cem Reais).**

Porto Alegre do Norte/MT, 26 de Junho 2018.

Valdisson Santos Barbosa

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Dispensa de Licitação nº 24/2018

Processo Administrativo nº 62/2018

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado Art. 24 **II** - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

**Favorecido: S. DIAS DA SILVA – EPP CNPJ: 21.781.277/0001-79** Valor R$ 6.000,00 (Seis Mil Reais) **pelos quatro dais de vigilância patrimonial de evento FESTRILHA 2018 etapa final.**

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos legais.

**Porto Alegre do Norte – MT, 25 de Junho de 2018.**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Dispensa de Licitação nº 25/2018

Processo Administrativo nº 63/2018

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado Art. 24 **II** - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) **Favorecido: Vitor Megaron Gomes Santos, inscrito** no CNPJ: 29.886.732/0001-02 Valor R$ 13.000,00 (Treze Mil Reais) **pelos quatro dais de fornecimento de GRUPO GERADOR E PAINEL DE LED no evento FESTRILHA 2018 etapa final.**

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos legais.

**Porto Alegre do Norte – MT, 25 de Junho de 2018.**

**Daniel Rosa do Lago**

**Prefeito**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI Nº 826/2018 ABERTURA DE CREDITO**

**LEI Nº 826/2018**

**SUMULA: "DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"**

***DANIEL ROSA DO LAGO*, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte LEI:**

**Artigo 1 –** Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº **808/2017 – Lei Orçamentária Anual**, um Credito Adicional Suplementar no valor de **R$ 994.130,00 (Novecentos e Noventa e Quatro Mil, Cento e Trinta Reais)** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

| | |
|---|---|
| Órgão | 04 – Secretaria de Educação, Cultura e Desporto |
| Unid. Orç. | 008 – Departamento de Cultura |
| Função | 13 – Cultura |
| Sub-Função | 392 – Difusão Cultural |
| Programa | 0005 – Cultura em Desenvolvimento |
| Proj. /Ativ. | 2.047 – Promoção de Eventos Culturais |
| Elemento | 3390310000 – Premiações Culturais, Artísticas, Cientificas, Desportivas e Outras |
| **Valor R$** | **244.000,00** |
| **Fonte** | **1.24** |
| Elemento | 3390360000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física |
| **Valor R$** | **18.000,00** |
| **Fonte** | **1.24** |
| **Elemento** | 3390390000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica |
| **Valor R$** | **238.000,00** |
| **Fonte** | **1.24** |

| | |
|---|---|
| Órgão | 05 – Secretaria de Saúde |
| Unid. Orç. | 002 – Fundo Municipal de Saúde |
| Função | 10 – Saúde |
| Sub-Função | 301 – Atenção Básica |
| Programa | 0010 – Atenção Básica a Todos |
| Proj. /Ativ. | 1.100 – Aquisição de Equipamentos para Atenção Básica |
| Elemento | 4490520000 – Equipamentos e Material Permanente |
| **Valor R$** | **494.130,00** |
| **Fonte** | **1.24** |

**Artigo 2 –** Para amparar o Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação por rubrica, nos termos do artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei 4.320/64, no Valor de **R$ 994. 130,00 provenientes dos Seguintes Termos de Convênios:**

| Convenio | Objeto | Recurso | Valor R$ |
|---|---|---|---|
| 0407/ 2018 | Realização da IV Festrilha – Festival de Quadrilha do Araguaia | Excesso Vinculado | 500. 000,00 |
| 14362. 357000/ 1140-01 | Aquis de mat. Perm. para Atenção Básica – UBS Buriti | Excesso Vinculado | 144. 160,00 |
| 14362. 357000/ 1180-01 | Aquis de mat. Perm. para Atenção Básica – UBS Aeroporto, Nova Floresta, Buriti e Família IPAN | Excesso Vinculado | 349. 970,00 |
| **TOTAL** | | | **994. 130,00** |

**Artigo 3 -** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 804/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018 - LDO, e na Lei Municipal nº. 805/2017, Plano Plurianual 2018/2021.

**Artigo 4 –** Esta Lei entrara em vigor na data da sua afixação, revogando as disposições em contrario.

**Porto alegre do Norte – MT, em 26 de Junho de 2018.**

***DANIEL ROSA DO LAGO***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS**
**PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2018**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 45/2018 PREGÃO PRESENCIAL N°. 26/2018.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: F R COMERCIO DE GAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 22. 161.363/0002-22

Valor total R$ 50.365,00 (Cinqüenta mil e trezentos e sessenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 14 de Junho de 2018 até 14 de Junho de 2019.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de Água Mineral e Recarga de Gás de Cozinha, para atender as secretarias desta municipalidade, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT, conforme a demanda, quantidade e especificações no Termo de Referência, Anexo I, do edital Pregão presencial nº 26/2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 47/2018 PREGÃO PRESENCIAL N°. 28/2018.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: RAMOS DE BARROS E SILVA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 15.623.672/0001-20

Valor total R$ 344.900,000 (Trezentos e quarenta e quatro mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: 14 de Junho de 2018 até 14 de junho de 2019.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de Prestação de Serviço de Locação de Horas Maquinas, com Operador para atender a Secretaria de Viação e Obras Publicas em Porto Alegre do Norte-MT.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 48/2018 PREGÃO PRESENCIAL N°. 29/2018

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF nº. 02.943.563/0001-49

Valor total R$ 334.891,03 (Trezentos e trinta e quatro mil e oitocentos e noventa e um reais e três centavos).

VIGÊNCIA: 14 de Junho de 2018 até 14 de Junho de 2019.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de Material - PEDRA BRITADA - PARA SER UTILIZADA EM PAVIMENTAÇÃO DE ALFALTO, para atender a secretaria de Viação e Obras publicas no projeto de ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 198/2017/SECID, TERMO DE CONVÊNIO Nº 0381/2017/SECID, TERMO DE CONVÊNIO Nº 1679/2017/SECID, com entrega em Porto Alegre do Norte –MT e Nova Floresta.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 48/2018 PREGÃO PRESENCIAL N°. 29/2018

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: BRITAZIL XINGU LTDA-EPP, inscrita no CNPJ/MF nº. 28.942.414/0001-59

Valor total R$ 247.760,00 (Duzentos e quarenta e sete mil e setecentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 14 de Junho de 2018 até 14 de Junho de 2019.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de Material - PEDRA BRITADA - PARA SER UTILIZADA EM PAVIMENTAÇÃO DE ALFALTO, para atender a secretaria de Viação e Obras publicas no projeto de ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 198/2017/SECID, TERMO DE CONVÊNIO Nº 0381/2017/SECID, TERMO DE CONVÊNIO Nº 1679/2017/SECID, com entrega em Porto Alegre do Norte –MT e Nova Floresta.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL Nº 016/2018. LEI 826/2018**

**EDITAL Nº 016/2018.**

**PORTO ALEGRE DO NORTE, 26 DE JUNHO DE 2018.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÃNICA MUNICIPAL.**

**T O R N A – S E P Ú B L I C O:**

**A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte** torna-se público **a** LEI **826/2018** "**DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS – FESTRILHA E EQUIPAMENTOS**".

**A LEI 826/2018 ficará** a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

**C U M P R A – S E**

**R E G I S T R E – S E**

**P U B L I Q U E – S E**

**DANIEL ROSA DO LAGO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

**LICITAÇÃO**
**PUBLICAÇÃO DE RESULTADO PREGÃO 18/2018 COMBUSTÍVEL**

**PUBLICAÇÃO DE RESULTADO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 64/2018**

**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2018**

A Prefeitura de Porto Esperidião-MT, Torna publico aos **Resultado do Pregão Presencial Registro de Preço 18/2018, do objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL**. Informamos que o mesmo foi declarado como **FRACASSADO**

Porto Espeirdião-MT, 26 de Junho de 2018.

**RONEY BATISTA CARDOSO- PREGOEIRO.**

**LICITAÇÃO**
**PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 52/2017**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 52/2017

Pelo presente Termo Aditivo de **Prorrogação de Prazo**, que se regula pelos preceitos de Direito Público, com amparo legal no Art. 57 Inciso II da lei 8.666/93. Em sua cláusula NONA do referido contrato.

**DAS PARTES**

**O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/0001-48**, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu

Prefeito **Sr. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 – Centro, Porto Esperidião – MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e a empresa: **ALLAN MUNIZ CARNEIRO, CNPJ: 27.368.103/0001-65**, Endereço, Rua Marechal Rondon, centro, Cep: 78240.000, Porto Esperidião-MT. Neste Ato representado pelo senhor BENEDITO MUNIZ CARNEIRO, Portador do **RG: 360.743 SSP/MT e CPF:303.726.581-72.** Doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO de PRORROGAÇÃO DE PRAZO** pelo período de 12 meses oriundo do processo licitatório na modalidade **Pregão Presencial 14/2017,** com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FINALIDADE**

A forma de execução do objeto deste Termo Aditivo, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes do **Pregão Presencial 14/2017;** a qual, a Prefeitura de PORTO ESPERIDIÃO – MT, oriundo do contrato 36/2017**,** que se tornam parte integrante deste Termo Aditivo.

O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar o prazo do contrato original pelo período de 12 meses, que terá sua vigência **apartir do dia 04/06/ 2018** com **validade até a 04/06/2019**. Acordo com o que prevê na **clausula nona** do **Contrato 52/2017**, podendo ser prorrogada em comum acordo entre as partes e nos termos da lei 8.666/93. Em seu Art. 57 inciso I e II.

**CLÁUSULA SEGUNDA DA DOTAÇÃO**

As despesas decorrentes com a aquisição futura do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos: **CÓD. REDUZIDO (336) – 33.90.39 – Outros Serv. De Terceiros – Pessoa Jurídica.**

Acordo com a clausula quinta do **Contrato 16/2017**, podendo ser prorrogada de comum acordo entre as partes e nos termos da Lei 8.666/93. E suas posteriores alterações.

**CLAUSULA TERCEIRA DO ADITAMENTO**

Todas as demais cláusulas do Contrato original, permanecerão inalterados e serão mantidas integralmente.

**CLÁUSULA QUARTA - DO FORO**

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões deste processo Licitatório que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

**Porto Esperidião - MT, 04 de junho de 2018**

**MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL

**ALLAN MUNIZ CARNEIRO**

**CNPJ: 27.368.103/0001-65**

**FISCAL DE CONTRATO**

**ELIEL PEREIRA ALVES**

**CPF: 017.361.181-88**

**TESTEMUNHAS**

**EDILZA R. PEREIRA DIAS**

**CPF: 038.342.821-11**

**RONEY BATISTA CARDOSO**

**CPF: 883.928.801-53**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 209/2018 - DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA FISCAL CONTRATO**

**(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA FISCAL DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 004/2017).**

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear o Servidor Sr° **DIVINA DA SILVA FERREIRA, p**ortadora da Cedula de Identidade **RG. Nº. 2159531-3 SSP/MT e CPF. Nº. 038. 020.891-11**, para exercer a função de Fiscal de **Termo aditivo de Contrato** relacionado a seguir:

**CONTRATO N. 004/2017- INSTITUTO LIONS DA VISÃO.**

**Artigo 2º** - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 21 de Junho de 2018.

**EUGENIO PELACHIM**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 214/2018 - DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA FISCAL CONTRATO**

**(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA FISCAL DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE N° 011/2016).**

**EUGENIO PELACHIM**, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear o Servidor SRª. **ANA MARIA BARROS**, Portadora da Cédula de Identidade RG Nº.1250795-4 SSP/MT e CPF Nº. 654894381-34,, para exercer a função de Fiscal de **Termo Aditivo de Contrato** relacionado a seguir:

| N° | Contrato |
|---|---|
| 011/ 2016 | Contrato de locação de imóvel entre a Prefeitura srª Zilda da Silva dos Santos |

**Artigo 2º** - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 21 de Junho de 2018.

**EUGENIO PELACHIM**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO**

**PORTARIA MUNICIPAL Nº 207/2018 - DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO**

**(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA FISCAL DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 011/2017).**

**EUGENIO PELACHIM**, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear o Servidor Sr° **Jose Carlos Marin**, portador do RG: nº. 14156107 SSP/SP e CPF: nº. 099.471.058-57, para exercer a função de Fiscal de **Termo aditivo de Contrato** relacionado a seguir:

**CONTRATO N. 011/2017- Facilita Gestão Publica Brasil Ltda-Me**

**Artigo 2º** - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 21 de Junho de 2018.

**EUGENIO PELACHIM**

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 200/2018 - DISPÕE SOBRE FISCAL DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO**

**(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA FISCAL DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 011/2015).**

**EUGENIO PELACHIM**, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear a Servidora Srª **ANA CAROLINA FERREIRA LIMA DE JESUS** , inscrita no **CPF nº 953.286.451-20 e CAU A101786-1**, para exercer a função de Fiscal de **4º TERMO ADITIVO** do contrato relacionado a seguir:

**011/2015 – E.S.S BULOW – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO.**

**Artigo 2º** - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

**PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 15 de Junho de 2018.

**EUGENIO PELACHIM**

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 206/2018 - NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

**(NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL (CMSRS) PARA BIENIO 2018/2020).**

**EUGENIO PELACHIM**, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

**Considerando** a Lei Municipal de N° **270/2005**, de 25 de Julho de 2005, Que Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento rural Sustentavel (CMSRS),órgão deliberativo e de assessoramento ao poder Executivo Municipal, com as seguintes finalidades.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Fica nomeada os **Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento rural Sustentavel (CMSRS)**, com o exercício de dois anos a partir da data de criação, para cumprimento do Mandato Bienio 2018/2020, composta pelos seguintes Membros:

| | | |
|---|---|---|
| **Luiz Americo da Silva** | **65-9613-9481** | **Presidente** |
| **Ronei Maldaner** | **65-3042-0034** | **Vice-Presidente** |
| **Arthur Alves de arruda Filho** | **65-9679-6920** | **Secretario** |
| **João Bruno Maciel** | **65-9614-8097** | **Associação Teimoso** |
| **Neidinalva Felix** | **65-9944-9953** | **Representante do PA 22** |
| **Dorival Leite da Gama** | **65-9626-9031** | **Pres. Ass. Voltinha e Vaozinho** |
| **Siduino da Silva** | **65-9626-9031** | **Ass. Volt. Vaozinho - Suplente** |
| **Francisco Felix Sobrinho** | **65-9945-4068** | **Sindicato Rural Trabalhadores** |
| **Isaurina Ferreira Deniz** | **65-9926-9883** | **Ass.Negra Rural Quilombo Bocaina** |
| **Silas Costa Bueno da Cruz** | **65-9926-9883** | **Ass.Negra Rural Quilombo Bocaina-Supl.** |
| **Lucilo Carvalho de Jesus** | **65-9921-6693** | **Ass. Salobra Grande -APROSAG** |
| **Leonildo Martins** | **65-9916-5620** | **Pres. Associação Boi Morto** |
| **Ezequiel do Carmo Farias** | **65-9630-6306** | **Ass. Boi Morto- suplente** |
| **Marco Antonio de S Ferreira** | **65-9941-3694** | **Aprocal 1 – Com. Luzia** |
| **Martins Dias dos Santos** | **65-9941-3694** | **Ass. Com. Luzia - Suplente** |
| **Vanius Souza Tavares** | **65-9920-0250** | **Representante Empaer** |
| **Silvana Marta de O. Silva** | **65-9933-8506** | **Representante Indea** |

**Art. 2°** . Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º ) –** Revogando-se a as disposições em contrário.

**Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.**

Porto Estrela/MT, 21 de Junho de 2018.

**EUGENIO PELACHIM**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 211/2018 - DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA FISCAL CONTRATO**

**(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA FISCAL DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 005/2015).**

**EUGENIO PELACHIM**, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear o Servidor Srª **ANA CAROLINA FERREIRA LIMA DE JESUS** , inscrita no **CPF nº 953.286.451-20 e CAU A101786-1**, para exercer a função de Fiscal de **Termo aditivo de Contrato** relacionado a seguir:

**CONTRATO N. 005/2015- V.A.G DE MATOS E CIA LTDA – Construção de quadra escolar coberta no município de Porto Estrela.**

**Artigo 2º** - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 21 de Junho de 2018.

**EUGENIO PELACHIM**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 212/2018 - DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA FISCAL CONTRATO**

**(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA FISCAL DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 008/2016).**

**EUGENIO PELACHIM**, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear o Servidor Sr. **GILMAR ZANELIA,** Portadorda Cedula de Identidade **RG Nº 953.897 SSP/MT e CPF. Nº 616.514.001-72**, para exercer a função de Fiscal de **Termo aditivo de Contrato** relacionado a seguir:

**CONTRATO N. 008/2016- DURALEX SISTEMAS DE GESTÃO PUBLICA LTDA.**

**Artigo 2º** - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 21 de Junho de 2018.

**EUGENIO PELACHIM**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 210/2018 - DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA FISCAL CONTRATO**

**(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA FISCAL DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 010/2017).**

**EUGENIO PELACHIM**, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear o Servidor Sr. **CARLOS HENRIQUE VIEIRA PALUDETTI**Portadorda Cedula de Identidade **RG Nº 1882887-6 SSP/MT e CPF Nº 036.404.681-39**, para exercer a função de Fiscal de **Termo aditivo de Contrato** relacionado a seguir:

**CONTRATO N. 010/2017- LENILDA DO CARMO SILVA-ME.**

**Artigo 2º** - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 21 de Junho de 2018.

**EUGENIO PELACHIM**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 213/2018 - DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA FISCAL CONTRATO**

**(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA FISCAL DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 002/2016).**

**EUGENIO PELACHIM**, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear a Servidora **Srª.CLAUDIA COSTA BERNARDES SANTOS,** Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 961.489 SSP/MT e CPF. Nº. 630.742.811-20**, para exercer a função de Fiscal de **Termo aditivo de Contrato** relacionado a seguir:

**CONTRATO N. 002/2017- M.P DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB.**

**Artigo 2º** - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 21 de Junho de 2018.

**EUGENIO PELACHIM**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 201/2018 - DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO**

**(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCAL DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO N. 014/2017).**

**EUGENIO PELACHIM**, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear o Servidor Sr° **Assis Xavier da Silva**,Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 1.311.866-8 SSP/MT e CPF. Nº 947.892. 311-00,** para exercer a função de Fiscal de **TERMO ADITIVO DE CONTRATO** relacionado a seguir:

**014/2017 – LUCAS DAVID MARQUES.**

**Artigo 2º** - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 15 de Junho de 2018.

**EUGENIO PELACHIM**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 208/2018 - DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA FISCAL CONTRATO**

**(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA FISCAL DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 009/2017).**

**EUGENIO PELACHIM**, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear o Servidor Sr° **LOURIVAL MAGALHÃES COSTA,** Portadorda Cedula de Identidade **RG Nº 1.239.793-2 SSP/MT e CPF Nº 003.978.481-96**, para exercer a função de Fiscal de **Termo aditivo de Contrato** relacionado a seguir:

**CONTRATO N. 009/2017- HEMERSON VEGAS FERRARI – LOCAÇÃO DE SALAO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO.**

**Artigo 2º** - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Porto Estrela -MT, 21 de Junho de 2018.

**EUGENIO PELACHIM**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 202/2018 - NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL**

**(NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DA PESSOA IDOSA LEI N. 151/2001)**

**EUGENIO PELACHIM**, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Fica nomeada a **Comissão dos Membros do Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa**, com o exercício de dois anos a partir da data de criação, composta pelos seguintes membros:

**REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

| **MEMBRO TITULAR** | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | **BERENICE FERREIRA RAMOS** | | |
| **Bairro** | *Centro* | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

| **MEMBRO SUPLENTE** | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | CICERO FERNANDES DOS SANTOS | | |
| **Bairro** | | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

**REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL**

| **MEMBRO TITULAR** | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *ELAINE CRISTINA MAGALHAES CARDOSO* | | |
| **Bairro** | | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

| **MEMBRO SUPLENTE** | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *LAURA LISANDRA M. MELO MASIERI* | | |
| **Bairro** | *CENTRO* | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

**REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUN, DE SAUDE.**

| **MEMBRO TITULAR** | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *JOSE CARLOS MARIN* | | |
| **Bairro** | | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

| **MEMBRO SUPLENTE** | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *FATIMA TEREZA DE BARROS* | | |
| **Bairro** | | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

**REPRESENTANTES DA ESCOLA MUNICIPAL**

| **MEMBRO TITULAR** | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *RAELI SOUZA DENIS* | | |
| **Bairro** | | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

| **MEMBRO SUPLENTE** | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | **ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA** | | |
| **Bairro** | | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

**REPRESENTANTES DA ESCOLA ESTADUAL**

| MEMBRO TITULAR | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *ANA PAULA RAMOS* | | |
| **Bairro** | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* | |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

| MEMBRO SUPLENTE | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *MARCIO MORETTI* | | |
| **Bairro** | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* | |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

**REPRESENTANTES DA CAMARA MUNICIPAL**

| MEMBRO TITULAR | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *DENISSON BRILHADORI* | | |
| **Bairro** | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* | |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

| MEMBRO SUPLENTE | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *CRISTIANO DE JESUS MARTINS* | | |
| **Bairro** | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* | |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

**REPRESENTANTES DO GRUPO DA MELHOR IDADE**

| MEMBRO TITULAR | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *MAIZA ROCHA* | | |
| **Bairro** | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* | |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

| MEMBRO SUPLENTE | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *MATUZALEN DE SOUZA MAGALHAES* | | |
| **Bairro** | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* | |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

**REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA ÁREA**

| MEMBRO TITULAR | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *ROGER DE FARIA* | | |
| **Bairro** | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* | |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

| MEMBRO SUPLENTE | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *JOSE AMERICO* | | |
| **Bairro** | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* | |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

**REPRESENTANTES DO NUCLEO HABITACIONAL**

| MEMBRO TITULAR | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *FATIMA AUXILIADORA BUENO DE SENE* | | |
| **Bairro** | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* | |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

| MEMBRO SUPLENTE | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nome** | *GISELDA FERREIRA DA SILVA* | | | | |
| **Bairro** | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* | | | |
| **Mandato** | *2 anos –* | | | | |
| **E-mail** | | | **Telefone** | | |

**REPRESENTANTES DA PASTORAL DO IDOSO**

| MEMBRO TITULAR | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *PEDROSA SEBASTIANA DE FARIAS* | | |
| **Bairro** | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* | |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

| MEMBRO SUPLENTE | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | *IRACIR ALVES DE SOUZA* | | |
| **Bairro** | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* | |
| **Mandato** | *2 anos –* | | |

**REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL**

| MEMBRO TITULAR | |
|---|---|
| **Nome** | *JOAO BOSCO FERREIRA RAMOS* |

| | | |
|---|---|---|
| **Bairro** | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* |
| **Mandato** | *2 anos –* | |

| **MEMBRO SUPLENTE** | | |
|---|---|---|
| **Nome** | *MACLEIDES FERREIRA SOARES* | |
| **Bairro** | **Cidade** | *Porto Estrela – MT – CEP: 78.398-000* |
| **Mandato** | *2 anos –* | |

**Art. 2°** . Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.**

Porto Estrela/MT, 15 de Junho de 2018.

**EUGENIO PELACHIM**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO**

Termo de aditivo n° 003 do contrato nº 024/2017, objetivando a CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE. Decorrente da Tomada de Preços n° 004/2017, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE POXOREU e a empresa MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA-ME inscrita no CNPJ sob nº. 09.666.823/0001-25. Aditivam o contrato com término 06/08/2018. As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.

Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

POXOREU 06 de junho de 2018.

**NELSON ANTÔNIO PAIM**
**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO Nº034 DE 25 DE JUNHO DE 2018.**

**"DISPÕE SOBRE A NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO E O DESCONTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, EXERCÍCIO 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**TARCISIO FERRARI**, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

**D E C R E T A**:

**Art. 1º -** Ficam **NOTIFICADOS** todos os contribuintes e proprietários de imóveis urbanos, sobre o lançamento e desconto do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, exercício 2018.

**Art. 2º**. – Notificar, ainda, que o prazo para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU obedecerá aos seguintes prazos:
**I- I - Pagamento até o dia 15/08/2018 terá o desconto de 15% (quinze por cento), e ou**
**II – pagamento em três parcelas sem desconto, sendo a primeira parcela com vencimento em 15/08/2018; a segunda parcela com vencimento em 12/09/2018; e a terceira parcela com vencimento em 11/10/2018.**
**Art. 3º -** O Carnê para pagamento será entregue no domicílio dos contribuintes.
**Art. 4º -** O contribuinte que não receber o Carnê deverá retirá-lo no Setor de Tributação da Secretaria da Fazenda do Município.
**Art. 5º-** Qualquer correção sobre o IPTU deverá ser requerida até o dia 01 de Agosto de 2018.
Art. 6º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, 25 de Junho de 2018.
Registra-se
Publique-se
Cumpra-se
**TARCISIO FERRARI**
**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO 008-2018**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA**

ESTADO DE MATO GROSSO

***EDITAL DE CONVOCAÇÃO 008/2018***

***CONCURSO 001/2016***

O **Prefeito Municipal** no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a Homologação do resultado do Concurso Público 001/2016, através do Decreto n°1611/2016 e Decreto n°1617/2016 para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal efetivo da Administração Pública Municipal, ***CONVOCA*** os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para cargos efetivos, observada as seguintes condições:

**DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO INTERESSE NA VAGA**

1.0Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no

Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, na Avenida Padre João Bosco, n° 2067, Centro, Ribeirão Cascalheira, a partir do dia 23/04/2018 a 23/05/2018, no horário das 07:00hs ás 13:00 hs para entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para assinatura do Termo de Interesse na vaga.

1.1 Os candidatos serão atendidos conforme data e horário combinado.

1.2 A falta de quaisquer documentos constante no anexo II implicará a perda do direito áposse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado/classificado.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará a perda do direito á posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado/classificado.

1.4 È de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta para recebimento de seus vencimentos pelo Banco Bradesco. O candidato, antes de proceder a entrega dos documentos relacionados no anexo II do presente Edital, na hora e data designados no item 1, deverá comparecer a um Correspondente Bancário Bradesco, a fim de realizar a abertura de conta.

**DA AVALIAÇÃO MÉDICA**

2.0 A avaliação dos exames e a emissão atestado médico de aptidão física e mental serão realizadas pela perícia oficial do Município dar-se-á, conforme portaria a ser publicada em momento anterior à posse.

2.1 Os Exames médico constante no anexo II deverão ser realizado com antecedência, no máximo 30 dias da data prevista para avaliação médica.

2.2 A não realização da avaliação médica e não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

**DA POSSE**

4.0 Cumpridas às exigências do presente edital, será dada a posse ao candidato observando prazo disposto no item 1 deste edital.

Ribeirão Cascalheira – MT, 26 de junho de 2018.

**Luzia Nunes Brandão**

Prefeita Municipal Interina

**ANEXO I**

**Enfermeira 40 horas semanais**

| Classificação | Inscrição | Nome |
|---|---|---|
| 3° | 02 | Kiss Mekelly Pereira Marques |

**ANEXO II**

**Relação de documentos**

**Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:**

a) Certidão de nascimento ou casamento;

b) Título de eleitor, acompanhado de comprovante de votação da última eleição ou justificativa apresentada à justiça eleitoral;

c) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação para os candidatos do sexo masculino;

d) Cédula de identidade ou documento equivalente;

e) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

f) Documento de inscrição no PIS/PASEP;

g) Carteira de trabalho – CTPS;

h) Carteira Nacional de Habilitação Categoria D, para cargos de motorista e Operador Maquina Pesada e os demais candidatos (quando houver);

i) Certidão Negativa Civil e Criminal;

j) Atestado médico, que após análise de exames laboratoriais e exame clínico, ateste aptidão física e mental para o exercício do cargo;

O exame de saúde, de caráter eliminatório, destina-se a constatação mediante exame clínico, análise dos testes e dos exames laboratoriais solicitados, de presença de sinais e sintomas que inabilitem o candidato para as exigências das atribuições do cargo e das tarefas próprias do exercício do cargo.

Na comprovação da aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo o candidato deverá apresentar-se munido do documento de identidade e do resultado dos exames, abaixo relacionados que concorrerão às suas expensas:

v Raio X da Coluna lombo-sacro com laudo;

v Raio X da Coluna Cervical, com laudo;

v Ultrassom de ombro, cotovelo e punho bilateral, com laudo;

v Avaliação oftalmológica por especialista com laudo;

v Avaliação de saúde mental, com laudo de Médico Psiquiatra;

v Hemograma completo;

v Glicemia (jejum);

v Eletrocardiograma, com laudo para candidatos acima de 40 anos;

v Machado Guerreiro;

v VDRL (Sorologia para Lues);

k) 2 (*duas)* fotos 3x4 recentes;

l) Declaração de bens, na forma da Lei nº 8.429/92; (modelo anexo)

m) Fotocópia autenticada do Diploma ou Certificado de Conclusão do grau de escolaridade exigido para o cargo, acompanhado de histórico escolar, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, Conselho Nacional de

Educação – CNE ou Conselho Estadual de Educação - CEE;

n) Declaração de acumulação de cargo ou função pública, quando for o caso, ou sua negativa; (modelo anexo)

o) Declaração de compatibilidade de horário, caso exerça outro cargo acumulável nos termos da Constituição Federal; (modelo anexo)

p) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidades impeditivas de assumir cargo público;(modelo anexo)

q) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 *(quatorze)* anos, ou menores de 24 *(vinte e quatro)* anos, no caso de estudante de nível superior, para fins de cadastro de dependentes;

r) Certidão de Freqüência Escolar dos Filhos;

s) Carteira de Vacinação dos Filhos;

t) RG e CPF do cônjuge;

u) Comprovante de residência e número de telefone para contato;

v) Número de conta bancaria *(Banco do Bradesco);*

**DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES**

| **CAMPO 1** | **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR** | | |
|---|---|---|---|
| NOME | **NOME** | **R.G.:** | **C.P.F.:** |

| **CAMPO 2** | | **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO DEPENDENTE** | |
|---|---|---|---|
| | | **NOME** | **GRAU DE DEPENDÊNCIA** |
| | **R.G.** | **U.F.** | **C.P.F.** |
| | | **NOME** | **GRAU DE DEPENDÊNCIA** |
| | **R.G.** | **U.F.** | **C.P.F.** |
| | | **NOME** | **GRAU DE DEPENDÊNCIA** |
| | **R.G.** | **U.F.** | **C.P.F.** |
| | | **NOME** | **GRAU DE DEPENDÊNCIA** |
| | **R.G.** | **U.F.** | **C.P.F.** |

| **CAMPO 3** | **DADOS DOS BENS E VALORES** | |
|---|---|---|
| **TIPO** | **DISCRIMINAÇÃO** | **VALOR** |
| **1** | | |
| **2** | | |
| **3** | | |
| **4** | | |
| **5** | | |
| **TOTAL** | | |

| | |
|---|---|
| **CAMPO 4** | **DECLARAÇÃO DO SERVIDOR**<br>**Declaro, autorizando formulário, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, a Administração a proceder a digitação das informações constantes neste bem como as informações anuais posteriores que atualizarão a presente, resguardado o sigilo destas.**<br>**Ribeirão Cascalheira – MT,EM ___/ ___/ 2018**<br>**_____** |

**DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS**

Eu,_____RG n°_____ CPF n° _____

**DECLARO**,para fins de posse no cargo **_____-**, na

Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira -MT, que **não exerço** cargo, emprego ou função atividade no âmbito do Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal, ou ainda em Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público, bem como não percebo proventos decorrentes de aposentadoria em cargo ou função pública.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente.

Ribeirão Cascalheira - MT, _____de _____ de 2018.

_____

**DECLARANTE**

**DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS**

Eu_____ RG n°_____ CPF n°_____,**DECLARO**, para os devidos fins de posse e exercício no cargo de _____no município de Ribeirão Cascalheira que:

( ) Exerço o cargo, função ou emprego público abaixo:

a)De_____no

Município/Estado/União_____, cuja jornada de trabalho é de semanais das ___às ____ horas. Conforme certidão expedida pelo órgão.

**Declaro**, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas

abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito ás penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal de cargo, durante exercício do cargo para qual fui nomeado.

Ribeirão Cascalheira - MT_____, de _____2018.

_____

**DECLARANTE**

**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, portador (a) do RG n°_____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____**DECLARO**para todos os efeitos legais, **não haver sofrido ou estar cumprindo**, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Ribeirão Cascalheira - MT, ___ de _____ de 2018.

_____

DECLARANTE

**TERMO DE INTERESSE NO CARGO**

Eu,_____(a) RG _____, inscrito(a) no CPF sob n°_____frente a aprovação o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT, conforme edital 001/2016, confirmo o interesse de tomar posse no cargo de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Ribeirão Cascalheira – MT, ____/_____/_____

_____

**Assinatura do Candidato**

**RECURSOS HUMANOS**
**ATO ADMINISTRATIVO 02-2018 ROSILDA FONTOURA**

**ATO ADMINSTRATIVO**

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo de posse formulado pela Srª. ***ROSILDA FONTOURA DA SILVA*** com base na legislação complementar e Edital do Concurso Publico 003/2016.

A requerente foi convocada por meio do Edital de Convocação n° 007/2018, publicado no Diario Oficial publicação numero 1369 data 28/05/2018 para o cargo de Técnica Desenvolvimento Infantil.

Considerando que o Edital 003/2016 item 16.1.b, dispõe que "A requerimento do interressado, o prazo da posse poderá ser prorrogado po mais de 30(trinta) dias.";

Considerando, ainda, que o prazo de posse encerra-se no dia 20 de julho de 2018.

Decide – se pelo **DEFERIMENTO** do pedido de prorrogação de posse, fixando como data limite de posse o dia 20/07/2018 (sexta-feira).

Departamento de Recursos Humanos – MT, em 20 de junho de 2018.

**João de Souza Aguiar**

Secretário Municipal de Adminstração

Portaria 083/2018

**Rubenilda Souza Aguiar**

Diretora Dept. Pessoal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

**LICITACAO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. 006/2018**

O Município de Ribeirãozinho – MT, torna público aos interessados o RESULTADO da licitação em epígrafe realizada no dia 21/06/2018, às 09h00-min, na sede da Prefeitura, à Rua Antônio João nº. 156, licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 006/2018, que tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para recargas de toner, troca de cilindros de impressoras, para atender as Secretarias Municipais, conforme especificado no Edital e seus anexos.** Tendo como vencedores do certame as Empresas: SONIA MARTINS BARROS, CNPJ: 07.931.417/0001-17; SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO ME, CNPJ: 14.010.264/0001-30.

Ribeirãozinho - MT, 26 de junho de 2018.

Maria Auxiliadora Cardoso Souza – Pregoeira.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – N° 02/2018 DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR**

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – N° 02/2018**

**DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR**

**DIVULGA O GABARITO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 02/2018.**

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade e Publicidade vem através deste **DIVULGAR o Gabarito Preliminar do Processo Seletivo Público**, conforme segue:

**GABARITO**

| CARGO: | Agente de Comunitário de Saúde – ACS | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PORTUGUÊS | | | | | | | | | |
| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 |
| A | C | B | D | C | C | E | C | E | A |

| MATEMÁTICA | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| D | C | D | D | E | A | B | D | B | B |
| CONHECIMENTO ESPECÍFICO | | | | | | | | | |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| A | A | A | E | B | A | B | C | C | C |

Rio Branco - MT, 25 de Junho de 2018.

**MARÍLIA PEREIRA**

Presidente da Comissão de Processo Seletivo Público

**PREVIRB**
**PORTARIA N.º 09/2018 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR SR. ADÃO FERNANDES DA SILVA".**

**PORTARIA N.º 09/2018**

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez ao servidor **Sr. Adão Fernandes da Silva***".*

**A Secretária Municipal de Planejamento do Município de Rio Branco**, **Estado de Mato Grosso,** no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, Art. 6-A da EC nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29/03/2012, c/c art. 12, inciso I, e Art. 14 da Lei n.º 396, de 04/01/2006, que rege a previdência do Município de Rio Branco; Lei nº 668, de 09/06/2015, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco e Decreto Municipal n.º 02, de 02/01/2018, dispõe sobre o valor do salário mínimo e sua política de valorização de longo prazo;

**Resolve:**

**Art. 1º.** Conceder o benefício **Aposentadoria por Invalidez**, ao **Sr.Adão Fernandes da Silva**, brasileiro, portador do RG n. 489.239 SSP/MT e do CPF nº. 354.119.961-04, servidor efetivo no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos*,* Classe "A", Nível "03", lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento, devidamente matriculado sob o nº. 40, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, contando com 19 (dezenove) anos, 03 (três) meses e 11 (onde) dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme processo administrativo do **PREVIRB** n.º **2018.03.00011P,** à partir de **08/06/2018** até posterior deliberação.

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a data de 08 de junho de 2018,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rio Branco/MT, 26 de junho de 2018.

**ROSA MARIA DE JESUS**

**Secretária Municipal de Planejamento**

**Homologo:**

**ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

**CHEFE DE GABINETE**
**ATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018/GAB/PREFEITO**

**Proc. Administrativo nº 008/2018-SEMUSA.**

**ASSUNTO:** Revogação do Pregão Presencial de nº 008/2018 onde tem como objeto, Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para realizar exames de média e alta complexidade, para atender a demanda da secretaria municipal de saúde de Rondolândia/MT.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da LOM, e,

**Considerando** o dever da Administração Pública em pautar seus atos e procedimentos sob o prisma dos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

**Considerando** o exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior para reputá-lo com o interesse público;

**Considerando** a fundamentação no art. 49 da Lei Federal 8666/93 c/c art. 9º da Lei Federal 10.520/02, e na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, decido:

**REVOGAR**

1 – Revogo Processo Administrativo de nº008/2018 que deu origem ao Pregão Presencial de nº 008/2018, contratação de empresa para realizar exames de média e alta complexidade, para atender a demanda da secretaria municipal de saúde de Rondolândia/MT.

2 - Fundamental ressaltar também, a ausência de interessados em participar do certame tanto no 1° ATO, e quando ao 2° ATO, foi declarado Deserto.

3 – E também que os autos retornaram ao Gabinete do prefeito no qual o mesmo foi autorizado a conversão em dispensa de licitação Embasado no inciso V, do Art.24, da Lei 8.666/93.

4 - O departamento de licitação entrou em contato com duas empresas do ramo de atividade do objeto ora licitado.

5 - Principalmente que até o momento não obtivemos resposta das empresas na qual foram enviadas os convites.

6 - Conforme os apontamentos acima, em juízo de discricionariedade, levando em consideração a conveniência em relação ao interesse público, são cabíveis a revogação do certame.

Rondolândia-MT, 26 de Junho de 2018.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*Prefeito Municipal*

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 021/2018**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 042/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2018 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR**os preços da empresa Prestadora de Serviços Rondônia Eireli - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 11.069.034/0001-59, instalada e localizada na Rua Trinta e um de Março nº 177, Bairro Jardim dos Migrantes, na cidade de Ji – Paraná/RO, representada neste ato pelo seu Procurador Srº José Luiz Rodrigues Rocha, portador do CPF nº 730.262.042-34 e do RG nº 587841 SESDEC/RO, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 029/2018 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 118/2006 de 11/09/2006 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1 -** Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para Futura e Eventual **Aquisição de materiais de consumo do tipo "utensílios de copa e cozinha"** conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referencia.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO**

**2.1 –** A empresa Contratada deverá fornecer os produtos, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 029/2018.

**2.2 –** O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 029/2018 e seus anexos.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS**

**3.1 –** Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

| | |
|---|---|
| Nome: Prestadora de Serviços Rondônia Eireli - ME | |
| CNPJ Nº: 11.069.034/0001-59 | |
| Endereço: Rua Trinta e um de Março nº 177, Bairro Jardim dos Migrantes | |
| Cidade/Estado: Ji - Paraná/RO | CEP: 76.900-799 |
| Telefone: (69) 3421-6070 | E-mail:dedetizadora.prestaron@live.com |
| Representante Legal: José Luiz Rodrigues Rocha | |
| CPF Nº: 730.262.042-34 | |

**3.2 –** O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| Item | Código TCE | UND | Quant. | Descrição | Marca | Vlr Unt. | Vlr Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 416566-7 | UND | 15 | GARRAFA - TERMICA, REVESTIDA EM PLASTICO RIGIDO, COM TAMPA E ALCA, CAPACIDADE PARA 02 LITRO | GARRAFA TERMICA | R$ 53,00 | R$ 795,00 |
| 02 | 43937-1 | UND | 700 | PRATOS DE VIDRO TEMPERADO, FORMATO FUNDO, TAMANHO GRANDE | DURALEX | R$ 5,50 | R$ 3.850,00 |
| 03 | 235841-7 | UND | 30 | JARRA - DE EM PLASTICO, CAPACIDADE PARA 03 LITROS, COM DIAMETRO DE COM DIAMETRO APROXIMADO DE 13CM, ALTURA DE ALTURA APROXIMADA DE 26CM, INCOLOR, COM TAMPA | TRITEC | R$ 16,00 | R$ 480,00 |
| 04 | 250051-5 | UND | 30 | PORTA MANTIMENTOS DE PLASTICO, TIPO POTE, CAPACIDADE PARA 04 LITROS, SEM DECORACAO | JAGUAR | R$ 27,00 | R$ 810,00 |
| 05 | 238861-8 | UND | 30 | PORTA MANTIMENTOS DE PLASTICO, TIPO POTE, CAPACIDADE PARA 3 LITROS, SEM DECORACAO | JAGUAR | R$ 10,50 | R$ 315,00 |
| 06 | 149032-0 | UND | 30 | PORTA MANTIMENTOS - EM PLASTICO, POTE COM TAMPA BOCA LARGA, 01 LITRO | JAGUAR | R$ 6,00 | R$ 180,00 |
| 07 | 30302-0 | UND | 30 | ESCUMADEIRA - DE ALUMINIO, COM DIAMETRO DE 50 CM, PARA COZINHA INDUSTRIAL, NA MANIPULACAO E PREPARO DE ALIMENTOS | HOTEL | R$ 16,90 | R$ 507,00 |
| 08 | 25433-9 | UND | 30 | ESCUMADEIRA DE ALUMINIO, COM DIAMETRO DE 20 CM, PARA COZINHA, NA MANIPULACAO E PREPARO DE ALIMENTOS | HOTEL | R$ 18,50 | R$ 555,00 |
| 09 | 280019-5 | UND | 30 | COLHER - DE ALUMINIO, COM CABO, MEDINDO ENTRE 30 E 50 CM | HOTEL | R$ 17,00 | R$ 510,00 |
| 10 | 23967-4 | UND | 800 | COLHER - DE INOX, PARA REFEICOES | HOTEL | R$ 4,30 | R$ 3.440,00 |
| 11 | 0002541 | UND | 30 | BACIA - EM PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 4 LITROS, CORES DIVERSAS. | MARFI HOUSE | R$ 11,00 | R$ 330,00 |
| 12 | 0002542 | UND | 30 | BACIA - EM PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS, CORES DIVERSAS | MARFI HOUSE | R$ 24,00 | R$ 720,00 |
| 13 | 373912-0 | UND | 20 | BACIA - EM PLASTICO REDONDA, MEDINDO APROX. DIAMETRO DE 290MM, ALTURA APROX. DE 115MM, COM CAPACIDADE PARA 5 L, CORES DIVERSAS | MARFI HOUSE | R$ 8,00 | R$ 160,00 |
| 14 | 239008-6 | UND | 20 | TABUA PARA MANIPULACAO - DE POLIETILENO, MEDINDO (50 X 40) CM, COM ALTURA DE ALTURA DE 0,84CM, NO FORMATO RETANGULAR, NA COR BRANCA | SUPREMA | R$ 20,90 | R$ 418,00 |
| 15 | 262641-1 | UND | 30 | BALDES - DE PLASTICO, CAPACIDADE PARA 20 LITROS, COM ALCA DE METAL. | ARQPLAST | R$ 22,00 | R$ 660,00 |
| 16 | 192230-0 | UND | 20 | PANELAS - ALUMINIO POLIDO, PRESSAO, CAPACIDADE PARA 20 LITROS, INDUSTRIAL | FULGOR | R$ 342,00 | R$ 6.840,00 |
| 17 | 104853-8 | UND | 23 | PANELAS - DE ALUMINIO, DE PRESSAO, PARA 7,5 LITROS, COM CABO | CRAQUEADA EXTRAPORT | R$ 78,00 | R$ 1.794,00 |
| 18 | 0001212 | UND | 30 | CANECAS DE ALUMINIO, COM CAPACIDADE PARA 5,5 L, COM CABO DE MADEIRA | HOTEL | R$ 67,00 | R$ 2.010,00 |
| 19 | 38195-0 | UND | 30 | CANECAS DE ALUMINIO, COM CAPACIDADE PARA 2 L, COM CABO | HOTEL | R$ 30,00 | R$ 900,00 |
| 20 | 135188-5 | UND | 300 | CANECA PLASTICA DE POLIPROPILENO NATURAL, ESPESSURA (3MM), DIAMETRO (80MM), ALTURA (83MM), COM (350ML), NA COR CARAMELO | HOTEL | R$ 3,80 | R$ 1.140,00 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 21 | 141103-9 | UND | 20 | ASSADEIRA DE ALUMINIO MED (29,5COMPX19, 5LARG) CM, CAPACIDADE (2,0L) ALTURA DE (3,5CM) COM ESPESSURA DE (0,80MM) SEM ALCA, SEM TAMPA. | RINNAI | R$ 33,00 | R$ 660,00 |
| 22 | 141117-9 | UND | 20 | ASSADEIRA DE ALUMINIO, MED (32,8COMPX24,0LARG) CM, CAPACIDADE (4,0L), ALTURA DE (5,3CM), COM ESPESSURA DE (1MM), COM ALCA, SEM TAMPA | RINNAI | R$ 48,00 | R$ 960,00 |
| 23 | 165498-5 | UND | 25 | BOTIJAO TERMICO COMUM, EM PLASTICO, TAMPA DE ROSCA ALCA E TORNEIRA, PARA AGUA ETC, 12 LITROS, VARIAS CORES | OBBA | R$ 142,00 | R$ 3. 550,00 |
| 24 | 231091-0 | UND | 30 | CACAROLA DE ALUMINIO, CAPACIDADE PARA 40 LITROS, COM DIAMETRO DE DIAMETRO DE 50CM, ALTURA DE 21CM, COM ESPESSURA DE ESPESSURA DE 5MM, ASA DE ASA EM ALUMINIO, TAMPA COM ESPESSURA TAMPA COM 1,2MM DE ESPESSURA) | STANDAR | R$ 278,00 | R$ 8. 340,00 |
| 25 | 196164-0 | UND | 30 | CACAROLA DE ALUMINIO, CAPACIDADE PARA 20 LITROS, COM DIAMETRO DE 38CM, ALTURA DE 18 CM COM ESPESSURA DE 4MM, ASA DE ALUMINIO, TAMPA COM ESPESSURA 1,20MM | STANDAR | R$ 215,00 | R$ 6. 450,00 |
| 26 | 162558-6 | UND | 20 | CACAROLA DE ALUMINIO, CAPACIDADE 10 LITROS, COM DIAMETRO DE 30,0CM, ALTURA DE 15,0CM, COM ESPESSURA DE 3MM, ASA DE ALUMINIO, TAMPA COM ESPESSURA 1,00MM | STANDAR | R$ 84,00 | R$ 1. 680,00 |
| 27 | 243027-4 | UND | 20 | CALDEIRAO DE ALUMINIO Nº 50, CAPACIDADE PARA 94,2 LITROS, COM DIAMETRO DE DIAMETRO DE 50 CM, ALTURA DE 48 CM, COM ESPESSURA DE 4 MM, ASA EM ALUMINIO, TAMPA COM ESPESSURA DE 1,20 MM | HOTEL | R$ 315,00 | R$ 6. 300,00 |
| 28 | 239104-0 | UND | 20 | CALDEIRAO DE ALUMINIO Nº 34, CAPACIDADE PARA 27,2 LITROS, COM DIAMETRO DE DIAMETRO DE 34CM, ALTURA DE 30CM, COM ESPESSURA DE 4MM, ASA EM ALUMINIO, TAMPA COM ESPESSURA DE 1,20MM | HOTEL | R$ 105,00 | R$ 2. 100,00 |
| 29 | 243025-8 | UND | 20 | CALDEIRAO - DE EM ALUMINIO Nº 40, CAPACIDADE PARA 45,2 LITROS, COM DIAMETRO DE 40 CM, ALTURA DE 36 CM, COM ESPESSURA DE 4 MM, ASA DE ALUMINIO, TAMPA COM ESPESSURA DA TAMPA DE 1,20 MM | HOTEL | R$ 170,00 | R$ 3. 400,00 |
| 30 | 240541-5 | UND | 20 | CALDEIRAO DE ALUMINIO Nº 30, CAPACIDADE PARA 9,8 LITROS, COM DIAMETRO DE DIAMETRO DE 30CM, ALTURA DE 14CM, COM ESPESSURA DE 4MM, ASA EM ALUMINIO, TAMPA COM ESPESSURA DA TAMPA DE 1,20MM | HOTEL | R$ 115,00 | R$ 2. 300,00 |
| 31 | 242618-8 | UND | 20 | CALDEIRAO - DE EM ALUMINIO Nº 26, CAPACIDADE PARA 12,7 LITROS, COM DIAMETRO DE 26CM, ALTURA DE 24CM, COM ESPESSURA DE 4MM, ASA EM ALUMINIO, TAMPA COM ESPESSURA DE 1,20MM | HOTEL | R$ 46,00 | R$ 920,00 |
| 32 | 62941-3 | UND | 20 | SOCADOR DE POLIETILENO, TAMANHO GRANDE, MEDINDO 10 X 100 CM | SOCADOR | R$ 9,50 | R$ 190,00 |
| 33 | 234153-0 | UND | 20 | RECIPIENTE EM PLASTICO ATOXICO, TIPO PARA CARNES, CAPACIDADE PARA 30 LITROS | CANELADA | R$ 90,00 | R$ 1. 800,00 |
| 34 | 254175-0 | UND | 20 | RECIPIENTE EM PLASTICO ATOXICO, TIPO PARA ALIMENTOS, CAPACIDADE PARA 20 LITROS, CORES VARIADAS | CANELADA | R$ 46,00 | R$ 920,00 |
| 35 | 101220-7 | UND | 20 | RALADOR EM INOX TIPO MANUAL, PARA USO DOMESTICO, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA | RALADOR | R$ 13,00 | R$ 260,00 |
| 36 | 44918-0 | UND | 20 | PORTA MANTIMENTOS PLASTICO, POTE, 1, 2, 3, 4 E 5 QUILOS, LISO COM TAMPA | JAGUAR | R$ 44,00 | R$ 880,00 |
| 37 | 327729-1 | UND | 50 | XICARA COM PIRES EM VIDRO TEMPERADO TRANSPARENTE, CAPACIDADE PARA 90ML, DIAMETRO APROXIMADO DA XICARA 6,0CM, DIAMETRO DO PIRES 11,0 CM, ALTURA DA XICARA DE 5,5CM, PARA CAFE, NA COR CRISTAL | ASTRAL | R$ 11,90 | R$ 595,00 |
| 38 | 327710-0 | UND | 50 | XICARA COM PIRES EM VIDRO TEMPERADO TRANSPARENTE, CAPACIDADE PARA 246ML, DIAMETRO DA XICARA 9,0 CM, DIAMETRO DO PIRES 10,5CM, ALTURA DA XICARA DE 6,0CM, PARA CHA, NA COR CRISTAL | ASTRAL | R$ 16,00 | R$ 800,00 |
| 39 | 165261-3 | UND | 12 | PANELAS DE ALUMINIO PANELAO 50 LITROS, COM CABO E TAMPA, PARA COZIMENTO DE ALIMENTOS, DE FORMA ADEQUADA | CAMBE | R$ 350,00 | R$ 4. 200,00 |
| 40 | 165260-5 | UND | 22 | PANELAS - ALUMINIO, PANELAO, 30 LITROS, COM CABO E TAMPA, PARA COZIMENTO DE ALIMENTOS, DE FORMA ADEQUADA | CAMBE | R$ 330,00 | R$ 7. 260,00 |
| 41 | 266449-6 | UND | 12 | PANELA EM ALUMINIO, CAPACIDADE PARA 80 LITROS, DIAMETRO APROXIMADO DE 60 CM, ALTURA APROXIMADA DE 30CM, ESPESSURA APROXIMADA DE 5 MM, COM 2 ASAS, TAMPA COM ESPESSURA APROXIMADA DE 0,9 MM | HOTEL | R$ 520,00 | R$ 6. 240,00 |
| 42 | 309182-1 | UND | 28 | PANELA EM ALUMINIO, CAPACIDADE PARA 5 LITROS, DIAMETRO 25CM, ALTURA 16CM, ESPESSURA APROXIMADA DE 2MM, COM 02 ASAS, TAMPA COM ESPESSURA APROXIMADA DE 2MM, REVESTIMENTO EM TEFLON | HOTEL | R$ 44,00 | R$ 1. 232,00 |
| 43 | 309185-6 | UND | 28 | PANELA EM ALUMINIO RESISTENTE, SEMI INDUSTRIAL, CAPACIDADE PARA 08 LITROS, DIAMETRO 28CM, ALTURA 30CM, ESPESSURA APROXIMADA DE 1,5MM, COM 02 ASAS, TAMPA COM ESPESSURA APROXIMADA DE 2MM | HOTEL | R$ 59,00 | R$ 1. 652,00 |
| 44 | 23890-2 | UND | 700 | GARFO DE INOX, PARA REFEICAO, APESENTACAO LISA | INOX | R$ 4,70 | R$ 3. 290,00 |
| 45 | 140727-9 | UND | 30 | FRIGIDEIRA DE ALUMINIO, CAPACIDADE (3,5L), COM DIAMETRO DE (32,0CM), ALTURA DE (6,0CM), COM ESPESSURA DE (2MM), CABO DE BAQUELITE, SEM TAMPA | PROFISSIONAL | R$ 75,00 | R$ 2. 250,00 |
| 46 | 244301-5 | UND | 30 | FRIGIDEIRA DE ALUMINIO Nº 32 CAPACIDADE COM DIAMETRO DE 32CM, ALTURA DE 7CM, COM ESPESSURA DE 2MM, CABO DE BAQUELITE, SEM TAMPA | PROFISSIONAL | R$ 24,00 | R$ 720,00 |
| 47 | 142974-4 | UND | 50 | FACA ACO CARBONO, 30 CM DE LAMINA, MADEIRA | FACA | R$ 10,50 | R$ 525,00 |
| 48 | 68938-6 | UND | 50 | FACA DE ACO, MEDINDO 10 COM CABO PLASTICO, NA COR BRANCO LEITOSO | FACA | R$ 18,00 | R$ 900,00 |
| 49 | 139008-2 | UND | 20 | CANECA DE ALUMINIO, CAPACIDADE (7,0L), COM DIAMETRO DE (22,0CM), ALTURA DE (20,0CM), COM ESPESSURA DE (1,7MM), CABO DE BAQUELITE | HOTEL | R$ 63,00 | R$ 1. 260,00 |
| 50 | 245282-0 | UND | 30 | COLHER EM ALUMINIO, ADEQUADO PARA SERVIR ARROZ, CABO LONGO, SEM DECORACAO | COLHER | R$ 26,50 | R$ 795,00 |
| 51 | 119485-2 | UND | 30 | CONCHA DE ALUMINIO, COM CABO DE 55 CM E CONCHA DE 10 CM DE DIAMETRO, PARA USO EM COZINHA, ACONDICIONADO EM FORMA ADEQUADA | HOTEL | R$ 9,90 | R$ 297,00 |
| 52 | 135712-3 | UND | 30 | CONCHA DE ALUMINIO, COM CABO DE 26 CM E CONCHA DE 08 CM DE DIAMETRO, PARA MANIPULACAO DE ALIMENTOS | HOTEL | R$ 11,00 | R$ 330,00 |
| 53 | 183655-2 | UND | 30 | CONJUNTO DE COPO CONJUNTO DE COPO, PARA AGUA, COM 6 UNIDADES. | MARACATU | R$ 12,80 | R$ 384,00 |
| 54 | 147325-5 | UND | 20 | ESCORREDOR DE MASSA ALIMENTICIA - DE ALUMINIO, COM DIAMETRO DE 35CM, ALTURA DE 13,5CM, CAPACIDADE DE 9,25L COM ESPESSURA DE 1,7MM, C/ALCA E BASE | CONTINENTAL | R$ 17,00 | R$ 340,00 |
| **Valor Total** | | | | | | | **R$ 100. 194,00** |

**3.3 -** Detentora reserva da ARP:

| | |
|---|---|
| Nome: | |
| CNPJ Nº: | |
| Endereço: | |
| Cidade/Estado: | CEP: |
| Telefone: | E-mail: |
| Representante Legal: | |
| CPF Nº: | |

**3.4** – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

***3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R$ 100.194,00 (Cem mil cento e noventa e quatro reais).***

**3.6 –** Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

**3.7 -** O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

**3.8 -** A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

**3.9 -** O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

**3.10 -** Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

**4.1 -** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

**4.2 -** Realizar o fornecimento dos produtos objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 029/2018.

**4.3 -** Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos produtos, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

**4.4 -** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

**4.5 -** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

**4.6 -** A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

**4.7 –** Cumprir com os prazos para com a o fornecimento dos produtos, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

**4.8** – Fornecer os Produtos em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

**4.9 -** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

**4.10 -** Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

**4.11 -** Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação.

**4.12 -** Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

**4.13 -** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**4.14 -** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

**4.15 -** Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

**4.16 -** É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus *prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da* Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1 -** Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

**5.2 -** Emitir as Autorizações de fornecimento “AF” para com a entrega e ou fornecimento dos mesmos.

**5.3 -** Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos.

**5.4 -** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

**5.5 -** Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

**5.6 -** Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

**5.7 -** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 029/2018.

**5.8 -** Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**6.1 -** A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1 -** O gerenciamento desta ATA caberá as Secretarias Solicitantes, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

**7.2 -** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**7.3 -** A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

**7.4 -** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**7.5 -** O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 11 do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 *“§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços”.*

**CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**8.1 -** Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Municipal de nº 1.067/2015.

**8.2 -** Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

**8.3 -** As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**8.4 -** Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 029/2018, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**9.1 –** Realizado o fornecimento, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**9.2 -** O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

**9.3 -** A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

**9.4 –** Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

**9.5 -** Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

**9.6 -** O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

**9.7 -** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

**9.8 -** A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

**9.9 -** Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

**9.10 -** A fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**10.1 -** Os preços registrados "poderão" ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**10.2 -** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**10.2.1 -** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**10.2.2 -** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**10.3 -** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**10.3.1 -** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

**10.3.2** - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**10.3.3 -** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**10.4 -** Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO**

**11.1 –** Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES**

**12.1 -** O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

**a)** O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

**b)** Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

**c)** Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**d)** Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

**e)** Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

**f)** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**12.2 -** Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

**12.3 -** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

**12.4 -** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**12.5 -** Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

**12.6 -** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**12.7 -** Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**12.8 -** A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

**12.9 -** Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

**12.10 -** O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea "c" do item 12.8 acima.

**12.11 -** As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

**12.12 -** As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

**12.13 -** As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

**12.14** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

**12.15 -** Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**12.16 -** Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1 -** As despesas decorrentes com a aquisição dos produtos, objeto desta Licitação, serão consignadas no Orçamento de 2018, através dos Órgãos: *Secretarias Municipais de Assistência Social e Educação e Cultura*, sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal" e Decreto Municipal de nº 1.149/GAB/PMR de 13/01/2016, que alterou o Parágrafo 2º, do Art. 6º, do Capítulo V do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1 -** Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou produtos registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 029/2018 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

**14.2 -** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I -** A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

**II -** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 029/2018, seus anexos e a proposta da Detentora;

**III -** É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO**

**15.1 -** Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal", concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO**

**16.1 -** As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 26 de Junho de 2018.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

Prestadora de Serviços Rondônia Eireli - ME

CNPJ Nº: 11.069.034/0001-59

José Luiz Rodrigues Rocha - Representante Legal

CPF: 730.262.042-34

Participantes desta ARP:

_____

Marlene Bastos Frolich

Secretária Municipal de Assistência Social

_____

Valdir Irani Freire

Secretário Municipal de Educação e Cultura

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

**LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018**

PREGAO PRESENCIAL Nº38/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº38/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Às 08:30 horas do dia 04/06/2018 estiveram reunidos na PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT, Av Otavio

Costa SN Nº: 0- Bairro: Centro, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr.(ª)JOAO ANTONIO DA SILVA

BALBINO, assistido pelo Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio para apreciarem e julgarem a proposta de preço e os

documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL Nº38/2018, do tipo

Menor Preço por Item, em decorrência do objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATACAO

DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVICO DE GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL AUTOMOTIVO

POR MEIO DE CARTAO MAGNETICO EM REDE DE POSTOS CREDENCIADOS E RASTREAMENTO VEICULAR DA

FROTA PERTENCENTE AO MUN, para suprir necessidades da Prefeitura Municipal, resolve registrar os preços da(s)

Empresa(s) abaixo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei nº 10.520/2002 e demais legislação

aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação

supracitada, resolvem efetuar o registro de preço nas condições em que segue :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei

Federal 8.666/93.

1.2. Os preços registrados têm caráter orientativo.

1.3. Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

16668 NEO COLSUTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIOS EIREL 25.165.749/0001-10

LOTE: 1 PRESTAÇAO DE SERVIÇO DE INTERMEDIAÇÃO DE COMBUSTIVEL

Seq. Código Decrição Unida Valor Qtde Tot

1 564323SERIV€O DE GERENCIAMENTO ELETRONICO UNIDADE 44,6500 756,00 R$ 33.755,40

VIA WEB POR MEIO DE CARTÇO MAGNETICO

2 564325SERVICO DE INTERMEDIACAO NO 12,0000 91.670,00 R$

FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEIS,

LUBRIFICANTES E FILTROS EM REDE DE

TOTAL DO LOTE: 1 R$ 1.133.795,40

TOTAL DO VENCEDOR: NEO COLSUTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIOS EIREL R$ 1.133.795,40

NEO COLSUTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIOS EIREL

Participante

Endereço: Av Otavio Costa SN Nº: 0- Bairro: Centro CEP: 78.470-000 FONE: (65)-3356-1209

ESTADO DO MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

CNPJ 03.180.924/0001-05

7595 SAGA COM. E SERV. TEC. E INFORMATICA LTDA 05.870.713/0001-20

LOTE: 1 PRESTAÇAO DE SERVIÇO DE INTERMEDIAÇÃO DE COMBUSTIVEL

Seq. Código Decrição Unida Valor Qtde Tot

1 564324SERVICOS DE RASTREAMENTO VEICULAR POR UNIDADE 167,000 2.910,00 R$ 485.970,00

GPRS/ SATELITE INTEGRADO AO SISTEMA DE

GERENCIAMENTO ELETRONICO.

TOTAL DO LOTE: 1 R$ 485.970,00

TOTAL DO VENCEDOR: SAGA COM. E SERV. TEC. E INFORMATICA LTDA R$ 485.970,00

SAGA COM. E SERV. TEC. E INFORMATICA LTDA

Participante

Endereço: Av Otavio Costa SN Nº: 0- Bairro: Centro CEP: 78.470-000 FONE: (65)-3356-1209

ESTADO DO MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

CNPJ 03.180.924/0001-05

1.4 - O objeto desta Ata é o registro dos preços da PROMITENTE CONTRATADA, para a está PREFEITURA MUNICIPAL,

devidamente quantificados e especificados na proposta comercial de preços apresentada no

1.5 - Os preços da PROMITENTE CONTRATADA, constantes desta Ata de Registro de Preços, ficam declarados

registrados para fins de cumprimento deste instrumento.

1.6 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmarem as contratações que deles poderão

advir, ficando-lhes facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em

igualdade de condições.

1.7 - Fica a PROMITENTE CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se

fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade contados da data de sua assinatura podendo ser

renovada por mais 12 (doze) meses, a critério das partes, permanecendo em vigor os mesmos preços e condições

observados neste Pregão.

2.2. – Nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, durante o prazo de validade desta Ata de

Registro de Preços a Prefeitura Municipal não fica obrigada a utilizar, exclusivamente por intermédio da DETENTORA, os

serviços constantes no "Quadro Resumo", podendo utilizar para tanto outros meios, sem que desse fato caiba recurso ou

indenização de qualquer espécie, ficando assegurado à beneficiária do registro preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – O preço ofertado pela Detentora da presente Ata de Registro de Preços será o constante da proposta final

apresentada, que integra a presente.

3.2 – Nos preços registrados estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, bem como os impostos incidentes,

ficando certo de que à "PREFEITURA" nenhum outro ônus caberá além do pagamento do preço constante nesta Ata.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – A entrega dos produtos deverá ser realizada, quando solicitado, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, no

prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do pedido.

4.2 – O valor do objeto licitado será pago à DETENTORA, no prazo de 30 D.D.E. (30 dias da data da entrega) dos

produtos licitados, mediante a apresentação de Nota Fiscal e/ou Fatura, instruídos com as respectivas certidões:

a) – Certidão Negativa de Débito quanto a Dívida Ativa da União;

b) – Certidão de Inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social;

c) – Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS.

4.3 – O pagamento será feito na Tesouraria da Prefeitura do Município de Jangada/MT.

4.4 – Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da DETENTORA, o prazo ficará

suspenso até que estas sejam cumpridas.

4.5 – Quaisquer pagamentos não isentarão a DETENTORA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na

aceitação dos produtos.

4.6 - Os preços registrados manter-se-ão fixos e irreajustáveis durante a validade desta Ata.

4.7 - Nas hipóteses previstas no Artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8. 666/93, o órgão gerenciador poderá promover o

equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante solicitação fundamentada e aceita pela Administração.

4.8 - No caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por

intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o Órgão

Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais

adotados pelo Governo Federal.

4.9 - Não serão concedidas revisões de preços sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas, conforme

Artigo 12, § 3º, inciso I do Decreto nº 3.931 de 19 de setembro de 2001.

4.10 - Sendo julgada procedente a revisão, será mantida o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os

propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

4.11 - A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período, é

vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços.

4.12 - O pagamento será efetuado de acordo com o previsto no item 1.6 do Edital deste Pregão.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Durante a validade do registro, a PROMITENTE CONTRATADA poderá ser convidada pelos órgãos integrantes a

firmar contratações de fornecimento do objeto licitado.

5.2 - A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples

recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho/Ordem de Serviço emitida pelo órgão requisitante do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1 – Cabe à Prefeitura:

6.1.2 - Orientar aos funcionários responsáveis pelo recebimento dos produtos licitados, de que não será permitida a

entrega dos mesmos sem que a

Administração emita previamente a respectiva autorização, ou seja, o Pedido e o Empenho.

6.1.3 - Informar e requerer de imediato ao fornecedor a substituição do produto entregue em desacordo com o Edital.

6.2 – Das Obrigações da Detentora

Endereço: Av Otavio Costa SN Nº: 0- Bairro: Centro CEP: 78.470-000 FONE: (65)-3356-1209

t

6.2.3 - Proceder à substituição do produto que for entregue em desacordo com as especificações do Edital;

6.2.4 - Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na

ESTADO DO MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

CNPJ 03.180.924/0001-05

execução do objeto da presente licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou

acompanhamento pela Prefeitura;

6.2.5 – Manter-se, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as

condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

6.2.6 - A inadimplência da licitante, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à

administração pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA

7.1 - A presente Ata poderá, a critério da Administração, ser parcial ou totalmente cancelada quando o fornecedor

descumprir as condições da mesma, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado, não reduzir o preço registrado

quando este se tornar superior aos de mercado, ou ainda, por razões de interesse público, sem que lhe seja devida

nenhuma indenização.

7.2 - Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e o fornecedor, mediante

requerimento devidamente comprovado pela Administração, não puder cumprir o compromisso assumido, o órgão

gerenciador poderá revogar o registro do fornecedor, convocando os demais fornecedores visando igual oportunidade de

negociação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 – Pela inexecução parcial ou total do ajuste, a Administração poderá aplicar a Detentora, garantida a esta última prévia

defesa, a aplicação das sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666/93, na Lei Federal nº. 10.520/02 e na

Ata de Registro de Preços e demais normas pertinentes, devendo ser observados os procedimentos contidos no Decreto

Municipal nº. 025/2006 e demais normas pertinentes, as seguintes penalidades:

8.1.1 – Advertência escrita;

8.1.2.1 – De 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho pela inexecução parcial do objeto;

8.1.2.2 – De 20% (vinte por cento) do valor da nota de empenho pela inexecução total do objeto, além da aplicação da

pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos, ou

declaração da inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, a critério da PMJ;

8.1.2.3 – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, quando sem justificativa aceita pela

Administração, a Detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

8.1.2.4 - Multa de 0,5% (meio por cento), sobre o valor da Nota de Empenho/dia de atraso na entrega dos produtos.

8.1.2.5 – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, por descumprimento de cláusula contratual.

8.2 – As penalidades referidas serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções administrativas ou penais previstas na

Lei Federal nº. 8.666/93.

8.3 – As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos, podendo, entretanto, conforme o caso,

serem inscritas para constituir dívida ativa na forma da Lei, caso em que estarão sujeitas ao procedimento executivo.

8.4 – O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da infratora, sob pena de

inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

8.5 – Para aplicação das penalidades fica garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de

advertência, multa e impedimento de contratar com a Administração Pública e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, contados da intimação.

8.6 - O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres da Prefeitura do Município de Jangada/MT, dentro de 03

(três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial, que se tornará parte integrante deste

processo, ficando autorizada a retenção de créditos que a Detentora tenha, junto à contratante, no montante da

penalidade, sem embargo de eventual inscrição na divida ativa.

8.7 – Ocorrendo à recusa da vencedora do certame em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido

neste Edital, será aplicada multa no valor de 10% do valor da proposta comercial sem prejuízo da aplicação da pena de

suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura do Município de Jangada/MT, pelo prazo de até 02

(dois) anos, a critério da Administração, garantida a defesa prévia.

Endereço: Av Otavio Costa SN Nº: 0- Bairro: Centro CEP: 78.470-000 FONE: (65)-3356-1209

9.1. Integram esta Ata, o Edital do PREGAO PRESENCIAL Nº38/2018 e a proposta comercial de preços do PROMITENTE

CONTRATADO.

9.2. Integram o presente Registro de Preços a Prefeitura Municipal de Jangada/MT, como órgão gerenciador respeitadas

as disposições legais vigentes, poderão também integrar extraordinariamente, outras Prefeituras e Câmaras Municipais.

CLÁUSULA DECIMA - DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da cidade de Rosário Oeste/MT, como competente para dirimir questões decorrentes do

cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

RENAN ATILA FERREIRA GIRALDO JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Pregoeiro Prefeito Municipal

SAGA COM. E SERV. TEC. E INFORMATICA LTDA

Participante

NEO COLSUTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIOS EIREL

Participante

Endereço: Av Otavio Costa SN Nº: 0- Bairro: Centro CEP: 78.470-000 FONE: (65)-3356-1209

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: **"Contratação temporária de Prestação de Serviços de Merendeira, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Educação, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição à servidora Maria da Glória Goulart Lima que se encontra em Auxílio Doença pelo INSS".** A contratação se fará até 08/11/2018; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso IV; d) **Processo: Nº 035/2018**; e) Cobertura Orçamentária: 06.002.12.361.0042.2036.33.90.36.377; f) Valor: **R$ 4.070,40 (quatro mil, setenta reais e quarenta centavos);** g) Contratada: CLEIDE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA CPF: 041.743.851-65; h) Autorizado: em 21/06/2018, por Wemerson Adão Prata; i) Ratificação: em 25/06/2018, por Wemerson Adão Prata.

**MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA**

Presidente da CPL

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: "**Aquisição de Peças para a PÁ CARREGADEIRA VOLVO";** c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 036/2018**; e) Cobertura Orçamentária: Elemento Orçamentário: 07.002.26.782.0088.1058.33.90.30.570; f) Valor: R$ 8.650,65 (oito mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos); g) Contratada: CARIMAQ COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-ME CNPJ: 13.833.873/0001-27; h) Autorização: em 22/06/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA; i) Ratificação: em 26/06/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA.

**MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA**

Presidente da CPL

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: "Contratação temporária de **Professor** para atender a **Sala de Recursos** da Escola Municipal Simão Bororó; com jornada de 25 (vinte e cinco) horas/aulas semanais, em substituição à Professora Silvia de Almeida Oliveira que se encontra de atestado médico pelo período de 180 (cento e oitenta) dias", visto que a professora Marly Emerenciana Felipe desistiu das aulas da sala supra; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso IV; d) **Processo: Nº 034/2018**; e) Cobertura Orçamentária: 06.007.12.361.0042.2049.31.90.04.473; f) Valor: R$ 11.507,40 (onze mil, quinhentos e sete reais e quarenta centavos); g) Contratada: LILIANE TRINDADE DOS SANTOS CPF: 057.643.931-24; h) Autorizado: em 19/06/2018, por Wemerson Adão Prata; i) Ratificação: em 25/06/2018, por Wemerson Adão Prata.

**MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA**

Presidente da CPL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA N° 090/SAD/2018

**PORTARIA N° 090/SAD/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018.**

***"DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO DE CLASSE DO SERVIDOR EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".***

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

**Art. 1° -** Fica concedida **Promoção de classe** de acordo com o parecer da Comissão de Avaliação de Título do PCCS da Educação do Município de Santa Cruz do Xingu - MT, nomeada pelo decreto 067/2016 em conformidade com o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação, para o servidorrelacionado abaixo.

| Nome dos Servidores | Cargo | Matricula | Promoção de Classe |
|---|---|---|---|
| Maria Sales de Oliveira Duarte | Auxiliar de Serviços Gerais | 245 | Classe A para Classe B |

**Art. 2°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 20 DE JUNHO DE 2018.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE**

### RECURSOS HUMANOS
### DECRETO MUNICIPAL N° 056/2018

**DECRETO MUNICIPAL N° 056/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

***"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018 e de acordo com o Decreto do Governo Estadual.

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento das atividades e o não prejuízo da efetividade, eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos dos órgãos e entidades da administração Pública

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica decretado **PONTO FACULTATIVO** em virtude dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essências, **tais como os que funcionem em regime de plantões como Pronto Atendimento e socorros urgentes**.

I – 22 de Junho de 2018, Sexta Feira, em virtude do jogo do Brasil x Costa Rica.

II – nos demais dias úteis em que o jogo do Brasil ocorrer no período matutino.

**Art. 2º -** Caberão aos dirigentes máximos dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do poder Executivo Municipal a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

**Art. 3º -** Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 19 DE JUNHO DE 2018.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE.**

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO MUNICIPAL N° 057/2018**

**DECRETO MUNICIPAL N° 057/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

**Art. 1° -** Fica nomeada os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação, para o período de 2018 à 2020, de acordo com a Lei Municipal nº333/2013.

**REPRESENTANTE DE PROFESSORES:**

**TITULAR:** Maria Antonia Vieira Alves

**SUPLENTE:** Zélia Maria Loss Londero

**REPRESENTANTE DE DIRETORES:**

**TITULAR:** Sebastiana Cardoso de Souza (Presidente)

**SUPLENTE:** Joelma Silva de Oliveira

**REPRESENTANTE DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVO:**

**TITULAR:** Sueli Ines Marmet Novadvork

**SUPLENTE:** Maurizan José da Silva

**REPRESENTANTE DE PAIS:**

**TITULAR:** Lucelia Ferreira Lindolfo ( Vice Presidente)

**TITULAR:** Eliane Custodio Ribeiro

**SUPLENTE**: Salete de Fátima Caetano de Souza

**SUPLENTE**: Romilda de Fátima Ferraz

**REPRESENTANTE DE ESTUDANTE ED. BASICA PUBLICA:**

**TITULAR:** Jeroni Maria de Matos

**SUPLENTE:** Luiza Coelho de Almeida

**REPRESENTANTE DE ESTUDANTE ED. BASICA PUBLICA INDICADOS PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDARISTA:**

**TITULAR:** Maria da Conceição dos Santos Lima

**SUPLENTE:** Ana Paula de Barros

**REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO:**

**TITULAR:** Admir Lopes Ricardo

**SUPLENTE:** Thamilles WilmaVaz da Silva Szareski

**REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**TITULAR**: Rosângela Pinto Figueiredo

**SUPLENTE**: Neli Carvalho Gaboardi

**REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:**

**TITULAR:** Wagma Reis de Souza

**SUPLENTE:** Domingo Ferreira de Cerqueira

**Art. 2° -** Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario em especial o Decreto nº044/2018 de 26 de Abril de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 20 DE JUNHO DE 2018.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE.**

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO MUNICIPAL N° 058/2018**

**DECRETO MUNICIPAL N° 058/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

***"DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

**Art. 1° -** Fica autorizado para movimentar as contas vinculadas ao Fundo Municipais de Saúde de Santa Cruz do Xingu-MT, através do CNPJ nº 11.669.254/0001-13, serão movimentadas pelas seguintes pessoas, a senhora **ROSILDA DIAS DOS SANTOS**, portadora do CPF nº **855.073.691-00**, Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz do Xingu-MT, juntamente com o senhor **LUIS MARCELIO CARVALHO**, Secretário Municipal de Finanças, portador do CPF nº **703.917.181-3**4, cujos poderes são:

| | | | |
|---|---|---|---|
| 01 | Emitir Cheques; | 15 | Efetuar pagamentos por meio Eletrônico; |
| 02 | Abrir Contas de Depósitos; | 16 | Efetuar Transferências por Meio Eletronico; |
| 03 | Autorizar Cobranças; | 17 | Efetuar Movimentação Financeira no RPG; |
| 04 | Receber, Passar Recibos e dar Quitações; | 18 | Consultar Contas/Aplic.Programas e Repasses de Recursos; |
| 05 | Solicitar Saldos, Extratos e Comprovantes; | 19 | Liberar Arquivos de Pagamentos no Gerenciador Financeiro; |
| 06 | Requisitar Talões de Cheques; | 20 | Solicitar Saldos/Extratos, Exceto Investimentos; |
| 07 | Autorizar Débitos em Contas Relativos a Operações; | 21 | Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos; |
| 08 | Retirar Cheques Devolvidos; | 22 | Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Creditos; |
| 09 | Sustar / Contra-Ordenar Cheques; | 23 | Emitir Comprovantes; |
| 10 | Endossar Cheques; | 24 | Efetuar Transferência para mesma Titularidade; |
| 11 | Cancelar Cheques; | 25 | Fechar Operações de Derivativos; |
| 12 | Baixar Cheques; | 26 | Encerrar contas de Depósitos; |
| 13 | Efetuar Resgates e Aplicações Financeiras; | 27 | Consultar Obrigações do Debito Direto Autorizado; |
| 14 | Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas; | 28 | Atualizar Faturamento pelo Gerenciador Financeiro; |

**Art. 2° -** Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 26 DE JUNHO DE 2018.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE.**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 091/2018**

**PORTARIA Nº 091/2018** DE 20 DE JUNHO DE 2018.

**Designa responsáveis como fiscais de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.**

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, Prefeito do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:;**

**Art. 1º** - Designar os servidores para exercerem a função de fiscais de contrato:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | **José Augusto da Silva Gonzaga (fiscal titular)** | Ciente e de acordo: |
| Cargo: | Diretor de Departamento | |
| CPF: | 019.474.361-63 | |
| Matricula | 558 | |

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | **Paulo Roberto da Cruz Pinto (fiscal substituto)** | Ciente e de acordo: |
| Cargo: | Coordenador de Recursos Humanos | |
| CPF: | 020.929.901-01 | |
| Matricula | 265 | |

**Art. 2º** - Os contratos pela qual os fiscais irão proceder a fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93, são os seguintes:

| | |
|---|---|
| **Contrato nº 021/2018** | Empresa: REAVEL VEICULOS EIRELI, inscrito no CNPJ: 30.260.538/0001-04. |
| Data: | 19 de Junho de 2018 com término em 31 de Dezembro de 2018. |
| **Objeto:** | Aquisição de veículos, suv e veiculo tipo Ambulância para atender a demanda do Município de Santa Cruz do Xingu-MT. |

**Art. 3º** - São atribuições dos fiscais:

1. Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios; 2. Emitir relatórios/medições; 3. Comunicar formalmente as irregularidades constadas ao Prefeito Municipal e a Unidade de Controle Interno; **Art. 4º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 20 DE JUNHO DE 2018.

_____

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 092/2018**

**PORTARIA Nº 092/2018** DE 20 DE JUNHO DE 2018.

**Designa responsáveis como fiscais de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.**

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, Prefeito do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:;**

**Art. 1º** - Designar os servidores para exercerem a função de fiscais de contrato:

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | **Jocelito Carlos Link (fiscal titular)** | Ciente e de acordo: |
| Cargo: | Coordenador de Obras de Infra-estrutura Urbana | |
| CPF: | 700.742.321-34 | |
| Matricula | 593 | |

| | | |
|---|---|---|
| Nome: | **Eloi Diehl Araújo (fiscal substituto)** | Ciente e de acordo: |
| Cargo: | Motorista CNH-AD | |
| CPF: | 569.027.351-15 | |
| Matricula | 39 | |

**Art. 2º** - Os contratos pela qual os fiscais irão proceder a fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93, são os seguintes:

| | |
|---|---|
| **Contrato nº 022/2018** | Empresa: ALFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME, inscrito no CNPJ: 13.731.784/0001-70. |
| Data: | 20 de Junho de 2018 com término em 20 de Dezembro de 2018. |
| **Objeto:** | Aquisição de 01 Escavadeira Hidráulica para atender ao Município de Santa Cruz do Xingu-MT. |

**Art. 3º** - São atribuições dos fiscais:

1. Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios; 2. Emitir relatórios/medições; 3. Comunicar formalmente as irregularidades constadas ao Prefeito Municipal e a Unidade de Controle Interno; **Art. 4º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 20 DE JUNHO DE 2018.

_____

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

**COMPRAS E LICITAÇÃO**
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2017**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2017, REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA LGL MACEDO SERVIÇÕS CONTÁBEIS - ME.**

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o Nº 04.205.596/0001-17 com sede na Av. Flávio Luiz, 2201, Centro, SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. EGON HOEPERS**, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **LGL MACEDO SERVIÇOS CONTÁBEIS – ME,** pessoa jurídica de direito privado, regulamente inscrita no CNPJ sob nº 08.133.584/0001-85, estabelecida na AV. Mutum, 600 N, sala 08, Nova Mutum - MT, neste ato representada pela **Sra. LENI GLÓRIA LEITE MACEDO,** inscrita no CPF nº 535.280.341-49**,** tendo em vista os termos do contrato original nº 036/2017, ajustam e acordam celebrar o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas posteriores alterações, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as clausulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

**1.1.** O presente Termo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual e aditivo do valor contratual, previstos nas Cláusulas Quarta e Quinta do Contrato nº 036/2017, que passam a ter as seguintes redações:

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO**

4.1. O prazo de vigência do presente contrato fica prorrogado em 12 (doze) meses, passando a vigorar até 14/07/2019, prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO**

**5.1. O valor do presente aditivo em decorrência da prorrogação da vigência é de R$ 49.920,00 (quarenta e nove mil novecentos e vinte reais), pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 4.160,00 (quatro mil cento e sessenta reais).**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:**

**2.1.** As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2018 e do exercício subsequente.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:**

**3.1.** O presente Termo Aditivo está amparado pelo artigo 57, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93, bem como, disposto na Cláusula 4.1.1. do Contrato 036/2017.

**CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**4.1.** Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes em data de 14/07/2017.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Santa Rita do Trivelato - MT, 29 de Junho de 2018.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO**

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

**LGL MACEDO SERVIÇOS CONTÁBEIS – ME**

**LENI GLÓRIA LEITE MACEDO**

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____ _____

**Nome: Nome:**

**CPF**: **CPF:**

## COMPRAS E LICITAÇÃO
## AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2018

**1.** A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, vem por meio deste **RETIFICAR** o edital de Pregão Presencial nº 039/2018, devidamente publicado nos órgãos oficiais de imprensa e site da Prefeitura do Município, conforme segue abaixo:

**1) Fica alterado o disposto no Anexo IV – Termo de Referência – Item 9.1, conforme abaixo:**

**Onde se lê:**

| Item | Código do TCE | Unid | Descrição Linha/trajeto | Quantidade | Valor unitario | Marca | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 00015844 | 1 | **PARQUE INFANTIL KMP 150,COLORIDO ,EM MADEIRA PLASTICA COM COLUNAS DE ALUMINIO,FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATOXICO**, medindo 11x11cm com canto ovalizados, espessura das paredes 3mm e pintura com tinta a pó de poliéster marron:<br>**1** Plataforma de 1,00x1,00m confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica com cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,26mx1,26m;<br>**1** Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1000 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm;<br>**1** Tobogã em plástico rotomoldado, 2 curvas com 90º x 80mm de diâmetro, fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída dupla em plástico rotomoldado;<br>**1** Rampa de cordas com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 42,60mm e 31,75mm e parede de 2,00mm. Corda de nylon de diâmetro 14,00mm e uniões em plástico injetado;<br>**1** Conjunto 02 balanços com 01 assento em plástico rotomoldado, 01 assento cadeirinha de bebe em plástico duplo com cinto de segurança correntes de Elo Curto com 1520 mm de comprimento. Estrutura de aço tubular de diâmetro de 42,6mm com parede de 2,00mm.<br>**1** Fechamento em plástico rotomoldado | 2 | 12.915,00 | | 25.830,00 |
| 02 | 00015845 | | **PARQUE INFANTIL KMP 301,COLORIDO ,EM MADEIRA PLASTICA COM COLUNAS DE ALUMINIO,FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATOXICO**, medindo 11x11cm com canto ovalizados, espessura das paredes 3mm e pintura com tinta a pó de poliéster marron:<br>**3** Plataforma de 1,00x1,00m confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e cobertura em plástico rotomoldado estilo pirâmide de 1,26x1,26m<br>**1** Tobogã em plástico rotomoldado, com 2600mm de comprimento x 760mm de diâmetro (aproximado), fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída em plástico rotomoldado.<br>**1** Tubo horizontal em plástico rotomoldado medindo 1,60 metros de comprimento X 80cm de abertura<br>**1** Conjunto 02 balanços com assento em plástico rotomoldado, correntes de Elo Curto com 1520 mm de comprimento. Estrutura de aço tubular de diâmetro de 42,6mm com parede de 2,00mm.<br>**1** Rampa de madeira com 08 tacos medindo 2000mm de comprimento X 920mm de largura, com estrutura, assoalho e tacos em itaúba.<br>**1** Passarela curvada para cima com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. Medindo 1950mm de comprimento x 940mm de largura e altura de 800mm. Assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba.<br>**1** Jogo da velha composto pó 9 cilindros em plástico rotomoldado colorido, com de letras "X" e "O" na cor preta<br>**1** Escorregador reto em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 2700mm x 530mm de largura.<br>**1** Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1000 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm;<br>**2** Guarda corpo com estrutura tubular de aço com diâmetro de 25,4mm x parede de 1,55mm, com barras verticais de diâmetro 12,7mm. Altura após montagem de 800mm.<br>**1** Rampa de cordas com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 42,60mm e 31,75mm e parede de 2,00mm. Corda de nylon de diâmetro 14,00mm e uniões em plástico injetado. | 2 | 28.375,00 | | 56.750,00 |
| 03 | 0001846 | 1 | **PARQUE INFANTILKMP 305,COLORIDO ,EM MADEIRA PLASTICA COM COLUNAS DE ALUMINIO,FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATOXICO** medindo 11x11cm com canto ovalizados, espessura das paredes 3mm e pintura com tinta a pó de poliéster marron:<br>**2** Plataformas medindo 1,01 x1,01m, com altura de 1,35m, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 3x8cm espessura 1,5mm, confeccionado com deck de madeira plástica 13x3cm com acabamento externo de polipropileno pigmentado na cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,26mx1,26m; | 2 | 28.860,75 | | 57.721.50 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | **1** Plataformas medindo 1,01 x1,01m, com altura de 1,20m, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 3x8cm espessura 1,5mm, confeccionado com deck de madeira plástica 13x3cm com acabamento externo de polipropileno pigmentado na cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,26mx1,26m;<br>**1** Estrutura de balanço em aço tubular de diâmetro 42,6mm com parede de 2mm com 01 assentos em rotomoldado correntes de elo curto medindo 1,52 metros de comprimento.<br>**01** conjunto de argolas.<br>1 Rampa de cordas com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 42,60mm e 31,75mm e parede de 2,00mm. Corda de nylon de diâmetro 14,00mm e junções em plástico injetado;<br>**1**Tobogã em plástico rotomoldado, com 2 curvas de 90º com 2600mm de comprimento x 760mm de diâmetro (aproximado), fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída em plástico rotomoldado.<br>**1** Passarela convexa com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. Medindo 1950mm de comprimento x 83mm de largura e altura de 800mm. Assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba;<br>**1** Escorregador reto em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 2800mm x 530mm de largura;<br>**1** Tubo horizontal em plástico rotomoldado medindo 1,60m de compr. X 0,80 m de diâmetro;<br>**1** Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1700 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm;<br>**1** Rampa de madeira com 07 tacos medindo 2000mm de comprimento X 920mm de largura, com estrutura, assoalho e tacos em itaúba.<br>**1** Jogo da velha composto pó 9 cilindros em plástico rotomoldado colorido, com de letras "X" e "O" na cor preta<br>**1** Cano escalada Estrutura em aço galvanizado de 1 ¼ com 2mm com 4 de graus tubo 1 polegada por 2mm pintado com tinta a pó.<br>**1** Fechamento em plástico rotomoldado | | | | |
| 04 | 00015847 | 1 | **PARQUE INFANTIL KMP 307,COLORIDO ,EM MADEIRA PLASTICA COM COLUNAS DE ALUMINIO,FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATOXICO** medindo 11x11cm com canto ovalizados, espessura das paredes 3mm e pintura com tinta a pó de poliéster marron:<br>**1** Plataforma confeccionada em madeira plástica, com altura de 1,35mt estruturada com cantoneira metálica estrutura 1,07x1,07m, cantoneira 4cm galvanizado, pintado e sem cobertura, com coqueiro 8 folhas em plástico decorativo e suporte de fixação em alumínio<br>**1** Plataforma de 1,00x1,00mt confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e cobertura em plástico rotomoldado estilo pirâmide quadrada de 1,26x1,26m com altura do patamar de 1,35mt;<br>**1** Plataforma de 1,00x1,00mt confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e cobertura em plástico rotomoldado estilo pirâmide quadrada de 1,26x1,26m com altura do patamar de 1,20mt;<br>**1** Escorregador reto em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 2700mm x 530mm de largura;<br>**1** Passarela reta com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. Medindo 1950mm de comprimento x 940mm de largura e altura de 800mm. Assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba;.<br>**1** Estrutura de balanço em alumínio com 02 assentos em rotomoldado correntes de elo curto medindo 1,52 metros de comprimento. Estrutura de aço tubular de diâmetro 42,6mm com parede de 2mm;<br>**1** Rampa de madeira com 07 tacos medindo 2000mm de comprimento X 920mm de largura, com estrutura, assoalho e tacos em itaúba.<br>**1** Tobogã em plástico rotomoldado, com 2 curvas de 90º com 2600mm de comprimento x 760mm de diâmetro (aproximado), fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída em plástico rotomoldado.<br>**1** Rampa de escalada curva em plástico rotomoldado dupla de 6 de graus<br>Com portal de segurança em plástico rotomoldado<br>**1** Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1700 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm;<br>**1** Kit Jogo da velha composto pó 9 cilindros em plástico rotomoldado colorido, com de letras "X" e "O" na cor preta<br>**1** Tubo curvado em plástico rotomoldado 90º graus medindo 1,82m de comprimento x 75cm de diâmetro de abertura<br>**2** Fechamentos em plástico rotomoldado | 1 | 29.<br>657,50 | | 29.<br>657,50 |
| 05 | 00015848 | 1 | **PARQUE INFANTIL KMP 401,COLORIDO ,EM MADEIRA PLASTICA COM COLUNAS DE ALUMINIO,FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATOXICO** medindo 11x11cm com canto ovalizados, espessura das paredes 3mm e pintura com tinta a pó de poliéster marron:<br>**3** Plataformas medindo 1,01 x1,01m, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 3x8cm espessura 1,5mm, confeccionado com deck de madeira plástica 13x3cm com acabamento externo de polipropileno pigmentado na cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,26mx1,26m; com altura de 1,35mt<br>**1** Plataformas medindo 1,01 x1,01m, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 3x8cm espessura 1,5mm, confeccionado com deck de madeira plástica 13x3cm com acabamento externo de polipropileno pigmentado na cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,26mx1,26m; com altura de 1,20mt<br>**1** Rampa de escalada curva em plástico rotomoldado dupla de 6 de graus<br>Com portal de segurança em plástico rotomoldado<br>**1** Rampa de cordas com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 42,60mm e 31,75mm e parede de 2,00mm. Corda de nylon de diâmetro 14,00mm e junções em plástico injetado;<br>**1** Tobogã em plástico rotomoldado, com 2 curvas de 90º com 2600mm de comprimento x 760mm de diâmetro (aproximado), fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída em plástico rotomoldado<br>**1** Passarela convexa com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. Medindo 1950mm de comprimento x 83mm de largura e altura de 800mm. Assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba;<br>**1** Escorregador reto em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 3000mm x 530mm de largura;<br>**1** Tubo horizontal em plástico rotomoldado medindo 1,60m de compr. X 0,80 m de diâmetro;<br>**1** Descida de bombeiro com estrutura de aço tubular de diâmetro 31,75mm, parede de 2,00mm e comprimento (altura) de 2800mm, fixado ao piso e a torre + escada bombeiro em aço tubular de diâmetro 25,40mm x 1.135mm de altura com parede de 2,00mm. 4 degraus de diâmetro 25,4mm com parede de 2,00mm.<br>**1** Escorregador duplo em plástico rotomoldado com deslizamento de 2,50m x 0,90cm de comprimento<br>**1** Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1700 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm; | 1 | 36.<br>082,50 | | 36.<br>082,50 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | **1** Passarela reta com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. Medindo 1950mm de comprimento x 940mm de largura e altura de 800mm. Assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba;.<br>**3** Fechamentos em plástico rotomoldado | | | | |
| 06 | 00015849 | | **PARQUE INFANTIL KMP 507,COLORIDO ,EM MADEIRA PLASTICA COM COLUNAS DE ALUMINIO,FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATOXICO** medindo 11x11cm com canto ovalizados, espessura das paredes 3mm e pintura com tinta a pó de poliéster marron:<br>**4** Plataformas medindo 1,07 x1,07mt, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 3x8cm espessura 1,5mm, confeccionado com deck de madeira plástica 13x3cm com acabamento externo de polipropileno pigmentado na cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, parede dupla em formato de pirâmide redonda, medindo 1,60mx0,85cm; altura de 1,35mt<br>**1** Plataforma de 1,00x1,00m confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e sem cobertura, altura do patamar de 1,20mt com coqueiro 8 folhas em plástico decorativo<br>**1** Rampa de madeira com 07 tacos medindo 2000mm de comprimento X 920mm de largura, com estrutura, assoalho e tacos em itaúba.<br>**1** Rampa de cordas com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 42,60mm e 31,75mm e parede de 2,00mm. Corda de nylon de diâmetro 14,00mm e junções em plástico injetado;<br>**1** Tobogã em plástico rotomoldado, com 2 curvas de 90º com 2600mm de comprimento x 760mm de diâmetro (aproximado), fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída em plástico rotomoldado.<br>**1** Passarela convexa com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. Medindo 1950mm de comprimento x 83mm de largura e altura de 800mm. Assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba;<br>**1** Escorregador reto em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 2700mm x 530mm de largura;<br>**1** Tubo reto horizontal em plástico rotomoldado medindo 1,60m de compr. X 0,80 m de diâmetro;<br>**1** Cano escalada Estrutura em aço galvanizado de 1 ¼ com 2mm com 4 de graus tubo 1 polegada por 2mm pintado com tinta a pó.<br>**1** Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1700 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm;<br>**1** Escada curvada com arco de 2560mm de comprimento x 630mm de largura. Estrutura tubular em aço galvanizado de diâmetro 31,75mm, parede 2mm, 7 degraus de diâmetro 25,4mm com parede de 2,00mm.<br>**1** Passarela de cordas reta comprimento 2 m de comprimento por 0,80 cm largura por 0,60 cm altura confeccionada em 2 vigas de tubo galvanizado 1 ¼ pintado com tinta a pó sendo teia de cordas em poliéster externo com junção em plástico resistente.<br>**2** Fechamentos em plástico rotomoldado<br>**1** Kit Jogo da velha composto pó 9 cilindros em plástico rotomoldado colorido, com de letras "X" e "O" na cor preta<br>**1** Escalada curva com 6 de graus em plástico rotomoldado<br>**1** Estrutura de balanço em alumínio com 02 assentos em rotomoldado correntes de elo curto medindo 1,52 metros de comprimento. Estrutura de aço tubular de diâmetro 42,6mm com parede de 2mm;<br>**1** Escorregador caracol em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 1500mm x 540mm de largura. 01 deck auxiliar em madeira de plástica com medidas de 1000x1000mm. **02** guarda em plástico rotomoldado<br>**1** Tubo curvado em plástico rotomoldado 90 graus medindo 1,82m de comprimento x 75cm de diâmetro de abertura | 1 | 50.<br>352,50 | | 50.<br>352,50 |
| | | | **TOTAL** | | | | **256.<br>394,00** |

**Leia-se:**

| Item | Código do TCE | Unid | Descrição Linha/trajeto | Quantidade | Valor unitario | Marca | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 00015844 | 1 | **PARQUE INFANTIL EM MADEIRA PLASTICA COLORIDO COM COLUNAS DE ALUMINIO, FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATOXICO**, medindo 11x11cm com canto ovalizados, espessura das paredes 3mm e pintura com tinta a pó de poliéster marron, contendo:<br>- 01 Plataforma de 1,00x1,00m confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica com cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,26mx1,26m;<br>- 01 Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1000 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm;<br>- 01 Tobogã em plástico rotomoldado, 2 curvas com 90º x 80mm de diâmetro, fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída dupla em plástico rotomoldado;<br>- 01 Rampa de cordas com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 42,60mm e 31,75mm e parede de 2,00mm. Corda de nylon de diâmetro 14,00mm e uniões em plástico injetado;<br>- 01 Conjunto de 02 balanços com 01 assento em plástico rotomoldado e 01 assento cadeirinha de bebe em plástico duplo com cinto de segurança correntes de Elo Curto com 1520 mm de comprimento. Estrutura de aço tubular de diâmetro de 42,6mm com parede de 2,00mm.<br>- Fechamento em plástico rotomoldado;<br>- Ilustração exemplificativa: | 2 | 12.<br>915,00 | | 25.<br>830,00 |
| 02 | 00015845 | | **PARQUE INFANTIL EM MADEIRA PLASTICA COLORIDO COM COLUNAS DE ALUMINIO,FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATOXICO**, medindo 11x11cm com canto ovalizados, espessura das paredes 3mm e pintura com tinta a pó de poliéster marron, contendo:<br>- 03 Plataforma de 1,00x1,00m confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e cobertura em plástico rotomoldado estilo pirâmide de 1,26x1,26m<br>- 01 Tobogã em plástico rotomoldado, com 2600mm de comprimento x 760mm de diâmetro (aproximado), fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída em plástico rotomoldado.<br>- 01 Tubo horizontal em plástico rotomoldado medindo 1,60 metros de comprimento X 80cm de abertura<br>- 01 Conjunto 02 balanços com assento em plástico rotomoldado, correntes de Elo Curto com 1520 mm de comprimento. Estrutura de aço tubular de diâmetro de 42,6mm com parede de 2,00mm.<br>- 01 Rampa de madeira com 08 tacos medindo 2000mm de comprimento X 920mm de largura, com estrutura, assoalho e tacos em itaúba.<br>- 01 Passarela curvada para cima com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. Medindo 1950mm de comprimento x 940mm de largura e altura de 800mm. Assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba.<br>- 01 Jogo da velha composto pó 9 cilindros em plástico rotomoldado colorido, com de letras "X" e "O" na cor preta;<br>- 01 Escorregador reto em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 2700mm x 530mm de largura. | 2 | 28.<br>375,00 | | 56.<br>750,00 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | - 01 Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1000 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm;<br>- 02 Guarda corpo com estrutura tubular de aço com diâmetro de 25,4mm x parede de 1,55mm, com barras verticais de diâmetro 12,7mm. Altura após montagem de 800mm.<br>- 01 Rampa de cordas com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 42,60mm e 31,75mm e parede de 2,00mm. Corda de nylon de diâmetro 14,00mm e uniões em plástico injetado.<br>- Ilustração exemplificativa: | | | | |
| 03 | 0001846 | 1 | **PARQUE INFANTIL EM MADEIRA PLASTICA COLORIDO, COM COLUNAS DE ALUMINIO, FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATOXICO** medindo 11x11cm com canto ovalizados, espessura das paredes 3mm e pintura com tinta a pó de poliéster marron, contendo:<br>- 01 Plataformas medindo 1,01 x1,01m, com altura de 1,35m, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 3x8cm espessura 1,5mm, confeccionado com deck de madeira plástica 13x3cm com acabamento externo de polipropileno pigmentado na cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,26mx1,26m;<br>- 01Plataformas medindo 1,01 x1,01m, com altura de 1,20m, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 3x8cm espessura 1,5mm, confeccionado com deck de madeira plástica 13x3cm com acabamento externo de polipropileno pigmentado na cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,26mx1,26m;<br>- 01 Estrutura de balanço em aço tubular de diâmetro 42,6mm com parede de 2mm com 01 assentos em rotomoldado correntes de elo curto medindo 1,52 metros de comprimento.<br>- 01 conjunto de argola.<br>- 01 Rampa de cordas com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 42,60mm e 31,75mm e parede de 2,00mm. Corda de nylon de diâmetro 14,00mm e junções em plástico injetado;<br>- 01 Tobogã em plástico rotomoldado, com 2 curvas de 90º com 2600mm de comprimento x 760mm de diâmetro (aproximado), fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída em plástico rotomoldado.<br>- 01 Passarela convexa com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. Medindo 1950mm de comprimento x 83mm de largura e altura de 800mm. Assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba;<br>- 01 Escorregador reto em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 2800mm x 530mm de largura;<br>- 01 Tubo horizontal em plástico rotomoldado medindo 1,60m de compr. X 0,80 m de diâmetro;<br>- 01 Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1700 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm;<br>- 01 Rampa de madeira com 07 tacos medindo 2000mm de comprimento X 920mm de largura, com estrutura, assoalho e tacos em itaúba.<br>- 01 Jogo da velha composto pó 9 cilindros em plástico rotomoldado colorido, com de letras "X" e "O" na cor preta<br>- 01 Cano escalada Estrutura em aço galvanizado de 1 ¼ com 2mm com 4 de graus tubo 1 polegada por 2mm pintado com tinta a pó.<br>- 01 Fechamento em plástico rotomoldado;<br>- Ilustração exemplificativa: | 2 | 28.<br>860,75 | | 57.<br>721.50 |
| 04 | 00015847 | 1 | **PARQUE INFANTIL EM MADEIRA PLASTICA COLORIDA COM COLUNAS DE ALUMINIO, FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATOXICO** medindo 11x11cm com canto ovalizados, espessura das paredes 3mm e pintura com tinta a pó de poliéster marron, contendo:<br>- 01 Plataforma confeccionada em madeira plástica, com altura de 1,35mt estruturada com cantoneira metálica estrutura 1,07x1,07m, cantoneira 4cm galvanizado, pintado e sem cobertura, com coqueiro 8 folhas em plástico decorativo e suporte de fixação em alumínio<br>- 01 Plataforma de 1,00x1,00mt confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e cobertura em plástico rotomoldado estilo pirâmide quadrada de 1,26x1,26m com altura do patamar de 1,35mt;<br>- 01 Plataforma de 1,00x1,00mt confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e cobertura em plástico rotomoldado estilo pirâmide quadrada de 1,26x1,26m com altura do patamar de 1,20mt;<br>- 01 Escorregador reto em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 2700mm x 530mm de largura;<br>- 01 Passarela reta com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. Medindo 1950mm de comprimento x 940mm de largura e altura de 800mm. Assoalho em madeira plástica com travessas de Itaúba;<br>- 01 Estrutura de balanço em alumínio com 02 assentos em rotomoldado correntes de elo curto medindo 1,52 metros de comprimento. Estrutura de aço tubular de diâmetro 42,6mm com parede de 2mm;<br>- 01 Rampa de madeira com 07 tacos medindo 2000mm de comprimento X 920mm de largura, com estrutura, assoalho e tacos em itaúba.<br>- 01 Tobogã em plástico rotomoldado, com 2 curvas de 90º com 2600mm de comprimento x 760mm de diâmetro (aproximado), fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída em plástico rotomoldado.<br>- 01 Rampa de escalada curva em plástico rotomoldado dupla de 6 de graus<br>- Com portal de segurança em plástico rotomoldado<br>- 01 Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1700 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm;<br>- 01 Kit Jogo da velha composto pó 9 cilindros em plástico rotomoldado colorido, com de letras "X" e "O" na cor preta<br>- 01 Tubo curvado em plástico rotomoldado 90º graus medindo 1,82m de comprimento x 75cm de diâmetro de abertura<br>- 02 Fechamentos em plástico rotomoldado<br>- Ilustração exemplificativa: | 1 | 29.<br>657,50 | | 29.<br>657,50 |
| 05 | 00015848 | 1 | **PARQUE INFANTIL EM MADEIRA PLASTICA COLORIDO, COM COLUNAS DE ALUMINIO, FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATOXICO** medindo 11x11cm com canto ovalizados, espessura das paredes 3mm e pintura com tinta a pó de poliéster marron, contendo:<br>- 03 Plataformas medindo 1,01 x1,01m, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 3x8cm espessura 1,5mm, confeccionado com deck de madeira plástica 13x3cm com acabamento externo de polipropileno pigmentado na cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,26mx1,26m; com altura de 1,35mt<br>- 01 Plataformas medindo 1,01 x1,01m, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 3x8cm espessura 1,5mm, confeccionado com deck de madeira plástica 13x3cm com acabamento externo de polipropileno pigmentado na cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,26mx1,26m; com altura de 1,20mt<br>- 01 Rampa de escalada curva em plástico rotomoldado dupla de 6 de graus<br>- Com portal de segurança em plástico rotomoldado<br>- 01 Rampa de cordas com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 42,60mm e 31,75mm e parede de 2,00mm. Corda de nylon de diâmetro 14,00mm e junções em plástico injetado;<br>- 01 Tobogã em plástico rotomoldado, com 2 curvas de 90º com 2600mm de comprimento x 760mm de diâmetro (aproximado), fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída em plástico rotomoldado | 1 | 36.<br>082,50 | | 36.<br>082,50 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | - 01 Passarela convexa com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. Medindo 1950mm de comprimento x 83mm de largura e altura de 800mm. Assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba;<br>- 01 Escorregador reto em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 3000mm x 530mm de largura;<br>- 01 Tubo horizontal em plástico rotomoldado medindo 1,60m de compr. X 0,80 m de diâmetro;<br>- 01 Descida de bombeiro com estrutura de aço tubular de diâmetro 31,75mm, parede de 2,00mm e comprimento (altura) de 2800mm, fixado ao piso e a torre + escada bombeiro em aço tubular de diâmetro 25,40mm x 1.135mm de altura com parede de 2,00mm. 4 degraus de diâmetro 25,4mm com parede de 2,00mm.<br>- 01 Escorregador duplo em plástico rotomoldado com deslizamento de 2,50m x 0,90cm de comprimento<br>- 01 Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1700 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm;<br>- 01 Passarela reta com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. Medindo 1950mm de comprimento x 940mm de largura e altura de 800mm. Assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba;<br>- 03 Fechamentos em plástico rotomoldado<br>- Ilustração exemplificativa: | | | | |
| 06 | 00015849 | | **PARQUE INFANTIL EM MADEIRA PLASTICA COLORIDA COM COLUNAS DE ALUMINIO, FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATOXICO** medindo 11x11cm com canto ovalizados, espessura das paredes 3mm e pintura com tinta a pó de poliéster marron, contendo:<br>- 04 Plataformas medindo 1,07 x1,07mt, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 3x8cm espessura 1,5mm, confeccionado com deck de madeira plástica 13x3cm com acabamento externo de polipropileno pigmentado na cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, parede dupla em formato de pirâmide redonda, medindo 1,60mx0,85cm; altura de 1,35mt<br>- 01 Plataforma de 1,00x1,00m confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e sem cobertura, altura do patamar de 1,20mt com coqueiro 8 folhas em plástico decorativo<br>- 01 Rampa de madeira com 07 tacos medindo 2000mm de comprimento X 920mm de largura, com estrutura, assoalho e tacos em itaúba.<br>- 01 Rampa de cordas com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 42,60mm e 31,75mm e parede de 2,00mm. Corda de nylon de diâmetro 14,00mm e junções em plástico injetado;<br>- 01 Tobogã em plástico rotomoldado, com 2 curvas de 90º com 2600mm de comprimento x 760mm de diâmetro (aproximado), fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída em plástico rotomoldado.<br>- 01 Passarela convexa com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. Medindo 1950mm de comprimento x 83mm de largura e altura de 800mm. Assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba;<br>- 01 Escorregador reto em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 2700mm x 530mm de largura;<br>- 01 Tubo reto horizontal em plástico rotomoldado medindo 1,60m de compr. X 0,80 m de diâmetro;<br>- 01 Cano escalada Estrutura em aço galvanizado de 1 ¼ com 2mm com 4 de graus tubo 1 polegada por 2mm pintado com tinta a pó.<br>- 01 Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1700 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm;<br>- 01 Escada curvada com arco de 2560mm de comprimento x 630mm de largura. Estrutura tubular em aço galvanizado de diâmetro 31,75mm, parede 2mm, 7 degraus de diâmetro 25,4mm com parede de 2,00mm.<br>- 01 Passarela de cordas reta comprimento 2 m de comprimento por 0,80 cm largura por 0,60 cm altura confeccionada em 2 vigas de tubo galvanizado 1 ¼ pintado com tinta a pó sendo teia de cordas em poliéster externo com junção em plástico resistente.<br>- 02 Fechamentos em plástico rotomoldado<br>- 01 Kit Jogo da velha composto pó 9 cilindros em plástico rotomoldado colorido, com de letras "X" e "O" na cor preta<br>- 01 Escalada curva com 6 de graus em plástico rotomoldado<br>- 01 Estrutura de balanço em alumínio com 02 assentos em rotomoldado correntes de elo curto medindo 1,52 metros de comprimento. Estrutura de aço tubular de diâmetro 42,6mm com parede de 2mm;<br>- 01 Escorregador caracol em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 1500mm x 540mm de largura. 01 deck auxiliar em madeira de plástica com medidas de 1000x1000mm. - 02 guarda em plástico rotomoldado<br>- 01 Tubo curvado em plástico rotomoldado 90 graus medindo 1,82m de comprimento x 75cm de diâmetro de abertura<br>- Ilustração exemplificativa: | 1 | 50.<br>352,50 | | 50.<br>352,50 |
| | | | **TOTAL** | | | | **256.<br>394,00** |

**2.** Fica mantida a data de abertura do presente certame no dia **10 de julho de 2018, ás 09h:00min,** tendo em vista o cumprimento do prazo de 08 (oito) dias da publicação.

Publique-se, Registre-se e Intime-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 26 de Junho de 2019.

**MARIA CILENE PEREIRA**

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 0194/2018 DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

**PORTARIA Nº 0194/2018**

**DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA EDNA DA COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º. Art. 1º -** Fica concedido a licença maternidade da servidora **EDNA DA COSTA** portadora do RG nº: 9836410-2 SSP/PR e inscrita no CPF nº: 055.322.549-90, servidora efetiva ocupa o cargo de PROFESSOR LIC.

PLENA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sendo assim fica afastada no período de: 22/06/2018 a 20/10/2018.

**Art. 2º** Os efeitos da presente portaria retroagem à data de 22 de Junho de 2018.

**Art. 3º-** Revogam-se e demais disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 26 DE JUNHO DE 2018.**

**EGON HOEPERS**

**Prefeito Municipal**

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 0192/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

PORTARIA Nº 0192/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

**DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ERNANDES RODRIGO STREY DO CARGO EM COMISSÃO DE PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º**. Exonerar ERNANDES RODRIGO STREY, portador do RG nº 11065476 SJ/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 839.411.181-53, do cargo em comissão de PROCURADOR JURÍDICO do MUNICÍPIO.

**Art. 2º**. Os efeitos da presente portaria retroagem à data 21 de Junho de 2018.

**Art. 3º**. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 26 de Junho de 2018.

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 0185/2018, DE 20 DE JUNHO DE 2018.**

**DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SRº. ITOR PIRES DE CAMARGO DO CARGO EM COMISSÃO DE OFICIAL DE GABINETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º**. Exonerar ITOR PIRES DE CAMARGO, portador do RG nº 743.604 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 616.980.241-34, do cargo em comissão de OFICIAL DE GABINETE.

**Art. 2º**. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 20 de Junho de 2018.

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 0193/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

PORTARIA Nº 0193/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ERNANDES RODRIGO STREY DO CARGO EM COMISSÃO DE PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º**. Nomear ERNANDES RODRIGO STREY, portador do RG nº 11065476 SJ/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 839.411.181-53, do cargo em comissão de PROCURADOR GERAL do MUNICÍPIO.

**Art. 2º**. Os efeitos da presente portaria retroagem à data 22 de Junho de 2018.

**Art. 3º**. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 26 de Junho de 2018.

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

---

**COMPRAS E LICITAÇÃO**
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 29/2017**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 29/2017 REFERENTE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, COM FINALIDADE DE INSTALAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO MT, E DOMINGOS FERRON.**

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o Nº 04.205.596/0001-17 com sede na Av. Flávio Luiz, 2201, Centro, SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. EGON HOEPERS**, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIA, e o Sr. **DOMINGOS FERRON,** brasileiro, casado, portador da CI/RG n°. 1.942. 710 SSP/PR, CPF nº. 369725.339-53, residente na Av. Flavio Luiz Esquina com a Rua Morocó, s/n, Centro, na cidade de Santa Rita do Trivelato - MT , doravante denominado simplesmente LOCADOR, tendo em vista os termos do Processo de Dispensa 016/2017 e contrato original n.º 29/2017, ajustam e acordam celebrar o presente Termo Aditivo nos termos da Lei Federal 8.666/93, e suas posteriores alterações, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as clausulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo e aditar o valor, conforme Cláusulas Segunda e Terceira, ambos do contrato n.º 029/ 2017, que passam a ter a seguinte redação:

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:**

**2.1.** A vigência do presente contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, passando a vigorar até 01 de Junho de 2019, podendo ser prorrogado por igual período caso haja interesse entre as partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

**3.1.** O valor global do presente aditivo será de R$ 12.000,00 (doze mil reais), perfazendo o valor mensal de R$ 1.000,00 (Um mil reais) mensais.

**3.2.** O valor mensal fica reduzido de R$ 1.250,00 (Um mil duzentos e cinquenta reais) para R$ 1.000,00 (um mil reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:**

As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2018 e do exercício futuro de 2019.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:**

O presente Termo Aditivo está amparado pelos artigos 57, II e 65 da Lei 8. 666/93 e item 2.1 do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Santa Rita do Trivelato - MT, 30 de Maio de 2018.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO**

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

Locatário

**DOMINGOS FERRON**

Locador

TESTEMUNHAS:

_____ _____

**Nome: Nome:**

**CPF**: **CPF:**

**SETOR ADMINISTRATIVO**
**DECRETO Nº 001/2018. DE 26 DE JUNHO DE 2018.**

**SÚMULA: DECRETA LUTO OFICIAL DE 01(UM) DIA EM DECORRENCIA DO FALECIMENTO DE GUILHERME HIROMOTO KURASSAKI POLAK.**

**JOÃO FRANCISCO BATISTELA**, Presidente do Poder Legislativo de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

**DECRETA:**

**ARTIGO 1º** - Fica Decretado LUTO OFICIAL pelo prazo de 01(um) dia, em decorrência do falecimento de **GUILHERME HIROMOTO KURASSAKI POLAK** ocorrido em 25 de junho de 2018, em Cuiabá, filho de **VICTOR POLAK**, Vereador deste município.

**ARTIGO 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Trivelato, 26 de Junho de 2018.

JOÃO FRANCISCO BATISTELA

**Presidente**

**COMPRAS E LICITAÇÃO**
**EXTRATO CONTRATO N° 033/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2018**

EXTRATO CONTRATO N° 033/2018

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADA**: ALEXANDRO MARQUES DA SILVA CNPJ: 27.624.682/0001-60; **VIGÊNCIA:** 30 dias ; **VALOR:** R$ 5.660,00**; OBJETO:** PROCESSO DE DISPENSA PARA A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**,** conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 016/2018. **DATA:** 21/06/2018.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 42 /2018**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 42 /2018**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CONTRATADA: **ASUKA MOTORS LTDA,**

CNPJ: sob o nº 12.958.618/001-48

OBJETO: *A aquisição de um veículo L-200 TRITON GL 2018/2018*

*tipo pick-up cabine dupla 4x4,*

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a parti da data de assinatura

Valor Total: R$ 125.000,00 (cento e vinte cinco mil)

**PORTARIA 075GP2018**

**PORTARIA N°75/GP/2018**

**DE 26 DE JUNHO DE 2018**

O prefeito do **MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, ESTADO DE MATO GROSSO**, **EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO**, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

**Art. 1°**- Determinar ponto facultativo no período **vespertino**, deste dia 27 de Junho de 2018(Quarta Feira), em razão do jogo de Futebol da Seleção Brasileira pela copa do mundo da Rússia, funcionando o expediente das **08 às 13 horas.**

**Art. 2°.** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Registre-se, publique-se e cumpra-se.**

Santa Terezinha-MT, 26 de junho de 2018

**Euclésio José Ferretto**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

**AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 005-2018**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 026/2018-TOMADA DE PREÇO N.º 005/2018 -AVISO DE LICITAÇÃO-**A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leverger - MT, através da sua Presidente da CPL e membros , torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO 005/2018, objetivando a **contratação de empresa especializada para construção da Escola no Assentamento Nossa Senhora Aparecida do Município de Santo Antonio do Leverger MT** , conforme Planilha Orçamentária e demais Anexo deste Edital, que dele fazem parte integrante, independente de sua transcrição.**A sessão será realizada às 09h00-min do dia 17 de Julho de 2018, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.**O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Setor de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.*leverger.mt.gov.br*, ou solicitar ao Setor de Licitações pelo e-mail *licitacao@leverger.mt.gov.br.*Santo Antonio do Leverger – MT,07 de junho de 2018. Lidiane Batista de Rezende Presidente CPL -Portaria 194/GP/2017.

**AVISO DE TOMADA DE PREÇO 004-2018**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 025/2018-TOMADA DE PREÇO N.º 004/2018-AVISO DE LICITAÇÃO-**A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leverger - MT, através da sua Presidente da CPL e membros , torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade TOMADA DE PRE-

ÇO 004/2018, objetivando a **contratação de empresa especializada da Escola Municipal Claudio Almeida na Comunidade Lambari**,conforme planilha orçamentária e demais Anexo deste Edital, que dele fazem parte integrante, independente de sua transcrição. **A sessão será realizada às 09h00min do dia 16 de julho de 2018, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.**O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Setor de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.*leverger.mt.gov.br*, ou solicitar ao Setor de Licitações pelo e-mail *licitacao@leverger.mt.gov.br*.Santo Antonio do Leverger – MT, 07 de junho de 2018.Lidiane Batista de Rezende Presidente CPL Portaria 194/GP/2017

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger – MT, pessoa jurídica de direito publico interno, em cumprimento ao disposto no art. 31, § 3º da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual e combinado com art. 49 da LRF, torna público que ficará a disposição de qualquer contribuinte ou cidadão, para exame e apreciação no paço Municipal, sito a Avenida Santo Antônio, nº 245, centro no horário de expediente pelo prazo de 60 (sessenta dias), a contar da data de 17 de abril de 2018, o Balanço Anual de Governo da prefeitura municipal de Santo Antônio de Leverger – MT, relativo ao exercício de 2016.

Santo Antônio do Leverger – MT, 18 de Abril de 2018.

Atenciosamente

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

**JURIDICO**
**DECRETO N.º 020/2018 DE 25 DE JUNHO DE 2018.**

Dispõe sobre homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado de Santo Antônio do Leste-MT, e dá outras providências.

**MIGUEL JOSE BRUNETTA** Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no Art. 37, II da Constituição Federal;

Considerando a realização das provas no dia 03 de Junho de 2018, com base nas exigências estabelecidas no Regulamento e Editais;

D E C R E T A:

= = = = = = = =

Art. 1.º - Fica homologado o Resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2018.

Art. 2.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRA-SE**

**PUBLICA-SE**

**CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO PREFEITO**

**EM: 25 DE JUNHO DE 2018**

**MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL**

**JURIDICO**
**CONVITE**

**AUDIENCIA PÚBLICA DO 3º QUADRIMESTRE/2017**

**LRF CIDADÃO**

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, convida a população em geral para participar da Audiência Pública de Demonstração e Avaliação do Cumprimento da Metas Fiscais, referente ao 3º Quadrimestre de 2017.

A referida Audiência Pública tem por finalidade levar ao conhecimento da População os **ANEXOS DE RELATORIO DE GESTÃO FISCAL E RELATORIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA dos** meses de Setembro a Dezembro de 2017, a ser realizada pela Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 nos seus Artigo 9º § 4º e Art. 48.

**Data: 28/06/2018**

**Horário: 16:00 hs**

**Local: Câmara Municipal**

A Presença de todos é de grande Importância

**Miguel Jose Brunetta**

**Prefeito Municipal**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2018 - PREGAO ELETRONICO 003/2018**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2018**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2018**

**PROCESSO Nº 024/2018**

**VALIDADE 12 (DOZE) MESES**

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para serem utilizados na preparação de merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino-PNAE**. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo Exmo Sr. Prefeito MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2018, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Eletrônico, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

**Fornecedor(a): MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI - EPP**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **08.436.811/0001-41**, sediada na Rua Poxoréo, nº 884, Alvorada – Cuiabá/MT, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. Edcarlos Pimenta da Costa, Portador da Carteira de Identidade nº 1196987-3, expedida pela SJ/MT, CPF nº 696.161.671-20.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para serem utilizados na preparação de merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino-PNAE**.Não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

| Item | Descrição do Produto/Serviço | Unidade | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | ACHOCOLATADO1X400G, INSTANTÂNEO, TRADICIONAL, A BASE DE AÇÚCAR, CACAU EM PÓ E MALTODEXTRINA. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM LATA, POTE OU PLÁSTICO EM POLIETILENO. SE EMBALADO EM LATA, ESTA NÃO DEVE APRESENTAR VESTÍGIOS DE FERRUGEM, AMASSADURA OU ABAULAMENTO. DE 400GR. | UNID | 896 | R$ 5,90 | R$ 5.286,40 |
| 2 | AÇÚCAR 1X2KG, SACAROSE OBTIDA A PARTIR DO CALDO DE CANA-DE-AÇÚCAR. CRISTAL, BRANCO, GRANULOSO FINO A MÉDIO, ISENTA DE MATÉRIA TERROSA, LIVRE DE UMIDADES E FRAGMENTOS ESTRANHOS. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 2KG ORIGINAL DO FABRICANTE, MATERIAL POLIETILENO TRANSPARENTE. | UNID | 2.140 | R$ 4,12 | R$ 8.816,80 |
| 3 | AMIDO DE MILHO 1X1000G, AMIDO, MATERIAL MILHO, APLICAÇÃO EXCIPIENTE DE MEDICAMENTOS, TIPO TRADICIONAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PÓ BRANCO, FINO, INODORO, INSÍPIDO. | UNID | 400 | R$ 6,06 | R$ 2.424,00 |
| 4 | ARROZ 1X5KG, SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO, AGULHA, TIPO 1, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE, COM GRÃOS INTEIROS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO, TRANSPARENTE, ORIGINAL DE FÁBRICA. DE 5 KG. | UNID | 900 | R$ 10,30 | R$ 9.270,00 |
| 5 | BISCOITO AGUA E SAL 1X400G, OBTIDO DA MISTURA DA FARINHA DE TRIGO, FIBRA DE TRIGO, ÓLEO VEGETAL, SAL MARINHO, FERMENTO BIOLÓGICO. SUBMETIDOS A PROCESSOS DE AMASSAMENTO E COCÇÃO, FERMENTADOS OU NÃO. O BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM APRESENTAR QUEBRADIÇO. | UNID | 880 | R$ 4,90 | R$ 4.312,00 |
| 6 | BISCOITO CREAM CRAKER 1X400G, OBTIDO DA MISTURA DA FARINHA DE TRIGO, FIBRA DE TRIGO, ÓLEO VEGETAL, SAL MARINHO, FERMENTO BIOLÓGICO. SUBMETIDOS A PROCESSOS DE AMASSAMENTO E COCÇÃO, FERMENTADOS OU NÃO. O BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM APRESENTAR QUEBRADIÇO. | UNID | 866 | R$ 4,90 | R$ 4.243,40 |
| 7 | BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, LEITE, MARIA OU ROSQUINHA 1X 400G, OBTIDO DA MISTURA DE FARINHA, AMIDO, E OU FÉCULA COM OUTROS INGREDIENTES, SUBMETIDOS A PROCESSOS DE AMASSAMENTO E COCÇÃO, FERMENTADOS OU NÃO. O BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM APRESENTAR QUEBRADIÇO. | UNID | 880 | R$ 4,80 | R$ 4.224,00 |
| 8 | COCO RALADO 1X100G, PRODUTO OBTIDO DO FRUTO DO COQUEIRO (COCOS NUCIFERA), POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO E SEPARADO PARCIALMENTE DA EMULSÃO ÓLEO/ÁGUA (LEITE DE COCO) POR PROCESSOS MECÂNICOS. | UNID | 400 | R$ 3,20 | R$ 1.280,00 |
| 12 | FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 1X1KG, FARINHA DE TRIGO, APRESENTAÇÃO PÓ, PRAZO VALIDADE MÍNIMO DE 150, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FERRO E ÁCIDO FÓLICO TIPO. | UNID | 995 | R$ 3,45 | R$ 3.432,75 |
| 14 | FUBA DE MILHO MIMOSO, COMPOSIÇÃO FUBA, FERRO E ACISO FOLICO.NÃO CONTÉM GLUTEN, COM INDICAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE, PESO.EMBALAGEM DE 1 KG. | UNID | 336 | R$ 3,00 | R$ 1.008,00 |
| 16 | MACARRÃO PARAFUSO, PRODUTO NÃO FERMENTADO OBTIDO PELO AMASSAMENTO MECÂNICO DE FARINHA DE TRIGO COMUM E/OU SÊMOLA/SEMOLINA. FABRICADOS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS E ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E LARVAS. AS MASSAS AO SEREM POSTAS NA ÁGUA NÃO DEVERÃO TURVÁ-LAS ANTES DA COCÇÃO, NÃO PODENDO ESTAR FERMENTADAS OU RANÇOSAS (1ª LINHA). COM RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO. EMBALAGEM DE POLIETILENO DE 500G | UNID | 880 | R$ 3,10 | R$ 2.728,00 |
| 17 | MARGARINA 500GR, PRODUTO INDUSTRIALIZADO PREPARADO PELA HIDRATAÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS, LEITE PASTEURIZADO E OUTROS PRODUTOS, BATIDA ATÉ FICAR HOMOGÊNEA. ENRIQUECIDOS DE VITAMINAS, ADICIONADA DE SAL. APRESENTAÇÃO: ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES, DEVENDO ESTAR ISENTOS DE RANÇOS E BOLORES. EMBALAGEM PRIMÁRIA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO. CONTENDO NO MÍNINO 65 A 80% DE LIPÍDEOS. | UNID | 420 | R$ 4,30 | R$ 1.806,00 |
| 19 | MILHO PARA CANJICA 1X500G, PRODUTO DOS GRÃOS OU PEDAÇOS DOS GRÃOS DE MILHO PROVENIENTE DA ESPÉCIE (ZEA MAYS, L.) QUE APRESENTAM AUSÊNCIA TOTAL OU PARCIAL DO GÉRMEN, EM FUNÇÃO DO PROCESSO DE ESCARIFICAÇÃO MECÂNICA OU MANUAL (DEGERMINAÇÃO). OS GRÃOS PODEM SER DE COR BRANCA OU AMARELA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. | UNID | 295 | R$ 2,70 | R$ 796,50 |
| 20 | OLEO DE SOJA 900ML, PRODUTO OBTIDO DO GRÃO DE SOJA QUE SOFREU PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO COMO DEGOMAGEM, NEUTRALIZAÇÃO, CLARIFICAÇÃO, FRIGORIFICAÇÃO OU NÃO DE DESODORIZAÇÃO. LÍQUIDO VISCOSO REFINADO, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS SÃS E LIMPAS. EMBALAGEM EM POLIETILENO TEREFTALATO (PET) OU EM LATA. DE 900ML. | UNID | 1.243 | R$ 4,25 | R$ 5.282,75 |
| 21 | OVOS DE GRANJA CARTELA, OVOS VERMELHOS DE GALINHA, TAMANHO GRANDE DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCOS, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) INSPECIONADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ACOMODADOS EM CARTELAS. | UNID | 295 | R$ 5,70 | R$ 1.681,50 |
| 22 | PÓ PARA GELATINA SABOR ABACAXI 85 GR, GELATINA ALIMENTÍCIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, DEXTROSE, GLICOSE E SACAROSE, EMBALAGEM, SABOR ABACAXI | UNID | 100 | R$ 1,36 | R$ 136,00 |
| 23 | PÓ PARA GELATINA SABOR LIMÃO 85 GR, GELATINA ALIMENTÍCIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, DEXTROSE, GLICOSE E SACAROSE, EMBALAGEM, SABOR LIMÃO | UNID | 100 | R$ 1,36 | R$ 136,00 |
| 25 | PÓ PARA GELATINA SABOR CEREJA 85 GR, GELATINA ALIMENTÍCIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, DEXTROSE, GLICOSE E SACAROSE, EMBALAGEM, SABOR CEREJA | UNID | 100 | R$ 1,36 | R$ 136,00 |
| 26 | PÓ PARA GELATINA SABOR UVA 85 GR, GELATINA ALIMENTÍCIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, DEXTROSE, GLICOSE E SACAROSE, EMBALAGEM, SABOR UVA | UNID | 100 | R$ 1,36 | R$ 136,00 |
| 28 | SAL IODADO1X1KG 1º LINHA, PRODUTO REFINADO, IODADO, COM GRANULAÇÃO UNIFORME, COM NO MÍNIMO DE 98% DE CLORETO DE SÓDIO E COM DOSAGEM DE SAIS DE IODO DE NO MÍNIMO 10 MG E MÁXIMO 15MG DE IODO POR QUILO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL. EMBALAGEM EM POLIETILENO DE 1KG. | UNID | 260 | R$ 1,22 | R$ 317,20 |
| 29 | SUCO CONCENTRADO DE CAJU 500 ML, PREPARADO LÍQUIDO PARA REFRESCO DE FRUTAS COM 30% DE POLPA DA FRUTA, COM CONCENTRAÇÃO PARA 6 A 8 PARTES DE ÁGUA, ADOÇADO, PREPARADO POR MEIO DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, NÃO FERMENTADO, DE COR, AROMA E SABOR CAJU,CARACTERÍSTICOS DA FRUTA, SUBMETIDO A TRATAMENTO QUE ASSEGU- | UNID | 1.267 | R$ 5,40 | R$ 6.841,80 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | RE SUA CONSERVAÇÃO E APRESENTAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. EMBALAGEM EM GARRAFAS PET (POLIETILENO TEREFALADO) DE 500 ML. CAJU. | | | | |
| 30 | SUCO CONCENTRADO DE MARACUJA 500 ML, PREPARADO LÍQUIDO PARA REFRESCO DE FRUTAS COM 30% DE POLPA DA FRUTA, COM CONCENTRAÇÃO PARA 6 A 8 PARTES DE ÁGUA, ADOÇADO, PREPARADO POR MEIO DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, NÃO FERMENTADO, DE COR, AROMA E SABOR MARACUJA, CARACTERÍSTICOS DA FRUTA, SUBMETIDO A TRATAMENTO QUE ASSEGURE SUA CONSERVAÇÃO E APRESENTAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. EMBALAGEM EM GARRAFAS PET (POLIETILENO TEREFALADO) DE 500 ML. MARACUJA | UNID | 632 | R$ 8,20 | R$ 5. 182,40 |
| 34 | FRANGO INTEIRO, RESFRIADO, SEM TEMPERO, EM EMBALAGENS PLÁSTICAS LACRADAS CONTENDO 1KG CADA | KG | 1.710 | R$ 7,30 | R$ 12. 483,00 |
| 35 | LINGÜIÇA TIPO TOSCANA CONGELADA, DE 1 KG, SEM PRESENÇA DE PIMENTA. | KG | 910 | R$ 14,90 | R$ 13. 559,00 |
| 36 | PEITO DE FRANGO, SEM TEMPERO, CONGELADO.DE 1 QUALIDADE | KG | 910 | R$ 8,40 | R$ 7. 644,00 |
| 37 | SALSICHA, TIPO HOT DOG. RESFRIADA, DEVIDAMENTE EMBALADA. APRESENTANDO-SE ÍNTEGRA. | KG | 930 | R$ 7,90 | R$ 7. 347,00 |

**Empresa: MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI EPP CNPJ – 08.436.811/0001-41, com o valor total dos itens de R$ 110. 510,50 (cento e dez mil quinhentos e dez reais e cinquenta centavos).**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

3.0. Desde que devidamente justificada, esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

3.1. Os órgãos e entidades que não participaram do certame licitatório, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.0. Caberá ao fornecedor beneficiário desta ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgão participantes.

5.0. As aquisições ou contratações a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem) por cento dos quantitativo dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6.0. Em atendimento ao disposto no §4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões á adesão da ata de registro de preços não excedera, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.0. Autorizada a adesão, o órgão não participante (o “carona”) deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em ate 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Almoxarifado Central.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4.0. Os objetos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os objetos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do objeto é conforme a solicitação.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os objetos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III -Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA**

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os objetos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos objetos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS**

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

**Secretaria Municipal de Educação e Cultura:**

| | | |
|---|---|---|
| **Órgão** | 06 | Secretaria Municipal de Educação e Cultura |
| **Und. Orçamentária** | 01 | Gabinete da Secretaria municipal de Educação e Cultura |
| **Funcional programática** | 12.306.5007.2041.0000 | Manutenção do programa PNAE/FNDE |
| **Despesa/fonte** | 3.3.90.32.00 | Material, Bem ou Serviço para distribuição Gratuita |
| **Solicitação** | | |

| | | |
|---|---|---|
| **Órgão** | 06 | Secretaria Municipal de Educação e Cultura |
| **Und. Orçamentária** | 01 | Gabinete da Secretaria municipal de Educação e Cultura |
| **Funcional programática** | 12.306.5007.2113.0000 | Aquisição de Gêneros Alimentícios |
| **Ficha** | | |
| **Despesa/fonte** | 3.3.90.30.00 | Material de Consumo |
| **Solicitação** | | |

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2018 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de junho de 2018.

**MIGUEL JOSE BRUNETTA**

PREFEITO MUNICIPAL

**MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS**

**ALIMENTÍCIOS EIRELI EPP**

CONTRATADO

**CONTRATO 043/2018 - DISPENSA DE LICITAÇAO 036/2018**

**CONTRATO N.º 043/2018**

**DISPENSA 036/2018**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 058/2018**

"**LOCAÇÃO EM HORAS DE CAMINHÃO MUNCK PARA SER UTILIZADO NA TROCA DE REFLETORES DO MINI ESTÁDIO**".

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado, o Município de Santo Antônio do Leste-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. **MIGUEL JOSÉ BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT ***CONTRATANTE***, e do outro lado, **ADONIAS RODRIGUES COIMBRA – CPF: 590.207.921-72**, Pessoa Física, Residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste – MT, CEP: 78628-000 doravante denominada simplesmente ***CONTRATADA***, tem justo e contratado o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**01.1.** O presente contrato tem por objeto a **Locação em Horas de Caminhão Munck para ser utilizado na troca de refletores do mini estádio**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1.** O regime de execução a ser utilizado será o de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

**3.1.** Este contrato se fundamenta na dispensa de licitação nº 036/2018 de 07 de junho de 2018, autorizado pela Lei Municipal nº 413/2013 de 19 de março de 2013 e se consubstancia nos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 Art. 24, § II alterado pela Lei nº 8.884/94 e suas alterações posteriores e nas convenções estabelecidas neste instrumento.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**04.1.** O valor total da prestação de serviços, objeto do presente contrato é de R$ 5.000 (cinco mil reais).

**04.2.** O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao vencido.

**04.**3. Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas e certidões negativas vigentes (Certidao negativa conjunta federal, certidão negativa de débitos trabalhistas, certidões negativas de débitos estaduais, certidão de regularidade do FGTS e certidão negativa municipal).

**CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO**

**05.1.** O prazo de vigência do presente contrato iniciará com a assinatura do presente instrumento e com término em 24 de setembro de 2018.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**06.1.** As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Gabinete da Secretaria Municipal de Obras

Manutenção das atividades da secretaria

02.09.15.452.5011.2062 – 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

Gabinete da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

Manutenção das atividades da secretaria

02.11.27.812.5013.2072 – 3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**7.1**. O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

**7.1.1**. Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

**a)** Quando houver modificação do serviço ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

**b)** Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu serviço, nos limites permitidos por esta Lei;

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS**

**8.1**. A parte que der motivo para cancelamento deste contrato pagará a outra parte **100% (cem por cento)** do valor do mesmo, salvo em caso de calamidade pública, luto oficial, decreto por autoridade competente, atraso de avião, acidente em trânsito, doença artística devidamente comprovada por médico, ou fenômeno catastrófico de quaisquer naturezas, é que a multa não terá validade, ficando o evento transferido para outra ocasião, , que será combinado em comum acordo entre as Partes e de acordo com a disponibilidade de agenda dos Artistas, entre as partes, ficando desde já valendo o presente contrato, ficando a CONTRATADA isenta de quaisquer penalidade/multa ou despesas extras, devendo a CONTRATANTE ter que arcar com as despesas decorrentes.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES**

**9.1**. A contratada deverá arcar com todas as despesas decorrentes do objeto a ser executado, correndo por sua conta exclusiva à utilização de ferramentas, instrumentos, pessoal e materiais necessários à completa e perfeita execução do respectivo objeto

**9.2**. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação.

**9.3**. Cumprir todas as normas vigentes e pertinentes à execução do objeto, inclusive as inerentes à segurança;

**CLÁUSULA DÉCIMA; DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**10.1** - O acompanhamento da execução desse Contrato ficará a cargo do Contratante, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

**10.2**. O servidor designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de: fiscalizar e atestar a prestação de serviços, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato; comunicar eventuais falhas ou contratempos, cabendo à Contratada adotas as providências necessárias; garantir à Contratada toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados ao objeto desta dispensa; emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

**10.3** - A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

**11.1.** A rescisão do presente contrato ocorrerá nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, podendo ser rescindido a qualquer tempo, bastando para isso que qualquer parte notifique a outra com antecedência de 10 (dez) dias, responsabilizando-se a CONTRATADA a pagar pela locação realizada até àquela data.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

**12.1.** As penalidades contratuais serão efetuadas por meio de advertência verbal ou escrita, multas, restrições do contrato, declaração de idoneidade

e suspensão do direito de licitar e contratar, de acordo com o capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** O contratado não poderá transferir ou ceder em parte a objeto deste contrato.

**13.2.** Este contrato poderá ser aditado de comum acordo pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

**14.1.** As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato. Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 26 de junho de 2018.

**MIGUEL JOSE BRUNETTA ADONIAS RODRIGUES COIMBRA** PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

01)_____

NOME

RG.

CPF.

02)_____

NOME

RG.

CPF.

**CONTRATO 041/2018 - PREGAO PRESENCIAL 008/2018**

**CONTRATO 041/2018**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 052/2018**

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Economia e Finanças**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **LUCIMAR MARTINS DA SILVA 01569644144 inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica** - CNPJ nº 27.487.692/0001-09, sediada na Av. Mato Grosso, s/nº, Centro – Santo Antônio do Leste/MT, neste ato representado pelo seu procurador, Sr Gilvan da Silva Lopes, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade RG nº 3317642, expedida pela DGPC/GO, CPF nº 788.257.411-20, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste/MT, considerando o constante no processo licitatório nº 052/2018, pregão presencial n° 008/2018, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1.** C**ontratação de empresa especializada em lavagem e polimento de veículos, maquinas, ônibus, ambulâncias e motocicletas pertencentes a frota deste Município de Santo Antônio do Leste – MT.**

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO**

**2.1.** Foi elaborado pela secretaria solicitante e Central de Compras o Termo de Referência, do Processo Administrativo nº 052/2018, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.

**2.2.** Para realizar o objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 008/2018, com fundamento na Lei 8.666/93, 10.520/2002 e no Decreto n.º 5.450/2005, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal, disposto no processo nº 052/2018.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO**

**3.1.** A empresa Contratada deverá executar os serviços, conforme especificado no Termo de Referência.

**3.2.** O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 008/2018 e seus anexos.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS PRATICADOS**

| Item | Descrição do Produto/Serviço | Unidade | Quantidade | Valor Médio | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO PEQUENO | SER | 275 | R$ 35,00 | R$ 9.625,00 |
| 2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO CAMIONETE | SER | 155 | R$ 45,00 | R$ 6.975,00 |
| 3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO AMBULÂNCIA | SER | 250 | R$ 53,00 | R$ 13.250,00 |
| 4 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO VAN | SER | 180 | R$ 52,00 | R$ 9.360,00 |
| 5 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO MOTOCICLETA | SER | 66 | R$ 13,00 | R$ 858,00 |
| 6 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO MICROONIBUS | SER | 150 | R$ 112,00 | R$ 16.800,00 |
| 7 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO ÔNIBUS | SER | 200 | R$ 144,00 | R$ 28.800,00 |
| 8 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO CAMINHÃO | SER | 30 | R$ 119,00 | R$ 3.570,00 |
| 9 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO MÁQUINAS PESADAS | SER | 40 | R$ 148,00 | R$ 5.920,00 |
| | **VALOR TOTAL** | | **R$ 95.158,00** | | |

**4.2** Dá-se ao presente contrato o valor estimado de **R$ 95.158,00** (noventa e cinco mil cento e cinquenta e oito reais)

**CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1.** O CONTRATANTE obriga-se a:

**a)** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.

**b)** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

**c)**Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento.

**CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** Uma vez notificada de que a PREFEITURA efetivará a aquisição/contratação, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02(dois) dias úteis seguintes à notificação, para retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XVI deste Edital. Recebida a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço ou instrumento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

**a)** Realizar os serviços de acordo com o edital. **b)** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal responsável, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo; **c)** Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga (quando o caso). **d)** Os serviços cotados deverão atender as especificações constantes no Termo de Referência. **e)** Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos/serviços (quando o caso). **f)** A contratada obriga-se a executar os serviços a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. **g)** Serão recusados os materiais/serviços que não atenderem as especificações constantes neste edital e/ou que não esteja adequado. **h)** Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante (quando o caso). **i)** Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem (quando o caso). **j)** Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei (quando o caso). **k)** Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem (quando o caso). **l)** Comunicar à Contratante, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; **m)** A contratada deverá manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. **n)** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, **sem qualquer ônus ao CONTRATANTE. o)** Encaminhar a Nota Fiscal de serviço para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal de Fazenda da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido; **p)** Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais; **q)** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços/entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e **r)** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA; **s)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**7.1.** O Contrato terá a sua vigência por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante a celebração de Termo Aditivo, nos termos da Lei 8.666/93.

**7.2**. O prazo para assinatura do Contrato será de 05(cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

**7.3.** O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

**7.4**. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

**7.5**. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

**7.6.** A critério desta Prefeitura, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como Ordem de serviço, Nota de Empenho, Autorização de Compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**8.1.** O pagamento dos serviços será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, mediante controle emitido pelo fornecedor.

**8.1.1 A EXECUÇÃO DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE SERVIÇO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME OS SERVIÇOS REALIZADOS CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.**

**8.2.** A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços realizados a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

**8.2.1.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

**8.2.2.** Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

**8.3.** A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

**8.4.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

**8.5.** As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS.

**CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS**

**9.1.** O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

**9.1.1.** Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**9.1.2.** Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/IBGE, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela Prefeitura Municipal.

**9.2.** Os preços praticados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.

**9.3**. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

**9.4.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**10.1.** O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

**a)** Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

**b)** Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas no art.78, incisos de I a XII, XVII e XVIII, da Lei 8.666/93;

**c)** Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

**d)** Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

**e)** Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados;

**10.2.** Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

**10.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no https://diariomunicipal.org/mt/amm/ considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

**10.4**. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pela PREFEITURA facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

**10.5.** Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas à execução dos serviços.

**10.6**. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

**11.1**. A contratada que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

**11.1.1**Por atraso injustificado na realização dos serviços;

**11.1.1.1**Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor da contratação;

**11.1.1.2**Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), sobre o valor da contratação, aplicado sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

**11.1.1.3**. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias sem atraso.

**11.1.2.** Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

**11.1.2.1.** Advertência;

**11.1.2.2.** Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

**11.1.2.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Estado de Mato Grosso por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**11.2.** As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

**11.3.** As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste.

**11.4.** As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

**11.5.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sempre juízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**11.5.1.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**11.6.** Serão publicadas no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/ as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1** As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

02.02 – Gabinete do Prefeito

02.02.01 – Chefia do Gabinete do Prefeito

02.02.01.04.131.5002.2006.0000 – Manutenção da Assessoria de Imprensa

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

02.03 - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01 – Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

04.122.5004.2012.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria M. Administração e Planejamento

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

02.05 - Secretaria Municipal de Saúde

02.05.02 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.5006.2033.0000 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

02.06 - Secretaria Municipal de Educação

02.06.01 – Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

12.122.5007.2036.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

02.07 - Secretaria Municipal de Assistência e Social

02.07.02 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.5009.2057.0000 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

02.09 - Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

02.09.01 – Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

15.452.5011.2062.0000 – Manutenção da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1**. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**13.1.1**. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato.

**13.1.2**. A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

**13.1.3** Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do Pregão Presencial nº 008/2018, seus anexos e a proposta da contratada;

**13.1.4.** É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO**

**14.1.** Para eficácia do presente instrumento, a Prefeitura Municipal providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO**

**15.1.** As partes contratantes elegem o foro da comarca de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de junho de 2018.

**MIGUEL JOSE BRUNETTA**

PREFEITO MUNICIPAL

**LUCIMAR MARTINS DA SILVA 01569644144**

**CONTRATADO**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2018 - PREGAO PRESENCIAL 008/2018**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 013/2018**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 052/2018**

**VALIDADE 12 (DOZE) MESES**

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual contratação de empresa especializada em lavagem e polimento de veículos, maquinas, ônibus, ambulâncias e motocicletas pertencentes a frota deste Município de Santo Antônio do Leste - MT**. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 008/2018, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

**Fornecedor(a): LUCIMAR MARTINS DA SILVA 01569644144** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 27.487.692/0001-09, sediada na Av. Mato Grosso, s/nº, Centro – Santo Antônio do Leste/MT, neste ato representado pelo seu procurador, Sr Gilvan da Silva Lopes, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade RG nº 3317642, expedida pela DGPC/GO, CPF nº 788.257.411-20, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste/MT;

| Item | Descrição do Produto/Serviço | Unidade | Quantidade | Valor Médio | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO PEQUENO | SER | 275 | R$ 35,00 | R$ 9.625,00 |
| 2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO CAMIONETE | SER | 155 | R$ 45,00 | R$ 6.975,00 |
| 3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO AMBULÂNCIA | SER | 250 | R$ 53,00 | R$ 13.250,00 |
| 4 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO VAN | SER | 180 | R$ 52,00 | R$ 9.360,00 |
| 5 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO MOTOCICLETA | SER | 66 | R$ 13,00 | R$ 858,00 |
| 6 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO MICROONIBUS | SER | 150 | R$ 112,00 | R$ 16.800,00 |
| 7 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO ÔNIBUS | SER | 200 | R$ 144,00 | R$ 28.800,00 |
| 8 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO CAMINHÃO | SER | 30 | R$ 119,00 | R$ 3.570,00 |
| 9 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO MÁQUINAS PESADAS | SER | 40 | R$ 148,00 | R$ 5.920,00 |
| | **VALOR TOTAL** | | **R$ 95.158,00** | | |

Dar se a presente ata o valor total de **R$ 95.158,00** (noventa e cinco mil cento e cinquenta e oito reais)

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**.

1.0. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para **futura e eventual contratação de empresa especializada em lavagem e polimento de veículos, maquinas, ônibus, ambulâncias e motocicletas pertencentes a frota deste Município de Santo Antônio do Leste - MT**.Não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

3.0. Desde que devidamente justificada, esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

3.1. Os órgãos e entidades que não participaram do certame licitatório, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.0. Caberá ao fornecedor beneficiário desta ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgão participantes.

5.0. As aquisições ou contratações a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem) por cento dos quantitativo dos itens registrados nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

6.0. Em atendimento ao disposto no §4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/13, o quantitativo decorrente das adesões à adesão da ata de registro de preços não excedera, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.0. Autorizada a adesão, o órgão não participante (o "carona") deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4.0. Os serviços deverão ser realizados na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de serviço.

4.1. Os serviços serão realizados na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de serviço.

4.2. O prazo de execução do serviço é conforme a solicitação.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os serviços, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário dos serviços, não sendo aceitos os que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante a execução do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos/serviços (quando o caso) cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma (quando o caso), no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III -Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA**

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser realizados os serviços.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local do serviço desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na execução do serviço;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de serviço, com o respectivo comprovante, de que o serviço foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do serviço.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos objetos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do serviço;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS**

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

02.02 – Gabinete do Prefeito

02.02.01 – Chefia do Gabinete do Prefeito

02.02.01.04.131.5002.2006.0000 – Manutenção da Assessoria de Imprensa

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

02.03 - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01 – Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

04.122.5004.2012.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria M. Administração e Planejamento

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

02.05 - Secretaria Municipal de Saúde

02.05.02 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.5006.2033.0000 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

02.06 - Secretaria Municipal de Educação

02.06.01 – Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

12.122.5007.2036.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

02.07 - Secretaria Municipal de Assistência e Social

02.07.02 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.5009.2057.0000 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

02.09 - Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

02.09.01 – Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

15.452.5011.2062.0000 – Manutenção da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 008/2018 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de junho de 2018.

**MIGUEL JOSE BRUNETTA**

PREFEITO MUNICIPAL

**LUCIMAR MARTINS DA SILVA 01569644144**

**CONTRATADO**

---

**CONTRATO 042/2018 - PREGAO ELETRONICO 003/2018**

**CONTRATO N° 042/2018**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2018**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 024/2018**

**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA PREPARAÇÃO DE MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO-PNAE.**

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, neste

ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427. 577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI - EPP**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **08.436.811/0001-41**, sediada na Rua Poxoréo, nº 884, Alvorada – Cuiabá/MT, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. Edcarlos Pimenta da Costa, Portador da Carteira de Identidade nº 1196987-3, expedida pela SJ/MT, CPF nº 696.161.671-20, considerando o constante no processo licitatório nº 024/2018, pregão eletrônico n° 003/2018, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA PREPARAÇÃO DE MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO-PNAE**, sendo de extrema urgência para suprir as necessidades da população do Município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO**

**2.1.** Foi elaborado pela secretaria solicitante e Central de Compras o Termo de Referência, do Processo Administrativo nº 024/2018, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.

**2.2.** Para realizar o objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2018, com fundamento na Lei 8.666/93, 10.520/2002 e no Decreto n.º 5.450/2005, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal, disposto no processo nº 024/2018.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO**

**3.1.** A empresa Contratada deverá executar o fornecimento, conforme especificado no Termo de Referência.

**3.2.** O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 003/2018 e seus anexos.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS PRATICADOS**

**4.1** Dá-se ao presente contrato o valor estimado de **R$ 110.510,50 (cento e dez mil quinhentos e dez reais e cinquenta centavos).**

**CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1.** O CONTRATANTE obriga-se a:

**a)**Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.

**b)**Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

**c)**Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento.

**CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** Uma vez notificada de que a PREFEITURA efetivará a aquisição, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02(dois) dias úteis seguintes à notificação, para retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XVI deste Edital. Recebida a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço ou instrumento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

**a)** Fornecer os itens de acordo com o edital. **b)** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo; **c)** Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga. **d)** Os produtos cotados deverão atender as especificações constantes no Termo de Referência. **e)** Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos. **f)** A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. **g)** Serão recusados os materiais que não atenderem as especificações constantes neste edital e/ou que não esteja adequado para o consumo, devendo a licitante contratada substituir imediatamente o recusado **OBSERVANDO OS PRAZOS DE VALIDADE SUPERIOR A 2019 PARA AS AQUISIÇÕES (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NO ALMOXARIFADO). h)** Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante. **i)** Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem. **j)** Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei. **k)** Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem. **l)** Comunicar à Contratante, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; **m)** A contratada deverá manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. **n)** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, **sem qualquer ônus ao CONTRATANTE. o)** Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal de Fazenda da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido; **p)** Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais; **q)** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e **r)** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA; **s)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**t)** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

**u)** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**7.1.** O Contrato terá a sua vigência por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante a celebração de Termo Aditivo, nos termos da Lei 8.666/93.

**7.2**. O prazo para assinatura do Contrato será de 05(cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

**7.3.** O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

**7.4**. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

**7.5**. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

**7.6.** A critério desta Prefeitura, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, Autorização de Compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**8.1.** O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, mediante controle emitido pelo fornecedor.

**8.1.1 A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.**

**8.2.** A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

**8.2.1.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

**8.2.2.** Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

**8.3.** A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

**8.4.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

**8.5.** As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS.

**CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS**

**9.1.** O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

**9.1.1.** Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**9.1.2.** Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/IBGE, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela Prefeitura Municipal.

**9.2.** Os preços praticados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.

**9.3**. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

**9.4.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**10.1.** O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

**a)** Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

**b)** Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas no art.78, incisos de I a XII, XVII e XVIII, da Lei 8.666/93;

**c)** Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

**d)** Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

**e)** Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados;

**10.2.** Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

**10.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no https://diariomunicipal.org/mt/amm/ considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

**10.4**. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pela PREFEITURA facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

**10.5.** Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas à execução dos serviços.

**10.6**. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

**11.1**. A contratada que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

**11.1.1**Por atraso injustificado na entrega dos produtos;

**11.1.1.1**Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos porcento) sobre o valor da contratação;

**11.1.1.2**Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos porcento), sobre o valor da contratação, aplicado sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

**11.1.1.3**. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias sem atraso.

**11.1.2.** Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

**11.1.2.1.** Advertência;

**11.1.2.2.** Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

**11.1.2.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Estado de Mato Grosso por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**11.2.** As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

**11.3.** As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste.

**11.4.** As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

**11.5.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sempre juízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**11.5.1.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**11.6.** Serão publicadas no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/ as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1** As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

**Secretaria Municipal de Educação e Cultura:**

| | | |
|---|---|---|
| **Órgão** | 06 | Secretaria Municipal de Educação e Cultura |
| **Und. Orçamentária** | 01 | Gabinete da Secretaria municipal de Educação e Cultura |
| **Funcional programática** | 12.306.5007. 2041.0000 | Manutenção do programa PNAE/FNDE |
| **Despesa/fonte** | 3.3.90.32.00 | Material, Bem ou Serviço para distribuição Gratuita |
| **Solicitação** | | |

| | | |
|---|---|---|
| **Órgão** | 06 | Secretaria Municipal de Educação e Cultura |
| **Und. Orçamentária** | 01 | Gabinete da Secretaria municipal de Educação e Cultura |
| **Funcional programática** | 12.306.5007. 2113.0000 | Aquisição de Gêneros Alimentícios |
| **Ficha** | | |
| **Despesa/fonte** | 3.3.90.30.00 | Material de Consumo |
| **Solicitação** | | |

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1**. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**13.1.1**. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato.

**13.1.2**. A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

**13.1.3***Vinculam-se* a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2018, seus anexos e a proposta da contratada;

**13.1.4.** É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO**

**14.1.** Para eficácia do presente instrumento, a Prefeitura Municipal providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO**

**15.1.** As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de junho de 2018.

**MIGUEL JOSE BRUNETTA**

PREFEITO MUNICIPAL

**MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS**

**ALIMENTÍCIOS EIRELI EPP**

CONTRATADO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATOS 72, 73, 76, 77/2018**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

**CONTRATO N. 072/2017**

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 024/2017**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017**

**OBJETO**: Termo aditivo de prazo ao *CONTRATO 072/2017* - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **VEICULO DE PASSEIO FIAT/UNO MILLE WAY ANO FAB E MODELO 20132013 COR PRATA CHASSI Nº 9BD15844AD6880642,** para atendimentos das necessidades da Secretaria de Agricultura em e viagens ao núcleo da região. Manutenção, Motorista e Combustível por conta da Contratante, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante do processo, nos mesmos moldes originários, conforme art. 57, II, da Lei 8.666/93. **FIRMADO EM**: 15/06/2018. **VIGÊNCIA**: 23/06/2018 até 23/06/2019; **VALOR**: O valor do contrato original fica inalterado**. FAVORECIDA**: ANTONIO CARDOSO/CPF N° 058. 580.168-1. **FUNDAMENTO LEGAL**: Artigo 57, II, da Lei 8.666/93 e Cláusula sexta do Contrato nº 072/2017.

São Félix do Araguaia - MT, 15 de junho de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

**PREFEITA MUNICIPAL.**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

**CONTRATO N. 073/2017**

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 024/2017**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017**

OBJETO: Termo aditivo de prazo ao CONTRATO 073/2017 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **VEICULO VW/KOMBI ANO FAB E MODELO 2009/2009 CHASSI9BWMF07X79P026950**, em bom estado de conservaçãopara transportes dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, acompanhamentos e atendidos pelo CRAS. AS DESPESAS DE MANUTENÇÃO, OBRIGAÇÃO TRABALHISTA (EMPREGATICIA) COM O MOTORISTA E TODO O CUSTO DE PEÇAS, COMBUSTÍ-

VEL SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA, nos mesmos moldes originários, conforme art. 57, II, da Lei 8.666/93. FIRMADO EM: 15/06/2018; **VIGÊNCIA**: 23/06/2018 até 23/06/2019. VALOR: O valor do contrato original fica inalterado**.** FAVORECIDA: **GENEZIO ALVES DOS SANTOS/CPF Nº 569.022.981-49**. FUNDAMENTO LEGAL: **Artigo 57, II, da Lei 8.666/93** e Cláusula sexta do Contrato nº 073/2017.

São Félix do Araguaia - MT, 15 de junho de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

**PREFEITA MUNICIPAL**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E ACRÉSCIMO

**CONTRATO N. 076/2017**

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 024/2017**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017**

OBJETO: Acréscimo no percentual de 15%(quinze por cento) do valor total do Contrato Original nº 076/2017, em conformidade com o § I do artigo 65 da Lei 8.666/93; Prorrogação do prazo de vigência do contrato de n. º 076/2017, Passando a vigorar a partir de **23/06/2018 até 23/06/2019**, nos mesmos moldes originários, conforme art. 57, II, da Lei 8.666/93. FIRMADO EM: 15/06/2018. VALOR: O valor do contrato original mensal de **R$10.990,00(dez mil e novecentos e noventa reais),** passa para **R$12. 638,50(doze mil seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos**); o valor global de **R$54.950,00(Cinquenta quatro mil e novecentos e cinquenta reais);** passa para **R$63.192,50 (sessenta e três mil cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).** FAVORECIDA: *MANUEL MESSIAS VIEIRA DA SILVA/CPF Nº 495.924.401-15*. FUNDAMENTO LEGAL**: Art. 65, § I** e **art. 57, II, da Lei 8.666/93** e Cláusula sexta e décima do Contrato nº 076/2017.

São Félix do Araguaia - MT, 15 de junho de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

**PREFEITA MUNICIPAL.**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E ACRÉSCIMO

**CONTRATO N. 077/2017**

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 024/2017**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017**

OBJETO: Acréscimo no percentual de 15%(quinze por cento) do valor total do Contrato Original nº 077/2017, em conformidade com o § I do artigo 65 da Lei 8.666/93; Prorrogação do prazo de vigência do contrato de n. º 077/2017, Passando a vigorar a partir de **23/06/2018 até 23/06/2019**, nos mesmos moldes originários, conforme art. 57, II, da Lei 8.666/93. FIRMADO EM: 15/06/2018. VALOR: O valor mensal do **contrato original de R$8.990,00 (oito mil e novecentos e noventa reais) mensal,** passa **para R$10.338,50 (dez mil trezentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos) mensal.** FAVORECIDA: MANUEL MESSIAS VIEIRA DA SILVA/CPF Nº 495.924.401-15. FUNDAMENTO LEGAL: **Art. 65, § I e art. 57, II, da Lei 8.666/93** e Cláusula sexta e décima do Contrato nº 077/2017.

São Félix do Araguaia - MT, 15 de junho de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

**PREFEITA MUNICIPAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**
**PORTARIA Nº 13, DE 19 DE JUNHO DE 2018 - IPASFA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - ALTERA A PORTARIA Nº 6/ 2017, QUE CONCEDEU APOSENTADORIA EM FAVOR DA SERVIDORA GEZY GOMES BRAGA**

**PORTARIA Nº 13, DE 19 DE JUNHO DE 2018.**

Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 6, de 12 de abril de 2017 que concedeu o benefício de Aposentadoria em nome da servidora **Senhora Gezy Gomes Braga.**

**O Secretário de Administração do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso,** no uso de suas atribuições legais e fundamentado**;**

**RESOLVE:**

**Art. 1º RETIFICAR** a Portaria nº 6/2017, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, em 20 de abril de 2017, Edição nº 2.713, que versa sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição em nome da Senhora **GEZY GOMES BRAGA**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 555352-2ª VIA DGPC/GO e inscrita no CPF nº 205.796.751-49, Servidora efetiva no cargo de Professora, 30 Horas, Classe "C", Nível "05", lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao Processo Administrativo do **IPASFA** nº **2017.04.00005P:**

**Onde se lê** Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no Art. 40, §1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea "a" da Lei Municipal nº 468, de 01/06/2004, que reestrutura o regime próprio de previdência social no Município, Lei Complementar nº 058 de 08/12/ 2008, que dispõe Sobre a nova reestruturação dos profissionais da Educação básica do Município, e Lei Complementar nº 100 de 31/03/2016 que dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores efetivos do poder Executivo Municipal;

**Leia-se:** Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no Art. 40, §1º, inciso III, alínea "a", e § 5º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea "a" da Lei Municipal nº 468, de 01/06/2004, que reestrutura o regime próprio de previdência social no Município, Lei Complementar nº 058 de 08/12/2008, que dispõe Sobre a nova reestruturação dos profissionais da Educação básica do Município, e Lei Complementar nº 100 de 31/03/2016 que dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores efetivos do poder Executivo Municipal;

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia/MT, 19 de junho de 2018.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

**WEMES PEREIRA LEITE**

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Homologo:

**JANAILZA TAVEIRA LEITE**

Prefeita Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AOS CONTRATOS 65 E 66/2017**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

CONTRATO ORIGINAL *Nº 066/2017*

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017

**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do contrato n.º 066/2017, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO S10, ÁLCOOL/ETANOL, ÓLEOS LUBRIFICANTES, ÓLEOS HIDRÁULICOS, GRAXAS, FLUIDOS PARA FREIOS, PARA MANU-**

**TENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DO ESPIGÃO DO LESTE (DISTRITO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT).** Passando a vigorar a partir de 29/05/2018 até 29/05/2019, nos mesmos moldes originários. **FIRMADO EM:** 24/05/2018. **VALOR:** O valor do contrato original fica inalterado. **FAVORECIDA: SARATH DE ALMEIDA & ALMEIDA FILHO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob Nº 14.935.748/0001-90. VIGÊNCIA**: 12(doze) meses. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 57, Inciso II daLei nº 8.666/93, e Cláusula Terceira do Contrato nº 066/2017.

São Félix do Araguaia - MT, 24 de maio de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

**PREFEITA MUNCIPAL.**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

CONTRATO ORIGINAL *Nº 065/2017*

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017

**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do contrato n.º 065/2017, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO S10, ÁLCOOL/ETANOL, ÓLEOS LUBRIFICANTES, ÓLEOS HIDRÁULICOS, GRAXAS, FLUIDOS PARA FREIOS, PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DO ESPIGÃO DO LESTE (DISTRITO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT).** Passando a vigorar a partir de 29/05/2018 até 29/05/2019, nos mesmos moldes originários. **FIRMADO EM:** 24/05/2018. **VALOR:** O valor do contrato, após apostilamento fica inalterado. **FAVORECIDA:** HEBBERT MOREIRA DA SILVA EIRELI. CNPJ nº 17.621.040/0001-53**. VIGÊNCIA**: 12(doze) meses. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 57, Inciso II daLei nº 8.666/93, e Cláusula Terceira do Contrato nº 065/2017.

São Félix do Araguaia - MT, 24 de maio de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

**PREFEITA MUNCIPAL.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO DE COMPRA Nº 077/2018**

**CONTRATO (A): BONATTI COMERCIO OXIGENIO E FERRAMENTA LTDA-ME**

**OBJETO -** O presente contrato decorre do processo de compra direta n°494/2018, cotação n. 159/2018, cuja justificativa da Autoridade solicitante encontra-se em anexo, e tem como objeto a compra dos produtos abaixo listados:

| Itens | Quantidade | Valor Unitário | Valor total |
|---|---|---|---|
| CILINDRO DE GASES MEDICINAIS | 2 UND | R$1.260,00 | R$2.520,00 |
| **Preço Total:** | | | **R$ 2.520,00** |

**VALOR TOTAL-** O valor global do presente contrato é de R$ **2.520,00** (dois mil quinhentos e vinte reais)

**DA VIGÊNCIA-** O contrato terá vigência do dia 25 de Junho de 2018 à 25 de Setembro de 2018.

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 078/2018**

**CONTRATO (A): ELIZANGELA NEVES CABRAL**

**OBJETO -** O presente contrato decorre do processo de compra direta n°504/2018, cotação n. 139/2018, cuja justificativa da Autoridade solicitante encontra-se em anexo, e tem como objeto a compra dos produtos abaixo listados:

| Itens | Quantidade | Valor Unitário | Valor total |
|---|---|---|---|
| SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO EM GERAL – DO TIPO SOLDA EM GERAL | 20 UN | R$200,00 | R$4.000,00 |
| **Preço Total:** | | | **R$ 4.000,00** |

**VALOR TOTAL-** O valor global do presente contrato é de R$ **4.000,00** (quatro mil reais).

**DA VIGÊNCIA-** O contrato terá vigência do dia 25 de Junho de 2018 à 25 de Setembro de 2018.

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO DE COMPRA Nº 076/2018**

**CONTRATO (A): ELIZANGELA NEVES CABRAL**

**OBJETO -** O presente contrato decorre do processo de compra direta n°493/2018, cotação n. 146/2018, cuja justificativa da Autoridade solicitante encontra-se em anexo, e tem como objeto a compra dos produtos abaixo listados:

| Itens | Quantidade | Valor Unitário | Valor total |
|---|---|---|---|
| PORTÃO DE FERRO – EM CHAPA CALVANIZADA PLANA (LARGURA 7 X 3 ALTURA) | 1 UND | R$5.500,00 | R$5.500,00 |
| **Preço Total:** | | | **R$ 5.500,00** |

**VALOR TOTAL-** O valor global do presente contrato é de R$ **5.500,00** (cinco mil e quinhentos reais).

**DA VIGÊNCIA-** O contrato terá vigência do dia 25 de Junho de 2018 à 25 de Setembro.

### COMISSÃO DE LICITAÇÃO
### AVISO DE LICITAÇÃO 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 27/2018.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 27/2018** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

**OBJETO**:**CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NAS SEGUINTES AREAS ( INSTRUTOR PARA OFICINA DE DANÇAS E INSTRUTOR PARA OFICINA DE AULA DE VIOLÃO) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO- MT CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL.**

**NO Dia 11 de Julho de 2018 às 13h30min .** HORAS (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 924, CENTRO. RUA SALMEM HANZE***, SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br,ou/WWW.SAOJOSED... OU PELO EMAIL: irandiduarte@bol.com.br MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12h00min às 17h00min horas.

**SÃO JOSÉ DO POVO-MT26/06/2018**

**ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**

PREFEITO

**MARIA IRANDI DUARTE**

**PREGOEIRA**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

**DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO**
**RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, torna público a todos os interessados que RETIFICOU a publicação de EXTRATO DE ADESÃO DE ATA, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso do dia 22 de junho de 2018, pág. 396, ONDE SE LÊ: Extrato de Adesão 009/2018 LEIA-SE Extrato de Adesão 008/2018. São José do Rio Claro-MT, 26 de junho de 2018.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 011/2018**

**AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 011/2018**

**Processo Licitatório nº 017/2018**

**Processo Administrativo nº 1572/2018**

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, através do seu pregoeiro oficial, nomeado pelo Decreto. Nº 058/2015 torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO XINGU/MT**, com sede na Av. Mauro Pires Gomes, nº 195 – Buritis, mediante a designação do Pregoeiro e sua equipe de apoio, através da Portaria Municipal 008/2017, encontra-se aberta a licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP.** Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal nº 092/2009 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. **MODALIDADE:** Pregão Presencial.

**OBJETO**: O presente Pregão Presencial-SRP tem por objeto, futura e eventual contratação de horas de um caminhão pipa/bombeiro, com operadores, motoristas e combustível por responsabilidade da contratada, para atender as necessidades do Distrito e da Sede, a pedido secretaria municipal de obras, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

**REALIZAÇÃO: 11/07/2018**. ABERTURA DA SESSÃO: 08 horas (Horário de Brasília – DF). O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de São José do Xingu - MT. Demais informações pelo telefone (66) 35681109/1666 EMAIL: pedido do edital no e-mail; licitacao@saojosedoxingu.mt.gov.brretirada do edital no site www.saojosedoxingu.mt.gov.br/transparência.

.

São José do Xingu – MT, 26 de junho de 2018.

**Marcos Rogério P. Nunes Pregoeiro Oficial. Dec. nº 058/2015.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

**EXTRATO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

O Senhor **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais torna público vencedora e **HOMOLOGA o Processo de Licitação 23/2018 na Modalidade Pregão Presencial RP 14/2018**, Objeto: "**AQUISIÇÃO DE APARELHO DE RAIO X "** Teve a Empresa vencedora**: VMI RECNOLOGIAS LTDA, CNPJ, 02.659.246/0001-03**, perfazendo um valor de **R$132.000,00** (Cento e Trinta e Dois Mil Reais). Para que produza todos os efeitos legais previsto no Inciso VI do Art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

**RETIFICAÇÃO**

**DA PORTARIA Nº 444/2018**

**PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO EM 18/06/2018,**

**ONDE SE LÊ:**

**...** a partir da data de **10/06/2018**, transferindo os encargos salariais ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Tabaporã (Previporã)...

**Artigo 2º.** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de **10/06/2018**, revogando-se as disposições em contrário.

**LEIA-SE**

**...** a partir da data de **01/06/2018**, transferindo os encargos salariais ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Tabaporã (Previporã)...

**Artigo 3º.** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de **01/06/2018**, revogando-se as disposições em contrário.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

**SAMAE**
**CONTRATO N. 025/2018/SAMAE**

**CONTRATO N. 025/2018/SAMAE**

| | |
|---|---|
| **TIPO** | CONTRATO N. 25/SAMAE/2018 – PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2018/SAMAE – PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 19/2018 |
| **CONTRATANTE** | **SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.** |
| **CONTRATADA** | **BANCO BRADESCO S.A**., inscrita no CNPJ sob o n. 60.746.948/0001-12, estabelecida no Núcleo Cidade de Deus, S/Nº, bairro Vila Yara, cidade de Osasco/SP, neste ato representado pelos procuradores, ao final nomeados e assinados, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, representada neste ato pelos funcionários, **Sr. JOÃO PAULO MENDES ZAQUEO e outros**. |
| **OBJETO FUNDAMENTO E VALOR** | O presente contrato tem por objeto: **SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA OCUPAR E EXPLORAR, A TÍTULO PRECÁRIO, ATRAVÉS DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO, PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, A GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS PARA SERVIDORES DO SAMAE.** Com supedâneo na Lei 8.666/1993.<br>R$ 102.000,00. (Cento e dois mil reais). |
| **PRAZO** | **Tangará da Serra-MT, 07 de junho de 2018, com prazo até 07 de junho de 2023.** |

**SAMAE**
**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

**CONTRATO DE PESSOAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO N° 004/2018**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre o **SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa, na cidade de Tangará da Serra/MT, neste ato representado pelo seu Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES**, Portador da Cédula de Identidade CI/RG nº 799.175 SSP/MT e CPF nº 432.329.

571-53, residente e domiciliado nesta cidade de Tangará da Serra/MT, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE** e o(a) Sr.(a) **JEAN ALVES BARBOSA DA CONCEIÇÃO** Portador(a) da Cédula de IdentidadeCI/RG nº **2303465-3** e CPF nº **040.548.671-54,residente e domiciliado(a) na Rua Pavão, 4692 S, – Alto da Boa Vista,**na cidade de Tangará da Serra/MT, doravante designado(a) simplesmente **CONTRATADO(A),** fica justo e Contratado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e Fundamento:**

**1.1 -** O presente Contrato tem por objeto a **Contratação de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado**objetivando atender à necessidade temporária, de caráter excepcional da **CONTRATANTE** SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra, fundamentado e regulamentado através de Processo Seletivo nº. 001/2016(destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário), amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006 e alterações posteriores, e Lei Municipal nº 3.739/2012 e suas alterações posteriores.

**Cláusula Segunda – Do Objetivo:**

**2.1 -** O(A) servidor(a) **CONTRATADO(A),** Classificado(a) em 8º lugar, conforme Edital Complementar nº 015/2016, convocado(a) através do Edital Complementar nº. 006/2018, referente ao **Processo Seletivo n º. 001/2016**, prestará serviços no Cargo de **Agente Administrativo II**,com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

**Cláusula Terceira – Da Remuneração:**

**3.1** - O(A) **CONTRATADO(A)** receberá a título de vencimento pela contraprestação dos serviços a importância mensal **de R$1.396,88 (Mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos).O CONTRATANTE,** mais acréscimo de Adicional de Insalubridade, caso o ambiente de trabalho for insalubre de acordo com o Laudo Técnico de Condições de Ambiente de Trabalho – LTCAT, bem como, Gratificação Natalina (13º), Férias mais 1/3 constitucional, ambos proporcionais aos meses trabalhado ou relativo à vigência do Contrato.

**Cláusula Quarta – Da Responsabilidade e Prestação de Contas:**

**4.1 -** O(A) servidor(a) **CONTRATADO(A)** deverá registrar diariamente o Ponto e assinar mensalmente o Relatório de Ponto expedido pela **CONTRATANTE** para análise dos lançamentos e frequência por parte da Assessoria de Recursos Humanos e Pessoal.

**Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária**

**5.1 -** As despesas decorrentes do presente Contrato serão suportadas por dotação orçamentária própria da **CONTRATANTE**, conforme segue: 2165 Gerência Comercial – 3.1.90.11.00.00

**Cláusula Sexta – Dos Descontos:**

**6.1 -** O **CONTRATANTE** descontará do **CONTRATADO(A),** em seus vencimentos, tão somente as verbas destinadas ao pagamento da contribuição ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social e IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, Contribuição Sindical e as decorrentes a eventuais danos causados pelo **CONTRATADO(A)**, por dolo ou culpa, apurado através da competente Processo Administrativo Disciplinar Sumário.

**Cláusula Sétima – Da Vigência:**

**7.1 -** O presente contrato terá **vigência no período de 04/06/2018 até 04/06/2019, podendo ser prorrogado por igual período,** conforme Lei complementar nº. 139/2009 de 19/05/2009, que alterou a Lei Complementar nº 106/2006, de 09 de março de 2006.

**Cláusula Oitava – Da Rescisão:**

**8.1 -** Poderá o presente contrato ser rescindido antecipadamente:

I - Quando o(a) **CONTRATADO(A)** der justo motivo para sua rescisão, apurado nos termos da parte final da Cláusula Sexta.

II – A pedido do(a) **CONTRATADO(A)**, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

III – Pelo **CONTRATANTE** quando insubsistente ou findado os motivos que fundamentaram a contratação ou na hipótese do inadimplemento da cláusula ou condição contratual.

IV – Por 03 (três) faltas consecutivas sem justificativa do(a) **CONTRATRADO(A).**

V – Em caso realização de Concurso Público Municipal, com a posse do candidato aprovado.

VI – Na falta de desempenho profissional no prazo de 60 (sessenta) dias.

VII – Terminada a vigência, o presente contrato extinguir-se-á, independente de Notificação pelas partes contraentes.

**8.2 -** No caso de inexecução contratual por responsabilidade do contratado este ficará impedido de participar de qualquer Processo Seletivo realizado pelo SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e municipalidade durante dois anos.

**8.3 -** O(A) **CONTRATADO(A)** submeter-se-á ao Regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo e ao Regime Geral de Previdência Social.

**Cláusula Nona – Do Foro:**

**9.1 -** Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato elegem o foro da Comarca de Tangará da Serra-MT.

E, por estarem, assim justos e acordados firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

**Tangará da Serra - MT, 24 de Maio de 2018.**

| | |
|---|---|
| **CONTRATANTE**<br>**WESLEY LOPES TORRES**<br>**SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra/MT** | **CONTRATADO**<br>**JEAN ALVES BARBOSA DA CONCEIÇÃO**<br>**CPF nº 040.548.671-54** |

Testemunhas:

**Katia da Silva Alves Lucilo dos Santos Junior**

**CPF nº 273.237.628-04 CPF nº 006.173.731-32**

**SAMAE**
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N. 10/2018/SAMAE**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N. 10/2018/SAMAE**

| | |
|---|---|
| **TIPO** | PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N. 10/2018/SAMAE |
| **CONTRATANTE** | **SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.** |
| **CONTRATADA** | **3M COMÉRCIO DE MAT. ELÉTRICOS CONST. E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 04.347.124/0001-07, localizada na Avenida Frei Coimbra, n. 500, Nova Várzea Grande, Várzea Grande – MT, CEP 78.130-386, representada pelo Sr. **MARCIO NOBRE DE MACEDO**. |
| **OBJETO FUNDAMENTO** | **Ata de Registro de Preços n. 10/2018/SAMAE, Pregão n. 09/2018/SAMAE, Processo n. 10/2018/SAMAE, cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NAS UNIDADES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Fundamento de acordo comArt. 65, I, Alínea “a” e § 8º da Lei 8.666/93, quanto à necessidade de acréscimo a dotação original. |
| **PRAZO** | **Tangará da Serra-MT, 26 de junho de 2018 com vigência até 02 de abril de 2018.** |

**SAMAE**
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N. 11/2018/SAMAE**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N. 11/2018/SAMAE**

| | |
|---|---|
| **TIPO** | PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N. 11/2018/SAMAE |
| **CONTRATANTE** | **SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.** |
| **CONTRATADA** | **COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ: 26.579.029/0001-63, localizada à Av. Fernando Correa da Costa, nº 4646, Jardim Alencastro, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.085-000, representada pela Sra. **MARISTELA SANTOS BRITO MENDONÇA**. |
| **OBJETO FUNDAMENTO** | **Ata de Registro de Preços n. 09/2018/SAMAE, Pregão n. 11/2018/SAMAE, Processo n. 10/2018/SAMAE, cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NAS UNIDADES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Fundamento de acordo comArt. 65, I, Alínea “a” e § 8º da Lei 8.666/93, quanto à necessidade de acréscimo a dotação original. |
| **PRAZO** | **Tangará da Serra-MT, 26 de junho de 2018 com vigência até 02 de abril de 2018.** |

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2018**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2018.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através dos(a) Pregoeiros(a), nomeados(a) pelas Portarias nº 730/GP/2016 de 29.12.2016 e 421/GP/2018 de 15.03.2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **12 DE JULHO DE 2018, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço por item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES (MÓVEIS, ELETROELETRÔNICOS, AR CONDICIONADO, DENTRE OUTROS)** para atender necessidades das Secretarias deste Município**,** conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 27 de Junho de 2018**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 26 de Junho de 2018. Márcia Dourado Ferreira - Chefe Departamento de Licitação em Substituição.

**SAMAE**
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N. 09/2018/SAMAE**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N. 09/2018/SAMAE**

| | |
|---|---|
| **TIPO** | PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N. 09/2018/SAMAE |
| **CONTRATANTE** | **SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.** |
| **CONTRATADA** | **ELÉTRICA PADRÃO - E.P. COM. DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 00.499.809/0001-00, localizada na Rua Júlio Martinez Benevides, n. 99-S, centro de Tangará da Serra – MT, CEP 78.300-000, representada pelo Sra. **ETORE ZOMPERO NETO**. |
| **OBJETO FUNDAMENTO** | **Ata de Registro de Preços n. 09/2018/SAMAE, Pregão n. 09/2018/SAMAE, Processo n. 10/2018/SAMAE, cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NAS UNIDADES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Fundamento de acordo comArt. 65, I, Alínea “a” e § 8º da Lei 8.666/93, quanto à necessidade de acréscimo a dotação original. |
| **PRAZO** | **Tangará da Serra-MT, 26 de junho de 2018 com vigência até 02 de abril de 2018.** |

**SAMAE**
**REPUBLICAÇÃO CONTRATO Nº. 25/2018/SAMAE**

**CONTRATO Nº. 25/2018/SAMAE**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2018/SAMAE**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**

**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICACÃO**

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Assessoria Jurídica, torna público para conhecimento dos interessados, considerando o Aviso de Publicação do **CONTRATO N. 25/2018/SAMAE**, cujo objeto é a **SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA OCUPAR E EXPLORAR, A TÍTULO PRECÁRIO, ATRAVÉS DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO, PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, A GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS PARA SERVIDORES DO SAMAE,** publicado no jornal Diário da AMM em 21/05/2018 folha n. 232. Resolve **RETIFICAR** a data da publicação: Onde se lê “18 de maio de 2018, com prazo até 18 de maio de 2023,”, leia-se: “07 de junho de 2018, com prazo até 07 de junho de 2023”.

Tangará da Serra/MT, 26 de junho de 2018.

**Lucilo dos Santos Júnior**

**Assessor Jurídico do SAMAE**

**SAMAE**
**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

**CONTRATO DE PESSOAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO N° 003/2018**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre o **SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa, na cidade de Tangará da Serra/MT, neste ato representado pelo seu Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES**, Portador da Cédula de Identidade CI/RG nº 799.175 SSP/MT e CPF nº 432.329.571-53, residente e domiciliado nesta cidade de Tangará da Serra/MT, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE** e o(a) Sr.(a) **RICHARD LUCAS SOBRINHO OLIVEIRA** Portador(a) da Cédula de IdentidadeCI/RG nº **2187109-6** e CPF nº **053.979.981-50,residente e domiciliado(a) na Rua 10, 1703 S, – São Luiz,**na cidade de Tangará da Serra/MT, doravante designado(a) simplesmente **CONTRATADO(A),** fica justo e Contratado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e Fundamento:**

**1.1 -** O presente Contrato tem por objeto a **Contratação de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado**objetivando atender à necessidade temporária, de caráter excepcional da **CONTRATANTE** SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra, fundamentado e regulamentado através de Processo Seletivo nº. 001/2016(destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário), amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006 e alterações posteriores, e Lei Municipal nº 3.739/2012 e suas alterações posteriores.

**Cláusula Segunda – Do Objetivo:**

**2.1 -** O(A) servidor(a) **CONTRATADO(A),** Classificado(a) em 6º lugar, conforme Edital Complementar nº 015/2016, convocado(a) através do Edital

Complementar nº. 005/2018, referente ao **Processo Seletivo n º. 001/ 2016**, prestará serviços no Cargo de **Agente Administrativo II**,com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

**Cláusula Terceira – Da Remuneração:**

**3.1** - O(A) **CONTRATADO(A)** receberá a título de vencimento pela contraprestação dos serviços a importância mensal **de R$1.396,88 (Mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos).O CONTRATANTE,** mais acréscimo de Adicional de Insalubridade, caso o ambiente de trabalho for insalubre de acordo com o Laudo Técnico de Condições de Ambiente de Trabalho – LTCAT, bem como, Gratificação Natalina (13º), Férias mais 1/3 constitucional, ambos proporcionais aos meses trabalhado ou relativo à vigência do Contrato.

**Cláusula Quarta – Da Responsabilidade e Prestação de Contas:**

**4.1 -** O(A) servidor(a) **CONTRATADO(A)** deverá registrar diariamente o Ponto e assinar mensalmente o Relatório de Ponto expedido pela **CONTRATANTE** para análise dos lançamentos e frequência por parte da Assessoria de Recursos Humanos e Pessoal.

**Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária**

**5.1 -** As despesas decorrentes do presente Contrato serão suportadas por dotação orçamentária própria da **CONTRATANTE**, conforme segue: 2165 Gerência Comercial – 3.1.90.11.00.00

**Cláusula Sexta – Dos Descontos:**

**6.1 -** O **CONTRATANTE** descontará do **CONTRATADO(A),** em seus vencimentos, tão somente as verbas destinadas ao pagamento da contribuição ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social e IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, Contribuição Sindical e as decorrentes a eventuais danos causados pelo **CONTRATADO(A)**, por dolo ou culpa, apurado através da competente Processo Administrativo Disciplinar Sumário.

**Cláusula Sétima – Da Vigência:**

**7.1 -** O presente contrato terá **vigência no período de 24/05/2018 até 24/ 05/2019, podendo ser prorrogado por igual período,** conforme Lei complementar nº. 139/2009 de 19/05/2009, que alterou a Lei Complementar nº 106/2006, de 09 de março de 2006.

**Cláusula Oitava – Da Rescisão:**

**8.1 -** Poderá o presente contrato ser rescindido antecipadamente:

I - Quando o(a) **CONTRATADO(A)** der justo motivo para sua rescisão, apurado nos termos da parte final da Cláusula Sexta.

II – A pedido do(a) **CONTRATADO(A)**, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

III – Pelo **CONTRATANTE** quando insubsistente ou findado os motivos que fundamentaram a contratação ou na hipótese do inadimplemento da cláusula ou condição contratual.

IV – Por 03 (três) faltas consecutivas sem justificativa do(a) **CONTRATRADO(A).**

V – Em caso realização de Concurso Público Municipal, com a posse do candidato aprovado.

VI – Na falta de desempenho profissional no prazo de 60 (sessenta) dias.

VII – Terminada a vigência, o presente contrato extinguir-se-á, independente de Notificação pelas partes contraentes.

**8.2 -** No caso de inexecução contratual por responsabilidade do contratado este ficará impedido de participar de qualquer Processo Seletivo realizado pelo SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e municipalidade durante dois anos.

**8.3 -** O(A) **CONTRATADO(A)** submeter-se-á ao Regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo e ao Regime Geral de Previdência Social.

**Cláusula Nona – Do Foro:**

**9.1 -** Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato elegem o foro da Comarca de Tangará da Serra-MT.

E, por estarem, assim justos e acordados firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

**Tangará da Serra - MT, 27 de Abril de 2018.**

| | |
|---|---|
| **CONTRATANTE**<br>**WESLEY LOPES TORRES**<br>**SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra/MT** | **CONTRATADO**<br>**RICHARD LUCAS SOBRINHO OLIVEIRA**<br>**CPF nº053.979.981-50** |

Testemunhas:

**Katia da Silva Alves Lucilo dos Santos Junior**

**CPF nº 273.237.628-04 CPF nº 006.173.731-32**

---

**SAMAE**
**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

**CONTRATO DE PESSOAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO N° 002/2018**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre o **SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/ MT,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06. 068.089/0001-04, localizado à Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa, na cidade de Tangará da Serra/MT, neste ato representado pelo seu Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES**, Portador da Cédula de Identidade CI/RG nº 799.175 SSP/MT e CPF nº 432.329. 571-53, residente e domiciliado nesta cidade de Tangará da Serra/MT, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE** e o(a) Sr.(a) **WANDERLI TORRES** Portador(a) da Cédula de IdentidadeCI/RG nº **1542061-2** e CPF nº **810.471.349-34,residente e domiciliado(a) na Rua 110, 494 N, – Parque Tarumã,**na cidade de Tangará da Serra/MT, doravante designado(a) simplesmente **CONTRATADO(A),** fica justo e Contratado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e Fundamento:**

**1.1 -** O presente Contrato tem por objeto a **Contratação de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado**objetivando atender à necessidade temporária, de caráter excepcional da **CONTRATANTE** SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra, fundamentado e regulamentado através de Processo Seletivo nº. 001/ 2016(destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário), amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006 e alterações posteriores, e Lei Municipal nº 3.739/2012 e suas alterações posteriores.

**Cláusula Segunda – Do Objetivo:**

**2.1 -** O(A) servidor(a) **CONTRATADO(A),** Classificado(a) em 11º lugar, conforme Edital Complementar nº 015/2016, convocado(a) através do Edital Complementar nº. 005/2018, referente ao **Processo Seletivo n º. 001/ 2016**, prestará serviços no Cargo de **Operador de ETA**,com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

**Cláusula Terceira – Da Remuneração:**

**3.1** - O(A) **CONTRATADO(A)** receberá a título de vencimento pela contraprestação dos serviços a importância mensal **de R$1.396,88 (Mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos).O CONTRATANTE,** mais acréscimo de Adicional de Insalubridade, caso o ambiente de trabalho for insalubre de acordo com o Laudo Técnico de Condições de Ambiente de Trabalho – LTCAT, bem como, Gratificação Natalina (13º), Férias mais 1/3 constitucional, ambos proporcionais aos meses trabalhado ou relativo à vigência do Contrato.

**Cláusula Quarta – Da Responsabilidade e Prestação de Contas:**

**4.1 -** O(A) servidor(a) **CONTRATADO(A)** deverá registrar diariamente o Ponto e assinar mensalmente o Relatório de Ponto expedido pela **CONTRATANTE** para análise dos lançamentos e frequência por parte da Assessoria de Recursos Humanos e Pessoal.

**Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária**

**5.1 -** As despesas decorrentes do presente Contrato serão suportadas por dotação orçamentária própria da **CONTRATANTE**, conforme segue: 2162 Gerência Técnica – 3.1.90.11.00.00

**Cláusula Sexta – Dos Descontos:**

**6.1 -** O **CONTRATANTE** descontará do **CONTRATADO(A),** em seus vencimentos, tão somente as verbas destinadas ao pagamento da contribuição ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social e IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, Contribuição Sindical e as decorrentes a eventuais danos causados pelo **CONTRATADO(A)**, por dolo ou culpa, apurado através da competente Processo Administrativo Disciplinar Sumário.

**Cláusula Sétima – Da Vigência:**

**7.1 -** O presente contrato terá **vigência no período de 30/04/2018 até 30/04/2019, podendo ser prorrogado por igual período,** conforme Lei complementar nº. 139/2009 de 19/05/2009, que alterou a Lei Complementar nº 106/2006, de 09 de março de 2006.

**Cláusula Oitava – Da Rescisão:**

**8.1 -** Poderá o presente contrato ser rescindido antecipadamente:

I - Quando o(a) **CONTRATADO(A)** der justo motivo para sua rescisão, apurado nos termos da parte final da Cláusula Sexta.

II – A pedido do(a) **CONTRATADO(A)**, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

III – Pelo **CONTRATANTE** quando insubsistente ou findado os motivos que fundamentaram a contratação ou na hipótese do inadimplemento da cláusula ou condição contratual.

IV – Por 03 (três) faltas consecutivas sem justificativa do(a) **CONTRATRADO(A).**

V – Em caso realização de Concurso Público Municipal, com a posse do candidato aprovado.

VI – Na falta de desempenho profissional no prazo de 60 (sessenta) dias.

VII – Terminada a vigência, o presente contrato extinguir-se-á, independente de Notificação pelas partes contraentes.

**8.2 -** No caso de inexecução contratual por responsabilidade do contratado este ficará impedido de participar de qualquer Processo Seletivo realizado pelo SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e municipalidade durante dois anos.

**8.3 -** O(A) **CONTRATADO(A)** submeter-se-á ao Regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo e ao Regime Geral de Previdência Social.

**Cláusula Nona – Do Foro:**

**9.1 -** Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato elegem o foro da Comarca de Tangará da Serra-MT.

E, por estarem, assim justos e acordados firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

**Tangará da Serra - MT, 27 de Abril de 2018.**

| | |
|---|---|
| **CONTRATANTE**<br>**WESLEY LOPES TORRES**<br>**SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra/MT** | **CONTRATADO**<br>**WANDERLI TORRES**<br>**CPF nº 810.471. 349-34** |

Testemunhas:

**Katia da Silva Alves Lucilo dos Santos Junior**

**CPF nº 273.237.628-04 CPF nº 006.173.731-32**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

### PREGÃO PRESENCIAL– DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 53/2018

***PREGÃO PRESENCIAL– DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 53/2018***

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 53/2018, TENDO COMO OBJETO: PREGAO PRESENCIAL VISANDO LOCAÇÃO DE CAMINHÃO SEMINOVO, OU COM MENOS DE 10 (DEZ) ANOS DE USO, ACOPLADO COM COMPACTADOR DE LIXO DE NO MÍNIMO 19 METROS CÚBICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO NESTE EDITAL, COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 23 DE JULHO DE 2018, ÀS 14:00 H00MIN (QUATORZE HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 26 DE JUNHO DE 2018.

ELIZANGELA DE OLIVEIRA AZEVEDO DO SANTOS

PREGOEIRA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 02/2018

**EXTRATO**

**OBJETO**: AQUISIÇÃO DE PECAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA MAQUINAS PATROL GD555-3C

**LOCALIZAÇÃO**: SINOP-MT.

**FINALIDADE**: ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.

**CONTRATADA**: DYMAK MAQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA.

**FUNDAMENTO LEGAL**: ART.25, INCISO I DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

HOMOLOGO

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 26 DE JUNHO DE 2018.

_____

VALTER KHUN

PREFEITO MUNICIPAL

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### LEI MUNICIPAL Nº 1.395/2018

***EMENTA:*** **"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N.º1. 386/2018 QUE REESTRUTURA O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMA-**

**RA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º.** Altera o artigo 78, da Lei Municipal n.º 1.386/2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 78.** O cargo de Diretor Executivo nos termos desta Lei, será ocupado por servidor efetivo ou por servidor inativo, escolhido por eleição da Assembleia Geral dentre os candidatos mais votados pelos demais servidores municipais contribuintes do PREVITER, e nomeado pelo Prefeito Municipal para um mandato de 03 (três) anos. "

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

**Valter Kuhn**

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI MUNICIPAL Nº 1.393/2018**

**SÚMULA**: Autoriza a abertura de Crédito Suplementar pelo excesso de arrecadação, para atender Convênio junto a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-oeste SUDECO e Contrato de Repasse da CEF, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALTER KUHN, ENCAMINHA PARA DELIBERAÇÃO PERANTE O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL A SEGUINTE MENSAGEM DE LEI.**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Suplementar no orçamento programa LOA/2018, aprovado pela Lei Municipal nº 1.352/2017, no valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), em conformidade ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, destinados a atender aquisição de Máquinários para atender a Secretaria de Agricultura do município de Terra Nova do Norte.

**06** Secretaria Mun. de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

**001** Departamento Agricultura e Pecuária

**20** Agricultura

**606** Extensão Rural

**0005** Atividade Rural Sustentável

**1.054 Aquisição de Veículos e Equipamentos e Implementos**

**Código Geral: 06.001.20.606.0005.1.054.4.490-52 R$ 700.000,00**

**Meta Física:** Aquisição de 01 Pá Carregadeira R$ 350.000,00

**Meta Física:** Aquisição de 01 Escavadeira Hidraulica R$ 360.000,00

**Meta Financeira:** Fonte Recursos 0.1.24.0000 Transf. de Convênios Outros.

**Art. 2º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Terra Nova do Norte MT, 25/06/2018.

**VALTER KUHN**

**Prefeito Municipal**

---

**EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2018**

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

**EDITAL DE RESULTADO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2018.**

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 14/2017 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 58/2018 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 47/2018, TEVE COMO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FORNECIMENTO DE PÃES GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA – MT. TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA : ANTONIO DALMIR PEREIRA PAIS ME COM O VALOR DE 36.748,89 E A EMPRESA: RONALDO EUCLIDES CARVALHO 05067577142 COM O VALOR DE 132.600,00.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 26 DE JUNHO DE 2018.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

**LEI 546-2018 - ATUALIZAÇÃO DO PPA - 2018 A 2021**

***LEI MUN Nº 546/2018*DE 22 DE JUNHO DE 2018**

.

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE TESOURO-MT PARA O TRIÊNIO 2019 A 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

***ANTONIO LEITE BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO***, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

***FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:***

***Art. 1º* - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de TESOURO atualizado para o triênio de 2019 a 2021 contemplará as despesas correntes e de capital e outras delas decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada, em conformidade com os Anexos integrantes desta lei.**

***§ 1º -*** Os Anexos que compõem o Plano Plurianual serão estruturados por Entidades, Órgãos, Unidades Orçamentárias, Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos/Atividades ou Operações Especiais, Rubricas da Receita e da Despesa.

***§ 2º -*** Para fins desta Lei considera-se:

**I - Programa** - o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

**II - Objetivos** - os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações de governo;

**III - Público Alvo -** população, órgão, setor, comunidade, etc a que se destina o programa;

**IV - Projeto/Atividade ou Operações Especiais -** a especificaçãoda natureza da ação que se pretende realizar;

**V - Ações -** O conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

**VI - Produto -** a designaçãoque se deve dar aosbens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

**VII - Unidade de Medida -** a designação que se deve dar à quantificação do produto que se espera obter;

**VIII - Metas -** os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

***Art. 2º*** - As metas da Administração constituídas por Projetos e Atividades ou Operações Especiais, atualizadas para o triênio 2019 a 2021, consolidadas por Programas, são aquelas constantes estabelecidas em lei, por Unidade Responsável, Programas, função e Subfunção integrante desta Lei.

***Art. 3º*** - As Metas Físicas, Produto, Unidade de Medida, Posição em 2019 e Desejado ao Final por Ações em cada Programa, são aquelas demonstradas nos Anexos integrante desta Lei.

***Art. 4º -*** Os valores constantes dos Anexos integrantes desta Lei estão orçados a preços correntes, com a projeção de um crescimento relativo do IPCA de 5,5% (cinco e meio por cento) para o ano de 2018 e 5% (cinco por cento) para o ano de 2019, 4,5% (quatro e meio por cento) para o ano de 2020; e 4,5% (quatro e meio por cento) para o ano de 2021.

Parágrafo Único – A projeção inflacionária prevista para o exercício de 2019 está calculada sobre o total geral da despesa e para os demais exercícios a projeção está prevista em nível de projetos e atividades de despesa.

***Art. 5º*** - As alterações na programação deste Plano Plurianual, somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara Municipal.

***Art. 6º*** - O Poder Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas, mediante lei específica, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

***Art. 7º*** - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

***Art. 8º*** - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

***Art. 9º*** - Esta lei será publicada após sua aprovação e entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Tesouro – MT, 22 de junho de 2018.

**Antonio Leite Barbosa**

**Prefeito Municipal de Tesouro**

---

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA P-2019**

**LEI MUN. N° 547/2018 - DE 22 DE JUNHO DE 2018**

**Dispõe sobre as DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS desta data e de autoria do Poder Executivo, para o Exercício Financeiro de 2.019.**

O Prefeito Municipal de Tesouro, Estado de Mato Grosso **Sr. ANTONIO LEITE BARBOSA**, no uso de suas atribuições legais.

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI**

**Art. 1º -** Esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2019, no valor total de R$. 16.230.112,07 (dezesseis milhões e duzentos e trinta mil cento e doze reais e sete centavos); com estrita observância às diretrizes fixadas nesta Lei, aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município de Tesouro, à legislação vigente, em especial à Lei n.º 4.320/64 e a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e as recentes Portarias editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

**Parágrafo Único** - A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

a)Orçamento Fiscal;

b) Orçamento de Investimento; e,

c)Orçamento da Seguridade Social.

**Art. 2º -** O orçamento anual do Município abrange os Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos, Órgão, Entidades da Administração Direta e Indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá às diretrizes aqui estabelecidas.

**Art. 3º -** A proposta orçamentária do Município para 2019 observará as metas e prioridades da Administração Pública estabelecidas nas diretrizes que integram esta Lei, e nos anexos de metas fiscais, conforme o artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**§ 1º** – O montante das despesas será igual ao das receitas.

**§ 2º** – As metas e prioridades fixadas no Anexo de que trata este artigo terão preferência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para 2019, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**§ 3º** - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio das contas públicas que constitui a base que irá assegurar as ações de desenvolvimento visando às melhorias do índice de desenvolvimento humano.

**§ 4º** – a Estimativa da receita e da despesa será com base na arrecadação de 2016; 2017 e na receita orçada de 2018; e a atual conjuntura econômica estadual e nacional, e os efeitos das modificações na legislação tributária.

**§ 5º** – Os pagamentos do serviço da dívida, de pessoal e encargos terão prioridade sobre as ações de expansão.

**Art. 4 º -** Para efeito desta Lei, entende-se por:

a) - **PROGRAMA**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

b) – **AÇÃO,** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade e operação especial;

c) - **ATIVIDADE**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

d) - **PROJETO**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

e) - **OPERAÇÃO ESPECIAL**, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações do governo, das quais não resulta um produto, e não geram contratação direta sob a forma de bens ou serviços;

f) – **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA,** o menor nível de classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentárias, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

g) – **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA,** o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

h) – **EXECUÇÃO FINANCEIRA,** o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

**§ 1º** - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades e projetos, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§ 2º** - Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vincula, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e alterações posteriores.

**§ 3º** - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

**§ 4º** - As atividades e projetos serão desdobrados exclusivamente para especificar a localização das respectivas ações, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade e da denominação da ação.

**Art. 5º -** O Projeto de Lei Orçamentária para 2019 será encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2018 e será composto de:

I – Texto da lei;

II – Consolidação dos quadros orçamentários;

III – Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida na legislação pertinente e nesta Lei;

IV – Discriminação da Legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;

**§ 1º** - A Lei Orçamentária evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Administrativas, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal, de Investimento e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria 42/99 – STN, Portaria Interministerial n º 163/01, Portaria nº 003/08 – STN e alterações posteriores.

**§ 2º** - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I – Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções do Governo;

II – Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas, anexo I da Lei nº 4.320,64;

III – Receita segundo as categorias econômicas – Anexo 2 da Lei nº 4.320/64;

IV – Natureza da despesa segundo as categorias econômicas – Consolidação Geral – Anexo 2 da Lei nº 4.320/64;

V – Quadro discriminativo da receita, por fontes e respectiva legislação;

VI – Quadro das dotações por órgãos do Governo: Poder Legislativo e Poder Executivo;

VI – Quadro demonstrativo da despesa por órgãos, por unidade orçamentária, programa de trabalho – anexo 6 da Lei nº 4.320/64;

VII – Quadro demonstrativo da despesa por programa anual de trabalho do Governo, por função governamental – Anexo 7 da Lei nº 4.320/64;

VIII – Quadro demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo com os recursos – Anexo 8 da Lei nº 4.320/64;

IX – Quadro demonstrativo das despesas por órgão e funções – Anexo 9 da Lei nº 4.320/64;

X – Quadro demonstrativo da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

XI – Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

XII – Tabela explicativa da evolução da receita e da despesa – art. 22, inciso III da Lei nº 4.320/64;

XIII – Descrição sucinta de cada unidade administrativa e de suas principais finalidades, com a respectiva legislação;

XIV – Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e as metas constantes do anexo de metas fiscais, que integra a LDO;

XV – Demonstrativo de medidas de compensação às renuncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

**Art. 6º -** Para o atendimento do equilíbrio entre a receita e a despesa do Poder Executivo, a cada bimestre, avaliará o comportamento da receita real arrecadada, para que em caso negativo, aplicar o limitador de empenho, previsto no artigo 9º da Lei Complementar 101/2.000, tomando-se por base o percentual não realizado em relação à receita realizada no mesmo período do ano anterior.

**§ 1º** - Excluem do *caput* deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

**§ 2º** - No caso de limitação de empenho e de movimentação financeira de que trata o *caput* deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos patronais;

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000;

III – com pagamento da dívida pública e encargos.

**Art. 7 º -** O Poder Legislativo encaminhará sua proposta orçamentária para 2.019, observadas as determinações contidas nesta Lei e no artigo 29-A da Constituição Federal, até o dia 31 de julho de 2018, para ser compatibilizada com os demais órgãos da Administração.

**Art. 8º -** A estimativa da receita que constará do projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

**Art. 9º -** A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação do contribuinte e a justa distribuição de renda.

**Art. 10 -** Constituem as receitas do Município aquelas provenientes:

I - dos tributos de sua competência;

II - de atividades econômicas, que por sua conveniência possam ser executadas;

III - de transferência por força de mandamento constitucional, ou de convênios firmados com entidades privadas e governamentais em todas as esferas de governo, nacional ou internacional;

IV - de transferências voluntárias definidas pelo Governo Estadual e Federal;

V - de empréstimos tomados por antecipação da receita, autorizados por Lei;

VI - de empréstimos e financiamentos autorizados por Lei específica, vinculada as obras e/ou serviços públicos;

VI - de transferências do FUNDEB, de acordo com a emenda Constitucional nº 53/2006 e da Medida Provisória nº 339/2006.

VII - de doações do setor privado destinado a programa de incentivo cultural e outros.

**Parágrafo Único** – Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF).

**Art. 11 -** A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes:

**I** – a Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do artigo 167 da Constituição;

**II** – as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos, não podendo ser paralisadas sem autorização Legislativa, salvo por insuficiência de recursos financeiros ou orçamentários;

**III** – as despesas com o pagamento da Dívida Pública, Encargos Sociais, de salários e Restos a Pagar, terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

**Art. 12 -** As unidades orçamentárias não poderão ter consignado novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e a seu cargo.

**Parágrafo Único** – Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico-financeiro pactuado e em vigência.

**Art. 13 –** A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

**Art. 14 –** É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores, e, as doações a título de subvenções sociais, destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, ficam condicionadas ao atendimento da legislação pertinente.

**§ 1º** - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada, sem fins lucrativos, deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2019 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

**§ 2º** - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do Município, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos autorizados por essa lei.

**Art. 15 -** Para os efeitos da ressalva de que trata o artigo 16, § 3º, da Lei Complementar n.º 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental cujo valor não ultrapasse, para aquisição de bens e serviços a 0,1% (zero um por cento) e para realização de obras e serviços de engenharia a 0,2% (zero dois por cento), da receita corrente do município de Tesouro.

**Art. 16 –** No exercício de 2019, a concessão de qualquer vantagem, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, poderá ser efetuados, em ambos os Poderes, desde que:

a) - haja prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

b) - não provoquem desatendimento do limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo;

c) - não possibilitem seja ultrapassado aos 95% (noventa e cinco por cento) do limite de gastos com pessoal do respectivo Poder;

d) - não desatendam a restrição imposta pelo artigo 71, da Lei Complementar nº 101/00.

**Art. 17 -** Atingido o limite de despesa total com pessoal, previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000, deverão os Poderes Executivo e Legislativo, aplicar o disposto nos artigos 22 e 23 do mesmo instrumento legal.

**Art. 18 –** A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferência de recursos do município para custeio de despesas de competência de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, mediante convênio, acordo ou ajuste, de acordo com o estabelecido no art. 62 da Lei Complementar n.º 101/00.

**Art. 19 –** As prioridades estabelecidas no Anexo I à presente Lei poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, encaminhada através do Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Poder Legislativo e estejam compatíveis com o Plano Plurianual.

**Parágrafo Único** – Os programas estabelecidos no Anexo I desta Lei terão prioridade sobre os ajustes verificados na Lei Orçamentária.

**Art. 20 –** A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

a) - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

b) - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art.21 –** Se a arrecadação da receita estimada na Lei Orçamentária não observar em cada bimestre, o comportamento estabelecido na programação financeira, ambos os Poderes determinarão limitação de suas despesas mediante a aplicação de redutor equivalente ao percentual de queda da arrecadação em face do valor programado considerado a receita acumulada do exercício, sobre o total dos créditos aprovados de cada Poder, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações: (Art. 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

**§ 1º** - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo, no prazo estabelecido no caput do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, as novas estimativas de receitas e despesas, demonstrando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos;

**§ 2º** - O valor obtido será reduzido nas dotações escolhidas no âmbito de cada Poder, observado o disposto nesta Lei e na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**§ 3º** - Quando a queda na arrecadação se der dentre as receitas oriundas do FUNDEB ou de transferências dos Fundos Federal e Estadual de Saúde, a redução será procedida pelo Executivo, no âmbito exclusivo de seus créditos orçamentários.

**§ 4º** - Nenhum dos Poderes poderá limitar despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

**§ 5º** - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às relações efetivadas, por ato de cada Poder.

**Art. 22 –** Se a dívida consolidada do Município ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, na forma do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, cabendo a ambos os Poderes limitarem o empenhamento nas respectivas dotações, de maneira proporcional à participação no total orçamentário.

**Art. 23 -** O Projeto de Lei Orçamentária, para que a Sistemática da Responsabilidade na Gestão Fiscal possa atingir a sua Finalidade, que é o Equilíbrio das Contas Públicas, deve estar voltado para:

**§ 1º** - Através de Ação Planejada e Transparente, cumprir Metas de Qualidade e de Resultados entre Receitas e Despesas;

**§ 2º** - Mediante Prevenção de Riscos e Correção de Desvios, Obedecer a Limites e Condições no que tange a:

a) Renúncia de Receita;

b) Geração de Despesas com Pessoal, da Seguridade Social e Outras;

c) Dívidas Consolidada e Mobiliária;

d) Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita - ARO;

e) Concessão de Garantia:

f) Inscrição em Restos a Pagar.

**Art. 24 –** Para possibilitar o atendimento das metas e prioridade fixadas no Anexo I desta Lei ou dos programas incluídos na Lei Orçamentária, nos termos do artigo 7º da Lei nº 4.320/64, fica o Poder Executivo autorizado proceder à abertura de créditos adicionais suplementares, no orçamento de 2.019, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa orçamentária fixada; de cada entidade.

**Art. 25 –** A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

a) – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, na forma do artigo 12 da Lei Complementar 101/2000 e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

**§ 1º -** A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou notificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**§ 2º -** Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

**§ 3º -** O disposto neste artigo não se aplica:

a) – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao desses respectivos custos de cobrança.

**Art. 26 –** No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2019, no âmbito de cada Poder, fica autorizada a fixação de um índice de aumento de vencimento dos servidores públicos municipais, através de lei, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos no Artigo 20, Inciso II, da Lei Complementar nº 101, 04/05/2000 e desde que compatível com a meta de resultado primário do Anexo de Metas Fiscais.

**Art. 27 -** O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção de prioridades estabelecidas no Plano Plurianual e nesta Lei, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas e/ou ações não elencados, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

**§ 1º** - As prioridades estabelecidas no Anexo I da presente Lei poderão ser ajustadas à proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas.

**§ 2º** – Os programas estabelecidos no Anexo I desta Lei terão prioridade sobre os ajustes verificados na Lei Orçamentária.

**§ 3º -** Ocorrendoa inclusãode novos programas e/ou ações na elaboração da proposta orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder às adequações necessárias nas respectivas Leis, através da emissão de ato próprio.

**Art. 28 -** No Orçamento Anual do Município constarão obrigatoriamente:

I - recursos destinados à manutenção do Poder Legislativo;

II - recursos destinados ao pagamento da dívida municipal e seus serviços;

III - recursos destinados à cobertura de Precatória, conforme dispõe o artigo 100 da Constituição Federal;

IV - recursos para pagamento de pessoal e seus encargos;

V - recursos destinados à capacitação, treinamento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e reciclagem profissional dos servidores públicos, visando à qualidade e a produtividade dos serviços;

VI - recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme artigo 212 da Constituição Federal;

VII - recursos destinados à manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 53/2006 e Medida Provisória nº 339/2006 e legislações posteriores;

VIII - recursos destinados à manutenção dos demais fundos previstos na estrutura administrativa e orçamentária para o exercício de 2019;

IX - recursos destinados a autarquias.

X - recursos destinados a manutenção das ações e serviços públicos de saúde, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional n.º 29, de 13/09/2000 e legislações posteriores.

**Art. 29 –** O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e conterá, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

**Art. 30 –** Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

**Art. 31 –** As alterações orçamentárias relativas à modalidade de aplicação em qualquer grupo de despesas aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais constante nos itens I, II, III, § 1º, art. 43, poderá ser modificados e utilizados pelo poder executivo, mediante a edição de decreto, aprovando a alteração no quadro de detalhamento de despesas.

**Art. 32 –** As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão o quadro de detalhamento de despesas.

**Art. 33 –** Ao projeto de Lei Orçamentária somente não poderão ser apresentadas emendas quando:

I - anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

a) recursos vinculados;

b) recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando suplementados para a própria entidade;

II. – forem relativas a:

a) dotação para pessoal e encargos sociais;

b) serviços da dívida;

c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos de transferências do Estado e da União e de financiamentos.

**Art. 34 –** Nas emendas relativas à transposição de recursos dentro das unidades orçamentárias e entre elas, as alterações serão iniciadas nos projetos ou atividades com as dotações deduzidas e concluídas nos projetos ou atividades com as dotações acrescidas.

**Art. 35 –** Durante a execução orçamentária do exercício de 2019, não poderão ser canceladas as dotações previstas para pessoal e encargos sociais e serviços da dívida, visando atender créditos adicionais com outras finalidades, salvo se comprovada a existência de valores excedentes nas respectivas dotações.

**Art. 36 –** A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2019, para o pagamento de precatórios será realizada em conformidade com o que preceitua o art. 100 e seus parágrafos, e o disposto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

**Parágrafo Único –** Os órgãos e entidades da administração pública submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica do Município, com vistas ao atendimento da requisição judicial.

**Art. 37 -** O Projeto de Lei Orçamentária deve primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a Ação Planejada e Transparente, direcionada para a Prevenção de Riscos e a Correção de Desvios capazes de afetar o Equilíbrio das Contas Públicas, observando o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais.

**Art. 38 -** A LOA - Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho:

I- À previsão da Receita;

II- À fixação da Despesa.

**Parágrafo Único** - Não se inclui na proibição a autorização para abertura de Créditos Suplementares e contratação de Operações de Crédito, ainda que por ARO - Antecipação de Receita Orçamentária, nos termos da lei.

**Art. 39 -** O projeto de LOA - Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborado de forma compatível com o PPA - Plano Plurianual, com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

**Art. 40 -** As Emendas ao Projeto de LOA - Lei do Orçamento Anual ou aos Projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas caso:

I - Sejam Compatíveis com o PPA - Plano Plurianual e com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos, apenas, os provenientes, de Anulação de Despesas, excluídas, as que incidam sobre:

a) Dotações, para Pessoal e seus Encargos;

b) Serviço da Dívida;

III - Sejam Relacionadas:

a) Com a correção de erros ou omissões;

b) Com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

**Art. 41 -** A Concessão ou Ampliação de Incentivo ou Benefício de Natureza Tributária que, além de compreender Renúncia de Receita, estiver Acompanhada de Medidas de Compensação, no Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes, só entrará em vigor quando forem Implementadas as Medidas de Compensação.

**Art. 42 –** Até 31 de outubro de 2.018 o Executivo poderá submeter ao Legislativo propostas de Alteração da Legislação tributária, que objetivem propiciar condições para o cumprimento de metas bimestrais de arrecadação, a serem implementadas na forma do artigo 13 da Lei Complementar n.º 101/00.

**I** – revisão das taxas, observando sua adequação aos custos dos serviços prestados;

**II** – revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

**III** – imposto sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

**IV** – revisão das alíquotas do Imposto sobre os Serviços de Qualquer Natureza;

**V** – revisão das alíquotas do IPTU;

**VI** – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

**VII –** revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça social.

**Parágrafo Único –** Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários, incorporando ao orçamento municipal, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

**Art. 43 -** O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

**§ 1º** – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

**§ 2º** - O controle e custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino básico, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros (Art. 4º, I "e" da LRF).

**§ 3º** - Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

**Art. 44 –** Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de educação, saúde e de saneamento.

**Parágrafo único** – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

**Art. 45** – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF).

**I** – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

**II** – eliminação das despesas com horas extras;

**III** – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

**IV** – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 46** – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se com terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Tesouro, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, observando as atualizações da lei federal.

**Parágrafo Único** – Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa

que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

**Art. 47 –** O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2019, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária.

**Art. 48 –** A Lei Orçamentária conterá dotação para Reserva de Contingência no valor de até 6% (seis por cento) da receita corrente líquida para o exercício de 2019, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, além de fonte de recursos destinada a abertura de Créditos Adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais anexo a esta lei e legislações posteriores.

**Art**. **49** – As transferências voluntárias de recursos do Município para outro ente da Federação, mediante contrato, convênio, acordo ou outros instrumentos congêneres, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que atende aos requisitos estabelecidos no § 1º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 50 –** Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações necessárias em sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa e com o objetivo único de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao Poder público municipal.

**Art. 51 –** Somente poderão ser incluídas no projeto de Lei Orçamentária, as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito que já tenham sido autorizadas pelo Poder Legislativo, até 31 de agosto de 2018.

**Art. 52 -** O total da despesa da Câmara Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento) relativo ao somatório da Receita Tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 efetivamente realizados no exercício financeiro de 2015, cujo parâmetro define o montante da previsão orçamentária destinada ao Legislativo relativa ao exercício de 2017.

**Art. 53 –** O Projeto de Lei Orçamentária Anual deve primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a Ação Planejada e Transparente, direcionada para a Prevenção de Riscos e a Correção de Desvios capazes de afetar o Equilíbrio das Contas Públicas.

**Art. 54 –** Até trinta (30) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos da Lei Complementar n.º101/00, com vistas ao cumprimento dos resultados estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

**§ 1º** – É vedada a realização de despesas ou assunção de obrigações que não estejam previstas na programação de desembolso.

**§ 2º** - O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, na forma do Art. 52, da Lei Complementar n.º 101/2000.

**§ 3º** - O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada semestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

**§ 4º** - Até o final dos meses de maio e setembro de 2.019 e de fevereiro de 2.020, o Poder Executivo deverá proceder a apresentação demonstrando e avaliando o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública preferencialmente na sede da Câmara Municipal, incluindo a prestação de contas da Receita e Despesas efetivamente realizadas no mesmo período.

**Art. 55 –** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o parágrafo 3º do Art. 182 da Constituição federal, observado o disposto no Art. 16 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2.000.

**Art. 56 –** Caso o valor previsto no anexo de metas fiscais se apresentarem defasado na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada**.**

**Art. 57 –** O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receia e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF).

**Art. 58** – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 59 -** O Poder Executivo poderá encaminhar mensagens ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

**Art. 60 –** Na hipótese de até 31 de dezembro de 2.018, o autógrafo da Lei Orçamentária para o Exercício de 2.019, não ter sido devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

**Art. 61 –** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**

**Em 22 de junho 2018.**

**ANTONIO LEITE BARBOS**

Prefeito Municipal

---

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31-2017**

**Extrato de Termo Aditivo**

I Termo Aditivo ao Contrato N.º **31/2017**

**Contratada:FRANCISCO DORNELIO GERMANO NETO - ME**

Motivo de Aditamento: Prorrogação do Prazo.

Valor do Aditivo: R$. 41.196,00

Nova Vigência: de **02/06/2018 a 02/06/2019**

Data de Assinatura: 22/05/2018

---

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30-2017**

**Extrato de Termo Aditivo**

I Termo Aditivo ao Contrato N.º **30/2017**

**Contratada:MARIA DULCIDIA BRITES ME**

Motivo de Aditamento: Prorrogação do Prazo.

Valor do Aditivo: R$. 29.400,00

Nova Vigência: de **02/06/2018 a 02/06/2019**

Data de Assinatura: 22/05/2018

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28-2017**

**Extrato de Termo Aditivo**

I Termo Aditivo ao Contrato N.º **28/2017**

**Contratada:ELOENE DE DEUS MOURA PEREIRA EIRELI-ME**

Motivo de Aditamento: Prorrogação do Prazo.

Valor do Aditivo: R$. 41.940,00

Nova Vigência: de **02/06/2018 a 02/06/2019**

Data de Assinatura: 22/05/2018

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017-A**, originado do Processo Licitatório sob nº 020/2017 - Pregão Presencial nº 016/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE HORAS DE SERVIÇOS. Detentora da Ata: Dirceu Caldeira da Silva ME. Vigência: 22/06/2017 a 21/06/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2018**, originado do Processo Licitatório sob nº 003/2018 - Pregão Presencial nº 003/2018 – Registro de Preços. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR. Detentora da Ata: Areosvaldo Silva Fernandes - MEI. Vigência: 01/03/2018 a 28/02/2019. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018-A**, originado do Processo Licitatório sob nº 004/2018 - Pregão Presencial nº 004/2018 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. Detentora da Ata: Daires Teresinha Zucchi. Vigência: 06/03/2018 a 05/03/2019. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018-B**, originado do Processo Licitatório sob nº 004/2018 - Pregão Presencial nº 004/2018 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. Detentora da Ata: Impacto Indústria e Comércio de Confecções Ltda. ME. Vigência: 06/03/2018 a 05/03/2019. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018-A**, originado do Processo Licitatório sob nº 007/2018 - Pregão Presencial nº 005/2018 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA CONSERTOS DE PNEUS. Detentora da Ata: Andreia de Souza Silva - MEI. Vigência: 29/03/2018 a 28/03/2019. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**Espécie:** VIII Termo Aditivo aoContrato de Realização de Obra por Preço Global de Conclusão de Ciclovia, de Nº 011/2016.

**Vínculo Legal:** Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

**Contratante:** Município de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

**Contratada:** Lenz & Lenz Ltda. ME.

**CNPJ:** 01.987.957/0001-36.

**Prorrogação da Vigência do Contrato:** Por força do presente termo aditivo e por mútuo acordo das partes, fica concedida à Contratada, nova prorrogação do prazo de vigência do *Contrato de Realização de Obra por Preço Global de Conclusão de Ciclovia, de nº 011/2016,* até a data de 27 de dezembro de 2018.

**Prorrogação do Prazo de Execução:** Por força do presente termo aditivo e por mútuo acordo das partes supra identificadas, fica novamente prorrogado, por mais 180 (cento e oitenta dias) dias, de 01 de julho de 2018 até 27 de dezembro de 2018, o prazo de execução da obra objeto do *Contrato de Realização de Obra por Preço Global de Conclusão de Ciclovia, de nº 011/2016*, assinado em 12 de abril de 2016.

**Ratificação:** Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Realização de Obra por Preço Global de Conclusão da Ciclovia da Avenida Porto Alegre, sob nº 011/2016 de 12 de abril de 2016, bem como do I Termo Aditivo de 11 de agosto de 2016; do II Termo Aditivo de 22 de dezembro de 2016; do III Termo Aditivo de 05 de junho de 2017; do IV Termo Aditivo de 04 de outubro de 2017; do V Termo Aditivo de 06 de outubro de 2017; do VI Termo Aditivo de 29 de dezembro de 2017 e do VII Termo Aditivo de 29 de março de 2018, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

**Data de assinatura do VIII Termo Aditivo:** 26/06/2018.

**Signatários:**

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

NEODIR LENZ

Pela Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**Espécie:** VIII Termo Aditivo aoContrato de Realização de Obra por Preço Global de Construção de Ciclovia, de Nº 010/2016.

**Vínculo Legal:** Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

**Contratante:** Município de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

**Contratada:** Lenz & Lenz Ltda. ME.

**CNPJ:** 01.987.957/0001-36.

**Prorrogação da Vigência do Contrato:** Por força do presente termo aditivo e por mútuo acordo das partes, fica concedida à Contratada, nova prorrogação do prazo de vigência do *Contrato de Realização de Obra por Preço Global de Construção de Ciclovia, de nº 010/2016*, até a data de 27 de dezembro de 2018.

**Prorrogação do Prazo de Execução:** Por força do presente termo aditivo e por mútuo acordo das partes supra identificadas, fica novamente prorrogado, por mais 180 (cento e oitenta dias) dias, de 01 de julho de 2018 até 27 de dezembro de 2018, o prazo de execução da obra objeto do *Contrato de Realização de Obra por Preço Global de Construção de Ciclovia, de nº 010/2016*, assinado em 12 de abril de 2016.

**Ratificação:** Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Realização de Obra por Preço Global de Construção de Ciclovia,sob nº 010/2016 de 12 de abril de 2016, bem como do I Termo Aditivo de 11 de agosto de 2016; do II Termo Aditivo de 22 de dezembro de 2016; do III Termo Aditivo de 05 de junho de 2017; do IV Termo Aditivo de 04 de outubro de 2017; do V Termo Aditivo de 06 de outubro de 2017; do VI Termo Aditivo de 29 de dezembro de 2017 e do VII Termo Aditivo de 29 de março de 2018, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

**Data de assinatura do VIII Termo Aditivo:** 26/06/2018.

**Signatários:**

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

NEODIR LENZ

Pela Contratada.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018-B**, originado do Processo Licitatório sob nº 007/2018 - Pregão Presencial nº 005/2018 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS DE LAVAGEM SIMPLES E COMPLETA. Detentora da Ata: Julcimar Antonio Masson - MEI. Vigência: 29/03/2018 a 28/03/2019. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018-C**, originado do Processo Licitatório sob nº 007/2018 - Pregão Presencial nº 005/2018 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS DE LAVAGEM SIMPLES E COMPLETA. Detentora da Ata: Débora Cristina Helfenstein da Cruz - MEI. Vigência: 29/03/2018 a 28/03/2019. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2017-A**, originado do Processo Licitatório sob nº 045/2017 - Pregão Presencial nº 037/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. Detentora da Ata: Margarete Zílio ME. Vigência: 18/12/2017 a 17/12/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2017-B**, originado do Processo Licitatório sob nº 045/2017 - Pregão Presencial nº 037/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS TERAPÊUTICOS. Detentora da Ata: Boninne Monalliza Brun Moraes. Vigência: 13/12/2017 a 12/12/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2017-A**, originado do Processo Licitatório sob nº 045/2017 - Pregão Presencial nº 037/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS TERAPÊUTICOS. Detentora da Ata: Hope Centro de Reabilitação Neurológica EIRELI - ME. Vigência: 13/12/2017 a 12/12/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017-A**, originado do Processo Licitatório sob nº 018/2017 - Pregão Presencial nº 014/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO. Detentora da Ata: Coxipó Materiais Elétricos Ltda. ME. Vigência: 02/06/2017 a 01/06/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2017** originado do Processo Licitatório sob nº 041/2017 - Pregão Presencial nº 033/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MADEIRAS BRUTAS E BENEFICIADAS. Detentora da Ata: M. A. Dal Cortivo Madeiras - ME. Vigência: 01/12/2017 a 30/11/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2017-B**, originado do Processo Licitatório sob nº 045/2017 - Pregão Presencial nº 037/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. Detentora da Ata: Mudar Comércio de Materiais de Construção, Ferramentas e EPI's Ltda. EPP. Vigência: 18/12/2017 a 17/12/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017-B**, originado do Processo Licitatório sob nº 018/2017 - Pregão Presencial nº 014/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO. Detentora da Ata: Mudar Comércio de Materiais de Construção Ltda. ME. Vigência: 02/06/2017 a 01/06/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2017-D**, originado do Processo Licitatório sob nº 031/2017 - Pregão Presencial nº 023/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM. Detentora da Ata: Sadi Luiz da Silva - MEI. Vigência: 25/09/2017 a 24/09/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2017-C**, originado do Processo Licitatório sob nº 031/2017 - Pregão Presencial nº 023/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM. Detentora da Ata: Crystocles Camargo. Vigência: 25/09/2017 a 24/09/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2017-B**, originado do Processo Licitatório sob nº 031/2017 - Pregão Presencial nº 023/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS. Detentora da Ata: Marka Artigos Esportivos EIRELI-ME. Vigência: 25/09/2017 a 24/09/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2017-A**, originado do Processo Licitatório sob nº 031/2017 - Pregão Presencial nº 023/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS. Detentora da Ata: P. Moreira Lima Comércio e Serviços EIRELI-ME. Vigência: 25/09/2017 a 24/09/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017-H**, originado do Processo Licitatório sob nº 020/2017 - Pregão Presencial nº 016/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE HORAS DE SERVIÇOS.

Detentora da Ata: Veriano Theisen Duarte - ME. Vigência: 22/06/2017 a 21/06/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017-B**, originado do Processo Licitatório sob nº 020/2017 - Pregão Presencial nº 016/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE HORAS DE SERVIÇOS. Detentora da Ata: Fabiano Guarda - ME. Vigência: 22/06/2017 a 21/06/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017-G**, originado do Processo Licitatório sob nº 020/2017 - Pregão Presencial nº 016/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE HORAS DE SERVIÇOS. Detentora da Ata: Temístocles Camargo - ME. Vigência: 22/06/2017 a 21/06/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017-C**, originado do Processo Licitatório sob nº 020/2017 - Pregão Presencial nº 016/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE HORAS DE SERVIÇOS. Detentora da Ata: Fernando Perondi - ME. Vigência: 22/06/2017 a 21/06/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017-D**, originado do Processo Licitatório sob nº 020/2017 - Pregão Presencial nº 016/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE HORAS DE SERVIÇOS. Detentora da Ata: Retífica Mato Grosso EIRELI - ME. Vigência: 22/06/2017 a 21/06/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017-E**, originado do Processo Licitatório sob nº 020/2017 - Pregão Presencial nº 016/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE HORAS DE SERVIÇOS. Detentora da Ata: Ricardo Ferreira Lubrificantes e Peças - ME. Vigência: 22/06/2017 a 21/06/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017-F**, originado do Processo Licitatório sob nº 020/2017 - Pregão Presencial nº 016/2017 – Registro de Preços. Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE HORAS DE SERVIÇOS. Detentora da Ata: Romancilda Lucia Zucco - MEI. Vigência: 22/06/2017 a 21/06/2018. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 27 de junho de 2018.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÉSAR ITAMAR S. GUERGOLETI

Pregoeiro.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

**SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 01/2018,**

CONTRATANTE O MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT – CONTRATADA: CONSTRUTORA SANTA LUCIA LTDA-EPP, CNPJ: 01.982.578/0001-53. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA EM DIVERSAS LOCALIDADES, CONFORME PROJETO EM ANEXO, NO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato até 31/08/2018. Vale de São Domingos – MT, 26 de Junho de 2018. Geraldo Martins da Silva Prefeito Municipal.

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 55/2018**

, CONTRATANTE O MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT – CONTRATADA: STAF SISTEMA LTDA-EPP, CNPJ: 07.941.056/0001-90. OBJETO: serviços técnicos de locação de sistemas integrados de gestão pública, incluindo permissão do direito de uso dos softwares, conversão de dados, acompanhamento operacional, treinamento, suporte técnico permanente e atualizações, em estrita observância aos termos do Edital do Pregão Presencial nº 12/2017, em especial ao Termo de Referência e demais anexos e à proposta da empresa CONTRATADA, passando tais documentos e outros gerados até a assinatura deste Contrato a fazer parte integrante do presente instrumento, para todos os fins de direito, devendo os mesmos permanecerem arquivados na Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos- MT. Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato até 12/01/2019. Vale de São Domingos – MT, 12 de Junho de 2018. Geraldo Martins da Silva Prefeito Municipal.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

**RESOLUÇÃO 15/2018 – CMDCA VÁRZEA GRANDE**

**Aprovação de projetos para captação de recursos, conforme Edital da Fundação Telefônica Vivo/2018.**

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidos pela Lei Municipal 4.095 de 03 de setembro de 2015 e Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990.

**Considerando** as Deliberações do Pleno deste Colegiado da Criança e Adolescente em sua Plenária Ordinária nº. 266, realizada no dia 21 de junho de 2018;

**Considerando** o Processo 09 /2018 e Processo 11/2018, que tratam dos Projetos apresentados segundo as regras do Edital da Fundação Telefônica Vivo/2018, para Captação de Projetos Sociais;

RESOLVE:

**Art. 1 º**- Aprovar os Projetos para captação de recurso, conforme**Edital da Fundação Telefônica Vivo/2018**, para execução em 2019, com atividades desenvolvidas e realizadas em Várzea Grande.

| Instituição Executora | Nome do Projeto |
|---|---|
| Instituto Educacional Luz do Amanhã | **Laços Afetivos – VIVO a Primeira Infância** |
| Associação Varzeagrandense Madre Tereza de Calcutá | **CENPRHE Som** |

**Art. 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Registrada publicada**

Cumpra-se

Várzea Grande (MT), 21 de junho de 2018.

**Katlin Oliveira Calmon**
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/mandato 2018-2019

**AVISO DE SUSPENSÃO DOS ATOS DO PROCEDIMENTO DE LICITATÓRIO PREGÃO ELETRONICO N. 20/2018**

**Processo N. 495100/2018.** Trata-se de Processo Administrativo registrado no sistema Gespro sob o n. 495100/2018 gerou o Procedimento Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n. 20/2018, cujo objeto e o Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para prestação de serviço de locação de veículos tipo, caminhões, maquinários, micro – ônibus, ônibus e van teto alto para atender ás necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. Considerando o **MANDADO DE SEGURANÇA, processo judicial N.** 1004522-40.2018.8.11.0002, expedido por determinação do M.M Juiz de Direito Alexandre Elias Filho, que reconhece o direito da empresa MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E CAMINHÕES LTDA – ME, no certame do Pregão Eletrônico 20/2018 acatamos a decisão proferida, **SUSPENDENDO** os atos que inabilitou a referida empresa. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Várzea Grande-MT, 26 de junho de 2018. Pablo Gustavo Moraes Pereira- **Secretário Municipal de Administração.**

**RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 001/2018**

O Conselho Municipal de SAÚDE de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993.

Considerando o art. 198, inciso III da Constituição da Republica, o que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS.

Considerando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e a Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, as quais regulamentam o Sistema Único de Saúde – SUS- e o controle social no âmbito da saúde, respectivamente;

Considerando a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providencias;

Considerando o disposto do inciso V do artigo 20 Regimento Interno deste Órgão Colegiado;

**AD REFERENDUM DO PLENÁRIO RESOLVE:**

Art. 1º - Encaminhar a proposta da Programação Anual de Saúde 2019 para apreciação da Comissão de Planejamento, Orçamento, Controle, Avaliação e Auditoria em carater de urgência.

Art. 2º - Esta Comissão deverá apresentar o Relatório de Apreciação da PAS 2019 na Reunião Extraordinária do dia 28/06/2018.

Art. 3° - Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

Sala das deliberações do Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, 21 de Junho de 2018.

***Erick William Pinto***

Presidente do CMS/VG

**Homologação:**

Homologo a Resolução AD REFERENDUM nº 001/2018 do CMS/VG

***Diógenes Marcondes***

Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO N. 078/2018**

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Empresa S. A. LIMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 13.908.247/0001-52, FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições da TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2018 que passa a fazer parte integrante do presente Contrato, vinculado à Lei nº. 8.666/93 e alterações, regulando suas cláusulas, bem como nos casos omissos, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 520542/2018. OBJETO: Tem por objeto a contratação de empresa de especializada para a execução das obras de pavimentação e drenagem das Ruas: A, Martin Afonso, M, N, O, U e L, perfazendo 7.433,16 m² no Bairro Mapim III, Município de Várzea Grande/MT, conforme projeto e planilhas anexo a ao Projeto Básico. VALOR GLOBAL: O valor do presente Contrato é de R$ 825.134,53 (oitocentos e vinte e cinco mil, cento e trinta e quatro reias e cinquenta e três centavos). UO: SECRETARIA VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15.451.0022. P/A: 1.559. ND: 4.4.90.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0101. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.088. ND: 4.4.90.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0100/0190. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 360 (trezentos e sessenta) dias, que se iniciará a partir da data de assinatura podendo ser prorrogado na forma da Lei. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Viação e Obras para este ato, o Servidor CLÓVIS PEREIRA MENDES FILHO, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0261.023 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 175.814.601-00, CREA nº. 02040/D-MT.

DATA DE ASSINATURA: 26.06.2018.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVIERA

Secretário Municipal de Viação e Obras – PMVG/MT

S. A. LIMA CONTRUÇÕES LTDA - EPP

Contratada

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
**AVISO DE RESULTADO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018**

A Pregoeira do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Portaria n.º 010/2018, torna Público o **RESULTADO** do Processo de Licitação do **Pregão Presencial n.º 005/2018**, regido pela Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002, o Decreto Municipal n.º 032/2005 e com aplicação da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas alterações.

**Modalidade:** Pregão Presencial

**Tipo:** Menor Preço por lote

**Realizado no dia**: 21/06/2018

**Horário:** 09h15min (horário de Mato Grosso/MT)

**Objeto:** Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em confecção de uniformes para atender os funcionários do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

**RESULTADO:**

Ficou classificada a empresa **SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA - EPP**, com a proposta final de **R$ 92.700,00** (noventa e dois mil e setecentos reais).

**CRISTIANE PEREIRA MARTINS RICARDO AZEVEDO ARAÚJO *PREGOEIRA- DAE/VG DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG***

**PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 87, DE 26 DE JUNHO DE 2.018.**

Designa os servidores para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 071/2018 e dá outras providências.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Designar a servidora, **DANIELLE CRISTINA LEITE MARTINS DE CAMPOS,** brasileira, Superintendente do CADIM, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 1285926-5 SSP/MT e inscrita no CPF nº 936.105.301-97, Matrícula nº 129992, para atender exclusivamente o Centro de Abastecimento e Distribuição de Medicamentos (Cadim), o servidor, **NARCISO SANTANA DA SILVA,** brasileiro, Cirurgião Dentista, Portador da Cédula de Identidade RG nº 137681 SSP/MT, inscrito no CPF nº 401.393.528-72, Matricula nº 126424, para atender exclusivamente o Centro Odontológico de Várzea Grande, o servidor **MARCO AURÉLIO VIEIRA DE ALMEIDA**, brasileiro, Agente Administrativo, Portador da Cédula de Identidade RG nº 05262072-1 SSP/RJ, inscrito no CPF nº 657.242.917-20, Matricula: 102622, para atender exclusivamente o Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, o servidor **WALTEIR BARROS DA SILVA**, brasileiro, Gerente de Educação e Saúde, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1493344-6 SSP/MT, inscrito no CPF nº 705.204.701-25, Matricula: 109875, para atender exclusivamente a Atenção Básica, as servidoras, **MARIELY MELÂNIA NASCIMENTO ABREU**, brasileira, Enfermeira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 2186885-9 SSP/MT, inscrita no CPF nº 041.380.061-09, Matricula: 116935, para atender exclusivamente a Atenção Secundária, e **ELEOTANIA MARA RONDON DA SILVA**, brasileira, Agente de Endemias, Portadora da Cédula de Identidade RG nº10530851 SSP/MT, inscrita no CPF nº 815.885.421-49, Matricula: 120121, para atender exclusivamente a Vigilância Sanitária (Centro de Zoonoses) para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 071/2018, firmado com a empresa **MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA - EPP**, inscrita sob o CNPJ nº 07.657.198/0001-20, cujo objeto é a contratação de empresa capacitada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de saúde classificados dos grupos: “A” “B” e “E”, para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, Unidades de Atenção Secundária, Centro Odontológico de Várzea Grande, CADIM, Vigilância em Saúde (Centro de Zoonoses) e Unidades Básicas de Saúde, a partir de 14/06/2018.

**Art. 2º** - Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º -** O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 26 de junho de 2.018.

**Diógenes Marcondes**

**Secretário de Saúde SMS/VG**

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº. 014/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº:** 005/2018

**TIPO**: Menor Preço por Itens

**OBJETO:** Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em confecção de uniformes para atender os funcionários do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

O Diretor Presidente no uso de suas atribuições resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o presente processo Licitatório referenciado que se desenvolveu nos estritos termos da legislação vigente, acolhendo a analise e a conclusão da Pregoeira e parecer da Procuradoria do DAE/VG.

De ciências aos interessados.

Várzea Grande, 26 de junho de 2018.

**RICARDO AZEVEDO ARAÚJO**

**DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG**

**PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 86, DE 26 DE JUNHO DE 2.018.**

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 070/2018 e dá outras providências.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Designar a servidor, **SEBASTIÃO NEY DA SILVA PROVENZANO**, brasileiro, Assessor de Gestão e Atenção Hospitalar, Portador da Cédula de Identidade RG nº 344655-7 SSP/MT e inscrito no CPF nº 395.494.101-52, Matrícula nº 109053, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 070/2018, firmado com a empresa **SERVIÇO MÉDICO EM CIRURGIA PEDIÁTRICA LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 13.897.881/0001-37, NIRE nº 51.201.254.273 e CNES nº 7074247, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviços médicos especializados em Cirurgia Pediátrica (urgência/emergência) aos pacientes atendidos e internados no Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, até sua alta definitiva, a partir de 14/06/2018.

**Art. 2º** - Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º -** O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 26 de junho de 2.018.

**Diógenes Marcondes**

**Secretário de saúde SMS/VG**

**DIVULGAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO / LOA – 2019**

**"A PREFEITA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE CONVIDA A POPULAÇÃO EM GERAL PARA A APRESENTAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA – LDO E LEI ORÇAMENTARIA ANUAL - LOA EXERCICIO 2019".**

DIA: **18/07/2018**

LOCAL: Auditório da Câmara Municipal de Várzea Grande

ENDEREÇO: Avenida Castelo Branco.

BAIRRO: Água Limpa

HORÁRIO: 09:00 HS as 11:30 HS

DIA: **19/07/2018**

LOCAL: CRAS – Centro de Referência da assistência Social

ENDEREÇO: Rua Professora Izabel Pinto, s/nº.

BAIRRO: Cristo Rei

HORÁRIO: 09:00 HS as 11:30 HS

DIA: **20/07/2018**

LOCAL: Centro Educacional Abdala Jose de Almeida

ENDEREÇO: Rua 32 Quadra 193, s/n°

BAIRRO: São Mateus

HORÁRIO: 09:00 HS as 11:30 HS

Atenciosamente.

_____

**Edson Roberto Silva**

***Secretário Municipal de Planejamento***

**PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 84, DE 26 DE JUNHO DE 2.018.**

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 050/2016 e dá outras providências.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Designar o servidor, o Senhor **OTACILIO VALENTIM DA MATTA GOMES**, brasileiro, Agente Administrativo, portador da Cédula de Identidade RG nº 463.400-4 SSP/MT, Data de Emissão: 10/01/1994 e inscrito no CPF sob o nº 468.403.461-53, Matrícula 84739, em substituição ao servidor, **WELLYNGTON ALESSANDRO DOLCE**, brasileiro, Superintendente de Controle, Avaliação e Regulação, Portador da Cédula de Identidade RG nº 924741-3 SSP/MT, inscrito no CPF nº 603.794.131-91, Matricula nº 109102, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 050/2016, firmado com a empresa **CLINICA E MICRO CIRURGIA DE OLHOS - LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 26. 795.401/0001-09, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de oftalmologia para atender a rede ambulatorial e urgência e emergência (Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande), exclusivamente para atender a Rede Ambulatorial de Saúde – Lote 01, a partir de 07/06/2018.

**Art. 2º** - Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º -** O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 26 de junho de 2.018.

**Diógenes Marcondes**

**Secretário de Saúde SMS/VG**

**AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 19/2017**

Processo: 486353/2017: O Município de Várzea Grande Estado de Mato Grosso, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL - designada pela portaria n.149/2018, torna público para conhecimento dos interessados, **O RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO** relativa àCONCORRÊNCIA PÚBLICA N 19/2017, objeto contratação de empresa de capacitada em serviços na área de Engenharia/Arquitetura, com base nos projetos elaborados, para execução do saldo remanescente da obra de construção da CRECHE PROINFÂNCIA- TIPO B- Padrão FNDE, localizada na rua Santo Abelardo, s/n, Bairro Jardim dos Estados na cidade de Várzea Grande- Mato Grosso, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, conforme especificações contidas neste Projeto e seus Anexos. a Comissão Permanente de Licitação também **ACATA** o relatório da Equipe técnica da SMECEL/VG, e **DECLARA HABILITADAS** as licitantes **ALCANCE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA** e **CONSTRUTORA KULUENE LTDA ME, DECLARA INABILITADAS** as empresas **ETHOS LOCADORA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI – EPP, CAG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ME, FORT CONSTRUTORA LTDA – EPP, HÁBIL CONSTRUTORA EIRELI - ME** e **REGIANE GONÇALVES CARVALHO EIRELLI – ME,** por desatendimentos ao Instrumento Convocatório. A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com a Lei 8.666/93 e o edital no item 12.1.A ata da presente sessão esta disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. VÁRZEA GRANDE-MT, 25 de junho de 2018. ALINE ARANTES CORREA – PRESIDENTE CPL.

**ERRATA**

Na portaria nº 26/CORREG./GMVG/2018, publicada no Jornal Oficial eletrônico dos Municípios do estado de Mato Grosso edição do dia 22 de Junho de 2018.

Onde se lê: PORTARIA nº 26/CORREG./GMVG/2018, na página 344;

**Leia-se: PORTARIA nº 27/CORREG./GMVG/2018**

Várzea Grande MT, 26 de Junho de 2018.

_____

JACKSON NUNES CUNHA

Corregedor Geral GMVG

**PORTARIA Nº 031/ CORREG. GERAL/ 2018.**

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e pelo Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015;

Considerando o Requerimento de 25 de junho de 2018 do Presidente da Comissão encarregada de apurar os atos e fatos constantes da PAD nº 003/2018 estabelecido pela portaria 014/18 para adequação à Lei 4.359/2018 conforme o art. 3º §2º desta lei.

**RESOLVE**:

**Art. 1º.** DETERMINAR o SOBRESTAMENTO do PAD nº 003/18, em trâmite no âmbito da Corregedoria Geral, com a consequente SUSPENSÃO da contagem de prazo, até que se proceda as adequações necessárias.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 25 de junho de 2018.

**Jackson Nunes Cunha**

Corregedor Geral – GMVG

**PORTARIA Nº 682/2018**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

**RESOLVE**

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Junho/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **MAT.** | **NOME DO SERVIDOR** | **VINCULO** | **PERIODO AQUISITIVO** | **PERIODO DE GOZO** |
| 20424 | IVENS PAES DA SILVA | Efetivo | 2017/2018 | 01.06.2018 A 30.06.2018 (30 dias) |
| 27191 | LENIR DE SOUZA BRITO | Efetivo | 2016/2017 | 11.06.2018 A 10.07.2018 (30 dias) |

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de Junho de 2018.

**MARCOS RODRIGUES DA SILVA**

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

**PORTARIA Nº 681/2018**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

**RESOLVE**

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Junho/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **MAT.** | **NOME DO SERVIDOR** | **VINCULO** | **PERIODO AQUISITIVO** | **PERIODO DE GOZO** |
| 110988 | LUIZ DE ARRUDA LIMA | Comissão | 2015/2016 | 18.06.2018 A 02.07.2018 (15 dias) |
| 111011 | MARCELA GODOI | Comissão | 2016/2017 | 29.06.2018 A 13.07.2018 (15 dias) |

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de Junho de 2018.

**MARCOS RODRIGUES DA SILVA**

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

**PORTARIA Nº 680/2018**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

**RESOLVE**

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Junho/Julho/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| MAT. | NOME DO SERVIDOR | VINCULO | PERIODO AQUISITIVO | PERIODO DE GOZO |
| 100772 | ELIZANGELA BATISTA DE OLIVEIRA | Efetivo/Comissão | 2016/2017 | 02.07.2018 A 11.07.2018 (10 dias) |
| 40778 | ROSALIO ARAUJO DOS SANTOS | Efetivo | 2017/2018 | 18.06.2018 A 17.07.2018 (30 dias) |
| 40989 | ROSANGELA APARECIDA FERREIRA BENITES MENEGATI | Efetivo | 2015/2016 | 28.06.2018 A 29.06.2018 (02 dias) |

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de Junho de 2018.

**MARCOS RODRIGUES DA SILVA**

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

**PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 85, DE 26 DE JUNHO DE 2.018.**

Designa o servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 069/2018 e dá outras providências.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Designar a servidor, **SEBASTIÃO NEY DA SILVA PROVENZANO**, brasileiro, Assessor de Gestão e Atenção Hospitalar, Portador da Cédula de Identidade RG nº 344655-7 SSP/MT e inscrito no CPF nº 395.494.101-52, Matrícula nº 109053, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 069/2018, firmado com a empresa, **SOMEC SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 15.351.382/0001-75, e sob NIRE nº 51.201.302.421 e CNES nº 9499210, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviços médicos especializados em Cirurgia Geral (urgência/ emergência/eletivas e realização de visita para assistir aos pacientes SUS) atendidos e internados no Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, até a sua alta definitiva, a partir de 14/06/2018.

**Art. 2º** - Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º -** O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 26 de junho de 2.018.

**Diógenes Marcondes**

**Secretário de Saúde SMS/VG**

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2018**

Pelo presente instrumento, o **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, DAE/VG**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.555.079/0001-42, estabelecido na Av. Governador Júlio Campos, 2.599, Bairro Jardim dos Estados, Várzea Grande/MT, CEP 78.150-000**, representado pelo Sr. RICARDO AZEVEDO ARAÚJO,** portador do CPF n.º 165.914.158-31, e portador do RG nº 27889981 SSP/SP, residente e domiciliado nesta cidade, na qualidade de Diretor Presidente da Autarquia Municipal, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 005/2018/DAE-VG** - Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço e necessária homologação devidamente publicada, conforme consta nos autos do respectivo processo licitatório e a empresa: **SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA - EPP,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.711.005/0001-34, estabelecida na Av. Miguel Sutil, nº 14.230, Bairro: COOPHAMIL – Cuiabá – MT, neste ato representado pelo Sr. Jamim Benedito de Arruda, inscrito no CPF nº: 103.422.061-68, portador do RG nº:0142168 SEJUSP/MT,doravante denominada CONTRATADA, e demais empresas relacionadas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.** Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em confecção de uniformes para atender os funcionários do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO REGISTRADO**

**2.1.** Os preços dos serviços estão registrados nos termos da proposta vencedora do Pregão Presencial nº 005/2018/DAE-VG - Sistema de Registro de Preços, conforme o tabela(s) abaixo:

| **QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA 1ª CLASSIFICADA** | | |
|---|---|---|
| Empresa: **SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA - EPP** | | |
| CNPJ nº: 08.711.005/0001-34 | Inscrição Estadual nº: 13.334.773-7 | |
| Endereço: Av. Miguel Sutil, nº 14.230, Bairro: Coophema | | |
| Complemento: | | |
| Cidade: Cuiabá | Estado: MT | CEP: 78.028-015 |
| Telefone(s): 065 3637-2577 | E-mail: stillusu@terra.com.br | |
| Banco: Brasil | Agência: 7139-0 | Conta Corrente: 63950-8 |
| Representante Legal: Jamim Benedito de Arruda | | |
| RG nº: 0142168 | Órgão Emissor: SEJUSP/MT | CPF nº: 103.422.061-68 |

| **LOTE 01** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO DO ITEM** | **CÓDIGO TCE** | | **TAM.** | **QUANTIDADE ANUAL** | **PREÇO UNIT.** | **PREÇO TOTAL** |
| | | **CÓDIGO** | **COD. UNID** | | | | |
| **1** | **CAMISA GOLA POLO: COR AZUL CELESTE,** EM MALHA POLIVISCOSE COM GRAMATURA DE 165 G/M² AZUL, COM GOLA 100% POLIESTER MARINHO, MANGA LONGA COM PUNHO EM RIBALTA SEM BOLSO COM SERIGRAFIA PEITO E COSTA CONFORME ANEXO. | 00013596 | 1 | **M** | 187 | 17,98 | 3.362,26 |
| **2** | **CAMISA GOLA POLO: COR AZUL CELESTE,** EM MALHA POLIVISCOSE COM GRAMATURA DE 165 G/M² AZUL, COM GOLA 100% POLIESTER MARINHO, MANGA LONGA COM PUNHO EM RIBALTA SEM BOLSO COM SERIGRAFIA PEITO E COSTA CONFORME ANEXO . | 00013627 | 1 | **G** | 250 | 17,98 | 4.495,00 |
| **3** | **CAMISA GOLA POLO: COR AZUL CELESTE,** EM MALHA POLIVISCOSE COM GRAMATURA DE 165 G/M² AZUL, COM GOLA 100% POLIESTER MARINHO, MANGA LONGA COM PUNHO EM RIBALTA SEM BOLSO COM SERIGRAFIA PEITO E COSTA CONFORME ANEXO. | 00013598 | 1 | **GG** | 250 | 17,98 | 4.495,00 |
| **4** | **CAMISA GOLA POLO: COR AZUL CELESTE,** EM MALHA POLIVISCOSE COM GRAMATURA DE 165 G/M² AZUL, COM GOLA 100% POLIESTER MARINHO, MANGA LONGA COM PUNHO EM RIBALTA SEM BOLSO COM SERIGRAFIA PEITO E COSTA CONFORME ANEXO. | 00013599 | 1 | **XG** | 187 | 17,98 | 3.362,26 |
| **5** | **CAMISA GOLA POLO: COR AZUL CELESTE,** EM MALHA POLIVISCOSE COM GRAMATURA DE 165 G/M² AZUL, COM GOLA 100% POLIESTER MARINHO, MANGA LONGA COM PUNHO EM RIBALTA SEM BOLSO COM SERIGRAFIA PEITO E COSTA CONFORME ANEXO. | 00013600 | 1 | **XXG** | 87 | 17,98 | 1.564,26 |
| **6** | **CAMISA GOLA POLO: COR AZUL CELESTE,** EM MALHA POLIVISCOSE COM GRAMATURA DE 165 G/M² AZUL, COM GOLA 100% POLIESTER MARINHO, MANGA LONGA COM PUNHO EM RIBALTA SEM BOLSO COM SERIGRAFIA PEITO E COSTA CONFORME ANEXO. | 00013601 | 1 | **Especial (Maior)** | 75 | 17,98 | 1.348,50 |
| **7** | **CAMISA SOCIAL MASCULINA COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIMILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013602 | 1 | **44** | 37 | 34,05 | 1.259,85 |
| **8** | **CAMISA SOCIAL MASCULINA COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIMILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013603 | 1 | **46** | 100 | 34,05 | 3.405,00 |
| **9** | **CAMISA SOCIAL MASCULINA COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIMILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013604 | 1 | **48** | 125 | 34,05 | 4.256,25 |
| **10** | **CAMISA SOCIAL MASCULINA COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIMILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013605 | 1 | **50** | 75 | 34,05 | 2.553,75 |
| **11** | **CAMISA SOCIAL MASCULINA COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIMILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013606 | 1 | **52** | 43 | 34,05 | 1.464,15 |
| **12** | **CAMISA SOCIAL MASCULINA COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIMILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013607 | 1 | **54** | 25 | 34,05 | 851,25 |
| **13** | **CAMISA SOCIAL MASCULINA COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIMILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013608 | 1 | **56** | 25 | 34,05 | 851,25 |
| **14** | **CAMISA SOCIAL MASCULINA COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIMILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013609 | 1 | **58** | 15 | 34,05 | 510,75 |
| **15** | **CAMISA SOCIAL MASCULINA COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIMILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013610 | 1 | **60** | 25 | 34,05 | 851,25 |
| **16** | **CAMISETE COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIMILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013628 | 1 | **P** | 50 | 29,60 | 1.480,00 |
| **17** | **CAMISETE COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIMILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013611 | 1 | **M** | 106 | 29,60 | 3.137,60 |
| **18** | **CAMISETE COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIMILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMA- | 00013612 | 1 | **G** | 106 | 29,60 | 3.137,60 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | TURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | | | | | | |
| **19** | **CAMISETE COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIMILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013613 | 1 | **GG** | 100 | 29,60 | 2.960,00 |
| **20** | **CAMISETE COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013614 | 1 | **XG** | 50 | 29,60 | 1.480,00 |
| **21** | **CAMISETE COM COLARINHO:** EM GRAFIL PROFISSIONAL OU SIMILAR COM TINGIMENTO EM IDANTREM COMPOSIÇÃO 33% ALGODÃO E 67% POLIESTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M², AZUL MANGA CURTA COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013615 | 1 | **XXG** | 37 | 29,60 | 1.095,20 |
| **22** | **CALÇA EM BRIM PESADO PROFISSIONAL: COR AZUL MARINHO,** COM TINGIMENTO EM HIDRAMTEM 100% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 276 G/M², COM FAIXA REFLETIVA NAS PERNAS MEDINDO 5Cm COM DUAS CORES VERDE FLORESCENTE E COR PRATA AO MEIO, DE ELÁSTICO TOTAL E CORDÃO, COM 03 BOLSOS, SENDO 02 NA FRENTE TIPO FACA E 01 ATRÁS CHAPADO, COM SERIGRAFIA NA PERNA DIREITA EMBAIXO DO BOLSO CONFORME ANEXO . | 00013616 | 1 | **M** | 312 | 29,60 | 9.204,00 |
| **23** | **CALÇA EM BRIM PESADO PROFISSIONAL: COR AZUL MARINHO,** COM TINGIMENTO EM HIDRAMTEM 100% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 276 G/M², COM FAIXA REFLETIVA NAS PERNAS MEDINDO 5Cm COM DUAS CORES VERDE FLORESCENTE E COR PRATA AO MEIO, DE ELÁSTICO TOTAL E CORDÃO, COM 03 BOLSOS, SENDO 02 NA FRENTE TIPO FACA E 01 ATRÁS CHAPADO, COM SERIGRAFIA NA PERNA DIREITA EMBAIXO DO BOLSO CONFORME ANEXO | 00013617 | 1 | **G** | 312 | 29,50 | 9.204,00 |
| **24** | **CALÇA EM BRIM PESADO PROFISSIONAL: COR AZUL MARINHO,** COM TINGIMENTO EM HIDRAMTEM 100% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 276 G/M², COM FAIXA REFLETIVA NAS PERNAS MEDINDO 5Cm COM DUAS CORES VERDE FLORESCENTE E COR PRATA AO MEIO, DE ELÁSTICO TOTAL E CORDÃO, COM 03 BOLSOS, SENDO 02 NA FRENTE TIPO FACA E 01 ATRÁS CHAPADO, COM SERIGRAFIA NA PERNA DIREITA EMBAIXO DO BOLSO CONFORME ANEXO | 00013618 | 1 | **GG** | 312 | 29,50 | 9.204,00 |
| **25** | **CALÇA EM BRIM PESADO PROFISSIONAL: COR AZUL MARINHO,** COM TINGIMENTO EM HIDRAMTEM 100% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 276 G/M², COM FAIXA REFLETIVA NAS PERNAS MEDINDO 5Cm COM DUAS CORES VERDE FLORESCENTE E COR PRATA AO MEIO, DE ELÁSTICO TOTAL E CORDÃO, COM 03 BOLSOS, SENDO 02 NA FRENTE TIPO FACA E 01 ATRÁS CHAPADO, COM SERIGRAFIA NA PERNA DIREITA EMBAIXO DO BOLSO CONFORME ANEXO | 00013619 | 1 | **XG** | 250 | 29,60 | 7.400,00 |
| **26** | **CALÇA EM BRIM PESADO PROFISSIONAL: COR AZUL MARINHO,** COM TINGIMENTO EM HIDRAMTEM 100% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 276 G/M², COM FAIXA REFLETIVA NAS PERNAS MEDINDO 5Cm COM DUAS CORES VERDE FLORESCENTE E COR PRATA AO MEIO, DE ELÁSTICO TOTAL E CORDÃO, COM 03 BOLSOS, SENDO 02 NA FRENTE TIPO FACA E 01 ATRÁS CHAPADO, COM SERIGRAFIA NA PERNA DIREITA EMBAIXO DO BOLSO CONFORME ANEXO | 00013620 | 1 | **XXG** | 75 | 29,60 | 2.220,00 |
| **27** | **CALÇA EM BRIM PESADO PROFISSIONAL: COR AZUL MARINHO,** COM TINGIMENTO EM HIDRAMTEM 100% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 276 G/M², COM FAIXA REFLETIVA NAS PERNAS MEDINDO 5Cm COM DUAS CORES VERDE FLORESCENTE E COR PRATA AO MEIO, DE ELÁSTICO TOTAL E CORDÃO, COM 03 BOLSOS, SENDO 02 NA FRENTE TIPO FACA E 01 ATRÁS CHAPADO, COM SERIGRAFIA NA PERNA DIREITA EMBAIXO DO BOLSO CONFORME ANEXO | 00013621 | 1 | **Especial (Maior)** | 75 | 29,89 | 2.241,75 |
| **28** | **CAMISA FEMININA** – TIPO POLO, 100% ALGODÃO, EM MALHA FIO 30, MANGA CURTA, COR AZUL CLARO, COM BORDADO DO LADO ESQUERDO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013622 | 1 | **P** | 26 | 17,79 | 462,54 |
| **29** | **CAMISA FEMININA** – TIPO POLO, 100% ALGODÃO, EM MALHA FIO 30, MANGA CURTA, COR AZUL CLARO, COM BORDADO DO LADO ESQUERDO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013623 | 1 | **M** | 65 | 17,79 | 1.156,35 |
| **30** | **CAMISA FEMININA** – TIPO POLO, 100% ALGODÃO, EM MALHA FIO 30, MANGA CURTA, COR AZUL CLARO, COM BORDADO DO LADO ESQUERDO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013624 | 1 | **G** | 58 | 17,79 | 1.031,82 |
| **31** | **CAMISA FEMININA** – TIPO POLO, 100% ALGODÃO, EM MALHA FIO 30, MANGA CURTA, COR AZUL CLARO, COM BORDADO DO LADO ESQUERDO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013625 | 1 | **GG** | 50 | 17,79 | 889,50 |
| **32** | **CAMISA FEMININA** – TIPO POLO, 100% ALGODÃO, EM MALHA FIO 30, MANGA CURTA, COR AZUL CLARO, COM BORDADO DO LADO ESQUERDO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013626 | 1 | **XG** | 26 | 17,79 | 462,54 |
| **33** | **CAMISA FEMININA** – TIPO POLO, 100% ALGODÃO, EM MALHA FIO 30, MANGA CURTA, COR AZUL CLARO, COM BORDADO DO LADO ESQUERDO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO. | 00013597 | 1 | **XXG** | 35 | 17,79 | 622,65 |
| **34** | **JALECO** EM BRIM 100 % ALGODÃO , COR BRANCA, MANGA LONGA, 3 BOLSOS SENDO UM NO PEITO LADO ESQUERDO COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO E DOIS NA ALTURA DA CINTURA. | 396047-1 | 1 | **G** | 06 | 33,00 | 198,00 |
| **35** | **JALECO** EM BRIM 100 % ALGODÃO , COR BRANCA, MANGA LONGA, 3 BOLSOS SENDO UM NO PEITO LADO ESQUERDO COM BORDADO DE 10.237 PONTOS TODAS COM COSTURA DUPLA CONFORME ANEXO E DOIS NA ALTURA DA CINTURA. | 396047-1 | 1 | **GG** | 06 | 33,00 | 198,00 |
| **36** | **CAMISA FEMININA** – TIPO POLO, 100% ALGODÃO, EM MALHA FIO 30, MANGA CURTA, COR VERDE CLARO, COM SERIGRAFIA CONFORME ANEXO | 401086-8 | 1 | **M** | 03 | 14,90 | 44,70 |
| **37** | **CAMISA FEMININA** – TIPO POLO, 100% ALGODÃO, EM MALHA FIO 30, MANGA CURTA, COR VERDE CLARO, COM SERIGRAFIA CONFORME ANEXO | 401086-8 | 1 | **G** | 02 | 14,90 | 29,80 |
| **38** | **CAMISA FEMININA** – TIPO POLO, 100% ALGODÃO, EM MALHA FIO 30, MANGA CURTA, COR VERDE CLARO, COM SERIGRAFIA CONFORME ANEXO | 401086-8 | 1 | **GG** | 01 | 14,90 | 14,90 |
| **39** | **CAMISA MASCULINA** – TIPO POLO, 100% ALGODÃO, EM MALHA FIO 30, MANGA CURTA, COR VERDE CLARO, COM SERIGRAFIA CONFORME ANEXO | 215754-3 | 1 | **M** | 02 | 14,90 | 29,80 |
| **40** | **CAMISA MASCULINA** – TIPO POLO, 100% ALGODÃO, EM MALHA FIO 30, MANGA CURTA, COR VERDE CLARO, COM SERIGRAFIA CONFORME ANEXO | 215754-3 | 1 | **G** | 05 | 14,90 | 74,50 |
| **41** | **CAMISA MASCULINA** – TIPO POLO, 100% ALGODÃO, EM MALHA FIO 30, MANGA CURTA, COR VERDE CLARO, COM SERIGRAFIA CONFORME ANEXO | 215754-3 | 1 | **GG** | 03 | 14,99 | 44,97 |
| **42** | **CAMISA MASCULINA** – TIPO POLO, 100% ALGODÃO, EM MALHA FIO 30, MANGA CURTA, COR VERDE CLARO, COM SERIGRAFIA CONFORME ANEXO | 215754-3 | 1 | **XG** | 03 | 15,00 | 45,00 |
| **TOTAL** | | **R$ 92.700,00** | | | | | |

**Parágrafo Primeiro:** Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor global do presente instrumento é de **R$ 92.700,00 (noventa e dois mil e setecentos reais).**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**3.1.** A empresa detentora do registro deverá realizar os serviços, em estrita observância dos termos e condições constantes no Edital do Pregão Presencial 005/2018/DAE-VG, do Termo de Referência e anexos que integram a presente Ata de Registro de Preços.

**3.2.** A contratação decorrente desta Ata será formalizada após a assinatura da Ata de Registro de Preços, por meio de Contrato e/ou documento equivalente, o qual deverá ser assinado e retirado pelo Fornecedor no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da comunicação, observando-se as condições estabelecidas, legislação vigente e na proposta vencedora.

**3.3. Mediante a assinatura desta Ata de Registro de Preços estará caracterizado o compromisso de execução dos serviços objeto do Pregão, por todos os signatários.**

**3.4.** O fornecedor que se recusar a executar o objeto, não aceitar ou não retirar a nota de empenho ou assinar o respectivo contrato de fornecimento no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades estabelecidas neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades fixadas no edital e seus anexos.

**3.5.** Os serviços deverão ser executados dentro do prazo legal de acordo com o edital, bem como as cláusulas da presente Ata.

**3.6.** A Administração Pública não está obrigada a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços, preferência, em igualdade de condições.

**3.7.** O prazo de execução dos serviços será sob demanda conforme a necessidades da Contratante em até 24 horas após o recebimento da solicitação.

**3.8.** A contratada poderá solicitar, por uma única vez, prorrogação do prazo que se refere o subitem anteriormediante justificativa a ser analisada pela administração pública, sem prejuízo de aplicação da respectiva sanção administrativa.

**3.9.** Os serviços executados serão conferidos por servidor responsável da administração pública, após a verificação de que a qualidade do serviço prestado está de acordo com as especificações técnicas solicitadas, devendo a unidade solicitante emitir uma Nota de Conferência.

**3.9.1.** Se, mesmo após a conferência definitiva da prestação de serviço, a qualidade ou características não corresponderem às especificações exigidas no Termo de Referência, as adequações necessárias deverão ser feitas, pelo contratado/fornecedor, no prazo máximo de até 48h, a partir do recebimento da solicitação, às suas expensas, independentemente da aplicação das sanções legais.

**3.10.** A conferência provisória ou definitiva do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata e/ou do Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

**4.1.** Os pagamentos serão efetuados, após apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, em conformidade com as quantidades e qualidades contratadas no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo e aceitação dos objetos pela administração pública.

**4.2.** A contratada deverá apresentar ainda os documentos a seguir discriminados, para verificação do cumprimento dos deveres trabalhistas e previdenciários, pela mesma:

**4.2.1.** Ofício solicitando o pagamento;

**4.2.2.** Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social;

**4.2.3.** Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

**4.2.4.** Certidão Negativa de Débito junto à Fazendas Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

**4.2.5.** Certidão Negativa de Débito Trabalhista, emitida pelo Superior Tribunal do Trabalho (www.tst.jus.br);

**4.2.6.** Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicilio Tributário;

**Parágrafo Único: Inclusive as certidões negativas constantes nos artigos 74 (se for o caso) e 75 do Decreto Municipal nº 09/2010 do Município de Várzea Grande.**

**4.3.** Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da licitante fornecedora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

**4.4.** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, em conta indicada pela contratada.

**4.5.** Em caso de dúvida ou divergência, o gestor do contrato liberará para pagamento a parte inconteste dos serviços.

**4.6.** A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Departamento de Água e Esgoto, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

**4.6.1.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

**4.6.2.** Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do objeto entregue ou serviços executados.

**4.7.** O Departamento de Água e Esgoto não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

**4.8.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**CLÁUSULA QUINTA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - DA VALIDADE - DO CONTROLE DOS PREÇOS**

**5.1.** O registro formalizado na Ata a ser firmada entre a Administração Pública e os Fornecedores classificados, observado o disposto no item 16 deste edital, terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no respectivo Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**5.2.** Durante o prazo de validade do Registro de Preço, a Administração Pública não ficará obrigada a comprar os serviços objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do Registro à preferência em igualdade de condições.

**5.3.** O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro de Preços quando a Autarquia Municipal, optar pela aquisição do objeto por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

5.4. O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Municipal de Administração.

5.5. Caso seja constatado que o preço registrado na Ata seja superior a média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, deforma a adequá-los aos níveis definidos no subitem anterior.

5.6. Caso o fornecedor não possa reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados pelo gerenciador da Ata que poderão convocar, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**5.7.** Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**5.8.** O registro de preço terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei n. 8.666/93.

**5.9.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

**5.10.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput, do art. 65, da Lei n. 8666/93.

**5.11.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticados no mercado o órgão gerenciador deverá:

**5.11.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**5.11.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

**5.11.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**5.12.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, poderá:

**5.12.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do Pedido de Serviço; e

**5.12.2.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**5.13.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**5.14. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.**

**5.15.** A Ata de Registro de Preço implicará compromisso de prestação de serviço nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

**5.15.1.** A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

**5.16.** A contratação com os Fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

**5.17.** A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

**5.18. As convocações de que tratam os itens anteriores deverão ser atendidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 64, da Lei federal nº 8.666/93.**

**5.19.** O registro de preços terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei n. 8.666/93.

**5.20.** A Adjudicatária que se recusar a executar o objeto, no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades descritas neste Edital.

**5.21.** A Ata de Registro de Preço, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

**5.22.** O órgão gerenciador somente autorizará a adesão à ata, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

**5.23.** Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

**5.24.** Caberá ao prestador de serviço beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**5.25.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preço, para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**5.26.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo e vigência da ata.

**CLÁUSULA SEXTA** - **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1.** Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande (DAE/VG) obriga-se a prestar as informações esclarecimentos necessários a Contratada para que esta possa a realizar os serviços dentro do prazo e normas estabelecidas no instrumento contrato.

**6.2.** Designar Servidor na condição de Fiscal para acompanhar a execução do contrato.

**6.3.** Aceitar ou recusar os motivos alegados pela contratada para configurar caso fortuito ou de força maior, dando por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação.

**6.4.** Atestar o recebimento dos serviços contratados, notificando a contratado caso haja algum problema verificado.

**6.5.** Solicitar a reparação do objeto contratado, que esteja em desacordo com a especialização ou apresentar defeito.

**6.6**. Efetuar o pagamento na forma e prazo especializado no instrumento contratual.

**6.7.** Autorizar a contratada se necessário a realizar adaptações nas instalações e equipamentos.

**6.8.** É dever do fiscal, fiscalizar e supervisionar todas as atividades previstas para a prestação do serviço realizando avaliações periódicas.

**6.9.** Solicitar no prazo previsto toda a documentação legal referente á prestação do serviço.

**6.10** Comunicar por escrito à contratada qualquer falha ou deficiência do serviço exigindo a imediata correção.

**6.11.** A fiscalização de serviço pela contratante não exclui nem diminui a completa responsabilidade da contratada por qualquer inobservância ou omissão às clausulas do contrato.

**6.12.** Aplicar as penalidades previstas no contrato e/ou na legislação vigente nos casos de descumprimento contratual.

**CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o § 1º do art.65, da Lei nº. 8.666/93.

**7.2. Uma vez comunicadas de que o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer até 03 (três) dias úteis seguintes à comunicação, para assinatura do contrato e/ou retirada da Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste termo. Assinado o contrato e/ou recebida a Ordem de Fornecimento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:**

**7.3.** Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

**7.4.** Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

**7.5.** Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes das obrigações assumidas sem qualquer ônus para o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, e manter as condições de Habilitação e Qualificação exigidas para a sua contratação.

**7.6.** Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

**7.7.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a prestação/execução dos serviços.

**7.8.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

**7.9.** É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seus serviços atendam as condições exigidas.

**7.10.** A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelo serviço objeto do contrato nos termos da legislação vigente.

**7.11.** O fornecimento dos serviços, objeto deste termo de referencia deverá ocorrer conforme especificado em requisição emitida pelo fiscal do contrato.

**7.12.** A contratada manterá as condições de habilitação durante o prazo de vigência do contrato, sob pena de rescisão de contrato.

**7.13.** Executar fielmente o objeto deste termo de referencia, comunicando, imediatamente, ao representante legal do Departamento de Água e Esgoto de Várzea grande MT qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

**7.14.** Responder as notificações no prazo estabelecido.

**7.15.** Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao Departamento de Água e Esgoto de Várzea grande MT.

**7.16.** Encaminhar a Nota Fiscal Eletrônica.

**7.17.** Apresentar junto com a nota fiscal os documentos que aprovem as regularidades fiscais.

**7.18.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea grande MT.

**7.19.** Após 03 (três) notificação e não ter solucionado o problema caberá a penalidade da legislação vigente e/ou rescisão contratual.

**CLÁUSULA OITAVA** - **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**8.** A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito:

**8.1.1.** Pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, quando:

**8.1.1.1.** A(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

**8.1.1.2.** A(s) detentora(s) não cumprir (em) os prazo estabelecido no edital e documentos que o integram, desde que não seja aceita sua(s) justificativa(s);

**8.1.1.3.** A(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no artigo 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

**8.1.1.4.** Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

**8.1.1.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

**8.1.1.6.** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**8.2.** Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no artigo 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.

**8.2.1.** A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida a Administração Pública, facultada a ele a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

8.3. Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preço pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.

8.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

8.3.2. Fica estabelecido que as detentoras da Ata deverão comunicar imediatamente a Administração Pública, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES**

**9.1.** Além das penalidades constantes da Minuta do Contrato - AnexoX, e sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, a adjudicatária estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas em caso de comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

**9.2.** Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, a licitante que deixar de entregar documentação exigida na licitação, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, não assinar o Contrato, não retirar a Nota de Empenho, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Autarquia Municipal e com a Prefeitura do Município de Várzea Grande pelo prazo de até 02 (dois) anos.

**9.3**. Ficará também impedido de licitar ou contratar com a Autarquia Municipal e com a Prefeitura do Município de Várzea Grande pelo prazo de até 05 (cinco) anos aquele que praticar quaisquer dos atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

**9.4.** A inabilitação da licitante classificada, independentemente da declaração prevista no Anexo III deste edital, implicará a aplicação de multa correspondente a 2% do valor da proposta, sem embargo da imposição das demais sanções cabíveis.

**9.5.** Será devida multa de 20% sobre o valor estimado para a execução do objeto, no período de 12 meses, pela recusa da assinatura do Contrato ou pela falta da apresentação da documentação necessária para tal.

**9.6.** O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

**9.6.1.** A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Contratante;

**9.6.2.** Em não ocorrendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo de execução fiscal.

**9.7.** A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

**9.8.** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei federal nº 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

**9.9.** Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO CADASTRO RESERVA**

**11.1.** Para fins de cadastro reserva, em atendimento ao disposto no artigo 10 do Decreto 7.892/2013, tendo aceitado as fornecedoras a redução dos lances ao preço da oferta melhor classificada, registra os preços e a classificação das empresas conforme quadro a seguir:

| CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA / LANCE | |
|---|---|
| Posição: 2ª Classificada | Empresa: MASTER UNIFORMES E BRINDES IND. E COM. LTDA. |
| Posição: 3ª Classificada | Empresa: ALFAIATARIA DE UNIFORMES LTDA – ME. |

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** A presente Ata de Registro de Preço somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no *Jornal Oficial* Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

**12.2.** Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial nº 005/2018/DAE-VG - Sistema de Registro de Preço.

**12.3.** A autoridade competente designará o Gestor da Ata de Registro de Preço através de Portaria.

**12.4.** A presente Ata e seus anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, integrarão o contrato, independentemente de transcrição.

**12.5.** A simples apresentação da proposta implicará na aceitação pela licitante de todas as condições estabelecidas neste edital.

**12.6.** As intimações e notificações serão realizadas através no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso,independente de qualquer intimação ou comunicação pessoal do licitante interessado ou contratado.

**12.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos no edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**12.8. Fica assegurado o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração Pública, anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente.**

**12.9.** As licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e Autarquia Municipal não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**12.10.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**12.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

**12.12.** Aos casos omissos, aplicarão as demais disposições do Decreto Federal 7.892/2013 e Lei Federal n° 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes.

**12.13.** A homologação do resultado dessa licitação não importará em direito à contratação.

**12.14.** É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do Edital eventuais alterações e retificações pelo site www.daevg.com.br até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata de Registro de Preço, em 02 (duas) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Várzea Grande - MT, 26 de junho de 2018.

**RICARDO AZEVEDO ARAUJO**

**DIRETOR PRESIDENTE – DAEVG**

**SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA – EP**

JAMIM BENEDITO DE ARRUDA

**PORTARIA Nº 032/ CORREG. GERAL/ 2018.**

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e pelo Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015;

Considerando o Requerimento de 25 de junho de 2018 do Presidente da Comissão encarregada de apurar os atos e fatos constantes da PAD nº 003/2018 estabelecido pela portaria 014/18 solicita PRORROGAÇÃO de prazo por 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos devido ao grande numero de pessoas envolvidas no procedimento administrativo

**RESOLVE**:

**Art. 1º.** DETERMINAR a PRORROGAÇÃO do PAD nº 003/18, em trâmite no âmbito da Corregedoria Geral, com a consequente SUSPENSÃO da contagem de prazo por 60 (sessenta) dias, até que se proceda os tramites necessários.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 25 de junho de 2018.

**Jackson Nunes Cunha**

Corregedor Geral – GMVG

**EXTRATO CONTRATO N. 076/2018**

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa

DISNORMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 01.326.495/0001-06. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições do art. 24, IV da Lei nº. 8. 666 de 21 de Junho de 1993, no Comunicado de Dispensa de Licitação n. 033/2018, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 152/2018, no Termo de Referência nº 024/2018 da Secretaria de Saúde. GRESPO nº 524921/2018. OBJETO: Tem por objeto a aquisição de materiais hospitalares/insumos em caráter de urgência para atender as necessidades da Rede da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$

R$ 85.821,00 (oitenta e cinco mil oitocentos e vinte e um reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015 - P/A: 2.305. ND. 3. 3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0102/0114/0142. DO: 09.02.10.302. 0012. P/A: 2.304. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0114/0142. DO: 09.02.10.301.0003. P/A: 2.303. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0114/0142. DO: 09.02.10.303.0020. P/A: 2.307. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0114/0142/ 0102. VIGÊNCIA: Terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que a CONTRATADA deverá entregar o objeto de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação, conforme art. 24, IV da Lei n. 8.666/1993.

DATA DE ASSINATURA: 25.06.2018.

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de SAÚDE – PMVG/MT

DISNORMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Contratada

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 122/2017**

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa ECP – EMPRESA DE CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 70.495.452/0001-77. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentado legal no Art. 57, §1º., III e IV c/c Art. 65, I alínea a), §1º da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, na justificativa da Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato nº. 122/2017, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 523034/2018. OBJETO: Tem por objeto aditar CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, a CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR GLOBAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO e a CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO, referente a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de Engenharia para Elaboração de Projetos Final de Engenharia para pavimentação de vias urbanas na Cidade de Várzea Grande. UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15.451.0022.000 – P/A: 2.292. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST – PJ. FONTE: 0100. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 180 (cento e oitenta ) dias, o prazo de vigência do contrato principal, contado a partir da de seu vencimento, com possibilidade de prorrogação caso necessário. VALOR: Fica aditado o valor de R$ 49. 732,34 (quarenta e nove mil, setecentos e trinta e dois reais e trinta e quatro centavos), referente ao acréscimo de 24% (vinte quatro por cento) dos serviços inicialmente contratados, passando o contrato ao valor estimado global de R$ 249.732,34 (duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e dois reais e trinta e quatro centavos). FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Viação e Obras, para este ato, o Engenheiro Civil Sr. WALDISNEI MORENO DA COSTA.

DATA DE ASSINATURA: 20.06.2018

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVIERA

Secretária Municipal de Viação e Obras – PMVG/MT

ECP – EMPRESA DE CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA

Contratada

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

**PORTARIA N.191/2018**

**"DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;**

**RESOLVE:**

Art. 1º - **Designar** a servidora FRANCISCA ANA DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada no município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: n. 161669-2 SSP/MT e CPF nº 826. 591.094-00, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade N. 095/2018.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

**WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 022-2018 PREGÃO PRESENCIAL N. 032-2018 PROCESSO: 091/2018**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA OU EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GUINCHO VEÍCULOS LEVES E PESADO NO PERÍMETRO URBANO E RURAL, DE ACORDO COM O DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL**

PRAZO: 12 Meses, a partir de 26 de junho de 2018.

**CONTRATADO:A J PINHEIRO & CIA LTDA**

**CNPJ: 05.725.028/0001-00**

VALOR: **R$ 435.500,00** (quatrocentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de junho de 2018.

**AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 035/2017**

**O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT,** torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu, através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 35/2018 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 035/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL N. 018/2017**, realizado pelo **Prefeitura de ARAPUTANGA/MT**, tendo como fornecedor registrado, a empresa: **J. FERREIRA LEMOS PRODUÇÕES EPP, inscrita no CNPJ n. 00.277.059/0001-21**, com sede na Av. Sebastião Francisco de Almeida, nº 482, Bairro São Sebastião – Município de Araputanga - MT, para contratação de empresa para prestação de serviços na locação de equipamentos e estruturas para eventos (sistema de som, filmagem, locução, gravação, iluminação, palco, banheiro químico, entre outros) para realização de eventos no município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, com valor total aderido de **R$ 181.180,00 (cento e oitenta e um mil e cento e oitenta reais),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura de **VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**/MT, formalizando assim os atos do Processo de **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. 035/2017, PREGÃO PRESENCIAL N. 018/2017.**

**VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE** -MT, 26 de junho de 2018.

Alessandro Santana de Souza

Pregoeiro Oficial

**ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 032/2018**

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação

e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 032/2018**, tendo por objeto o registro de preços para futura ou eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de guincho veículos leves e pesado no perímetro urbano e rural, resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação, a empresa: **A J PINHEIRO & CIA LTDA**, com proposta no valor global de **R$ 435.500,00** (quatrocentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de junho de 2018.

**ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA**

Pregoeiro

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 028-2018 PREGÃO PRESENCIAL N. 037-2018 PROCESSO: 101/2018**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO DO TIPO MACHO E FÊMEA PARA SER UTILIZADO NA DRENAGEM PLUVIAL EM VIAS DO MUNICÍPIO**, DE ACORDO COM O DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL

PRAZO: 12 Meses, a partir de 25 de junho de 2018.

CONTRATADOS:**L. F. PEREZ ME**

**CNPJ: 17.857.382/0001-77**

VALOR: **R$ 44.000,00** (quarenta e quatro mil reais)

**WANDERSON FERREIRA VALADAO 92632645115**

**CNPJ: 24.690.555/0001-70**

VALOR: **R$ 882.500,00** (oitocentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 25 de junho de 2018.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 029-2018 PREGÃO PRESENCIAL N. 038-2018 PROCESSO: 102/2018**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E/OU FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES CONFORME A TABELA EM VIGÊNCIA DA ABC FARMA DE "A" À "Z" PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT, DE ACORDO COM O DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL**

PRAZO: 12 Meses, a partir de 25 de junho de 2018.

CONTRATADO:

**M.V. OLIVEIRA DE ASSUNÇÃO - ME**

**CNPJ: 05.725.028/0001-00**

VALOR: desconto de **20 %** sobre a tabela **ABC FARMA** de **A** a **Z**.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 25 de junho de 2018.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 027-2018 PREGÃO PRESENCIAL N. 036-2018 PROCESSO: 100/2018**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ZONA RURAL)**, DE ACORDO COM O DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL

PRAZO: 12 Meses, a partir de 25 de junho de 2018.

CONTRATADO: **DAIZA PINTO RIBEIRO 5362458019**

**CNPJ: 29.587.803/0001-76**

valor: **R$ 34.320,00 (trinta e quatro mil, trezentos e vinte reais).**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 25 de junho de 2018.

**DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 032/2018.**

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 032/2018**, tendo por objeto o registro de preços para futura ou eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de guincho veículos leves e pesado no perímetro urbano e rural, resolvem **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa: **A J PINHEIRO & CIA LTDA**, com proposta no valor global de **R$ 435.500,00** (quatrocentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 26 de junho de 2018.

**WAGNER VICENTE DA SILVEIRA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.º 229/2018**

**PORTARIA N.º 229/2018**

De 26 de Junho de 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora GISELE MENDES CARNEIRO TRANNI, matrícula nº 464 lotada na Secretaria de Educação cargo de PROFESSOR I A IV, conforme processo de solicitação a partir de 13/06/2018 a 09/08/2018, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 13/06/2018.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

**ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.º 227/2018**

**PORTARIA N.º 227/2018.**

DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal De Vila Rica, Estado De Mato Grosso, No Uso De Suas Atribuições Legais,

**R E S O L V E:**

Art. 1º **-** Conceder gozo de 90 (noventa) dias da **LICENÇA PREMIO**, a servidora ***IZAILDES CANDIDA DE OLIVEIRA***, matrícula nº 106, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor V a VIII, referente ao período aquisitivo ***24/02/2011*** *a* ***23/02/2016,*** *no período de* ***28/05/2018*** *a* ***25/08/2018.***

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua e seus efeitos retroagem a 28 de maio de 2018.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.º 230/2018**

**PORTARIA N.º 230/2018**

De 26 de Junho de 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor GERALDO TEODORO DE FARIA, matrícula nº 2346 lotado na Secretaria de Saúde cargo de MEDICO, conforme processo de solicitação a partir de 07/06/2018 a 01/09/2018, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 07/06/2018.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

**ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 228/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018.**

**ABMAEL BORGES DA SILVEIRA,** Prefeito do Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

***CONSIDERANDO*** *o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública;*

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar o servidor**,** RENATO VALADARES RODRIGUES, Mat. 3511, CPF 022.983.201-60, engenheiro civil, lotado na **Secretaria Municipal de obras**, para atuar como fiscal de contrato administrativo celebrado pelo Município de Vila Rica - com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais realizados para a aquisição de produtos para manutenção e construção de asfalto

**Art. 2º.** Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

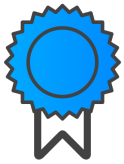
**Registre-se e publique-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal.

**ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

| | | |
|---|---|---|
|  | **Signatário** | CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | **Data/Hora** | Tue Jun 26 22:31:20 UTC 2018 |
| | **Emissor do Certificado** | CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | **Número Serial.** | 1170115676103352402 |
| | **Método** | urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature) |